



# A GLOBALIZAÇÃO E A NECESSIDADE DE CONHECER – AS INFORMAÇÕES MILITARES NA DEMOCRACIA PORTUGUESA

*Dinis Manuel Victória da Fonseca*

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia

ORIENTADORES: *Professora Doutora Maria da Saudade Baltazar*  
*Professor Doutor Paulo Figueiredo Machado*

ÉVORA, 23 DE JUNHO DE 2014





## **Agradecimentos**

O trabalho que está presente é uma produção individual de conceção coletiva. Seria imperdoável o não reconhecimento desta realidade. Nesta conformidade é de inteira justiça agradecer sinceramente a quem de forma diversa contribuiu para este processo, agora finalizado.

Aos meus orientadores reconheço a paciência por compreenderem as minhas interrogações, tanto nas reuniões conjuntas como nas reuniões individuais. A prontidão com que disponibilizaram os respetivos lares para aí trabalharmos é reveladora da dedicação e qualidade de como decorreu a orientação. Os agradecimentos são devidos:

À Professora Doutora Saudade Baltazar, minha orientadora, pela competência científica e acompanhamento do trabalho, pela disponibilidade e generosidade reveladas ao longo destes anos de trabalho, assim como pelas críticas, correções e sugestões relevantes feitas durante a orientação. Feriados e fins-de-semana não constituíram óbice na prossecução do trabalho de orientação. Foi uma honra ter na orientação um nome incontornável na Sociologia Militar. Espero poder contar profissionalmente com o seu contributo científico.

Ao Professor Doutor Paulo Machado, meu coorientador, pela competência científica e orientação dada, bem como pela disponibilidade e amizade demonstradas. A acuidade e a oportunidade com que sempre abordou o trabalho nas várias fases de construção contribuíram para o aprofundamento do meu conhecimento científico e metodológico. O seu método de trabalho e empenhamento foram cruciais para cumprir o prazo final. Ainda que esta etapa lhe tema tomados fins-de-semana. Todas as palavras são poucas para lhe agradecer.

Nos seminários de doutoramento, pude beneficiar do conhecimento de um lote privilegiado de docentes, o que representou uma oportunidade ímpar de crescimento académico e também pessoal. A todos, grato pela oportunidade de aprender.

Ao Professor Doutor Carlos Silva, diretor do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, pelo dinamismo que implementou no curso de doutoramento e pelo incentivo que repetidamente me dirigiu.

Ao CESNOVA pelo acolhimento e disponibilidade de acesso a informação científica que me forneceu.

À Universidade de Évora pelo Honesto Saber que me proporciona desde o Mestrado, apesar de decorridos bastos anos.

Ao Tenente-General Carlos Jerónimo, por me receber, ouvir, esclarecer e incentivar durante o período em que exerceu a Chefia do CISMIL, e pela disponibilidade para a leitura e crítica do trabalho final, apesar da apertada agenda de Comandante das Forças Terrestres, cargo que exerce atualmente. Muito agradecido.

Ao Coronel Magalhães Cruz, Chefe da Repartição em que me encontro, por me ter incentivado a elaborar este estudo e por ter estabelecido múltiplos contatos profissionais da área das Informações, em meu favor. Conteí, sempre, com a sua disponibilidade.

Ao Coronel José Bento, pelo apoio prestado que se estendeu da pesquisa bibliográfica à leitura e observações ao texto final passando pelas cuidadas sugestões que me remetia nas conversas que tivemos ao longo destes anos. É um conhecedor profundo do CISMIL.

Ao Coronel Neiva Viana, pela disponibilidade, pelo contributo escrito, pelo relato de experiências, pela abordagem rigorosa a algumas matérias aqui discutidas.

Ao Tenente-Coronel Manuel Valente, meu chefe direto, que desde o primeiro momento em que decidi cumprir o doutoramento me incentivou a fazê-lo. Temos discutido ao longo destes anos a construção do presente trabalho. O quotidiano forjou uma amizade, que agradeço, mas que não interferiu em qualquer momento na expressão dos nossos pontos de vista sobre as matérias aqui tratadas. Estou grato pela liberdade de ação que me permitiu, que foi decisiva para que o trabalho chegasse a bom porto.

Ao Tenente-Coronel Victor Machoqueiro, pela inequívoca colaboração e pelos inestimáveis contributos, apesar de se encontrar num teatro de operações. Não me recusou qualquer solicitação, e foram muitas, apesar do contexto profissional muito exigente em que labora. A sua prestação proporcionou um contributo ímpar a este trabalho. Fico grato pelo seu apoio.

Ao Sargento-Mor Mário Cordeiro, pelos textos que me forneceu e pelo relato de acontecimentos que a sua longa experiência operacional contempla e que contribuíram para o enquadramento de algumas matérias aqui apresentadas.

Ao Sargento-Ajudante Pação da Silva, pela colaboração prestada e que tomou corpo no relato de acontecimentos testemunhados em teatro de operações e na utilização de documentação não classificada, mas cuja interpretação devida carece do conhecimento técnico específico.

Ao Sargento-Ajudante Rui Veiga, meu camarada de gabinete que com prejuízo do seu tempo de lazer e familiar, fez jus aos seus conhecimentos informáticos e formatou as versões provisórias sem mostrar desagrado, por uma vez que fosse, sempre que eu invalidei, e foram algumas vezes, o seu trabalho. A sua experiência operacional contribuiu também para melhorar algumas matérias. Sempre que necessitei da sua colaboração respondeu presente.

A todos os camaradas do CISMIL civis e militares, agradeço as palavras de apoio e interesse que manifestaram em prol do meu desempenho.

Aos entrevistados, peças-chave de parte substancial do trabalho e que constituíram elementos insubstituíveis no contributo que forneceram, dado que sem a informação única que disponibilizaram este trabalho ficaria empobrecido. Devo-lhes um profundo agradecimento.

Ao Dr. Aarão Rodrigues, amigo que desde a primeira hora me forneceu bibliografia, documentação e estabeleceu contatos profissionais que se mostraram de inestimável interesse para a laboração do estudo. O manancial de informação que me forneceu muito contribuiu para a execução da tese. Ainda assim, a sua prestação não se esgotou, pois quase diariamente me questionava sobre o andamento do trabalho, o qual leu e comentou.

Às funcionárias da biblioteca do IDN, Sras. Noémia Luís e Filomena Botelho, e do Centro de Documentação do MDN, Sra. Carminda Morgado.

À minha mãe e à minha sogra por aceitarem sem questionar o meu humor oscilante condizente com a necessidade do cumprimento dos prazos (sempre curtos) do trabalho.

Aos meus filhos e à minha nora porque sempre me incentivaram, apesar da ausência em muitas situações onde a minha presença se requeria.

À Regina Fonseca, esposa que nestes anos foi a mais prejudicada com a minha tese. A ela, antes de quaisquer outros, devo o profundo agradecimento pelo modo como me suportou e acompanhou nestes anos. Mesmo com poucos fins-de-semana de convívio e férias em que não experimentou o merecido lazer, não se inibiu de me incentivar. Porém, esta nossa vivência em comum há mais de três décadas ensinou-nos a dirimir situações que tais, espero. Fico muito agradecido pela compreensão da minha esposa.

Uma nota final: apesar de todas as contribuições e solidariedades, a responsabilidade por alguma lacuna no trabalho é integralmente minha.

## **Dedicatória**

In memoriam do meu sogro Zica, que partiu, e à celebração da vida na minha neta Matilde, que está a chegar.

## **Siglas mais utilizadas no texto**

CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
COCONJ	Comando Operacional Conjunto
DIMIL	Divisão de Informações Militares
DINFO	Divisão de Informações
FA	Forças Armadas
FND	Forças Nacionais Destacadas
IM	Informações Militares <i>(exceto quando se refere aos Serviços ou em citações)</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
SIEDM	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares
SIM	Serviços de Informações Militares
SIRP	Sistema de Informações da República Portuguesa

## **A globalização e a necessidade de conhecer – as informações militares na democracia portuguesa**

### **RESUMO**

A globalização intensificou os perigos que encaramos, como o terrorismo internacional e disseminação/propagação de tecnologias letais, perturbações económicas e a mudança climática. As modificações democráticas operadas na sociedade portuguesa refletiram-se num sector sensível dos interesses nacionais – os Serviços de Informações Militares. No mesmo período em que as alterações de funções e estrutura organizacional se verificaram nos Serviços de Informações, Portugal através das Forças Armadas, num quadro de cooperação internacional, tem contribuído para a promoção da paz e segurança, com uma projeção de Forças Nacionais Destacadas (FND) sem paralelo histórico nacional. A interação do país com realidades novas remete-nos para o estudo do sector das Informações Militares: a sua transformação, enquadramento institucional e funções na democracia em Portugal, ou seja, desde um tempo em que o país se encontrava quase retirado do cenário internacional até a atualidade em que não se pode descurar as influências da globalização.

**Palavras-chave:** Defesa; Forças Armadas; Globalização; Informações Militares

## **The Globalization and the need to know – the Military Intelligence in Portuguese democracy**

### **ABSTRACT**

Globalization has intensified national concerns from transnational/international terrorism, lethal technologies scattering and propagation, financial and economic turmoil as well as global climate changes. Latest changes in democracy among Portuguese society are also reflected in a sensitive area of national interests. In this range of changes the Military Intelligence Service situation also arouses our curiosity. While Portuguese Intelligence Services are throughout major changes, functional and organizational, the Armed Forces are through a historic and an unprecedented deploying of National Forces within the framework of international military cooperation, contributing to peace and security in several hot spots conflicts worldwide. Portugal interaction with these new realities takes us to the study of military intelligence, its transformation, institutional framework and functions within democracy, meaning, from a time when the country was almost removed from the international scene until the timeliness in which we could not ignore the influences of globalization.

**Keywords:** Defense; Armed Forces; Globalization; Military Intelligence





## ÍNDICE GERAL

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>- 1 -</b>
1.1. Justificação da escolha do tema .....	- 9 -
1.2. A especificidade do objeto de estudo .....	- 10 -
1.3. Objetivo central da tese .....	- 10 -
1.4. Objetivos específicos .....	- 10 -
1.5. Organização geral .....	- 10 -
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	<b>- 13 -</b>
2.1. Questão de investigação .....	- 13 -
2.2. Delimitação cronológica do objeto de estudo .....	- 13 -
2.3. Principais características e opções metodológicas estruturantes da tese .....	- 14 -
2.3.1. <i>Técnicas de recolha de dados</i> .....	- 14 -
2.3.2. <i>Pesquisa bibliográfica e documental</i> .....	- 15 -
2.3.3. <i>Observação não participante</i> .....	- 16 -
2.3.4. <i>Observação participante</i> .....	- 17 -
2.3.5. <i>Amostra de conveniência</i> .....	- 17 -
2.3.6. <i>Técnica de análise de dados</i> .....	- 18 -
<b>3. A INSTITUIÇÃO MILITAR ENQUANTO OBJETO SOCIOLOGICO</b> .....	<b>- 21 -</b>
3.1. Engenho metodológico na abordagem ao estudo das FA .....	- 23 -
3.1.1. <i>Um exemplo de um objeto de estudo emergente</i> .....	- 30 -
3.2. Campos de potencial interesse exploratório .....	- 33 -
3.3. Organização militar .....	- 34 -
3.4. A profissão militar .....	- 43 -
3.4.1. <i>Modelo Institucional</i> .....	- 48 -
3.4.2. <i>Modelo Ocupacional</i> .....	- 50 -
3.4.3. <i>Modelo Institucional/Ocupacional (I/O)</i> .....	- 51 -
3.4.4. <i>Condição militar</i> .....	- 55 -
3.4.4.1. A ESPECIFICIDADE E O ESQUECIMENTO .....	- 57 -
3.4.4.2. CONDIÇÃO MILITAR – ENCONTROS E DESENCONTROS (A LEI E A PRÁTICA) .....	- 60 -
3.4.4.3. A CONDIÇÃO MILITAR E A INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	- 66 -

<b>3.5.</b>	<b>As relações civil-militares.....</b>	<b>- 69 -</b>
3.5.1.	<i>Responsabilidade, reciprocidade e interdependência.....</i>	<i>- 79 -</i>
3.5.2.	<i>Subordinação das FA no estado democrático.....</i>	<i>- 83 -</i>
3.5.2.1.	CONTROLO CIVIL E DEMOCRATIZAÇÃO DAS FA.....	- 90 -
3.5.2.2.	RELEGITIMAÇÃO DAS FA.....	- 91 -
<b>3.6.</b>	<b>Para uma sociologia da organização militar.....</b>	<b>- 92 -</b>
3.6.1.	<i>Dinâmica da perspetiva de análise à organização militar.....</i>	<i>- 95 -</i>
<b>4.</b>	<b>GLOBALIZAÇÃO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS COM RELEVO PARA A ATIVIDADE MILITAR.....</b>	<b>- 97 -</b>
<b>4.1.</b>	<b>Globalização no Estado.....</b>	<b>- 99 -</b>
<b>4.2.</b>	<b>Papel da informação na sociedade.....</b>	<b>- 101 -</b>
4.2.1.	<i>Globalização, comunicação e quotidiano.....</i>	<i>- 103 -</i>
<b>5.</b>	<b>A DEFESA NACIONAL COMO RES PUBLICA.....</b>	<b>- 105 -</b>
<b>5.1.</b>	<b>Os atores sociais são agentes da mudança.....</b>	<b>- 105 -</b>
5.1.1.	<i>Mudanças paradigmáticas e conhecimento da realidade social.....</i>	<i>- 108 -</i>
<b>5.2.</b>	<b>Os desafios que nos preocupam: precipitação de ameaças e riscos.....</b>	<b>- 113 -</b>
<b>5.3.</b>	<b>O nosso caminho estratégico.....</b>	<b>- 118 -</b>
<b>5.4.</b>	<b>O papel atribuído às FA para o caminho estratégico.....</b>	<b>- 119 -</b>
<b>6.</b>	<b>AS INFORMAÇÕES NA DEFESA NACIONAL.....</b>	<b>- 123 -</b>
<b>6.1.</b>	<b>Informações – recurso intemporal.....</b>	<b>- 125 -</b>
<b>6.2.</b>	<b>A necessidade de informações nas FA.....</b>	<b>- 130 -</b>
6.2.1.	<i>Informações Militares.....</i>	<i>- 133 -</i>
6.2.2.	<i>Os espaços estratégicos nacionais.....</i>	<i>- 139 -</i>
6.2.3.	<i>As Informações Militares na nova diáspora.....</i>	<i>- 141 -</i>
6.2.3.1.	INTERVENÇÕES DAS FA NO EXTERIOR.....	- 143 -
<b>7.</b>	<b>SOCIEDADES, MULTICULTURALIDADE E OPERAÇÕES MILITARES.....</b>	<b>- 151 -</b>
<b>7.1.</b>	<b>Dinâmicas socioculturais, informações militares e operações militares no estrangeiro.....</b>	<b>- 152 -</b>
<b>7.2.</b>	<b>Counter-intelligence e sociologia.....</b>	<b>- 156 -</b>
7.2.1.	<i>Incidente com aeronave.....</i>	<i>- 161 -</i>
7.2.2.	<i>Oferta causa situação constrangedora.....</i>	<i>- 163 -</i>
7.2.3.	<i>Apoio à população provoca reação adversa.....</i>	<i>- 164 -</i>

<b>8.</b>	<b>AS INFORMAÇÕES MILITARES: DE ABRIL DE 1974 ATÉ À CRIAÇÃO DO SIRP .....</b>	<b>- 167 -</b>
<b>8.1.</b>	<b>O Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) .....</b>	<b>- 171 -</b>
8.1.2.	<i>Contributos para a elaboração do decreto-lei previsto no artigo 33º da LQSIRP, relativa ao SIM (1984/5).....</i>	<i>- 178 -</i>
8.1.3.	<i>Matriz das grandes opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (referente a 1984).....</i>	<i>- 181 -</i>
8.1.4.	<i>Súmula da missão das FA.....</i>	<i>- 183 -</i>
8.1.5.	<i>Apontamentos para a reestruturação do Serviço de Informações Militares (SIM).....</i>	<i>- 184 -</i>
8.1.5.1.	ATIVIDADE DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES MILITARES (SIM) .....	- 185 -
8.1.6.	<i>Contributo para atualização da Divisão de Informações Militares (DIMIL) (novembro 2003).....</i>	<i>- 185 -</i>
8.1.6.1.	MISSÃO E ESTRUTURA DA DIVISÃO DE INFORMAÇÕES MILITARES .....	- 186 -
8.1.8.	<i>Contributo para a reorganização das Informações Militares (2006).....</i>	<i>- 189 -</i>
8.1.8.1.	ENQUADRAMENTO .....	- 189 -
8.1.8.2.	SITUAÇÃO .....	- 190 -
8.1.8.3.	UMA NOVA PERSPETIVA PARA A REESTRUTURAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES MILITARES (2006) .....	- 191 -
<b>8.2.</b>	<b>Governos e zigzagues no paradigma das informações.....</b>	<b>- 194 -</b>
<b>8.3.</b>	<b>Principais alterações da Lei-Quadro do SIRP .....</b>	<b>- 196 -</b>
8.3.1.	<i>Consequências das alterações da lei-quadro do SIRP no cumprimento das missões das FA.....</i>	<i>- 198 -</i>
<b>8.4.</b>	<b>Organização geral do EMGFA e da DINFO .....</b>	<b>- 200 -</b>
8.4.2.	<i>EMGFA .....</i>	<i>- 201 -</i>
8.4.3.	<i>SERVIÇO DE INFORMAÇÕES MILITARES .....</i>	<i>- 205 -</i>
8.4.3.1.	PRINCÍPIOS DE FUNCIONAMENTO .....	- 206 -
8.4.3.2.	ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL .....	- 207 -
8.4.3.3.	ESTRUTURA .....	- 207 -
8.4.4.	<i>DIVISÃO DE INFORMAÇÕES.....</i>	<i>- 208 -</i>
8.4.4.1.	MISSÃO DA DINFO .....	- 209 -
8.4.4.2.	QUADRO ORGÂNICO DA DINFO .....	- 213 -
8.4.4.3.	A DINFO E A QUESTÃO DE TIMOR (ATUAÇÃO DAS IM) .....	- 215 -
8.4.5.	<i>CENTRO DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA MILITARES (CISMIL) .....</i>	<i>- 218 -</i>
<b>8.5.</b>	<b>As etapas das Informações Militares.....</b>	<b>- 222 -</b>
<b>9.</b>	<b>O CISMIL HOJE .....</b>	<b>- 225 -</b>
<b>9.1.</b>	<b>Alteração do quadro de atuação – permanência das tarefas.....</b>	<b>- 225 -</b>
<b>9.2.</b>	<b>Ligação – interatividade do CISMIL .....</b>	<b>- 226 -</b>
<b>9.3.</b>	<b>Recursos, confiança .....</b>	<b>- 228 -</b>
<b>9.4.</b>	<b>Novos horizontes, novos desafios .....</b>	<b>- 230 -</b>
<b>9.5.</b>	<b>Capacidade autónoma do CISMIL.....</b>	<b>- 231 -</b>
<b>9.6.</b>	<b>Célula de Informações Militares.....</b>	<b>- 232 -</b>

<b>9.7.</b>	<b>Capacidade de pesquisa</b> .....	<b>- 233 -</b>
<b>9.8.</b>	<b>CIM – Papaver somniferum</b> .....	<b>- 235 -</b>
	<i>9.8.1. CIM e a colaboração no teatro de operações</i> .....	<i>- 236 -</i>
<b>9.9.</b>	<b>CISMIL – colaboração institucional</b> .....	<b>- 237 -</b>
	<i>9.9.1. CISMIL – colaboração institucional com o SIED</i> .....	<i>- 238 -</i>
<b>9.10.</b>	<b>A especificidade das Informações Militares</b> .....	<b>- 240 -</b>
<b>9.11.</b>	<b>Ainda agora aqui cheguei ...</b> .....	<b>- 242 -</b>
	<i>9.11.1. A (NOVA) PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO CISMIL</i> .....	<i>- 244 -</i>
	<i>9.11.2. A (NOVA) RACIONALIDADE DAS FA E AS INFORMAÇÕES MILITARES</i> .....	<i>- 246 -</i>
<b>9.13.</b>	<b>Apresentação da estrutura de serviços de informações de defesa de estrangeiros</b> .....	<b>- 247 -</b>
	<i>9.13.1. INFORMAÇÕES DE DEFESA BRITÂNICAS</i> .....	<i>- 248 -</i>
	<i>9.13.3. INFORMAÇÕES DE DEFESA ALEMÃS</i> .....	<i>- 250 -</i>
	<i>9.13.4. INFORMAÇÕES DE DEFESA BRASILEIRAS</i> .....	<i>- 255 -</i>
<b>10.</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>- 259 -</b>
<b>11.</b>	<b>POSFÁCIO</b> .....	<b>- 273 -</b>
<b>12.</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>- 275 -</b>
<b>13.</b>	<b>ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS CONSULTADOS</b> .....	<b>- 285 -</b>
<b>14.</b>	<b>LEGISLAÇÃO CONSULTADA</b> .....	<b>- 287 -</b>
<b>15.</b>	<b>OUTRA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA</b> .....	<b>- 289 -</b>
<b>ANEXO 1</b>	.....	<b>291</b>
<b>ANEXO 2</b>	.....	<b>295</b>
<b>ANEXO 3</b>	.....	<b>313</b>
<b>ANEXO 4</b>	.....	<b>317</b>
<b>ANEXO 5</b>	.....	<b>325</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO Nº 1 -	MATRIZ TEMÁTICA GERAL .....	- 19 -
QUADRO Nº 2 -	MATRIZ TEMÁTICA ESPECÍFICA .....	- 20 -
QUADRO Nº 3 -	CLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES (TIPOLOGIA DE ETZIONI).....	- 36 -
QUADRO Nº 4 -	EXEMPLOS DE TIPOS DE ORGANIZAÇÕES.....	- 36 -
QUADRO Nº 5 -	TIPOLOGIA DE SOCIEDADE E TIPOLOGIA DE AUTORIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS, SEGUNDO WEBER .....	- 37 -
QUADRO Nº 6 -	ORGANIZAÇÃO SOCIAL MILITAR: INSTITUCIONAL VS. OCUPACIONAL.....	- 52 -
QUADRO Nº 7 -	TIPOLOGIA DOS “PERFIS PROFISSIONAIS” MILITARES .....	- 54 -
QUADRO Nº 8 -	MODELO HISTÓRICO-COMPARATIVO DO RELACIONAMENTO CIVIL-MILITAR.....	- 70 -
QUADRO Nº 9 -	MODELO MILITARES VS. CONTROLO CIVIL.....	- 71 -
QUADRO Nº 10 -	ÉTICA PROFISSIONAL E IDEOLOGIA POLÍTICA .....	- 73 -
QUADRO Nº 11 -	EMPENHAMENTO DAS FA NAS ESTRUTURAS NATO, EU, ONU E CTM - (FEVEREIRO 2012).....	- 149 -
QUADRO Nº 12 -	ESTRUTURA SIMPLIFICADA DO ESTADO-MAIOR (COORDENADOR).....	- 204 -
QUADRO Nº 13 -	EMGFA: INSERÇÃO NAS FFAA E LIGAÇÕES POLÍTICAS (EXEMPLO SIMPLIFICADO) .	- 205 -
QUADRO Nº 14 -	ESTRUTURA DO SIM.....	- 208 -
QUADRO Nº 15 -	INSTITUIÇÕES E RESPECTIVOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES.....	- 257 -

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 1 –	FA: EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS EM MISSÕES EXTERNAS (MÉDIA ANUAL) (2004- FEVEREIRO 2012).....	- 149 -
----------------	--	---------

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA Nº 1 -	VETORES TEMÁTICOS DA SOCIOLOGIA MILITAR .....	- 26 -
FIGURA Nº 2 -	INTERAÇÃO DE DECISORES/UTILIZADORES E PRODUTORES .....	- 134 -
FIGURA Nº 3 -	MODELO DE UM SERVIÇO DE INFORMAÇÕES MILITARES.....	- 135 -
FIGURA Nº 4 -	PARTICIPAÇÃO DAS FA EM MISSÕES NATO; EU; ONU; CPLP (1991-2009).....	- 145 -
FIGURA Nº 5 -	FA EM MISSÕES INTERNACIONAIS (2009-2010).....	- 146 -
FIGURA Nº 6 -	EMPENHAMENTO DE FORÇAS EM MISSÕES INTERNACIONAIS (SETEMBRO 2013) ..	- 147 -
FIGURA Nº 7 -	ARQUITETURA DO SIRP E INFORMAÇÕES MILITARES (LEI ORGÂNICA Nº4/2004, DE 6 DE NOVEMBRO) .....	- 199 -
FIGURA Nº 8 -	CENÁRIOS DA PRESENÇA DAS FND .....	- 219 -
FIGURA Nº 9 -	CONSTITUIÇÃO-BASE DUMA CÉLULA DE IM.....	- 232 -
FIGURA Nº 10 -	JOINT INTELLIGENCE COMMITTEE.....	- 249 -
FIGURA Nº 11 -	ORGANIGRAMA SIMPLIFICADO DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES DE DEFESA (DI) DO MINISTÉRIO DA DEFESA.....	- 251 -

FIGURA Nº 12 -	ORGANIGRAMA SIMPLIFICADO DO MINISTÉRIO DA DEFESA (ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES).....	- 252 -
FIGURA Nº 13 -	ORGANIGRAMA SIMPLIFICADO DA REPARTIÇÃO DE IM.....	- 253 -
FIGURA Nº 14 -	ORGANIGRAMA SIMPLIFICADO DO COMANDO DE RECONHECIMENTO ESTRATÉGICO .....	- 254 -
FIGURA Nº 15 -	ORGANIGRAMA SIMPLIFICADO DO MINISTÉRIO DA DEFESA (ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES).....	- 256 -

## 1. INTRODUÇÃO

---

Uma das características das Forças Armadas (FA), que ajuda a formular a sua singularidade, é que elas representam uma enorme mobilização de meios na previsão dum acontecimento excecional que se espera que nunca venha a acontecer. É provável que, por força deste facto e de outros, conjugadamente, os militares interiorizem um sentimento de diferenciação em relação à sociedade a que também pertencem, sentimento que poderá decorrer dos valores preponderantes na organização militar e da particularidade das respetivas missões.

Não podemos compreender um conflito, uma intervenção humanitária, o dilema da segurança ou da diplomacia coerciva sem nos interrogarmos sobre as lógicas próprias das organizações militares, as competências dos militares, a influência das chefias militares, a qualidade dos sistemas de armas, a eficácia da logística ou a dinâmica das informações militares (IM). Pela atualidade do tema, o estudo da organização militar, relativamente às IM, comporta uma importância real.

O antecedente remete-nos, desde logo, para questões que se prendem com o *habitus*<sup>1</sup> da instituição militar e com as suas permanências e transformações. Secundariamente, essas mesmas questões sugerem o conhecimento e a compreensão das relações que se estabelecem entre as FA e as respetivas sociedades, tanto com as elites políticas e económicas, bem como com a população.

A Sociologia Militar é estimulada a conhecer estes processos e dinâmicas mas encontra várias dificuldades, em razão da complexidade e diversidade das diferentes FA – mesmo que se admitisse que os atributos da instituição militar são universais. Apenas para dar dois exemplos: a relação entre as FA e as sociedades de que emanam é bastante específica de sociedade para sociedade; a questão da participação das FA na gestão dos conflitos sociais, sobretudo quando se manifestam em atos públicos de violência tem respaldos constitucionais distintos, e essas diferenças determinam a imagem que as FA têm em cada sociedade.

Tendo em conta o antecedente, identificamos alguns caminhos passíveis de exploração no âmbito da Sociologia Militar e que contemplam:

---

<sup>1</sup> Habitus é aqui entendido (cfr. Bourdieu, 1983: 89) como uma matriz cultural que predispõe o agente (ator social) a fazer as suas escolhas. Trata-se, por conseguinte, de um sistema de orientação, nem sempre totalmente cognoscível para o ator social. Bourdieu define-o como "sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim."

- A abordagem das FA como organização profissional e militar na vertente interna, nomeadamente a mudança paradigmática introduzida pela profissionalização militar, à qual a tecnologia está associada e lança um repto ao futuro;
- A abertura à sociedade através da captação das potencialidades do fornecimento de serviços diversos;
- A legitimação das FA e, nesta sequência, o estudo dos conflitos não convencionais.

A compreensão da organização militar remete para questões de interesse sociológico, que não sendo exclusivas desta organização, é nela que tomam particular relevo. O marco conceptual básico da organização militar é um tipo ideal de burocracia e nesse sentido as FA são uma espécie de organização burocrática, com ênfase na estratificação e na centralização da autoridade.

Analiticamente, constatamos abordagens teóricas da estrutura militar que se centram em três problemas:

- Como compaginar a estrutura tradicional da autoridade das FA com a nova tecnologia?
- Como fomentar e cultivar a inovação?
- Como manter a organização neste cenário de mudança?

É facilmente observável que o tempo das alterações na sociedade e nas instituições, como no caso das FA, são diferentes. Mas o fundamental é que à medida que as FA se adaptam a novas realidades sociais, não se verifica que a sua eficácia ou a sua eficiência sejam afetadas negativamente.

Em relação à profissão militar, encontram-se dificuldades para defini-la, devido à perspectiva de análise e estudo respetivo. As diferenças nas abordagens oscilam entre a indiferenciação da organização militar e as correspondentes organizações burocráticas civis e a separação nítida das funções da organização militar e das organizações civis.

As características dos militares profissionais derivam e estão em conformidade com o conteúdo e a função do seu desempenho militar. Deste modo, o militar profissional é, sobretudo, obediente e leal em relação à autoridade do Estado, competente em matérias militares, disponível para proporcionar a segurança do Estado e politicamente neutro. O seu sentido de compromisso profissional firma-se numa ética militar que reflete um conjunto de valores e atitudes. A profissão militar pode-se classificar em modelos segundo as suas principais características, ou segundo a dedicação das suas principais competências no plano estritamente militar. Surge, então, o modelo de FA de tipo Institucional (tradicional, vocacional ou divergente) e o modelo de tipo Ocupacional (convergente). Uma terceira alternativa é o modelo Misto ou Institucional/Ocupacional (I/O), cuja descrição e análise se farão adiante.

O lugar dos militares no seio da sociedade portuguesa tem evoluído ao longo da história, designadamente, da história das últimas três décadas, alternando entre proeminência (com ou



sem elevado reconhecimento público) e opacidade (com ou sem contestação dos próprios militares).

As democracias asseguram que a instituição militar e as FA sejam essencialmente respeitadoras da ordem política do Estado de direito democrático e um instrumento eficiente de afirmação de soberania. Porém, é conveniente adicionar as condições sociais e intelectuais da eficiência: o dever de coesão, ou de integração, com tudo o que comporta de restrições e de concessões ao grupo e à instituição pelos indivíduos e de competência. A coesão é um imperativo, claramente mais forte nas FA do que na maior parte das organizações civis, e leva os militares a restrições próprias, nomeadamente, sob a forma duma sociabilidade prescrita ou de rituais muito elaborados.

A natureza das respetivas missões obriga os militares a deveres, sujeições e restrições que não abrangem os outros concidadãos. Estas imposições, próprias da Condição Militar, não se restringem ao militar profissional, e podem refletir-se nas suas relações sociais fora da instituição (família, amigos). Em Portugal, o reconhecimento da necessidade legal da especificidade da profissão militar decorreu do panorama existente no domínio do direito estatutário militar, o qual, nalguns casos se caracterizava pela insuficiência do quadro legislativo existente, e noutros era marcado por uma legislação desatualizada que, por força de inúmeras alterações a que foi sujeita, influenciadas por propósitos e conceções por vezes contraditórios, se transformou num conjunto de normas dispersas e de difícil aplicação. Se com o sistema estatutário se visava, numa linha de modernização, responder a anseios e aspirações manifestadas pelos militares, num contexto de disciplina, coesão e eficácia, pressupostos irrenunciáveis da organização militar, com a sua concretização os responsáveis políticos tiveram, igualmente, em vista, assegurar a criação de um ordenamento diretor capaz de suportar o desenvolvimento de uma política homogénea e consistente no domínio da gestão dos recursos humanos das FA. Significa, por conseguinte, que a mutação da Condição Militar é induzida interna e/ou externamente à instituição, tem caráter adaptativo às mudanças sociais e políticas, mas não elimina a sua especificidade diante dos restantes estatutos profissionais civis.

Como se mencionou anteriormente, os países democráticos contam com as FA como meio de garantir os interesses e valores da Defesa Nacional. O caráter das relações civil-militares é determinante no êxito ou insucesso da decisão do emprego da força armada. Ainda que os responsáveis políticos tenham a autoridade e responsabilidade nas áreas do equipamento, e na definição e decisão do uso das FA na defesa dos interesses nacionais, a eficácia com a qual eles interagem com os responsáveis militares através de todos os níveis das relações civil-militares será crucial para o êxito das políticas definidas.

Considerando-se as FA como reflexo da sociedade de que fazem parte, é nuclear em termos do relacionamento civil-militar o debate sobre o modelo mais conveniente aos interesses nacionais, num contexto de alterações de índole diversa em termos internacionais e da necessidade de aprofundamento da soberania no âmbito interno. Do bom funcionamento do Estado e da sua

capacidade para manter coesa e dinâmica a sociedade depende a estratégia de Defesa e segurança nacional.

Assim, o acervo legislativo relativamente às FA revela a atenção que a sociedade portuguesa tem para com a subordinação da organização militar ao poder civil. Aliás, compreender uma organização, a sua vitalidade, as suas capacidades de adaptação, de resistência e renovação implica uma referência necessária aos conhecimentos sociológicos, cujo objetivo fundamental é o estudo das sociedades humanas onde as circunstâncias históricas as fazem acontecer. Pensar a organização como um sistema social, supõe que se estenda a reflexão sociológica não somente aos recursos organizacionais da sua autonomia, mas também aos processos de interdependência entre a sociedade e a organização. Uma grande parte das atividades e condutas humanas tem lugar numa qualquer organização. É uma realidade presente nas sociedades: o trabalho não só se desenvolve no que denominamos por organizações, como também os serviços que utilizamos.

A natureza problemática de lidar com o estrutural (macro) e o individual (micro) é notória no caso da organização militar. Claramente, esta tem a capacidade de definir os imperativos estruturais aos seus membros individuais. A hierarquia organizacional e a liderança militar controladas pelos oficiais profissionais são extremamente influentes porque mantêm ligações entre os objetivos e valores institucionais e os próprios meios de implementação.

O conhecimento acerca da organização das FA tende a expandir-se dentro da sociedade em geral por diferentes motivos. Anteriormente, pese embora o seu desempenho social, o interesse era escasso, limitado aos estudiosos militares ou civis (maioritariamente dentro das próprias estruturas militares). Esta realidade deveu-se a que não se havia ainda despertado o interesse necessário, à subestimação que se tinha da sua importância, e às considerações de pouco interesse que suscitava no âmbito da Sociologia; o que não deixa de ser paradoxal numa instituição presente em todas as sociedades com Estado e cuja atuação influencia alterações políticas, sociais e económicas, além de deter os meios capazes de destruir a Humanidade. Recentemente, porém, vemos que o interesse não se circunscreve só a identificar a sua importância em tempos de conflito, mas também, a implicação social que tem nos processos de democratização e modernização institucional, em benefício dos objetivos do Estado. Como resultado, vemos hoje que a organização das FA tende a ser mais dinâmica. Defendemos que a sociedade ganhará em sentir a proximidade de uma instituição que tradicionalmente se fundamenta na vocação de um serviço honroso, e que na medida em que a liderança civil se fortaleça, esta instituição está no lugar que lhe compete legalmente, com a consequente admiração dos cidadãos e a respetiva legitimidade reconhecida.

Nesta época de globalização (Giddens, 2000), a realidade social terá de ser entendida através de uma análise dos avanços tecnológicos e científicos que tornaram a globalização possível, tal como tudo o que daí resulta. Neste sentido, o núcleo central da transformação situa-se nas tecnologias do processamento de informação e comunicação. Resulta relevante, também, mencionar que os avanços tecnológicos e da comunicação e da própria globalização, com tudo o

que lhe está relacionado, proporcionaram vantagens significativas às redes criminais internacionais que desenvolvem atividade à escala mundial. A interligação, a flexibilidade e a versatilidade das respetivas atuações são otimizadas pela globalização económica e as novas tecnologias da comunicação, que os grupos organizados utilizam e que enfrentam os Estados, obrigando estes a ações concertadas a nível mundial. Nesta decorrência, os serviços de informações desempenham um papel essencial para fornecerem aos órgãos de decisão avaliações coerentes com a realidade, originadas na interpretação não contaminada do acervo incomensurável de informação que lhes é sujeito, e que objetiva um contributo insubstituível para as decisões concretas face a assuntos determinados.

As alterações geopolíticas relativamente recentes, tal como o processo de globalização, juntamente com os avanços científicos e tecnológicos, obrigam da mesma forma os Estados ocidentais a alterar os respetivos sistemas de segurança e defesa. A globalização, entendida como uma transformação que conduz a um mundo mais interdependente, além de constituir um fator de progresso, parece que produz, também, realidades potencialmente perigosas. Neste período de transformações relevantes de vária índole, as FA portuguesas têm adaptado a sua organização às novas exigências nacionais, racionalizando as respetivas estruturas, os procedimentos de atuação e construindo a profissionalização com o fim do serviço militar obrigatório. Do ponto de vista da Defesa, as FA têm assumido o compromisso da presença em missões internacionais diversas, no cumprimento do contributo nacional para uma ordem internacional mais segura e justa.

O contexto de segurança dos tempos atuais caracteriza-se por um conjunto de ameaças e riscos não convencionais, ao mesmo tempo transnacionais e subestatais, que representam ameaças para os Estados. Ao nível transnacional, tomam relevo os fenómenos do terrorismo, da criminalidade organizada, dos fundamentalismos, da proliferação de armas de destruição em massa, dos problemas ambientais, das catástrofes humanitárias e das pandemias, que colocam em perigo a vida humana. No nível subestatal, a saliência reside no surgimento de Estados falhados e na propagação de conflitos violentos e guerras civis, que patenteiam, direta e indiretamente, potenciais adversidades à segurança e estabilidade internacionais.

Em defesa da coesão nacional, o Estado através dos meios políticos, diplomáticos, e se necessário militares, é o garante da defesa dos interesses dos portugueses, em quaisquer circunstâncias, no respeito pelo direito internacional. A importância crescente da participação de Portugal no quadro de intervenções multinacionais, designadamente no âmbito militar, contribui para a credibilidade da prestação da diplomacia nas instâncias internacionais, pela demonstração de vontade do país em respeitar e fazer respeitar os compromissos assumidos internacionalmente.

Face às exigências nacionais no capítulo da Defesa, a organização das FA terá de adaptar-se à realidade volátil da globalização, desejavelmente, com vista à implementação de capacidades crescentes de projeção e sustentação, proteção de forças e infraestruturas, comando, controlo, comunicações e informações.

A concretização adequada dos objetivos estratégicos nacionais exige ao Estado contar com um sistema de informações que incorpore, designadamente, as informações estratégicas militares, em resultado da presença crescente e disseminada de Forças Nacionais Destacadas (FND), que proceda, nos termos da lei e sujeito à fiscalização democrática, à recolha, produção, partilha e adequada utilização de informações, particularmente de natureza estratégica.

Torna-se necessária a consolidação do impulso dado à cultura de informações dentro da cultura de Defesa, conducente a melhorar a compreensão dos organismos de informações por parte da sociedade e reforçar a reflexão sobre um aspeto imprescindível nas estruturas de segurança e Defesa do país. Quando uma sociedade conseguir responder com naturalidade, alheia portanto a estereótipos que pouco ajudam a clarificar a dimensão real, à pergunta sobre o que faz realmente um serviço de informações, é sinal de que se conseguiu avançar enormemente.

O novo contexto político internacional obriga o País a um papel ativo permanente. A integração em organizações internacionais compromete-o à participação nas respetivas atividades, o que exige um esforço acrescido no cumprimento das obrigações inerentes, da mesma forma que a assunção de que as FA têm de posicionar-se em vários cenários militares, o que seria impensável em tempos não muito recuados. Esta realidade representa um esforço, não exclusivamente no campo logístico e de planeamento, mas também no das informações. Os serviços de informações constituem elementos nucleares na política de Defesa de um país. As dimensões tecnológica, económica, sanitária, militar, entre outras, obrigam a preparar os serviços de informações e particularmente as informações militares para uma diversificação de cenários de atuação internacionais. Compreendemos que esta tarefa não é de fácil resolução pelas distorções e preconceitos que esta atividade desperta em amplos sectores da sociedade, inclusive, nas forças políticas partidárias, por diferentes razões. No entanto, não oferece grande margem de dúvida a falta que uma organização deste tipo provoca, desde logo, pelo mar de incertezas em que os decisores políticos têm de navegar aquando da formulação de políticas, nomeadamente, externas. Em termos gerais, a informação estratégica nacional pode ser definida como o conhecimento das capacidades e debilidades dos Estados e/ou sociedades que se revistam de interesse para o País, correspondentes aos diversos fatores estabelecidos ao mais alto nível nacional, com a finalidade de satisfazer as necessidades da condução da política estratégica própria. Por outro lado, as informações estratégicas militares abordam o potencial militar dos países considerados adversários reais ou eventuais, com a finalidade de satisfazer as necessidades da condução estratégica militar.

O Mundo vive atualmente alterações profundas que têm evidentes consequências na estrutura, organização e funções das FA. Assistimos à consolidação de uma sociedade identificada pela sua inter-relação tecnificada, globalização económica e base tecnológica e informacional como a principal característica da contemporaneidade. A projeção internacional do País, através, entre outras organizações, das FA, tem sido efetuada no âmbito dos processos de manutenção da paz, ajuda humanitária, combate à pirataria no mar, observadores militares, assessoria militar, prevenção e combate ao terrorismo, em resultado das transformações diversas no relacionamento

internacional e na política de alianças nacional e, certamente, as decisões de envio de FND estarão de alguma forma em sintonia com a atividade das informações estratégicas militares.

Nesta conformidade relevamos o contributo das ciências sociais no estudo e compreensão pelas forças multinacionais no que respeita às formas de cooperação com as populações autóctones, e na abordagem de questões que se prendem com a influência cultural e a eficácia da missão das forças multinacionais, sendo que, as lições aprendidas resultam de aspetos relacionados com a interação entre FA multinacionais e a realidade social envolvente. Existem exemplos contemporâneos que ajudam a perceber a riqueza desta interação.

As forças militares destacadas no Afeganistão e no Iraque, muitas vezes, não possuem o conhecimento das culturas em presença a fim de maximizarem os seus efeitos no processo da tomada de decisão dos militares. As forças militares destacadas nos diversos cenários de conflito testemunham essa necessidade. As informações militares têm aprendido estes ensinamentos e aproveitam-nos na pesquisa. Além das informações militares tradicionais, as informações socioculturais são preciosas, igualmente, para a contrainsurgência. Reconhecemos que, atualmente, nos conflitos bélicos, a vitória não é, somente, uma vitória militar. A razão mais procurada é a estabilidade. No centro da estabilidade ou na agitação política, estão os desejos e as expectativas das populações. Através da sintetização das ciências sociais com as informações militares, os militares beneficiarão e ajudarão as populações autóctones nos processos de estabilização das respetivas sociedades.

Nestes quadros de atuação, a cooperação com civis não é uma missão fácil para os militares profissionais. Ambos, militares e civis, têm de ser treinados para adquirirem os necessários recursos para cooperarem. Unidade de comando e cadeia de comando são os modos elementares de organização para os militares profissionais, enquanto as organizações civis são bastante mais flexíveis e a unidade de comando é um conceito quase alienígena. Os civis falam e pensam em termos de gestão e não em termos de comando. A diferença na cultura organizacional entre as unidades militares e as organizações civis pode constituir um grande obstáculo a uma cooperação de sucesso.

Tal como a democracia, e diretamente decorrente deste processo, os serviços de informações portugueses, têm percorrido um caminho onde a linearidade, nem sempre está presente, isto é, observa-se um percurso sinuoso na organização do serviço de informações militares (IM). As diversas alterações de objetivos e os vários enquadramentos institucionais a que os serviços de informações têm sido sujeitos e que resultaram na constituição do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), são os fiéis intérpretes desse percurso a que este sector da vida nacional tem sido sujeito, e espelham as respostas às realidades distintas construídas desde o tempo das certezas ao tempo global do risco, da incerteza e da fragilidade. Mas, nesta panóplia de alterações, firma-se um registo que desperta a nossa curiosidade: os serviços de IM. Estes serviços desempenharam um papel de relevância reconhecida no estabelecimento e desenvolvimento da democracia, nos anos seguintes a 1974; integraram

posteriormente o SIRP, na qualidade de Serviços de Informações Militares (SIM); fizeram parte do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), mantendo-se, por esta via no SIRP; e, finalmente, foram excluídos do SIRP, e batizados com várias denominações (DIMIL; CISMIL). Atualmente, as informações militares estão centradas no Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL), na dependência do Chefe do Estado-Maior General das FA (CEMGFA).

No mesmo período em que as alterações de funções e estrutura organizacional se verificaram nos serviços de informações, e particularmente nas IM, Portugal, através das FA e enquanto membro de diversas organizações internacionais, prestava o respetivo contributo ao esforço coletivo de promoção da paz e segurança numa perspetiva global, apresentando uma projeção de FND sem paralelo histórico nacional. No entanto, a disseminação de FND, ao invés de fortalecer a posição do sector das IM no conjunto do Sistema de Informações, correspondeu à diminuição da importância daquele sector. Ou seja, num contexto de incerteza global, a necessidade de saber não só se mantém como deve crescer, mas esta não foi a leitura feita pelas entidades responsáveis em relação às IM.

A interação do País com realidades novas, por via da participação em ações mergulhadas na turbulência do risco e da incerteza, fenómenos decorrentes do processo de globalização, remete-nos para o estudo do sector das IM, através da sua evolução, enquadramento institucional e funções na democracia em Portugal, ou seja, desde um tempo tradicional em que o País se encontrava quase retirado do cenário internacional até a atualidade em que não se pode descurar as influências da globalização. Abordamos o processo de transição de um serviço de IM completo (estratégicas, operacionais e táticas)<sup>2</sup> a um serviço de IM limitado na ação, e refletimos sobre as respetivas implicações da dependência de informação de organismos externos.

Como entidade militar responsável pelas Informações e segurança militares, o CISMIL dispõe de capacidade autónoma. Referimo-nos à capacidade autónoma de pesquisa de informação. O CISMIL produz informações para o CEMGFA que, nas situações condizentes, informa o Ministro da Defesa. No entanto, a recente Diretiva para a Reorganização da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das FA (2012) propõe nova alteração para o CISMIL. Pretendem agora os responsáveis políticos a colocação do CISMIL na dependência de uma outra entidade que não o CEMGFA, o Comando Operacional Conjunto (COCONJ). Ou seja, pressupõem um abaixamento do nível hierárquico e, parece-nos, a concomitante alteração do nível estratégico militar das IM.

A realidade no âmbito dos serviços de informações em alguns países sofreu um impulso, muito pelos reflexos das Guerras Mundiais. Além da criação de serviços de informações militares

---

<sup>2</sup> Informação estratégica: informação militar que visa as possibilidades e prováveis linhas de ação das nações estrangeiras; informação operacional: obtenção, análise e estudo de informações sobre as áreas de operações (o terreno, a população, situações tendentes a preservar a segurança das operações, das tropas e das populações); informação tática: informação militar necessária ao planeamento e condução de operações de combate.

apareceram novos campos de interesse e investigação. Esta realidade gerou diversos serviços de informações civis, o que conduziu à necessidade de estabelecer uma coordenação entre múltiplos intervenientes, apontando para a construção de uma comunidade de informações, com a inclusão dos serviços militares, potenciando a referida comunidade, e concretizando uma verdadeira plataforma para o desenvolvimento e integração da atividade de informações de segurança e defesa. No fundo, a existência e fortalecimento de uma comunidade de informações contribui para a melhoria da análise estratégica num ambiente de volatilização da realidade internacional.

Os exemplos apresentados adiante intentam mostrar que não existe um modelo exclusivo de organização e funcionamento dos serviços de informações. A coordenação e a integração dos serviços militares provoca uma necessária interação permanente que resulta salutar pela eliminação de redundâncias no ciclo de informações. Sem verificarmos a existência de padrões unificados nas organizações de informações relacionadas com a Defesa e as FA, parece-nos ser comum a necessidade de órgãos de coordenação dos serviços que garantam integração e continuidade das ações correspondentes e formalização de relacionamentos interorganizacionais com a definição dos respetivos níveis hierárquicos funcionais.

### **1.1. Justificação da escolha do tema**

O interesse pelo tema, além de pessoal, advém, igualmente, do facto de uma matéria tão relevante como IM serem em Portugal alvo de investigação científica pouco apetecível. A importância da defesa do País, resultante da garantia da independência nacional enquanto tarefa fundamental do Estado e nesta circunstância da sociedade portuguesa poderá suscitar interesse académico e por essa via promover a discussão aberta a todos os sectores da sociedade. Talvez seja este o caminho para se eliminar o tabu da existência e funcionamento dos serviços de informações de segurança e Defesa, assim como talvez seja esta a forma de se evitar que a discussão se cinja exclusivamente ao muito restrito grupo de especialistas.

Por outro lado, procura-se que a pesquisa se balize pelo respeito aos requisitos de apresentar um objeto reconhecível e definido; que revele novidade, v. g., que diga o que não foi dito sobre o objeto de estudo, ou no mínimo que apresente uma ótica diferente de outros estudos sobre o mesmo assunto; que seja útil aos outros; e, que forneça elementos para que outros possam continuar a procurar, seja para confirmar o trabalho feito seja para o colocar em causa, v. g., não mais do que decorre da pretensão básica subjacente a toda a pesquisa social: a de que o investigador comunica novos conhecimentos previamente inexistentes ou inacessíveis aos membros de uma comunidade social ou sociedade. Nesta decorrência apontamos à questão da compreensão da mudança operada nos quadros sociais de ação que o trabalho profissional desenvolvido nos serviços de informações procura captar, mudança que desencadeia nos próprios serviços alterações procedimentais, nomeadamente na sua metainformação estratégica nacional.

## **1.2. A especificidade do objeto de estudo**

O objeto de estudo corresponde à identificação dos fatores macrossociais que levaram às alterações ocorridas no Serviço de Informações Militares (SIM), atualmente designado por Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL), e conseqüentes implicações no âmbito das informações e segurança, nas missões que são acometidas às FA Portuguesas no atual contexto internacional. Essas alterações são aqui tomadas como uma resposta institucional adaptativa às mudanças sociais globais e as conseqüentes implicações na metainformação estratégica nacional, como uma consequência operacional imperativa e decorrente dessa mesma adaptação institucional.

## **1.3. Objetivo central da tese**

O objetivo central da tese consiste no estudo da dinâmica das IM no SIRP e no seu conseqüente contributo para um equacionamento organizacional diferenciado.

## **1.4. Objetivos específicos**

São objetivos específicos da tese os seguintes:

- Contribuir para o desenvolvimento da Sociologia Militar em Portugal num contexto de desenvolvimento científico progressivamente interdisciplinar;
- Identificar os fatores que conduziram às alterações estruturais e funcionais das IM em Portugal;
- Esclarecer a atuação dos militares na reconfiguração orgânica do SIRP (SIEDM – DIMIL);
- Contribuir para a metanálise da produção da informação estratégica;
- Contribuir para o relevo institucional do CISMIL no processo de tomada de decisão aos diversos níveis hierárquicos militares.

## **1.5. Organização geral**

Esta tese foi organizada de acordo com uma estrutura composta por quatro eixos problemáticos principais:

O primeiro eixo remete para um enquadramento de caráter teórico em que abordámos a instituição militar enquanto objeto sociológico e identificámos alguns campos de possível



exploração no âmbito da Sociologia Militar. Ainda neste capítulo sobre o interesse sociológico das questões militares, remetemo-nos para áreas de atuação da Sociologia da instituição militar que se identificam com a compreensão da organização militar, da profissão militar e da respetiva condição, e das relações civis-militares. O contributo sociológico para o conhecimento desta organização e a interação com a sociedade envolvente culmina este eixo.

Um segundo eixo debruça-se sobre a globalização e as exigências que coloca à atividade militar em termos de ameaças e riscos decorrentes dos avanços tecnológicos e das alterações geopolíticas, que alteram o quotidiano das sociedades, tornando a Defesa Nacional um desígnio comum da cidadania em que o futuro não está determinado, antes sim, resulta da dinâmica da interação entre os atores sociais e a estrutura social. Esta dinâmica contribui para a definição do rumo estratégico do país e do papel que cabe às FA. Neste particular, as IM destacam-se pela sua intemporalidade e pela necessidade indiscutível enquanto recurso das FA no cumprimento da defesa dos espaços estratégicos nacionais e na prossecução dos objetivos estabelecidos internacionalmente. Na projeção internacional das FA Portuguesas em diversos cenários de atuação, em resultado das alterações de relacionamento internacional e na prática de alianças - em que o envio de FND estará em sintonia com as informações estratégicas militares - releva o contributo das ciências sociais, por via do estudo e compreensão da multiculturalidade e da sua influência na atividade operacional das FA face à realidade social envolvente.

No eixo seguinte (o terceiro) é abordado o caminho percorrido pelas IM desde Abril de 1974 até à criação do SIRP onde se dá nota da sinuosidade desse percurso quer através dos sucessivos enquadramentos institucionais, quer por via da mudança de designação. O papel dos militares e a respetiva contribuição em todo o processo de transformação das IM são aqui salientados. Da mesma forma, é abordada a atuação governamental durante o período em análise e as consequências advindas das alterações no cumprimento das missões das FA. A apresentação da organização do EMGFA e da DINFO contribui para uma interpretação mais favorável de todo o processo que culmina na definição das etapas das IM.

O último eixo (o quarto) refere a atualidade do CISMIL com destaque para a responsabilidade exclusiva na produção das IM e na respetiva capacidade autónoma. A formação e projeção de Células de Informações Militares e a relevância da capacidade de pesquisa são aspetos aqui referidos. Também as razões para a manutenção do CISMIL no escalão estratégico de produção de informações e a racionalidade inerente à reestruturação das FA associada às IM cabem neste eixo, que culmina com a apresentação da estrutura de serviços de informações de defesa estrangeiros, fazendo sobressair a necessidade da coordenação de todos os serviços de informações nacionais.



## **2. METODOLOGIA**

---

Neste Capítulo procede-se ao enunciado, justificação e explicitação das opções metodológicas tomadas na presente tese. Em termos expositivos, a opção recaiu sobre um modelo descritivo muito sintético, identificando que procedimentos foram adotados na chamada componente empírica da tese, e qual a respetiva justificação. A metodologia aparece, assumidamente, como instrumental para responder ao desafio conceptual que o objeto da pesquisa e a pergunta de partida sugerem.

### **2.1. Questão de investigação**

Entendemos que uma boa forma de iniciar uma investigação passa por adotar “*uma fórmula que a experiência revelou ser muito eficaz. Consiste em procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor*” (Quivy; Campenhoudt, 1992: 30).

Considerando esta premissa, procedeu-se à formulação de uma pergunta, alinhada com o objeto e os objetivos traçados, que traduzisse os propósitos da investigação:

- Em face dos fatores macrossociais que ditaram as alterações ocorridas no Serviço de Informações Militares, que consequências se podem prospetivar na meta informação estratégica nacional?

### **2.2. Delimitação cronológica do objeto de estudo**

As transformações operadas e que são objeto de estudo reportam-se ao SIM, independentemente da denominação diferenciada que foi assumindo, integrado na estrutura orgânica do Estado-Maior-General das FA, em Portugal, no período de Abril de 1974 à atualidade. Esta opção cronológica tem óbvias implicações metodológicas, uma vez que as transformações assinaladas reportam a uma fase histórica democrática do País, com o que isso possa significar em termos da natureza das informações (e até das práticas para a sua obtenção).

Todavia, o investigador deve estar sempre ciente de que qualquer delimitação temporal constitui um corte na temporalidade dos fenómenos sociais, o que de algum modo os artificializa, por força da introdução de uma periodização que diz sobretudo respeito aos objetivos (e aos meus disponíveis do investigador).

## **2.3. Principais características e opções metodológicas estruturantes da tese**

### *2.3.1. Técnicas de recolha de dados*

No processo de investigação adotámos uma estratégia integrada de pesquisa, com vista à organização crítica das práticas de investigação, particularmente, no que respeita à seleção e articulação das técnicas de recolha e análise da informação.

Consideramos adequado utilizar a metodologia qualitativa, dado que *“a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenómenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”* (Godoy, 1995: 21). Esta metodologia privilegia a análise de microprocessos, por meio do estudo das ações sociais dos indivíduos e dos grupos, possibilitando uma abordagem intensiva dos dados: *“Sem prejuízo da especificidade de cada leitura científica, procura-se um modo de olhar que se quer «aberto». Nesse sentido, é cada vez mais frequente a utilização por parte da sociologia de técnicas qualitativas baseadas na relação aprofundada com um pequeno número de atores sociais”* (Lalanda, 1998: 872). Por outro lado, realça a necessidade da intuição sociológica, num tipo de trabalho que não podemos deixar de considerar exploratório.

Num estudo em que as técnicas utilizadas são de cariz predominantemente qualitativo, entendemos que um fenómeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, sendo para tanto, analisado numa perspetiva integrada: *“A realidade sociológica é sempre uma construção que se fundamenta num universo fatural. Ao investigador cabe encontrar, através dessa construção, o essencial de um real, por vezes, quotidiano e anulado pelas rotinas comportamentais. O discurso do sociólogo é tanto mais fundamentado e melhor entendido quanto mais «enraizado» for na realidade que pretende explicar”* (Lalanda, 1998: 872).

Desta forma, o pesquisador vai ao *“campo”* procurar captar o fenómeno em estudo a partir da perspetiva das pessoas nelas envolvidas, atendendo aos pontos de vista relevantes: *“Apoiado nos dados brutos, o pesquisador procurará torná-los significativos e válidos. Utilizando técnicas quantitativas e/ou qualitativas, condensará tais resultados em busca de padrões, tendências ou relações implícitas. Esta interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois (...) interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido”* (Godoy, 1995:24). Vários tipos de dados terão que ser recolhidos e analisados para que se entenda a dinâmica do fenómeno.

### 2.3.2. *Pesquisa bibliográfica e documental*

O processo de pesquisa bibliográfica constitui, em qualquer circunstância de investigação científica, o primeiro passo. Através do levantamento bibliográfico obtêm-se os primeiros elementos indispensáveis para elaborar um histórico da questão, bem como uma avaliação dos trabalhos publicados sobre o tema. Esta pesquisa é fundamental na construção de ideias, permitindo aquilatar do estado atual dos conhecimentos sobre o tema de interesse. No entanto, no oceano de informação constantemente aumentado, surge como um desafio a resolução do problema referente ao tempo disponível, o que leva à necessidade de se fazer a escolha da literatura atualizada sobre o tema de interesse num tempo escasso, assim como uma criteriosa seleção, em função da leitura crítica, dos textos pertinentes para os objetivos prosseguidos.

A pesquisa bibliográfica aproxima-se da pesquisa documental. A diferença radica na natureza das fontes: a primeira remete para os contributos dos respetivos autores acerca do tema, reportando-nos às fontes secundárias. No que respeita à pesquisa documental, esta remete-nos às fontes primárias, isto é, a materiais virgens em termos analíticos. No fundo, e em ambas as situações, o documento, cujo conceito vai além do texto imprimido, constitui o objeto material da investigação. Desta forma, utilizámos os documentos como fontes de informação, indicações e esclarecimentos cujo conteúdo, por um lado, esclarece umas questões e, por outro lado, faz prova para outras, em consonância com o rumo que estabelecemos para a pesquisa: *"By bringing together writings and insights on the relationship between social research and social life in an examination of reflexivity, positioning and belonging, as well as the contexts and cultures of knowledge production that inform and shape the practices of research, the lineage of debates on the relationship between research and practice are charted"* (May; Perry, 2011: 9).

No caso particular da pesquisa documental, trata-se de um procedimento metodológico relevante porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação: *"La recherche en sciences humaines et sociales demeure largement fondée sur la parole et son exploitation. Dans tout travail de recherche sur le milieu de la défense, un problème méthodologique essentiel se pose rapidement: celui de l'accès aux documents internes, à la littérature grise"* (Deschaux-Beaume, 2011). Nesta sequência e, declaradamente, no presente trabalho, podemos caracterizar a pesquisa documental como um decisivo caminho de concretização da investigação, designadamente, pela necessidade inultrapassável de acesso a fontes pertinentes. A pesquisa documental é, também, uma técnica de escolha e de verificação de dados e nesse capítulo contribui para a heurística de investigação: *"Documents are studied to understand culture – or the process and the array of objects, symbols, and meanings that make up social reality shared by members of a society (...). A document can be defined as any symbolic representation that can be recorded or retrieved for analysis. Document analysis refers to an integrated and conceptually informed method, procedure, and technique for locating, identifying, retrieving, and analyzing documents for their relevance, significance, and meaning"* (Altheide, 1996: 2). A saliência da pesquisa documental nota-se, inclusivamente, até pelo facto de podermos

estar perante documentos únicos e que, como tal, testemunham exclusivamente determinadas realidades.

No desenvolvimento do trabalho, adotámos em momentos diferentes, as técnicas da observação não participante e da observação participante. Esta complementaridade resulta de duas realidades distintas: o período temporal alvo da investigação e a atividade profissional de quem investiga. A primeira situação é mais extensa do que a realidade seguinte. Vejamos.

### 2.3.3. *Observação não participante*

A adoção desta técnica decorre do facto do investigador não participar ativamente na situação. É um espectador, que observa sem participar, não interage com o respetivo objeto do estudo no período em que realiza a observação, daí que não se considere participante. Este tipo de técnica reduz substancialmente a interferência do observador na realidade observada, ou seja, observa os factos mas não participa neles, não se deixa envolver pelas situações. Neste quadro, é possível o uso de instrumentos de registo sem influenciar o objeto do estudo, revestindo-se este procedimento de um carácter sistemático.

Pode considerar-se que a principal técnica de observação indireta utilizada foi a entrevista. A entrevista, por definição, é uma conversa que tem em vista um objetivo. No entanto, mais do que uma conversa generalista, as entrevistas para um estudo possuem determinadas características e regras formais. As especificidades que considerámos para as entrevistas efetuadas têm que ver, por um lado, com o "*aprofundamento de um campo cujos temas essenciais conhecemos já, mas do qual queremos saber (...) que fatores terão eventualmente evoluído*" (Ghiglione; Matalon, 1992: 66) e, por outro lado, com "*a exploração de um domínio que não conhecemos*" (Ghiglione; Matalon, 1992: 66).

O tipo de entrevista não diretiva foi o adotado. Assim, foi elaborado um esquema de entrevista que englobava uma grelha de temas. Os temas foram abordados de forma livre. Antecipadamente, promovemos uma entrevista exploratória com os entrevistados individualmente considerados, circunstância que serviu, igualmente, para esclarecimento dos entrevistados sobre os objetivos do trabalho e a relevância que os respetivos contributos assumiam no decorrer da investigação, sendo-lhes garantida a confidencialidade da identidade.

De acordo com os entrevistados procedemos à gravação das entrevistas. As gravações foram ouvidas repetidamente, e anotadas as pistas e as ideias. Após a transcrição das respetivas entrevistas, estas foram devidamente remetidas a cada entrevistado, para eventual revisão. Após o reendereço, procedemos ao tratamento da informação através de uma análise de conteúdo que privilegiou a sistematização das respostas em torno de um conjunto de temas.

Os entrevistados são militares e civis. O critério de seleção adotado prendeu-se com os níveis de responsabilidade e os cargos exercidos durante o período em análise (ver Anexo 1).

Todos os entrevistados são informantes privilegiados, dado serem pessoas que pela sua ação, posição ou responsabilidades, possuem um conhecimento aprofundado do problema. Por motivos óbvios, esses informantes não se encontram identificados neste documento (nem em qualquer outro, incluindo os respetivos anexos).

#### 2.3.4. *Observação participante*

Na observação participante, o próprio investigador integra o meio a investigar, assumindo o papel de ator social, acedendo às perspetivas dos outros atores intervenientes no meio, partilhando as mesmas realidades. Neste contexto, a participação tem por objetivo a recolha de informação (opiniões ou perspetivas) inacessível a estranhos: *“Os investigadores qualitativos tentam interagir com os seus sujeitos de forma natural, não intrusiva e não ameaçadora. (...) Como os investigadores qualitativos estão interessados no modo como as pessoas normalmente se comportam e pensam nos seus ambientes naturais, tentam agir de modo a que as atividades que ocorrem na sua presença não difiram significativamente daquilo que se passa na sua ausência”*<sup>3</sup> (Bogdan; Biklen, 1994: 68).

#### 2.3.5. *Amostra de conveniência*

A amostra escolhida assume as características de uma amostra de conveniência: *“A convenience sample is one of the main types of non-probability sampling methods. A convenience sample is made up of people who are easy to reach”* (Stattek, 2013). Nesta amostragem, obtida porque o acesso às informações para caracterização do universo não é simples (ou não é mesmo possível) e os recursos são limitados, a seleção das observações atendeu a um critério não probabilístico. Com efeito, *“as amostras de conveniência constituem, muitas vezes, a única maneira de estudar determinado problema”* (Bittencourt, 2008: 18).

Na nossa amostra de conveniência atendemos ao binómio potencial de informação associado a limitações operativas, e privilegiámos a escolha de profissionais com elevado potencial de informação em função dos interesses da investigação. Assume particular destaque a qualidade e profundidade da informação prestada, em razão da especificidade do tema em análise, mas também, a limitação da quantidade de especialistas na matéria. A ocupação profissional atual dos entrevistados, associada ao conhecimento construído no desempenho de anteriores e atuais cargos, no âmbito das informações de defesa e militares (cfr. Anexo 1), constituem um contributo valioso para o trabalho de pesquisa pelas perspetivas diversas que estes especialistas possuem sobre o tema em estudo na presente tese.

---

<sup>3</sup> Esta abordagem é desenvolvida pelos autores, na mesma obra, no Capítulo III: 125-139.

### 2.3.6. Técnica de análise de dados

A análise de conteúdo foi a técnica adotada para o tratamento das entrevistas. A opção pela análise de conteúdo é justificada pela vantagem desta funcionar como técnica não-obstrutiva e permitir o trabalho sobre material não estruturado: "(...) *el análisis de contenido aparece como un conjunto de técnicas de análisis de las comunicaciones utilizando procedimientos sistemáticos y objetivos de descripción del contenido de los mensajes. El propósito del análisis de contenido es la inferencia de conocimientos relativos a las condiciones de producción (o eventualmente de recepción), con ayuda de indicadores (cuantitativos o no)*" (Bardin, 2002: 29).

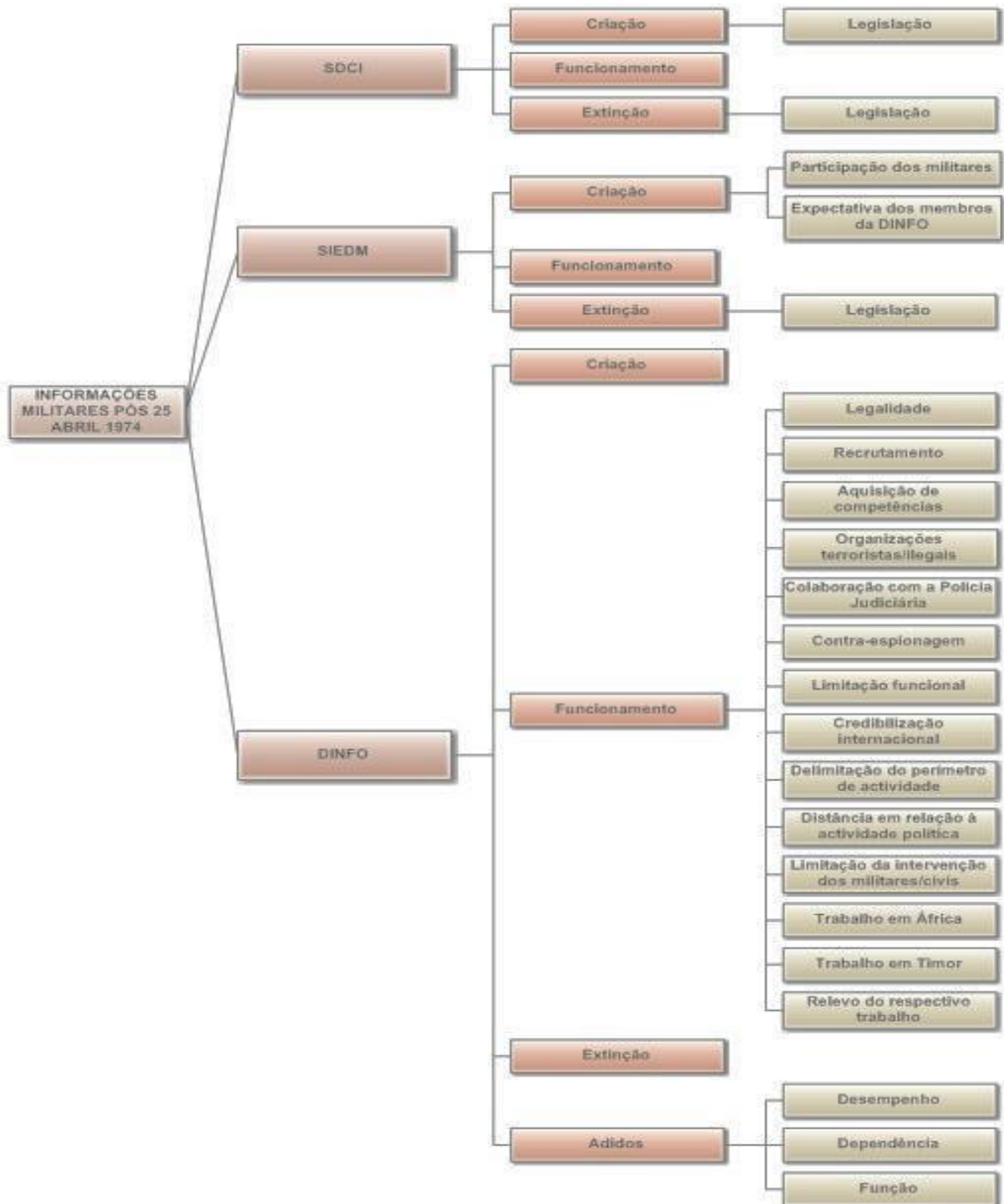
Assim, "*Tratar el material es codificarlo. La codificación corresponde a una transformación – efetuada según reglas precisas – de los datos brutos del texto. Transformación que por decomposición, agregación y enumeración permite desembocar en una representación del contenido, o de su expresión, susceptible de ilustrar al analista sobre las características del texto que pueden servir de índices*" (Bardin, 2002: 78).

Em relação às entrevistas originadas numa parte dos entrevistados (Anexo 2), procedemos à criação de uma matriz com três entradas correspondentes aos temas tratados nas entrevistas. Cada tema foi, por sua vez, subdividido em temáticas próprias, nas quais agrupámos os contributos que os entrevistados, individualmente considerados, forneceram, como mostra o Quadro 1.

No que respeita ao produto resultante das entrevistas de outro núcleo (mais restrito) de entrevistados, o procedimento foi idêntico na construção matricial. Porém, a diferença está nas temáticas e no respetivo conteúdo (Anexo 3). Desta feita, subdividimos em temáticas diversas uma entrada exclusiva. Esta tarefa é apresentada no Quadro 2. A divisão na amostra prende-se com o grau de conhecimento e a atualidade da atividade desenvolvida por uma parte dos entrevistados.



**Quadro nº 1 - Matriz temática geral**



Fonte: Elaboração própria.

**Quadro nº 2 – Matriz temática específica**



Fonte: Elaboração própria.

### **3. A INSTITUIÇÃO MILITAR ENQUANTO OBJETO SOCIOLÓGICO**

---

Uma das características das FA e que formula a sua singularidade é que elas representam uma enorme mobilização de meios na previsão de um acontecimento excepcional que se espera que nunca venha a acontecer. Segundo o provérbio "*Si vis pacem, para bellum*", a missão das FA consiste em preparar o que a sua existência supõe evitar. Esta situação, perfeitamente aceitável do ponto de vista lógico, implica um sentimento paradoxal. No entanto, "*ao adquirir um estatuto permanente, ao impor-se como modelo de organização no domínio da utilização da força organizada, as instituições militares tendem a monopolizar o exercício da violência nos quadros legais, embora tal monopólio nunca seja completo. Detentoras de forças (homens adestrados e organizados e instrumentos de destruição), sem equivalente no seio das sociedades modernas, as IM tornam-se, ao mesmo tempo que um instrumento ímpar de política (nomeadamente externa), um perigo para as instituições civis e para a própria sociedade que têm o dever de servir. Esta ambivalência explica a relação complexa, em que se misturam admiração e receio, inveja e desprezo, amor e ódio, que as sociedades modernas mantêm com as suas IM, com reflexos óbvios nos níveis de recursos que lhes são concedidos, nas modalidades de controlo que lhes impõem, na alternância de períodos de apoio incondicional e de vontade de redução das dimensões, dos meios, da influência*" (Santos, 2006:4).

É provável que os militares interiorizem um sentimento de diferenciação em relação à sociedade a que também pertencem, o qual poderá decorrer dos valores preponderantes na organização militar e da particularidade das respetivas missões. Ainda que possamos constatar quotidianos similares entre os militares profissionais e as populações com quem partilham essa realidade, o facto de os militares jurarem o sacrifício da vida na Defesa dos interesses do país fornece o cimento necessário à consideração da respetiva singularidade social: "*O que confere à profissão das armas a sua sombria grandeza é que o soldado dá a morte e recebe-a. É a decisão dos chefes que arrasta os subordinados para o risco, maior ou menor, mais ou menos participado, de morte*" (Aron, 1977: 416).

Esta construção da diferença é um facto intimamente ligado à identificação do grupo social que as FA constituem. A diferenciação permite a identificação. Assim, resulta saliente que os valores inerentes às FA estabelecem a sua alteridade, e da intensidade com que se impõem na organização depende a iniludível coesão: "*A hierarquia militar criou uma situação de comando, dominação do homem sobre o homem. A esta dominação legítima, chamar-lhe-emos autoridade. Se os subordinados obedecem a esta autoridade legítima, qualquer que seja o seu titular, qualquer que seja a opinião que os subordinados tenham desse titular, pode dizer-se que a instituição, como tal, não perdeu nada do seu ascendente ou, se o preferirmos, transmitiu aos graduados a autoridade intrínseca que possui. Em contrapartida, se os subordinados não obedecem senão aos*

*graduados que lhes parecem dignos de comandar, se não obedecem aos titulares, como tal, senão em virtude das qualidades pessoais que eles possuem, o moralista aplaudirá, enquanto o sociólogo se interrogará sobre a estabilidade e o futuro da organização*" (Aron, 1977: 416). Os valores assumidos pelos militares profissionais fundam a coesão e constroem a identificação com a Instituição, ou seja, as características do sistema de valores prevalecte nas FA tornam-no extraordinário, dificilmente comparável com outras grandes organizações mas, por isso mesmo, desafiante para a sociologia militar: *"Les caractéristiques du système de valeurs de l'institution militaire font de l'armée une institution hors du commun, peu comparable de ce point de vue avec les autres grandes organisations bureaucratiques. Pourtant la sociologie militaire n'a que rarement abordé ce problème de front: la référence aux valeurs de l'institution est souvent implicite et peu d'études systématiques leur ont été consacrées"* (Schweisguth, 1978: 373).

O *campus* militar, na linha de Goffman e no entendimento que podemos dele fazer, isto é, uma instituição vocacionada para a realização de uma missão ou tarefa utilitária, pode ser considerado uma instituição total. De resto, inclui-se num dos cinco tipos de instituições totais identificados pelo autor. E de acordo com ele, *"on peut définir une institution totalitaire comme un lieu de résidence et de travail où un grand nombre d'individus, placés dans la même situation, coupés du monde extérieur pour une période relativement longue, mènent ensemble une vie recluse dont les modalités sont explicitement et minutieusement réglées"* (Goffman, 1968: 41).

Pela atualidade do tema, o estudo da organização militar, relativamente às IM, comporta uma importância significativa. Constitui um campo em que as problemáticas têm uma real pertinência para a Instituição mas, igualmente, para a sociedade envolvente. Para compreender estas lógicas, a sociologia das organizações é particularmente útil. Com efeito, uma organização, qualquer que seja, inscreve-se num contexto político e social com o qual interage. Contextos diferentes, como é claro, dado que *"uma sociedade moderna decompõe-se, por si própria, num número considerável de sistemas parciais, todo o indivíduo de carne e osso pode pertencer a vários sistemas, não se definindo ninguém a partir de um só papel, nem pela soma desses papéis"* (Aron, 1977: 424).

Cada Ramo, cada Arma, cada Serviço que compõem as FA e as diversas unidades militares, dispõe de uma dinâmica particular, em parte forjada graças a uma história própria. Sobretudo, cada uma destas dinâmicas particulares promove certos valores próprios no seio do *ethos* que a instituição exprime. Como se percebe, a existência destas dinâmicas organizacionais remete para um processo que se identifica com o princípio teórico da dualidade da estrutura de Giddens, i. e., a interação micro-macro, através da reflexibilidade entre as organizações micro (IM) e práticas macro da estrutura institucional militar, ajuda a desenvolver um sentimento de identidade específico em cada um dos grupos. As IM enquadram-se na realidade descrita anteriormente.

### 3.1. Engenho metodológico na abordagem ao estudo das FA

O estudo das FA requer, em geral, instrumentos metodológicos inovadores, pelas próprias características do objeto de análise – pois tratando-se de uma organização social complexa (uma totalidade), a exigência das pesquisas que sobre esta organização incide é elevada. E quando se procura perceber o funcionamento de uma tão diversa organização em contexto de conflito armado ou em situação de destacamento no terreno, o grau de dificuldade aumenta consideravelmente.

A realidade concreta do próprio terreno impõe constrangimentos de índole diversa (técnicos; modalidades de recolha de dados; acesso difícil ao terreno), que o investigador é obrigado a ter em conta, pelas contingências resultantes dessa situação e pela influência determinante que estes imponderáveis colocam na esfera metodológica. Esta associação forte e de sentido igual entre as condições reais no terreno (restrições múltiplas, condicionamentos no contexto da investigação) e o grau de dificuldade da atividade científica constitui, em si mesmo, um ponto nevrálgico para uma reflexão epistemológica sobre os trabalhos produzidos no domínio da pesquisa aplicada aos militares e às FA. Ou seja, as condições em que o exercício militar real ocorre não são neutras para o próprio desenvolvimento científico. Avancemos, desde já, que o grande impulso para o desenvolvimento da Sociologia Militar no século XX se ficou a dever, muito fortemente, aos conflitos bélicos à escala mundial que tiveram por duas vezes lugar no século passado.

O caráter sensível e muitas vezes confidencial de um certo número de práticas (que emanam da ação das FA) supõe, igualmente, estratégias de compreensão inusitadas, assim como numerosos e necessários cruzamentos e sobreposição de fontes<sup>4</sup>. Procedendo desta forma, o investigador está mais perto da descodificação da realidade, da descodificação das leis recônditas: *“Les guerres, les traités, les intrigues des cours ou des assemblées, les actes des hommes d'État sont des combinaisons qui (...) On peut dire, en tout cas, avec certitude que, si ces lois existent, elles sont des plus difficiles à découvrir”* (Durkheim, 2002: 21).

O estudo das FA na totalidade do seu contexto é relevante: *“Il n'est pas douteux que la guerre soit un objet total, au sens où, en s'y consacrant, on est assuré de toucher à tout l'humain, aussi peu que ce soit. À dire vrai, je ne connais qu'un seul objet dont la totalité soit aussi totale que celle de la guerre: le suicide! L'un et l'autre exigent, si l'on prétend fonder en raison scientifique la suicidologie et la polémologie, de mobiliser la philosophie, la sociologie, l'histoire, d'un côté, et, de l'autre, toutes les sciences humaines spécialisées, la psychologie, l'éthologie, la politologie, la technologie (...) Ce n'est pas un hasard, si le plus grand des pères fondateurs de la sociologie, Émile Durkheim, a cru bon d'appliquer son génie à l'étude du suicide. On s'étonnera, par contre, que la guerre soit à ce point absente, ou presque, tant des trois disciplines que des diverses sciences, malgré sa centralité évidente dans les affaires humaines et en dépit du fait que*

---

<sup>4</sup> Vulgo, redundância da informação.

*lui ait été consacré le seul livre que l'on puisse peut-être tenir pour définitif, Vom Kriege de Carl von Clausewitz. La seule explication plausible de cette discrétion est idéologique: le pacifisme imprègne les cercles de chercheurs et d'intellectuels, comme s'il fallait aimer la guerre pour l'étudier, ou le suicide ou le cancer!"* (Baechler, 2010:17).

Enfim, a Sociologia Militar<sup>5</sup>, enquanto campo de pesquisa a consolidar, terá de cativar a atenção de públicos diversificados e constituir-se, por sua vez, como uma necessidade. É que a Sociologia Militar "(...) *es uno de los campos temáticos – sin excluir algunos otros – que sigue manteniendo abiertas preguntas teóricas centrales sobre la naturaleza de las instituciones militares en las democracias modernas; su carácter al interior de nuevas e diversas formas de estado; sus vínculos multidimensionales com las sociedades respectivas ; el origen, papel y destino de sus configuraciones simbólicas al interior de los procesos de secularización; y el papel profesional de las instituciones armadas al interior de los proyectos nacionales en un mundo globalizado*" (Varas, 1995: 7).

É importante mencionar que desde há muito tempo a ocupação humana no meio militar e as suas relações com a sociedade têm sido estudadas por diversos sociólogos. No entanto, a estruturação metodológica do estudo, como atualmente se apresenta na Sociologia Militar, releva da Sociologia norte-americana, designadamente, através dos trabalhos de Morris Janowitz e Edward Shils que no decurso da II Grande Guerra integraram o departamento de Guerra Psicológica do Exército, dando início ao estudo de casos do exército Alemão.

Numa fase inicial, a missão destes sociólogos consistiu em estudar o espírito de combate dos soldados alemães, que apesar das difíceis circunstâncias em que se encontravam, persistiam no combate. O estudo abordou a dualidade, coesão e desintegração do exército em causa, como salienta o texto introdutório: "*For the authors, in attempting to determine why the German Army in World War II fought so stubbornly to the end, have made an intensive study of the social structure of this army, of the symbols to which it responded, of the Nazi attempts to bolster its morale, and the Allied attempts to break it down. They have found a key to many of the behaviour and attitude patterns of the individual infantryman in the interpersonal relationship within the company – his primary group. His relationship to this primary group goes far to explain why he responds to one appeal and not to another, why he fights, and why he surrenders*" (Janowitz; Shils, 1948:280).

O resultado do trabalho permitiu concluir que a coesão dos soldados alemães não estava dependente dos símbolos políticos, ideológicos e culturais do nazismo, mas sim do sistema de interação gerado pela dinâmica de grupo, ou seja, a relação entre os elementos de cada grupo de combatentes tinha um carácter afetivo. Além desta realidade, o exército Alemão tinha uma organização que possibilitava a interação entre os diversos níveis da hierarquia previamente à mobilização para as frentes de combate, o que conduzia a um conhecimento mútuo em diferentes

---

<sup>5</sup> "A Sociologia Militar é um subcampo da sociologia interdisciplinar, utiliza conceitos sociológicos, teorias e métodos para analisar a organização interna, práticas e perceções das FA, bem como as relações entre as instituições militares" (Cobra, 2012: 133).

aspectos e não exclusivamente cingidos à vida militar. Com base nas conclusões do referido estudo, Janowitz propôs-se analisar as FA como um sistema social, dado que refletiam condutas prevaletentes e dominantes das respetivas sociedades.

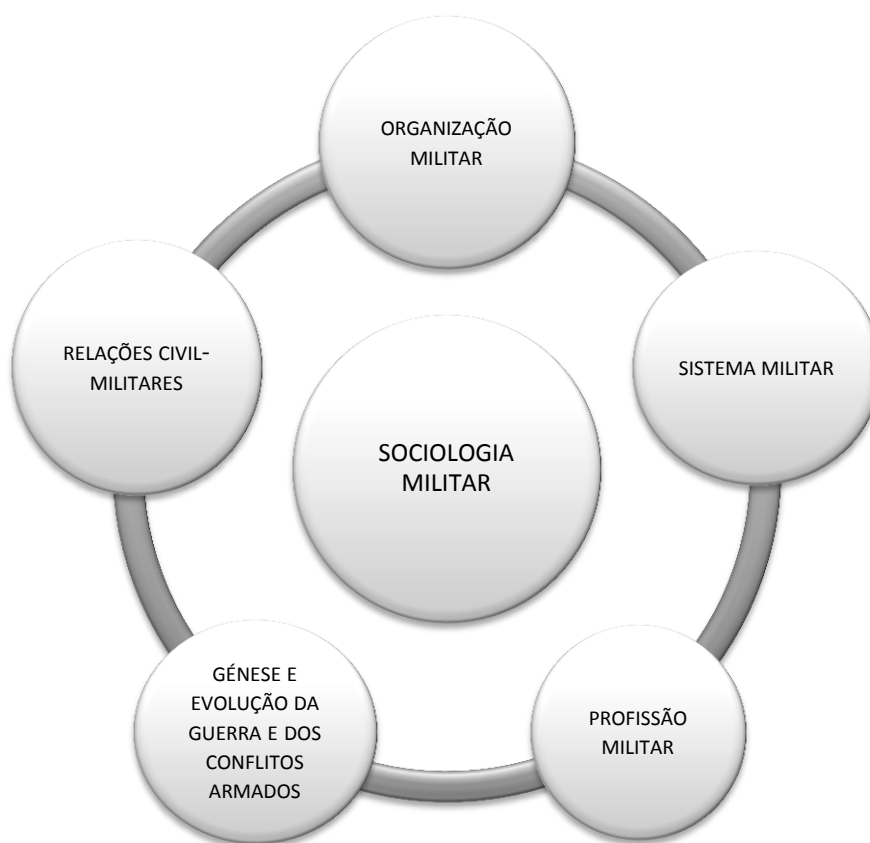
A par dos estudiosos referidos, encontram-se outros que contribuíram para a visibilidade desta vertente científica, citando Segal (2007): "*Herbert Spencer (1908), an early social Darwinist, saw social organization evolving from primitive military forms to advanced industrial societies. By contrast, Karl Marx and his followers saw military forces as necessary for the imperialism that capitalist industrial societies would have to pursue as they exhausted domestic raw materials and markets. More frequently, the military provided the organizational context within which theorists who were concerned with grand narratives addressed general substantive concerns. For example, Max Weber (1968), in his economic history, acknowledges the role of organized violence, and drew heavily on the Prussian Army as the prototype in developing his general model of bureaucratic organization. Emile Durkheim (1951) viewed participation in the military as one of the social conditions affecting the rate of suicide*" (Segal, 2007: 46).

Foi Wright Mills (2000) que postulou a existência de uma pequena e unificada elite dirigente, na sociedade norte americana, que tomava as decisões sobre factos de importância diminuta, como nas situações de maior interesse para o país e que afirmava que os oficiais superiores (os senhores da guerra) eram membros integrantes da elite do poder, posição compartilhada com os representantes da burocracia política e industrial: "*as the means of information and power are centralized, some men come to occupy positions in American society from which they can look down upon, so to speak, and by their decisions mightily affect, the everyday worlds of ordinary men and women* (Mills, 2000: 3) e "*the power elite is composed of men whose positions enable them to transcend the ordinary environments of ordinary men and women; they are in positions to make decisions having major consequences (...) For they are in command of the major hierarchies and organizations of modern society. They rule the big corporations. They run the machinery of the state and claim its prerogatives. They direct the military establishments. They occupy the strategic command posts of the social structure, in which are now centered the effective means of power and the wealth and the celebrity which they enjoy*" (Mills, 2000: 3-4).

Uma das formas de caracterizar o estudo das FA e da sociedade é relacionar a produção bibliográfica com conceitos temáticos abrangentes. Os estudos levados a cabo no âmbito das FA e sociedade têm sido classificados em função de diversos vetores essenciais de análise: "*Esta clasificación organiza el estudio sociológico de las Fuerzas Armadas bajo três epígrafes: primero, el militar profesional y la organización militar; segundo, las relaciones cívico-militares; y tercero, la sociología de la guerra y de los conflictos entre grupos armados*" (Harries-Jenkins; Moskos, 1984: 47-48). No entanto, parece-nos que a classificação temática seguinte é a mais utilizada e, por isso, será a que tomaremos, embora parcialmente, para este trabalho (ver Figura 1): organização militar; sistema militar; relações civil-militares; génese e evolução da guerra e dos conflitos armados; e, profissão militar. Esta é a proposta de Kurt Lang e será a que adotaremos, ainda que

parcialmente, dado que, cada uma das divisões adotadas permite uma abordagem mais bem delimitada, apesar de permeável. Como refere o autor, " *The field of military sociology as I see it, includes all those situations and structures where the element of organized violence constitutes a major and legitimate preoccupation – be it as a readily available means to some shared objective or as a potential last resort against attacks on social order. The subject matter is divided quite naturally into five sub-divisions. These are the profession of arms, military organization as social structure, the military system, civil-military relations, and the study of war and warfare*" (Lang 1968:7). Mas reconhece, também, que a divisão apresentada não torna os respetivos assuntos estanques: " *Together these cover the field of military sociology although, admittedly, no sharp line between them can always be drawn and items in this bibliography clearly cut across boundaries*" (Lang 1968:7).

**Figura nº 1 – Vetores temáticos da Sociologia Militar**



Fonte: Elaboração própria

No âmbito da subárea denominada por Organização Militar enquanto organização formal, socorremo-nos do contributo da Sociologia das Organizações. É como qualquer outra organização social que a instituição militar é aqui abordada, isto é, enquanto " *entidade social, conscientemente coordenada, gozando de fronteiras relativamente bem delimitadas, que funciona numa base relativamente contínua, tendo em vista a realização de objetivos*" (Bilhim, 1996:21).

Não podemos compreender um conflito, uma intervenção humanitária, o dilema da



segurança ou da diplomacia coerciva sem nos interrogarmos sobre as lógicas próprias das organizações militares, as competências dos militares, a influência das chefias militares, a qualidade dos sistemas de armas, a eficácia da logística ou a dinâmica das IM: *"É evidente que a Instituição Militar constitui um fenómeno social suficientemente amplo e diversificado, para constituir um problema sociológico cujo estudo comporta diferentes níveis: político, económico, estatutário e operacional"* (Cobra, 2012:25).

As mudanças e questões contemporâneas ligadas a processos variados como a profissionalização das FA, as convulsões no continente africano e o papel fundamental dos exércitos nacionais no resultado das revoltas, ou ainda, as operações multilaterais de contrainsurreição e de (re)construção de Estados confrontados com uma conflitualidade de contornos indefinidos, sublinham a necessidade de desenvolver uma Sociologia Militar como um campo de pesquisa não subsidiário: *"(...) sans la sociologie, il n'y a rien dont on pourrait parler en l'expliquant"* (Baechler, 2010: 1).

Todas estas mudanças se refletem nas FA, as quais, *"(...) intentan adecuar sus estructuras a las nuevas exigencias. Aquí, (...) es menester detenerse para centrar el tema en el enfoque de la sociología de la organización militar, señalando (...) la necesidad de buscar los puntos de convergencia entre las organizaciones del mundo civil con el castrense, aceptando las especificidades de uno y outro"* (Garcia, 1995: 21). Com efeito, estes fenómenos, entre outros de igual importância estratégica, não podem ser compreendidos em termos da sua lógica e das suas consequências sobre o seu ambiente nacional, regional ou global, sem a ponderação das suas dinâmicas sociais: *"Importa frisar (...) a necessidade de os exércitos se conhecerem cada vez melhor a si mesmos e, também, de melhor serem conhecidos pela sociedade civil"* (Cobra, 2012:29).

A admissibilidade de nos encontrarmos num plano de transição fundamental para as FA e para as respetivas sociedades, remete para a Sociologia a responsabilidade primeira, que, *"(...) reside no levantamento e estudo das transformações que ocorreram no passado e na compreensão das linhas principais do desenvolvimento, atualmente em curso"* (Giddens, 1997: 12). Tal significa refletir sobre questões que se prendem com as permanências e as transformações da instituição militar como organização; as relações que se estabelecem entre as FA e as respetivas sociedades, tanto com as elites políticas e económicas, como com as populações próximas; e com a compreensão do que dá sentido à natureza da violência implantada e às alianças políticas locais.

Parece-nos que há um reduzido diálogo sobre as FA, tornando-se, a nosso ver, profícua a reflexão sobre a realidade militar, saindo da marginalidade a que tem estado confinada, tanto mais que, *"in short, the scientific study of society, i. e., sociology, would be grossly incomplete without incorporating the study of the military"* (Siebold, 2001: 140). Em nosso entender, a Sociologia Militar encontra várias dificuldades no processo de conhecimento do âmbito em que labora. Sob pena de não abarcarmos todas as dificuldades, referimos, concordando com Garcia (1995), as

seguintes:

- A primeira, que se relaciona com o facto de as FA serem um fenómeno político, sociológico, jurídico, económico e filosófico. Daqui decorre a complexidade da abordagem.
- A segunda, que convive com o facto de as FA serem moldadas pelas respetivas sociedades que são, por sua vez, os seus *stakeholders*. Como tal, não é vantajoso "(...) *analizarles en el "vacío" extrayéndoles de su escenario natural sob pena de pecar de falta de rigurosidad en el análisis*" (Garcia, 1995: 18). Neste capítulo, torna-se necessário o conhecimento histórico, tal como a abordagem dos eventuais problemas conjunturais vividos pela sociedade em causa.
- Podemos considerar uma outra dificuldade: a influência que a evolução da guerra produz nas FA. Nesta situação, teremos que chamar a polemologia, igualmente, para a mesa.

Apesar das iniciativas visando estruturar o campo e o objeto de estudo, a Sociologia militar, continua relativamente periférica. Tanto Durkheim como Clausewitz exprimem a importância de relacionar as dimensões sociais e militares para a compreensão dos fenómenos por eles abordados. Durkheim, interessado na construção da disciplina e em compreender os efeitos da guerra sobre as dinâmicas sociais da época, considerava que, no seu tempo, uma ciência militar estava inteiramente por construir: "*Les cadres d'une science qui est seulement en train de se fixer ne peuvent rien avoir de rigide: il importe même qu'ils restent ouverts aux acquisitions ultérieures. C'est ainsi que nous n'avons parlé ni de l'armée ni de la diplomatie qui sont pourtant des phénomènes sociaux et dont il doit être possible de faire la science. Seulement cette science n'existe pas encore, même à l'état embryonnaire. Or je crois qu'il vaut mieux se priver du plaisir toujours facile d'esquisser à grands traits le plan d'une science tout entière à construire ...*" (Durkheim, 2002: 18).

Por outro lado, analisou a proporção de militares que praticavam o suicídio altruísta, levado a efeito nas FA, devido ao espírito militar e ao estado de altruísmo que isso implica, apesar do processo de individualização que tocava ao resto da sociedade: "*Dans nos sociétés contemporaines, comme la personnalité individuelle est de plus en plus affranchie de la personnalité collective, de pareils suicides ne sauraient être très répandus*" (Durkheim, 2002b: 82), no entanto, "(...) *dans les régiments, il existe un état collectif qui incline au suicide les soldats (...)*" (Durkheim, 2002a: 101).

Em contexto de guerra, porque os militares preferiam a morte à humilhação da derrota: "*On peut bien dire, sans doute, soit des soldats qui préfèrent la mort à l'humiliation de la défaite (...)*" (Durkheim, 2002b: 82), mas também, em tempo de paz, porque o militar está pronto ao sacrifício da vida, desde que fez juramento: "(...) *il existe parmi nous un milieu spécial où le suicide altruiste est à l'état chronique: c'est l'armée*" (Durkheim, 2002b: 82). O militar tem no princípio da sua

conduta, ser em prol do coletivo, sobrepondo-se ao interesse individual, o que se apresenta como característica do estado altruísta: "*En un mot, le soldat a le principe de sa conduite en dehors de lui-même; ce qui est la caractéristique de l'état d'altruisme*". (Durkheim, 2002b: 87).

Sob a influência desta predisposição, ele estará mais inclinado a passar ao ato, incluindo por razões aparentemente irrelevantes: "*Il faut qu'il soit exercé à faire peu de cas de sa personne, puisqu'il doit être prêt à en faire le sacrifice dès qu'il en a reçu l'ordre. Même en dehors de ces circonstances exceptionnelles, en temps de paix et dans la pratique quotidienne du métier, la discipline exige qu'il obéisse sans discuter et même, parfois, sans comprendre (...)*" (Durkheim, 2002b: 87). Esta análise coloca, desde logo, a existência duma especificidade comportamental e normativa própria das FA, podendo ser desconstruída e explicada através duma abordagem sociológica.

Quanto a Clausewitz, a sua abordagem é, principalmente, sobre questões de ordem doutrinal e tática no quadro de conflitos entre Estados, adotando uma conceção de tríade composta por Governo, FA e Povo. Ele insiste, por consequência, sobre a necessidade de inscrever a compreensão das lógicas da guerra na realidade social no seio da qual aquela acontece. O Governo estabelece o objetivo político, as FA proporcionam os meios para se alcançar tal objetivo e o Povo proporciona a vontade – motor da guerra. Ainda no mesmo estudo, teorizou, igualmente, sobre as lógicas e dinâmica da guerrilha, que caracterizam os conflitos assimétricos, frequentemente, insurreccionais: "*(...) deve notar-se que uma guerra do povo deve em geral ser considerada como uma consequência da maneira como o elemento guerreiro quebrou nos nossos dias as suas velhas barreiras artificiais – por conseguinte como uma extensão e um reforço de toda esta fermentação que denominamos a guerra*" (Clausewitz, 1976b: 577).

Convida, de alguma forma, a pensar as configurações conflituais não institucionalizadas: "*No entanto, não é necessário um exame muito aprofundado para nos convenceremos que na sua grande maioria estas forças não estão à nossa disposição e não podem ser utilizadas à vontade*" (Clausewitz, 1976b: 577). Assim, como as implicações das solidariedades e organizações sociais locais: "*Uma resistência tão largamente dispersa não está evidentemente apta a vibrar grandes golpes que exigem uma ação concentrada no espaço e no tempo. A sua ação, tal como o processo de evaporação na natureza física, depende da extensão da superfície exposta. Quanto maior ela for, mais estreito será o contato com o exército inimigo, mais este exército se dispersará e tanto mais poderosos serão então os efeitos do armamento popular*" (Clausewitz, 1976b: 578). Desta forma, "*Os levantamentos de landstrunf e as massas populares armadas não podem nem devem ser utilizados contra o corpo principal do inimigo, nem mesmo contra quaisquer corpos importantes; eles, não devem tentar quebrar o núcleo, mas minar unicamente o exterior e os ângulos*" (Clausewitz, 1976b: 579).

Atuando em conformidade com os preceitos anteriores, "*na maior parte dos casos, a nação*

---

<sup>6</sup> Armamento do povo.

*que faz uma utilização judiciosa destes meios alcançará uma superioridade sobre aqueles que não curam de se utilizar deles" (Clausewitz, 1976b: 577). Nesta decorrência, faz sentido a inclusão do estudo das FA no interesse científico da Sociologia, da mesma forma, que é vantajoso para a pesquisa estratégica e as doutrinas militares a contribuição que a Sociologia e a Antropologia (como as outras ciências sociais), podem fornecer pelo conhecimento que possuem da realidade do terreno sociológico, antropológico e cultural no qual as FA se implantam atualmente baseadas na "aceitação de um postulado essencial: que uma das tarefas da sociologia e, porventura, a sua principal fonte de legitimação consiste (...) em reconhecer ou, consoante os casos, em reconstituir as razões que levaram o ator social a adotar um determinado comportamento, atitude ou convicção. Para os explicar, é certamente necessário identificar as ideias, os valores ou as representações vigentes no contexto em que se situa. Todavia, o cerne da análise sociológica consistirá sempre em identificar as razões pelas quais um determinado ator ou uma determinada categoria de atores tende a aderir a elas" (Boudon, 1995:16). Concretamente, "as relações estabelecidas entre a sociologia e as FA devem ser entendidas segundo um duplo interesse. Por um lado, uma ciência social em desenvolvimento, que descobre uma instituição que, ao longo dos tempos, se tem apresentado com fronteiras bem definidas, relativamente à sociedade de que é parte integrante. Por outro lado, as FA, que vêem na sociologia um indispensável e precioso auxiliar na ação de comando, ao possibilitar outros conhecimentos, que facilitam a decisão (...) É uma instituição, que vive com militares profissionais, com jovens recrutados e com elementos civis. Cada um destes grupos de seres sociais coloca tipos diferentes de questões a serem equacionadas, além das inerentes ao seu inter-relacionamento" (Cobra, 2012: 27).*

### *3.1.1. Um exemplo de um objeto de estudo emergente*

A necessidade de renovar os quadros doutrinários e a estratégia militar no contexto das conflitualidades não convencionais, frequentemente consideradas como inéditas é paradoxalmente traduzido pelo recurso a esquemas antigos e com validade científica questionável. Num estudo recente sobre a sociologia das doutrinas contra-insurreccionais, é descrito o paradoxo. É sublinhado como as doutrinas americanas contemporâneas da contrainsurreição elaboradas e empregues relativamente ao Afeganistão e ao Iraque, dependem, largamente, de categorias de análise elaboradas pelos administradores militares britânicos ou franceses na época das conquistas coloniais ou das guerras da descolonização: "(...)une mise à jour du cadre d'analyse classique des mouvements insurgés, hérité des guerres de décolonisation. Rares sont ceux, en effet, qui soulignent à quel point la «Doctrine Petraeus» mise en oeuvre en Irak et en Afghanistan reste marquée par le modèle, en partie obsolète, des insurrections du modèle dit «maoïste»" (Doronsoro et al., 2012: 16). A situação pode ser expressa da seguinte forma: "classical counterinsurgency seems curiously divorced from contemporary reality" (Killcullen apud Doronsoro et al, 2012: 16).

Neste domínio, as ciências sociais, e particularmente a Sociologia e a Antropologia têm vindo

a desenvolver estudos diversificados sobre as configurações locais e transnacionais da guerrilha e da conflitualidade não convencional. Sustentadas nas análises no terreno, elas analisam as origens da legitimidade dos atores armados, os seus registos discursivos, as suas estratégias de aliança e a sua organização política. No entanto, a dificuldade do diálogo entre instituições e disciplinas explica-se, em parte, justamente pelas lógicas de cultura das organizações, cuja interpretação sociológica é possível. Wiarda descreve as culturas e modos de funcionamento diferentes da pesquisa 'militar' e da pesquisa 'civil' nos EUA, tal como as experimentou no *National War College* (NWC): "*NWC is the story of two cultures, two entirely different ways of life, coexisting uncomfortably and maybe incompatibly within this single institution. On the one hand, NWC presumes to be a "college", within a larger "university" (the National Defense University), with all that is assumed within those terms – academic freedom, vigorous research activities, free speech, tenure, freedom of activity within the classroom, encouragement of research and publication, a merit system, professional ranks, and so on. But in fact, none of these features exists within NWC. Instead, it is the military and militaristic aspects of NWC that predominate: the command structure, the system of ranks and hierarchy, a system of top down authority, a system of orders emanating from above and of obedience expected at the bottom, a system that values students more than faculty, views the faculty (like military officers) as interchangeable pegs in a well-oiled machine, sees no value in research, tenure, or individual expertise. In short, NWC is an Army base, not a serious academic institution*" (Wiarda, 2011: VIII-IX).

Estas diferenças complicam as colaborações entre civis e militares no campo da pesquisa, designadamente, para as disciplinas das ciências sociais: "*These two systems and the cultures that go with them – military, on the one hand, and civilian academic, on the other -, coexist but rarely so at NWC. The situation is explosive or nearly that. One group doesn't understand, comes from a different sociological and political background, and harbors resentments toward the other. Those resentments are reciprocated by the other side. The two cultures operate on different assumptions and function on different wavelengths. There are simmering tensions between them which flare to the surface on an everyday basis. The two cultures work at cross purposes; they exist in a state of endemic civil war and revolution*" (Wiarda, 2011: IX).

Situação semelhante é constatada com os investigadores civis em ciências sociais e, particularmente, os antropólogos e os sociólogos, em geral reticentes à instituição militar e a eventuais colaborações de pesquisa ou de consultoria. Nos EUA podemos observar este fenómeno de distanciamento, em razão, nomeadamente, da guerra do Vietname. Mesmo se esta rejeição estiver atualmente atenuada, há contudo investigadores que continuam a alimentar alguma reticência no que diz respeito às FA. Assim, ainda em 2007, a *American Anthropological Association* se pronunciou contra a participação de antropólogos no programa "*Human Terrain System*", desenvolvido pelas FA dos EUA, a fim de constituir equipas pluridisciplinares em ciências sociais e sob comando militar, para o estudo das sociedades onde operam as forças militares estado-unidenses e internacionais, como damos conta noutra parte do trabalho. Mas esta realidade leva a que "*se pose alors la question de la tension entre l'autonomisation de la sociologie*

*militaire et l'écueil d'un isolement résultant d'une marginalisation de la sous-discipline dans une logique centre/périphérie(s). Il n'existe pas encore de structure de recherche fédératrice capable d'assurer la pérennité et la visibilité des chercheurs en sociologie militaire. Ils se retrouvent ainsi souvent fortement isolés dans leurs universités de rattachement car cette affiliation disciplinaire apparaît encore comme une originalité, même s'il est vrai qu'ils peuvent se retrouver, ponctuellement, sous la bannière d'un même événement scientifique. La mise en commun des données et des travaux n'est cependant pas systématique. Un pôle structurant peine à émerger au sein de la communauté des sociologues (et des politistes) qui traitent de ces thématiques en lien avec le fait militaire. Au-delà du manque de convergence des travaux entre les différentes thématiques de recherches (...), nous allons voir qu'en leur sein même, elles pâtissent de lourdeurs institutionnelles et académiques, ainsi que de biais idéologiques et méthodologiques, ce qui explique la difficile émergence de la sociologie militaire comme champ de recherche structuré et légitime'* (Djebbi; Pastor, 2012: 9).

Talvez a tendência refratária da comunidade académica aos esforços para incorporar os estudos sobre as FA no meio científico possa encontrar razão no seguinte: *"Una línea de explicación de este fenómeno es que la sociología militar en los países desarrollados ha sido una sociología para las fuerzas armadas, más que una sociología de las fuerzas armadas, lo cual la ha limitado para interactuar conceptualmente con la disciplina matriz"* (Varas, 1995: 6).

A realidade descrita anteriormente, não é, contudo, a forma acabada desta situação. A Sociologia Militar tem vindo a fazer o seu caminho, e a formalização da pesquisa favorece o diálogo interdisciplinar sobre os militares. Nos EUA, o interesse crescente tem sido traduzido pela vontade dos investigadores em estruturar o campo da pesquisa, desde a IIª Guerra Mundial. As reflexões e debates foram iniciados por várias obras de referência, com *"The American Soldier"* (Stouffer et al, 1949-1950), *"(...)the general scope (...) was at the individual level of analysis and on the topics dealing with soldier adjustment and some small group processes"* (Siebold, 2001: 142). *"The Soldier and the State: the theory and politics of civil-military relations"* (Huntington, 1957), que, em contraste com o anterior, dedica-se ao estudo de *"(...)the military as a profession, the military mind and ethic, civilian control of the military, civilian-military relative power, and patterns of civil-military relations"* (Siebold, 1995: 144). *"Military Sociology: a study of american military institutions and military life"* (Coats; Pellegrin, 1965), em que se inicia o uso do termo *military institutions*<sup>7</sup> em título, e que cobria áreas como *"(...)the military as an institution in America society, military elites, the military as a formal organization and informal social system, leadership, the military profession, socialization, small groups, women and minorities, civil-military relations, and social and technological change"* (Siebold, 2001: 144). Mais tarde, Little (1971)

---

<sup>7</sup> A Instituição militar é definida como *"(...)as an organized system of activity directed at the achievement of certain goals...for carrying on aggression against other societies, protecting the society against aggression by others, and providing the means for maintaining domestic order and control"* (Coats; Pellegrin, 1965: 10)

seguiu este exemplo em *"Handbook of Military Institutions"* e, posteriormente, Lang (1972), com *"Military Institutions and the Sociology of War"*. Na galeria das obras de referência, entram, igualmente, *"The Professional Soldier"* (Janowitz, 1960), *"The American Enlisted Man"* (Moskos, 1970), e, *"The Military and Politics in Modern Times"* (Perlmutter, 1977) que se focaliza *"(...)in depth on the professional soldier and his relation to different types of regimes"* (Siebold, 2001:144). Esta tendência é, seguidamente, estruturada em torno da criação de revistas científicas: *"The Journal of Political and Military Organization"*, *"Armed Forces and Society"*. Em 1995 foi criado o *Centre for Research on Military Organization*, por David Segal.

Podemos afirmar que nos EUA a Sociologia das interações FA – Sociedade representa uma das dimensões mais visíveis da Sociologia Militar. A pesquisa constituiu-se durante os anos 1960/70 como um campo de investigação importante, acerca do lugar e dos papéis das minorias no âmbito das FA; sobre as questões de género; a socialização; as mudanças tecnológicas ou a liderança. No entanto, o debate científico esteve limitado, durante largo tempo (até à década de 80 do século XX), à controvérsia referida sobre a natureza *"institucional"* das FA (segundo a qual a instituição funcionaria segundo lógicas tradicionais e de valores patrióticos e coletivos) e o *"ocupacional"* (primazia de lógicas negociais no seio da instituição, ao alcance de agentes económico-rationais).

Entre nós, não existe uma tradição firmada nos estudos de Sociologia Militar, como se poderia invocar para outros domínios subdisciplinares da Sociologia portuguesa. Porém, e reportando-nos apenas ao período pós 25 de Abril, no qual se institucionalizou o ensino público da Sociologia em Portugal – após um interregno longo decorrente da história política – existe alguma produção autóctone, suportada nos trabalhos de Maria Carrilho, Helena Carreiras, Saudade Baltazar, Jorge Cobra, entre outros. Talvez seja relevante sublinhar a criação, em 2010, e em sede da Associação Portuguesa de Sociologia, de uma Secção Temática dedicada aos estudos sobre a instituição militar e a segurança, que foi já responsável pela organização científica das Sessões que, sob a égide desta subdisciplina, se realizaram no âmbito do VII Congresso Português de Sociologia, realizado no Porto em 2012 (embora já em 2008, durante o V Congresso, se tivessem constituído Mesas Temáticas relacionadas com a Sociologia Militar).

### **3.2. Campos de potencial interesse exploratório**

*"Face à permeabilidade das fronteiras, que hoje caracteriza a Sociologia Militar, e tendo em vista, tanto o desenvolvimento integrado desta Sociologia, como o seu relacionamento com outras disciplinas das ciências sociais, tem-se verificado uma tendência para compartimentar o estudo e investigação das FA, em três áreas gerais: O militar profissional e a organização militar; as relações civis-militares; a guerra e os conflitos entre grupos armados. Na prática (...) não podem deixar de existir entre estas áreas numerosas interpenetrações"* (Cobra, 2012:26).

Tendo em conta o antecedente, identificamos alguns caminhos passíveis de exploração no

âmbito da Sociologia Militar e que contemplam a abordagem das FA como organização profissional e militar na vertente interna, v. g., a mudança paradigmática introduzida pela profissionalização militar, à qual a tecnologia está associada e lança um repto ao futuro: "*The military men who dominate a modern technical society will be different from the officers of history and tradition. It is probable that the specialists on violence will include in their training a large degree of expertness in many of the skills that we have traditionally accepted as part of modern civilian management*" (Lasswell, 1941: 458).

Mas, também, a abertura à sociedade através da captação das potencialidades do fornecimento de serviços diversos às FA, para mais em contexto de exercício orçamental crítico, tanto como das respetivas reestruturações visto que "*cada uma das diferentes FA, como lugar de passagem para um grande número de cidadãos, reflete no seu interior os diversos matizes da sociedade em que se «banha»*" (Cobra, 2012:30). Consideramos, também, como área de interesse o estudo da legitimação das FA e nesta sequência, o estudo dos conflitos não convencionais.

Acolhemos, em jeito de remate, de forma sintética, que "*Em termos de finalidade última, a Sociologia Militar visará tornar mais eficiente e eficaz o desempenho das missões que competem às FA, tanto operacionais, como de interesse coletivo*" (Cobra, 2012: 25).

### **3.3. Organização militar**

Os aspetos estruturais e formais da organização militar atual têm a sua origem no século XVII, com a influência decisiva do Príncipe de Orange. É neste período que se desenvolvem formas de treino militar standardizadas, com a adoção da disciplina como forma de controlar o comportamento das tropas e a introdução do uniforme, dado que até então, os soldados usavam a sua própria vestimenta. O estabelecimento de cadeias de comando militar nesta época serve de exemplo para a construção da organização burocrática civil.

A nova configuração das tropas, com o seu carácter permanente, passa a permitir a existência da carreira militar. O oficialato era composto por nobres ou mercenários, mas a situação alterou-se durante o século XIX, com o estabelecimento da atividade profissional militar, acompanhada de políticas de recrutamento e sistema de promoções, apesar deste se revestir de alguma informalidade. No entanto, no início do século XX, "*(...)os principais países europeus, bem como os Estados Unidos da América e a Rússia, tinham escolas de treino militar, que utilizavam modelos burocráticos de recrutamento e promoção*" (Giddens, 1997:434).

O volume dos exércitos tinha que ver com os aspetos beligerantes do momento; se o país estava em guerra ou se perspetivava o conflito, ampliava-se o efetivo. A introdução do recrutamento obrigatório, aplicável apenas aos nacionais masculinos revela que a necessidade da defesa nacional é um esforço que obriga à participação massiva. Atualmente, as FA são profissionalizadas e assentam as respetivas organizações no modelo burocrático weberiano: "*(...)e/*



*marco conceptual básico se deriva del modelo weberiano del tipo ideal de burocracia, y así el campo de investigación centra su atención en el concepto del Ejército como organización burocrática. De forma análoga, los límites desta investigación vienen determinados por el hecho de que las formaciones militares están organizadas sobre una base nacional y de que algunas características de las Fuerzas Armadas en tanto burocracias se encuentran igualmente en las organizaciones civiles'* (Harries-Jenkins; Moskos, 1984:70).

Estas alterações refletem transformações sociais tais como a integração social dos estratos sociais menos favorecidos e a democratização política, e também, as exigências técnicas das FA modernas.

Como referimos, as modificações na organização militar repercutiram-se em toda a sociedade, a tal ponto que faz sentido, afirmar que a vivência coletiva é sinónimo de organização: *"Nascemos em organizações, somos educados em organizações, e quase todos nós passamos a vida a trabalhar para organizações. Passamos muitas de nossas horas de lazer a pagar, a jogar e a rezar em organizações. Quase todos nós morremos numa organização, e quando chega o momento do funeral, a maior de todas as organizações – o Estado – precisa dar uma licença especial"* (Etzioni apud Baltazar, 2002:52).

As sociedades atuais assentam na (e acentuam a) eficiência, o racionalismo e a competência. A organização militar reflete a sociedade envolvente, e *"à semelhança de qualquer organização, grande parte das atividades das FA tendem a dominar e/ou minimizar a incerteza mediante o controlo da sua envolvente, ou seja tenta influenciar o comportamento dos atores que aí atuam, ao recolherem de forma sistemática a maior quantidade de informação, tida como importante para os fins organizativos e ao incorporar um número muito elevado de especialistas em variadas e diversas áreas. Desta forma, a organização militar é um sistema social aberto que se encontra em contínua interação com o contexto envolvente, e ao reproduzir de modo seletivo a estrutura ocupacional da sociedade, não deixa de se constituir como um âmbito de adoção de decisões relativamente autónomo, quer face à restante administração pública quer em relação à sociedade onde se inscreve"* (Baltazar, 2002:52).

Por via do estudo da similitude entre a organização militar e as organizações civis, nos capítulos da dimensão e complexidade, relevam-se os aspetos inerentes à formalidade que permitem a consideração da organização militar nas tipologias elaboradas por Goffman (Goffman, 1968:30-31 e 45-47) e Etzioni (Etzioni apud Chiavenato, 1983:335-336).

A classificação proposta por Etzioni fundamenta a existência dos tipos de organizações em função da diversidade de uso e significado de obediência, dado que, a estrutura de obediência em cada organização releva do tipo de controlo aplicado aos seus elementos, atribuindo por esta via, realce aos sistemas psicossociais das organizações.

Na senda dos modelos teóricos aplicados à organização militar, aludimos ao tipo ideal da burocracia de Max Weber, *"por ter constituído o modelo de análise para múltiplas investigações elaboradas no pós-guerra, sendo mesmo considerado como o marco conceptual básico e que*

*centra a sua atenção no estudo do carácter burocrático da organização militar” (Baltazar, 2002:54).*

O processo de racionalização que se vislumbra para a economia é extensível ao domínio político. Referimo-nos ao fenómeno da racionalização administrativa – a organização burocrática. Ela é a forma especificamente moderna da dominação legal. Daí, a questão da legitimidade da dominação, do poder, da autoridade, legitimidade que é condição da obediência, da submissão, da “*docilidade*” dos dominados às ordens dos dominantes. Qualquer verdadeira relação de dominação engloba, de facto, uma vontade de obedecer, e só tem fundamento se existir nos dominados a crença da sua legitimidade: “*Weber, apresenta como razões que legitimam a obediência e justificam a dominação, isto é, razões da legitimidade, a forma tradicional, a carismática, e a racional (legal)*” (Simon, 1994:377).

**Quadro nº 3 – Classificação das organizações (Tipologia de ETZIONI)**

<b>Tipos de organizações</b>	<b>Tipo de poder</b>	<b>Controlo utilizado</b>	<b>Ingresso e permanência dos participantes através de</b>	<b>Envolvimento pessoal dos participantes</b>	<b>Motivação</b>
<b>Coercitivas</b>	Coercitivo	Prémios e punições	Coação, imposição, força, ameaça, medo	Alienativo	Negativa, punições
<b>Normativas</b>	Normativo	Moral e ético	Convicção, fé, crença, ideologia	Moral, motivacional	Autoexpressão
<b>Utilitárias</b>	Remunerativo	Incentivos económicos	Interesse, vantagem percebida	Calculativo	Benefícios e vantagens

Fonte: Chiavenato, 1983:335-336

**Quadro nº 4 - Exemplos de Tipos de Organizações**

<b>Coercitivas</b>	Campos de concentração; Prisões ou penitenciárias; Hospitais de doentes mentais
<b>Normativas</b>	Organizações religiosas (Igrejas, conventos, etc.); Organizações políticas ou partidos políticos; Hospitais; Associações profissionais; Universidades; Associações sociais e filantrópicas
<b>Utilitárias</b>	Comércio e indústria (com poucas exceções); Associações comerciais; Organizações militares em tempos de paz
<b>Dualísticas</b>	Normativo-coercitivas: unidades de combate do exército Utilitário-normativas: a maior parte dos sindicatos Utilitário-coercitivas: algumas indústrias antigas, navios

Fonte: Chiavenato, 1983:335-336

O modelo construído por Weber mantém a atualidade pelas semelhanças que evidencia em relação às grandes organizações, sendo por essa via que continua a ser utilizado no âmbito do estudo das organizações (Mintzberg, 1996).

O tipo de organização em que se refletem as características das FA é a organização complexa. As organizações com estas características fundam os seus princípios no que Max Weber (1989) definiu como 'organizações burocráticas', as quais se regem pelos princípios da hierarquia e delimitação dos diferentes níveis de autoridade, especialização (delimitação de funções e responsabilidades), capacidades profissionais adequadas e lealdade aos objetivos, regras escritas e procedimentos documentados, tal como, atributos de autoridade e responsabilidade, em função do cargo. Desta forma, observamos que as organizações complexas modernas têm as seguintes características: grande dimensão, continuidade temporal, existência de fronteiras conhecidas entre o que é da organização e o que lhe é alheio, divisão do trabalho, dedicação exclusiva, coordenação das atividades através de uma equipa administrativa, conjunto de regras e procedimentos formais e redes de comunicação complexas.

**Quadro nº 5 - Tipologia de sociedade e tipologia de autoridade e suas características, segundo Weber**

Tipos de sociedade	Características	Exemplos	Tipos de autoridade	Características	Legitimação	Aparato administrativo
<b>Tradicional</b>	Patriarcal e patrimonialista. Conservadora	Clã, tribo, família, sociedade medieval	Tradicional	Não é racional. Poder delegado ou herdado. Baseada no "senhor"	Tradição, hábitos, usos e costumes	Forma patrimonial e forma feudal
<b>Carismática</b>	Personalista, mística e arbitrária. Revolucionária	Grupos revolucionários, partidos políticos, nações em revolução	Carismática	Não é racional, nem herdada, nem delegável. Baseada no "carisma"	Características pessoais (heroísmo, magia, poder mental), carismáticas do líder	Inconstante e instável. Escolhido conforme lealdade e devoção ao líder e não por qualificações técnicas
<b>Legal, racional ou burocrática</b>	Racionalidade dos meios e dos objetivos	Estados modernos, grandes empresas, exércitos	Legal, racional ou burocrática	Legal, racional, impessoal, formal. Meritocrática	Justiça da lei. Promulgação e regulamentação de normas legais previamente definidas	Burocracia

Fonte: Chiavenato, 1983:281

Assim, temos que uma organização militar pode ser abordada em três aspetos conceptualmente distintos, mas de alguma forma, entrelaçados e correlacionados, pois disso depende a eficácia. Estes aspetos são: a organização operacional, a organização administrativa e a organização do pessoal (Janowitz, 1971). As características que são possíveis identificar numa organização militar são: hierarquia; princípio de direção; disciplina. Uma organização militar sem disciplina não é propriamente uma organização militar.

O marco conceptual básico da organização militar é um tipo ideal de burocracia e nesse sentido as FA são uma espécie de organização burocrática, com marcada ênfase na estratificação e na centralização da autoridade. Weber não estabelece nenhuma distinção entre organização e burocracia (na realidade, denominou-a como administração ou qualidade técnica da organização burocrática). De maneira analítica, constatamos abordagens teóricas da estrutura militar que se centram em três problemas: como compaginar a estrutura tradicional da autoridade das FA com a nova tecnologia; como cultivar e fomentar a inovação; e, como manter a organização neste cenário.

Uma outra abordagem analisada é a Divergência-Convergência entre as instituições militares e a sociedade civil, em que se estabelece que se verifica uma tendência à diluição das diferenças entre ambas, reconhecendo-se porém, que será difícil uma convergência plena. A perspectiva da influência da tecnologia no padrão organizacional militar, no sentido da convergência com os padrões organizacionais civis revela uma interdependência com a sociedade civil e modificação nas respetivas relações internas. Janowitz, destaca esta realidade da seguinte forma: "*The special characteristics of military organization derive from its goals, namely, the management of instruments of violence. However, the content of military goals has undergone tremendous changes under the impact of new technology and as the range of political considerations which impinge on military operations is altered. In general, the trend has been toward narrowing the differences between military organization and civilian organizations*" (Janowitz, 1971a:19).

No fundo, procurou construir um modelo de análise da instituição militar na forma de uma burocracia. Ao observar mais do que assimetrias superficiais entre organizações civis e militares desenvolveu um modelo de análise comparativo das várias características das burocracias destas organizações. O impulso desta abordagem foi: "*To analyze the contemporary military establishment as a social system, it is therefore necessary to assume that for some time it has tended to display more of the characteristics typical of any large-scale non-military bureaucracy. The decreasing difference is a result of continuous technological change which vastly expands the size of military establishment, increases its interdependence with civilian society, and alters its internal social structure. These technological developments in war-making require more and more professionalization*" (Janowitz; Little, 1974:33).

Para Janowitz, a base do "*civilismo*" da organização militar é referida a seis proposições sobre a natureza da mudança social, que contribuíram para o esbatimento da distinção entre civis e militares:

- 1 ° PROPOSIÇÃO Descreveu a tendência das modernas nações industrializadas para aumentar a percentagem do produto nacional bruto nos gastos com a defesa: "*An increasing percentage of the national income of a modern nation is spent for the preparation, execution, and repair of the consequences of war*" (Janowitz; Little, 1974:34). Este aumento das despesas proporcionou um maior envolvimento "*popular*" na gestão e supervisão da organização militar.
- 2 ° PROPOSIÇÃO O incremento da tecnologia militar e a automação dos novos sistemas de armas relacionam-se com o conseqüente aumento da destrutividade. Este desenvolvimento tende a diminuir a distinção entre civis e militares por via do aumento do risco de utilização de armas de destruição massiva, que afeta todos os sectores da sociedade, dado que, "*Weapons of mass destruction socialize danger(...)*" (Janowitz; Little, 1974:34). Tanto mais, que nesta época, a organização militar continuava a contar com o recrutamento de civis (conscritos), para preencher as suas fileiras, o que tendia a diluir a distinção entre civis e militares e colocava limites sobre a extensão do profissionalismo militar tanto quanto possível.
- 3 ° PROPOSIÇÃO A maior ênfase na tecnologia militar e a maior letalidade "*(...)means that the military mission of deterring violence becomes more and more central as compared with preparing to apply violence*" (Janowitz; Little, 1974:34), o que modificou a natureza da missão militar do âmbito da preparação para a aplicação da violência para a missão de dissuasão. Esta nova missão era mais adequada a uma gestão civil e técnicas de análise que podem ser consideradas de amplitude mais abrangente, nomeadamente, compreendendo fatores políticos, sociais e económicos.
- 4 ° PROPOSIÇÃO Refere-se que o carácter novo e permanente da organização militar quebrou com a tradição, com o passado, ou seja, "*The permanent character of the military establishment has removed one important source of civilian-military conflict, namely, the civilian tendency to abandon the military establishment after a war*" (Janowitz; Little, 1974:35). Depois das guerras anteriores, a organização militar tinha sido desmobilizada e abandonada e a nação confiou no relativo isolamento geográfico como a sua principal defesa. No advento de crise, a nação teria tempo para aumentar a força militar capaz de enfrentar uma ameaça potencial. Com a moderna tecnologia, o sistema de armas de destruição massiva e o melhoramento dos

sistemas de transporte, a segurança garantida pela separação geográfica e militar era o necessário para desenvolver uma postura mais permanente. O conceito de organização militar permanente gerou novos relacionamentos entre os ramos militares e entre estes e o sector civil.

5 ° PROPOSIÇÃO A complexidade tecnológica dos novos sistemas de armas exigiu competências de pesquisa, desenvolvimento, e manutenção que não estavam disponíveis na organização militar existente. Por isso, os militares foram forçados a depender dos técnicos civis para a manutenção do equipamento complexo ou possuírem pessoal militar treinado por especialistas civis: "(...) *the greater effort by the military establishment to develop and train military officers with scientific and engineering backgrounds*" (Janowitz; Little, 1974:35). Esta dependência dos especialistas civis tendeu a enfraquecer as fronteiras organizacionais militares e criou grandes interações com o sector civil.

6 ° PROPOSIÇÃO A constante ameaça de guerra e o novo status da organização militar ampliou largamente o papel do líder militar ou profissional. A complexa organização militar requereu que o militar profissional adquirisse formação especializada nas múltiplas facetas da vasta organização. Esta ampliação da noção de militar profissional aumentou o espectro da interação entre especialistas militares e civis ao ponto do líder militar, quando necessário, entrar "(...) *into arenas that in recent past have been reserved for civilian and professional politicians*" (Janowitz; Little, 1974:35).

No entanto, as observações desenhadas por Janowitz, não negam as diferenças cruciais entre as organizações (burocracias) militar e civil: "*The military establishment as a social system has unique characteristics because the possibility of hostilities is a permanent reality to his leadership*" (Janowitz; Little, 1974:35). É importante notar que foram reconhecidas certas limitações da civilidade e alguma exclusividade dos recursos militares na organização militar: "*O futuro da Instituição Militar depende em muito da forma como se articularem dois processos que decorrem em simultâneo: o da profissionalização e o da "civilização"*" (Vaz, 2002: 402). Mesmo no contexto de tecnologia do campo de batalha, admite-se a necessidade de manter uma certa quantidade de forças convencionais: "*Traditional combat-ready military formations need to be maintained for limited warfare*" (Janowitz; Little, 1974:36). Estas forças seriam usadas, em última análise, como recurso de segurança dos sistemas automatizados e para, de facto, "*terminarem a batalha*", depois do exercício do poder de fogo inicial. No desempenho deste papel, é constatada a importância de certos meios mais tradicionais para disciplinar as forças convencionais. Isto é relevante na manutenção do "*espírito guerreiro*". O investigador focaliza

muito da sua análise na mudança do papel do militar profissional dentro da burocracia militar.

Por outro lado, numa abordagem detalhada sobre a organização social das FA, Kurt Lang associa a mudança tecnológica com a estrutura ocupacional do Exército dos EUA, e refere que a orientação para o combate foi substituída por outra centrada na administração de recursos, "*This can be seen (1) in a force structure basically geared toward deterrence; (2) in the increasingly complex arrangements to assure adequate material and logistic support for conventional ground combat forces, (3) in a concept of efficiency that forces concentration on the development of relatively few systems and components with the highest payoffs; and (4) in a monitoring of the social and political conditions that may affect the input of manpower and resources, including changes in public attitudes toward war and pressure to arrive at negotiated arms control*" (Lang, 1972:487), por isso, o sistema tende a favorecer o desenvolvimento de conhecimentos administrativos e políticos. Estes conceitos geraram o questionamento de conceitos como o de autoritarismo. Por exemplo, entre os responsáveis de diversos cargos e o painel de especialistas observa-se que os oficiais especialistas, por deterem uma maior competência técnica, resolvem os problemas fora dos canais regulares de comando. Esta situação observa uma alteração no que respeita a outros aspetos das funções das FA.

A abertura ao exterior da organização militar pode ser abordada considerando as necessidades organizacionais em termos profissionais dos seus membros e do relacionamento civil-militar, da seguinte forma: "*We should rethink the boundaries of the military profession and consider expanding them beyond active-duty commissioned officers to include reserve commissioned officers as well as active-duty and reserve senior noncommissioned officers*" (Segal; Angelis, 2009:194), e apontam recomendações nesse sentido, ou seja, referem que face à realidade das FA terem de operar em cenários múltiplos e nestes quadros operacionais se observarem necessidades organizacionais diversas, "*(...)the boundary between active service, reserve service, and service as a civilian employee of the military departments be made more permeable, so that personnel could, over time, move among these components, in a career of service to national security but in a variety of roles. This would open up the possibility of more people serving a full career in this arena and changes in the norms that govern civil-military relations*" (Segal; Angelis, 2009:212).

Outros investigadores consideram que a organização militar assenta na respetiva eficácia, além dos padrões institucionais, na capacidade de membros isolados e de pequenos grupos. Em determinada época, os estudos levados a efeito neste âmbito enfatizavam os problemas da moral e atitudes realçando a camaradagem entre os membros dos pequenos grupos e só mais tarde o interesse se ampliou a uma perspetiva social mais alargada: "*Sin embargo, la efectividad de una organización militar depende no solo de sus pautas institucionales, sino también de la capacidad de los miembros aislados y de los pequeños grupos para trabajar com efectividad. Inicialmente, la mayor parte de la investigación en esse área se centro en problemas de moral y de actitudes. Los estudios tendían a poner de manifiesto la importância capital de los lazos de camaradería entre los*

*individuos en los pequeños grupos de combate, pero posteriormente se adopto una perspectiva social más amplia. En este análisis ampliado, dos temas, han recibido atención particular: la legitimidad de los objetivos del conflicto y el grado de coerción formal aplicado en el seno de la organización contra las desviaciones. Sin embargo, se ha acumulado la suficiente información como para definir con más precisión como afectan estos y otros factores al desempeño de la misión, así como para delimitar su importancia relativa y absoluta en el conflicto" (Harries-Jenkins; Moskos, 1984:73).*

A compreensão da organização militar remete para questões de interesse sociológico, que não sendo exclusivas desta organização, é nela que tomam particular relevo. Saudade Baltazar destacou como as mais relevantes questões as que se seguem:

- *"Adoção da estrutura tradicional de autoridade ao uso da nova tecnologia (para a estrutura da autoridade militar, a adoção de novas tecnologias conduz, amiudadamente, a uma franca perturbação nos estabelecidos modelos de comando e hierarquia);*
- *Introdução e promoção de inovações (a inovação, quer seja tecnológica e organizacional quer a nível da inserção social e das relações civil-militares, é aceite nas FA, em particular pelos seus quadros superiores, com sérias reservas);*
- *Manutenção da eficácia organizacional sob forte tensão, particularmente em situações de combate (a coesão e eficiência organizacional das FA em situações de forte tensão, adota modelos de atuação diferenciais, como seja a organização formal torna-se diluída, a tradicional estrutura militar desintegra-se e é substituída por um sistema social de emergência, dando origem a um novo sentido de solidariedade entre os elementos que a constituem)" (Baltazar, 2002:56).*

O reconhecimento da importância da tecnologia na estrutura organizacional militar permite analisar as mudanças que se têm observado, no sentido da permeabilidade da organização militar, ou seja, *"(...) como organização burocrática efetiva cujo tema central de pesquisa se reflete na ideia de que as mudanças organizativas presentes na sociedade contemporânea implicam a gestão mediante a persuasão, os conhecimentos de especialistas e a explicação que afetam de igual modo a organização militar" (Baltazar, 2002:57).* A combinação de traços ocupacionais e institucionais é o recurso mais efetivo para que a organização militar enfrente as mudanças tecnológicas e os desafios do mundo emergente, respeitando ao mesmo tempo, os valores de uma sociedade democrática.

Diversas situações dentro da vida militar, como são as etapas de recrutamento forçado ou voluntário, se são ou não provenientes de diferentes estratos sociais ou só de um estrato, a incorporação das mulheres, ou o serviço militar voluntário, tendem a gerar diferentes implicações no interior da organização militar. A valorização de uma possível existência de um sindicato militar dentro do processo de humanização e o respeito pelos direitos humanos já não são ideias estranhas.



Por exemplo, a exclusão de mulheres ou de homossexuais das instituições militares não foi, necessariamente, resultado de uma consideração relativa à eficiência ou eficácia de tais instituições. Além disso, tais políticas implicam necessariamente uma distância com os valores predominantes na sociedade. O que é facilmente observável é que o tempo das alterações na sociedade e nas instituições como as FA são diferentes. Mas, o fundamental, é que à medida que as FA se adaptam a novas realidades sociais não se verifica que a sua eficácia nem a sua eficiência sejam afetadas negativamente. É provável que uma investigação histórica detalhada revele que, a maior abertura e a maior afinidade das instituições militares com os valores predominantes na sociedade opere em benefício de tais instituições, nos aspetos mais específicos das suas funções.

### **3.4. A profissão militar**

Em relação à profissão militar, encontram-se dificuldades para defini-la, devido à perspectiva de análise e respetivo estudo. As diferenças nas abordagens oscilam entre a “*indiferenciação*” da organização militar e as correspondentes organizações burocráticas civis e a separação nítida das funções da organização militar e das organizações civis. No caso de Janowitz, ao analisar as FA, fá-lo em relação à sociedade e situa os militares e a instituição militar no âmbito das elites formadas por grupos de pessoas que pelas suas capacidades ou profissão ocupam lugares de destaque na sociedade (Janowitz, 1971b). Afirmar que não há incompatibilidade entre os valores da profissão militar e os valores da sociedade civil. Por outro lado, Huntington, defende um tipo ideal de profissão militar balizada pelo conhecimento especializado, espírito de corpo e responsabilidade e com funções exclusivas e autónomas, apesar de subordinadas ao poder político (Huntington, 1972). Uma outra abordagem, apresenta a organização militar como um domínio especializado, com um sentimento de identidade corporativa e grande responsabilidade em relação à comunidade política, mas considera que a organização castrense não reflete um modelo exclusivo como apresentado por Huntington, nem um modelo “*indiferenciado*” como aceite por Janowitz (Moskos, 1986). Assim, “*Os diversos contributos teóricos apresentam em comum o realçar de um traço peculiar da profissão militar, ou seja, ela é definida como o tipo de atividade que é praticado por aquele que faz a gestão da violência organizada. Recorrendo ao significado atribuído a este conceito no campo da sociologia das profissões, este envolve um conjunto de características, quer de natureza teórica quer prática, e que se relacionam com o grau de autonomia e controle do exercício da atividade, a peculiar ética do grupo profissional e o sentido corporativo dos seus membros*”, acrescentando-se que “*(...) qualquer profissão exige uma considerável instrução num campo específico, uma vez que uma ampla e profunda instrução permite a obtenção de elevados níveis de rendimento e de capacidade de direção, segundo os requisitos estabelecidos pelas regras da própria organização ou pela opinião daqueles que não pertencem ao grupo profissional em causa*” (Baltazar, 2002:58).

Dada a tendência para a racionalização da organização militar, uma questão teórica importante é o efeito de tal tendência na profissão militar. Esta questão originou alguma controvérsia na própria profissão militar e pode ser enquadrada no debate "*guerreiro versus burocrata*", isto é, "*The history of the modern establishment can be described as a struggle between heroic leaders, who embody traditionalism and glory, and military "managers", who are concerned with the scientific and rational conduct of war*" (Janowitz, 1971b:21). Esta caracterização é fundamental.

O ponto de vista do guerreiro representa uma abordagem "*absolutista*" ou tradicional enquanto a perspectiva do burocrata ilustra a importância da tendência para a racionalização, nas palavras de Janowitz, "*The military manager reflects the scientific and pragmatic dimensions of war-making; he is the Professional with effective links to civilian society. The heroic leader is a perpetuation of the warrior type, the mounted officer who embodies the martial spirit and the theme of personal valor*" (Janowitz, 1971b:21).

Estas duas perspectivas teóricas são apresentadas por Samuel Huntington que representa a perspectiva histórica-tradicional e por Morris Janowitz que advoga uma nova conceptualização da profissão baseada na tendência para a racionalização. Neste ponto é importante proceder a alguma clarificação do conceito de profissão militar. A designação de militar profissional está geralmente reservada para o corpo de oficiais e sargentos oriundos das respetivas escolas de formação. Esta distinção não é atribuída aos membros não permanentes. Mais, é baseado em certos requisitos educacionais, de socialização e numa relação constitucional do Estado. Como última exigência, alguns destes profissionais são empossados como membros de um poder executivo do governo e legalmente responsáveis pelo controlo e supervisão da organização militar.

Ao analisarmos a Instituição Militar encontramos aspetos definitórios de que, de facto, se trata de uma das profissões mais antigas moldada no processo de transformação das respetivas nações. Observa-se, da mesma forma, que possui funções próprias mas que, em circunstâncias peculiares, foi intérprete e executora de normas, uma atribuição que na realidade não está nas suas incumbências. Estamos a referir-nos à intromissão na vida política do Estado.

O contraste nas perspectivas do profissionalismo como apresentado por Huntington e Janowitz é tipicamente descrito no que podemos designar como o debate "*guerreiro versus burocrata*". Neste sentido, cada perspectiva no debate faz a tentativa de generalizar sobre a forma predominante do profissionalismo individual com a mudança na burocracia militar. Claramente, qualquer das análises baseia-se em certas premissas sobre o efeito da mudança da estrutura organizacional nos indivíduos.

A perspectiva de Huntington pode ser vista em contraste com a tese de Janowitz num determinado número de domínios e a sua análise é baseada num profundo entendimento histórico do papel dos líderes militares em equilibrar as preocupações individuais e estruturais. Huntington tem grande respeito pela capacidade única requerida na motivação dos militares de pôr em perigo as suas vidas enquanto, simultaneamente, coordenam as atividades mais racionais da organização

militar e reconhece a importância da inovação tecnológica no pós II Grande Guerra, mas coloca-a numa posição secundária em comparação com a importância de certos valores institucionais absolutos: dever, honra, nação. Janowitz, por outro lado, observa a profissão num estado de transição com a inovação tecnológica que alcança primazia sobre um conjunto de valores profissionais que são alterados para a ênfase individual. A diferença entre as abordagens de Huntington e Janowitz sobre o profissionalismo militar pode ser vista nas diferentes posições sobre relacionamento dos militares profissionais com os políticos.

A abordagem de Huntington afirma que o militar profissional deve permanecer totalmente apolítico e concentrar-se apenas na questão de alcançar o sucesso no campo de batalha, independentemente das implicações políticas. O militar profissional é para conduzir a batalha tomando em consideração somente fatores relevantes para alcançar a vitória. Esta abordagem contrasta com a conceção de Janowitz da necessidade do novo militar profissional ser sensível aos interesses políticos.

A abordagem de Janowitz, desenvolvida com o advento da guerra limitada<sup>8</sup>, projetada para alcançar metas limitadas, tornou-se popular entre os políticos eleitos que controlam os militares. No ponto de vista teórico, a questão importante é se as duas orientações para a gestão, “*o guerreiro e o burocrata*”, podem simultaneamente existir na mesma profissão servindo no mesmo quadro organizacional. Em resposta a esta questão podemos recorrer a Weber e à discussão sobre as orientações para a ação individual. Ao aplicarmos as orientações para a profissão militar, duas formas diferentes de racionalidade tomam particular aplicabilidade para os dois conceitos de profissão militar discutidos por Huntington e Janowitz. Na perspetiva tradicional tomada por Huntington, a profissão militar pode ser observada como ancorada nos valores institucionais sagrados do dever, da honra e da nação. Esta focalização nos valores absolutos, intimamente relacionados conduz os indivíduos para uma ação inspirada por valores universais, comandados pelo dever, pela dignidade, pela moral da convicção. O risco de perder a vida, para os militares profissionais, demonstra o compromisso total para com uma causa. Por outro lado, na tradição de Janowitz e Moskos, temos uma nova conceção de militar profissional. Este militar existe no tempo da tecnologia militar avançada financiada pelas verbas elevadas provenientes dos orçamentos de defesa; e, toma decisões sobre a relação custo-eficácia das políticas de pessoal em ordem a maximizar fundos para a aquisição de novos sistemas de armas tecnologicamente mais avançados.

---

<sup>8</sup> “Uma guerra limitada é aquela que envolve dois ou mais beligerantes e na qual a batalha é limitada a uma área geográfica, é dirigida contra alvos selecionados, primordialmente contra aqueles de importância militar; os objetivos são definidos e limitados, demandando menos poder do que a capacidade total de cada oponente; permite que a vida administrativa e económica dos participantes continue sem maiores perturbações, e não visa à rendição incondicional nem a completa destruição do rival” (Costa, 1989: 59).

“Guerra limitada é um processo político conduzido por meios militares, uma espécie de negócio duro no qual o objetivo não é ganhar, mas sim não perder e lutar de tal forma que o inimigo terá que firmar um compromisso de paz” (Both apud Leandro, 1995: 62).

Este militar é selecionado para promoção baseado, sobretudo, na sua capacidade para gerar os máximos resultados numa variedade de alternativas. A ação deste indivíduo é normalmente de caráter instrumental, tecnocrática, dirigida à concretização de objetivos.

Os destaques do debate “*guerreiro*” versus “*burocrata*” colocam algumas questões importantes e controversas na transição da sociedade para uma forma mais racional. Por um lado, Janowitz redefine a natureza do oficial profissional para se manter no ritmo do aumento da tecnologização da vida militar. Por seu lado, Huntington defende que a profissão deve permanecer focada nos valores mais tradicionais e controlar as novas tecnologias. Os elementos-chave do debate, parece que se focam na importância de certas capacidades humanas e em última análise na disciplina.

Na noção de Janowitz de profissão militar, os elementos mais importantes são a tecnologia e os sistemas de armas. A necessidade de “*capacidades humanas*” é notória, mas claramente, toma o lugar traseiro. Esta falta de ênfase na importância das relações pessoais é consistente com o conceito weberiano de tendência para a formalidade. Huntington insiste na primazia das capacidades de comando que em grande medida aparecem para ser competências de liderança ou “*capacidades humanas*”, com a proficiência tecnológica a ser secundarizada. A origem de tensão na organização militar deveria ocorrer quando são tomadas certas decisões “*irracionais*” baseadas em considerações exclusivamente humanas ou considerações de valores num enquadramento racional global da organização militar.

Um segundo ponto de discussão engloba a questão da disciplina. A essência da análise é que as origens da disciplina evoluíram dos primeiros “*guerreiros comunitários*”, baseada na liderança carismática do senhor da guerra para uma forma de burocracia baseada sobre a forma de sociedade com organização económica e autoridade racional-legal. Esta é caracterizada por uma rápida e formal disciplina. (Weber, 1989)

O ponto crucial da questão é este: com uma organização que aponta tão fortemente para o aumento da racionalidade e formalidade, pode um interesse básico em certas entidades não-rationais como valores absolutos e capacidades humanas ser mantido? No mínimo, podemos assumir a existência de um determinado grau de tensão. Estamos em presença da relação entre o indivíduo (micro) e a estrutura (macro), uma relação dual “*com o caráter fundamentalmente recursivo da vida social e expressa a dependência mútua entre estrutura e agência*” (Giddens, 2000:43). Neste sentido, “*a identificação entre estrutura e constrangimento é aqui igualmente rejeitada. A estrutura tanto capacita como constrange (...) as mesmas características estruturais são parte integrante tanto do sujeito (o ator) como do objeto (a sociedade)*” (Giddens, 2000:43). Nesta circunstância, “*o processo de ação corresponde à produção de algo novo, mas ao mesmo tempo, toda a ação apenas existe na continuidade com o passado, o qual fornece os meios para que aquela se inicie. Por conseguinte, a estrutura não deve ser concebida como uma barreira à ação, mas sim como encontrando-se envolvida na sua produção*” (Giddens, 2000: 44).

A profissão militar tem como uma das funções a preparação dos seus membros para vencer os seus medos e erros inatos. Este processo requer a cooperação, a relevância do grupo face ao indivíduo, a submissão dos interesses e desejos pessoais às necessidades da organização. A satisfação destes desígnios não confere com incentivos tangíveis. Não se operam por aspetos materiais, mas antes, pela adesão a um sistema de valores concordantes com a tradição, o espírito de corpo<sup>9</sup> e a submissão a um código de honra. Este conceito de mentalidade militar constitui, ainda, um modelo de debate. Entendemos que para uma análise objetiva, seria necessária a análise das obrigações éticas e morais singulares (no contexto militar), que têm os militares e que não se encontram no âmbito mais vasto da sociedade. Parece-nos interessante a abordagem deste tema porque entendemos como importante a análise da conduta dos indivíduos organizados coletivamente no meio militar já que esta conduta define o militar e a respetiva organização e condiciona, de alguma forma, o desempenho individual e coletivo.

As características dos militares profissionais derivam e estão em conformidade com o conteúdo e a função do seu desempenho militar. Deste modo, o militar profissional é, sobretudo, obediente e leal em relação à autoridade do Estado, competente em matérias militares, disponível para proporcionar a segurança do Estado e politicamente neutro. O seu sentido de compromisso profissional firma-se numa ética militar que reflete um conjunto de valores e atitudes.<sup>10</sup>

Ainda no que concerne ao comportamento militar, cabe referir que este também remete para a moral militar que podemos entender como a força interior que se impõe ao corpo quando este tende a ceder. É a vontade pura que obriga ao cumprimento da missão, quando o esgotamento quase impossibilita um ser humano, e que sem essa volição o esforço seria debalde, gerando respeito e ascendente, e que é no conflito, a ânsia e a convicção na vitória, e na derrota, a certeza da não repetição do desaire, por via da análise dos erros, a superação das deficiências e o reconhecimento interno das responsabilidades.

A profissão militar pode-se classificar em modelos segundo as suas principais características ou segundo a dedicação das suas principais competências no plano estritamente militar. Os modelos de profissionalização analisados enquadram-se nas funções militares integradas na sociedade e cujo controlo está constitucionalmente estabelecido.

Surgem, então, dois modelos de FA: Institucional (tradicional, vocacional ou divergente) e Ocupacional (convergente). Uma terceira alternativa é o modelo Misto ou Institucional/Ocupacional

---

<sup>9</sup> Espírito de corpo deve ser entendido como um 'orgulho colectivo', uma 'vontade colectiva'; o espírito de corpo reflecte o grau de coesão dos militares e de camaradagem entre os seus integrantes (em termos sociológicos, um Nós). É a forma do militar se sentir pertencente ao colectivo, através do cumprimento de normas e princípios devidamente regulamentados e executados para que a função militar cumpra com os respetivos objectivos no sentido da honra militar e da regulamentação de valores existentes na instituição.

<sup>10</sup> Define-se ética militar como o que tem que ver com o dever, o dever para consigo e para com os outros.

(I/O).<sup>11</sup>

### 3.4.1. *Modelo Institucional*

Neste modelo, a organização militar não está sujeita a alterações importantes, nem se considera a possibilidade do seu desaparecimento, o que conduz à existência de uma vocação profissional para a defesa da Pátria e dos seus valores. Caracteriza-se pelo ingresso voluntário (vocacional) na vida militar, no que respeita aos oficiais e sargentos. São exaltados os valores como o dever, a honra, a Pátria, a lealdade, a disciplina e as normas (padrões de conduta), que se sobrepõem aos interesses individuais. Os militares profissionais adquirem formação própria para o respetivo exercício profissional e juram dedicação e respeito por toda a vida à profissão e ao País.

A abordagem histórica-tradicional ou institucional da profissão militar retrata a necessidade do corpo de oficiais dos EUA permanecer ancorado a certos valores absolutos apesar de uma significativa mudança no contexto da segurança nacional (Huntington, 1972). O autor baseia a sua abordagem na importância histórica colocada nas capacidades requeridas a um militar profissional e estabelece desde logo, que *"The phrases "professional army" and "professional soldier" have obscured the difference between the career enlisted man who is professional in the sense of one who works for monetary gain and the career officer who is professional in the very different sense of one who pursues a "higher calling" in the service of society"* (Huntington, 1972:8). Estamos perante uma realidade profissional que se traduz, atualmente, na condição militar e à qual se dedicará atenção mais adiante. A perspetiva conceptual de Huntington sobre a *"profissão"* implica três características principais: conhecimento profissional, responsabilidade e espírito de corpo. Ele definiu o conhecimento profissional do militar profissional unicamente em termos de capacidade de comando para lutar no campo de batalha, *"(...)their duty will be to fight the fleet"* (Huntington, 1972:12), e descreveu esta tarefa como sendo um complexo de capacidades intelectuais que requerem treino e estudo abrangente e exaustivo: *"(...)extraordinarily complex intellectual skill..."* (Huntington, 1972:13). Da mesma forma, entendeu que esta experiência era universal e como tal não era afetada pelo tempo ou localização, *"(...)its essence is not affected by changes in time or location"* (Huntington, 1972:13), e que envolvia a aplicação de vários *"princípios de guerra"* em situações dinâmicas envolvendo tanto variáveis individuais (micro), como estruturais (macro). Especificamente, reivindicou que a profissão envolvia o domínio das inovações tecnológicas atuais, um conhecimento da tática e da história militar, um espírito analítico, e o controlo das relações

---

<sup>11</sup> Os modelos estudados fazem a abordagem da organização militar do ponto de vista profissional, ou seja, aplicável aos oficiais e sargentos do Quadro Permanente considerados militares de carreira, excluindo os militares conscritos que se limitam a cumprir o Serviço Militar Obrigatório, pelo que frequentemente se confunde como militar profissional quando na realidade possui um nível de especialização temporário em diversas áreas do serviço e dentro do dever de obrigatoriedade constitucionalmente previsto. Diversos contributos aprofundam o estudo do modelo I/O. (Nuciari, 2003 e Caforio, 2003)

humanas. Huntington fazia a distinção entre a genuína profissão militar do oficial/comandante operacional e os que detinham certas proficiências técnicas, os quais ele definiu como auxiliares e separados da verdadeira natureza da profissão, "(...)they are basically auxiliary vocations...", sem capacidade para "(...)management of violence" (Huntington, 1972:12).

Este investigador, descreveu a responsabilidade do oficial operacional em termos de obrigação para com a sociedade que escolheu servir. O sentido da motivação dos militares para este dever deve radicar num profundo sentido de patriotismo e obrigação para com a sua nação e não por qualquer sentido de recompensa monetária. A aplicação da sua perícia, a administração da violência, deve ocorrer somente em busca de desígnios socialmente aprovados e para segurança da respetiva sociedade da qual também é membro, ou seja, "(...)is guided by an awareness that his skill can only be utilized for purposes approved by society through its political agent(...)" (Huntington, 1972:15). O investigador é cuidadoso ao apontar que a profissão militar é uma profissão restritiva: como o advogado e o médico, ela concerne exclusivamente a um segmento das atividades do seu cliente, a sociedade. Consequentemente, não pode impor decisões à sociedade, porque tem implicações além do seu campo de especialização. No entanto, pode explicar à sociedade as suas necessidades exclusivas, informando como identificou essas necessidades e as previsíveis consequências da sua persistência, e então, após a tomada de decisão, colaborar com os responsáveis por ela na respetiva implementação, em respeito por "(...)an explicit code expressed in law(...)", mas igualmente, por um outro código seguido pelos militares profissionais, "(...)expressed in custom, tradition, and the continuing spirit of the profession" (Huntington, 1972:16).

Este ponto de vista sobre a responsabilidade dos militares de carreira está claramente ilustrado pela visão restritiva e muito especializada que o autor possui da profissão militar. Por meio desta perspectiva é perceptível que se anteveja a ausência de potencial para a expansão ou modificação das responsabilidades dos militares profissionais.

O caráter corporativo do militar de carreira é previsto através da cerimónia da delegação ou incumbência a qual proporciona ao militar o direito legal de desempenhar o seu papel como um profissional na burocracia militar: "*Officership is a public bureaucratized profession. The legal right to practice the profession is limited to members of a carefully defined body*" (Huntington, 1972:16).

As características especiais do corpo de militares profissionais são descritas deste modo: "*The functional imperatives of security give rise to complex vocational institutions which mold the officer corps into an autonomous social unit. Entrance into this unit is restricted to those with the requisite education and training and is usually permitted only at the lowest level of the professional competence. The corporate structure of the officer corps includes not just the official bureaucracy but also societies, associations, schools, journals, customs, and traditions. The professional world of the officer tends to encompass an unusually high proportion of his activities. He normally lives and works apart from the rest of society; physically and socially he probably has fewer non-professional contacts than most other professional men. The line between him and the*

*layman or civilian is publicly symbolized by uniforms and insignia of rank*" (Huntington, 1972:16).

Os pontos-chave respeitantes à noção de Huntington do caráter corporativo do militar profissional giram em torno da formalidade rígida da estrutura burocrática e abrangente da natureza da organização militar. A entrada na profissão deve ocorrer no nível mais baixo independentemente do nível de conhecimentos e a promoção dentro da estrutura é em função das classificações entretanto obtidas. A autoridade deriva do cargo e a elegibilidade para o cargo deriva do posto hierárquico. Por isso, o caráter profissional dos militares é baseado na hierarquia do posto sobre a hierarquia do cargo. A natureza fechada deste sistema tende a criar uma realidade muito própria.

### 3.4.2. *Modelo Ocupacional*

Este modelo assenta em princípios similares aos das organizações comerciais. Podemos considerar um modelo "*moderno*" próprio das sociedades desenvolvidas. Moskos, por via duma dada readaptação do modelo, considera ser esta a realidade mais visível das FA dos Estados Unidos da América, no entanto, admite a existência de princípios "*institucionais*" em determinadas unidades de combate e princípios "*ocupacionais*" em unidades da área logística ou áreas auxiliares.

Caracteriza-se por integrar normas e condutas praticadas na organização civil. A profissão militar fundamenta-se nos princípios económicos do mercado livre, ou seja, atribui relevância aos interesses individuais ou familiares em detrimento das considerações de pertença à organização militar. A remuneração está subjacente às capacidades técnicas do desempenho e aceita a possibilidade de controlo civil subjetivo em algumas áreas. Assim, as FA são entendidas como uma corporação em que a solidariedade não acontece em função dos valores superiores da honra, do dever e da lealdade, respeitando, igualmente, os princípios de admissão à profissão e o seu desenvolvimento, mas antes, em função dos princípios da divisão do trabalho: "*The transformation of the military profession during the world wars was based on existing trends in invention, organization, and firepower. The outcome was a convergence of military and civilian organization: the interpenetration of the civilian and military is required as more and more of the resources of the nation-state are used in preparing for and making war*" (Janowitz, 1971b:xi). É importante notar que Janowitz previu alterações significativas no conceito da profissão militar, na qual, colocou grande ênfase na racionalização: "*The military profession which has centered on the self-conception of the warrior type, or the "heroic leader" requires the incorporation of new roles, namely, the "military manager" and the "military technologist"*" (Janowitz; Little, 1974:38).

O modelo convergente-divergente tornou-se um tema dominante na Sociologia Militar nas décadas de 60 e 70 do século XX. O modelo incorporou a tradição weberiana aumentando formalização e racionalização no anterior sacrossanto espaço da organização militar. Apesar da popularidade o modelo foi alvo de algumas críticas. Primeiro, o ponto de vista dos militares "*absolutistas*" que sentiam as similaridades emergentes entre a burocracia civil e a burocracia



militar como um enfraquecimento da organização militar. Segundo, havia um número de críticas que apontavam os perigos potenciais da tendência da convergência apenas com alguns elementos das FA. Esta noção de “*segmentação*” ou “*pluralidade*” dos militares é referida por Jenkins e Moskos e essencialmente apontada para os militares combatentes para manter uma perspetiva tradicional enquanto os militares pertencentes à logística adotariam uma orientação mais civilista: “*En el modelo "pluralista", algunos sectores del profesionalismo militar se desvían marcadamente de lo que ocurre en la sociedad civil. Esta divergencia sería particularmente perceptible en las unidades de combat, en ciertas fuerzas auxiliares y en los niveles de mando más altos, en los que naturaleza de la actividad militar es absolutamente diferente de la que es usual en la vida civil*” (Harries-Jenkins; Moskos, 1984:59). Foi baseado nesta constatação que Moskos desenvolveu a tese Institucional/Ocupacional.

### 3.4.3. Modelo Institucional/Ocupacional (I/O)

Neste modelo, também designado por modelo misto, admite-se a existência de uma organização militar com características do modelo Institucional e do modelo Ocupacional, com organização divergente e convergente, no que respeita ao modelo existente na sociedade civil, o que de alguma forma aponta ao facto de virtualmente as FA deixarem de ser organizações tradicionais do Estado.

O modelo proposto (Moskos, 1988) é um ponto de partida incontornável para a análise da mudança nas organizações militares. No sentido de dar conta e compreender as transformações que vinham afetando as FA, Moskos propôs um quadro de análise em que se identifica a existência de diferentes formas de perspetivar a organização militar: um modelo institucional (ou divergente), legitimado de forma normativa em torno de valores tradicionais como honra, pátria e dever, e em que os membros da instituição são vistos como seguidores de uma ‘vocação’ (tendo especial peso as gratificações de tipo simbólico); e um modelo ocupacional ou convergente, cujo modo de funcionamento se aproxima da racionalidade de mercado predominante na sociedade civil, e em que as motivações para a adesão ou permanência na carreira são sobretudo de ordem material e instrumental.

Quando esta tese foi proposta, Moskos defendeu a ideia de que a tendência na maior parte das FA das democracias ocidentais seria a da passagem de uma lógica vocacional a uma lógica profissional, e, portanto, o correspondente deslizar do pólo institucional para o pólo ocupacional. Contudo, não se tratava aqui de identificar situações homogéneas e unívocas num ou noutro pólo (de certa forma ideal-típicos), nem mesmo encontrar situações intermédias num continuum. A hipótese adiantada por Moskos sugere antes a existência real de modelos plurais em que se admite a presença de características contraditórias. Nesta medida, verificar-se-ia uma compartimentação da instituição militar: enquanto alguns sectores permaneceriam tipicamente militares e divergentes da sociedade civil – nomeadamente as unidades de combate – outros,

particularmente nas especialidades mais técnicas e administrativas, aproximar-se-iam do modelo ocupacional.

Nesta conceptualização, a organização militar de tipo institucional é identificada com um padrão extremamente limitado de emprego feminino – número reduzido de mulheres adstritas a papéis de apoio, tendencialmente integradas em corpos separados e com padrões de carreira limitados – ao passo que na emergente organização ocupacional, tanto as necessidades de recrutamento como o maior envolvimento das mulheres no mundo do trabalho teriam conduzido a um aumento significativo do número de mulheres militares, à diversificação dos seus papéis e funções e a uma maior possibilidade de progressão na carreira. O Quadro seguinte, dá conta das principais diferenças.

**Quadro nº 6 - Organização Social Militar: Institucional vs. Ocupacional**

<b>VARIÁVEL</b>	<b>MODELO INSTITUCIONAL</b>	<b>MODELO OCUPACIONAL</b>
<b>CONDIÇÃO DE LEGITIMIDADE</b>	Valores normativos	Economia de mercado
<b>CONSIDERAÇÃO SOCIAL</b>	Baseada em noções de serviço	Prestígio baseado no nível de compensação
<b>PAPEL DESEMPENHADO</b>	Difuso; generalista	Específico; especialista
<b>GRUPO DE REFERÊNCIA</b>	" <i>Vertical</i> " dentro das FA	" <i>Horizontal</i> " com ocupações fora da organização militar
<b>ATRATIVOS DE RECRUTAMENTO</b>	Qualidades de carácter; orientação do estilo de vida	Pagamento elevado; especialização técnica
<b>AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO</b>	Holística e qualitativa	Segmentada e quantitativa
<b>BASE DE COMPENSAÇÃO</b>	Posto e antiguidade	Determinada pela produtividade
<b>MODO DE COMPENSAÇÃO</b>	Uma parte não monetária	Salário e bónus
<b>SISTEMA LEGAL</b>	Justiça militar	Jurisprudência civil
<b>PAPEL DAS MULHERES</b>	Emprego limitado; padrão de carreira restrito	Emprego amplo; padrão de carreira aberto
<b>CÔNJUGE</b>	Parte integrante da comunidade militar	Apartada(o) da comunidade militar
<b>RESIDÊNCIA</b>	Trabalho e residência adjacentes; habitações militares; relocalizações	Trabalho e residência apartados; permanência em habitações civis
<b>SITUAÇÃO NO FIM DO SERVIÇO</b>	Compensações na situação de reserva	O mesmo que um profissional não militar

Fonte: Moskos; Wood, 1988 (Tradução livre)

Uma importante consideração neste ponto é a gradação que a tese institucional/ocupacional de Moskos faz sobre a questão do militar profissional ao reconhecer que certos elementos militares deverão permanecer na orientação institucional e que não é suscetível que os militares sejam totalmente orientados numa ou noutra direção, tendo em consideração que, "(...) *the*

*developments would seem to confirm the ascendancy of the occupational model in the emergent military, but countervailing forces are in effect. Indeed, the tension and interplay between institutional and occupational tendencies characterize organizational change within the armed forces*" (Wood; Moskos, 1988:23). Considerou, também, distinções em certos ramos dos militares baseadas no grau de avanço tecnológico: *"Differences exist between military services and between branches within these services"* (Wood; Moskos, 1988:24), e definiu o conceito instituição em função de valores e normas, *"An institution is legitimized in terms of values and norms, that is a purpose transcending individual self-interest in favor of a presumed higher good"* (Wood; Moskos, 1988:16), acrescentando que, *"An occupation is legitimized in terms of the marketplace. Supply and demand, rather than normative considerations, are paramount"* (Wood; Moskos, 1988:17), o que permite afirmar que o modelo ocupacional está ancorado nos princípios do mercado. Apesar deste modelo ter uma tendência abrangente não permite vaticinar uma mudança no corpo profissional militar.

A dicotomia instituição/ocupação, refere três âmbitos ligados mas distintos: a relação FA-sociedade; mudanças organizacionais; e, aspetos subjetivos. Moskos de alguma forma redireciona o debate para as posições mantidas por Huntington como ficando mais próxima de um tipo institucional e Janowitz mais congruente com o tipo ocupacional.

Um outro contributo no campo das tipologias profissionais militares é fornecido por Covarrubias (2005), que considera o particular interesse da profissão militar na área da Sociologia Militar, pelo facto de institucionalizar o dramatismo humano, através da resolução dos seus conflitos pelo recurso à violência e estabelece que a diferença fundamental entre a profissão militar e as profissões civis é que o Estado exige a vida aos militares profissionais (Covarrubias, 2005). Esta situação resulta na união indissolúvel entre a profissão militar, as FA e o Estado. Afirma então, que *"En las otras profesiones u ocupaciones se puede ofrecer la vida, pero no es el Estado quien lo exige, se trata de una opción voluntária. Este requerimiento, por cierto, exige desarrollar una serie de códigos internos de la propia profesión com valores, conductas y motivaciones que le permitan cumplir com esse requerimiento tan extremo y definitivo"* (Covarrubias, 2005:6). O Quadro 7 ilustra tipologicamente diversos *"perfis profissionais"* militares.

A finalidade destas tipologias individuais é estritamente académica, visto poderem existir diversas combinações. O que se releva é a apresentação destes perfis profissionais militares que não se coadunam com a existência de um padrão único de mentalidades, *"Lo que ocurre es que la doctrina y disciplina militar obligan a tener un patrón de conducta común pero que no elimina las diferentes tendencias individuales. Reconocer este hecho resulta importante porque constituye un parâmetro para interpretar al "individuo militar" o "potencial líder"(...) por ejemplo, para un ministro de defensa es interesante conocer estas tipologias a la hora de designar en los diferentes cargos de mando"* (Covarrubias, 2005:9).

**Quadro nº 7 - Tipologia dos “Perfis Profissionais” Militares**

<b>HERÓICO</b>	<b>ORGANIZADO</b>	<b>TÉCNICO</b>	<b>HUMANISTA</b>
Prefere a ação estratégica direta	Opta pela aproximação estratégica direta	Reflete em grupo	Evita a confrontação
Intuitivo	Privilegia a decisão da equipa sobre a intuição. Prefere maioritariamente os trabalhos de Quartéis-Generais que o comando de tropas no terreno	Elege um plano metódico sem originalidades	Interessa-se pelo trabalho docente
Distanciado do sector civil	Pode trabalhar sem problemas no sector civil	Pode integrar equipas com civis sem problemas	Procura a integração com o meio civil
Disciplina tradicional	Pode acomodar-se a ambas as disciplinas	Pode acomodar-se a ambas as formas disciplinares	Não se acomoda bem à disciplina tradicional
Preferido pelos sectores políticos conservadores. É mais apto para a guerra tradicional	Preferido pelos sectores políticos para comandar as FA em tempo de paz	Preferido pelos sectores políticos progressistas para a guerra	Preferido pelos sectores políticos para a paz

Fonte: Covarrubias, 2005:6 (tradução livre)

O fator mais relevante é que as FA estejam adequadamente integradas na sociedade, e que a subordinação ao controlo civil seja plasmado na educação militar com reflexo nas respetivas carreiras profissionais.

#### 3.4.4. *Condição militar*

"Ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a sua vida pelos seus amigos" Evangelho Segundo S. Mateus, 15:13.

*"Senhor, umas casas existem, no vosso reino onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, se deitam obedecendo. Da vontade fizeram renúncia como da vida. Seu nome é sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmo são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar. Quando eles passam juntos, fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares(...). Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os cobres do pré pudessem pagar a liberdade e a vida. Publicistas de vista curta acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão. Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma. Pelo preço de sua sujeição, eles compram a liberdade para todos e os defendem da invasão estranha e do jugo das paixões. Se a força das coisas os impede agora de fazer em rigor tudo isto, algum dia o fizeram, algum dia o farão. E, desde hoje, é como se o fizessem. Porque, por definição, o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai coragem, e à sua direita a disciplina".*

(Trecho da carta escrita por MONIZ BARRETO - Carta a El-Rei de Portugal, 1893, in Jornal do Exército de Portugal, nº 306).

O lugar dos militares no seio da sociedade portuguesa tem evoluído ao longo da história, designadamente, da história das últimas três décadas, por períodos em que são alvo de apreço e atenção e por intervalos temporais nos quais a sua condição é menosprezada, ou seja, "(...)em Portugal tem havido um crescente distanciamento da Nação face à Instituição Militar, com origens que remontam aos princípios do século XVIII e com ciclos alternados de rejeição ou adulação(...)" (Santo, 2005: 913).<sup>12</sup>

Uma abordagem pragmática da Condição Militar, em sentido lato, sugere "(...)non plus simplement un ensemble de sujétions et de compensations, mais aussi, l'ensemble des conditions matérielles dans lesquelles s'organize la vie professionnelle et personnelle des militaires" (Dudognon, 2010:36). Este conceito, ainda que de forma fluida, contempla o conjunto de direitos e obrigações característicos da profissão militar (disponibilidade total e permanente, inibição de alguns direitos civis e políticos, entre outros), e as correspondentes contrapartidas (regime de reserva e reforma,

---

<sup>12</sup> Sobre a necessidade e importância das FA: "A maioria dos inquiridos (83,2%) considera que as FA são necessárias e apenas 2,7% que as FA são desnecessárias e deviam ser extintas". Em média, atribuem muita importância ao papel das FA para a Defesa Nacional, sendo a instituição em que mais confiam (...) seguindo-se as Nações Unidas e a Polícia. As instituições ou atores coletivos em que menos confiam são os Políticos e os Partidos políticos". (Carreiras, 2009:5)

assistência médica...). Por outro lado, a emergência e formalização legal do conceito da condição militar contribuiu para a unificação dos militares no campo jurídico, das obrigações, das garantias e das contrapartidas (ou compensações).

Atualmente, a discussão da Condição Militar "*(...)n`est legitime que si elle s`appuie sur une connaissance objective des conditions de vie et de travail des militaires et de leurs familles*" (Dudognon, 2010:37). Esta é uma circunstância que levada a efeito com clarividência, permite ao Estado estabelecer, justificadamente, o esforço que a Nação há-de desenvolver para que os que a servem enquanto militares percebam a justa compensação pelas privações impostas profissionalmente, dado que, "*Embora seja saudável continuar a discutir aspetos organizativos, orçamentais e de equipamentos das FA, seria importante que a Nação se abrisse em grande debate sobre a Instituição Militar. Para tentar definir o que permanece constante e o que foi esquecido; para procurar descobrir o que a Instituição Militar deve ser no futuro e qual o seu papel na Nação*" (Santo, 2005:914).

A Condição Militar impõe o espírito de sacrifício, a disciplina, a disponibilidade, a lealdade e a neutralidade, entre outros, como princípios inalienáveis da profissão militar. Contudo, reconhece-se que estes não são exclusivos da profissão. Porém, a Condição Militar caracteriza-se, também, por um conjunto de restrições, seja por via da limitação do exercício de alguns direitos civis e políticos, seja pela obrigação da reserva<sup>13</sup>, da mobilidade funcional ou geográfica, ou mesmo, pela incidência da organização das FA e das condições do exercício da profissão na vida familiar e, não menos importante, a Condição Militar não pode ser abordada como um estado, com características de imobilidade, mas sim como um processo, ou, dito de outra forma, "*La notion de condition militaire, (...)renvoie à des dispositions mouvantes qui sont censées répondre aux évolutions des besoins des armées*" (Piotet et al, 2003:8). São limitações diversas, mas igualmente marcantes da profissão militar e que se expressam, além das restrições em direitos civis e políticos, na exposição aos riscos inerentes à atividade profissional, à disponibilidade individual total e permanente e respetivas desvantagens no âmbito da mobilidade geográfica, da ausência domiciliária e do ritmo e

---

<sup>13</sup> A reserva tem por objectivo salvaguardar as necessidades acrescidas da Instituição Militar em recursos de pessoal, especialmente em situações de crise ou guerra e períodos de preparação dessas situações, necessidades essas que por questões económicas, não devem ser mantidas em permanência.

"A reserva é a situação para que transita o militar do activo quando:

- Atingir o limite de idade estabelecido para o respetivo posto;
- Tenha 20 anos ou mais de serviço militar, a requereira e lhe seja deferida;
- Declare, por escrito, desejar a passagem à reserva depois de completar 36 anos de tempo de serviço militar ou 55 anos de idade;
- Seja abrangido por outras situações estatutárias de especificidade;

Existem limites de idade diversos para a passagem à reserva em cada categoria e, dentro destas, em cada posto.

O militar na reserva pode encontrar-se na efectividade de serviço ou fora da efectividade de serviço" (Pica, 2004:26).

duração da atividade, condicionando, parte destas restrições dos militares profissionais, também, os familiares.

#### 3.4.4.1. A ESPECIFICIDADE E O ESQUECIMENTO

Entender a excecionalidade do trabalho militar não só por parte dos militares, mas fundamentalmente por parte da respetiva sociedade, é a chave para evitar o esquecimento. Os militares, à disposição do Estado, e tidos como braço armado da Nação, da qual surgem e a qual servem, distinguem-se por uma série de especificidades. Uma reflexão sobre a especificidade remete para uma realidade única<sup>14</sup>: "(...)el soldado debe aceptar la posibilidad de forma total e razonable, de que un dia puede tener que dar su vida por su país" (Lecerf apud Pombo, 2010:19). Os militares possuem uma cultura de risco, vivem uma "(...) enorme diversidade de situações onde existe incerteza" (Giddens, 2006:32), um risco que se prolonga até à entrega da vida e se esgota, formalmente, no momento de passagem à situação de reforma, e que os torna distintos do resto da sociedade. Acrescentamos, ainda, em jeito de esclarecimento que, "*Não se pode dizer que alguém enfrenta um risco quando o resultado da ação está totalmente garantido*" (Giddens, 2006:32).

Diversas razões concorrem para que aos militares seja reconhecida a especificidade da sua Condição (Pombo, 2010). Sem a veleidade de esgotá-las, apresentamos algumas:

- A nenhum outro servidor do Estado, é exigida a vida, mesmo em tempo ou missão de paz, pelo menos, formalmente;
- Dadas as circunstâncias, tem que assumir a responsabilidade de destruição ou de infligir a morte, mesmo arriscando a sua vida;
- Disponibilidade individual total e permanente para servir o País;
- Assunção da relevância do grupo sobre o indivíduo. Um militar, assume a importância do grupo ao ponto de se sacrificar pelos camaradas;
- A responsabilidade é um traço inquestionável. Sem ser exclusivo da profissão militar, é neste particular, de capital importância, tanto em relação aos superiores hierárquicos como no que respeita aos subordinados;

---

<sup>14</sup> Estatuto dos Militares das FA (EMFAR), Decreto-Lei nº236/99 de 25 de Junho (com as alterações até Portaria nº50/2011 de 27 de Janeiro)

Artº7º: Juramento de Bandeira – O militar, em cerimónia pública, presta juramento de bandeira perante a Bandeira Nacional, mediante a fórmula seguinte: "Juro, como português e como militar, guardar e fazer guardar a Constituição e as leis da República, servir as FA e cumprir os deveres militares. Juro defender a minha Pátria e estar sempre pronto a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida."

- Compromisso com o cumprimento da missão;
- Profissão com características vocacionais.

A profissão militar não é a única que recolhe as características assinaladas. Da mesma forma, elas não se aplicam a todos os militares, simultaneamente. São muitos os militares que realizam tarefas próprias de funcionários civis, com os quais por vezes alternam a execução dos seus trabalhos. Mas o facto de que a situação conjuntural os obriga a realizar trabalhos administrativos não impede que estes militares, chegada a ocasião, estejam em condições de entregar a sua vida pela Pátria, ou matar por ela. No entanto, podemos questionar alguns contributos potenciadores do esquecimento da especificidade militar. Desde logo, encontramos duas possibilidades: a divergência com os valores e a cultura de defesa.

Os militares assumem, na sua maioria, os traços anteriormente descritos, mas cremos que a sociedade civil não aceita necessariamente esta imagem. O sistema de valores militares e o seu conceito de moral, entendido como a diferença de juízo entre o que está bem e está mal, não são necessariamente coincidentes, contraste mais evidenciado talvez porque, *“As FA serão servidas, cada vez mais, por pessoal em regime de voluntariado, com flexibilidade nos tempos de serviço efetivo e com crescente presença de pessoal feminino nas fileiras (que deve ser meditado e regulado). O abandono progressivo do Serviço Militar como dever de cidadania e o vazio da presença militar no território têm conduzido a uma progressiva “deseducação para a defesa”, a uma maior desintegração da sociedade que era cimentada pelo tempo conjunto passado nas fileiras por várias origens, educações e condição social e à perda da função preventiva e dissuasora da presença militar”* (Santo, 2009:1220).

Em temas tão amplos como o delito, a educação ou a religião, o sistema de valores foi modificado nas últimas décadas. Uma mudança que, pelo menos aparentemente, nem sempre foi acompanhada ou entendida no ambiente militar. A sociedade move-se a uma velocidade que em alguns casos é descrita como de esquizofrenia de valores frente a uma moral, a militar, menos desenvolvida, isto é, *“No se trata de un vacío de valores como se denuncia con frecuencia, nunca hay realmente vacío de valores porque ninguna sociedad puede subsistir sin valores que la impulsen y orienten a la acción y que sirvan de criterios de comportamiento y de toma de decisiones vitales. El problema hoy es la esquizofrenia de valores”* (González-Anleo, 2005:60).

Parece que se observa um progressivo aumento do individualismo e da busca de bem-estar, ambos, não necessariamente concordantes com a moral militar, *“Estamos quizás ante una «guerra de valores» cuya principal consecuencia es la incomprensión de ciertas posturas y actitudes, de cierta relativización de determinadas creencias que llevadas a su extremo, pueden contribuir a banalizar e incluso desacreditar el trabajo del militar”* (Pombo, 2010:20).

Outro aspeto que poderá contribuir para fazer cair no esquecimento a relevância social da atividade militar é a parca cultura de Defesa, senão mesmo a ausência dela. Apontamos como apropriadas algumas razões:



- A falta de perceção de ameaças exteriores;
- A profissionalização das FA. Algo que, sem dúvida, dificulta a componente pedagógica que nesse sentido tinha o sistema de recrutamento obrigatório;
- A Segurança e a Defesa, entendidas como segurança da cidadania ou pública. A Defesa fica, pois, limitada ao campo militar e que só os militares entendem;
- A importância de uma comunidade de pensamento estratégico.

A este conjunto podemos juntar a necessidade de informação sobre as transformações na Instituição Militar e o respetivo papel ao exterior, entenda-se sociedade, por parte das FA, e afirmar que, *“As inovações tecnológicas na força militar foram seguidas, através dos tempos, e com compreensíveis dilatações na aplicação, por transformações na Instituição que gera, organiza e dá o seu carácter específico às FA que é a Instituição Militar. Comando, disciplina, dever, sacrifício extremo, espírito de corpo e sentido de servir foram constituindo um sistema de valores assumido pelas instituições militares, tentando estabelecer um código de comportamento e de ética para justificar a diferença entre a Condição Militar – daqueles que tomavam o compromisso de bellatores ou defensores da cidade – e a dos seus concidadãos. Se a força militar foi influenciada por inovações tecnológicas, a Instituição que a albergava tentou sempre moldá-la para que o direito de matar fosse acompanhado pelo dever de morrer, desenvolvendo e implementando aquele código de valores, atento às mudanças da sociedade, por forma a que reflectisse as tendências que nessa sociedade se iam desenvolvendo nos campos do sacrifício, do dever, da solidariedade, do sentido de cidadania, do sentimento de Pátria e outros”* (Santo, 2011:797).

Parece-nos relevante a convocação de um exercício de compreensão mútua entre a sociedade civil e as FA, para que a sociedade comprove que os membros das FA são cidadãos da mesma sociedade, como afirma um militar ex-Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), *“(...)os militares têm dignidade, amor à farda, um comprometimento com a Pátria(...)até o de dar a vida pelo país. Os militares não são uma casta à parte, o Governo tem que entender isso. São cidadãos que escolheram defender o país. E estão conscientes disso”* (Santos, 2011:7), são cidadãos com problemas de compatibilidade de trabalhos entre cônjuges, as fragilidades financeiras correspondentes e a falta de escolas para os seus filhos, devido à frequente mobilidade geográfica que a sua profissão exige. Porém, e simultaneamente, afigura-se imprescindível resolver a especificidade do militar, e isto porque as FA têm a grande responsabilidade de servir como modelo no seu comportamento e pela necessidade, dadas as características das suas missões, de contar com indivíduos com elevada preparação física, técnica e, supostamente, moral.

Talvez seja conveniente mostrar a Instituição Militar como uma empresa vital atrativa e de confiança, baseada em valores tradicionais mas ao mesmo tempo totalmente atuais: *“La confianza en las instituciones es un valor fundamental en la construcción de una ciudadanía consistente y*

*eficaz*” (González-Anleo, 2005:61). A difusão de uma cultura de defesa entendida como global<sup>15</sup> poderá facilitar a mútua compreensão dos deveres, obrigações e responsabilidades. Só assim se conseguirá evitar uma aproximação frívola, e em ocasiões perigosa, das atuações militares.

Há que entender que a função das FA não se limita à defesa do território nacional mas também de valores como a liberdade e a democracia, “*Explicar, y quizás sea esto la parte más delicada, que el espejismo de bajas cero, de guerras limpias, es solo eso, un espejismo*” (Pombo, 2010:23). Para o militar que está debaixo de fogo numa emboscada no Afeganistão o apelido da missão é risível. Para ele, aquilo é uma operação de guerra. Uma operação para a qual os militares têm de estar preparados. É nesta perspetiva que a Instituição Militar terá que contar à Sociedade a que pertence, o que faz e porque o faz. Desta forma conseguirá valorizar-se e valorizar a especificidade da profissão militar, traduzida na Condição Militar, demonstrando a dedicação à sociedade da qual os militares são parte e a qual servem.

#### 3.4.4.2. CONDIÇÃO MILITAR – ENCONTROS E DESENCONTROS (A LEI E A PRÁTICA)

As FA são constituídas exclusivamente por cidadãos nacionais, e é através do Ministério da Defesa Nacional que integram a Administração do Estado. A missão fundamental das FA consiste em garantir a defesa militar do País contra qualquer ameaça ou agressão externas, podendo, além disso, complementarmente, executar outras missões de interesse geral, designadamente, colaborando em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, conforme constitucionalmente previsto. No entanto, independentemente da missão atribuída, a especificidade do desempenho militar consubstancia uma panóplia de deveres e direitos que tomam a designação de Condição Militar.

O reconhecimento desta situação levou a que, no final dos anos 80 do século XX, o poder político estabelecesse o enquadramento legal há muito desejado pelos militares e posteriormente haja introduzido alterações, não só, nem sempre do agrado dos visados, como avessas aos seus interesses: “*Eles (o Governo), sabem que os militares existem. Estão, é a retirar a honra aos militares, há mais ataques à classe, as FA estão a ser destruídas. Repetidamente demonstram o seu desprezo pelos que dão o sangue pelo país. Se realmente é vontade do Governo e dos políticos, então acabem de uma vez com os militares e com as FA. Se é esse o objetivo, então não esperem mais tempo*” (Santos, 2011:7).

O reconhecimento da necessidade legal da especificidade da profissão militar decorreu do panorama existente no domínio do direito estatutário militar português, o qual nuns casos se caracterizava pela insuficiência do quadro legislativo existente, noutros era marcado por uma legislação desatualizada que, por força de inúmeras alterações a que foi sujeita, influenciadas por propósitos e conceções por vezes contraditórios, se transformou num conjunto de normas

---

<sup>15</sup> Consideração da disposição, integração e ação coordenada das energias e forças morais e materiais do país, no fundo, o empenhamento da respetiva sociedade no seu todo.

dispersas e de difícil aplicação.

Tal constatação, como referimos anteriormente, transformou-se numa reconhecida necessidade de traduzir em Lei, de forma homogénea, coerente e estruturada, os elementos caracterizadores da Condição Militar.

Impunha-se uma ampla reforma legislativa suscetível de abranger os militares das FA, independentemente do ramo, categoria e forma de prestação de serviço, contendo, entre outras matérias, a definição dos seus direitos e deveres, o estabelecimento objetivo e transparente das regras a que se subordina a hierarquia militar e em que se traduzem as relações de autoridade e dependência, o desenvolvimento e estruturação das carreiras, por forma a constituírem fator de motivação, participação e responsabilidade, tudo no quadro das necessidades estruturais das FA.

Se com o sistema estatutário se visava, numa linha de modernização, responder a justos anseios e aspirações, num contexto de disciplina, coesão e eficácia, pressupostos irrenunciáveis da organização militar, com a sua concretização os responsáveis políticos tiveram, igualmente, em vista, assegurar a criação de um ordenamento diretor capaz de suportar o desenvolvimento de uma política homogénea e consistente no domínio da gestão dos Recursos Humanos das FA.

Foi neste contexto que a Lei nº11/89 de 1 de Junho, Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, foi aprovada sem votos contra. Porém, apesar da insuspeitável imprescindibilidade do reconhecimento da Condição Militar, reputamos de pertinente a observação seguinte: *“A Condição Militar é definida pela Lei nº11/89, de 1 de Junho, Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar. Houve, atente-se, a necessidade normativa de dar expressão legislativa ao acesso ao acervo de peculiaridades da Condição Militar, como reflexo da função militar, interconexa, in limine, com a natureza das próprias missões das FA. Contudo, é importante este registo: a plena profissionalização das FA, a atingir-se em substância jurídica, faz habitar em si riscos acrescidos nesta insularização institucional em face do poder político e do poder civil, esvaziando as FA, quiçá, até, na sua verdade axiológica”* (Pica, 2004:41).

Porém, com tal aprovação, importantes princípios passaram a ter força de Lei. Importa referir os elementos de cunho institucionalizante que amparam a Condição Militar, em respeito do vínculo que liga as FA ao Estado e à Nação, e não à Administração, no sentido de aparelho estruturado em sede governamental, e que são:

- *“A contratualização da própria vida, submetendo-a à orientação efetiva da missão e da Defesa da Pátria;*
- *A dependência tutelada do Presidente da República, o mais alto magistrado da Nação, como comandante supremo das FA;*
- *A estruturação em torno do monopólio da violência organizada, detida pelas FA”* (Pica, 2004:33).

Assim, podemos afirmar que a Condição Militar se caracteriza pelo exercício de direitos e o cumprimento de deveres específicos pelos militares, com obediência a um conjunto de princípios

orientadores das respetivas carreiras, situação apresentada limpidamente na seguinte descrição: *“As FA de qualquer nacionalidade não são um bando de homens e mulheres possuidores de armas que obedecem a um chefe. São uma organização altamente hierarquizada de homens e mulheres que, aceitando padrões de disciplina e de ética previamente definidos, desenvolvem entre si um elevado sentido de corpo, materializado na profunda confiança que depositam nos seus companheiros, no sentido de responsabilidade perante o grupo, no dever de entreatajuda, na disponibilidade para a emulação face a valores coletivos que lhes são superiores, no constante treino para o exercício das suas funções em ambiente real, na abnegação e desinteresse de condições individuais em nome do coletivo, na coragem perante todas as situações de perigo e risco de vida ou iminência de desastre, na capacidade de autocontrolo e de gestão de esforços em momentos catastróficos, enfim, na obtenção e manutenção de qualidades, no seu conjunto, pouco comuns aos cidadãos em geral.*

*Na sociedade civil espera-se de cada cidadão um comportamento que não ponha em perigo a integridade física própria e alheia; na militar incentiva-se a treinar o risco para saber vencer e/ou controlar o medo próprio em tais situações.*

*Todo este emaranhado de exercícios conduz a um fim último: disciplinadamente aceitar as imposições da hierarquia até ao limite de, conscientemente, avançar para situações de possível perda de vida.*

*É, em última análise, a esta disposição, em nada comum a outras profissões que, entre nós, se dá o nome de Condição Militar” (Fraga, 2011a).*

Neste contexto, a particularidade do serviço militar, de que fazem parte sacrifícios (se necessário o sacrifício da própria vida), renúncias e exigências especiais que são unicamente colocadas aos militares, e as correlativas contrapartidas, implica o reconhecimento da sua especificidade face aos demais trabalhadores da Administração Pública, mas o que os responsáveis políticos e governamentais pensam sobre o assunto provoca inquietação nos militares, já que, *“O que atualmente preocupa a comunidade militar (...) (relaciona-se) (...) com a Condição Militar e como ela é entendida pelo Estado e a sua direção política. Há, de facto, uma divergência cultural entre o Estado e os militares nesse entendimento, que vai originando ruídos de fundo, e que não deveriam existir em regimes democráticos, onde a frontalidade da ação do comando deve ser correspondida com a lógica de decisões e não a teimosia de argumentos inconsistentes.*

*A Condição Militar deve ser olhada pelo Estado como algo a dignificar perante a Nação, entendida como elemento distintivo que foi assumido voluntariamente por alguns dos seus cidadãos para o serviço de todos, fazendo o juramento de a esse serviço sacrificar a vida. A Condição Militar é exclusiva dos militares(...)” (Santo, 2007a:674).*

A enunciação das especificidades caracterizadoras da Condição Militar reveste-se, a nosso ver, de particular interesse, desde logo, porque o desconhecimento de facto ou ensaiado desta realidade tem conduzido ao desmerecimento ou esquecimento do papel dos militares por parte dos responsáveis políticos, como é salientado por um antigo Chefe do Estado Maior-General das FA

(CEMGFA): "*As Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, materializadas na Lei nº11/89 de 1 de Junho, constituem compromisso também não cumprido*" (Santo, 2007b:1317).

Nesta circunstância, referimos os condicionalismos decorrentes da Condição Militar, cumpridos pelos militares:

- A proibição de emigrar, enquanto no serviço ativo;
- A sujeição aos riscos inerentes ao cumprimento das missões militares. Durante toda a sua permanência nas fileiras, o militar convive com o risco. Tanto na instrução, na vida diária ou em zona de conflito, a iminência de um incidente incapacitante fisicamente ou da morte é um facto permanente na profissão. Claramente, a atividade militar, por definição, reclama o comprometimento da própria vida;
- A formação, instrução e treino, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra. O desempenho militar obriga a uma formação contínua rigorosa e diferenciada, o que possibilita a aquisição das respetivas capacidades inerentes às diversas responsabilidades no posto e hierárquicas;
- A permanente disponibilidade para o serviço. O militar mantém-se disponível para o serviço ao longo das 24 horas do dia, sem direito a reivindicar qualquer remuneração extra ou compensação de qualquer ordem, ainda que com o sacrifício dos interesses pessoais e da sua família;
- A mobilidade territorial. O militar pode ser movimentado programada ou inopinadamente, em qualquer época do ano, para qualquer região do país ou estrangeiro, indo residir e/ou prestar serviço, em alguns casos, em locais inóspitos e sem infraestruturas de apoio à família;
- A restrição, constitucionalmente prevista, de alguns direitos e liberdades. O militar do serviço ativo está impedido legalmente de se filiar em partidos políticos e sindicatos e de participar em atividades políticas e sindicais. No entanto pode pertencer a associações de carácter socioprofissional militar;<sup>16</sup>
- A fixação de princípios deontológicos e éticos próprios em matérias muito importantes e sensíveis, como sejam o caso da hierarquia, subordinação e obediência, e exercício do poder de autoridade. Ao ingressar nas FA, o militar tem de obedecer a rígidas normas disciplinares e a estreitos princípios hierárquicos, de que dependem a sua vida pessoal e profissional;

---

<sup>16</sup> A existência da Associação Nacional de Sargentos, da Associação de Oficiais das FA, e da Associação de Praças, é a expressão associativa socioprofissional das categorias profissionais militares.

- A dedicação exclusiva. O militar não pode exercer qualquer outra atividade profissional, sujeitando-se exclusivamente ao respetivo vencimento mensal, historicamente reduzido, o que estorva o eventual ingresso no mercado de trabalho, quando deixa de estar no quadro militar ativo;
- A robustez física. As atribuições que o militar desempenha, não só por ocasião de eventuais conflitos, para os quais deve estar sempre preparado, mas, também, no tempo de paz, exigem-lhe elevado nível de saúde física e mental. Como tal, é submetido, durante toda a sua carreira, a exames médicos periódicos e testes de aptidão física, que condicionam a carreira, designadamente, as promoções e a sua permanência no serviço ativo;
- O vínculo profissional. Mesmo na situação de reserva, um militar deve manter-se pronto para uma eventual convocatória para o serviço ativo, independentemente de se encontrar a exercer outra atividade;
- As consequências para a família. Os reflexos da profissão militar não se cingem ao militar. A vida familiar é, igualmente, lesada dado que a Condição Militar e a condição da sua família se interpenetram:
  - A formação do património familiar é dificultada.
  - A educação dos filhos é prejudicada.
  - O exercício de atividades remuneradas pelo cônjuge do militar fica, praticamente, impedido.
  - O núcleo familiar, não estabelece relações duradouras e permanentes nos locais de residência, pela rotatividade que acontece periodicamente.

Tais aspetos, a par de outros, vincam bem o relevo excecional das missões das FA, a quem, recorde-se, por imperativo constitucional, compete a defesa militar da República contra quaisquer ameaças externas. Por outro lado, correspondentemente, evidenciam de forma clara os sacrifícios que a Nação, por imperativos irrenunciáveis, exige e impõe aos militares. Aliás, em última análise, a sobrevivência duma nação depende, fundamentalmente, da capacidade das suas FA sustentarem as decisões estratégicas do Estado bem como de atuarem contra ameaças à sua integridade política.

Face a um tão exigente estatuto funcional do militar, a referida Lei de Bases consagrou, com especial significado para aqueles que voluntariamente ingressaram na carreira das armas, o reconhecimento de especiais direitos e compensações. Neste particular, destacamos, a título de exemplo, os campos da Segurança Social e da assistência (médica e medicamentosa).

A Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, no artigo 15º, afirma que, *“É garantido aos militares e suas famílias, de acordo com as condições legalmente estabelecidas (à época do contrato) um sistema de assistência e proteção, abrangendo, designadamente, pensões de reforma, de sobrevivência e de preço de sangue e subsídios de invalidez e outras formas de segurança, incluindo assistência sanitária e apoio social,”* no entanto, à letra da Lei parece não

corresponder a vontade dos responsáveis políticos, pelo que transparece do questionamento dum alto responsável militar: *“Este compromisso da Nação e do Estado pode ser quebrado por Governos?”* (Santo, 2007b:1317). Questão que é reforçada pela afirmação seguinte: *“Os compromissos assumidos, que por falta de melhor termo em português designamos por contrato, devem ser para cumprir. As FA, com todas as dificuldades postas pelas outras partes contratantes, têm cumprido os seus compromissos. Militares portugueses, longe e mal amados, continuam a morrer pela Pátria, honrando o compromisso assumido no seu juramento que os vinculou à Condição Militar. É tempo que as outras partes contratantes honrem os seus compromissos”* (Santo, 2007b:1318). Navegando nas mesmas águas, e atribuindo aos responsáveis políticos o ónus do desmerecimento da Condição Militar, sentido pelo desvirtuamento entre a Lei e a prática, uma outra antiga alta patente militar afirma que, *“(o diretor da Revista Militar) ...não quis ferir susceptibilidades políticas e, por isso, remeteu para esse ser abstrato chamado Estado as responsabilidades que cabem a seres muito mais concretos e compreensíveis a que nós, que não temos a responsabilidade de dizer coisas sem parecer dizê-las, chamamos simplesmente políticos. Políticos que, sendo voluntários no serviço público, tal como os militares, estão dispensados da verticalidade a que estes se amarram quando fazem o juramento de fidelidade à Pátria; políticos que podem mentir, que podem faltar à palavra, que podem cobardemente fugir quando os primeiros sinais de fogo e fumaça se fazem sentir; políticos que desejam para si prebendas e honrarias só pelo facto de cumprirem um desempenho para o qual são temporariamente eleitos, negando pequenas e poucas virtualhas a quem jura dar a vida, se e quando for preciso, pela Nação”* (Fraga, 2011b).

Não se afigura um exercício difícil a consideração do sistema de saúde e assistencial militar como uma necessidade operacional. A manutenção de um sistema de saúde para os militares é indispensável ao adestramento das FA, à preparação da reserva mobilizável e, certamente, ao apoio às operações militares. Da mesma maneira, não é despiciendo atender às exigências das estruturas militares em diversas localidades do país, onde há necessidade de apoio de saúde permanente (aos militares do ativo como aos reservistas e reformados e respetivas famílias), que está além das possibilidades dos sistemas de saúde civis.

Não se vislumbra o cometimento de qualquer imprevidência se considerarmos que, *“É dever do Estado explicar à Nação o que significa a Condição Militar e as suas especificidades. É assim nas Democracias, onde especificidades de sistemas de ensino, de saúde e mesmo de habitação da Instituição Militar e da Condição Militar dos que servem não constituem privilégios, mas sim a forma como se procura retribuir a disponibilidade permanente e particular de servir a Nação”* (Santo, 2007a:674).

Ao invés do que seria previsível e desejável, após a aprovação da Lei de Bases Gerais da Condição Militar no final da década de 80 do século XX, Lei tão desejada pelos militares e que foi aprovada sem votos desfavoráveis pelos deputados nacionais, e ao longo das décadas decorridas, não se verifica consonância de pontos de vista entre os responsáveis políticos e governamentais e

os responsáveis militares em matéria tão sensível às FA e ao país. Aliás, as posições defendidas pelos principais partidos políticos concorrentes às eleições legislativas em 2011, desenham a não convergência programática na matéria referente à Defesa e Condição Militar.

O Partido Socialista diz que quer assegurar a qualificação das condições de formação, treino e atividade profissional associadas à profissionalização e transformação das FA, isto após ter seguido uma política fortemente contestada pelos militares durante os anos em que foi Governo.

O Partido Social-Democrata, nas escassas palavras dedicadas ao tema, afirma querer criar nas forças militares Conselhos da Condição Militar como órgãos de caráter deontológico e de diálogo socioprofissional. Curiosamente, logo que se alcançou a governação do país, as medidas tomadas em relação aos militares foram por estes sentidas como muito gravosas e atentatórias da sua Condição.

O Partido Comunista Português adianta a necessidade da consagração do associativismo socioprofissional com o estabelecimento de regras definidoras de um relacionamento institucionalmente digno; e, a adoção de medidas com o objetivo de melhorar as condições de serviço nas FA, a dignificação e motivação profissional, e a valorização dos órgãos consultivos existentes nos ramos.

Quanto ao Bloco de Esquerda, quer reorganizar orgânica e funcionalmente as FA, designadamente em termos de pessoal, missões, equipamentos e custos, de forma a proceder à sua adaptação estrutural aos novos objetivos estratégicos da política de defesa, às suas disponibilidades financeiras e aos interesses do país. Por fim, o Centro Democrático e Social/Partido Popular afirma que quer enobrecer mais os militares nas missões de interesse público e tornar mais visível, com respeito por normas de segurança, o trabalho dos militares a favor do interesse nacional e de comunidade. Como se constata, os desencontros neste campo são evidentes e profetizam um futuro de solavancos quanto à Condição Militar. Os militares, parece que não se sentem reconhecidos, devidamente, pela Sociedade que integram e defendem, embora, *“L'amélioration de la condition militaire doit donc, avant tout, viser à la juste reconnaissance de la spécificité de l'état militaire, et à la légitime compensation des sujétions souvent très lourdes – disponibilité, mobilité – qui lui sont inhérentes”* (Oberto, 1992:44).

#### 3.4.4.3. A CONDIÇÃO MILITAR E A INTEGRAÇÃO SOCIAL

Quando abordamos a Condição Militar, supõe-se que existe uma categoria de pessoas que dispõe de uma maneira de ser, numa situação social, suficientemente caracterizadas para serem identificáveis entre concidadãos. Observamos, desta forma, que existem factos que permitem situar uma forma de vida particular.

Vimos já que a Condição Militar pode ser definida como o conjunto de deveres e de direitos característicos da profissão militar traduzindo os imperativos da função, pelo menos como ela é apresentada num dado momento: as expectativas do papel, ou seja, as normas de comportamento, impostos aos seus membros pela Instituição Militar e mais além pela sociedade.



As democracias asseguram que a Instituição Militar seja essencialmente “*obediente*”, e um instrumento eficiente de afirmação de soberania. Porém, é conveniente adicionar as condições sociais e intelectuais da eficiência: o dever de coesão, ou de integração, com tudo o que comporta de restrições e de concessões ao grupo e à instituição pelos indivíduos e de competência. A coesão é um imperativo, claramente mais forte nas FA do que na maior parte das organizações civis, e leva os militares a restrições próprias, nomeadamente, sob a forma duma sociabilidade prescrita ou de rituais muito elaborados<sup>17</sup>.

O enfraquecimento dos valores e das normas em que se baseia o serviço à Nação retiraram às FA, uma parte do seu brilho e da sua legitimidade social. Doravante, para os militares (na realidade, para todos os funcionários), o posicionamento na sociedade depende, principalmente, da ideia que as pessoas possuem sobre a cifra que surge em baixo e à direita nas folhas de vencimento, “*(...) es un efecto perverso del Estado del Bienestar – tan necesario y tan benéfico en sí mismo -, que há ido creando involuntariamente en la mentalidad del hombre atual la creencia – más profunda y persistente que una mera idea u opinión – de que el ciudadano, por el mero hecho de serlo, es sujeto de derechos sin el necesario correlato de valores(...) El deseo como fuente de derechos. (...) (otro) fator es el consumismo desbordante de los niños y los jóvenes, facilitado por el alto nivel de vida de las familias y por el deseo de los padres y de las madres de que “ellos” disfruten de lo que “nosotros” no pudimos disfrutar*” (González-Anleo, 2005:63).

E onde, apesar das revalorizações sucessivas, a remuneração material não compensa a perda de gratificações simbólicas tradicionais, o desconforto e a insatisfação instalam-se: “*O crescimento da Despesa com Pessoal não tem sido suficiente para uma retribuição digna às FA, assistindo-se a uma degradação das retribuições reais, qualidade de alimentação, dotação de fardamentos, insuficiência de subsídios que não permitem tornar a Condição Militar atrativa, não favorecendo o recrutamento e a retenção de pessoal qualificado. O moral das FA encontra-se em limites do razoável(...)*” (Santo, 2009:1232).

No fundo, a consideração social depende, em muito, da legitimidade da instituição. Esta está relacionada com a situação estratégica, a existência de uma ameaça externa, garantia da pertinência das FA para a sociedade. Deste ponto de vista, o futuro que se desenha pela evolução recente será, como facilmente se pressente, mais difícil que o passado, e a perspetiva dos cortes orçamentais e de efetivos, importante calmante da moral no curto e médio termos, arrisca o afastamento dos militares das preocupações centrais das sociedades, apesar de ser inegável que, “*(...) qualquer país precisa de militares. É um facto. É necessária uma força que trabalhe em prol da população e que sirva de segurança. Portanto, não desprezem os militares. Os militares não têm que ser tratados de melhor, nem de pior forma. Apenas têm de ser respeitados. Deseja-se que haja respeito pelas leis e que as leis sejam cumpridas*” (Santos, 2011:7). Nestas condições, a

---

<sup>17</sup> A instituição militar integra e adopta como manual da sua sobrevivência as seguintes modalidades plausíveis do social: sodalidade, sociabilidade, e socialidade. (Baechler:1995)

legitimidade e a consideração social assumem a criação e a manutenção de uma imagem pública favorável.

Esta situação depende de múltiplos fatores. Podemos ensaiar alguns, sem a pretensão de esgotar os contributos. Uma condição é fazer a prova da eficiência funcional da Instituição Militar quando é solicitada a sua contribuição. Nesta circunstância, nada é pior que as guerras periféricas e limitadas que se eternizam sem produção de resultado observado. Na inversa, mesmo as guerras curtas e vitoriosas longe do território nacional, só cativam os benefícios de legitimidade e de prestígio efémeros, o que vem provar que é uma condição necessária mas não suficiente.

A ausência de conflito, pequeno ou grande, e isto será, oxalá, o futuro mais provável, poderá, por sua vez, cativar um lugar para mostrar que as FA podem trazer à sociedade uma contribuição positiva de forma a justificar a punção que elas operam nos Recursos Humanos e orçamentais do país. Encontramos, assim, uma das significações das missões anexas, não militares (missões de serviço público, missões humanitárias), em que as FA, nos últimos anos, têm participado: *"Nos tempos previsíveis de dificuldades económicas e financeiras, iremos assistir a problemas acrescidos. O que não se fez dificilmente se poderá fazer, mas tenhamos consciência que nos tempos difíceis que se adivinham as FA podem vir a ser chamadas a desempenhar missões que fogem ao seu padrão normal de atuação, que requerem moral e disciplina e que no caminho que vamos seguindo dificilmente serão conseguidos. Os alertas sucessivamente transmitidos aos decisores sobre o emprego dos recursos da Nação não significaram que as FA queriam ser mais ricas do que a Nação. Teimosamente, sem grande sucesso, quiseram transmitir que a Defesa é para os cidadãos e deve constituir uma prioridade do Estado"* (Santo, 2009:1232).

Outra condição reside numa integração satisfatória na sociedade, e dentro de uma sensibilidade de aceitação dos seus valores centrais, como é facilmente reconhecido pelo esforço desenvolvido no seio dos militares: *"(...)é o tremendo progresso feito na educação democrática dos profissionais dessas FA (portuguesas) que não tem sido acompanhado pelo mesmo esforço de aprendizagem dos agentes do Estado, nomeadamente, governantes, para lidarem com elas"* (Santo, 2005:914).

A representatividade social e cultural torna-se um imperativo de legitimidade para todas as instituições públicas. O trabalho de integração dos militares passa pela compreensão do seu estilo de vida e pelo seu recrutamento bem como pela compreensão de que a sua função principal implica especificidade. Bem mais que a influência de orientações socializantes, a ascendência de um *ethos* utilitarista liberal, ou de um voluntarismo tecnocrático dirigido para o crescimento e para o poder financeiro produz uma desvalorização, de facto, do *ethos* militar, propiciando condições para a desmoralização (acompanhada de dificuldades de reinserção na vida civil), aos que consagraram, especificamente, ao país uma parte importante das suas vidas. As FA, não podem, integralmente, confundir-se com uma empresa. Portanto, a concorrência que as FA fazem com as empresas civis, para recrutar e fidelizar os seus profissionais, não é uma concorrência que usa armas iguais: dilema que não sendo novo pode ser resolvido, harmoniosamente, num quadro

lógico relacionado com a compreensão mútua entre os dirigentes políticos, designadamente, governamentais e os militares responsáveis pelas FA.

Em jeito de conclusão podemos referir que é recorrente, a afirmação de que os militares têm direitos que outros trabalhadores não usufruem, associando o termo injustiça a esta situação. Parece-nos que injustiça será tratar por igual o que se afigura diferente. A natureza da missão e as características da Instituição Militar obrigam os militares a deveres, sujeições e restrições que não abrangem os outros concidadãos. Constatamos que a natureza do serviço prestado; a sujeição à hierarquia e disciplina militares; a disponibilidade permanente para o serviço; o sacrifício do interesse pessoal e os riscos inerentes ao cumprimento da missão implicam restrição de alguns Direitos Fundamentais consignados na Constituição da República Portuguesa. Estas imposições, próprias da Condição Militar, não se restringem ao militar profissional, mas afetam fortemente a relação conjugal e familiar. Os militares, sem perderem os seus direitos de cidadania, não devem ser considerados cidadãos como os outros, dado administrarem um potencial de força que não permite, ou no mínimo aconselha, o seu envolvimento em questões políticas e sociais. A atribuição da responsabilidade maior pela defesa da soberania e integridade nacionais que a sociedade confia às FA terá de se traduzir no compromisso de garantir alguma proteção a quem voluntária e conscientemente dispõe da vida na defesa coletiva.

### **3.5. As relações civil-militares**

Os militares devem conhecer da política o mesmo que qualquer outro indivíduo ou instituição da sociedade em que estão inseridos. Este fator é importante para se entender como a política é gerada e vivida na sociedade. O que os militares não devem é ser filiados partidariamente ou identificarem-se com qualquer partido político, porque está constitucionalmente consagrada a subordinação aos órgãos civis eleitos ou legalmente definidos como representantes democráticos com autoridade junto da organização militar, independentemente do quadrante político representado. (CRP, 2005:artigo 275º)

O avanço das democracias e o profissionalismo das organizações militares ocidentais têm criado condições para o prevalectimento de um ambiente adequado em que a participação das FA é um fator que contribui para o bem comum. Acrescenta-se que o espírito da democracia apela a todas as instituições do Estado para que tenham uma participação ativa na promoção da democracia representativa como elemento indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento dos países.

No âmbito da Sociologia Militar, uma das principais razões de ser é o estudo das relações entre as FA e a respetiva sociedade, aliás, "*O facto de serem as FA depositárias nacionais e, de facto, detentoras de meios de coacção diretos – o armamento – confere uma importância especial ao relacionamento da instituição militar com a sociedade em que se encontra inserida*" (Carrilho, 1980:153).

Estas relações têm sido analisadas através do tempo e em diversas circunstâncias em diferentes países. Assim, as análises feitas numa determinada sociedade podem sofrer modificações com o tempo, ou seja, as condições políticas existentes determinam a natureza das relações civil-militares. Desta forma, Morris Janowitz tipificou as relações civil-militares, onde é possível encontrar formas divergentes entre si e que apresentam ligações entre a instituição militar e as autoridades civis plenamente contrárias, como se mostra a seguir.

**Quadro nº 8 - Modelo histórico-comparativo do relacionamento civil-militar**

MODELO	CONDIÇÃO SOCIAL
<b>ARISTOCRÁTICO-FEUDAL</b>	A elite civil e militar estava socialmente e funcionalmente integrada, o que assegurava uma permanência dos militares sob o controlo político; liderança política, devido à ausência de especialização militar.
<b>DEMOCRÁTICO</b>	Contrasta com o modelo anterior. Diferenciação entre as elites políticas e militares. O militar é profissional, autónomo, politicamente neutro e subordinado à autoridade civil.
<b>TOTALITÁRIO</b>	Emerge em algumas sociedades industriais como uma "recuperação" do modelo aristocrático-feudal. O controlo civil sobre os militares é assegurado pelo recurso à seleção política das chefias militares. Geralmente, surge num partido que defende esta situação, uma figura política dominante à qual obedecem as FA.
<b>ESTADO-GUARNIÇÃO</b>	Surge como consequência da deterioração da supremacia civil. É parecido com o totalitário mas não se apresenta uma ditadura militar. Porém, assume-se esta condição face a tensões internas de conflito ou preparação para a guerra.

Fonte: Janowitz, 1971a (tradução livre)

No entanto, a aplicação destes modelos não resulta da melhor forma em termos de análise pela complexidade das relações civil-militares e das relações entre os militares e a sociedade. Por outro lado, a noção de "controle civil" torna-se mais complexa devido a que o profissional militar partilha funções com o profissional civil. Esta situação faz com que os militares não se constituam como grupo monolítico. Para melhorar a operacionalização das análises, Janowitz propõe outras tipologias "(...)to clarify the conditions under which militarism is restrained or developed in developing countries" (Janowitz, 1971a:29), que se apresentam a seguir.

**Quadro nº 9 - Modelo militares vs. controlo civil**

<b>TIPOLOGIAS</b>	<b>CONDIÇÃO SOCIAL</b>
<b>CONTROLO AUTORITÁRIO-PESSOAL</b>	O poder militar é restringido e mantém-se a supremacia civil, por uma autocracia personalizada.
<b>GRUPO DE PARTIDOS-AUTORITÁRIO</b>	O papel militar está limitado e institucionalmente subordinado ao grupo de partidos dominante.
<b>DEMOCRÁTICO-COMPETITIVO</b>	Tradições coloniais, instituições civis competentes com partidos políticos que mantêm o poder militar restringido.
<b>COLIGAÇÃO CIVIL-MILITAR</b>	É instável, o militar pode assumir um papel político saliente e intervém na política algumas vezes.
<b>OLIGARQUIA MILITAR</b>	Governo dos militares.

Fonte: Janowitz, 1971a (tradução livre).

Huntington, estabelece um equilíbrio entre a experiência e a competência, o sentido de responsabilidade social ou serviço público e um espírito corporativo e afirma que a intervenção do militar profissional na política é antitética e que o corporativismo que conduz a essa intervenção é um mau profissionalismo (Huntington, 1972). Consequentemente, o seu ponto de vista sobre a organização militar como uma forma isolada e abrangente de sociedade está fortemente suportado na noção de corporação: ao examinarmos a tese de Huntington é importante localizá-la temporalmente. A sua conceptualização assenta na representação de guerra total e na clara distinção entre interesses políticos e militares, isto é, *"Politics is beyond the scope of military competence, and the participation of military officers in politics undermines their professionalism, curtailing their professional competence, dividing the profession against itself, and substituting extraneous values for Professional values"* (Huntington, 1972:71). Sob esta conceção de controlo civil-militar, os políticos decidiam até à eclosão da guerra (do conflito), e nesse momento, os militares assumiam o controlo total dos esforços de guerra. A abordagem militar da guerra era baseada no princípio *"não há substituto para a vitória"*. A sua perspetiva propõe a estreita separação dos papéis militar e político na esteira da definição da profissão militar.

Este investigador define como relações civil-militares o papel das FA na sociedade e não vislumbra oposição entre o ponto de vista civil e o ponto de vista militar. A sua abordagem trata as relações civil-militares no plano da ética militar, sendo que apresenta a ideologia política como manifestação de uma ética civil que representa um conjunto de valores e atividades sobre os problemas do Estado, da sociedade e do governo. Como os civis lutam pelo poder, existe uma variedade de éticas civis ou ideologias que tornam possível estabelecer uma uniformidade de

valores militares e valores civis. Dito de outra forma, não existe dicotomia entre mentalidade militar e mentalidade civil porque não existe uma mentalidade civil exclusiva. A diferença entre elas pode ser maior do que a diferença de cada uma delas em relação à ética militar. O Quadro 10 estabelece a comparação entre as ideologias mais significativas e a ética profissional militar.

Refere-se, também, às relações civil-militares atendendo a três variáveis: a ideologia predominante na sociedade face à mentalidade militar; o grau de participação dos militares no poder político; e, o grau de profissionalismo das FA. Porém, estes são “*tipos ideais*” de relações civil-militares, e surgem como resultado da combinação das variáveis indicadas. São concebíveis oito combinações dos três fatores, de verificação empírica ou não. Desta forma, uma das combinações é fortemente improvável e duas outras são excepcionais pela incongruência. As combinações prováveis indicam-se a seguir (Huntington, 1972:96-97):

- Ideologia antimilitarista, elevada influência militar no poder político e baixo profissionalismo militar:
  - Este tipo de relacionamento civil-militar encontra-se, geralmente, em países pouco desenvolvidos onde o profissionalismo militar foi atrasado, ou em países mais avançados cuja segurança foi ameaçada e os militares rapidamente exerceram a sua influência política.
- Ideologia antimilitarista, baixa influência política dos militares e baixo profissionalismo militar:
  - Esta combinação de elementos somente aparece onde a ideologia da sociedade é tão fortemente exercida que é impossível aos militares escapar à sua influência, ficando reduzido o seu poder político. As relações civil-militares nos modernos estados totalitários tendem para este tipo. Predominou na Alemanha durante a II Grande Guerra.
- Ideologia antimilitarista, baixa influência política dos militares e elevado profissionalismo militar:
  - Uma sociedade que sofre poucas ameaças à sua segurança tem, normalmente, este tipo de relações civil-militares. Prevaleceu nos Estados Unidos da América até ao início da II Grande Guerra.
- Ideologia pró-militarista, elevada influência política dos militares e elevado profissionalismo militar:
  - Uma sociedade com constantes ameaças à segurança e uma ideologia simpatizante com os valores militares pode permitir um nível elevado de poder político dos militares e ainda manter o profissionalismo militar e controlo civil objetivo. Este tipo de relações verificou-se na Prússia e Alemanha na época de Bismark-Moltke (1860-1890).
- Ideologia pró-militarista, baixa influência política dos militares e elevado profissionalismo militar:
  - Este tipo é expectável numa sociedade relativamente livre de ameaças à segurança e dominada por uma ideologia simpatizante com o ponto de vista militar. De alguma forma, este tipo de relações verificou-se na Inglaterra durante o século XX.

**Quadro nº 10 - Ética profissional e ideologia política**

IDEOLOGIA POLÍTICA	VALORES E ATITUDES
<b>LIBERALISMO</b>	<p>O coração do liberalismo é o individualismo. Salieta a racionalidade e a dignidade moral dos indivíduos.</p> <p>Defende que o uso da razão produz a harmonia de interesses. Acredita que a paz é uma relação natural.</p> <p>Glorifica a autoexpressão. Hostil ao armamentismo.</p> <p>Considera a defesa nacional como responsabilidade de todos.</p>
<b>FASCISMO</b>	<p>Defende o Exército de massas e o dever de cada cidadão ser um soldado. Releva a liderança e a disciplina na sociedade.</p> <p>Enfatiza o poder supremo do líder. Acredita na superioridade rática e na respetiva genialidade.</p> <p>Entende a força militar como um instrumento de poder subordinado aos seus interesses e vê no Estado (ou partido) o órgão condutor da sociedade. Glorifica as guerras como fim da política</p>
<b>MARXISMO</b>	<p>Oposto à ética militar, considera o homem como bom e racional. Pacifista.</p> <p>Coloca a sua atenção na importância do poder económico em contraposição com os militares que colocam o poder na superioridade das armas.</p> <p>Procura formar a instituição militar ideologicamente, organizada sob orientação proletária, em oposição aos interesses capitalistas.</p> <p>Considera o imperialismo económico como a base das guerras entre estados.</p>
<b>CONSERVADORISMO</b>	<p>Basicamente similar à ética militar.</p> <p>Da mesma forma que se verifica um contraste e conflito entre ética militar e liberalismo, fascismo e marxismo, também se verifica uma compatibilidade e similaridade entre a ética militar e o conservadorismo.</p>

Fonte: Huntington, 1979 (tradução livre)

Uma crítica que tem sido apontada a esta proposta conceptual é o discutível conceito de profissionalismo, tal como "*(...)a existência de várias situações concretas detentoras de uma ideologia antimilitar, apresentando tensões ideológicas no seio da própria sociedade e em que um dos pólos possui o monopólio da violência*" (Baltazar, 2002:85). Esta tipologia, por via de algumas limitações, está normalmente associada aos regimes democráticos consolidados.

A perspetiva de Janowitz, no que respeita à diminuição da diferenciação entre os militares e os civis, além de outros fatores que apresentamos mais à frente, assenta na redefinição da

natureza do profissionalismo militar, nomeadamente, na reconceptualização do corpo de oficiais. A convergência relacional é abrangente. Ele descreveu as proposições básicas que revestem as tendências de convergência e como elas se relacionam com o corpo de oficiais.

Observa-se uma mudança na autoridade organizacional, pelo que se refere a tendência para o afastamento do estilo de liderança autoritária para grande similaridade com a tendência que está enraizada na sociedade e que se repercute na organização militar, "*The organizational revolution which pervades contemporary society, and which implies management by means of persuasion, explanation, and expertise, is also to be found in the military*" (Janowitz; Little, 1974:39). O autor constata esta tendência geral em direção a formas menos rígidas de liderança, apesar da rigidez da hierarquia da burocracia militar: a preocupação central dos comandantes não é mais a aplicação de uma disciplina rígida mas, de preferência, a manutenção de níveis elevados de iniciativa e moral. O carácter técnico da guerra moderna requer níveis elevados de proficiência e motivação das tropas. Em qualquer equipa militar um elemento importante do poder reside na configuração técnica de cada elemento para o êxito da operação. Portanto, "*(...)the more mechanized the military formation, the greater the reliance on team concept of organization*" (Janowitz, 1971b:9).

Desta forma, para a aproximação entre militares e civis, contribuiu o facto da profissão militar passar a ser vista como sendo tecnicamente especializada em campos que frequentemente pertenciam a técnicos civis. Por outras palavras: um vasto número de militares profissionais formou-se tecnicamente em especialidades fora do âmbito tradicional das preocupações puramente militares. Esta mudança, gradualmente, influenciou as competências da elite militar pela alteração da índole do comando. O novo líder militar é oriundo de posições hierárquicas cujo exercício de funções é essencialmente técnico e está obrigado a envolver-se na supervisão de aspetos técnicos complexos da organização, o que não acontecia com os líderes tradicionais anteriores. Por isso, não é invulgar a existência de membros da nova elite militar com especializações alternativas e formação académica em engenharia, gestão, ou administração de empresas, esbatendo a diferenciação entre atributos dos civis e dos militares: "*The narrowing difference in skill between military and civilian society is an outgrowth of increasing concentration of technical specialists in the military*" (Janowitz; Little, 1974:39).

Outro aspeto a considerar é a mudança da base social de recrutamento de oficiais, sustentado primeiramente num relativo status elevado da sociedade, para um mais representativo do todo da sociedade. Esta alteração tornou-se necessária pelo crescimento da organização militar e pelo incremento dos técnicos especialistas, porém, levantou a questão da democratização organizacional, "*The question can be raised as to whether the broadening social base of recruitment of military leaders is necessarily accompanied by "democratization" of outlook and behavior. One aspect of "democratization" of outlook and behavior implies an increased willingness to be accountable to civilian authority*" (Janowitz, 1971b:10).



No que toca aos padrões de carreira verifica-se uma linha divisória muito fina entre a percepção da inovação e criticismo. Aqueles que eram percebidos como inovadores mas não extravasavam o quadro institucional eram recompensados em termos de carreira. Os que ultrapassavam as normas institucionalizadas e se tornavam abertamente críticos eram suscetíveis de penalização, nas palavras de Janowitz, "(...)who express too openly their desire to innovate or to criticize are not likely to survive" (Janowitz, 1971b:12).

Nesta decorrência, vislumbra-se o desenvolvimento da organização como um vasto espaço de gestão empresarial e a possibilidade de se criar certas tensões com a autoestima e conceito de honra dos militares tradicionais. Isto gerou a necessidade de um novo e explícito ethos político-militar resultando do facto de "*After two centuries the(...)officer corps has been transformed in the direction of a technical specialty, and military honor has had to be made compatible with skill and technical achievement despite the fact that honor is essentially ascriptive and traditional. Military honor has had to respond, likewise, to changes in the social values in the society at large*" (Janowitz, 1971b:217). O desafio da "*guerra limitada*" e o significativo incremento das decisões políticas nos assuntos militares requereu que os militares tivessem pontos de vista mais abrangentes e desenvolvessem mais a perspectiva política em relação aos acontecimentos mundiais. Este desenvolvimento mudou a noção do "*pensamento militar*". Pode-se afirmar resumidamente, que "(...)the new indoctrination seems to be designed to supply the military professional with opinions on many political, social, and economic subjects, opinions which he feels obliged to form as a result of His new role, and to which he was expected to be different in the past" (Janowitz, 1971b:13). Além destas proposições, aponta-se o enfraquecimento da tradição de isolamento da comunidade militar como tem acontecido em relação ao mundo civil, considerando que, "*A combination of developments has enlarged the military community and weakened its social cohesion*" (Janowitz, 1971b:178). Digamos que, a conjugação de várias situações como a separação entre o local de trabalho e a residência, o aumento do número de militares e a diversidade de origens sociais dos novos oficiais, a introdução de técnicos civis na estrutura militar, a redução da ênfase nas distinções da posição social são os fatores que lideram o enfraquecimento da identidade profissional tradicional.

Porventura, a faceta mais importante do modelo teórico da convergência de Janowitz envolve a mudança na compreensão dos valores tradicionais da profissão militar, principalmente no clássico código de honra militar consistindo em quatro partes. Elas são: conduta, lealdade, fraternidade, e busca de glória, com a correspondente modificação de ênfase em cada um destes componentes em ordem a harmonizar as mudanças organizacionais. Janowitz observou que o novo esquema de honra militar consiste em:

- Decréscimo na ênfase da conduta cavalheiresca;
- Mudança da fidelidade para a obediência aos indivíduos que ocupam posições na estrutura burocrática; um
- Aumento da ênfase na tradição e lealdade ao grupo representado através de

generalizações sobre a honra do grupo e respetiva integridade; e, a

- Redução da perseguição ostensiva de glória pelos oficiais que vão ocupar altos cargos, ou seja, "*Basically, the military(...)have had to develop a sense of honor rooted in the practical contributions of the profession, rather than in the survival of feudal notions of military glory*" (Janowitz, 1971b:217).

O novo conceito de profissionalismo militar nesta abordagem constitui-se por três elementos principais: um elevado nível de proficiência maior do que uma ocupação; um nível importante de autorregulação; e, uma forte componente de coesão de corpo. Este processo permite observar que o corpo de oficiais está ainda numa tendência para a "*civilinização*".

Uma outra proposta sobre as relações civil-militares tenta responder às questões que considera relevantes neste âmbito, designadamente, como são os militares controlados pelas autoridades civis; que políticas e estruturas compõem o controlo civil; e, que tipo de relações civil-militares servem da melhor maneira os interesses das democracias consolidadas (Bland 1999a). O autor considera que as teorias acerca das relações civil-militares partilham limitações duplamente, isto é, têm uma conceção estrita e estão embebidas na cultura e política nacionais, "*They are too narrowly conceived and miss critical aspects of the problem, and they are too bound by the culture and national politics of their proponents*" (Bland, 1999b). Assim, a tese apresentada defende que o controlo civil dos militares é administrado e mantido através da partilha de responsabilidade entre os eleitos políticos e os líderes militares. Esta teoria, é fundamentalmente, uma tentativa de supressão das limitações das conceptualizações existentes, daí que o autor pretenda, "*(...) to outline a unified theory of civil-military relations that attempts to meet these challenges, provides a framework for analysis, and serves as a guide for managing civil-military relations in general*" (Bland, 1999:2b).

Fundamentalmente, a responsabilidade partilhada da defesa nacional nos estados democráticos é caracterizada pelo estabelecimento através dos governos respetivos, dos objetivos de defesa e disponibilidade dos recursos inerentes à sua concretização, enquanto que aos responsáveis militares cabe a tarefa de desenvolver e orientar as FA no sentido do cumprimento dos objetivos determinados.

O controlo dos resultados nas relações civil-militares pela autoridade civil, através dos membros eleitos, enfrenta um conjunto de problemas:

- "*They must resist direct challenge by the military to the civil authority;*
- *Separate the Armed Forces by partisan politics;*
- *Ensure good order and discipline in the Armed Forces;*
- *Politicians must master what Samuel Huntington called "the modern problem of civil-military relations", the relationship between the expert and the minister*" (Bland, 1999a:25).

Nas democracias consolidadas, o controlo dos três problemas indicados primeiramente, não levanta qualquer questão, porém, o último indicado pode não estar resolvido no mesmo grau. Da mesma forma, nas democracias europeias recentes, a solução destes problemas é essencial para a consolidação política. Contudo, a gestão do “*problema do especialista*”, pode tornar-se o mais importante e o de mais difícil resolução: “*Se trata de un esquema que hace hincapié en que el problema en el Estado moderno es (...) la relación entre el experto y el político. En otras palabras, se ocupa esencialmente del “abismo” entre las esferas militar y civil. Este abismo puede representar el conflicto inherente a los respectivos papeles del político y del militar en la sociedad moderna*” (Harries-Jenkins; Moskos, 1984:89).

A dificuldade na gestão deste problema relacional acontece não especialmente porque os militares de topo detêm o monopólio da teoria, da técnica e do conhecimento operacional específico mas porque este é um aspeto importante do problema. Controlar o problema da relação entre o especialista militar e o político responsável, ou seja, o ministro da Defesa Nacional é uma preocupação do regime democrático que tem evoluído na resolução dos outros três problemas e depende de um tipo de partilha – a responsabilidade partilhada – entre políticos e militares, a qual eleva os líderes militares vis-a-vis com os políticos.

O líder militar é especialista não exclusivamente no sentido de assessor que conhece detalhadamente os respetivos assuntos, mas também porque os líderes militares são encarregados pelos governantes para executarem uma política. Desta forma, controlar e dirigir o problema do especialista é difícil, ou mesmo impossível, no sentido normal da hierarquia e administração pública: “*The expert/minister problem could be solved by making the expert the minister, but practically this would mean that an officer would become minister of defense and this result would defeat essentially civil control. In important ways, the regime of norms, principles, and rules that govern civil-military relations in mature democracies depends on the expertise of senior officers and increasingly defense civil servants – and a sharing of responsibilities between politicians and these experts*” (Bland, 1999a:26).

Esta questão das relações civil-militares pode ser gerida com êxito quando o relacionamento entre os responsáveis políticos e os líderes militares for apropriadamente percebida e quando os políticos ativamente assumem as respetivas responsabilidades. Este assunto assenta em três aspetos principais, “*First, the military officers usually have considerable technical expertise and operational experience that no civilian representative could hope to match; Second, officers, and especially commanders, are appointed to conduct operations in the name of the state and these types of duties give them considerable freedom of action and authority; Finally, because national laws usually give officers authority for training, organizing, disciplining, and administering the armed forces, they have a degree of independence from civil authorities that may limit the policy options they can take*” (Bland, 1999a:27).

Os responsáveis políticos, porém, possuem canais e formas para administrar o problema do relacionamento com os líderes militares neste âmbito das relações civil-militares, designadamente,

o ministro da Defesa tem a possibilidade de reforçar a sua autoridade nas questões e áreas cuja responsabilidade, inequivocamente lhe pertence. Os militares, nas democracias consolidadas, dificilmente tomam o poder dos líderes civis. Ao assumir o cargo, por sua vez, os responsáveis políticos podem impor, forçosamente, se necessário, em defesa dos interesses nacionais um relacionamento diferenciado de índole "*superior-subordinate, between themselves and their senior military and public servant advisers*" (Bland, 1999a:28). Igualmente, o controlo dos líderes militares pode acontecer por via da clarificação das leis referentes às FA explicitando e identificando que áreas e decisões são acometidas especificamente à responsabilidade ministerial. Contudo, a premissa fundamental a sublinhar na política de defesa terá de basear-se na ideia de que o governo tem a responsabilidade da Defesa Nacional e as FA são, especialmente, um instrumento dessa política. Nesta perspetiva, umas FA que atuem sem consentimento expresso do governo, ainda que em defesa da nação, estarão a agir ilegitimamente.

No quadro da legislação nacional referente às FA é importante o reforço do conceito militar de unidade de comando a par do reforço do controlo civil das FA. O interface entre o controlo civil e os militares deverá colocar-se a nível superior das FA, nomeadamente, chefia militar de topo individualizada. O relacionamento a este nível e estabelecido desta forma, possibilita que "*(...) a major worry and responsibility of the minister and the government are removed*" (Bland, 1999a:30).

Uma vertente que se salienta no contributo deste investigador quanto à responsabilidade partilhada é a importância do consenso entre ambas as partes, já que, "*Consensus building is, also, an inevitable consequence of shared responsibility for national defense*" (Bland, 1999a:30). É que a tomada de decisões na área da Defesa Nacional requer a análise de fatores complexos e envoltos em incerteza, "*Deciding is difficult, moreover, because intelligent and dedicated people naturally tend to see problems and opportunities differently*" (Bland, 1999a:31), o que não é sinónimo de dissensões entre as partes, mas antes, de reforço de posições comuns que se iniciaram com pontos de vista diferentes, o que coloca a ênfase na relevância do consenso. O conflito é pernicioso nas relações civil-militares e pode repercutir-se, negativamente, nos interesses nacionais: "*Open conflict between ministers and the general staff does no one much good, and may well serious fracture civil-military relations for at least the term of that particular government*" (Bland, 1999a:32).

Um campo em que o controlo dos militares pelos políticos é efetuado é através das despesas com a defesa, designadamente, com o equipamento militar, no entanto, os líderes políticos que pensam poder controlar os líderes militares por meio da "*tesouraria*", têm de ser cuidadosos, de acordo com o mesmo autor, "*Ministers should and can control and modify the behaviour of their civil and military experts by selectively changing defense expenditures and by holding officers accountable to do with the funds what they have said they would do*" (Bland, 1999a:33).

### 3.5.1. Responsabilidade, reciprocidade e interdependência

Os princípios da responsabilidade partilhada contemplam, também, a significância duma comunidade de defesa como o contributo de diferentes intérpretes da sociedade para o bem comum através da participação num fórum aberto às questões da Defesa Nacional, apesar das divergências entre os especialistas internos civis e militares e os especialistas externos à estrutura política formal. No entanto, a discussão entre as diversas sensibilidades terá virtudes para a definição da política de defesa. O risco inerente a este fórum ou comunidade de defesa está em os militares considerarem que os especialistas civis invadem os seus domínios e como agravante, o responsável poder aceitar os respetivos contributos: *"It is not too difficult, for a military man to accept an adverse decision based on non-military considerations. It becomes extremely difficult, however, for him to reconcile himself to an adverse decision by his civilian superior based on military considerations"* (Bland, 1999a:37). Nesta decorrência, a responsabilidade partilhada no âmbito da Defesa Nacional, sob pena de estar condenada ao fracasso há-de cativar constantemente a procura do consenso. Esta construção do entendimento na administração política da defesa Nacional, propugna a implementação de um Ministério Integrado de Defesa. Uma instituição deste nível permite ao responsável político tomar decisões aferidas por contributos multifacetados, dado que é uma estrutura que combina o serviço político e civil, tal como chefes militares e staffs, sob a autoridade de um ministro civil, o que permite unir responsabilidades dirigidas a uma decisão combinada, logo, partilhada, *"An effective integrated ministry facilitates the Exchange of ideas and information between these three branches and aids in consensus building"* (Bland, 1999a:38).

Nestas águas, o comando unificado das FA Portuguesas é a resposta necessária à implementação pelo Ministério da Defesa de uma política de defesa condizente com os interesses do país, além de corresponder aos padrões organizacionais no novo quadro de participação das FA dos países ocidentais. Torna-se claro que as decisões e atividades inerentes à Defesa Nacional sendo partilhadas por diferentes atores, têm que merecer da parte do líder político a necessária atenção para a construção do consenso.

Trata-se, fundamentalmente, de administrar estrategicamente os diversos contributos para o fim comum, ou seja, *"(...) the cardinal rule of defense organization is to construct a ministry of defense to enhance the minister's dual role as society's agent responsible for controlling the armed forces and as the government's chairman of the board of the defense establishment"* (Bland, 1999a:42).

A perspetiva da responsabilidade partilhada na Defesa Nacional, no entanto, está ancorada na lealdade, competência e vontade fundidas na subordinação das preferências pessoais dos líderes militares e líderes civis às exigências da política comum legitimada democraticamente.

Nesta sequência, é indispensável a atualização dos fundamentos empíricos atuais do dilema tradicional colocado por Huntington. Este autor afirmou que afim de serem mais eficazes

militarmente as FA tendem a contrariar ou abandonar os imperativos democráticos da sociedade civil. Parece-nos que esta hipótese, colocada em termos de imperativo (institucionais vis-a-vis sociais), não reflete necessariamente dilemas empíricos, senão mais do que legitima os valores e perceções predominantes nas instituições militares em momentos históricos determinados. Assim, em abordagem recente sobre as relações civil-militares utilizando conceitos tomados de Huntington, tem sido levado a cabo um trabalho revelador do estado das referidas relações na perspetiva atualizada desta questão nas sociedades democráticas, particularmente, nos Estados Unidos da América (Snider; Nielsen, 2009). Desta forma, as relações civil-militares devem ser estudadas como um sistema composto por elementos interdependentes. Os incidentes particulares são mais bem atendidos quando enquadrados num contexto mais vasto (Huntington, 1972). No respeito por este princípio, é proposto um conjunto de relações de interdependência entre elites civis com líderes militares, de instituições militares com a sociedade americana, de líderes militares com as suas profissões, entre elites civis, e de elites civis com a sociedade americana (Snider; Nielsen, 2009):

- *“Civilian elites and military leaders”*. Líderes com profissões militares que trabalham diretamente com políticos eleitos a nível federal. As elites civis com papel atribuído neste relacionamento (por vezes, definido como o nexo civil-militar), englobam investigadores universitários, membros da banca, e responsáveis no sector da comunicação social;
- *“Military institutions and American Society”*. Os membros que se voluntariam para prestar serviço nas FA provêm dos diversos estratos da sociedade (americana), preservando muitos dos direitos e deveres de cidadania. Esta situação levanta questões relacionadas com o recrutamento de voluntários em quantidade suficiente; se os elementos que servem nas FA representam a sociedade que servem; a forma como os militares profissionais os vêem ou são vistos; e, se com os militares profissionais, os valores da civilidade influenciam a sua ética subordinada à que está implantada nas FA;
- *“Military leaders and their professions”*. O relacionamento interno dos militares profissionais, principalmente, entre os do nível estratégico e os profissionais mais recentes, afeta o ethos profissional e o conhecimento especializado e a forma como ele evolui ao longo do tempo;
- *“Civilian elite interactions”*. As relações entre o poder executivo e o Congresso (EUA) moldam a forma como eles tratam as suas responsabilidades partilhadas constitucionais no que respeita aos assuntos militares;
- *“Influential civilian elites and american society”*. Os políticos eleitos e outros líderes de opinião possuem relacionamentos próprios com a população. Por meio destes relacionamentos as elites civis participam os seus pontos de vista ao público em

geral, sobre a política de Defesa Nacional e sobre os meios que o poder utiliza para a concretizar.

Os países democráticos continuam a contar com as FA como meio de garantir os interesses e valores da Defesa Nacional. O caráter das relações civil-militares é determinante no êxito ou insucesso da decisão do emprego da força armada. Ainda que os responsáveis políticos tenham a autoridade e responsabilidade nas áreas do equipamento, e na definição e decisão do uso das FA na defesa dos interesses nacionais, a eficácia com a qual eles interagem com os responsáveis militares através de todos os níveis das relações civil-militares será crucial para o êxito das políticas definidas. Fundamentalmente, *“No centro desta problemática encontra-se a contradição entre uma dinâmica social tendente à igualitarização dos cidadãos e a persistência dos militares em defenderem um estatuto diferenciado. Que não de privilégio, assinale-se, já que reclamam justamente a necessidade de agirem num quadro em que as restrições, morais e materiais, ocupam especial relevo”* (Vaz, 1987:129).

Nielsen e Snider reconhecem que a premissa tutelar do projeto é que os militares continuam a desempenhar um papel inquestionável na política de Defesa Nacional, democraticamente apropriado e que as relações civil-militares são estrategicamente importantes; porém, não se verifica consenso em alguns aspetos deste relacionamento. Por outro lado, referem que a obra *“The Soldier and the State”* (Huntington, 1972), continua a ser um ponto de partida para a discussão das questões acerca das relações civil-militares, embora conclua pela necessária atualização da obra original. Desta feita, quanto a realidades atuais e alterações nas relações civil-militares apontam:

- A manutenção do valor do modelo apresentado por Huntington para as relações civil-militares. Neste capítulo, a contribuição de Huntington sobre o controlo objetivo das FA permanece globalmente válido, ainda que algumas das suas proposições mereçam nova consideração. Uma insuficiência do modelo tem que ver com a incapacidade de reconhecer que a separação entre assuntos políticos e militares não é possível – especialmente nos níveis superiores da formulação de políticas;
- As tensões entre o liberalismo e a perspetiva militar. A predição de que a moral absolutista inerente ao liberalismo (americano) poderia criar tensões entre os imperativos sociais e funcionais permanece útil ao explicar a tendência e provavelmente desafios futuros nas relações civil-militares;
- Especialização da profissão militar. A abordagem do conhecimento especializado dos oficiais como a *“administração da violência”* é muito restrita. Alternativamente, os militares profissionais precisam ser especialistas em ameaça ou uso da força para alcançarem os propósitos políticos do Estado. Capacidades que vão além das necessárias para lidar diretamente com a violência; a proficiência; e ainda, os

conhecimentos tradicionais para enfrentar o conflito, são essenciais para o desempenho nos teatros conflituais modernos;

- Autonomia dos militares profissionais. Huntington fez uma abordagem deslocada quanto à necessidade de autonomia dos militares numa separação irrealista entre as esferas política e militar, mas estava certo ao sugerir que para os desígnios funcionais, alguns aspetos da cultura militar poderiam diferir das normas culturais dominantes na sociedade (americana). O seu reconhecimento da necessidade de autonomia moral dos militares profissionais, contudo, era inadequada mas é meritória de exploração;
- Os limites das profissões militares. Huntington viu os oficiais oriundos das respetivas escolas de formação como os fiéis intérpretes da profissão militar. Esta abordagem está desatualizada, dado que faz sentido considerar como membros do corpo profissional militar, militares com formação diversificada. A distinção prática e legal entre a instituição militar americana e as organizações privadas de segurança que têm um papel importante nas operações militares externas requer, igualmente, ser analisada;
- Participação política e conduta dos militares profissionais. No controlo objetivo das FA, defendido por Huntington, os militares profissionais aceitam a recusa da participação política. Porém, após o fim da Guerra-fria, observa-se um decréscimo em relação à neutralidade política entre o corpo de oficiais (dos EUA). O comportamento político permanece inapropriado, contudo, os responsáveis militares têm a obrigação de contribuir efetivamente no processo de formação de políticas, o que é decididamente político;
- A dimensão interpessoal nas relações civil-militares. Democraticamente e estrategicamente as relações civil-militares são beneficiadas quando devidamente informadas por um conjunto explícito e acordado de normas e princípios;
- A evolução gradual dos futuros responsáveis civis e militares. Apesar de ser uma solução difícil, é inultrapassável a necessidade de preparação dos futuros responsáveis militares e civis para os papéis que terão de desempenhar no relacionamento civil-militar. Esta preparação tornará o relacionamento mais profícuo;
- O Congresso (EUA) e o poder executivo como iguais no controlo dos militares. Apesar da Constituição dos EUA atribuir substanciais responsabilidades nos assuntos militares ao Congresso, a forma mais salutar de praticar as responsabilidades conferidas é a concordância entre as instituições superiores. Os militares profissionais devem responder pelas responsabilidades partilhadas entre o Congresso e o poder executivo (do qual fazem parte).



Num contexto internacional de mudanças de índole diversa e instabilidade a vários níveis, as relações civil-militares resultam particularmente importantes, nas palavras de Snider e Nielsen, *"When managed well, they can safeguard the country's democratic values while enabling the development of effective military institutions and wise strategic policies. A civil-military relationship that can successfully accomplish these ends, however, cannot be taken for granted"* (Nielsen; Snider, 2009:308).

Considerando-se as FA como reflexo da sociedade de que fazem parte, é nuclear em termos do relacionamento civil-militar o debate sobre o modelo mais conveniente aos interesses nacionais, num contexto de alterações de índole diversa em termos internacionais e da necessidade de consolidação da soberania no âmbito interno, isto é, *"só a compreensão recíproca daquilo que os afasta pode tornar frutuoso o diálogo entre civis e militares"* (Vaz, 1987:130).

### 3.5.2. Subordinação das FA no estado democrático

Do bom funcionamento do Estado e da sua capacidade para manter coesa e dinâmica a sociedade, depende a estratégia de Defesa e segurança nacional.

As FA, são a Instituição que garante a continuidade da uma sociedade, velando pela sua integridade física e institucional, tanto internamente como internacionalmente.

Qualquer sistema de relações de índole civil-militar envolve um equilíbrio complexo entre a autoridade, influência, e ideologia da parte militar, por um lado, e a autoridade, influência, e ideologia das entidades civis, por outro lado: *"Pelo que respeita à problemática da subordinação da força armada às autoridades civis, não podemos deixar de notar uma certa superficialidade no tratamento de que tem sido objeto entre nós, de tal modo que é frequente a confusão entre controlo civil e controlo dos governos, em nome da estabilidade política"* (Carrilho, 1980: 154). Este equilíbrio pode tomar uma variedade de expressões.

No âmbito das relações civil-militares, as FA estão acometidas de três funções essenciais: representar os interesses da sociedade, no capítulo da segurança; assessorar o poder político nessa temática; e, executar as missões determinadas politicamente, ou seja, as funções das FA *"(...) includes representing the nation's military requirements, advising on the military implications of proposed courses of action and of the military needs necessary to carry out adopted policies, and directing the military forces in the implementation of national policy"* (Huntington, 1979: 428).

Entendemos esta "representação", principalmente, em sentido metafórico, como símbolo ou expressão dos interesses da sociedade em matéria de segurança. Uma leitura mais extensa de Huntington também sugere que a "representação" implica uma certa responsabilidade das FA em situações extremas, quando a segurança da sociedade está ameaçada: *"War is sharply differentiated from peace. When the nation went to war, it went wholeheartedly, turning the direction of the conflict over to those who made that business. The national aim of total victory*

*superseded all else. The military became the executors of the national will, the technicians called in to implement the basic policy decision. In the American view, their function was not to provide for the military security of the country in war and peace, but simply to achieve victory in war. The American people and the American statesman were unanimous in adhering to the Ludendorff philosophy. "I have washed my hands of it", Hull told Stimson a few before Pearl Harbor, "and it is now in the hands of you and Knox – the Army and the Navy". His words were symbolic of the civilian abdication. Stimson himself declared that his wartime duty is "to support, protect, and defend his generals" (Huntington, 1979: 317).*

Esta possibilidade, configura algum risco, dado que, os membros das organizações especializadas no âmbito da segurança podem exagerar a sua perceção das ameaças. Aliás, a história tem mostrado exemplos em que, em nome da segurança, as FA transgrediram normas essenciais do Estado democrático. Parece-nos, que é necessário afirmar, explicitamente, que não existe "outra" segurança que possa antepor-se, legitimamente, à que emana da cidadania e que a premissa fundamental desta é a vigência do Estado de Direito. Porém, em todo o caso, estas são razões plausíveis para analisar a proposta e não para ignorá-la. Preferimos apresentá-la em sentido positivo, ou seja, perguntarmos de que forma o Estado democrático assegura simultaneamente que:

- Os interesses da sociedade no âmbito da segurança estão garantidos; e,
- A existência de uma organização militar permanente profissional é compatível com a vigência das normas fundamentais desse Estado.

Ressalvamos que, em termos das relações civil-militares num Estado democrático as FA cumprem um papel profissional ligado, fundamentalmente, à defesa exterior (excecionalmente, em conformidade com os desígnios constitucionais, também internos).

"*Professional*", significa que se trata de um papel especializado e, ao mesmo tempo, subordinado a decisões políticas (isto não implica que a assessoria "*técnica*" não inclua uma visão política por parte dos chefes militares que exercem esse papel. Porém, trata-se de um "*input*" técnico, na medida que a decisão política é, definitivamente, da responsabilidade da autoridade civil), isto é, "*The professional<sup>18</sup> soldier is an expert who performs a service essential to the functioning and even the very existence of society: security. As a manager of violence, he will be involved in countering any expression of other violence (external or internal) that threatens the nation-state*" (Grosso, 1990:6).

Na visão de Huntington, as relações civil-militares refletem o grau de efetividade do controlo civil, a sua autonomia e a profissionalização e independência política das FA, tendo em conta a

---

<sup>18</sup> "The concept of "professionalism" is important to understand or define its role. The term "control" indicates the legitimate attribute of the government to exercise its power in the political arena (ideas and symbols) by using the military capability (management of violence), in accordance with an established rationale, to reach the ends set by the government" (Grosso, 1990:7).

própria evolução do respetivo Estado democrático, *"The one prime essential for any system of civilian control is the minimizing of the military power. Objective<sup>19</sup> civilian control achieves this reduction by professionalizing the military, by rendering them politically sterile and neutral. This produces the lowest possible level of military political power with respect to all civilian groups. At the same time it preserves that essential element of power which is necessary for the existence of a military profession. A highly professional officer corps stands ready to carry out the wishes of any civilian group which secures legitimate authority within the state. In effect, this sets definite limits to military political power without reference to the distribution of political power among the various civilian groups"* (Huntington, 1979:84).

No entanto, a abordagem defendida por Grosso, no que respeita à posição dos militares profissionais face aos aspetos políticos não é coincidente com o entendimento de Huntington, já que, afirma: *"In my opinion, neutrality is the only ideal goal, but the supposed "sterile" stance for me is not conceivable in a Western democracy. It is impossible to accept that in looking for neutrality the military mind should avoid any political reference when war in itself is essentially political. The military is not independent; it is immersed in the political problem as much as war or conflict is a political matter"* (Grosso, 1990:9).

Neste contexto, *"War is the undesirable situation in which the military should be prepared to act and is probably the time when its advice is needed the most by politicians"* (Grosso, 1990:9).

Atendendo a que a Guerra não pode ser isolada das relações políticas e que, desta forma, não pode seguir as suas leis próprias, tendo, por isso, de ser considerada como uma parte de um todo – e esse todo é a política, *"Esta unidade é o conceito de que a guerra é uma parte da vida política e, por isso, de modo nenhum é algo de independente em si mesma"* (Clausewitz, s/d: 300).

O entendimento precedente, fundamenta e justifica que, *"Therefore, the military at the higher levels will always be linked to polity; its duty is to provide technical advice to politicians, with a political insight in a common language, in other words, with shared concepts. Some politization of the military and some militarization of the politicians is needed in that respect"* (Grosso, 1990:10).

---

<sup>19</sup> "Civilian control in the objective sense is the maximizing of military professionalism. More precisely, it is that distribution of political power between military and civilian groups which is most conducive to the emergence of professional attitudes and behaviour among the members of the officer corps. Objective civilian control is thus directly opposed to subjective civilian control. Subjective civilian control achieves its end by civilianizing the military, making them the mirror of the state. Objective civilian control achieves its end by militarizing the military, making them the tool of the state. Subjective civilian control exists in a variety of forms, objective civilian control is only one. The antithesis of objective civilian control is military participation in politics: civilian control decreases as the military become progressively involved in institutional, class, and constitutional politics. Subjective civilian control, on the other hand, presupposes this involvement. The essence of objective civilian control is the recognition of autonomous military professionalism; the essence of subjective civilian control is the denial of an independent military sphere" (Huntington 1979:83).

Porém, o profissional que aponta aos aspetos práticos - assessoria técnica e execução – não esgota o papel das FA: *“Hay relaciones sociales ostensiblemente requeridas por ordenes respaldadas por la supremacía de la coacción sobre un territorio; por exemplo, las disposiciones que rigen la prestación de servicios en las Fuerzas Armadas.”* (O`Donnell, 1977:5). Estas cumprem um papel no plano simbólico, pois são a principal objetivação de um dos atributos essenciais do Estado, ou seja, o monopólio do emprego da força: *“Las Fuerzas Armadas, en sentido amplio, son, por tanto, la institución que detenta e organiza la fuerza física, como un pilar fundamental del estado y, además, lo tienen que hacer en régimen de monopolio. Si no fuese así, el ejercicio de la violencia se dispersaría irregularmente por las estructuras y grupos sociales, poniendo en serio riesgo la estabilidad institucional y la subsistencia de la propia sociedad”* (Ramo, 2010:1).

Apesar da legitimidade monopolista do exercício da força, aquela pode tomar formas diversas: *“Ahora bien, se trata de un monopolio legítimo. Esta legitimidade es la clave de su vinculación com la sociedad y está basada en el tipo de soberania imperante. Es esta soberania que define y justifica su servicio a la sociedad. En la sociedad tradicional, el soberano era el Monarca y en las sociedades autoritarias el soberano es el grupo de poder. En unas e otras una reducida élite interpreta y ordena los términos de la defensa, dotándoles de una legitimidade limitada y com riesgos indiscutibles para la subsistencia de la propia sociedad ...”* (Ramo, 2010:1).

Ambos os aspetos, o profissional e o simbólico deveriam ser suficiente fundamento da legitimidade das FA. Porém, parece-nos que, muitas vezes se coloca em debate com alguma animosidade o papel das FA e, inclusivamente, o sentido das mesmas. A base de tais situações – que separamos dos debates de índole pacifista – habitualmente vincula-se a uma derrota militar ou a uma transgressão grave por parte das FA a respeito do seu papel profissional. Em caso contrário, a sua legitimidade social e o consenso acerca do seu papel são tácitos. Isto deve-se à própria natureza da segurança, a qual não é tangível; só é percebida quando é perdida (quando os dispositivos de segurança da sociedade funcionam eficazmente, as ameaças à segurança esgotam-se de antemão. Nesse cenário, a segurança materializa-se na não-existência de um problema de segurança para a sociedade).

De que forma se comprova a intangibilidade numa sociedade que, supostamente, não sofre nenhuma ameaça? Esta pergunta, válida pelas suas motivações éticas, carece, na realidade, de resposta empírica, já que praticamente, todos os países têm FA e, portanto, não é possível averiguar o que poderia ocorrer se algum decidisse, unilateralmente, deixar de tê-las e se mantivesse nessa situação. Os casos que habitualmente se mencionam para sustentar a hipótese de que as FA não são essenciais à segurança de uma sociedade, são um tanto enganadores. Países como Andorra, Costa Rica, Panamá, Mónaco, entre outros, não possuem dispositivos militares, no entanto, formam parte de sistemas de segurança internacional (de carácter regional ou vicinal), suportados por um importante poder militar.

Em síntese, a relação entre a legitimidade dos dispositivos militares face à sociedade e a preservação dos interesses de segurança dessa sociedade, mais do que constituir um teorema

demonstrável, constitui um dilema potencialmente irresolúvel. O fator decisivo é que as FA não transgridam os limites do seu papel profissional, pois desde que não o façam existe uma legitimidade tácita das mesmas, que advém do processo democrático: *"Sin embargo, en nuestras sociedades democráticas la soberanía nacional está articulada de forma electiva y representativa de la voluntad popular y es la Constitución la que, mediante la división de poderes, define e articula la jerarquía institucional y la competencia en la toma de decisiones que cuentan con tal legitimidade democrática en un determinado Régimen político"* (Ramo, 2010:1).

As FA, em democracia, não-de servir, inequivocamente, os interesses coletivos. Estabelecer as funções das FA em prol de interesses minoritários é suspender a própria democracia e deslegitimar a instituição militar: *"Só a partir do momento em que, historicamente, as FA são formalmente reconhecidas como instituição ao serviço dos interesses nacionais e não da corrente política que detém o Governo, faz sentido falar da sua influência na área do Poder"* (Carrilho, 1980: 159).

Conferindo com o antecedente, entendemos que a questão da legitimidade das FA num Estado democrático está diretamente vinculado à subordinação substantiva das mesmas à autoridade civil: *"(...)la relación entre Fuerzas Armadas y Sociedad en una democracia es compleja, dinàmica y atenta a las necesidades y demandas de los cambios sociales y de la articulación de la legitimidade que le garantiza su monopolio de la violencia del Estado, buscando la máxima eficacia y el máximo de adhesión popular. Ambos objetivos dependen de la democratización de las FFAA al compás de la propia sociedad y esa democratización se concreta en la supremacia efetiva de lo civil sobre lo militar en el terreno de la política"* (Ramo, 2010:2).

Para que a subordinação seja *"substantiva"*, verificamos duas condições fundamentais, uma referida especificamente à relação entre as FA e a autoridade civil e outra, à relação dos militares com o sistema democrático. A primeira condição da subordinação substantiva à autoridade civil, é que, além do reconhecimento formal da mesma por parte das FA, existe um controlo efetivo das atividades militares por parte dessa autoridade civil e uma aceitação da legitimidade e pertinência desse controlo por parte dos membros das FA: *" E para perspetivar a questão do controlo sobre as FA, é importante do ponto de vista sociológico-político, conseguir estabelecer formas de avaliação desta influência"*<sup>20</sup> (Carrilho, 1980: 159). O contrário é uma subordinação formal, com um alto grau do que Varas (1984) denomina como autonomia institucional das FA: *"La autonomización profesionalizada de las FF. AA. (...) se caracterizaría por la combinación de procesos diferentes al interior de ellas. Por una parte como producto de niveles crecientes de corporativización institucional. Esta corporativización es, a su vez, producto del conjunto de desarrollos*

---

<sup>20</sup> "Para tal, são usados determinados métodos, que vão desde o uso de variáveis facilmente quantificáveis (número de oficiais que ocupam cargos políticos e respectiva importância real destes cargos; dimensão das FA e suas variações ao longo dos anos; percentagens do Orçamento do Estado que são absorvidas pelas Forças Armadas em comparação com as percentagens destinadas a outros fins, etc...)" (Carrilho, 1980: 159).

*propriadamente militares que se podrían agrupar bajo el rubro de modernización (nuevas doctrinas y tecnologías militares)*<sup>21</sup>. Por otra parte, esta autonomización también es el producto de las crecientes dificultades que enfrenta la civilidad y gobiernos respetivos para controlar estos desarrollos institucionales, lo cual a su vez tiene como efecto un aumento de la segregación institucional de las FF. AA" (Varas, 1984:5). Neste caso, quando não existem normas nem mecanismos institucionais efetivos que restringem o papel das FA e dão lugar ao exercício do poder por parte da autoridade civil nas decisões específicas de política militar, Defesa nacional e segurança interna, as FA tendem, indefetivelmente, a incrementar a sua autonomia e expandir o seu papel e, como consequência, a cair na desprofissionalização e na ilegitimidade.

Na abordagem sobre as relações civil-militares nas transições políticas recentes, Stepan (1988) assinala a importância do "*social empowerment*", expressão com a qual se refere ao esforço que os civis devem fazer nas transições para dotar o poder político de capacidades adequadas para o desenho e a implementação de políticas eficazes em matéria de Defesa e segurança: "(...)increasing effective control of the military and intelligence systems requires an effort by civil<sup>22</sup> and political<sup>23</sup> society to empower themselves to increase their own capacity for control. Within the state, a paradoxical mix of fewer military appointments that are inherently political in character, and more, systematic professional incorporation of the military into civilian – led national – security councils and national-defence colleges, might reduce the military's sense of isolation and create a more effective system of mutual exchange of information and grievances, and thus enhance the capacity for democratic control" (Stepan, 1988:144-145). Nas transições, uma particular preocupação do poder civil é garantir a subordinação formal das FA e isso constitui, fundamentalmente, um problema político e não técnico. Em concreto, se a relação civil-militar se esgota nesse terreno e, em consequência, o monopólio militar no capítulo da segurança se perpetua, o poder civil com o tempo debilita-se, a autonomia das FA aumenta e a tendência à expansão do seu papel fortalece-se.

A segunda condição da legitimidade das FA num Estado democrático é que os seus membros tenham desenvolvido uma convicção de lealdade a esse Estado. Isto depende de circunstâncias históricas diversas, mas em geral, pode afirmar-se que a evolução das FA neste terreno não está totalmente dissociada dos valores predominantes na sociedade.

---

<sup>21</sup> A conjugação dos aspectos tecnológicos e científicos com a diminuição dos efectivos militares pode potenciar o avanço da ilegitimidade: "(...)los avances tecnológicos y el propio desarrollo de la ciencia militar ha permitido que reducidos contingentes militares puedan desempeñar un papel político-militar anteriormente desconocido" (Varas, 1984:7).

<sup>22</sup> "By "civil society" I mean that arena where manifold social movements (such as neighbourhood associations, women's groups, religious groupings, and intellectual currents) and civic organizations from all classes (such as lawyers, journalists, trade unions, and entrepreneurs) attempt to constitute themselves in an ensemble of arrangements so that they can express themselves and advance their interests" (Stepan, 1988:3-4).

<sup>23</sup> "By "political society" in a democratizing setting I mean that arena in which the polity specifically arranges, itself for political contestation to gain control over public power and the state apparatus" (Stepan, 1988:4).

A existência dessa lealdade é importante para a legitimidade das FA na sociedade. Parece-nos, que a percepção de tal lealdade desde o campo civil nem sempre é imediata, em particular, depois de largos períodos de exercício de autoritarismo, podem predominar a desconfiança e os equívocos mútuos, ocultando, temporariamente, os valores relevantes em cada campo, respetivamente, e dificultando, também, o exercício substantivo da autoridade civil a que nos referimos anteriormente. Esta situação, dá particular relevo à seguinte asserção: *“O facto de serem as FA dispositivos nacionais e, de facto, detentoras de meios de coação diretos – o armamento – confere uma importância especial ao relacionamento da instituição militar com a sociedade em que se encontra inserida”* (Carrilho, 1980: 153).

Desta forma, a falta de consenso no campo civil acerca do papel das FA e da Defesa nacional assim como os equívocos a respeito dos militares e a sua lealdade ao Estado democrático produzem efeitos negativos desde o ponto de vista institucional – militar e da capacidade de defesa do país. Aliás, as experiências dos anos 70 do século XX foram importantes para os militares portugueses, apesar das dificuldades vividas tanto durante a transição para a democracia como durante a etapa de consolidação democrática. Neste sentido, a atitude assumida pelos militares, em plano menos visível para a opinião pública, os sacrifícios vividos diariamente, desde há vários anos – agravados no decurso dos últimos tempos, e a vontade de seguir adiante, não obstante o extremo das dificuldades materiais, mostram o grau de amadurecimento e confiança que alcançaram tais convicções democráticas, apesar de nos tempos que correm constatarmos um duvidoso cumprimento constitucional por parte do poder político em relação às FA.

Apesar das contingências, atualmente, parece que se observa uma maior capacidade e institucionalização do exercício da autoridade civil nos aspetos substantivos das políticas militares, de segurança e da Defesa nacional e uma crescente capacidade de trabalho conjunto entre civis e militares. Existe uma urgente necessidade de que esse processo avance rapidamente, para enfrentar o grande desafio de legitimar essa temática face à sociedade numa situação de Estado empobrecido e uma profunda crise económica e para dar resposta à crítica situação institucional das FA, particularmente, no campo da reestruturação militar.

Para ter êxito, esse processo de legitimação e implementação de reformas deverá assentar num amplo consenso acerca do papel das FA e num produtivo intercâmbio civil-militar que – não obstante as urgências salariais e as restrições pressupostas – permita encarar o problema da reforma militar não como um problema puramente fiscal nem como um tema centrado no controlo civil e a reafirmação da institucionalização democrática, senão como uma questão centrada nos interesses de segurança da sociedade, com os recursos disponíveis, cujo tratamento possa dar por assente a vigência do Estado de direito, o respeito das garantias individuais e a lealdade democrática dos membros das FA como ativos fundamentais do sistema político.

### 3.5.2.1. CONTROLO CIVIL E DEMOCRATIZAÇÃO DAS FA

O estatuto de omnipresença da política nos cenários de conflito, mesmo em situações de guerra, estabelece-a como um processo contínuo nas relações entre as sociedades, subjazendo a própria realidade guerreira: *“A guerra é determinada pelas relações políticas dos guerreiros e das nações; mas, regra geral, supõe-se que tais relações são interrompidas pela guerra e que então se segue um estado de coisas completamente diferentes, sujeito a nenhuma lei que não as suas.*

*Nós, pelo contrário, afirmamos que a guerra nada mais é que a continuação das relações políticas, com uma mistura de outros meios. Dizemos misturada com outros meios para com isso afirmar que, ao mesmo tempo, estas relações políticas não cessam com a própria guerra, não são transformadas em algo de absolutamente diferente, mas que, na sua essência, continuam a existir, independentemente da forma dos meios de que se servem, e que as principais linhas em que progridem os acontecimentos da guerra e às quais estão ligados, são apenas as características gerais da política que se manterá através de toda a guerra até que se faça a paz”* (Clausewitz, s/d:300).

Os objetivos estratégicos e orgânicos da Defesa Nacional são definidos pelos políticos, que numa sociedade democrática, está articulada pelos poderes do Estado, emanados da representação popular, tanto mais que, *“(...) a guerra deve ser considerada com um todo orgânico, do qual, não se podem isolar os ramos separadamente, em que, portanto, qualquer atividade individual flui para o todo e tem também a sua origem na ideia desse todo, então tornar-se-á certo e palpável para nós que o superior ponto de partida para a condução da guerra, de onde devem proceder as suas linhas gerais, não pode ser outro que não a política”* (Clausewitz, s/d:302-303).

Em Portugal, constatamos o cumprimento dos preceitos antecedentes, dado que as FA estão subordinadas aos poderes do Estado democrático e profissionalizadas. A Constituição da República Portuguesa indica o papel constitucional das FA: *“às FA incumbe a defesa militar da República”* (CRP, 2005: artigo 275º), e, *“(...)obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei”* (CRP, 2005: artigo 275º). Por outro lado, atribui ao Presidente da República o Comando Supremo das FA: *“O Presidente da República(...) é, por inerência, Comandante Supremo das FA”* (CRP, 2005: artigo 120º). A Assembleia da República tem a reserva absoluta de competência legislativa, entre outras, das matérias referentes às FA, designadamente, no que tange à *“Organização da defesa nacional, definição dos deveres dela decorrentes e bases gerais da organização, do funcionamento, do reequipamento e da disciplina das FA”* (CRP, 2005: artigo 164º). Por sua vez, ao Conselho Superior da Defesa Nacional, que inclui membros eleitos pela Assembleia da República, enquanto órgão específico de consulta, incumbe pronunciar-se sobre a defesa nacional e a *“(...)organização, funcionamento e disciplina das FA...”* (CRP, 2005: artigo 274º).

Ao Governo, corresponde a direção da administração militar e a Defesa Nacional: *“Dirigir os serviços e a atividade da administração direta do estado, civil e militar, superintender na*



*administração indireta e exercer a tutela sobre esta...*" (CRP, 2005: artigo 199º). Aliás, na Lei da Defesa Nacional e das FA, podemos ler: "A Defesa Nacional tem por objetivos garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a proteção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas" (LDNFA, 2009: artigo 1º) e, "O Governo é o órgão de condução da política de defesa nacional e das FA" (LDNFA, 2009: artigo 12º), e refere, ainda, que "As FA obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos definidos na Constituição e na lei" (LDNFA, 2009: artigo 22º).

O acervo legislativo relativamente às FA, revela a atenção que a sociedade portuguesa tem para com a subordinação da organização militar ao poder civil.

### 3.5.2.2. RELEGITIMAÇÃO DAS FA

Há aproximadamente 30 anos foi criado o Ministério da Defesa Nacional (MDN)<sup>24</sup>, o qual foi originado pela transformação dos Ministérios da Marinha, do Exército e da Secretaria de Estado da Aeronáutica. Por esta via, as FA passaram a fazer parte da administração direta do Estado. Na versão atual, a Lei da Defesa Nacional (LDN) em relação ao MDN estabelece: "O Ministério da Defesa Nacional é o departamento governamental que tem por missão preparar e executar a política de defesa nacional e das FA, bem como assegurar e fiscalizar a administração das FA e dos demais serviços e organismos nele integrados" (LDN, 2009: artigo 20º). Quanto às competências do Ministro respetivo, podemos ler, na mesma lei: "O Ministro da Defesa Nacional assegura a elaboração e a execução da política de defesa nacional e das FA e é politicamente responsável pela componente militar da defesa nacional, pelo emprego das FA e pelas suas capacidades, meios e prontidão" (LDN, 2009: artigo 14º). Neste transcurso, sucederam-se 18 ministros, todos civis<sup>25</sup>, verificando-se uma progressiva adaptação da instituição militar às alterações da sociedade.

A inter-relação funcional dos Ramos não tem levantado questões polémicas e a administração civil, por via do Ministério da Defesa, também não tem suscitado tensões especiais. Porém, principalmente, um fator importante é a relegitimação social e política do papel das FA, como resulta do Inquérito intitulado "As FA Portuguesas após a Guerra Fria", promovido pelo CIES-ISCTE e que deu a conhecer os respetivos resultados globais em Outubro de 2009 (Carreiras, 2009). Este Inquérito, de cariz sociológico, tinha como um dos objetivos, analisar a relação entre as FA e a sociedade portuguesa.

Nele, como referimos anteriormente, os portugueses consideram muito necessárias as FA,

---

<sup>24</sup> Lei nº29 de 11 de Dezembro de 1982 (Lei de Defesa Nacional e das FA - LDNFA).

<sup>25</sup> Ministros da Defesa Nacional, no período em apreço: Freitas do Amaral; Mota Pinto; Rui Machete; Ribeiro de Almeida; Carlos Brito; Eurico Melo; Fernando Nogueira; Figueiredo Lopes; António Vitorino; Veiga Simão; Jaime Gama; Castro Caldas; Rui Pena; Paulo Portas; Luís Amado; Severiano Teixeira; Santos Silva; Aguiar Branco (Fonte: Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional).

conferindo uma importância primordial ao seu papel na Defesa nacional e afirmando que as FA são a instituição em que mais confiam. Da mesma forma, as FA como cumpridoras eficazes das suas missões e que concorrem para o prestígio internacional do país.

Parece-nos que é pacífico o entendimento de que a função principal das FA profissionais é a defesa da soberania, integridade territorial e independência nacional. Se observarmos que o normal desempenho das funções inerentes às FA requer legitimidade social, ou seja, apoio da sociedade em termos de cidadania e elites políticas, podemos inferir que a deslegitimação dos órgãos de Defesa nacional, enquanto atores políticos, influencia e acarreta desfavorecimento na avaliação dos seus membros e das respetivas funções profissionais. Nesta correspondência, podemos referir que a Defesa nacional se constitui como um espaço particularmente privilegiado de convergência civil-militar, no qual releva a legitimidade das FA e a estabilidade democrática.

### **3.6. Para uma sociologia da organização militar**

O facto económico mais relevante do último século, que se estende à atualidade, é a progressiva concentração das atividades em grandes organizações industriais ou administrativas: *“Por organização entende-se uma associação permanente de indivíduos que com a intenção de conseguir fins específicos coordenam as suas atividades mediante a formulação e regulamentação das mesmas e mediante o desempenho de papéis específicos que se articulam em estruturas diferenciadas e hierarquizadas”* (González-Anleo, 1999: 42). Mesmo que o número das pequenas empresas de carácter familiar ou artesanal se mantenha elevado, da mesma forma que os trabalhadores independentes, são os grandes aparelhos organizados pela produção ou comercialização, as organizações, dito assim, que têm concentrado a parte substancial do emprego, de carácter público ou privado, nacional ou multinacional, que marcam o nosso tempo.

Mas, independentemente da especificidade das tecnologias, dos produtos e das formas comerciais atuais, as organizações são fundadas sobre uma coletividade de homens e de mulheres reunida por um objetivo comum. Mesmo recorrendo a uma visão utópica, correspondendo a uma organização inteiramente automatizada, que se poderia antever como a solução radical dos problemas humanos e sociais do trabalho, constata-se que não existe. As estruturas económicas e técnicas das organizações continuam a contar com a realidade complexa da referência humana construída pelas necessidades do trabalho, e os esforços dos engenheiros, dos juristas e dos financeiros para enquadrar os indivíduos nas redes formais de regulamentos, de organogramas e em diversas tarefas e funções, são evidentemente justificadas pela necessidade de definir uma estrutura e as relações operacionais/burocráticas em prol do objetivo organizacional.

As horas diárias vividas em relação com colegas ou camaradas, com as chefias, com os subordinados, com os clientes ou utentes por vezes atingindo as 48 horas semanais e com interregnos maiores apenas nos períodos de férias ou licenças diversas, constituem a base duma verdadeira sociedade humana na organização. Compreender a organização, a sua vitalidade, as

suas capacidades de adaptação, de resistência e renovação implica uma referência necessária aos conhecimentos sociológicos, cujo objetivo fundamental é o estudo das sociedades humanas onde as circunstâncias históricas as fazem acontecer: *"A realidade é complexa e o estudo sistemático de novas condições de socialização impõe pensar a circulação de um registo cultural a outro destacando a pluralidade das matrizes com os quais os atores têm de compor o seu repertório cultural"* (Setton, 2010:33). É ilusório estudarmos as nossas sociedades avançadas fazendo um impasse sobre a amplitude e a densidade das relações humanas que se constroem no seio da multiplicidade de organizações que as constituem, nomeadamente, no âmbito da ocupação profissional: *"A Sociologia permite aceder a um nível superior de consciência, na medida em que propõe o ponto de vista a partir do qual a diversidade do social toma sentido e encontra uma explicação (...) desde que não se constituam três conjuntos fechados sobre si mesmos, e se prevejam pontes, sobretudo entre os grupos e as redes, a perspetiva proposta oferece várias vantagens.<sup>26</sup> A primeira é a de permitir ter em linha de conta a experiência humana na sua totalidade a partir de uma mesma grelha de leitura (...) Uma segunda vantagem é a de excluir o evolucionismo reservando-se direitos de uma história do social"* (Baechler, 1995:91).

A abordagem sociológica das organizações não pode isolar o seu universo humano, quer se trate de uma organização local ou de maior dimensão, dado que os membros deste universo também fazem parte da sociedade envolvente. A interdependência económica, cultural e institucional entre as dimensões da sociedade funda o trabalho de reflexão sociológica sobre a organização. Tal como a sociedade envolvente, a organização não escapa à questão social da integração de todos os seus membros. Desta forma, constatamos perspetivas de discordância em relação à alienação económica dos trabalhadores, propugnando que a luta de classes é necessária para o proletariado se libertar da exploração e restituir assim aos proletários o seu justo lugar na sociedade (Marx, 1984 e Engels, 1989).

A questão refere-se ao que em determinada época corresponde ao enfraquecimento de estruturas sociais capazes de integrar corretamente frações da população, desta forma,

---

<sup>26</sup> A diversidade do social e o objetivismo sociológico sugerem a especificação do vocabulário. Desta forma:

" - Sodalidade (sodalício), a capacidade humana de constituir grupos, definidos como unidades de atividades: casais, famílias, equipas desportivas, igrejas, exército, polícia...;

- Sociabilidade, a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem os seus interesses, gostos, paixões, opiniões...: vizinhos, públicos, salões, círculos, mercados...;

- Socialidade, a capacidade humana de manter coesos os grupos e as redes, de lhes assegurar a coerência e a coesão que os constituem em sociedades: podemos designar por morfologias as formas de solidariedade social que são a tribo, a cidade, a nação ...;

Estas três modalidades plausíveis do social são, cada uma em si mesma, suscetíveis de conhecer todos os estados desde o organizado ao desorganizado, do formal ao informal, do institucionalizado ao não-institucionalizado, do mediato ao imediato. Cada termo deve ser tomado como um pólo, ligado por um continuum ao seu contrário: os grupos, as redes, as morfologias situam-se sobre este continuum e são mais ou menos organizados, formais..." (Baechler, 1995:57).

condenadas a posições marginais e alienadas. Ora, existe um perigo fundamental para qualquer sociedade que é o empobrecimento dos seus recursos pela condição de exclusão que se impõe a muitos dos seus membros. O marxismo sublinha a contradição das sociedades capitalistas e liberais que fundamentam a sua riqueza e a sua produção sobre a exclusão e a marginalização da população, mesmo dos seus produtores.

A organização, designadamente, a organização burocrática está, evidentemente, no cerne desta questão. Longe de ser uma simples preocupação humanitária dos dirigentes ou um cavalo de batalha para ocupar o poder na organização, esta questão em cada época interpela constantemente a organização enquanto sociedade humana. Ao fim de gerações e da história dos seus problemas de desenvolvimento: crises, guerras, modernização, reestruturação, uma organização expõe-se recorrentemente à questão que lhe colocam os seus excluídos dum salário suficiente ou condizente, da saúde, dos tempos livres, da promoção, da cultura e do emprego. Os problemas e as populações, porém, alteram-se de uma época para outra, de uma região para outra.

Uma organização reflete dos seus recursos humanos competências e responsabilidades diferentes num contexto de relações prolongadas, intensas e duráveis exigidas profissionalmente: por este facto, ela pode ser abordada como uma sociedade humana. A questão que se coloca a todos os membros da organização é saber como os objetivos individuais ou de grupo podem convergir para o objetivo terminal que é o nível e a qualidade do resultado final. A organização não é, exclusivamente, o vetor de integração dos membros da sociedade a que pertence, é também uma mediação necessária à ação coletiva dos diversos grupos que a compõem. A organização é, acima de tudo, um meio pelo qual a atividade coletiva atinge os seus fins.

Pensar a organização como um sistema social, supõe que se estenda a reflexão sociológica não somente aos recursos organizacionais da sua autonomia, mas também, aos processos de interdependência entre a sociedade e a organização: *"En tant que micro-société active au sein de la société nationale ou locale, l'entreprise endosse des responsabilités sociales considérables qui dépassent sa fonction apparemment primordiale de production économique"*, ou seja, os efeitos complexos das organizações, *"(...) dépassent le cadre des rapports de travail stricto sensu pour forger des mentalités, influencer les modes de vie, les pratiques sociales du temps libre, et de la vie des citoyens"* (Sainsalieu, 1985:11-12).

Uma grande parte das atividades e condutas humanas tem lugar em alguma organização. É uma realidade presente nas sociedades, o trabalho não só se desenvolve no que denominamos por organizações, como também os serviços que utilizamos: *"O «funcionário», e mesmo o funcionário especializado, constitui um fenómeno ancestral das diversas culturas. Mas nenhum país e nenhuma época conheceram como o Ocidente a completa dependência de toda a sua existência das condições políticas, técnicas e económicas da sua vida, de uma organização de funcionários especializados, funcionários de Estado de formação técnica, comercial e, sobretudo da vida quotidiana da sociedade"* (Weber, 1990:11).

O conceito de organização em ciências sociais usa-se para se referir a uma forma de organização composta por vários grupos interrelacionados ou para se referir um grupo bem estruturado quanto ao seu funcionamento. A sociedade caracteriza-se por uma organização multifacetada de um número de formações sociais complexas, conscientes dos seus fins e racionalmente constituídas: empresas, hospitais, igrejas, escolas, e FA, por exemplo. A perspetiva sociológica destas organizações tem sofrido alterações ao longo do tempo (Anleo, 1999).

### 3.6.1. *Dinâmica da perspetiva de análise à organização militar*

A natureza problemática de lidar com o estrutural (macro) e o individual (micro) é notória no caso da organização militar. Claramente, a organização militar tem a capacidade de implementar e impor os imperativos estruturais aos seus membros individuais. Isto será devido a que aos militares é exigido o cumprimento das regras estabelecidas numa forma muito mais acentuada do que no “*mundo civil*”. Contudo, uma clara conceptualização do relacionamento entre os indivíduos e a organização é potencialmente possível para esta própria situação.

Por outro lado, embora seja clara a tendência para a racionalização da organização militar não é suscetível de ser facilmente observável nos militares profissionais (particularmente, nos oficiais de carreira). O seu efeito é provável que não seja o mais profundo. A hierarquia organizacional e a liderança militar controladas pelos oficiais profissionais são extremamente influentes porque mantêm ligações entre os objetivos e valores institucionais e os próprios meios de implementação. Existe, certamente, uma pressão forte para a manutenção das orientações “*institucionais*” e, porventura, uma igualmente forte pressão para dissimular alguma tendência “*ocupacional*” no caso de existir (Nuciari, 2003).

Atualmente, o conhecimento acerca da organização das FA tende a expandir-se dentro da sociedade em geral por diferentes motivos. Anteriormente, pese o seu desempenho social, o seu interesse era escasso, limitado aos estudiosos militares ou civis dentro das próprias estruturas militares: “*Para qué estudiar al Ejército si el resultado de las investigaciones puede ser utilizado por las Fuerzas Armadas para fortalecer su posición dentro de la sociedad?*” (Harries-Jenkins; Moskos, 1984:43-44), e uma segunda razão pode atribuir-se à persistência de uma tradição de investigação interna: “*(...)la investigación sobre los aspectos científico-sociales de la organización militar la realizan esencialmente agencias «internas», que sus esfuerzos se orientan a la obtención de datos más que al análisis y que más que objetivos «puramente» teóricos persigue objetivos «aplicados»*” (Harries-Jenkins; Moskos, 1984:44). Portanto, esta realidade foi devida a que não se havia, ainda, despertado o interesse necessário, desde a subestimação que se tinha da sua importância, até às considerações de pouco interesse que suscitava no âmbito sociológico, o que não deixa de ser paradoxal numa instituição presente em todas as sociedades com Estado e cuja atuação influencia alterações políticas, sociais e económicas, além de deter os meios capazes de destruir a Humanidade. Recentemente, porém, vemos que o interesse não se circunscreve só a

identificar a sua importância em tempos de conflito, mas também, a implicação social que tem nos processos de democratização e modernização institucional, em benefício dos objetivos do Estado. Como resultado vemos hoje que a organização das FA tende a ser mais dinâmica.

Nos tempos atuais, organizam-se de acordo com a sua missão constitucional e papel que lhes corresponde desempenhar dentro da sociedade, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, e de acordo com os fins que perseguem, também executam as missões subsidiárias. Desta forma, a importância da sua organização é que determina a observação não somente de estruturas preparadas para enfrentar um possível conflito bélico, mas igualmente, estruturas internas que possibilitam identificar potenciais situações que podem ameaçar a sociedade em geral. Estas estruturas devem ser flexíveis e adaptáveis para se poder encontrar possíveis soluções para situações internas ou externas que constituam potenciais ameaças que desemboquem em crise e nas quais, eventualmente, tenham que intervir para solucioná-las. Assim, *“O estudo desta instituição pode concretizar-se, de grosso modo, segundo duas perspetivas de análise, uma em que realce as tendências da sua configuração como sistema e a outra contrariamente, apela apenas para a sua dimensão de subsistema. Independentemente da vertente de abordagem das FA que se possa privilegiar, elas encontram-se no centro dos processos sociais em qualquer Estado contemporâneo, logo o interesse pela análise sociológica da instituição militar, quer seja com a finalidade de uma maior compreensão do seu funcionamento interno quer pela necessidade de identificação do tipo de relações que esta estabelece com a sociedade envolvente, torna-se manifestamente evidente”* (Baltazar, 2002:49).

Ao militar não interessa alhear-se, mas antes, interessa-lhe participar e integrar-se na sociedade para partilhar o objetivo dos valores democráticos fundamentais à consolidação da democracia. A sociedade tem que sentir que existe o conforto de uma instituição que tradicionalmente se fundamenta na vocação de um serviço honroso e que na medida em que a liderança civil se fortaleça, esta instituição está no lugar que lhe compete, com a consequente admiração dos cidadãos e a respetiva legitimidade reconhecida, ou seja, *“La legitimidad del ejército puede ser identificado como “la capacidad de un sistema social o político para desarrollar y mantener una creencia general de que el orden social existente y sus principales soluciones son, en general, apropiados”* (Van Doorn apud Harries-Jenkins; Moskos, 1984:107).

As FA dependem dos compromissos políticos e da ação política legítima, assim como do nível de desenvolvimento e do progresso do Estado. Nesta decorrência, os compromissos devem ser cumpridos e fortalecidos, de forma que lhes permita identificarem-se como um instrumento de garantia da segurança e progresso da sociedade da qual fazem parte.

#### **4. GLOBALIZAÇÃO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS COM RELEVO PARA A ATIVIDADE MILITAR**

---

A globalização, *“No es en sí misma una amenaza, sino una realidad impuesta por el progreso de la ciencia y, sobre todo, por el abaratamiento de los costes de producción que han puesto al alcance de todos las modernas tecnologías de comunicaciones y de transporte, posibilitando la característica más importante del fenómeno que es el intercambio de capitales, de bienes y de servicios. Esta realidad facilita el intercambio de ideas y el movimiento de personas, permitiéndonos pensar que las fronteras de los países se han hecho tan permeables que casi han desaparecido y, por tanto, la influencia de unas culturas en otras há aumentado de tal manera que está haciendo sucumbir a las de menos fortaleza”* (Gómez, 2005: 110).

A globalização encerra paradoxos que podem ser consubstanciados na seguinte questão: *“Ante fuertes crisis económicas de este siglo, asistimos en países desarrollados a movimientos masivos de retorno a lo irracional, con rencores antimodernistas, que prefirieron acogerse a los prestidigitadores políticos y rendir un culto oscurantista al Jefe (ya se lo llame Fuhrer o Duce o Generalísimo o Secretario General del Partido). En esa tierra de nadie (no man’s land) que se ha abierto entre el espacio ganado por la racionalidad técnica y el terreno perdido por las grandes religiones tradicionales, se están instalando formas arcaicas de religiosidad o antiguos mitos paganos (que creíamos desaparecidos): el Azar, el Destino, la Fortuna, el Oráculo, que toman el lugar de lo sagrado en la conducción de los hombres. ¿Estamos, así, a las puertas de un nuevo milenio ignorante, crédulo y bárbaro?”*(Fernández, 1998: 241).

Num mundo em que as ideologias tradicionais parecem ter perdido algum fulgor, numa ordem em que a bipolaridade do poder internacional desapareceu dando lugar a alguma desordem, as sociedades e os respetivos indivíduos refugiam-se em identidades primárias, de carácter defensivo em termos de princípios comunais onde encontram a segurança do grupo: nação, religião, etnia, ou seja, *“Num mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. Esta tendência não é nova, uma vez que a identidade e, em particular a identidade religiosa e étnica, têm sido a base do significado desde a alvorada da sociedade humana. No entanto, a identidade está a tornar-se na principal e, por vezes, única fonte de significado num período da história caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e pelas expressões culturais efémeras. Cada vez mais, as pessoas organizam o seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que são ou acreditam ser. Enquanto isso, as redes globais de trocas instrumentais ligam e desligam seletivamente os indivíduos, grupos, regiões e mesmo países, de acordo com a sua importância no preenchimento dos objetivos processados na rede,*

*num fluxo contínuo de decisões estratégicas. Daí surge uma divisão básica entre um instrumentalismo universal e abstrato e as identidades particulares historicamente enraizadas. As nossas sociedades estruturam-se, cada vez mais, em torno de uma oposição bipolar entre a Rede e o self*" (Castells, 2007a: 3-4).

O auge dos fenómenos religiosos e nacionalistas pode ser explicado desde a perspetiva do poder da identidade: *"Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida (...) o autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros"* (Calhoun apud Castells, 2007b:2).

Quanto aos atores sociais, a respetiva identidade resulta do processo de construção do significado: *"Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece a si próprio e constrói significado, sobretudo, através de um dado atributo cultural ou conjunto de atributos culturais determinados, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais"* (Castells, 2007a: 26). Esta construção assenta nas qualidades culturais que sobressaem relativamente a outras formas de significado: *"(...) as identidades são fontes mais importantes de significados do que os papéis, por causa do processo de autoconstrução e individualização que envolvem. Em termos mais genéricos, pode dizer-se que as identidades organizam os significados, enquanto os papéis organizam as funções (...) Defino significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por um ator"* (Castells, 2007b: 3). Abordado de outra perspetiva: *"Todas as culturas têm os seus próprios padrões de comportamento, que parecem estranhos às pessoas de outras culturas"* (Giddens, 1997: 54).

Uma das características distintivas da modernidade é a alteração dos modos de vida numa forma sem precedentes, ou seja, de um lado, influências globalizantes e, do outro, disposições pessoais. São mudanças que, *"No plano da extensividade, serviram para estabelecer formas de interligação social à escala global; em termos de intensividade, vieram alterar algumas das características mais íntimas e pessoais da nossa existência quotidiana"* (Giddens, 1992: 3).

*"A primazia do local nos cenários pré-modernos tem sido largamente destruída pela descontextualização e pelo distanciamento espaço-temporal. O local tornou-se fantasmagórico porque as estruturas que o constituem já não são organizadas localmente. O local e o global, por outras palavras, tornaram-se inextricavelmente interligados. Os sentimentos de ligação estreita, ou de identificação, com lugares ainda persistem. Mas eles próprios estão descontextualizados: não exprimem apenas práticas e envolvimentos baseados localmente, mas são atravessados por influências muito mais distantes"* (Giddens, 1992: 84).

Atualmente, a consolidação de uma sociedade identificada pela sua inter-relação tecnificada, globalização económica e base tecnológica e informacional é indubitavelmente a marca do mundo em que vivemos: *"El progreso técnico afeta bajo todas sus formas (política, militar, cultural y económica) al juego de las relaciones internacionales. Acentua la interdependencia de los*



*elementos constitutivos del sistema y favorece la unificación del campo de actuación de todos los actores. Pero, al mismo tiempo, acentua los contrastes, las diferencias de poder entre los actores e introduce nuevas fuentes de tensión y nuevos factores de dominación'* (Merle apud Fernández, 2003: 37).

De facto, nesta época de globalização, a realidade social terá de ser entendida através de uma análise dos avanços tecnológicos e científicos que tornaram a globalização possível tal como tudo o que daí resulta. Parece que nos encontramos num tempo de transformação decorrente de um novo paradigma tecnológico, *"Um período caracterizado pela transformação da nossa "cultura material" operada por um novo paradigma organizado em torno das tecnologias da informação"* (Castells, 2007a: 33).

Neste sentido, o núcleo central da transformação situa-se nas tecnologias do processamento de informação e comunicação. As características do novo paradigma definem-se no facto da informação ser a sua matéria-prima: *"(...)são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores"* (Castells, 2007a: 87).

Porém, este preceito da tecnologia, tem cara e coroa. Daí que, *"(...) se a sociedade não determina a tecnologia pode, sobretudo através do Estado, sufocar o seu desenvolvimento ou, em alternativa, mais uma vez através da intervenção do Estado, a sociedade pode entrar num processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem-estar social, em poucos anos"* (Castells, 2007a: 8).

#### **4.1. Globalização no Estado**

A realidade vem demonstrando que a soberania dos Estados nunca foi absoluta e, parece-nos que cada vez é menos, daí que, *"State sovereignty, in its most basic sense, is being redefined — not least by the forces of globalisation and international co-operation. States are now widely understood to be instruments at the service of their peoples, and not vice versa. At the same time individual sovereignty—by which I mean the fundamental freedom of each individual, enshrined in the charter of the UN and subsequent international treaties—has been enhanced by a renewed and spreading consciousness of individual rights. When we read the charter today, we are more than ever conscious that its aim is to protect individual human beings, not to protect those who abuse them"* (Annan, 1999).

A influência dos processos da globalização faz-se sentir nos Estados e nas respetivas soberanias: *"Nuestro mundo y nuestras vidas están siendo transformados por dos tendencias opuestas: la globalización de la economía y la identificación de la sociedad. Sometido a tremendas presiones contradictorias, desde arriba y desde abajo, el Estado nación, tal y como se constituyó en Europa en los últimos tres siglos, exportándose luego al resto del mundo, ha entrado en una*

*crisis profunda. Crisis de operatividad: ya no funciona. Y crisis de legitimidad: cada vez menos gente se siente representada en él (...) El Estado nació<sup>27</sup> parece, en efecto, cada vez menos capaz de controlar la globalización de la economía, de los flujos de información, de los medios de comunicación y de las redes criminales(...) Teniendo en cuenta la creciente disparidad entre recursos y gastos del Estado, los Gobiernos han recurrido al endeudamiento en el mercado internacional de capitales, siendo por tanto cada vez más dependientes del comportamiento de dicho mercado. Ante tales amenazas, los Estados nación han reaccionado, (...), aliándose entre ellos" (Castells, 1997).*

Não queremos afirmar que o Estado deixa de ser, a qualquer prazo, o ator principal nas relações entre os países, visto que, *"Além da complexa relação com as diversas expressões do poder/representação política, o Estado-Nação está a ser crescentemente submetido a uma concorrência mais subtil e problemática de fontes de poder indefinidas e, às vezes, indefiníveis. Trata-se de redes de capital, produção, comunicação, crime, instituições internacionais, aparelhos militares supranacionais, organizações não-governamentais, religiões transnacionais e movimentos de opinião pública. E abaixo do Estado há as comunidades, tribos, localidades, cultos e gangs. Assim, embora os Estados-Nação continuem a existir, e assim será no futuro previsível, eles são, e serão cada vez mais, nós de uma rede mais abrangente de poder" (Castells, 2007b: 423).*

Duma forma relativamente sumária, pode-se afirmar que *"(...) a unidade operacional de gestão política num mundo globalizado é, hoje, o Estado em Rede formado por Estados-Nação, instituições internacionais, associações de Estados-Nação, governos regionais e locais e organizações não governamentais" (Castells, 2007b: 432).*

Esta realidade resulta numa perda de soberania dos Estados, porém, *"(...) ao mesmo tempo que perdem soberania, esses mesmos Estados-Nação surgem como personagens principais de um mundo puramente estratégico" (Castells, 2007b: 434).* E em termos estratégicos será prudente acolher os princípios de Sun Tzu (s/d): *"A arte da guerra baseia-se no engano. Portanto, quando és capaz de atacar, deves aparentar incapacidade e, quando as tropas se movem, aparentar inatividade. Se estás perto do inimigo, deves fazê-lo crer que estás longe; se longe, aparentar que se está perto. Colocar iscos para atrair o inimigo.*

*Golpear o inimigo quando está desordenado. Preparar-se contra ele quando está seguro em todas partes. Evitá-lo durante um tempo quando é mais forte. Se o teu oponente tem um temperamento colérico, tenta irritá-lo. Se é arrogante, trata de fomentar o seu egoísmo.*

*Se as tropas inimigas se acham bem preparadas após uma reorganização, tenta desordená-*

---

<sup>27</sup> Estado-Nação: "tipo particular de Estado, característico do mundo moderno, no qual um governo detém a soberania de um território definido e onde a grande massa da população são cidadãos que têm consciência de pertencerem a uma única nação. Os Estados-nação estão associados ao aparecimento do nacionalismo, embora os "nacionalistas" nem sempre estejam de acordo com as fronteiras dos Estados que hoje existem. Os Estados-nação desenvolveram-se como parte de um sistema emergente e abrangente na Europa, mas hoje em dia estão espalhados por todo o mundo" (Giddens, 1997:867).

*las. Se estão unidas, semeia a dissensão entre as suas fileiras. Ataca o inimigo quando não está preparado, e aparece quando não te espera. Estas são as chaves da vitória pela estratégia."*

Resulta relevante, também, mencionar que os avanços tecnológicos e da comunicação e da própria globalização, com tudo o que lhe está relacionado, proporcionaram vantagens significativas às redes criminais internacionais que desenvolvem atividade à escala mundial. A interligação, a flexibilidade e a versatilidade das respetivas atuações, são otimizadas pela globalização económica e as novas tecnologias da comunicação, que os grupos organizados utilizam e que enfrentam os Estados, obrigando estes a ações concertadas a nível mundial, isto é, "*A estratégia utilizada consiste em instalar as suas funções de gestão e produção em zonas de baixo risco, nas quais detêm um relativo controlo do meio institucional e voltar a atenção, como mercados preferenciais, para as zonas com uma procura de elevado nível socioeconómico, que pode pagar mais caro*" (Castells, 2007c: 210).

No fundo, parece que, "*A chave para o sucesso e o alargamento do crime global (...) encontra-se na flexibilidade e versatilidade da sua organização. A formação de redes é o seu modus operandi*" (Castells, 2007c: 225).

Atualmente, mais que nunca, as sociedades estão sujeitas a fluxos constantes de informação repercutindo o avanço tecnológico nesta área. Nesta decorrência, os serviços de informações desempenham um papel essencial para fornecerem aos órgãos de decisão avaliações coerentes com a realidade, originadas na interpretação não contaminada do acervo incomensurável de informação que lhes é sujeito, e que objetiva um contributo insubstituível para as decisões concretas face a assuntos determinados. É uma realidade informacional, no sentido de o termo informacional indicar, "*(...) o atributo de uma forma específica de organização social na qual a produção da informação, o seu processamento e transmissão se tornam nas fontes principais da produtividade e do poder em virtude das novas condições tecnológicas emergentes no atual período da história*" (Castells, 2007a:25).

Porém, o predomínio das tecnologias de informação e comunicação não é suficiente para garantir a segurança e defesa de qualquer país. Nos conflitos assimétricos, as vantagens tecnológicas têm um papel menos saliente, dado que se tem por relevante a utilização dos meios tradicionais de obtenção de informação.

É dever de todo o dirigente político reduzir o grau de insegurança e para isso, atualmente, os serviços de informações desempenham um papel fundamental como instrumentos que cumprem um serviço em prol da sociedade.

## **4.2. Papel da informação na sociedade**

Os meios de comunicação de massas possuem uma grande importância na vida das sociedades, de tal forma que atualmente será muito difícil viver sem informação mediatizada. Será

difícil para as sociedades ou para os indivíduos considerados isoladamente prescindir dos meios de comunicação modernos.

As sociedades atuais dependem de uma contínua comunicação que permite a interação pessoal, mesmo quando em situações de separação longínqua. A expansão global das telecomunicações transformou as relações espaço-temporais.<sup>28</sup> Graças às atuais opções tecnológicas pessoas a viver em distintos contextos podem partilhar experiências simultaneamente. Assim, independentemente do local onde habitem, os atores sociais podem presenciar o mesmo acontecimento através da mediatização global, ou seja, é um acontecimento cultural global mediatizado. Esta deslocalização espaço-temporal permite presenciar a realidade indiferentemente da proximidade ou longevidade.

O desenvolvimento tecnológico, designadamente, no campo das tecnologias de informação e comunicação anda a par com a crescente importância da comunicação social. O desenvolvimento tecnológico, aliás, facilitou e vem permitindo a existência de meios impressos mesmo em concorrência com outros meios de comunicação social. A crescente influência da televisão talvez seja, particularmente considerado, o meio de comunicação social mais importante das últimas décadas: *“Os programas noticiosos de TV fornecem um mosaico de imagens internacional. Nasceu uma ordem mundial de informação – um sistema internacional de produção, distribuição e consumo de produtos de informação. Dada a posição predominante dos países industrializados no sistema mundial de informação, muitos acreditam que os países do Terceiro Mundo estão sujeitos a uma nova forma de imperialismo dos meios de comunicação social”* (Giddens, 1997: 659-660).

Num estudo realizado pela British Broadcasting Corporation (BBC), apresentado em 2012, a principal conclusão extraída da pesquisa é a de que se verifica complementaridade, ao invés de competitividade, quanto à utilização dos meios de comunicação. Em termos do quotidiano os utilizadores incorporam os diversos meios na visualização, não procedendo por norma à exclusão do uso de qualquer dos outros (83% dos donos de tablets fazem uso simultâneo com a televisão).

Ainda com referência ao mesmo estudo, mais de 40% dos utilizadores de tablets afirmam que atualmente assistem mais a programas televisivos do que quando possuíam exclusivamente a televisão. Os novos meios complementam o uso da televisão harmonizando a utilização dos diversos meios com a assistência televisiva: *“Avid news consumers are hungry for information wherever they are and expect to stay in touch on all the devices they now own. There’s been speculation for years that mainstream uptake of smartphones, laptops and tablets will have a negative impact on television viewing, but this study has found that the four devices actually work well together, resulting in greater overall consumption rather than having a cannibalising effect”* (BBC, 2012).

---

<sup>28</sup> O termo globalização assinala que tal aceção comporta um processo que anula e deixa sem expressão a importância das distâncias no espaço e as divisões territoriais, produzindo uma espécie de reorganização do tempo, distância e espaço das relações sociais: *“A globalização das relações sociais deveria ser entendida, em primeiro lugar, como a reordenação do tempo e da distância nas nossas vidas”* (Giddens, 1997: 621).

A realidade mencionada é ratificada pelo papel dos meios de comunicação nas sociedades: *“Para um número crescente de pessoas de todo o mundo, a vida já não é vivida como um destino, já não tem um percurso relativamente fixo e determinado”* (Giddens, 2006: 73). O que permite refletir acerca do papel desempenhado pelos meios de comunicação social nas sociedades: *“Num mundo baseado na comunicação constante e ativa, o poder rígido – o poder que só flui do topo para a base – perdeu o pé”* (Giddens, 2006: 73).

A influência da televisão como meio cultural não pode ser avaliada adequadamente em função do conteúdo dos programas projetados. A televisão contribui para proporcionar quadros de experiência através das perspetivas culturais globais nos quais os indivíduos interpretam e organizam a informação. A televisão e a Internet são tão importantes como os livros, as revistas e os jornais na expansão atual das formas indiretas de comunicação. Enquadram os modos em que os indivíduos interpretam e respondem ao mundo social contribuindo para ordenar a experiência que têm dele: *“O mundo tornou-se hoje eletronicamente interconectado, de uma maneira que ninguém poderia prever ...”* (Giddens, 2007: 24).

Entendemos que os meios de comunicação social têm uma relevância iniludível na vida quotidiana, dado que proporcionam serviços de informação necessários e oferecem possibilidades de melhoria de conhecimentos ou entretenimento. No entanto, os meios de comunicação tendem a refletir as conceções dos grupos dominantes na sociedade. Esta situação não ocorre por via da eventual censura política direta mas, principalmente, devido a quem possui os meios em causa e os interesses que representam: *“A difusão de notícias é dominada por um pequeno número de agências noticiosas que fornecem informação atualizada aos jornais e às estações de rádio e de televisão de todo o mundo”* (Giddens, 1997: 653).

#### 4.2.1. Globalização, comunicação e quotidiano

O constante desenvolvimento tecnológico com impacto global conduz à necessidade de reflexão sobre as suas consequências económicas, sociais e individuais, até porque, *“ A globalização é política, tecnológica e cultural, além de económica. Acima de tudo, tem sido influenciada pelo progresso dos sistemas de comunicação (...)”* (Giddens, 2006: 22). Reconhecemos, que as novas tecnologias têm associadas visões de integração e conhecimento imediato de realidades surgidas geograficamente distintas. Permitem o intercâmbio de informação em qualquer parte do planeta, entre indivíduos que dificilmente poderiam estar em copresença: *“ O alcance das novas tecnologias de comunicação aumenta com cada vaga de inovações”* (Giddens, 2006: 23). No entanto, a globalização da informação acarreta avisados receios, muito no âmbito da liberdade individual e direitos humanos, tendo presente que os meios de comunicação podem ser utilizados para cercear a liberdade e manipular as sociedades. Atualmente vivemos num *“mundo”* em que se salienta o conceito de integração de interesses e necessidades recíprocas, certamente parcialmente como produto do alcance internacional dos meios de comunicação: *“ A*

*generalização da Internet (...), contribuiu para este processo. Muitos aspetos da vida social e económica dos países da UE – bem como noutras partes – sofreram alterações por via destes progressos” (Giddens, 2007: 25).*

Os formatos da produção televisiva e cinematográfica já não são feitos para públicos reduzidos mas ao invés, para vastas populações, sem atenderem à distância geográfica e diferenças culturais e económicas a que se encontram os consumidores. O mesmo se passa com a imprensa. A formação de consórcios internacionais está na génese destas situações.

Em síntese, a relação existente entre a informação, a integração e o desenvolvimento é cada vez mais apertada. O sentimento de pertença ao mesmo mundo é em larga medida resultante da projeção internacional dos meios de comunicação. Os satélites e a comunicação massificada contribuem para este sentimento.

As tecnologias de comunicação permitiram a instantaneidade do relato de qualquer acontecimento ultrapassando a barreira das distâncias. Mas, os avanços no setor dos transportes contribuem, igualmente, para o encurtamento das distâncias aliado à circulação de pessoas e bens. As sociedades, em resultado, têm-se tornado mais interdependentes, “ *O mundo é hoje muito mais interdependente do que era há um século...*” (Giddens, 2006: 78), mas o desenvolvimento das relações sociais globais acarreta desigualdades intra e inter sociais nas sociedades, independentemente do nível de desenvolvimento conseguido. É o que verificamos entre sociedades industrializadas e outras com menos recursos ou com os recursos explorados por organizações internacionais, mostrando que, “*A globalização, longe de ser consensual, é (...), um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemónicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemónico há divisões mais ou menos significativas. No entanto, por sobre todas as suas divisões internas, o campo hegemónico atua na base de um consenso entre os seus mais influentes membros*” (Santos, 2001: 33). Isto é relevante para a integração das sociedades, dado que a nova realidade comunicacional se tem produzido de forma desigual e reflete as divisões entre as sociedades, dependentes não exclusivamente dos aspetos económicos, mas também culturais através dos meios de comunicação social.

De acordo com o que abordámos anteriormente, constatamos que a posição privilegiada dos países industrializados, com particular incidência nos Estados Unidos da América, na produção e difusão dos meios de comunicação configura uma situação de imperialismo em relação a esses meios.

A globalização dos meios de comunicação ainda que veicule os acontecimentos que de outra forma não teriam a projeção atual, contribui para a criação de uma ordem global da informação, ou seja, um sistema global de produção, distribuição e consumo da informação em que o benefício mais destacado vai para os países mais poderosos internacionalmente.

O eixo mobilizador e estrutural das sociedades é, atualmente, a informação.

## **5. A DEFESA NACIONAL COMO *RES PUBLICA***

---

### **5.1. Os atores sociais são agentes da mudança**

A teoria da estruturação está firmemente enquadrada num contexto histórico e dinâmico, e visa em primeiro lugar apreender as estruturas sociais sob o ângulo do movimento: *“A relação entre permanência (estrutura) e o movimento (ação social) representa de facto a componente base da sociedade, uma vez que é esta dualidade que torna a sociedade possível e molda o seu carácter ora na direção da permanência, ora na direção da mudança”* (Baltazar, 2005:7). Razão suficiente e necessária para a adoção deste modelo conceptual no presente trabalho.

Na proposta teórica que Giddens apresenta, está refletida uma larga margem de manobra aos atores sociais, por via do constante reforço e complementaridade estabelecidos entre estrutura e ação. Apesar do reconhecimento de constrangimentos sobre os agentes, na teoria da estruturação, a ação humana incorpora a capacidade de modificar situações, podendo influenciar o curso da sociedade.

Giddens propõe uma solução teórica para a antinomia estrutura-ação, apresentando uma visão dinâmica da ação social, num contínuo processo de reestruturação, *“Porque as estruturas não existem isoladas no tempo e no espaço, elas manifestam-se dentro dos sistemas sociais sob a forma de práticas reproduzidas. Todavia, os recursos e as normas refletem-se tanto ao nível micro da consciência humana como ao nível macro dos sistemas sociais”* (Baltazar, 2005:11).

De primordial importância a esse respeito é o dualismo estabelecido na teoria social que aponta uma divisão entre objetivismo e subjetivismo.

A teoria da estruturação baseia-se no princípio duma nova conceptualização que elimine esse dualismo e funde uma dualidade – a dualidade da estrutura constituída nuclearmente pelos conceitos de estrutura, sistema e dualidade da estrutura. A estrutura é composta pela atividade dos agentes e em simultâneo é o meio desta atividade, ou seja, *“ A constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenómenos dados independentemente – um dualismo –, mas representam uma dualidade. De acordo com a noção de dualidade da estrutura, as propriedades estruturais de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam. A estrutura não é “externa aos indivíduos (...)”* (Giddens, 1989:20), o que colide com a análise estruturalista que considera a coerção de alguma forma como a característica definidora dos fenómenos sociais. O conceito de sistema cumpre muito da função que geralmente é atribuída à *“estrutura”*. Sistema para Giddens é, *“A padronização de relações sociais ao longo do espaço-tempo, entendidas como práticas reproduzidas. Os sistemas sociais devem ser considerados amplamente variáveis em termos do grau de “sistemicidade” que*

*apresentam e raramente têm o tipo de unidade interna encontrada em sistemas físicos e biológicos*" (Giddens, 1989: 305). Assim, a questão da relação entre o condicionamento dos atores humanos, pelo sistema social e a transformação do mesmo pela atividade dos agentes, adquire um outro significado ao ser colocado em termos de dualidade, dado que admite o critério de "igualdade" entre estrutura e ação, isto é, nenhum dos conceitos é privilegiado em relação ao outro, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo que estão no domínio da teoria da estruturação: Os agentes ou atores humanos – uso indistintamente um e outro termo – têm, como aspeto inerente do que fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem. As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta quotidiana, nos contextos da atividade social (Giddens, 1989: Introdução).

A sociologia estrutural tem como fonte de inspiração a ideia de que as propriedades estruturais da sociedade constituem influências coercivas sobre a ação. Contrastando com essa abordagem, a dualidade da estrutura caracteriza-se pela proposição de que a estrutura é tanto facilitadora quanto coerciva da ação, na medida da relação inerente entre estrutura e agência. Na teoria da estruturação a "estrutura" é definida como regras e recursos implicados, de modo recursivo, nas práticas sociais, porém, não se minimiza a importância dos aspetos coercivos da estrutura atendendo a que as características institucionalizadas dos sistemas sociais possuem propriedades estruturais no sentido em que as relações estão estabilizadas através do tempo e do espaço. No entanto, coerção, não pode ser considerada a única característica de estrutura.

Por outro lado, a estrutura pode ser abordada de forma abstrata "como dois aspetos de regras: elementos normativos e códigos de significação" (Giddens, 1989: Introdução) e os recursos, por sua vez também formam um par e podem ser "(...)recursos impositivos, que derivam da coordenação da atividade dos agentes humanos, e recursos alocativos, que procedem do controle de produtos materiais ou de aspetos do mundo material" (Giddens, 1989: Introdução).

Considera-se, ainda como princípios estruturais, as propriedades estruturais mais profundamente implicadas na reprodução social. As práticas com maior extensão espaço-temporal denominam-se de instituições, ou seja, as instituições são as propriedades estruturais dos sistemas sociais.

A estrutura refere-se não exclusivamente a regras envolvidas na produção e reprodução de sistemas sociais, mas igualmente a recursos, isto é, aos aspetos mais duradouros dos sistemas sociais: "Os mais importantes aspetos da estrutura são as regras e os meios recursivamente envolvidos em instituições. As instituições são, por definição, os aspetos mais duradouros da vida social". (Giddens, 1989:19).

Concordando com este conceito, as estruturas sociais são configuradas pelo comportamento dos agentes, uma vez que representam o meio desta configuração. Nesta linha, a caracterização de estrutura atenta, também, à noção de regra que por sua vez não pode ser conceptualizada à



parte dos recursos, "(...)os quais se referem aos modos pelos quais as relações transformadoras são realmente incorporadas à produção e reprodução de práticas sociais" (Giddens, 1989:14). Entendemos, então, que as propriedades estruturais manifestam formas de poder e dominação e que por seu lado, as regras relacionam-se com a constituição de significado e sancionamento dos modos de conduta social, "(...)as regras são procedimentos de ação, aspetos da praxis" (Giddens, 1989:16).

Não existem agentes cuja ação seja independente da estrutura, ou seja, os agentes constituem-se no processo de estruturação da dualidade da estrutura. A estrutura não é estranha à ação dos agentes, da mesma maneira que não há uma ação subjetiva, unilateralmente inteligível. Não se verificam, na teoria da estruturação, dinâmicas de exclusão no que respeita ao agente e à estrutura.

Nesta abordagem, os agentes e as respetivas ações, criam uma contínua reprodução dos contextos sociais que possibilitam essas ações. Desta forma, avança-se no reconhecimento da reflexibilidade e da cognoscibilidade da intervenção dos agentes nas práticas sociais, "*É a forma especificamente reflexiva da cognoscibilidade dos agentes humanos que está mais profundamente envolvida na ordenação recursiva das práticas sociais. A continuidade de práticas presume reflexibilidade, mas esta, por sua vez, só é possível devido à continuidade de práticas que as tornam nitidamente "as mesmas" através do espaço e do tempo*" (Giddens, 1989:2). Assim, o agente é definido como cognoscente e que monitora reflexivamente as suas ações. A reflexividade deve ser entendida como algo baseado na monitoração contínua da ação que os atores levam a cabo, esperando o mesmo dos outros, e a "*monitorização reflexiva da ação depende da racionalização, entendida aqui mais como um processo do que como um estado*" (Giddens, 1989:3), processo associado à competência dos agentes. No caso da racionalização, é entendida como característica da conduta humana ligada à intencionalidade ou ato intencional, que deve ser visto como um ato em que o ator sabe, ou acredita, que terá uma qualidade distinta ou desfecho e no qual esse conhecimento é utilizado pelo agente para obter essa qualidade ou desfecho, "*Isso significa que todos os atores sociais possuem um considerável conhecimento das condições e consequências do que fazem nas suas vidas quotidianas*" (Giddens, 1989:229). No que respeita a "*agência*", esta remete para ações que o ator é o perpetrador, no sentido em que ele poderia, em qualquer altura de um dado desempenho, ter atuado de outra forma. É uma capacidade do agente realizar ações embora sem intencionalidade: "*Sou o autor de muitas coisas que não tenho a intenção de fazer e que posso não querer realizar, mas que, não obstante, faço*" (Giddens, 1989:7). O que distingue a agência não é a finalidade expressa, mas a capacidade de intervir, podemos afirmar que a ação envolve poder no sentido de capacidade transformadora, na capacidade do agente modificar uma determinada situação ou curso de acontecimentos preexistente. Os efeitos da ação dos agentes, levados a cabo com intenção ou sem ela, são procedimentos que significam a capacidade de intervir, ou abster-se de tal intervenção, cuja finalidade é influenciar um processo ou estado específico numa situação. Decorrente deste poder da agência, a estrutura assume um duplo significado: não é supraindividual nem externa ao

agente, mas sim interior e subjacente ao ator humano: *“a estrutura não tem existência independente do conhecimento que os agentes possuem a respeito do que fazem na sua atividade quotidiana”* (Giddens, 1989:21).

Nesta sequência, não podemos deixar de lado o entendimento de que das ações podem surgir consequências impremeditadas com mais ou menos importância para a reprodução do sistema social, pelo facto do conhecimento que os agentes possuem sobre o contexto da ação e das suas consequências ser sempre limitado ao respetivo nível de poder do agente, isto é, *“As consequências do que os atores fazem, intencionalmente ou não, (...) não está ao alcance do poder do agente (independentemente de quais eram as suas intenções)”* (Giddens, 1989:8).

Podemos concluir que na teoria da estruturação, os agentes vivem e organizam-se por meio de processos dinâmicos de interação social, isto é, todos os atores sociais detêm um potencial que se desenvolve ao longo de toda a vida. No entanto, apesar da conduta humana possuir uma dimensão subjetiva considerável, verifica-se um relativo limite à ação que podemos interpretar como regularidade da conduta. Assim, a conduta dos agentes não é mecânica nem aleatória, dado que se constata uma determinada padronização espaço-temporal, nem é rígida porque há lugar a alguma autonomia da ação.

### 5.1.1. *Mudanças paradigmáticas e conhecimento da realidade social*

A negação do formato evolucionista da história é formulada por Giddens com base em três razões: a apropriação do tempo de forma reflexiva; a negação da unidade de evolução social; e, a negação da história humana como história de crescimento mundial, e é *“(...)simultaneamente uma severa crítica aos denominados excessos das teorias dominantes até aí existentes (em que os exemplos mais esclarecedores são o macro determinismo do funcionalismo estrutural e o ator excessivamente «voluntarista» das teorias micro/ação com pouca ou nenhuma ligação ao nível macro/estrutural – tais como, o interacionismo simbólico, o existencialismo, a fenomenologia e a etnometodologia”* (Baltazar, 2005:8).

A reflexividade dos agentes faz com que a sua história influencie essa mesma história, *“(...)como seres reflexivos que cognitivamente se apropriam do tempo em vez de meramente o “viver”* (Giddens, 1989:192), isto é, não há lugar a determinismos, dado que os seres humanos não *“vivem”*, antes sim, vivem em razão da reflexão sobre ações anteriores.

A causalidade deixa de fazer sentido em termos da mudança social, dando lugar à reflexividade, que aponta à subversão de qualquer explicação da mudança social baseada na soberania de mecanismos causais. Tomando em consideração as condições estipuladas pelos evolucionistas às espécies animais e a disparidade da aplicação dessas condições aos humanos, *“Giddens coloca em causa o quadro naturalista associado a este tipo de posições (...) e aponta para a necessidade de se reconceptualizar o modo como tais continuidades se manifestam e não*

*atribui qualquer significado técnico à noção de função*” (Baltazar, 2005:15). Giddens conclui que não é verificável uma unidade de evolução nas sociedades humanas, porque *“as sociedades, simplesmente não possuem o grau de “fechamento” que as espécies (animais) têm”* (Giddens, 1989: 193).

Socorrendo-se de Gellner, Giddens concorda, igualmente, que a história humana não é uma história de crescimento mundial.

Ao longo do tempo, o pensamento acerca das questões humanas foi constituído pela imagem de um crescimento com trajetória ascendente e global. A história e a ciência ocidentais ergueram-se sobre estes princípios. Porém, à medida que o conhecimento ocidental foi contactando com outras sociedades, organizadas de múltiplas formas, a conceção histórica do crescimento mundial, perdeu fulgor.

O mundo atual, ao invés de ser observado como uma acentuação posterior das condições existentes em sociedades organizadas em classes, é mais esclarecedor quando e se observado como um mundo nascido antes da descontinuidade do que da continuidade com a realidade precedente.

A abordagem evolucionista da realidade potencia riscos que a teoria da estruturação propõe que sejam evitados, com a finalidade de romper com esse pensamento. Estamos, então, perante a compressão unilinear; a compressão homológica; a ilusão normativa; e, a distorção temporal.

A compressão unilinear significa a tendência evolucionista de comprimir a evolução geral na evolução específica: o nexos social do capitalismo seria o feudalismo. O feudalismo seria o precursor necessário do capitalismo. No que respeita à compressão homológica, o pensamento evolucionista considera a existência de uma homologia entre os estágios de evolução social e o desenvolvimento da personalidade individual. O nível de complexidade organizacional de uma sociedade, seria hipoteticamente refletido pelo desenvolvimento da personalidade, ou seja, o processo de amadurecimento humano implicaria uma sociedade *“avançada”*, conceção que sustenta a ideia de sociedade primitiva. A refutação desta corrente faz-se pela análise de culturas orais que possuem sistemas complexos de parentesco e proibições morais muito fortes, que abrangem, inclusive toda uma gama de condutas diárias: *“Devemos ser cuidadosos até com a suposição de que as civilizações são mais complexas do que as culturas orais”* (Giddens, 1989:196).

A inclinação do evolucionismo à ilusão normativa, refere-se ao propósito para identificar o poder superior, económico, político ou militar com superioridade moral numa escala evolucionista. Novamente, o etnocentrismo subjacente ao pensamento evolucionista é a raiz deste problema. Apesar do adágio de que o poder não confere o direito ser antigo, o determinismo, fruto do próprio evolucionismo, recorrentemente não o aplica.

O quarto equívoco é definido por Giddens como distorção temporal e traduz-se na confusão entre história e historicismo, isto é, supõe-se que o transcorrer do tempo é o mesmo que mudança.

Baseado na crítica ao evolucionismo, Giddens apresenta a sua abordagem da mudança social, sustentando-se em parâmetros que possibilitam a contextualização dos processos de mudança social:

- Princípios estruturais: princípios de organização de totalidades sociais; fatores envolvidos no alinhamento institucional global de uma sociedade ou tipo de sociedade.
- Caracterização episódica: a designação, para fins comparativos, de formas de mudança institucional; os episódios são sequências de mudança tendo um início, um curso de eventos e resultados especificáveis, que podem ser comparados, em certo grau, abstraídos de contextos definidos.
- Sistemas intersociais: sistemas sociais que cortam transversalmente quaisquer linhas divisórias existentes entre sociedades ou totalidades sociais, incluindo aglomerados de sociedades.
- Regionalização: a diferenciação temporal, espacial ou espaço-temporal de regiões dentro de ou entre locais; a regionalização é uma importante noção para contrabalançar a suposição de que as sociedades são sempre sistemas homogêneos, unificados.
- Tempo mundial: conjunturas da história que influenciam a natureza dos episódios; os efeitos da compreensão de precedentes históricos sobre caracterizações episódicas (Giddens, 1989: Glossário).

A combinação destas variáveis forma uma dinâmica que permite o estudo dos processos de mudança social. A teoria da estruturação aplicada às sociedades contemporâneas reconhece aspetos centrais recorrentes da definição de modernidade de Giddens, e "(...)é tida como detentora de um conjunto de premissas com elevado grau de inteligibilidade acerca das práticas sociais do momento atual, não obstante Giddens ter iniciado a sua apresentação na década de 70" (Baltazar, 2005:9). Refere-se às dimensões institucionais da modernidade: o capitalismo; a vigilância; industrialismo; e, poder militar:

- *"Capitalismo é um sistema de produção de mercadorias, centrado na relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado destituído de propriedade, formando esta relação o eixo principal de um sistema de classes.*
- *Industrialismo caracteriza-se principalmente pela utilização de fontes inanimadas de energia material na produção de mercadorias, conjugada com o papel central da maquinaria no processo de produção.*
- *Vigilância é a supervisão social das atividades da população, baseada no controlo da informação.*
- *Poder militar é o monopólio dos meios de violência dentro das fronteiras territoriais no contexto da industrialização da guerra" (Giddens, 1992: 43-49).*

Estas instituições são consideradas como constitutivas da modernidade, que surgem, embora com feições diversas, no conjunto das sociedades modernas (Giddens, 1992).

Por detrás das dimensões institucionais estão as fontes do dinamismo da modernidade: o distanciamento espaço-temporal, que impõe mudanças substanciais na contextualização das práticas sociais. Deste modo, em contraste com as sociedades pré-modernas, nas quais se verificava uma clara correlação entre distância e tempo – a maiores distâncias correspondia mais tempo - as sociedades contemporâneas romperam com aquela realidade, isto é, "*O advento da modernidade arrancou crescentemente o espaço ao lugar ...*" (Giddens, 1992: 14).

A tecnologia possibilita a eliminação da distância e promove relações entre "*outros*" ausentes dispensando a interação face-a-face. A descontextualização caracteriza a separação espaço-temporal inerente à atualidade e é outra fonte de dinamismo da modernidade. Trata-se da "*desinserção*" das relações sociais do seu contexto espaço-temporal imediato e próprio e à sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço e de tempo, como se verifica nos tipos de mecanismos de descontextualização intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições da modernidade, designados por garantias simbólicas e sistemas periciais.

As garantias simbólicas socialmente reconhecidas, como o dinheiro, permitem a eliminação espaço-temporal, dado que, permitem a interação não presencial entre agentes sociais. Também, os sistemas periciais em que imergem os agentes sociais da atualidade deslocam as relações sociais dum contexto presencial. É o caso da confiança depositada em sistemas especializados de formação tecnológica, quando algum agente se sujeita a uma cirurgia ou viagem de avião, dos quais os agentes são leigos: "*Confiança diz respeito à crença baseada num conjunto de informações e evidências disponíveis de que as possibilidades de insucesso na prática da ação planeada são controladas de forma possível. A confiança opõe-se à fé e é uma distinção das sociedades modernas*" (Giddens, 1992:22-28).

Os agentes sociais ao usarem ou reconhecerem as garantias simbólicas ou os sistemas periciais praticam espacialmente e temporalmente relações sociais descontextualizadas.

Uma última fonte de dinamismo das sociedades modernas é a reflexividade. O monitoramento reflexivo da ação é intrínseco a qualquer ação de um agente, respeitando os parâmetros da teoria da estruturação, porque possui "*(...) a capacidade de introduzir mudanças no mundo social, e só detentor desta capacidade é que pode ser tido como agente*" (Baltazar, 2011:6). Atualmente, a tradição perdeu o lugar privilegiado que detinha nas sociedades pré-modernas, como mecanismo de coordenação das práticas sociais. Na modernidade, as ações sociais são permanentemente renovadas e reavaliadas.

Em termos analíticos, constatamos como é perturbadora e importante a radicalização da modernidade, ou seja, da atualidade, "*as suas características mais conspícuas – a dissolução do evolucionismo, o desaparecimento da teleologia histórica, o reconhecimento da reflexividade constitutiva e total, juntamente com a evaporação da posição privilegiada do Ocidente – levam-nos para um novo e perturbador universo de experiência*" (Giddens, 1992:40).

Uma das funções do Estado de direito é garantir a segurança e a Defesa Nacional (LDNFA, 1982), ou seja, assegurar a liberdade e a democracia, evitando os riscos e ameaças que podem anunciar um perigo para a própria existência do Estado e impedir um maior nível de prosperidade à sociedade. Porém, *“O desenvolvimento que a vida internacional tem vindo a conhecer ao nível da circulação e do acesso à informação conferiu à globalização um papel igualmente fundamental em todas estas mudanças, com significativas consequências no processo decisório dos agentes políticos nacionais e internacionais.”* (CEDN, 2003: Introdução)

Por isso, os Estados organizam um sistema de segurança e defesa que entre outros aspetos deve definir as competências que correspondem às suas instituições em relação à Defesa Nacional, assim como as medidas de coordenação necessárias para dar uma resposta eficiente. Por outro lado, *“Naturalmente, estas alterações no ambiente internacional vieram abrir novas oportunidades na cooperação internacional e permitir um relacionamento mais distendido entre países, instituições e organizações internacionais.”* (CEDN, 2003: Introdução)

Atualmente, abandonou-se a conceção de defesa tradicional, relacionada com a salvaguarda do território objeto da soberania e de responsabilidade quase exclusiva das FA, por outra mais ampla que contempla a defesa de outros valores e envolve a sociedade no seu conjunto. Nos estados democráticos, estes valores estão determinados na Constituição, concretizando-os e completando-os os Governos ao definirem os interesses nacionais de segurança e Defesa.

Como referimos anteriormente, a Defesa Nacional também deve entender-se em sentido amplo, não só como esforço realizado pelas FA, mas igualmente, como a disposição, integração e ação coordenada de todas as energias e forças morais e materiais do país, face a qualquer forma de ameaça ou agressão. A Defesa é uma questão necessariamente do Estado, na qual participam as FA e a sociedade de que fazem parte, de tal forma que o seu planeamento e execução constituam um sistema integrado que proporcione uma efetiva segurança nacional (LDN, 2009). Para que isto aconteça, torna-se incontornável que a sociedade interiorize a necessidade da cultura de defesa, sem eufemismos: *“Em primeiro lugar, queremos difundir mais a cultura de segurança e defesa junto dos cidadãos, da sociedade e das instituições portuguesas; queremos que a sociedade portuguesa assuma plenamente as suas próprias responsabilidades em matéria de segurança e defesa”* (Ministro da Defesa Nacional, 2010).

As alterações geopolíticas relativamente recentes, tal como o processo de globalização, juntamente com os avanços científicos e tecnológicos, obrigam da mesma forma os Estados ocidentais a alterar os respetivos sistemas de segurança e defesa. De facto, a situação internacional, longe de ser estável, gera tensões e conflitos que originam novos riscos e incertezas. A globalização, entendida como uma transformação que conduz a um mundo mais interdependente, além de constituir um fator de progresso parece que produz, também, realidades potencialmente perigosas.

Neste contexto, a defesa deve evoluir para modelos que façam frente a quadros de maior incerteza, que evoluem rapidamente e que podem afetar a segurança de sociedades complexas

mas vulneráveis, designadamente, porque incorporam novos valores dignos de proteção, como, por exemplo, a preservação do meio ambiente: *“Os problemas ambientais e energéticos exigem uma colaboração transnacional. Formam uma área privilegiada onde é crucial haver envolvimento ao nível da União Europeia”* (Giddens, 2007: 198). O autor questiona: *“Como ligar as várias questões envolvidas nas políticas ambientais? Como podem essas políticas resultar em termos de justiça social? E responde: A forma mais óbvia é relacioná-las de modo estreito com as principais preocupações do modelo social, mais especificamente a segurança e o bem-estar no contexto da cidadania”* (Giddens, 2007: 198).

Neste período de transformações relevantes de vária índole, as FA portuguesas têm adaptado a sua organização às novas exigências nacionais, racionalizando as respetivas estruturas, os procedimentos de atuação e *“construindo”* a profissionalização com o fim do Serviço Militar Obrigatório. Do ponto de vista da Defesa, as FA têm assumido o compromisso da presença em missões internacionais diversas, no cumprimento do contributo nacional para uma ordem internacional mais segura e justa.

## **5.2. Os desafios que nos preocupam: precipitação de ameaças e riscos**

O contexto de segurança dos tempos atuais caracteriza-se por um conjunto de ameaças e riscos não convencionais, ao mesmo tempo transnacionais e subestatais, que representam ameaças aos Estados. Ao nível transnacional, tomam relevo os fenómenos do terrorismo, da criminalidade organizada, dos fundamentalismos, da proliferação de armas de destruição em massa, dos problemas ambientais, das catástrofes humanitárias e das pandemias, que colocam em perigo a vida humana. No nível subestatal, a saliência reside no surgimento de Estados falhados e na propagação de conflitos violentos e guerras civis, que patenteiam, direta e indiretamente potenciais adversidades à segurança e estabilidade internacionais.

Entendendo por ameaça qualquer circunstância ou agente que represente um perigo para a segurança ou a estabilidade do país, e definindo risco como a contingência ou probabilidade de que uma ameaça chegue a materializar-se e provocar dano, estrategicamente podemos definir diferentes tipos de ameaças e riscos. Estes podem manifestar-se em vários meios: marítimo, terrestre, aéreo, espacial, ciberespaço e informativo. Quanto aos potenciadores de risco, referimo-nos a um conjunto de fenómenos globais, pela sua capacidade de suscitar ou propagar as ameaças ou riscos que antes foram apontados.

Consideramos a possibilidade de poderem constituir-se em fenómenos que podem suscitar ou propagar a conflitualidade internacional os aspetos que resultem de:

- Disfunções da globalização, provocadas pelas facilidades criadas pela globalização para gerar desequilíbrios económicos, aumentar a desigualdade de rendimentos e

acelerar o esgotamento de recursos derivado do incremento exponencial de consumidores à escala mundial;

- Desequilíbrios demográficos, como resultado do constante aumento da população mundial e do progressivo envelhecimento da população dos países desenvolvidos;
- Pobreza e desigualdades extremas, como as verificadas em diversas partes do mundo e em regiões vizinhas (região mediterrânica) ou em países que mantêm relações culturais com Portugal desde há muito tempo (Guiné, Angola);
- Alterações climáticas, que podem ajudar ao desencadeamento de conflitos pelo acesso aos recursos naturais; aumentar a fragilidade de certos Estados; ou contribuir para o aumento de *"refugiados climáticos"*: *"Estima-se que as alterações climáticas agravem a escassez de recursos. Ainda que o impacto destas alterações varie segundo as regiões, um certo número delas sentirá os seus efeitos nocivos, em particular a escassez de água e a diminuição da produção agrícola"* (Adler, 2009: 55);
- Perigos tecnológicos, que podem originar-se na utilização incorreta ou maliciosa das inovações tecnológicas no âmbito das tecnologias da informação ou da comunicação e na indústria do armamento, mas também, no âmbito da tecnociência (nanotecnologia, inteligência artificial, genética, biotecnologia): *"A difusão das tecnologias e dos conhecimentos científicos porá as armas mais perigosas ao alcance dos grupos terroristas ativos (...)"* (Adler, 2009: 57);
- Aparecimento e expansão de ideologias radicais, ou seja, ideologias que propaguem os princípios de modelos de governo autoritários e de incitamento à violência em função de razões identitárias ou religiosas: *"A força da ideologia será, sem dúvida, mais marcada no mundo muçulmano, em particular no seu núcleo árabe"* (Adler, 2009: 57).

Em função dos aspetos focados, parece-nos que se podem constituir como diferentes tipos de ameaças e/ou riscos e, por isso, influenciar e condicionar o ambiente internacional as circunstâncias relacionadas com:

- Conflitos armados. Grande parte dos conflitos, atualmente, são assimétricos, confrontando-se atores estatais e não estatais e surgem frequentemente relacionados com a fragilidade dos Estados, atividades ilegais, tensões interétnicas e culturais e competição pelos recursos naturais. As razões que podem conduzir o país a estar ou vir a estar implicado na prevenção e gestão dos conflitos, são diversas: estes conflitos afetam negativa e diretamente a segurança do território nacional, a cidadania, ou os interesses nacionais, europeus ou ocidentais; como resultado dos interesses e obrigações da mutualidade defensiva que o país partilha com os parceiros e aliados na União Europeia e na NATO; através do cumprimento



dos compromissos com a ONU, para apoiar as operações de manutenção de paz: *“O terrorismo transnacional apresenta-se, pois, como uma ameaça externa e, quando concretizado, como uma agressão externa, pelo que a sua prevenção e combate se inserem claramente na missão das FA”*; (CEDN, 2003: Introdução)

- Internacionalismo financeiro. O mau funcionamento da economia pode ser uma fonte de insegurança. Desde logo, por dois motivos: um, relacionado com as carências e os desequilíbrios económicos pelo descontentamento e instabilidade social que podem gerar. Outro, porque a segurança requer recursos e estes obrigam a despesas. As conjunturas de insegurança económica podem ter origens diversas: interdependência do sistema económico mundial, desequilíbrios macroeconómicos, volatilidade dos mercados, ações desestabilizadoras ou ilegais protagonizadas por agentes económicos ou especuladores financeiros, deficiências no funcionamento dos organismos supervisores e reguladores, e crises financeiras sistémicas;
- Crime organizado. Talvez seja uma das ameaças mais graves para a segurança das sociedades e uma das mais subestimadas pela opinião pública. Considera-se, neste caso, a criminalidade organizada que alcançou dimensão internacional. Fazemos referência às principais vertentes desta atividade: tráfico de drogas, armas e seres humanos; branqueamento de capitais e crimes económicos; contrabando de bens lícitos e ilícitos; crimes tecnológicos; falsificação de moeda. Não é despicienda, também, a respetiva capacidade para fomentar outras ameaças, como o terrorismo, os grupos violentos e a delinquência local. Pode-se, ainda, associar o crime organizado ao risco de proliferação de armas de destruição em massa; (CUE, 2009)<sup>29</sup>
- Crescimento de fluxos migratórios, o carácter multicultural das sociedades e zonas de não integração das novas comunidades. O controlo deficiente sobre os fluxos migratórios pode gerar um incremento da população migrante e este aspeto, por si, pode provocar problemas de segurança, como conflitualidade social crescente aproveitada por grupos racistas e xenófobos, aparecimento de guetos e espaços de marginalização, tal como focos de radicalização extremista, exploração económica dos emigrantes e desestabilização de sectores produtivos da economia nacional, e infiltração de indivíduos não identificados que podem levar a cabo atividades ilegais ou que coloquem em risco a segurança nacional (membros de grupos terroristas estrangeiros);

---

<sup>29</sup> A estratégia Europeia de Segurança foi aprovada em 2003. Nela, estabeleceram-se princípios e objectivos europeus no âmbito da segurança, baseados nos valores europeus fundamentais. A abordagem é global e relevante nos tempos actuais. Este Relatório pretende reforçar a estratégia definida, analisando o respetivo funcionamento prático e os meios para melhorar a sua execução.

- A utilização criminosa do ciberespaço. O ciberespaço e as redes de informação e comunicação constituem-se num fenómeno de vantagens e desvantagens. Estas últimas resultam das condições de anonimato que facilitam a atuação dos respetivos usuários e da dificuldade em rastrear possíveis ciberataques. As opções neste sentido são múltiplas, visto a absoluta interpenetração dos sistemas informáticos na vida das instituições, na vida social e económica; (CUE, 2009)
- A proliferação de armas de destruição massiva, nucleares, biológicas, químicas e radiológicas (CUE, 2009). Os programas nucleares de vários países são causa de preocupação para diversos outros países e organizações internacionais. Outra ameaça incluída na proliferação deste tipo de armas é a constante intenção de organizações terroristas na afirmação do uso de materiais nucleares e, além disso, na construção de armamento radiológico, biológico e químico: "*O novo terrorismo é geopolítico, uma criação da globalização e dos meios de comunicação em massa (...) Dificilmente será uma força invasora (a Al-Qaeda), mas é, juntamente com outros grupos radicais, uma fonte principal de risco para muitos países – sobretudo se o terrorismo nuclear se tornar uma possibilidade real*" (Giddens, 2007: 244);
- As emergências e as catástrofes naturais (CUE, 2009). Inundações, incêndios florestais, terremotos e erupções vulcânicas, tempestades, ondas de calor ou de frio, deslizamentos de terras ou outros desastres provenientes da degradação ambiental e de possíveis alterações meteorológicas, acidentes causados por erros humanos, negligências e falhas técnicas, e pandemias. O potencial de qualquer destas contingências pode causar perdas humanas e/ou danos de qualquer outra ordem, além de se repercutir em elevados custos económicos, sociais e ambientais, o que justifica deste modo a sua inclusão entre as fontes de insegurança que o país deve estar preparado para enfrentar e debelar;
- A vulnerabilidade energética (CUE, 2009). O atual modelo energético, insuficientemente diversificado, talvez seja dificilmente sustentável num tempo alargado. No caso particular de Portugal, que tem reforçado o consumo de gás natural em desfavor do petróleo, a dependência do fornecimento de gás prevê-se que aumente com a construção do gasoduto Medgaz, o que quer dizer que, "*(...) atualmente, não é possível para Portugal (...) substituir a importação do gás argelino, e uma eventual interrupção de fornecimento é um risco para a segurança energética (nacional)*" (Santamaría, 2011: 161). Garantir o acesso a recursos energéticos como os combustíveis fósseis é complicado e exige custos, dada a sua localização em zonas de conflito e ao aumento da procura mundial, designadamente, pela parte das "*potências emergentes*": "*(...) as maiores probabilidades de uma transição (energética) relativamente rápida e pouco*

*onerosa residem em melhores fontes de energias renováveis – fotovoltaica e eólica – e na melhoria da tecnologia das pilhas (...) os programas de conversão energética, como os projetos de produção de hidrogénio para veículos a partir da eletricidade, poderiam evitar que se tivesse de desenvolver infraestruturas complexas de transporte de hidrogénio" (Adler, 2009: 56);*

Neste quadro, e como forma de otimizar a resposta dos atores internacionais, têm vindo a impor-se os conceitos de segurança partilhada e defesa coletiva entre os Estados que partilham valores e interesses comuns, que no caso dos países do nosso contexto cultural podem ser sintetizados na defesa de uma ordem assente no respeito da legalidade internacional, nos valores democráticos, nos direitos humanos e na liberdade: *"El concepto de seguridad que se utiliza es el que se refiere a aquella situación en la cual es posible salvaguardar la soberanía e integridad del territorio nacional y sus habitantes permitiendo el desarrollo de su libertad, de su actividad personal, económica y social que, a su vez, limita sustancialmente o evita, los efectos de riesgos internos y externos. Además, supone participar en la generación y el sostenimiento de un sistema internacional cooperativo de esfuerzos encaminados al mantenimiento y la construcción de la paz, el desarrollo humano de las sociedades, la democracia y la libertad. Dichos esfuerzos deben desplegarse en los diversos ámbitos posibles y recurriendo a los instrumentos y capacidades de los que disponen la Sociedad y el Estado."* (Ministerio de Defensa, 2009:6)

É na constatação e assunção destes preceitos que o CEDN refere<sup>30</sup>: *"A Organização das Nações Unidas (ONU) vem assumindo um papel mais interventivo na área da segurança internacional, enquadrando um conjunto crescente de ações no domínio das operações humanitárias e de paz nos mais diversos pontos do globo.*

*A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) continua a orientar a sua atenção para os aspetos relacionados com a defesa dos direitos humanos, a resolução pacífica e a prevenção de conflitos, a gestão política de crises e a participação em atividades de manutenção de paz, tendo reforçado a sua capacidade política, em particular no domínio da diplomacia preventiva.*

*A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) tem vindo a cumprir um papel de adaptação ao novo ambiente internacional.*

*No espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), deve salientar-se uma evolução que é globalmente positiva" (CEDN, 2003: Título 2).*

---

<sup>30</sup> Ler também o Posfácio desta tese.

### 5.3. O nosso caminho estratégico

A Constituição da República Portuguesa traduz objetivos nacionais permanentes, ao referir que *"A defesa nacional tem por objetivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas"* (CRP, 2005: artigo 273º). De igual modo, refere que, *"Incumbe às FA, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte"* (CRP, 2005: artigo 275º). Esta realidade encontra-se também plasmada no Programa do governamental, onde se refere em relação aos objetivos estratégicos governamentais no âmbito da Defesa Nacional que, *"a Defesa Nacional deve assentar em duas preocupações essenciais: por um lado, a compreensão que tem de estar ao serviço da garantia de valores e princípios essenciais; por outro, que a sua efetividade e sucesso dependem, antes de mais, da existência de um amplo consenso, não apenas político-partidário mas sobretudo verdadeiramente nacional"*. (Programa do XIX Governo Constitucional:16)

Toma consistência, para a ação governativa, a consideração de que, *"A relevância internacional de um Estado tornou-se assim, cada vez mais, dependente da sua capacidade e, sobretudo, da sua disponibilidade, para dar um contributo ativo para a manutenção da paz e da segurança internacionais e, em particular, para a eficácia da ação a nível multilateral. Até porque é indispensável compreender, em definitivo, que os objetivos de segurança de um País como o nosso situam-se hoje nas mais diversas regiões do planeta e impõem, por isso mesmo, uma nova caracterização dos interesses que temos de defender e dos cenários de intervenção onde o interesse nacional possa ser posto em causa"*. (Programa do XIX Governo Constitucional:105-106)

O Estado, através do Governo aponta, em função dos Objetivos Estratégicos governamentais para a Defesa, como medidas, entre outras, as seguintes:

- *"Reforçar o relacionamento com a NATO<sup>31</sup> e com as estruturas europeias com responsabilidade de implementação da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD);*
- *Aprofundar a participação ativa do nosso País em missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção da paz, quer no quadro nacional quer no contexto das organizações internacionais de que somos parte"* (Programa do XIX Governo Constitucional: 106-107).

---

<sup>31</sup> Curiosamente: *"Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos"* (CRP, 2005: artigo7º).

É este o sentido da moldura estratégica existente em Portugal, consubstanciada no CEDN, o qual considera que, "(...) a UE procura articular com a NATO, organização que permanece como referência estruturante para a segurança e defesa coletivas, mecanismos que evitem duplicações desnecessárias, permitam ganhos de eficácia e reforcem os laços transatlânticos". (CEDN, 2003: Título 9)

Em cumprimento deste desígnio, "Os programas de desenvolvimento das capacidades das FA Portuguesas devem, preferencialmente, estar coordenados com os da NATO e da União Europeia".<sup>32</sup>

#### **5.4. O papel atribuído às FA para o caminho estratégico**

Em defesa da coesão nacional, o Estado através dos meios políticos, diplomáticos e, se necessário militares é o garante da defesa dos interesses dos portugueses, em quaisquer circunstâncias, no respeito pelo direito internacional. A importância crescente da participação de Portugal no quadro de intervenções multinacionais, designadamente no âmbito militar, contribui para a credibilidade da prestação da diplomacia nas instâncias internacionais, pela demonstração de vontade do país em respeitar e fazer respeitar os compromissos assumidos internacionalmente.

Assim, o comprometimento constante e permanente das FA com a defesa da Constituição da República, a fidelidade ao Estado de direito democrático e o respeito pelas convenções internacionais, estabelece a respetiva disponibilidade para, "(...)operar, harmoniosamente, uma multiplicidade de "fronteiras". A nossa geografia económica é europeia. A nossa geografia de segurança e defesa é atlântica e europeia. A nossa geografia de identidade passa, decisivamente, pelo relacionamento com os países que falam português." (CEDN, 2003: Título 3)

O desaparecimento da bipolarização levou à maior possibilidade de aparecimento de conflitos regionais, de motivações as mais diversas, mas que podem atingir proporções antes insuspeitadas. Por isso, alguma ameaça tem que ser considerada, mesmo que se pretenda evitar a designação e substituí-la, em alguns casos de forma menos própria, por incertezas, vulnerabilidades, ou quaisquer outros termos.

As FA devem estar essencialmente preparadas para fazer face às agressões ou ameaças externas. Em concordância com a defesa dos espaços estratégicos de interesse nacional, visando fazer face às ameaças relevantes e cumprindo obrigações no quadro das organizações internacionais, a Defesa Nacional, no plano das missões principais das FA, consubstancia-se:

— "Na defesa militar do País;

— Na concretização dos objetivos do Estado e da satisfação dos seus compromissos

---

<sup>32</sup> Idem, Título 9, parágrafo 9.1.

*internacionais, atuando como instrumento da política externa;*

- *Na realização de missões de interesse público, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar;*
- *Na consciência permanente entre os cidadãos dos valores e problemas de segurança e defesa, nos seus âmbitos conceptual, estratégico, operacional e tático". (CEDN, 2003: Título 8)*

Às FA são reconhecidas as seguintes capacidades, entre outras:

- *"Capacidade de proteção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise;*
- *Capacidade para, em colaboração com as forças de segurança, na ordem interna, e em estreita relação com os aliados, na ordem externa, prevenir e fazer face às ameaças terroristas;*
- *Capacidade para, em conjugação com os aliados, prevenir e fazer face à proliferação de armas de destruição maciça;*
- *Capacidade para, nos termos da lei, participar na prevenção e combate a certas formas de crime organizado transnacional, especialmente o tráfico de droga, o tráfico de pessoas e as redes de imigração ilegal, e para participar na prevenção e combate contra as ameaças ao nosso ecossistema;*
- *Capacidade de participação em missões de paz e humanitárias, nomeadamente no quadro das Nações Unidas, da Aliança Atlântica e da União Europeia" (CEDN, 2003: Título 8).*

Com vista ao cumprimento do plano precedente assim como ao uso das capacidades, o Conceito Estratégico Militar (CEM)<sup>33</sup> contempla a identificação e orientação dos esforços de aprontamento e emprego das capacidades militares, definindo vários níveis de ambição para o planeamento estratégico de forças, de acordo com cenários prováveis. É de realçar que a capacidade de empreender campanhas conjuntas e combinadas constitui uma resposta aos desafios do novo ambiente estratégico.

Face às exigências nacionais no capítulo da Defesa, a organização das FA terá de adaptar-se à realidade volátil da globalização, desejavelmente, com vista à implementação de capacidades crescentes de projeção e sustentação, proteção de forças e infraestruturas, comando, controlo, comunicações e informações.

---

<sup>33</sup> O Conceito Estratégico Militar (CEM) decorre da Lei nº29/82 de 11 de Dezembro (Lei de Defesa Nacional e das FA - LDNFA), artigo 23º, mas a sua consulta não é pública por se tratar de um documento classificado. Foi aprovado em 2004.

A concretização adequada dos objetivos estratégicos nacionais, exige ao Estado, contar com um sistema de informações, designadamente, que incorpore as informações estratégicas militares, em resultado da presença crescente e disseminada de FND, que proceda, nos termos da lei e sujeito à fiscalização democrática, à recolha, produção, partilha e adequada utilização de informações, particularmente de natureza estratégica. No entanto, no campo das informações, pode haver barreiras a ser vencidas, já que, *“En cualquier caso, la tan deseada coordinación de servicios plantea no pocas cuestiones fáciles de enunciar y complejas de llevar a cabo, venciendo inercias, recelos y faltas de comunicación entre servicios dedicados de una forma u otra a obtener y evaluar información”* (Bonilla, 2005: 25).

Constatamos, também, que a conversão da legislação em produto operacional parece tardar em acontecer, porventura, por se deparar com um conjunto de obstáculos impeditivos do fortalecimento do potencial estratégico. Referimo-nos a fatores de ordem diversa, desde logo, orçamental, mas também, cultural, organizacional e burocrática, o que pode ser refletido no exemplo do Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL) ainda não possuir a respetiva regulamentação.





## **6. AS INFORMAÇÕES NA DEFESA NACIONAL**

---

Como referimos anteriormente, é necessária a consolidação do impulso dado à cultura de informações dentro da cultura de Defesa conducente a melhorar a compreensão dos organismos de informações por parte da sociedade e reforçar a reflexão sobre um aspeto imprescindível nas estruturas de segurança e Defesa do país.

Consideramos que a eficácia e melhoria na cultura organizativa de um organismo de informações apoia-se, também, na perceção, apoio e compreensão que das suas estruturas, funções e marco jurídico possui a sociedade a quem serve. Dito de outra maneira, a cultura de informações deve integrar-se nas políticas de informação e transparência da Administração Pública, pois como organismos dentro da administração geral do Estado, só desta maneira estão a lançar as bases de um necessário e imprescindível apoio social baseado no conhecimento do fim último dos serviços de informações. Ainda quando se assuma a limitação imposta pela própria natureza reservada da atividade de informações, não resulta favorável um benefício do secretismo absoluto em detrimento da compreensão e conhecimento social. Quando uma grande percentagem da sociedade conseguir responder com certeza e naturalidade, alheia portanto a estereótipos que pouco ajudam a clarificar a dimensão real, à pergunta sobre o que faz realmente um serviço de informações, é sinal de que se conseguiu avançar enormemente.

O novo contexto político internacional obriga o país a um papel ativo permanente. A integração em organizações internacionais compromete o país à participação nas respetivas atividades, o que exige um esforço acrescido no cumprimento das obrigações inerentes, da mesma forma que, a assunção de que as FA têm de posicionar-se em vários cenários militares, o que seria impensável em tempos não muito recuados. Esta realidade representa um esforço não exclusivamente no campo logístico e de planeamento mas também no das informações.

Os serviços de informações constituem elementos nucleares na política de Defesa de um país. Os novos riscos resultantes da ação de atores não estatais contemplam ameaças de índole diferente das que eram comuns anteriormente, sem respeitarem fronteiras geográficas ou estatais. Por outro lado, a Defesa Nacional tem contornos pluridimensionais, que tocam a toda a sociedade e *"(...) não apenas na componente militar mas também nas componentes não militares que o informam, dando-se aqui particular relevância aos interfaces da defesa com as políticas educativas, económicas, industriais, ambientais, de infraestruturas e comunicações, bem como a sua articulação com as políticas externa e de segurança interna."* (CEDN, 2003: Título 3)

As dimensões tecnológica, económica, sanitária, militar, entre outras, obrigam a preparar os serviços de informações e particularmente as IM para uma diversificação de cenários de atuação internacionais.

A nova situação - pós-Guerra Fria e o concomitante desaparecimento da versão bipolar mundial - conduziu a uma realidade que deixa a nu vulnerabilidades caracterizadas por uma gama de riscos e ameaças, algumas de caráter assimétrico, sem identificação imediata dos atores, pluridimensionais, imprevisíveis e difíceis de avaliar.

A abordagem da realidade das sociedades, atualmente, leva-nos à procura de fatores que influenciam as relações internacionais, cujo conhecimento, precisamente por isso, torna-se incontornável no auxílio da procura de explicações racionais para o comportamento dos atores que interagem nas respetivas sociedades, não descurando a perspectiva da antecipação desses mesmos comportamentos. Sem a pretensão de esgotarmos a panóplia dos fatores que contribuem para a complexidade relacional entre os países, consideramos, de forma condensada os seguintes:

- Fator geográfico, em sentido amplo, no caso, relacionado com a política, originando a geopolítica. Concretamente: *"As relações geopolíticas são em grande parte como os principais estados as definem"* (Giddens, 2007: 244);
- Por outro lado, a importância da geografia estende-se à geoestratégia, geodemografia, e geoeconomia, como fatores que auxiliam na explicação ou antecipação de comportamentos: *"Uma ordem internacional em rápida mutação, num período de desafios geopolíticos reforçados, aumenta a probabilidade de descontinuidades, de choques e de surpresas. Nenhuma problemática parece resolvida de antemão: o modelo ocidental que associa liberalismo económico, democracia e laicidade, (...) que muitos consideram inevitável, poderá perder o brilho, pelo menos a médio prazo"* (Adler, 2009: 67);
- Fator demográfico, com desempenho destacado tanto ao nível das políticas nacionais como internacionais dos Estados e organizações internacionais, e neste aspeto, desde vários pontos de vista: económico, social, ecológico, científico e militar. Talvez seja, provavelmente, o desequilíbrio na repartição e crescimento demográfico e os respetivos efeitos a questão mais premente que se coloca no plano das preocupações dos Estados: *"As tendências em matéria de natalidade, de mortalidade e de migração modificam as dimensões relativas e absolutas das populações jovens e idosas, rurais e urbanas, e das maiorias e minorias étnicas no interior de nações emergentes ou há muito estabelecidas. Essas reconfigurações demográficas proporcionarão oportunidades sociais e económicas a certas potências e porão seriamente em causa certos factos adquiridos noutros países"* (Adler, 2009: 93);
- Fator económico, em sentido amplo (comercial, financeiro e monetário), que se pressupõe como um elemento influente no comportamento dos atores internacionais de grande envergadura. Trata-se da competição desenfreada que o mundo da economia globalizada introduz nos grupos monopolistas (nacionais e

internacionais), e que em boa medida conduzem os Estados nos seus comportamentos em política exterior: *"Em termos de dimensão, velocidade e direção, a transferência mundial de riqueza e do poder económico a que assistimos, grosso modo orientada do Ocidente para o Oriente, não tem precedentes na história moderna."* (Adler, 2009: 73) Mas a história vai mais além, é que *"Presentemente, a riqueza não se contenta em oscilar do Ocidente para o Oriente, concentrando-se igualmente mais nas mãos dos Estados"* (Adler, 2009: 77).

No quadro relacional complexo em que se desenrolam os múltiplos interesses dos países, e em que os fatores precedentes jogam um papel diversificado, os serviços de informações pela importância de que se revestem em termos de contributo para a tomada de decisões estratégicas, *"(...) deben suministrar información no solo militar, sino también política, económica, religiosa(...)"* ya que las amenazas y los enfrentamientos se producen en esos âmbitos. Los Gobiernos suelen especificar formalmente las materias de su interés en las directivas nacionales de inteligencia destinadas a orientar la acción de los servicios de inteligencia, por lo que éstos suelen *atuar a demandá"* (Navarro, 2003: 68).

## 6.1. Informações – recurso intemporal

A história da humanidade é construída numa constante procura pela compreensão do meio em que se desenvolve. Para alcançar este desiderato, tem recorrido a informação oportuna. Do mesmo modo, o conhecimento acerca da envolvente tem sido um dos fatores que permite a identificação das melhores regiões para o seu desenvolvimento ou para a obtenção das vitórias militares sobre os adversários.

Sun Tzu (s/d), antecipadamente, alertou: *"Sempre que queiras atacar um exército, assediar uma cidade ou atacar uma pessoa, debes de conhecer previamente a identidade dos generais que a defendem, de seus aliados, seus visitantes, suas sentinelas e de seus criados; assim, pois, faz que teus espões averiguem tudo sobre eles"*.

Moisés, patriarca do povo hebreu, teve presente a necessidade de conhecimento do meio envolvente e tomou a decisão de enviar doze espões à terra de Canaã, um de cada tribo e todos chefes do respetivo clã, afim de colher dados sobre a mesma: *"Vejam bem como é aquela terra, e se o povo que lá vive é forte ou fraco, se são poucos ou muitos. Vejam se a terra onde eles vivem é boa ou má e se as suas povoações são acampamentos abertos ou cidades fortificadas. Vejam se a terra é fértil ou pouco produtiva e se tem árvores ou não"* (Nm 13, 18-20)<sup>34</sup>. Já depois da morte

---

<sup>34</sup> Neste livro contam-se as vicissitudes por que passaram os israelitas na viagem desde o Sinai até à terra prometida. (Bíblia Sagrada, 2000).

de Moisés, Josué fez uso de procedimento semelhante e "(...)mandou espiões para explorarem bem a região, especialmente Jericó" (Js 2,1) <sup>35</sup>. Na nossa história, frutificam, igualmente os exemplos que ilustram o uso das informações, desde o período da Fundação: "*Em Portugal, embora sem estrutura própria, as informações começam por apoiar as campanhas da conquista da Estremadura e parte do Alentejo e a contenção a Norte do imenso poder de Leão e Castela. Influenciam o casamento de D. Afonso I com uma filha do Conde de Sabóia e Mauriana e toda uma política de relações com a Igreja, que culmina com o reconhecimento, por parte do Papa Alexandre III, em 1179, da dignidade real de D. Afonso Henriques, que já se intitulava rei desde 1140*" (Cardoso, 2004: 20).

A história da humanidade está cheia de exemplos semelhantes, em que a utilização das informações como uma ferramenta metodológica permite conhecer, analisar e compreender uma realidade.

No entanto, apesar da importância de que se reveste a utilização das informações estratégicas como uma forma de produzir conhecimento para a condução dos Estados e das sociedades, esta atividade, no pior dos casos, pode servir interesses enviesados e ferir direitos fundamentais das sociedades ou ser confundida com a prática de organizações que fizeram ou podem fazer tábua rasa dos Direitos Humanos: "(...) os erros cometidos, a falta de preparação de alguns elementos dos serviços e a incipiente ação dos elementos responsáveis pelas informações em certos níveis têm contribuído largamente para a sua impopularidade tanto em Portugal, como noutros países" (Cardoso, 2004:17).

Pelos antecedentes, não é estranho que cada vez que se discute sobre a matéria, surja na sociedade, nomeadamente em responsáveis políticos eleitos, um receio de que os serviços de informações se convertam em instrumentos de repressão ou em organismos de espionagem com interesses descoincidentes com os interesses do Estado democrático: "*Em função da cultura política vigente ou da pressão da sociedade civil, o relacionamento estruturado entre os políticos e os Serviços de Informações em democracia assenta em mecanismos particulares e excecionais de controlo e de fiscalização, dos quais resulta uma relação não raramente marcada por incompreensões mútuas e polémicas diversas*" (Esteves, 2004: 442). As informações, no nosso ponto de vista, terão de ser entendidas na perspetiva de que "*Intelligence means knowledge. This phrase is short for the kind of knowledge our state must possess regarding other states in order to assure itself that its cause will not suffer nor its undertakings fail because its statesmen and soldiers plan and act in ignorance*" (Kent, 1966: 3), ou seja, as informações permitem o conhecimento que os responsáveis políticos e militares têm que possuir para a defesa dos interesses nacionais, designadamente, as informações estratégicas que são utilizadas pelos

---

<sup>35</sup> O livro de Josué relata fundamentalmente a conquista do território de Canaã pelos hebreus e a sua distribuição pelas tribos. Os nomes Oseias e Josué derivam da mesma raiz hebraica e ambos significam "o Senhor salva" (Bíblia Sagrada, 2000).

principais responsáveis políticos/militares na tomada de decisões de alto nível. Esta prática permite a articulação de políticas mais coerentes e sustentadas em conhecimento científico, produto da reflexão sobre as capacidades, vulnerabilidades e intenções de indivíduos, países ou organizações diversas, com relações amistosas ou não, para estabelecer as oportunidades possíveis que podem ser exploradas na ação política/diplomática, reconhecidamente, *“La utilización efetiva de información para fundamentar los procesos de toma de decisiones en cualquier ámbito por parte de los Estados constituye una constante histórica. En toda época y en toda coordenada geográfica y política la adquisición de una posición ventajosa ha contado con prolegómenos de obtención, envío, protección y uso de aquellos fragmentos de información que recopilados, integrados y oportunamente analizados se convertían en conocimiento ventajoso, en recurso pertinente para prevenir, atuar y alcanzar un objetivo”* (Bonilla, 2003: 7).

Para a concretização destes desideratos, torna-se necessário que o país esteja dotado de uma organização que se dedique formalmente e profissionalmente a esta tarefa, com o objetivo de recolher informação e produzir *“informações”*: *“(...) dum lado a informação no sentido geral do conhecimento, do outro a inteligência (informações), mais específica e orientada para atuais ou potenciais opositores ou para situações pouco esclarecidas (...) As informações (inteligência) são o conhecimento, obtido por meios convencionais ou não convencionais, sobre os meios, atividades, possibilidades, intenções e vulnerabilidades de Estados, organizações e individualidades estrangeiras, de grupos hostis ou potencialmente hostis e sobre aspetos geográficos, no interesse da política externa, da economia, da segurança e da defesa nacionais”* (Pinto, 2001: 289, 291). Dito de outra forma: a informação transforma-se em informações no processo de compilação, valorização, análise e integração e na respetiva interpretação, base cognoscitiva contributiva para escorar as decisões políticas/militares correspondentes. Neste sentido, as alterações estruturais e funcionais da organização do SIRP, designadamente, do SIED, que vêm acontecendo ciclicamente, dentro da orgânica do Estado, podem situar o país numa posição de vulnerabilidade e de desvantagem face à comunidade internacional e ferir a credibilidade que este Serviço tem de possuir.

A obtenção de informação é característica do ciclo de informações, dado ser a atividade que diferencia os serviços de informações dos outros órgãos que procuram informação, para os quais a atividade não é a obtenção de informação classificada, isto é, *“the collection of data is the most characteristic activity of the entire intelligence business”* (Kent, 1966: 164).

Compreendemos que esta tarefa não é de fácil resolução pelas distorções e preconceitos que esta atividade desperta em amplos sectores da sociedade, inclusive, nas forças políticas partidárias, por diferentes razões. No entanto, não oferece grande margem de dúvida a falta que uma organização deste tipo provoca, desde logo, pelo mar de incertezas em que os decisores políticos têm de navegar aquando da formulação de políticas, nomeadamente, externas. É de salientar que, *“Portugal é um sistema de informação nacional que se encontra em interação com outros sistemas de informação nacional”* (Graça, 2007a). Desta forma, *“(...) as relações*

*internacionais são, antes de mais, relações culturais internacionais, isto é, entre perceções etnocêntricas e mundivisões diferentes e estas por sua vez são relações entre poderes culturais nacionais, ou seja, entre capacidades efetivas de projeção de culturas e respectivas ideias" (Graça, 2007a).*

Atualmente, não temos mais que consultar um qualquer órgão de comunicação social para constatarmos que estamos expostos a constantes ameaças, produto da mudança de cenários internacionais e da nova ordem mundial. A diferença principal arraiga-se no facto de uns países possuírem uma boa capacidade de prognóstico preventivo dos perigos que encerra o futuro, enquanto outros, possuem uma atitude reativa. Ser tomados pela surpresa e ultrapassados pelos acontecimentos pode representar uma lição dolorosa, evitável com a existência de um sistema de informações isento de interesses corporativos e que estabeleça o seu desempenho na análise científica e no respeito pela Constituição da República.

A segurança e Defesa do país fundamentam-se no desenvolvimento integral e na corresponsabilidade entre o Estado e a sociedade, condições que promovem o exercício dos direitos e garantias de âmbito diverso (social, económico, político...), correspondendo a esta realidade as FA como expressão militar do poder nacional e garante da independência e da soberania nacionais tanto como do respeito pelos princípios constitucionais. É por esta via que a vivência da realidade mundial trás a lume, interna e externamente, a discussão de um tema relevante para o cenário mundial: o papel dos serviços de informações. Trata-se, a nosso ver, de uma preocupação transversal às sociedades e que envolve os serviços de informações, os parlamentos<sup>36</sup>, os governos, as universidades, e de alguma forma se reflete nos meios de comunicação social, alargando às sociedades a possibilidade de acompanharem e participarem no "fórum": *"A nuestro juicio la cultura de inteligencia es el conjunto de iniciativas y recursos que promueven la conciencia de su necesidad y aportan comprensión cívica sobre la realidad de los organismos de inteligencia en el ámbito de la seguridad y la defensa en el seno de una sociedad. Una necesidad que, preservando la obligada reserva y cautela propia y natural, incluye la comprensión general de la actividad de un organismo de inteligencia para garantizar los intereses económicos, sociales o defensivos de un Estado en el marco de actuación de un ordenamiento jurídico riguroso"* (Bonilla, 2003: 22).

Assistimos como que a uma passagem de fronteira que cingia a discussão a um âmbito muito restrito de responsáveis políticos e de especialistas. Estamos a aproveitar a oportunidade que as sociedades democráticas constroem para a sua própria consolidação.

Entre a panóplia de possibilidades de discussão sobre este tema, parece-nos haver um que pela importância fulcral nas decisões do Estado, se destaca nas reflexões acerca deste assunto. Referimo-nos à abordagem das IM.

---

<sup>36</sup> Parliamentary Oversight of Security and Intelligence Agencies in the European Union, European Parliament, Directorat for Internal Policies, 20/06/2011. Estudo sobre o controlo democrático dos serviços de informações em diversos países.

Um aspeto que convém antecipar é a consideração de que a atividade das informações tem de ser estabelecida num enquadramento legal que garanta a transparência do funcionamento dos serviços, a fiscalização democrática e a sua fidelidade aos princípios constitucionais, transmitindo confiança à sociedade que está a servir.

Uma outra vertente, esta de cariz mais prático, é a necessidade de um órgão coordenador das informações, que aponta à utilização parcimoniosa dos Recursos Humanos e materiais e orienta a atividade na satisfação dos objetivos superiormente definidos. Em Portugal, as IM não são abrangidas por um órgão deste tipo.

A missão dos serviços de informações é gerar conhecimento antecipatório e por essa via, contribuir para as decisões informadas a nível das instâncias mais responsáveis dos respetivos países, isto é, "(...)it is all the things you should know in advance of initiating a course of action" (Kent, 1966: 210). A atividade destes serviços não é coincidente com a atividade de segurança que está direccionada para a prevenção e para a ação, ou seja, "to put it in its simplest terms, you should think of security intelligence as basically the intelligence behind the police function. Its Job is to protect the nation and its members from malefactors who are working to our national or individual hurt" (Kent, 1966: 209).

Consoante os países, são diversas as designações adotadas para os serviços de informações. Em Portugal, a distinção é feita entre Segurança Interna (SIS), e Segurança Estratégica e de Defesa (SIED) integrantes do SIRP. Os critérios que se admite terem estado na base da individualização dos serviços – segurança interna (SIS) e segurança externa do Estado (SIED) – são claros mas suscetíveis de proporcionar conflitos de competências. Se no passado tal separação era nítida, o atual ambiente estratégico contribui para que estas áreas se interliguem cada vez mais, em especial quando se trata de fazer face a ameaças transnacionais como o terrorismo, o crime organizado, a sabotagem, a espionagem e a subversão.

As IM, atualmente, não integram o SIRP. Nesta circunstância, a separação no tratamento das informações estratégicas de Defesa e das informações estratégicas militares pode originar conflitos resultantes da delimitação de competências e tarefas de cada serviço e/ou órgão encarregados de as produzir, dado o carácter abrangente e multidisciplinar da estratégia total.<sup>37</sup>

Podemos considerar que as informações estratégicas fornecem o conhecimento e as estimativas acerca das capacidades, vulnerabilidades, intenções, interesses de países e organizações amigos, neutros ou adversários. O termo estratégico implica o estudo antecipado das ações e reações dos países amigos ou adversários em função da aplicação de qualquer política. A informação pesquisada não tem o âmbito exclusivo nas ameaças, mas estende-se a eventuais interesses de cooperação (existentes ou futuros), para benefícios próprios no quadro internacional.

---

<sup>37</sup> As áreas governamentais que normalmente requerem informações são as relacionadas com a Defesa Nacional, as relações exteriores e a segurança interna.

Em termos gerais, a informação estratégica nacional pode ser definida como o conhecimento das capacidades e debilidades dos Estados e/ou sociedades que se revistam de interesse para o País, correspondentes aos diversos fatores estabelecidos ao mais alto nível nacional, com a finalidade de satisfazer as necessidades da condução da política estratégica própria. Abrange o conhecimento integral de todos os componentes do potencial da(s) outra(s) parte(s), que podem influir nas decisões estratégicas nacionais. Por outro lado, as informações estratégicas militares abordam o potencial militar dos países considerados adversários reais ou eventuais, com a finalidade de satisfazer as necessidades da condução estratégica militar. Esta atividade pode englobar outros fatores na medida em que influenciem a ação militar: *“Asimismo, no es correcto identificar la información estratégica producida por los servicios de inteligencia con la inteligencia militar, ya que esta sólo es una especie de la primera practicada por las Fuerzas Armadas, orientada a la organización de la defensa militar, a la vigilancia del ejército de un enemigo potencial o real y a la preparación y el desarrollo de operaciones bélicas. Las diferencias no radican ni en las fuentes ni en el modo de trabajo ni en el carácter civil o militar de los miembros de los servicios de inteligencia, sino en el objeto, el ámbito de actuación y el uso de la inteligencia”* (Navarro, 2003: 69).

## **6.2. A necessidade de informações nas FA**

As novas ameaças decorrentes do atual ambiente estratégico, pela sua natureza multidimensional e assimétrica e pelo caráter difuso e imprevisível como se revelam, obrigam a um grande esforço de análise prospetiva, por forma, a detetar e neutralizar a sua materialização. *“Por ello el ambiente presente y futuro es y será más impredecible por su menor estabilidad, por lo que la superioridad de la información adquiere y adquirirá una mayor importancia, y en ciertos casos será determinante para prevenir con la antelación necesaria el inicio de cualquier situación de crisis”* (Ruiz, 2005:144).

Esta situação cativa um maior esforço em informações para as FA de maneira que, atuando desde o território nacional, conte com as necessárias capacidades de obtenção, elaboração, intercâmbio e difusão de informação em tempo real, para poder detetar, identificar, avaliar e enfrentar qualquer tipo de ameaça, o que se traduz na necessidade de um eficiente serviço de informações militares e concomitante atuação em múltiplos planos: *“El conocimiento de la situación en tiempo real, los ciclos de decisión más rápidos y el procesamiento y distribución automática de la información permitirá conseguir la superioridad de la información”*. (MD, 2003:211)

A história recente do País testemunha que dezenas de milhar de militares portugueses têm participado em teatros de operações internacionais: *“A importância crescente da participação de Portugal no quadro de intervenções multinacionais, designadamente no âmbito militar, é uma opção consolidada que prestigia o nosso país”* (CEDN, 2003: Título 4). Neste contexto, “A



*participação ativa de Portugal no reforço dos mecanismos de legalidade internacional conduziu à nossa participação nas missões mais relevantes das Nações Unidas, quer nos Balcãs, para a manutenção da paz, quer em Timor, para a construção de um Estado independente, o que nos dá experiência e conhecimentos que devemos aproveitar para modernizar estruturas, conceitos e mentalidades”* (CEDN, 2003: Título3).

Adicionalmente, a ênfase atual na capacidade de combate ao terrorismo, como estratégia ativa e ofensiva, representa uma afirmação de soberania, dignidade e prestígio nacionais. Pela multiplicidade de cenários possíveis de intervenção das FA, o país tem necessidade de disponibilizar forças para a execução de operações preventivas ou operações de imposição ou manutenção de paz.

A participação exterior das FA, em distintas operações de paz conducentes à estabilização ou à reorganização das infraestruturas de um país depois de sofrer um conflito, requerem a intensa atuação dos serviços de informações. Os objetivos das informações neste tipo de missões são *“facilitar el cumplimiento de la misión y colaborar en la seguridad de las tropas propias”* (Ballesteros, 2003:28).

A ação militar, nestas circunstâncias, pressupõe o emprego dos recursos disponíveis da forma mais adequada e eficiente, de maneira a alcançar os objetivos fixados com êxito, para o que se torna imprescindível o conhecimento profundo das características da área de operações (terreno, clima, meteorologia, população), e o inimigo potencial ou real, minimizando as incertezas e os imprevistos presentes em qualquer conflito: *“Partiendo de la base de que el fin último de la inteligencia militar es contribuir al éxito de las operaciones militares, los mandos deben disponer de aquella inteligencia que permita contar, en todo momento, con un conocimiento exhaustivo y detallado de los potenciales adversarios, sus doctrinas, capacidades, vulnerabilidades e intenciones, así como de la situación, el ambiente, la meteorología y de los aspectos geográficos de los posibles teatros de operaciones”* (Ruiz, 2005:145), isto é, *“Para el planeamiento y la ejecución de las operaciones militares, sean de guerra o de paz, es necesario conocer las capacidades propias y del enemigo. No es posible tomar decisiones correctas sin disponer de la inteligencia que permita una correcta valoración de la situación”* (Ballesteros, 2003:28).

As IM são de tal forma relevantes que *“Sus acciones no solo redundan en beneficio de las unidades militares en la zona, sino que también remiten informes de gran valor para la toma de decisiones del Gobierno de la Nación”* (Ballesteros, 2003:29).

A atividade das informações é, assim, vital para o desempenho das missões das FA. Aliás, as FA, pela sua natureza específica, desenvolvem um conjunto de atividades que têm por finalidade o conhecimento do inimigo provável ou atual e da área de operações, obtido através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias, abrangendo a informação tática, operacional e estratégica e a contrainformação, pelo que as informações não podem deixar de se apresentar como uma das componentes essenciais da Instituição Militar, a quem está alocada a defesa militar da República: *“El empleo de las Fuerzas Armadas en misiones operativas requiere disponer en todos*

*los niveles de mando, en paz, crisis y conflicto, de la inteligencia militar necesaria para la toma de decisiones, la alerta temprana, el apoyo al planeamiento y a la condición de las operaciones y la seguridad de las unidades. Por tanto, y para homologarse con los aliados, debe racionalizarse el significativo esfuerzo en recursos humanos, materiales y económicos que dedican las Fuerzas Armadas a la función de inteligencia, de forma que el sistema resultante sea único, y aglutine y coordine medios y recursos de inteligencia gestionados por los actuales sistemas funcionales de inteligencia'.* (MD, 2003: 211)

A atuação dos serviços de informações militares nos cenários exteriores é essencial para alcançar estes objetivos, não esquecendo a necessária coordenação com os diversos serviços que constituem o Comando das Forças internacionais: *"Sin embargo, en este ambiente se agudizan los problemas, como son conocer la fiabilidad de las fuentes y la necesidad de traductores. Así, en el ciclo de inteligencia es la fase de obtención la que resulta más compleja. El alcance de los medios de información militar es limitado(...). Su misión les obliga a trabajar sin la protección que aportan las unidades con sus vehículos blindados y, sobre todo, sin la protección mutua que se dan los soldados de una unidad. A pesar de que en operaciones de paz una de las prioridades es la seguridad de los efectivos propios, ellos se convierten en la vanguardia, sin otra protección que su prudencia y profesionalidad para moverse en un ambiente hostil"* (Ballesteros, 2003:28).

Uma das características do serviço de informações militares no que concerne aos militares profissionais que aí servem, é o espírito de servir o país sem quaisquer prebendas: *"Su labor – necesariamente callada y alejada del estereotipo de las películas, pero enormemente sacrificada y no exenta de peligro – no recibe más recompensa que la satisfacción del deber cumplido"* (Ballesteros, 2003:29). Neste âmbito, é de suma importância a aquisição contínua de conhecimento por parte das Forças e agentes tal como o resguardo deste conhecimento/informação em relação ao exterior, com vista à obtenção de capacidade prospetiva e vantagem na intervenção: *"La capacidad de mantener el secreto es inversamente proporcional al número de personas que lo conoce. Este principio tan elemental es el que há venido a establecer el concepto OTAN "need to now". Dicho concepto establece que para que una persona pueda conocer una materia clasificada, además de disponer de la acreditación de seguridad correspondiente, debe tener la necesidad probada de conocer la materia concreta para realizar su trabajo. Este concepto explica con claridad que esa necesidad es independiente del rango militar o del puesto que desempeñe el individuo"* (Gómez, 2005: 103). A "necessidade de conhecer" e a doutrina da "negação possível": *"O primeiro consiste num princípio vigente em todas as organizações que lidam, direta ou indiretamente, com informações, e que tem como objetivo minimizar a possibilidade da informação operacional ou sensível ser divulgada, afetando o serviço (fontes e operações). Para a sua minimização, define-se como regra o conhecimento das matérias apenas por parte de quem as trabalha diretamente. A doutrina da negação possível consiste na assunção do desconhecimento político em razão do caráter coberto das atividades dos serviços (sobretudo aquelas que poderão levantar questões legais), resultando, na prática, numa dissociação dos políticos sempre que algo tornado público sobre as atividades dos serviços e*

*politicamente sensível é suscetível de afetar a sua posição. Esta via colide com o princípio da responsabilização dos serviços ao traduzir-se no desconhecimento real e/ou potencial por parte dos políticos em relação às atividades cobertas dos serviços, possibilitando-lhes a utilização dessa "ignorância" para negarem o respetivo envolvimento (conhecimento ou autorização) em operações de natureza polémica, inaceitáveis ou inúteis tecnicamente"* (Esteves, 2004: 442).

O domínio das IM, não deve nem pode estar isolado "*nas informações*" mas, não menos importante, não pode estar dependente das informações de serviços congéneres, o que não deve ser confundido com a troca de informações ou a partilha de informações, ou mesmo, cooperação inter-serviços, o que, aliás, a nosso ver são práticas louváveis, neste "*vetor externo*" do Estado. Os serviços congéneres são "*(...) considerados como fontes pelo facto de, através dos mecanismos e modalidades normais de cooperação, funcionarem reciprocamente como canais de emissão de notícias e informações que, após análise, são passíveis de serem integradas no sistema de conhecimento dos recetores*" (Graça, 2004: 431).

A defesa dos interesses nacionais no estrangeiro, no caso, através das FA, não pode ser debilitada, com a gravidade decorrente, pela eventual intromissão "*(...) do vetor interno (...), com a complacência e mesmo orientação superior, no terreno das competências do vetor externo e que este seja objeto de processos de politização, diplomatização e magistratização. Não deveria ser um campo aberto a amadores, recorrentemente renovados, nem a grupos de interesses internos e externos em constantes lutas de poder*" (Graça, 2007a).

Não suscita quaisquer dúvidas que, "*desvalorizar, minimizar ou mesmo anular o papel das informações estratégicas (militares), por qualquer tipo de incómodo político-institucional, constitui um erro crasso, de muito difícil reparação, que inevitavelmente aumenta a vulnerabilidade do poder nacional*" (Graça, 2004: 437).

### 6.2.1. *Informações Militares*

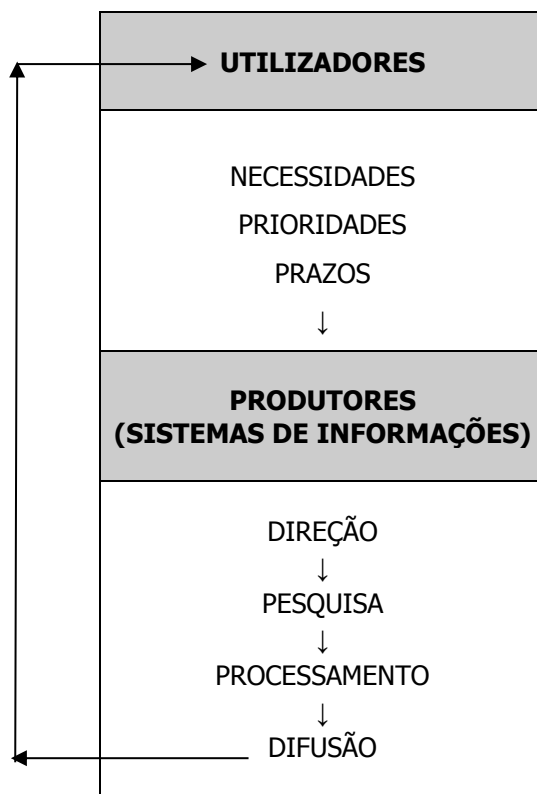
Como elemento integrante das informações estratégicas de Defesa, as IM visam, fundamentalmente, conhecer as FA de um país ou coligação e "*(...)contribuir al esfuerzo militar del país para conseguir su fin último que es, según las doctrinas políticas modernas, prevenir la guerra y, en caso de inevitablemente se produzca, contribuir a ganarla con el mínimo de perdidas propias y enemigas*" (Gómez, 2005: 93).

No âmbito do emprego das FA, as informações estratégicas destinam-se a apoiar o planeamento estratégico-militar: "*Las áreas estratégicas se fijan mediante la identificación y la clasificación en niveles de prioridad de los ámbitos de actuación del servicio y sobre qué se desea información, de modo conjunto por los responsables del servicio de inteligencia y de los órganos políticos y, en su caso, militares, a los que sirven*" (Navarro, 2003: 73). As operações e as informações são atividades militares que se conjugam, tanto na fase de planeamento, como na

produção. Durante a fase de planeamento trata-se de deduzir, a partir de necessidades gerais de informação, as necessidades concretas de obtenção de informação para, seguidamente, uma vez que esteja elaborada, possa satisfazer os interesses do órgão a quem a informação se destina, com a brevidade que se exige e inclusivamente para que seja possível a definição de modelos que permitam definir cenários relacionados com a segurança e a Defesa Nacional: *“En la fase de planeamiento se determinan las necesidades de inteligencia, se asignan cometidos y se establecen prioridades entre los distintos objetivos asignados, integrando estas actividades en planes y programas. Es una fase muy importante porque en ella se definen las necesidades de inteligencia, que son las que legitiman la actuación de los servicios de inteligencia en un Estado democrático de derecho, a la vez que permiten su control tanto desde el punto de vista de su legalidad como de su eficiencia. Las necesidades de inteligencia son determinadas por la autoridad que debe tomar las decisiones relacionadas con la seguridad y defensa nacional”* (Pardo, 2005: 45).

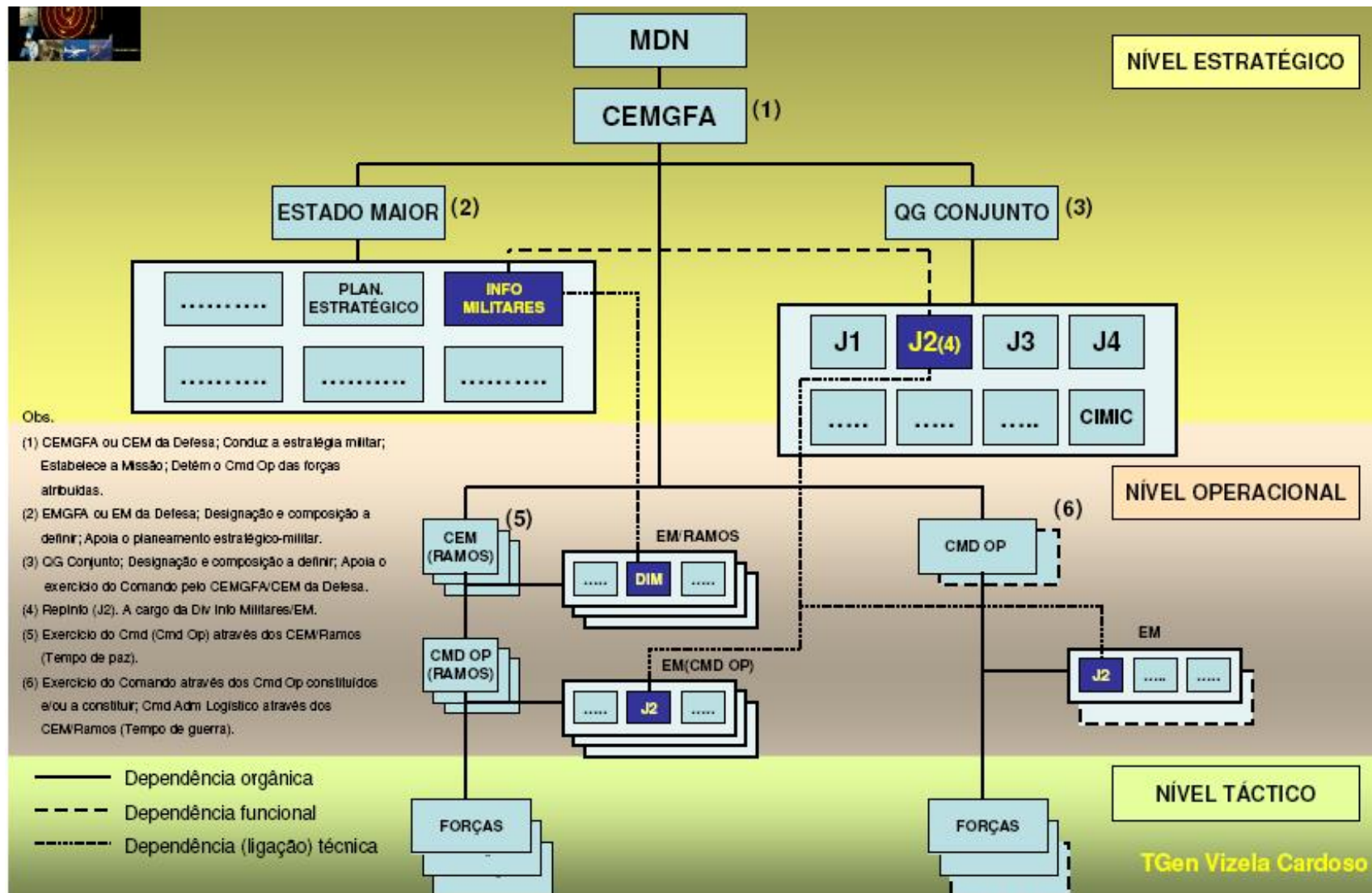
O estabelecimento de um processo de produção de informações, só terá eficácia se for orientado pela necessidade de informações enunciadas pelo decisor/utilizador (político/militar), pela definição das prioridades no esforço para a sua obtenção e na determinação de prazos para que as mesmas tenham oportunidade.

**Figura nº 2 – Interação de decisores/utilizadores e produtores**



Fonte: Pinto, 2001:292

Figura nº 3 - Modelo de um Serviço de Informações Militares



Fonte: Vizela Cardoso, 2012 (adaptado)

A globalização e a necessidade de conhecer – as informações militares na democracia portuguesa

As operações das FND são dirigidas no nível estratégico-militar e planeadas e conduzidas nos níveis operacional e tático sendo os seus efeitos ou a sua contribuição para se atingirem os objetivos especificados pelo decisor político-estratégico, o fator determinante da sua classificação.

A relação entre os níveis de operações militares não significa que estejam diretamente ligados a um determinado escalão de comando, dado que estes resultam da necessidade de atribuir a um responsável o grau de autoridade consentâneo com as missões e tarefas que terá que desempenhar.

As informações estratégicas militares estão intimamente relacionadas com os conflitos com que as FA se deparam, procurando, fundamentalmente através da espionagem, detetar as capacidades e intenções do adversário e, através da contrainformação, negar-lhe esse conhecimento, pelo "*ilusionismo e dissimulação*", procedimento requerido à atividade militar: "*Deception, like magic, is a distortion of perceived reality, and both seek to achieve the same behavioural result*" (Perlmutter, 1982: 2), ou seja, "*Military deception and strategic surprise are both prominent in military history. Although deception is not the only cause of surprise, the two are often intimately related. When deception succeeds, surprise results and, generally, it is a defender who is surprised by a challenger's deception. Deception is designed to create false expectations or, at the very least, uncertainty in a defender's calculations about the likelihood, timing, place, and type of military attack*" (Stein, 1982: 94).

As IM apresentam os seus conceitos e orientações objetivando o conhecimento do inimigo, sendo que para isso procura:

- Conhecer o seu potencial real (doutrinas, intenções, meios, capacidades, vulnerabilidades);
- Acompanhar a evolução da situação, a conduta das operações, o aprontamento de forças e manobras.

A primeira necessidade relaciona-se com o nível estratégico e a outra com informações de nível operacional. No entanto, em termos de conflito potencial ou efetivo, as IM contemplam:

- O nível estratégico, da conduta política da guerra, onde se determinam as restrições e constrangimentos e que é responsável pelas grandes operações conjuntas ou combinadas;
- O nível operacional, que tem de satisfazer as necessidades das diferentes armas e dos diferentes ramos ou até das forças aliadas, empenhadas num determinado teatro de operações. Porém, a crescente preocupação de limitar os conflitos aos objetivos militares e evitar danos colaterais, requer um maior volume de informação deste tipo;
- O nível tático, do terreno, dos combates, do contato com o inimigo.

Nos conflitos assimétricos, designadamente, no terrorismo internacional não estatal, é difícil traçar o limite entre aqueles níveis, uma vez que a situação se caracteriza por uma crise permanente e grande volatilidade dos acontecimentos com que se manifesta. Desta feita, as necessidades de informações terão de se adaptar a este tipo específico de conflito. Nesta situação, é de realçar a procura de informação sobre: os líderes/chefias; finalidades que visam; as ideologias que os motivam; a localização das bases operacionais e de apoio; as fontes de financiamento e os apoios.

No que respeita ao momento a que as informações se referem, a fim de inibir a atomização de informação, razão inquestionável para o êxito das IM, e tendo em consideração, *“A natureza crescentemente imprevisível das novas ameaças, a globalização rompante do sistema internacional, o “nevoeiro” informacional causado pelo excesso de informação, sobre informação e desinformação, o enfraquecimento gradual dos poderes públicos a favor de atores não estatais são alguns fatores que valorizam a atividade das informações no apoio à tomada de decisão política, seja esta interna ou externa, política, económica ou de segurança, no curto ou no médio prazo(...).”* (Esteves, 2004: 440), resulta profícuo distinguir entre a necessidade de informação, que existe nos destinatários sempre de caráter geral, e a procura de informação, de caráter específico e apresentada formalmente. Esta distinção possibilita classificar as informações que se produzem em três tipos, segundo o momento da sua utilização: básica, atual e estimativa. *“La inteligencia básica tiene un carácter general y es de relativa permanencia, obedece a las necesidades generales y estratégicas de la organización, por lo que intenta conocer todos los aspectos de cada uno de los objetivos fijados por las directrices de inteligencia, con el fin de permitir responder a demandas de información concretas. La inteligencia actual (corrente) tiene dos funciones: mantener al día la inteligencia básica con datos nuevos, para lo que adota la forma de boletines periódicos, generalmente diarios, sobre cuestiones específicas de interés habitual; y responder de modo rápido y preciso a una petición de información sobre una cuestión de actualidad o hechos concretos que se deben conocer para la toma de una decisión, con los datos disponibles o mediante un proceso de búsqueda ad hoc con los recursos que se poseen. Y la inteligencia estimativa (prospetiva) se dedica a determinar, ante una situación concreta y a petición del usuario del servicio, la posible evolución de esa situación y las posibilidades de actuación de los elementos involucrados en ella, a partir de los datos de que se dispone, con el fin de que el destinatario realice su propia predicción y, de acuerdo con ella, tome una decisión”* (Navarro, 2003: 73-74).

De acordo com o respetivo quadro de atuação, geralmente, a distinção é feita entre informações externas: destinadas a conhecer os pontos fortes, as debilidades e as possíveis linhas de atuação dos outros países e organizações estrangeiras; informações internas: dedicadas a obter conhecimento acerca de pessoas e grupos organizados que atuam no espaço nacional contra a estabilidade das instituições, geralmente por meios violentos; e IM, que são pesquisadas no interior e no exterior do território nacional para as necessidades específicas das FA, englobando a contrainformação e a segurança. No entanto, esta divisão entre tipos de informações, requer alguma reflexão porque não corresponde, atualmente, ao quadro em que os serviços se



movimentam. Serve de exemplo, a dificuldade na destrição entre terrorismo nacional e internacional, porque em muitos casos não existem distinções e por outro lado podem verificar-se ligações no campo do tráfico de armas, drogas e branqueamento de dinheiro.

Para além dos campos específicos de atuação mencionados há razões para a separação dos serviços:

- Diferenças no modo de atuação da pesquisa humana no interior ou no exterior do território nacional;
- Características técnicas das atividades de reconhecimento das transmissões e da obtenção e interpretação de imagens;
- Características específicas das IM;
- Conveniência em evitar centralização da informação.

Este vetor da Defesa Nacional constitui uma atividade ou função onde se conjugam com um sector ou componente militar vários ou todos os outros sectores da vida política nacional. Neste sentido, *“As ciências humanas, da economia política à sociologia, da psicologia social à etnologia, da história à linguística, serão cada vez mais um instrumento indispensável para a avaliação das ameaças e mesmo da sua perceção para as mais imprevisas dentre elas”* (Simões, 1978: 29) e, ainda, *“Não esquecer que toda a ameaça particular se insere numa ameaça mais vasta face à instabilidade mundial que pode tomar formas imprevisas, o que obriga a atenção e flexibilidade na formulação da defesa”* (Lefévre apud Simões, 1978: 29).

Relembramos a importância vital para a Defesa Nacional de que se revestem as IM, tanto mais que a desconfiança entre as grandes potências, os interesses regionais, os conflitos internos, o terrorismo e o crime organizado são fatores que criam sobressaltos e problemas contínuos: *“Nenhum Governo, nenhum Comando Militar, nenhuma Direção de Forças de segurança gosta de ser surpreendido. A surpresa obriga a reformular planos e dispositivos em tempo limitado, provocando confusão e gastos extra. Os sistemas de informações destinam-se a estudar e esclarecer situações de que possam surgir ameaças e perigos, reduzindo o grau de incerteza e facilitando a tomada de decisão”* (Pinto, 2001: 316).

### 6.2.2. Os espaços estratégicos nacionais

A Defesa Nacional deixou definitivamente de ter um carácter militar preponderante. Não se pode improvisar, tem de ser estruturada e planeada com antecedência, ter um carácter preventivo, evitando ou mitigando o recurso a situações de conflitos de natureza externa ou interna em condições de fazer face a quaisquer tipos de ameaças em quaisquer circunstâncias.

A Defesa Nacional apresenta um campo amplo e diversificado em que a componente militar não se encontra isolada, mas, pelo contrário, em estreita interligação com fatores de política

interna e externa, sociais, económicas, de coesão nacional, educacionais, morais e outros. É esta perspetiva que subjaz a definição do espaço estratégico de interesse nacional permanente e do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural. Quanto ao Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente:

- *“o território, que se define, nas suas referências cardeais, entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a sul, nas ilhas Selvagens; e do seu ponto mais a oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a leste, no concelho de Miranda do Douro;*
- *o espaço de circulação entre as parcelas do território nacional, dado o seu carácter descontínuo;*
- *os espaços aéreo e marítimo sob responsabilidade nacional, as nossas águas territoriais, os fundos marinhos contíguos, a zona económica exclusiva e a zona que resultar do processo de alargamento da plataforma continental.” (CEDN, 2003: Título 5)*

No que respeita ao espaço estratégico de interesse nacional conjuntural decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os atores em presença e as diversas organizações em que nos inserimos.

As áreas prioritárias para a definição do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural são:

- *“O espaço euro-atlântico, compreendendo a Europa onde nos integramos, o espaço atlântico em geral e o relacionamento com os Estados Unidos da América;*
- *O relacionamento com os estados limítrofes;*
- *O Magrebe, no quadro das relações bilaterais e do diálogo com o Mediterrâneo;*
- *O Atlântico sul em especial e o relacionamento com o Brasil;*
- *A África lusófona e Timor Leste;*
- *Os países em que existem fortes comunidades de emigrantes portugueses;*
- *Os países ou regiões em que Portugal tenha presença histórica e cultural, nomeadamente a Região Administrativa Especial de Macau;*
- *Países de origem das comunidades imigrantes em Portugal.” (CEDN, 2003:Título 5)*

Verificamos, pacificamente que, *“(...) independentemente de outras razões, é o quadro transatlântico que coloca Portugal em posição charneira e de arco de ponte (contrariando o risco de uma posição periférica numa perspetiva estritamente europeia) e, por outro lado, integra todo*

*o território nacional num mesmo contexto estratégico, reforçando a coesão nacional e atenuando o desenvolvimento de forças centrífugas entre o continente e regiões autónomas, particularmente a dos Açores.*

*Finalmente, no âmbito da defesa nacional, Portugal tem interesses específicos extraeuropeus, como acontece com as perspetivas promissoras que se abrem nos antigos territórios ultramarinos relativamente à cooperação no domínio militar e com algumas questões do âmbito da região em que se inscreve. Tal significa que a defesa nacional não se esgota no contexto europeu' (Couto apud Vaz, 1993: 68).*

### *6.2.3. As Informações Militares na nova diáspora*

O mundo vive atualmente alterações profundas que têm evidentes consequências na estrutura, organização e funções das FA. Assistimos à consolidação de uma sociedade identificada pela sua inter-relação tecnificada, globalização económica e base tecnológica e informacional como a principal característica da contemporaneidade.

O país tem de conviver com estas transformações, para garantir a própria segurança e Defesa e, igualmente, para participar na construção da paz e ser agente interveniente na ordem internacional: *"(...) com o final do denominado período da Guerra-Fria e mudanças no paradigma de segurança e de defesa que o regularam, Estados, Organizações Internacionais e mesmo Organizações Não Governamentais, aperceberam-se de que nova era iria surgir na conflitológica no globo, onde novas ameaças e riscos para a segurança, a vários níveis e formas, iriam exigir diferentes respostas"* (Santo, 2006).

O modelo organizacional das FA vem refletindo as mudanças que atravessam a sociedade portuguesa, desde logo, em função do fim do serviço militar obrigatório e a concomitante implantação do modelo profissional nas FA, situação que pode suscitar problemas de falta de meios humanos: *"As nações que enveredaram pela profissionalização das suas FA pensaram que os dividendos da paz se traduziriam em reduções e eliminação do incómodo de cumprir o Serviço Militar. (...) criou-se a mentalidade de que o apoio da força militar às operações de paz se traduziria numa espécie de tarefa como "levar crianças à escola". (...) Dirigentes políticos e opiniões públicas têm de assumir a responsabilidade de pensar e decidir o preço que terão de pagar para a sua segurança"* (Santo, 2006).

Em termos estratégicos, desapareceu o cenário dos dois principais blocos políticos para dar lugar ao processo da globalização e a novos modos de relacionamento internacional. Simultaneamente, a juntar aos riscos e ameaças tradicionais para a paz, a estabilidade e a segurança, aparecem outros, como o terrorismo internacional com capacidade para provocar estragos indiscriminadamente.

Diminuem as guerras convencionais, mas por outro lado, verificam-se múltiplos conflitos armados, os quais têm repercussões que ultrapassam o espaço onde acontecem. Nos dias que correm, além de se constituir como um direito e uma necessidade pessoal e também das sociedades, a segurança surge como um desafio, e para que seja efetiva, é preciso que a Defesa Nacional contribua para esse desiderato, associando-se no cumprimento deste objetivo a política para a erradicação da pobreza e o fomento da cooperação internacional para o desenvolvimento.

É claro que no capítulo da segurança e Defesa Nacional, a cooperação dos Estados é fundamental, pelo que o funcionamento de organizações que favorecem e aplicam medidas convergentes para a estabilidade internacional se torna vital, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Da mesma forma, o Tratado da União Europeia<sup>38</sup> apresenta as disposições gerais relativas à ação externa da União e disposições específicas relativas à Política Externa e de Segurança Comum.

Assistimos à ligação em rede<sup>39</sup> de todos os centros de decisão, administração, controlo e inovação, redefinindo a sociedade e a economia em torno dessas redes globais: "(...)a nova economia está organizada em torno das redes globais de capital, gestão e informação cujo acesso ao Know-how tecnológico está na origem da sua produtividade e competitividade" (Castells, 2007a: 607). A estratégia nacional, neste capítulo, fundamenta-se num sistema multilateral de ações e iniciativas, baseado no reconhecimento de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas é o órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

A projeção internacional do país, através, entre outros aspetos, das FA, tem sido efetuada no âmbito dos processos de manutenção da paz, ajuda humanitária, combate à pirataria no mar, observadores militares, assessoria militar, prevenção e combate ao terrorismo, em resultado das transformações diversas no relacionamento internacional e na política de alianças nacional e,

---

<sup>38</sup> Tratado da União Europeia, Versão consolidada publicada no Jornal Oficial de 9 de Maio de 2008 (em vigor a partir de 1 de Dezembro de 2009): "Título V, Capítulo 1, Artigo 21º, ponto 2, alínea f) contribuir para o desenvolvimento de medidas internacionais para preservar e melhorar a qualidade do ambiente e a gestão sustentável dos recursos naturais à escala mundial, a fim de assegurar um desenvolvimento sustentável; alínea g) prestar assistência a populações, países e regiões confrontados com catástrofes naturais ou de origem humana; e, alínea h) promover um sistema internacional baseado numa cooperação multilateral reforçada e uma boa governação ao nível mundial." Título V, Capítulo 2, Artigo 24º, ponto 1. "A competência da União em matéria de política externa e de segurança comum abrange todos os domínios da política externa, bem como todas as questões relativas à segurança da União, incluindo a definição gradual de uma política comum de defesa que poderá conduzir a uma defesa comum" (Gomes, 2010).

<sup>39</sup> "A rede é um conjunto de nós interligados. Um nó é um ponto no qual uma curva se intercepta. O nó a que nos referimos depende do tipo de redes em causa. Estas são: mercados da bolsa de valores e as suas centrais de serviços avançadas, na rede de fluxos financeiros globais; são conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União europeia; são campos de coca e papoila, laboratórios clandestinos, pistas de aterragem secretas, gangs de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro na rede de tráfico de droga que penetra as economias, sociedades e Estados do mundo inteiro; são ainda sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipas de informação e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global dos novos media, raízes da cultura e da opinião pública na Era da Informação" (Castells, 2007a: 606).

certamente, as decisões de envio de FND estarão de alguma forma, em sintonia com a atividade das informações estratégicas militares: *“Claramente la inteligencia militar, como una parte de las Fuerzas Armadas, no há permanecido ajena a estos câmbios y se le ha demandado siempre, a la hora de cualquier conflicto, tener superioridad en la información sobre el enemigo”* (Ruiz, 2005:149). Tanto mais que, *“(…)la dimensión que adquiere la inteligencia aplicada al âmbito militar excede al mero conocimiento de datos y cifras. Va mucho más allá y requiere la comprensión del modelo, de los motivos, de las intenciones, de las posibilidades, en suma, busca el como son y que harán los reales o hipotéticos adversarios en el plano militar”* (Ruiz, 2005:145), situação que compromete e apela, neste esforço, ao Estado, através do contributo da *“comunidad”* de informações nacional: *“Podemos considerar el concepto de comunidad de inteligencia como un sistema, es decir, un conjunto de servicios de inteligencia e información relacionados entre sí, con una ordenación lógica y finalidad común. Como todo sistema posee la cualidad de que su eficiencia es mayor que la suma de la eficiencia de todos sus componentes (sinergia). Es decir, la comunidad de inteligencia tiene ventajas que no se encuentran en ninguno de sus componentes, a la vez que cada uno de sus elementos puede ver potenciada su capacidad. La comunidad de inteligencia no puede considerarse como un sistema cerrado, totalmente independiente, sino que está en constante interrelación con otros sistemas más amplios como el sistema de seguridad y defensa, del que a su vez es un componente”* (Pardo, 2005: 40).

A razão de ser da colaboração de serviços de informações é evitar a dispersão de esforços e procurar que as respetivas atividades se complementem, na medida possível. Por muito abundantes que sejam os meios colocados à disposição dos serviços de informações, os melhores resultados surgem, certamente, por via da colaboração, em última instância, mesmo ao nível da não-escrita: *“(…)como em qualquer situação social de sigilo, há «coisas» que não se escrevem, só se dizem”* (Graça, 2004: 433).

#### 6.2.3.1. INTERVENÇÕES DAS FA NO EXTERIOR

A complexidade crescente da situação internacional ao longo das últimas décadas em concomitância com o aumento do empenhamento da ONU e dos próprios Estados nas missões humanitárias e de manutenção de paz conduziram o país a integrar, de forma mais empenhada e constante, este esforço partilhado.

As FA participam, desde o início da década de 90 do século passado, em operações de apoio à paz e humanitárias, de forma significativa. Estas missões ocorrem no âmbito das organizações internacionais em que o país está integrado e têm envolvido militares de todos os Ramos, em unidades navais, terrestres e aéreas, nos Estados-Maiores, comandos multinacionais ou como observadores militares (parte do histórico do contributo nacional está contemplado no Anexo 4).

As FA portuguesas possuem uma vasta experiência internacional e têm cooperado na segurança internacional em cenários de grande diversidade social e geográfica. A participação nestas missões é um tributo para a modernização e prestígio das próprias FA e assentam em

critérios de exequibilidade (militar e financeira); risco; adequabilidade; visibilidade. Esta participação de natureza militar, para além das missões tradicionais, está inserida no sistema de defesa coletiva da NATO e na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) ou Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). No entanto, a atividade internacional das FA estende-se ao apoio à política externa (gestão de crises, natureza humanitária e manutenção de paz), no âmbito das organizações de que o país faz parte (ONU, EU, NATO, CPLP).

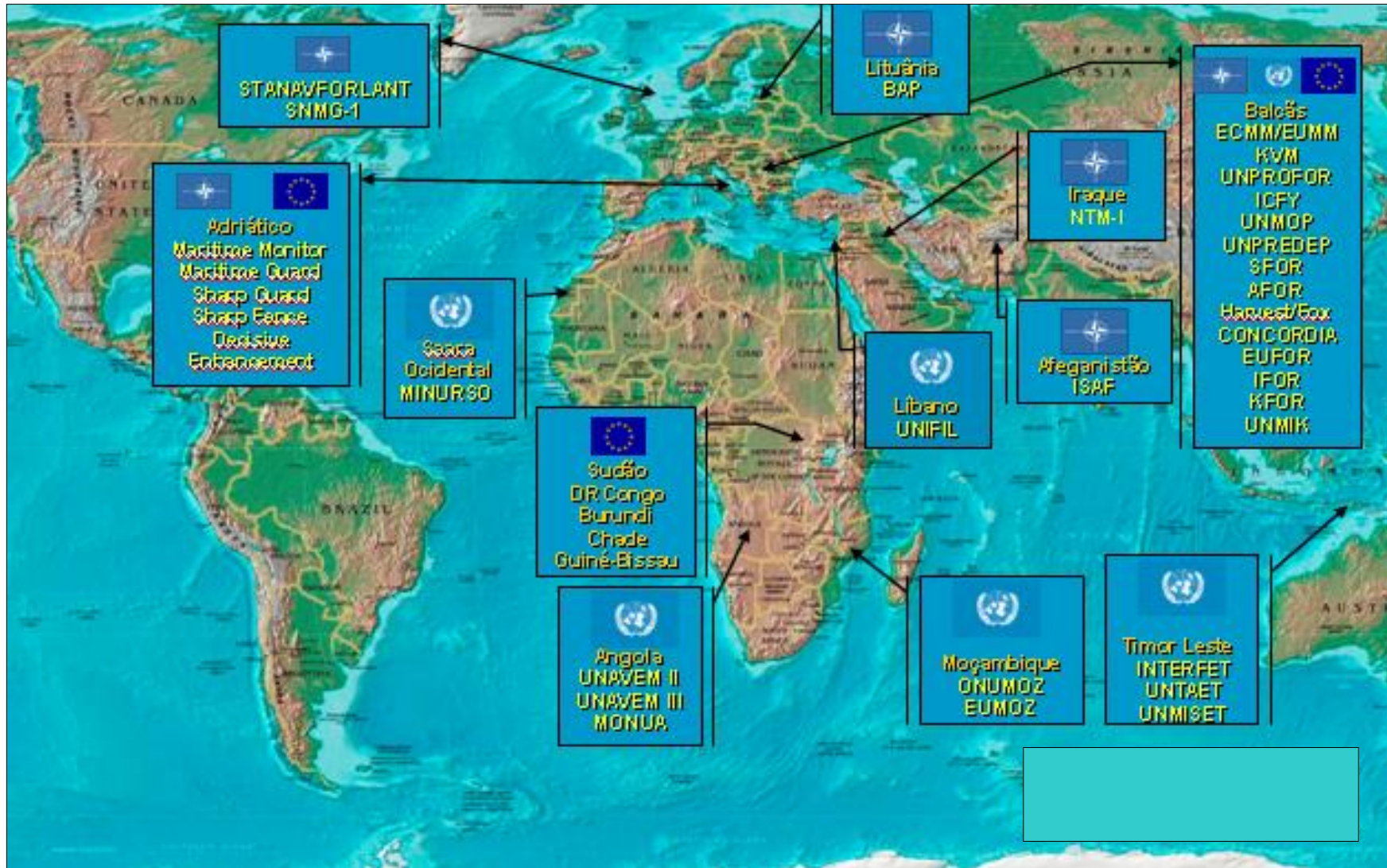
A Constituição expressa no seu articulado que, *“Incumbe às FA, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte.”* (CRP, 2005: artigo 275º)

A participação das FA nas missões contra as ameaças e agressões de cariz internacional é levada a cabo nos termos legais e de forma coordenada com os instrumentos internos para esse desiderato, designadamente, as Forças e Serviços de segurança.

As missões designadas genericamente por missões de interesse público são importantes na medida em que permitem uma rentabilização dos meios existentes e constituem fator positivo de ligação à sociedade. Nesta perspetiva, as FA devem continuar a executar missões de interesse público, designadamente, de busca e salvamento, de fiscalização marítima e de apoio às populações, particularmente na prevenção e combate aos fogos florestais e em situação de catástrofes naturais, de maneira supletiva, enquadrada e coordenada com as respetivas entidades, como decorre da respetiva legislação. No entanto, *“As FA fazem essas ações, porque existem, e fazem-nas de boa vontade. Mas não deve ser esquecido que a sua razão de existência é outra, que lhes é exclusiva: é a defesa dos interesses do País, combatendo quando necessário”* (Cabrinha, 1993: 115).

No campo dos esforços internacionais para o estabelecimento e manutenção da paz e equilíbrio global, as FA são responsáveis pelo cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no quadro das organizações de que o país é parte: NATO; União Europeia (EU); Nações Unidas (ONU); e, Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesta conformidade e no enquadramento destas Organizações Internacionais as FA vêm participando desde o início da última década do século XX de forma ininterrupta, nas operações necessárias ao restabelecimento da normalidade (possível) nos países e regiões afetados. O país desde 1991 *“transportou”* as FA para o exterior. A quantidade de militares dos três Ramos, de todas as categorias e de ambos os sexos que se internacionalizaram corresponde à quase totalidade atual dos efetivos (cerca de 40 000) com uma presença relevante em Timor-Leste, África, nos Balcãs e Médio Oriente.

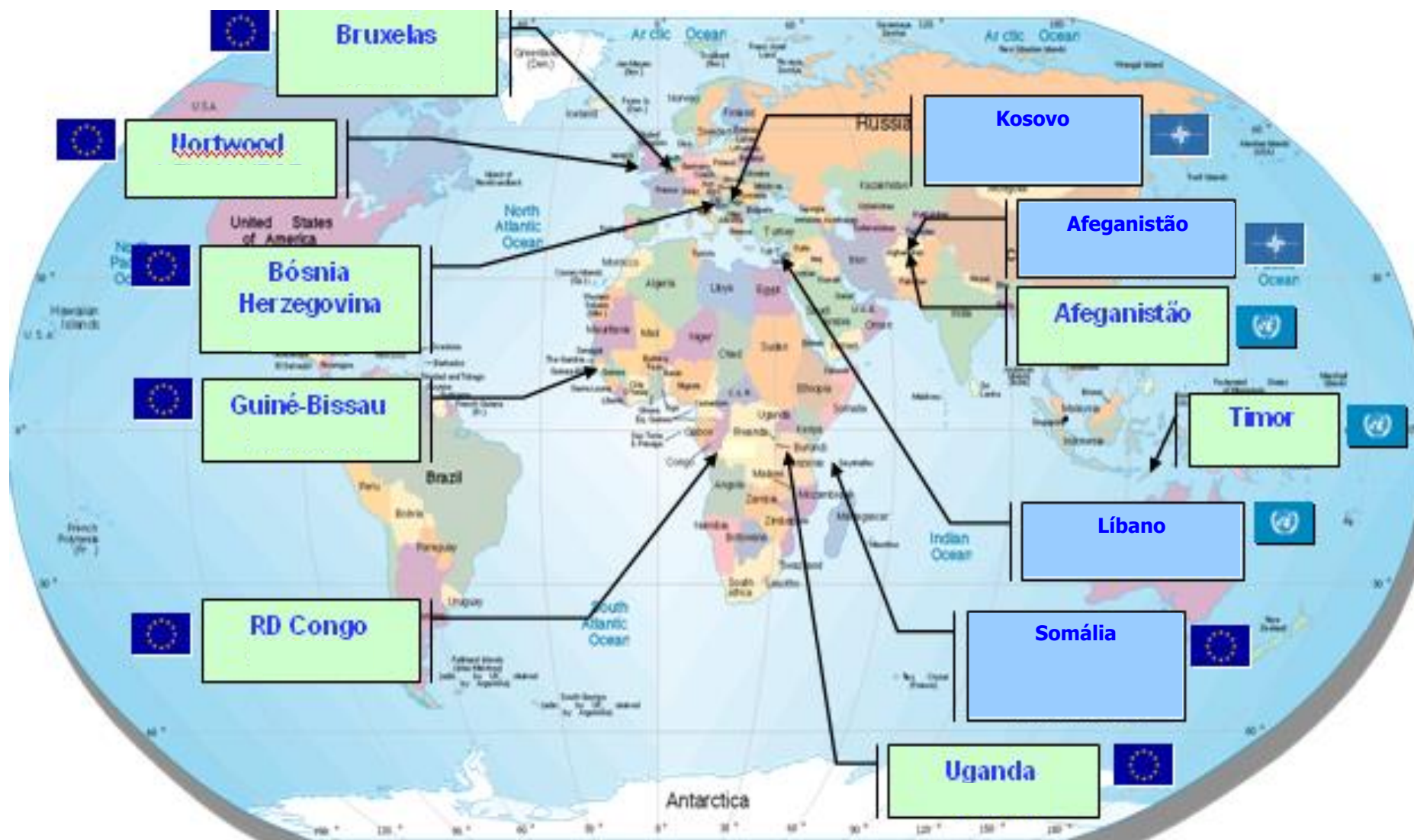
Figura nº 4 – Participação das FA em Missões NATO; EU; ONU; CPLP (1991-2009)



Fonte: EMGFA, 2010 (modificado)



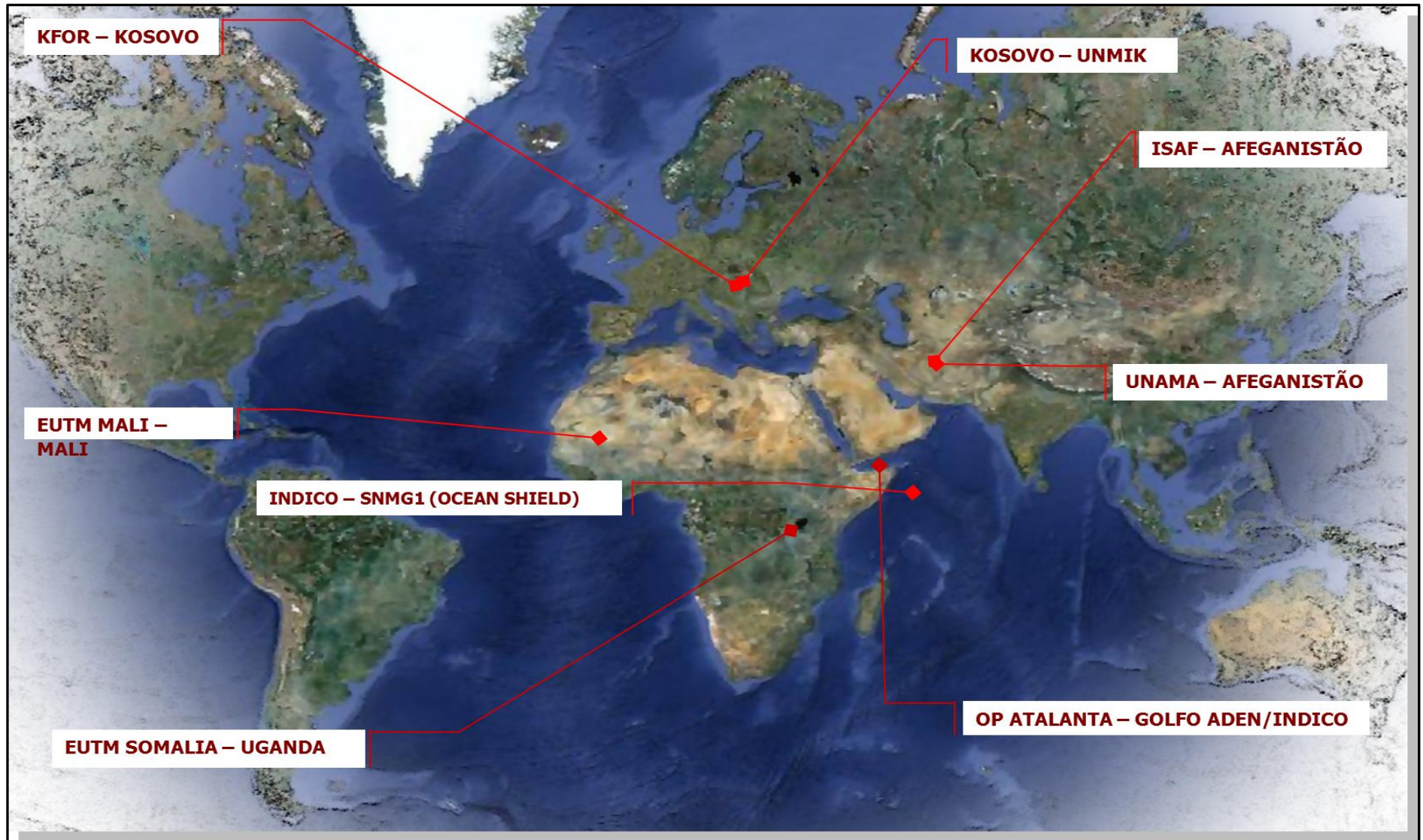
Figura nº 5 – FA em missões internacionais (2009-2010)



Fonte: EMGFA, 2010 (modificado)



Figura nº 6 - Empenhamento de forças em missões internacionais (Setembro 2013)



Fonte: EMGFA, 2013 (modificado)

A globalização e a necessidade de conhecer – as informações militares na democracia portuguesa

O País tem, desde há largos anos, mantido permanentemente centenas de militares no exterior, sob Comando e Controlo do Chefe do Estado-Maior-General das FA (CEMGFA) em múltiplos cenários e missões diversas. No final da última década, a presença internacional das FA, enquanto forças constituídas ou grupos militares mais reduzidos, encontrava-se em zonas tão distintas como o Afeganistão, Líbano, Etiópia, Kosovo, Bósnia-Herzegovina, Guiné-Bissau, Timor-Leste e Congo, ao serviço da EU, da NATO e da ONU.

Atualmente, as FA contam com seis centenas de militares envolvidos na ação externa, pertencentes aos três Ramos e, no caso do Exército e da Força Aérea são militares de ambos os sexos que compõem as forças.

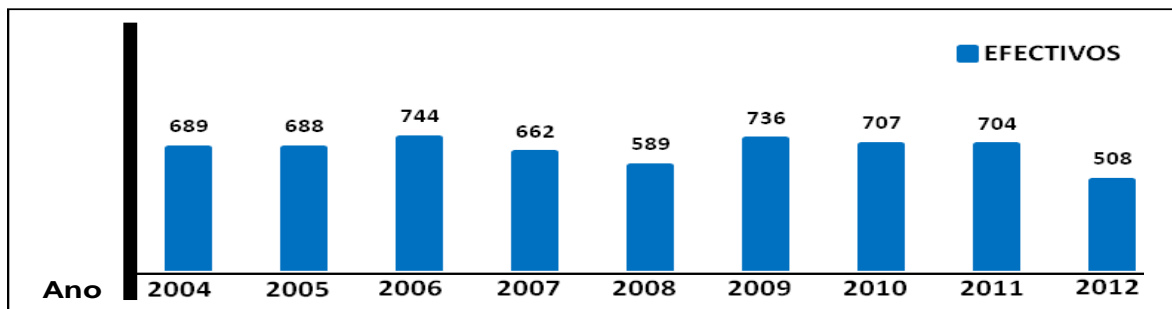
**Quadro nº 11 – Empenhamento das FA nas Estruturas NATO, EU, ONU e CTM - (Fevereiro 2012)**

	MARINHA		EXÉRCITO		FORÇA AÉREA		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F
<b>FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS</b>	35	-	425	30	16	2	476	32
	35		455		18		508	
<b>COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR</b>	36	-	43	-	13	-	92	-
	36		43		13		92	
<b>TOTAL POR SEXO</b>	71	-	468	30	29	2	568	32
<b>TOTAL POR RAMO DAS FFAA</b>	71		498		31		600	

Fonte: EMGFA, 2012 (modificado)

As FA têm mantido ao longo dos últimos 8 anos uma presença internacional, no âmbito do empenhamento das FA nas Estruturas NATO, EU, ONU e CTM, com efetivos sempre acima do meio milhar de militares.

**Gráfico nº 1 – FA: evolução dos efetivos em missões externas (média anual) (2004- Fevereiro 2012)**



Fonte: EMGFA, 2012

A incorporação das FA no modelo de desenvolvimento do país, reveste-se de enorme importância no contexto de desenvolvimento nacional, dado que, desta forma, procura-se mais eficazmente a utilização dos Recursos Humanos, materiais, financeiros e tecnológicos, em virtude da qual se requer a modernização permanente da Instituição, para a assunção das suas funções militares específicas e de apoio a outros organismos do Estado e da sociedade. A atuação das FA, através da projeção de forças atual, é, de alguma forma, a constatação deste entendimento. Além dos Recursos Humanos implicados nestas forças, outros Recursos do mesmo nível encontram-se em representação das FA numa plêiade de cargos internacionais cuja importância, pela visibilidade que proporciona à ação externa do país, reveste-se, também, de enorme potencial no capítulo das informações estratégicas e das informações estratégicas militares específicas.

## 7. SOCIEDADES, MULTICULTURALIDADE E OPERAÇÕES MILITARES

---

*“Conducting military operations in a low-intensity conflict without ethnographic and cultural intelligence is like building a house using your thumbs: it is wasterful, clumsy, and unnecessarily slow process at best, with a high probability for frustration and failure”* (Kipp et al, 2006:8).

Abordamos, seguidamente, os desafios de carácter sociocultural que se refletem na operacionalidade e na cooperação entre as várias forças militares, as diversas organizações civis e as populações locais nos múltiplos teatros de conflito: *“We can `t have effective strategy without cultural knowledge”* (McFate<sup>40</sup> apud Schactman, 2008).

Relevamos o contributo das ciências sociais no estudo e compreensão pelas forças multinacionais no que respeita às formas de cooperação com as populações autóctones, e na abordagem de questões que se prendem com a influência cultural e a eficácia da missão das forças multinacionais, sendo que, as lições aprendidas resultam de aspetos relacionados com a interação entre FA multinacionais e a realidade social envolvente, nomeadamente, com as organizações e com as populações em presença nos vários teatros de conflito: *“If you look at the problems we `ve had – in Iraq, Afghanistan, Vietnam, and Somalia – they `ve been based on flawed assumption about who those people are”* (McFate apud Schactman, 2008).

A eficácia é crucial numa missão militar assente na multiculturalidade – noutros termos, uma força composta por diferentes contingentes nacionais, ou seja, *“(...)the multinational composition of NATO forces in peacekeeping missions, related to the different national cultural styles of the respective national military organizations. In this case effectiveness depends on successful cooperation within all involved armed forces”* (Tresch; Picciano, 2007:12).

Contribuem, igualmente, para a eficácia das operações, entre outros fatores, forças bem treinadas e objetivos políticos claramente definidos. No entanto, *“(...)military action requires a close relationship between intelligence and operations, a fluent, functioning decision-making machine and forces with experience of working together to perform dangerous and complex tasks. The effectiveness of a mission is also affected by the complexity of the tasks assigned to the mission itself”* (Tresch; Picciano, 2007:12).

A eficácia de uma missão, em geral, é essencial por diversas razões, como proteção da população civil, limitação da destruição e rápida recuperação da segurança e sustentabilidade da

---

<sup>40</sup> Montgomery McFate era em 2008 a responsável pelo programa *Human Terrain System* (HTS). A este programa, o Exército dos Estados Unidos da América tinha atribuído uma verba de cerca de 130 milhões de dólares. Ainda no ano de 2008, o Departamento de Defesa dos EUA reforçou um projecto de pesquisa em Ciências Sociais no Afeganistão e no Iraque com 20 milhões de dólares.

região onde se desenvolve a operação: “*Within a multinational peace operation, good relations among all the actors – both military and civilian – have to be fostered. It is one of the main steps in building confidence and facilitating team work*” (Tresch; Picciano, 2007:20). Esta realidade implica a partilha de informação; a coordenação das atividades; e, a cooperação e trabalho conjunto sem limitações e com objetivos comuns.

### **7.1. Dinâmicas socioculturais, informações militares e operações militares no estrangeiro<sup>41</sup>**

Os responsáveis militares reconhecem a importância das dinâmicas socioculturais em presença nos diversos quadros conflituais. A necessidade de informações do campo sociocultural conduziu à introdução da Antropologia e da Sociologia nos cursos de formação ministrados a civis e militares de diversas categorias relacionados com as IM. Os contributos destas ciências vão no sentido de refletir e analisar os fenómenos sociais e, se for esse o objetivo, intervir de forma crítica sobre o social, fundamentando a tomada de decisões, propondo alternativas e promovendo a cidadania, designadamente, no Afeganistão e no Iraque, zonas onde permanecem elevadas quantidades de efetivos militares multinacionais que interatuam entre si e com populações distintas. Esta realidade leva a que os responsáveis militares enfrentem, continuamente, desafios sobre o modo mais eficaz para preparar as forças face a realidades distintas entre si e em relação

---

<sup>41</sup> Pesquisas sociológicas relacionadas com os novos desafios militares foram realizadas junto do I German Netherlands Corps in Munster, ou em zonas de conflito em situações específicas, principalmente no Kosovo, Bósnia, Timor-Leste, e Afeganistão. Este campo de pesquisa é relativamente novo, embora existam diferentes case studies, mas não há uma abordagem compreensiva para comparar as várias missões e realidades culturais com que as diversas FA se depararam nos múltiplos teatros. No entanto, em Portugal, no período da guerra colonial foram desenvolvidos estudos etnográficos e sociológicos o que em termos históricos revela a existência de alguma tradição no âmbito da Sociologia Militar e da Antropologia, o que por sua vez revela a necessidade dos estudos nestas áreas. Socorremo-nos de alguns exemplos: SANTOS, Eduardo (1960), Sobre a “Medicina” e Magia dos Quiocos, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar; ESTERMANN, Padre Carlos (1961), Etnografia do Sudoeste de Angola, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar; REDINHA, José (s/d), “Sincretismos Religiosos dos Povos de Angola”, Instituto de Investigação Científica de Angola – CITA; REDINHA, José (1964), “Insígnias e Simbologias do Mando dos Chefes Nativos de Angola”, CITA; REDINHA, José (1964), “Susídios Etnográficos”, CITA; REDINHA, José (1964), “A Habitação Tradicional em Angola”, CITA; REDINHA, José (1968), “O Fenómeno Económico e a Etnografia”, CITA; REDINHA, José (1971), “Distribuição Étnica de Angola”, CITA (7ª edição); ALMEIDA, António (1961), Estudos Sobre a Etnologia do Ultramar Português, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar; SCCI da Província de Moçambique (1965), “Conquista da Adesão das Populações”; SANTOS, Eduardo dos (1965), Maza – elementos de etno-história para a interpretação do terrorismo no noroeste de Angola, Lisboa, Edição do autor; VAZ, José Martins (1966), Filosofia Tradicional dos Cabindas, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar; Comando Naval de Moçambique (s/d), Moçambique: Aspectos do Estudo do Meio Humano, Lourenço Marques, Empresa Moderna SARL; SCCI de Angola (1970), “Elementos sobre a etnia Cuanhama”; Instituto de Investigação Científica de Angola (1970), SCCI de Angola (1972), “Estudos Sobre Populações – Grupo Étnico Lunda-Quioco”; SANTOS, Valente dos (1972), “Elementos da Língua Fioite”, Comando do Sector Militar de Cabinda.

à cultura de origem desses militares. Com a finalidade de colmatarem as múltiplas dificuldades advindas deste quadro, os Estados Unidos da América (EUA) iniciaram um programa de aplicação militar, o *Human Terrain System* (HTS)<sup>42</sup>, na esperança de satisfação de necessidades referentes às IM, no que respeita às características locais de índole cultural e etnográfica. Compreender a(s) cultura(s) no Afeganistão e no Iraque é um fator instrumental para os militares: *"Unfortunately, a significant amount of our common understanding is the result of mistakes in cross-cultural interaction inherent to stability operations"* (Freakley, 2005). Assim, uma compreensão adequada da realidade social local, permite aos militares, apropriadamente, influenciar a população por meios não letais e promover a estabilidade, a paz e o desenvolvimento social e económico: *"Cultural awareness will not necessarily always enable us to predict what the enemy and non combatants will do, but it will help us better understand what motivates them (...) and how we can either elicit the support and aid the enemy"* (Freakley, 2005). As forças militares destacadas no Afeganistão e no Iraque<sup>43</sup>, muitas vezes, não possuem o conhecimento das culturas em presença a fim de maximizarem os seus efeitos no processo da tomada de decisão dos militares.

No âmbito da contrainsurgência, torna-se indiscutível que as sociedades civis no Afeganistão como no Iraque são o centro de gravidade. Numa sociedade em que as expectativas não são atendidas, pode verificar-se um *"rompimento"* do compromisso o que faz emergir e alimentar uma crescente insurgência. As populações, frequentemente, toleram as insurgências por causa das suas próprias insatisfações. Esta tolerância, muitas vezes, alimenta uma insurgência. Desta forma, é imperativo que os militares percebam, nas sociedades com que se relacionam que, *"(...)it is imperative to view them from the perspective of the cultures in which the insurgencies are being waged"* (Kipp et al, 2006:15).

Duma outra forma, a perceção das diferenças culturais e a relevância do seu estudo no âmbito das informações é salientado por um responsável militar: *"I asked my Brigade commanders what was the number one thing that they would have liked to have had more of, and they all said cultural knowledge"* (site HTS, 2012).

Face às necessidades evidenciadas no âmbito das IM relativas ao conhecimento das sociedades onde operam as respetivas forças, a organização militar com o HTS procura integrar e aplicar o conhecimento sociocultural da população autóctone nas operações militares em apoio aos objetivos do Comando.

Nesta medida, o programa destina-se a abordar as lacunas do conhecimento cultural ao nível operacional e tático e introduzir o conceito de *"humain terrain"*. Os técnicos que integram o programa HTS e que por essa via constituem células de informações nos respetivos teatros,

---

<sup>42</sup> Humain Terrain System (HTS) é definido como a consideração da relação entre os elementos de índole social, etnográfica, cultural, económica e política das populações com que os militares interagem.

<sup>43</sup> No Iraque foram empenhadas forças da GNR.

acabam por ser os elementos centrais do sistema. Realçamos que as células constituem-se por cinco elementos civis e militares. As células estão legalmente proibidas de recolherem notícias para uso militar litigioso, i. é, está vedada a recolha de informação para direcionamento de confrontos militares, através dos serviços de informações: *"The HTS uses empirical sociocultural research and analysis to fill a large operational decision-making support gap. This research provides current, accurate, and reliable data generated by on-the-ground research on the specific groups in the supported unit`s operating environment. This human terrain knowledge provides a sociocultural foundation for the staff`s support to the Commander`s Military Decision-Making Process, both in planning and execution. It also enables a more effective rotation of forces through the creation and maintenance of an enduring, sociocultural knowledge base"*. (site HTS, 2012)

O reconhecimento da importância do programa é testemunhado por militares com responsabilidades de comando no terreno: *"(...)their ability to assess the population through engagement meetings with local officials, provincial government officials, and tribal leaders has increased ISAF`s ability to better understand the average person`s perspective. This "grass-roots" perspective provided by HTT`s offers a more robust and clear picture of the needs of the entire population, which is then incorporated into ISAF`s decision-making processes to increase positive outcomes"* (site HTS, 2012).

O papel a desempenhar pelo HTS é de assessoria ou aconselhamento dos militares quanto à interação com a população residente na área de operações e dessa forma ajudar os militares a perceberem a realidade local. Reafirmamos que o programa HTS tem a classificação de segurança *"non-classified"*, com pesquisa em fontes abertas (*open source*), e no qual trabalham cientistas sociais. No entanto, apesar dos resultados positivos deste programa, não está ao abrigo de alguma controvérsia. A Associação Americana de Antropologia (AAA), mostrou desagrado com o HTS, declarando que os militares (dos EUA), com a aplicação deste programa estavam a violar o código de ética da Associação: *"(...) the Executive Board of the American Anthropological Association concludes (i) that the HTS program creates conditions which are likely to place anthropologists in positions in which their work will be in violation of the AAA Code of ethics and (II) that its use of anthropologists poses a danger to booth other anthropologists and persons other anthropologists study. Thus the Executive Board expresses its disapproval of the HTS program."* (AAA, 2007)

Na expectativa de atender aos possíveis desafios éticos, os responsáveis militares, terão que focar a formação de quem pertence aos serviços de informações militares, em áreas científicas como a Antropologia e a Sociologia. Enquanto os cientistas sociais estão legalmente proibidos de noticiar aos serviços de informações militares dados sobre as populações, os membros das IM não estão eticamente proibidos de obter uma melhor compreensão cultural, nomeadamente, acerca das populações com que interagem, muitas vezes, durante largos períodos temporais. Contudo, este procedimento provoca alguma controvérsia, visto poder comprometer a sua eficácia, pelo nível de disseminação da informação e incapacidade de sintetizar a consciência cultural e as IM



para produzir oportunamente informações para os objetivos militares. No entanto, o problema pode ser ultrapassado com a adoção de uma nova matriz, ou seja, *"HTS aims to mitigate these problems by providing commanders with a comprehensive cultural information research system that will be the analogue to traditional military intelligence systems. It will fill the cultural knowledge void by gathering ethnographic, economic, and cultural data pertaining to the battlefield and by providing the means to array it in various configurations to support analysis and decisionmaking"* (Kipp et al, 2006:12).

Esta constatação é particularmente importante nas realidades do Afeganistão e do Iraque. No entanto, ao invés de se centrar em culturas específicas, as IM podem providenciar formação aos seus elementos, num quadro de relativização cultural, permitindo a compreensão de culturas diferentes, através da Antropologia e da Sociologia e de rudimentos das respetivas linguagens/dialetos: *"Soldiers should show empathy for host nation culture and codes. In order to establish more pleasant communication with the locals, they have to learn some basic words in the language of the host nation, even if, (...) it might be a Pidgin version of the language"* (Jelusic, 2007:47). Assim, os elementos das IM ficarão capacitados para se adaptarem à evolução contemporânea do ambiente operacional, analisar as diferenças das diversas culturas nas áreas de operações, e tirarem partido das informações socioculturais para melhorar os objetivos militares: *"In the early 1980s, Army Chief of Staff Edward C. Meyer asked me to go to Germany where we were facing lots of G1 morale problems. One of my proposals was to develop a "pidgin Deutsch" plan, i. e., an overly simplified German grammar. Meyer liked it, but the Defense Language Institute (DLI) did not. Why should our soldiers learn "bad German"? I responded better bad German than no German. Is there an analogy today with non-Western languages, e. g., Arabic, Dari, Pashtu,..."* (Moskos, 2006: Item 2).

O HTS tem demonstrado a necessidade do conhecimento sociocultural. As forças militares destacadas nos diversos cenários de conflito testemunham essa necessidade. As IM têm aprendido estes ensinamentos e aproveitam-nos na pesquisa: *"The cultural analyst will advise the HTT and brigade staff conduct or manage ethnographic and social-science research and analysis in the brigade`s area operation. The analyst will be a qualified cultural anthropologist or sociologist competent with Geographical Imaging Software and fluent enough in the local language to perform field research. Priority selection will go to those who have published, studied, lived, and taught in the region"* (Kipp et al, 2006:13).

Além das IM tradicionais, as informações socioculturais são preciosas, igualmente, para a contrainsurgência. Reconhecemos que, atualmente, nos conflitos bélicos, a vitória não é, somente, uma vitória militar. A razão mais procurada é a estabilidade. No centro da estabilidade ou na agitação política, estão os desejos e as expectativas das populações. Através da sintetização das ciências sociais com as IM, os militares beneficiarão e ajudarão as populações autóctones nos processos de estabilização das respetivas sociedades. É, de alguma forma, a reflexividade sobre os valores e propósitos da sociedade extramuros académicos: *"By virtue of their history and their*

*place in the modern world system, social scientists (...) are pointing the way forward – not retreating behind the walls of academe, but advancing into the trenches of civil society”.* (Burawoy, 2007:146)

## **7.2. Counter-intelligence e sociologia<sup>44</sup>**

Um elemento vital para a eficácia das operações de estabilização é o estudo e a análise do teatro de operações. Isto deverá ter lugar tanto antes como durante a missão, dado que é importante a compreensão do ambiente envolvente no respetivo teatro. Mesmo uma força militar profissional e treinada não alcança o êxito com uma força insurgente sem compreender a cultura local e as características do teatro onde opera. O sucesso da contrainsurgência obriga a uma aliança entre as forças aliadas, à cooperação com a população local, com os elementos civis que integram a força e com as organizações internacionais presentes.

Ênfase especial tem de ser colocada nas Informações. As Informações (*Intelligence*), devem ser usadas pelos responsáveis militares na interpretação dos contextos políticos e sociais. Num teatro de “(...)war amongst the people”, *political and societal intelligence become as important as traditional military intelligence and sometimes more so. Such intelligence, which can be compared to diplomatic and anthropological knowledge, demands deeper and more sophisticated networks and accessibility”* (Michael, 2007:259).

As Informações devem fornecer aos responsáveis militares informação relevante e estimativas. No entanto, às Informações é exigida a respetiva adequação de meios e métodos à dinâmica e ao contexto político do teatro de operações. Estes fatores, não são, normalmente, considerados pelos responsáveis militares num tradicional quadro de intervenção bélica. Assim, têm de ser adquiridos e desenvolvidos meios e qualificações especiais que assegurem que as informações usadas como base para uma intervenção são as mais fiáveis.

Compreender a cultura, a linguagem e o ambiente do conflito é um dever e o serviço de Informações militares deve compreender que a recolha de informação neste contexto requer um envolvimento intenso com a população local. A população local é simultaneamente o cenário, o alvo e uma fonte fundamental de informação.

A experiência dos EUA no Vietname e atualmente no Iraque e no Afeganistão (aliás, como a experiência que as IM portuguesas têm adquirido internacionalmente) é demonstrativa da importância da interação com as populações locais, assim como a compreensão das respetivas

---

<sup>44</sup> Uma parte substancial do texto resulta da experiência de militares portugueses no período entre Agosto de 2004 e Agosto de 2011 no que respeita à atividade insurgente ocorrida na Área de Operações Conjunta do Afeganistão. Ao SAJ Pação da Silva devemos o agradecimento pela colaboração prestada. Os exemplos mencionados encontram paralelismo com a atividade de grupos insurgentes noutros Teatros de Operações, como o Chade, a Somália ou a região do Médio Oriente e Norte de África. A matéria relatada é original em termos de apresentação pública.

culturas.

Estas experiências relevam a problemática das diferenças culturais, ou seja, o confronto entre a população local e os que são vistos por aquela como estranhos ou invasores. Neste clima de tensão, resultante da complexidade das relações culturais, é requerida uma pesquisa e produção de informações qualificada e específica para o processo de decisão dos militares: "*We define cultural intelligence as a system composed of knowledge and skills, linked by cultural and metacognition that allows people to adapt to, select, and shape the cultural aspects of their environment.*" (Thomas et al, 2008:127)

Referimo-nos às informações de índole especificamente cultural, como uma plataforma cognitiva de pesquisa de informação, compreensão e comunicação com a população local e as diversas instituições, tal como com as diferentes organizações civis a operar no mesmo cenário de conflito: "*There are many things to take into consideration when conducting multicultural military operations. One of the most important is that it is not just the multicultural aspect of the military forces that can affect the operation. There are many multicultural groups to consider. These may include different political factions, national/regional parties within the area of operations, governmental organizations or non-governmental organizations*" (Firlie, 2007:28).

Por outro lado, tem de ser dedicado um olhar particular para, "*(...) the civilian populace. This group is very important and must not be taken lightly when considering international military operations. This group is especially important for three reasons:*

- *First, they are usually the most diverse;*
- *Second, one never knows exactly how they react to the atual military operation;*
- *Third, most of the military operations NATO is likely to conduct are some form of "peace-support or humanitarian" operations and the overall objective of these operations is for the benefit of this group*" (Firlie, 2007:30).

Neste preceito, se uma organização ou forças conjuntas estão a desenvolver uma operação de assistência à população civil ou a parte da população, deve ser tido, seriamente, em consideração como é que todas as partes da população, na área de intervenção, se espera que reajam, dado que, "*There are many examples of where the reactions and actions of the civilian populace had a direct impact on the operations*" (Firlie, 2007:30-31).

Podemos dizer que não existem áreas de conhecimento estanques, sendo isso particularmente verdade em Análise e Produção de *Counter-Intelligence* (CI). A informação proveniente de áreas de conhecimento como a Sociologia fornece um contributo relevante para o desenvolvimento de cenários de Avaliação de Ameaça e do *Situation Awareness*.

A *Counter-Intelligence* preocupa-se primariamente com a identificação, contradição e

neutralização de ameaças TESSCO<sup>45</sup>, sendo o trabalho de “*identificação e avaliação do inimigo*” baseado na análise e avaliação dos seguintes fatores, entre outros: presença; capacidade; intenção; e, atividade (histórica e atual).

Considerando que o sucesso da Insurgência (INS) depende grandemente da forma como se relaciona com a população local (PLCL) e do apoio que recebe desta, é de importância vital que a CI conheça e compreenda a forma como INS e PLCL interagem: “*Regarding the interagency nature of current military operations, it would be useful if, besides the basic war-fighting training, officers were to receive training in skills corresponding to the new tasks expected in these operations. Building social and cultural competencies is vital. This includes building knowledge and skills on how to manage diverse multinational teams how to interact with civilian agencies; how to work with local population and local authorities in the host country, how to react in hostage situations; and how to interact with the media*” (Yanakiev, 2007:213).

No caso afegão esta percepção é dificultada por um modelo de organização baseado em ligações (por ordem de relevância): familiares; tribais; étnicas; económicas; regionais; e, nacionais.

Desta “*organização*” resulta uma fraca percepção de “*nacionalismo*”, assumindo as ligações familiares/tribais um papel de grande relevância nas relações entre indivíduos, papel nem sempre perceptível ou compreendido pelo “*olhar ocidentalizado*” da *intelligence*, apesar de reconhecidamente necessário: “*The development of cultural awareness should be an essential part of professional military education and pre-deployment training(...) As a consequence, the military will better fulfill their duties and the local population will be less likely to resist their presence. Last but not the least, it is essential, particularly for the stability and support operations, to ensure that military leaders have sufficient knowledge to understand adversary culture*” (Yanakiev, 2007:214).

Os insurgentes partilham, frequentemente, com as populações das áreas onde operam, uma “*identidade social*” que lhes permite desenvolver as suas atividades de forma continuada.

Considera-se que existem pelo menos três pré-requisitos que deverão estar presentes para que exista insurgência:

- Existência de População Vulnerável. A vulnerabilidade pode decorrer de causas políticas, militares, sociais e/ou económicas;
- Falta de Liderança. Os líderes locais não existem ou são ineficazes, marginalizados, afastados, ignorados, ameaçados, coagidos e/ou corruptos; e,
- Falta de Governação. O Governo central é incapaz de proporcionar segurança, desenvolvimento e estabilidade à população.

O sucesso da estratégia insurgente depende dos seguintes fatores:

---

<sup>45</sup> Terrorismo, Espionagem, Sabotagem, Subversão e Crime Organizado.

- Liderança. Os líderes INS substituem-se ao Governo e exploram e direcionam as queixas e vulnerabilidades da população em seu favor;
- Ideologia. Através do endoutrinação de populações vulneráveis, os INS oferecem-se para providenciar aquilo que o Governo não consegue;
- Objetivos:
  - Táticos (ações imediatas em apoio aos objetivos operacionais);
  - Operacionais (influenciar a população e desacreditar o Governo); e,
  - Estratégicos (conquistar o poder após a queda do Governo);
- Ambiente e Geografia. Os INS devem ser capazes de se adaptar a ambos de forma efetiva;
- Apoio Externo. Apoio logístico, político e ideológico prestado por estados, organizações (governamentais ou não), grupos ou indivíduos externos; e,
- Apoio Interno. Apoio (ativo ou passivo) prestado à INS dentro das fronteiras do país no qual opera.

Para garantir o Apoio Interno da população, a INS recorre a um (ou vários) dos seguintes métodos, de acordo com as suas capacidades e as vulnerabilidades da comunidade alvo:

- Governança. Os INS apresentam estruturas de “*governo sombra*” para providenciar respostas a problemas locais que o governo central não consegue solucionar;
- Satisfação de necessidades básicas. As carências de água, eletricidade, dinheiro, meios, equipamentos, trabalho ou outros são satisfeitas pelos INS enquanto receberem apoio local;
- Lealdade à causa. A INS explora frequentemente ligações familiares e tribais, bem como usos e costumes ancestrais, para garantir apoio; e,
- Segurança. Os insurgentes garantem segurança às populações cooperantes, sendo as restantes coagidas a prestar o seu apoio.

Ao caracterizar a essência de diversos grupos populacionais e o âmago dos seus problemas, o trabalho desenvolvido por equipas de sociólogos e outros cientistas sociais<sup>46</sup> junto das comunidades locais no Afeganistão, permite a identificação de um conjunto de fatores, entre outros:

- Onde vivem os grupos populacionais e como se relacionam com a área onde vivem;

---

<sup>46</sup> Em Human Terrain Teams (HTT).

- Quais são as estruturas (naturais ou outras) mais importantes e porquê;
- Quem são os líderes/responsáveis dessas comunidades;
- Quais são os diferentes grupos de pessoas presentes na área;
- Como se relacionam entre si;
- Quando ocorrem e quais são os eventos que influenciam esses grupos.

Existe por vezes a tendência para direcionar a análise de *intelligence* para a ação (efeito) insurgente, descurando a sua origem (causa). O Analista de CI inclui na sua avaliação a análise detalhada do máximo possível de fontes, cruzando e comparando a informação delas proveniente. A compreensão de fatores sociais e culturais desempenha aqui um papel tão importante como o conhecimento da disposição e situação tática no terreno.

Quando, para além de operações meramente ofensivas/defensivas, o trabalho de análise de CI se destina também a apoiar a estabilidade, devem ser consideradas não só as áreas onde existe atividade insurgente mas também aquelas onde os pré-requisitos para a sua existência estão presentes, por ser aqui que a insurgência frequentemente estabelece áreas de refúgio e recuo tático.

O trabalho das HTT`s dá ao Analista de CI a possibilidade de compreender melhor a influência da INS numa determinada região, bem como as razões para o seu sucesso ou insucesso. O conhecimento daí resultante permite desenvolver uma análise e avaliação de ameaça detalhada e adequada, auxiliando também na elaboração de previsão de modalidades de ação insurgente<sup>47</sup>.

A análise das diversas modalidades de ação permite dividi-las em três tipos básicos de ataque:

- Individual. Ataque dirigido, por um indivíduo ou grupo de indivíduos, através de uma vaga de assalto, contra um alvo geograficamente isolado, com um tipo simples de armamento ou engenho explosivo;
- Complexo. Ataque em várias vagas de assalto dirigido contra um único alvo. Na sua execução são utilizados diversos tipos de armamento e/ou engenhos explosivos; e,
- Coordenados. Ataques que ocorrem num determinado período de tempo, dirigidos contra diversos alvos geograficamente separados, e que estão de alguma forma relacionados entre si.

Enquanto os ataques individuais surgem frequentemente do aproveitamento de alvos de oportunidade, os ataques complexos e/ou coordenados requerem fases de planeamento e

---

<sup>47</sup> Mais provável e mais perigosa.

preparação prolongadas que dificilmente passam despercebidas à população local<sup>48</sup>, especialmente em áreas urbanas. Nestes casos, quando os Operadores de CI conhecem a organização da sociedade local e interagem corretamente com a população<sup>49</sup>, a identificação e neutralização de ameaças é grandemente facilitada. Se devidamente motivados<sup>50</sup>, os cidadãos locais tornam-se assim em fontes de informação discretas e acessíveis.

Refira-se ainda que, para facilitar o planeamento e preparação de ataques, os INS tentam infiltrar-se nas forças de segurança afegãs. O processo de infiltração é, no entanto, moroso e exigente e como tal a insurgência recorre frequentemente à cooptação de elementos que são já parte integrante das FA. Esta “*ameaça interna*” destina-se também a descredibilizar as forças de segurança (e o governo) junto da população e das forças internacionais, e representa atualmente um dos fatores de maior preocupação para a comunidade de *Intelligence* no Afeganistão.

No desenvolvimento da “*ameaça interna*”, a insurgência explora vulnerabilidades sociais, culturais e económicas existentes entre os membros das forças de segurança. Os elementos assim cooptados acabam frequentemente por executar ataques isolados contra forças amigas. A análise dos ataques em que o atacante foi capturado vivo permite identificar, como principal causa, diversas motivações pessoais<sup>51</sup> onde se incluem a profanação de símbolos religiosos e a demonstração pública de falta de respeito em encontros sociais ou profissionais.

O desrespeito pela hierarquia social bem como pelas regras, usos e costumes locais agem aqui como elemento potenciador da atividade de recrutamento de novos elementos para a causa insurgente. Uma vez mais, a sociologia presta aqui um contributo relevante pois ao facultar ao Analista de CI conhecimento sobre a organização do “*terreno humano*” permite-lhe mais facilmente identificar eventuais fatores de instabilidade e ameaça.

Apresenta-se seguidamente três exemplos onde detalhes de cariz social e cultural influenciaram a sequência de eventos.

### 7.2.1. *Incidente com aeronave*

Durante o verão de 2004, uma aeronave C-130 da ISAF efetuou o seu primeiro voo para um aeródromo na província de Badakhshan, tendo regressado a Cabul sem reportar quaisquer incidentes.

---

<sup>48</sup> Dos contactos mantidos com cidadãos locais, ao longo de 07 missões ocorridas entre 2004 e 2011, resulta a percepção de que uma larga percentagem da população tolera ou apoia a insurgência apenas por não se sentir suficientemente segura para contrariar os seus intentos.

<sup>49</sup> Identificando os seus líderes e os elementos mais influentes de cada comunidade.

<sup>50</sup> O reconhecimento de valor por serviços prestados, por exemplo, carrega um grande peso social no Afeganistão pois permite distinguir e valorizar um cidadão entre os seus pares.

<sup>51</sup> E não o apoio à causa insurgente, como frequentemente é reclamado pelos diversos grupos.

Na semana seguinte uma tripulação diferente voou novamente para o mesmo aeródromo. No regresso a Cabul, durante a descolagem, a aeronave foi alvejada, por um cidadão local, com fogo de arma ligeira.

Não existiam referências anteriores de incidentes desta natureza e a população local demonstrava uma "*recetividade passiva*" à presença de forças internacionais.

Durante a investigação efetuada pela equipa conjunta de *Intelligence* as tripulações reportaram:

- No primeiro voo a tripulação observou um pastor isolado com um rebanho de cabras próximo do aeródromo. Não foram vistos outros habitantes locais nas imediações;
- Após a descolagem, o piloto do C-130 decidiu efetuar uma passagem a baixa altitude sobre o rebanho para "*mostrar presença*". Este facto não foi reportado à chegada a Cabul;
- A segunda tripulação declarou que, durante a descolagem e imediatamente antes de terem sido alvejados, tinham observado um indivíduo a "*gesticular energicamente*" na direção do avião, com algo que parecia uma arma.

Após contatos com os militares que guarneciam o aeródromo foi possível apurar que:

- O pastor guardava um rebanho comunitário, representando parte substancial do sustento dos seus proprietários. Os animais assustaram-se com a passagem do avião e fugiram para os montes vizinhos, tendo sido recuperados pelo pastor ao fim de longas horas de trabalho exaustivo;
- O mesmo pastor já tinha observado voos anteriores para aquele aeródromo, sendo conhecedor dos seus horários. Após ter apresentado queixa aos militares da ISAF, sem que tenha recebido qualquer compensação pelo sucedido, munuiu-se de uma arma automática e aguardou, no mesmo local, pela chegada do próximo voo. Após ter alvejado a aeronave, abandonou o local;
- Nos voos seguintes não houve mais incidentes desta natureza.

Podemos concluir que:

- As tripulações envolvidas não tinham recebido suficiente informação antes do início da missão. A falta de conhecimento, por parte da tripulação, dos usos e costumes locais levou a que, ao assustar o rebanho, tivesse posto em risco o sustento e bem-estar de diversas famílias;
- Esta ofensa foi agravada pela falta de compensação, monetária ou outra, que o pastor esperava receber ao apresentar queixa aos militares responsáveis pelo aeródromo;



- À luz da *pashtunwali*<sup>52</sup>, quando existe uma ofensa sem uma imediata reparação dos danos (morais ou materiais) causados, o ofendido tem direito a vingar-se (e é esperado que o faça) de forma diretamente proporcional à ofensa sofrida.

Assim, para evitar perder a face junto dos seus pares, não restou ao pastor senão vingar-se do causador do seu infortúnio.

### 7.2.2. *Oferta causa situação constrangedora*

No verão de 2008, durante uma visita a um mercado local em Cabul, usualmente frequentado pelas forças ISAF, um militar foi abordado por uma criança que lhe pediu um chocolate. Após abandonar o local comunicou o sucedido a um elemento de *Intelligence* presente, tendo este aconselhado o militar a não aceder ao pedido ou, pelo menos, a fazê-lo de forma discreta.

Ainda assim, a emoção prevaleceu sobre a razão; o militar regressou ao mercado e ofereceu o chocolate à criança. Esta foi imediatamente esbofetada por um irmão mais velho, que lhe tirou o chocolate. De seguida um ancião que os acompanhava apoderou-se do chocolate e comeu-o, não sem antes ter admoestado as duas crianças.

Vários indivíduos rapidamente se acercaram do militar dirigindo-lhe pedidos insistentes para que também lhes oferecesse algo. Quando verificaram que tal não iria acontecer, verbalizaram o seu desagrado de forma ostensiva e ruidosa.

O militar abandonou o local após a intervenção apaziguadora de outros mercadores presentes.

Decorre do antecedente que:

- Apesar de ter recebido informação sobre usos e costumes locais o militar resolveu agir como faria no seu próprio país;
- Ao oferecer o chocolate diretamente à criança, sem se ter dirigido antes ao ancião que se encontrava presente, desrespeitou a hierarquia patriarcal que caracteriza a estrutura tradicional da família afegã;
- Ao efetuar a oferta abertamente em local público sem contemplar os restantes mercadores presentes, privilegiou um indivíduo e ignorou os restantes. O facto foi interpretado como uma desconsideração e provocou uma reação de desagrado;

---

<sup>52</sup> Código de conduta informal, de origem *pashtun*, largamente aceite pelas restantes etnias afegãs como referência na resolução de disputas e conflitos.

- A intervenção de indivíduos hierarquicamente respeitados pelos restantes contribuiu para a resolução rápida e pacífica do incidente;
- O reconhecimento prévio desta hierarquia social funciona como facilitador da interação entre militares estrangeiros e a população local.

### 7.2.3. *Apoio à população provoca reação adversa*<sup>53</sup>

Durante o Outono de 2010, um grupo de militares americanos instalou-se junto a uma aldeia remota, numa zona da província de Ghazni onde existia alguma atividade insurgente, com o intuito de proteger a aldeia, limitar a liberdade de movimentos da insurgência e estabilizar a área. A população local mostrou-se inicialmente recetiva e agradada com a presença dos militares.

Entre outras carências verificadas, existia apenas um caminho de acesso e, próximo da aldeia, uma ponte destruída obrigava a atravessar o leito do rio (quase seco no Verão) ou a um desvio considerável (durante o Inverno). Entre a ponte e a aldeia, existia um poço seco e uma área de pasto abandonada.

O comandante da força dispunha de verbas, oriundas do programa CERP<sup>54</sup>, para gastar em ações e obras de melhoria das condições e infraestruturas da aldeia. Tomou a decisão de reconstruir a ponte e recuperar o poço, apresentando a obra feita aos habitantes como um contributo para o desenvolvimento e estabilização da área.

A atitude dos locais face aos militares americanos foi mudando com o passar do tempo. As manifestações de desagrado tornaram-se mais frequentes e, ao aproximar-se a data de retração da força, essa atitude chegou a ser quase hostil.

Após a retirada dos militares, a atividade insurgente na área sofreu um acréscimo significativo e atingiu níveis superiores aos que se verificavam antes da presença do contingente militar.

Verificamos que da ação do Comando resultou que:

---

<sup>53</sup> Esta informação foi obtida, no Verão de 2011, em conversa informal com uma socióloga americana que à data integrava *Human Terrain Teams* na província de Ghazni.

<sup>54</sup> *Commanders Emergency Response Program*. De acordo com a socióloga contactada, em 2011, o programa CERP, no Afeganistão, tinha atribuído uma verba mensal que rondava os 100 milhões USD. Esta quantia era na altura distribuída pelos comandantes militares para gastos com instalação e/ou melhoria de infra-estruturas locais. De acordo com a mesma fonte, não existia controlo sobre a forma como o dinheiro era gasto nem informação sobre os efeitos de estabilização das áreas onde era empregue.

- As melhorias efetuadas pelo comandante da força resultaram de uma decisão unilateral. Não foram consultadas as HTTs que operavam na região nem os líderes locais foram envolvidos no processo;
- A aldeia ficava situada numa área de trânsito utilizada pelos insurgentes, que frequentemente a assolavam para obterem água e víveres;
- A ponte tinha sido destruída e o poço abandonado por ordem do chefe da aldeia como forma de impedir o acesso e tornar a aldeia menos atrativa para os insurgentes. O chefe tinha ainda decidido construir outro poço num local menos acessível;
- Os aldeões tornaram-se gradualmente hostis por não terem sido consultados na tomada de decisão sobre as melhorias a realizar na aldeia e por perceberem que após a retirada da força militar iriam ficar novamente expostos à ação insurgente;
- Após a retirada dos militares, os insurgentes regressaram à aldeia e castigaram os seus habitantes por terem permitido a presença de estrangeiros e colaborado com os “invasores”;
- As decisões tomadas pelo comandante, sem conhecimento prévio ou respeito pelo “terreno humano” da área, resultaram num agravamento significativo da instabilidade na área.

De forma abrangente, podemos afirmar que as IM estão organizadas para servir a organização militar. Devem providenciar para que os responsáveis militares compreendam os aspetos militares do cenário de conflito, em ordem a maximizar a utilidade da força militar como força destrutiva que determina a derrota do adversário no mais curto período e com o mínimo de baixas próprias, e se possível, do outro contendor. As IM focalizam-se e desenvolvem a atividade para o alcance deste desiderato. Por outro lado, o conhecimento e aptidões associadas às informações de índole cultural baseiam-se no conhecimento específico das culturas em análise, contribuindo para o reconhecimento de outras culturas.

A cooperação com civis, não é uma missão fácil para os militares profissionais. Ambos, militares e civis têm de ser treinados para adquirirem os necessários recursos para cooperarem. Unidade de comando e cadeia de comando são os modos elementares de organização para os militares profissionais, enquanto as organizações civis são bastante mais flexíveis e a unidade de comando é um conceito quase alienígena. Os civis falam e pensam em termos de gestão e não em termos de comando. A diferença na cultura organizacional entre as unidades militares e as organizações civis pode constituir um grande obstáculo a uma cooperação de sucesso. No entanto, porque as Operações de Paz e Humanitárias obrigam a uma missão integrada de forças, compostas por unidades militares e organizações civis, ambas têm de definir os meios para uma cooperação eficaz e devotar os seus esforços para colmatar as eventuais lacunas relacionais. Se a respetiva cooperação estiver empobrecida, ambos, a comunidade internacional e as populações locais estão condenados a sofrer um fracasso doloroso.



## **8. AS INFORMAÇÕES MILITARES: DE ABRIL DE 1974 ATÉ À CRIAÇÃO DO SIRP**

---

As informações constituíram, desde sempre, uma das atividades essenciais no cumprimento das missões inerentes às FA que, como tal, contaram organicamente com uma estrutura (usualmente denominada por Serviço de Informações Militares), responsável pelo emprego coordenado dos meios de pesquisa, análise e difusão de notícias e informações.

As FA, pela natureza específica da sua missão, que é garantir a Defesa do país, desenvolvem um conjunto de atividades que têm por finalidade o conhecimento do inimigo provável ou atual e da área de operações, obtido através da pesquisa, estudo e interpretação de notícias, abrangendo a informação tática, operacional e estratégica e a contrainformação, pelo que sempre as informações constituíram uma das componentes fundamentais da Instituição militar, a quem cabe garantir a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade territorial. Por outro lado, *“A qualidade da ação política de um país depende em larga medida do rigor dos conhecimentos em que ela se baseia e uma parte muito significativa desse conhecimento é obtida através de informações de que o país disponha”* (Cardoso, 2004:150).

Em Portugal, *“Quando eclodiu a Revolução do 25 de Abril de 1974, que extinguiu o regime político do Estado Novo, apenas os militares dispunham de um serviço de informações integrado na estrutura orgânica do Estado-Maior-General das FA”* (Monteiro, 2011:37).

Foi, pois, nesta circunstância, que o Serviço de Informações Militares (SIM), cujo órgão externamente mais conhecido foi a Divisão de Informações (DINFO) do Estado-Maior-General das FA (EMGFA), assumiu, a partir de 1974, a produção de grande parte das informações internas e externas que estavam acometidas à extinta Direção-Geral de Segurança (DGS).<sup>55</sup> Parece-nos que as mudanças operadas institucionalmente em Abril de 1974 e na sua decorrência refletem a afirmação de que, *“As instituições decorrem estreitamente das mentalidades, repousam sobre estas. Quando a sua conformidade deixa de ser completa, as instituições são contestadas e perdem a sua força, uma vez que os homens só respeitam verdadeiramente as leis nas quais crêem. Pode-se forçá-los à obediência, mas não à adesão íntima. Então, começam as resistências abertas ou latentes”* (Bouthoul, 1976:31). Constatámos o que Castells define como movimentos sociais: ações coletivas com um determinado fim, cujo resultado (tanto em caso de sucesso como de fracasso) transforma os valores e as instituições da sociedade (Castells, 2007b).

---

<sup>55</sup> Decreto-Lei nº171/74, de 25 de Abril: artigo 1.º - 1. É extinta a Direcção-Geral de Segurança, criada pelo Decreto-Lei nº49 401, de 24 de Novembro de 1969.

Após a revolução de Abril de 1974 foram extintas a DGS e a Legião Portuguesa, sendo criados os serviços da 2ª Divisão do Estado-Maior-General das FA, constituído a partir de Agosto de 1974 como um Estado-Maior Coordenador<sup>56</sup> em substituição do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN). À 2ª Divisão do EMGFA foi, provisoriamente, atribuída a responsabilidade de produzir informações internas e externas, incluindo as de contrainformação.<sup>57</sup>

Deveria centralizar e coordenar as informações, desenvolver medidas e ações de contrainformação com vista a constituir o necessário suporte ao período de transição para a democracia e a garantir a credibilidade externa no relacionamento com a comunidade internacional, designadamente a NATO.

O ambiente de indisciplina, desconfiança e anarquia que resultava da instabilidade política que então se vivia, levaram à tentativa, sem êxito, de criação, "*(...) ainda nesse ano, em Novembro (1974), (...) de um Departamento Nacional de Informações (DNI), vocacionado para centralizar e coordenar as informações estratégicas*" (SIRP, 2012).

Após os acontecimentos do 11 de Março de 1975, o Conselho da Revolução extinguiu a 2ª Divisão do EMGFA, tendo criado, na sua dependência, em Maio desse ano, o Serviço Diretor e Coordenador de Informação (SDCI), com estrutura e métodos de atuação semelhantes ao modelo dos serviços de informações soviéticos (KGB) em que se baseava, ou seja, "*Este serviço criado por Decreto-Lei tentava em certa medida seguir o exemplo da estrutura e atuação do KGB voltando ao conceito do inimigo interno (o reacionário ou mesmo o contra revolucionário) e como tal ao da segurança interna*" (Duarte, 2011: 51).

A visão expressa é uma realidade partilhada: "*O Serviço, servia a esquerda, nomeadamente o Partido Comunista, tentando inclusive controlar os partidos de direita para que não pudessem exercer o seu papel num clima de democracia*" (Ent.1).

"*Antes de 1974 havia o Secretariado-Geral da Defesa Nacional, com uma Repartição de Informações. Depois, criou-se o EMGFA, com uma Divisão de Informações, mas que foi para a Ajuda. Mas, o processo (...) a dinâmica da revolução, de algumas pessoas fez praticamente (...) reduziu aquilo, ficou só com a ligação aos adidos militares e criou o SDCI, que foi para a Rua*

---

<sup>56</sup> O Estado-Maior Coordenador é um órgão do Estado-Maior-General das FA, chefiado por um Vice-Chefe ou um adjunto do CEMGFA e organiza-se em divisões. A orgânica e as atribuições são fixadas por portaria do CEMGFA.

<sup>57</sup> A seguir ao 25 de Abril de 1974 foi criado o Comando Operacional do Continente (COPCON), na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das FA, tendo-lhe sido atribuído o comando operacional de todas as forças militares e militarizadas quando ocorressem situações internas de ameaça à paz e à ordem pública. Este Comando passou a ter no seu Estado-Maior uma 2ª Repartição que deveria funcionar em estreita colaboração com as 2ª Repartições dos Estados-Maiores dos Ramos e com a 2ª Divisão do EMGFA. Em Agosto de 1974 foi publicado o Decreto-Lei nº400/74 que integrou o Secretariado-Geral da Defesa Nacional no EMGFA e atribuiu ao CEMGFA a orientação e coordenação das actividades de informações das FA, passando a dispor de uma 2ª Divisão no EMGFA, herdeira da 2ª Repartição do SGDN e que através de sucessivas alterações na organização da estrutura superior das FA, deu origem à Divisão de Informações Militares (Decreto-Lei nº48/93 de 26 de Fevereiro).

*Castilho, no edifício Grão-Pará. Aquilo era dirigido por uma troika, recrutava por ideias políticas, com uma atividade não muito consentânea com uma prática que deve ter um serviço de informações. Ia além disso, ia além do que deve ser um serviço de informações. O serviço fazia mais do que competia ao serviço de informações. Aliás, ali foi praticamente o QG do 25 de Novembro. No dia 26 estava tudo destruído, papéis ...” (Ent.4).*

Face à evolução do processo revolucionário, este serviço durou apenas 6 meses<sup>58</sup>, tendo deixado uma imagem muito negativa devido à conotação política e às práticas arbitrárias de detenção e interrogatório que se verificaram, isto é, *“A imagem deixada pelo SDCI, (...) era má. Além de ser um serviço de informações, transformou-se num fórum de reuniões de tomada de decisões político-militares”* (Pinto,2001: 309).

A 2ª Divisão do EMGFA é reativada em 1976, altura em que surge uma tentativa de criação de um Serviço de Informações da República (SIR) que aglutinaria todas as matérias de informações internas e externas, de âmbito militar e civil: *“No 25 de Novembro, foi o Coronel Marques Pinto, para fazer a extinção do SDCI e ao mesmo tempo reativar a 2ª Divisão do Estado-Maior, que não acabou. O problema, primeiro, foi tirar a carga negativa que havia naquele edifício e arranjar pessoal para o EMGFA. Só a pesquisa coberta ficou lá”* (Ent.5).

*“A partir daí, passou-se a contactar as pessoas e a opção foi regressar à Divisão de Informações Militares. O CEMGFA era o General Ramalho Eanes. Instalámo-nos lá no edifício no antigo Ministério do Ultramar.*

*Os serviços militares, praticamente, não existiam. Nós começámos a ter ligação com os adidos militares. Falámos com o adido militar inglês, britânico, e dissemos que tinha que nos ajudar, porque não tínhamos nada, mas ele, não acreditou. Dizia que tínhamos que ter boas informações, porque a situação esteve a virar comunista e estes tinham sido derrotados, portanto, entendia que tínhamos boas informações.*

*Posteriormente, as informações ocuparam toda a área de informações que era necessária para um país. Para além da área militar e da área de segurança. Para tornar o serviço mais funcional, mais capacitado, foi aprovada uma coisa que nunca foi posta em prática. Os chefes militares, em vez de terem a sua repartiçõzinha, contribuíam para o bolo comum. Era um serviço com um Diretor e três Diretores-adjuntos, um de cada Ramo e todos davam para este painel grande, em vez de terem a sua panelinha. Isto, foi aprovado pelo PR, pelo CEMGFA e pelos CEM, mas não vingou. Nunca se executou uma coisa que foi decidida.*

*Entretanto, pensou-se que a situação existente não podia prolongar-se e estudou-se alguns serviços de outros países”* (Ent.4).

Não obstante o grande impulso que este projeto recebeu do Presidente da República e da variedade de versões que o enformaram, todas assentes num serviço de informações *“civil”*

---

<sup>58</sup> O SDCI foi desactivado em 26 de Novembro de 1975 e extinto pelo Decreto-Lei nº385/76 de 21 de Maio.

coexistindo com a 2ª Divisão do EMGFA, que entretanto (1977) passara a designar-se por Divisão de Informações (DINFO), nenhuma delas foi aprovada, dado que, *“Não havia condições favoráveis à criação dos serviços de informações civis, situação paradoxal, uma vez que desde Fevereiro de 1975 a Abril de 1977 vinham ocorrendo ações violentas (mais de uma centena) perpetradas, na sua quase totalidade, pela chamada rede bombista do norte, conotada com a extrema-direita”* (Monteiro, 2011:38).

A esta onda de violência, seguiu-se outra, relacionada com as *“Forças Populares 25 de Abril, que tendo iniciado a sua atividade em 20 de Abril de 1980, com o rebentamento de 102 petardos um pouco por todo o país e a difusão simultânea de um comunicado...”* (Monteiro, 2011:38), promoveu uma elevada atividade terrorista com centenas de ações violentas durante vários anos.<sup>59</sup>

Apesar do reconhecimento generalizado da necessidade da sua implementação, havia fortes divergências quanto à dependência do serviço a criar e à coordenação das atividades dos vários organismos a ele ligados. Estes aspetos, aliados à instabilidade política ainda existente na época e à falta de vontade política para criar o SIRP, por receio e complexos em relação ao anterior sistema policial, explicam parcialmente a não aprovação deste projeto.

O desenvolvimento seguinte teve lugar em 1982, com a aprovação da Lei de Defesa Nacional e das FA (Lei nº29/82 de 11 de Dezembro) que definiu o âmbito, as competências e as entidades responsáveis pela coordenação e fiscalização dos serviços de informações militares, constituindo, dessa forma, a base legal para a criação de um quadro legal para as informações, colmatando o vazio que a falta de entendimento entre as forças políticas e a falta de vontade política em legislar nesta área, originavam: *“A Lei de Defesa Nacional e das FA (LDNFA) surgiu com a preocupação primeira de enquadrar as FA na estrutura do Estado, clarificando a sua subordinação ao poder político e a sua completa integração no Ministério da Defesa Nacional, colocando os chefes de Estado-Maior na dependência ministerial”*. (Neves, 2007)

A criação do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) só viria a ganhar novo fôlego em 1983, após uma série de atentados terroristas ocorridos em Portugal, com relevo para o assassinato de um dirigente da OLP em Montechoro e o assalto à embaixada da Turquia em Lisboa por um comando arménio.

Em 1984, a Assembleia da República aprova, finalmente, a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa.

---

<sup>59</sup> Sobre esta temática utilizámos o texto de MANUEL, Paulo Rebelo (2011), *Vítimas de Terrorismo em Portugal (1974-1987)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – ISCSP (policopiado).



## 8.1. O Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP)

O SIRP foi criado pela Lei nº30/84 de 5 de Setembro (Lei-Quadro do SIRP)<sup>60</sup>, e alterado por diversas vezes,<sup>61</sup> num processo de permuta e conflito, de cooperação entre interesses conflituais a nível organizacional, "(...)(o) que é agora perspetivado como um conjunto no qual se opõem e se confrontam toda uma multiplicidade de racionalidades, cuja convergência não tem nada de espontâneo, mas é o resultado da construção de uma ordem. Em última análise, (...) nesta perspetiva não é mais do que uma arena política ou um mercado no qual se trocam comportamentos e se prosseguem estratégias de poder específicas e cujas características (fins, estruturas, regras de jogo, «cultura») são, por sua vez, o mero produto dessas permutas e desses confrontos" (Friedberg, 1995:351).

A organização inicial do Sistema de Informações previa, além de outros aspetos, três serviços autónomos: o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED); o Serviço de Informações Militares (SIM); e, o Serviço de Informações de Segurança (SIS).

Os serviços de informações foram incumbidos de assegurar, no respeito da Constituição e da Lei, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia da segurança interna.

Em 1985 foi publicada a legislação complementar (Decreto-Lei nº223/85 de 4 de Julho) que regulamentava a matéria comum aos três serviços. Figuras genéricas como o segredo de Estado, o dever de sigilo e o regime de fiscalização dos centros de dados dos serviços foram também incluídos neste diploma. Foram, igualmente, e na mesma altura, publicados os decretos regulamentares relativos à organização, funcionamento, quadros de pessoal e respetivos estatutos.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> A Lei nº30/84 de 25 de Setembro (Lei Orgânica do Sistema de Informações da República Portuguesa – SIRP) criou três serviços de informações: o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED); o Serviço de Informações de Segurança (SIS); e, o Serviço de Informações Militares (SIM) agora institucionalizado e fazendo parte do SIRP, presumivelmente como reconhecimento da sua importância no cumprimento da missão das FA e do respetivo papel desempenhado por estas na Defesa Nacional.

A estrutura do SIRP foi alterada pela Lei nº 4/95 de 21 de Fevereiro, com a finalidade de, entre outras, "garantir a unidade de pensamento e doutrina na produção de informações estratégicas de defesa e de informações estratégicas militares", sendo criado o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), produto da fusão das atribuições definidas em 1984 ao SIED e ao SIM.

A DINFO/EMGFA foi extinta (Decreto-Lei nº158/98 de 24 de Junho), sendo entretanto criada a Divisão de Informações Militares – DIMIL (Decreto-Lei nº48/93 de 23 de Fevereiro), integrada no Centro de Operações das FA (COFAR) do EMGFA, com competências limitadas ao âmbito da informação operacional e da segurança militar.

<sup>61</sup> Alterações pelas Leis nº4/95 de 21 de Fevereiro; nº15/96 de 30 de Abril; nº75-A/97 de 22 de Julho, Lei Orgânica nº4/2004 de 6 de Novembro; e, recentemente, pela Lei nº9/2007 de 19 de Fevereiro.

<sup>62</sup> SIED (Decreto-Lei nº224/85 de 4 de Julho); SIS (Decreto-Lei nº225/85 de 4 de Julho); SIM (Decreto-Lei nº226/85 de 4 de Julho).

As atribuições cometidas aos serviços de informações naqueles diplomas eram as seguintes:

- O SIED foi incumbido da produção de informações necessárias para garantir a independência nacional e a segurança externa do estado Português;
- O SIS seria o único organismo incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de atos que, pela sua natureza pudessem alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido: *"Com a criação do SIS foram retiradas à DINFO alguns campos de atuação que em nada a diminuiu. Como SI militares a contra espionagem militar nunca deixou de estar sob a sua alçada. Com a supressão da pesquisa coberta a DINFO parece ter vindo a transformar-se num gabinete de análise com base na imprensa diária e deixou para o SIS a possibilidade de atuarem no seu "quintal" o que dificilmente conseguiram por razões óbvias"* (Ent.3);
- Ao SIM, englobando elementos dispostos ao longo de toda a estrutura das FA, incumbia a aquisição, análise e a difusão das notícias e informações, no âmbito de informações e contrainformação.

O SIM, que desde 1974 assumira a produção das informações internas e externas que cabiam à extinta DGS, deveria transferir parte destas atribuições para os novos serviços criados no âmbito do SIRP, como aconteceu a partir de 1987, com as informações de segurança interna, altura em que o SIS entrou em funcionamento: *"Quando foi criado o SIS, foram buscar a primeira fatia à DINFO. O SIS foi levantado pelo Dr. Ladeiro Monteiro, uma pessoa com experiência em Angola. Levou pouca gente lá das informações.*

*As nossas informações ficaram com a parte militar e a parte estratégica. Passou a haver colaboração da nossa parte com o SIS. Sempre que aparecia informação com interesse para eles, nós enviávamos. A inversa, não sei se era assim. Nós, aqui internamente, também trabalhávamos na parte da contraespionagem militar e eles na segurança. Às vezes havia uns desencontros mas que eram sempre resolvidos. Parece que alguém militar teve um bocado de culpa nisso (criação de um serviço que deixa para trás a DINFO). Alguém inventou o SIEDM. Alguém, com alguma intenção, no futuro, porque a área política tinha muita apetência pelas coisas militares. A área militar não é bem quista. E então, tirar lugares a civis, na área política, isso então, nem pensar. Só falta escrever, na Constituição, que um militar não pode ser PR. Não é um cidadão como os outros. Portanto, conjugou-se aqui duas coisas. Alguém, na DINFO, pensou que podia catapultar-se. Na área política a intenção era afastar a preponderância militar nas informações. De forma, que se conjugaram estas duas situações"* (Ent.4).

*"(Não é errado pensar-se que a génese do SIEDM acontece na própria instituição militar. E essa ideia é aproveitada pelo poder político para tirar poder e influência às FA)*

*Sim, retira-se influência às FA e civiliza-se a situação.*

*Em 1984 saiu a primeira Lei do SIRP e, dos três serviços previstos (o SIS, o SIED e o SIM), aquele que é criado é o SIS, que fica com a principal responsabilidade pela atividade de contraespionagem. Mas o SIS só arranca, salvo erro, em 1987, e a DINFO ainda continuou durante algum tempo a desenvolver essa atividade, ou parte dela, praticamente até à sua extinção, em 1997' (Ent.2).*

Institucionalizado como um serviço de informações das FA, o SIM, continuaria, por determinação do Governo, a produzir as informações estratégicas necessárias ao Estado, enquanto não fosse criado o SIED: *"Retomando o fio à meada, eu diria até que a DINFO, na parte estratégica, desempenhou tão competentemente a sua missão que, quando foi publicada a Lei-Quadro do SIRP, em 1984, o então Primeiro-Ministro (hoje Presidente da República), Prof. Cavaco Silva, decidiu criar apenas o SIS e determinou que a parte estratégica continuaria a ser assegurada pela DINFO. Portanto, ele tinha dúvidas sobre se seriam realmente necessários três serviços e só criou o SIS, continuando a informação externa a ser assegurada pela DINFO – prova evidente de que a resposta era, no mínimo, satisfatória. Os processos de paz em Moçambique e em Angola têm lugar já nessa fase, depois de criado (no papel) o SIED, mas em que continuava a ser a DINFO a cumprir a missão do serviço de informações externas" (Ent.2).*

A Lei 4/95 de 21 de Fevereiro, alterando a Lei-Orgânica do SIRP, extinguiu o SIM e criou o SIEDM. Este processo contou com a colaboração dos militares: *"Entretanto, começou-se a ver que três serviços era uma organização de país rico. Portanto, alguém pensou que se havia de alterar o quadro e então seria juntar a vertente militar com a estratégica e surgiu a ideia do SIEDM. A participação militar, acho que foi estudada na Divisão de Informações e a proposta acho que saiu de lá" (Ent.4).*

*"Um General, estava convencido que sendo um militar a fazer o SIEDM, ia para lá" (Ent.5).*

As repercussões da criação do SIEDM, na DINFO, foram geradoras de expectativas nos seus membros: *"Talvez se pensasse que um SIEDM, uma organização militar e civil, fosse uma organização perfeita, com uma dimensão e um objetivo que se adequava precisamente a um General de três estrelas na reserva. Isto foi, talvez, pensado assim e os chefes das repartições, talvez pensassem que seriam os futuros Diretores-gerais. Havia, parece, a psicose de que estaria ali a base do futuro SIEDM.*

*Por trás disto (expectativa da transferência para o SIEDM), há o problema do dinheiro. O SIS, foi criado e as pessoas que lá trabalhavam (considera-se que serviço de informações envolve alguns riscos), recebiam um subsídio por desempenho de função. De modo, que isto levantou alguma celeuma dentro da Divisão de Informações. O pessoal civil perguntava como é que era e para evitar a debandada para o SIS, o Governo aprovou o subsídio para a Divisão de Informações, mas para os civis. O pessoal militar, não foi abrangido, porque se considerou que o subsídio da condição militar bastava. Passou a haver a psicose, o nervoso do pessoal ir para o SIEDM. Perguntava-se quando é que se levantava a SIEDM. Entretanto, muda o governo. Passa ao governo Guterres. A DIMIL passava a ter vinte e tal pessoas" (Ent.4).*

*“O processo de formação do SIEDM começou por fazer acreditar na transferência dos funcionários civis e militares para os quadros do novo serviço já que os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos na DINFO seriam com certeza úteis, pelo menos nos primeiros tempos. Aquilo que parecia ser uma certeza transformou-se numa desilusão. Salvo algumas exceções a experiência adquirida foi relegada para um plano secundário. Mas, curiosamente alguns dos não aproveitados por serem “tijolos velhos” numa construção que se queria nova, foram chamados para ajudar a formar os novos funcionários, curiosamente recrutados do mesmo modo como foram recrutados os primeiros funcionários civis e militares da DINFO em 1976, isto é, por conhecimento direto” (Ent.3).*

*“Portanto, e resumindo, no início esperava-se que o SIEDM contasse, no seu arranque, com o núcleo diretivo da DINFO. Isso não aconteceu – o que em meu modesto entender foi um erro, dada a situação de rutura criada e o know-how desperdiçado, que teria sido valiosíssimo na fase de estruturação do novo Serviço; e logo aí houve expectativas frustradas, geradoras de animosidades no relacionamento mútuo DINFO-SIEDM, que perduraram por muito tempo. Depois, e resultando em parte da opção tomada, foram cometidos outros erros que, todos juntos, fizeram com que as coisas não tivessem corrido muito bem, como depressa se viria a confirmar com o caso da “lista dos espíões” e outros que se lhe sucederam” (Ent.2).*

O novo sistema de informações considerava apenas a existência de dois serviços: o SIS, já a funcionar desde 1987 e o SIEDM, agora criado pelo Decreto-Lei nº254/95 de 30 de Setembro e resultante da fusão do SIM e do SIED, o qual foi incumbido da produção de informações que contribuíssem para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais, da segurança externa do Estado Português, para o cumprimento de missões das FA e para a segurança militar: *“Quando foi criado o SIRP (com a Lei 30/84, de 05Set), o homem que liderou todo o processo foi um militar: o General Pedro Cardoso. Mas certamente que ele, o General Pedro Cardoso, não trabalhou sozinho, teve a apoiá-lo uma equipa constituída por civis e militares. Julgo, por exemplo, que o General Chito Rodrigues, Chefe da DINFO na altura, terá feito parte dessa equipa; e creio que o Dr. Ramiro Ladeiro Monteiro, que tinha chefiado o Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola e viria a ser o primeiro Diretor-Geral do SIS, terá sido outro dos colaboradores.*

*Quando é feita a primeira revisão da Lei-Quadro do SIRP, em 1995 (com a Lei 4/95, de 21Fev), o Chefe da DINFO era o Major-General (então chamava-se ainda Brigadeiro) Sérgio Dias Branco. Recordo que a revisão fundia o SIED e o SIM – que nunca tinham passado do papel (...) – num único serviço denominado SIEDM. Na prática, passava tudo para esse novo serviço, ficando o órgão de informações militares, a DIMIL, reduzido a mero instrumento de apoio à condução das operações, recebendo informação do SIEDM e cingindo a sua ação ao plano tático.*

*A prática rapidamente demonstrou a inadequação desse modelo às necessidades efetivas do EMGFA, dando inteira razão ao General Chito Rodrigues, que desde a primeira hora se assumiu como crítico frontal da subalternização das informações militares imposta pela nova lei” (Ent.2).*

Na mesma linha de raciocínio, *“Permitam-me afirmar que a partir da Lei 4/95 somos uma grande confusão. Não pela Lei em si, mas pelo que dela resultou. A Lei criou um serviço que designou de Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares e colocou-o na dependência do Primeiro-Ministro, podendo delegar no Ministro da Defesa. (...) Mas uma simples análise da designação conduz à conclusão que dificilmente um serviço que produz informações estratégicas de defesa dependente do Ministério da Defesa pode produzir as informações estratégicas militares necessárias aos comandantes militares. E a prática diz que não produziu nem produz esse tipo de informações”*, (Rodrigues, 2004) ou seja, *“Não vejo grandes razões para a sua criação (SIEDM). Havia um SI que funcionava perfeitamente apenas necessitando talvez de uma reestruturação e não de uma substituição completa”* (Ent.3).

A tutela dos serviços continuava a ser do Primeiro-Ministro através do Ministro da Administração Interna para o SIS e do Ministro da Defesa Nacional no que se refere ao SIEDM. Este serviço, não colheu, durante o período em que existiu, os objetivos a que se propunha, levando à sua extinção. Os entendimentos críticos ao processo que culminou na sua extinção, não deixam dúvidas: *“O SIEDM acabou e bem”* (Ent.5).

*“O SIEDM passa a ter por missão coligir informações para o CEMGFA. Contrariamente àquilo que, se calhar, alguém algum dia pensou (um TGEN, na reserva), foram buscar um embaixador. O embaixador, entendeu que não era herdeiro da DINFO e quis toda a gente nova, do corpo diplomático, da universidade e tomou a liberdade de ir lá buscar (à DINFO), quem lhe apeteceu. Houve alguma gente que se ofereceu. Não houve oposição, da parte da chefia da DINFO, a quem quis sair. Todo o resto foi gente nova. Mas, queriam mais. Queriam o fundo que lá estava. Queriam parte substancial do arquivo e aí houve oposição da chefia da DINFO. Havia razões várias que assistiam esta decisão da DINFO, apoiada pelo CEMGFA Fuzeta da Ponte”* (Ent.4).

*“Mais tarde, já sem pesquisa coberta interna, por ser competência do SIS e por jogos políticos e de incompetência o SIEDM parece ter entrado em descrédito a nível nacional e internacional”* (Ent.3).

*“Aliás, quanto a mim, este é um dos erros que se verifica, ainda hoje: o de aquele serviço pretender cobrir o mundo todo, como se Portugal fosse uma superpotência com interesses ao nível global. Os países, e sobretudo os países pequenos como nós, têm que definir as suas prioridades de informações e centrar atenções sobre elas. Fora disso, quando precisarem de informação relativa a áreas que não acompanham de perto, recorrem aos países amigos ou aliados, utilizando como moeda de troca a mais-valia da informação que detêm sobre as áreas que dominam. Mas é óbvio que, enquanto continuar este Carnaval que se verifica atualmente com as denominadas “secretas”, a confiança não existe e ninguém nos dará nada.*

*A atividade coberta era importante nas atividades de contraespionagem, de contra terrorismo e na própria proteção de segurança a operações de pesquisa do serviço (...) E aí fez-se um bom trabalho. Essa parte, que na DINFO era essencialmente desenvolvida pela Secção de Vigilância da Repartição E, transitou para o SIEDM (na altura era assim que se chamava) e, nos*

*primeiros tempos, ainda foi feito algum trabalho, embora me pareça que sem grande critério e movido por uma certa ânsia de mostrar serviço (...) Até que surgiu aquele caso da "lista dos espões", no tempo do ministro Veiga Simão, que levou ao desmantelamento daquilo tudo; e hoje desconheço se o SIED tem alguma capacidade própria nesse domínio. Que eu saiba, não tem e, se tiver, julgo que será bastante limitada.*

*Quando começámos a ter forças destacadas no exterior (na Bósnia, a partir de 1996, salvo erro), logo ficaram patentes as lacunas e debilidades da nova organização; e mesmo em 1998, quando eclodiu a guerra civil na Guiné-Bissau – estava o SIEDM na fase de arranque e ávido de mostrar serviço (...) –, a natureza, o tempo e a qualidade da resposta obtida deixaram muito a desejar; e seria a DIMIL, com o apoio precioso do Adido de Defesa e do pessoal da CTM em Bissau, a "salvar a honra do convento". De resto, com o passar do tempo, os próprios Diretores-Gerais do SIEDM viriam a reconhecer que não estava ao alcance daquele Serviço satisfazer as necessidades específicas de informações das FA – o que levaria a nova alteração estrutural no SIRP: com a Lei Orgânica n.º 4/2004, de 06Nov, o SIEDM voltava a denominar-se SIED e a responsabilidade pelas informações militares era devolvida às FA, levando ao surgimento do CISMIL.*

*No início de Setembro (1997), o edifício da Repartição E é entregue ao SIEDM, e aí é cometido outro erro: na pressa de começarem a mostrar serviço, e como o edifício da Rua Braamcamp estava ainda em obras, eles puseram a trabalhar, na vivenda da Gago Coutinho, o pessoal do Departamento de África juntamente com a Vigilância que transitara da DINFO, expondo assim esta valência sensível que deveria ser preservada, e dando azo a que surgissem desde logo, sobretudo n'Ó Independente, escritos sensacionalistas que afetavam a credibilidade do recém-nascido SIEDM' (Ent.2).*

*"Os serviços de informações têm que estar organizados consoante as possibilidades do país. Num país rico, os serviços têm uma sala para a lavagem de dinheiro; para os crimes disto e daquilo; para uma parte da Europa. O volume da informação e o interesse é que comandam a organização. Os serviços de informações estratégicas, é para as áreas geográficas. Os serviços de informações militares é para os assuntos militares.*

*Razões para o fim do SIEDM: Fácil: questões de poder. O SIEDM começou mal. Aquele SIEDM era uma coisa absurda. Havia lá gente sem experiência nenhuma. Depois, ia para lá gente (...)" (Ent.5).*

O Serviço de Informações Militares que durante mais de 20 anos, produzira as informações estratégicas necessárias à defesa do Estado, foi extinto e o seu órgão externamente mais conhecido, a Divisão de Informações (DINFO) do EMGFA, foi igualmente extinta pelo Decreto-Lei nº158/98 de 24 de Junho. No entanto, a extinção não apagou a história da vida dos SIM, e é de realçar, que a "(...) capacidade (dos militares) permitiu ainda, que garantissem com exclusividade a recolha de informações internas e externas até à criação do SIRP, num período em que o país se debateu com ações de terrorismo doméstico. A atividade dos operacionais da Divisão de

*informações militares foi fundamental no combate às forças que protagonizaram essas ações de terrorismo," (Prata, s/d). Dito de outra forma, "Os serviços militares é como os cozinheiros. Fazem sempre falta. Os SIM, existem porque são especiais. Nas FA, toda a gente trabalha para as informações, faz parte da formação militar" (Ent.5).*

*"(...)o trabalho desenvolvido, a nível interno, pelo Dtec (Rep E) abrangeu uma vasta área que obrigava a que alguns alvos merecedores da nossa atenção fossem muitas vezes relegados para um plano secundário. Os efetivos sempre foram insuficientes para o trabalho a desenvolver e só foi possível graças ao empenho e profissionalismo dos funcionários da DINFO. Atividades violentas dos extremistas de esquerda e direita (colocação de explosivos, assaltos a bancos, etc.), Contraespionagem, controlo da atividade de organizações do norte de África, acompanhamento de partidos que lutavam em Angola e Moçambique, tráfico de armamento, etc. etc. foram alguns dos campos em que foi dado um contributo válido e mereceu o reconhecimento superior. Todas estas áreas tiveram de ser tratadas pela pesquisa coberta.*

*Considero bastante positivo todo o trabalho desenvolvido pela DINFO apoiada na pesquisa coberta. Poucos foram os choques havidos com os media e não tiveram grande amplitude como aconteceu com os novos serviços que a vieram substituir. Que me recorde foram também raras as quebras de segurança havidas no passado" (Ent.3).*

*"E é preciso sublinhar que não lhe faltava que fazer: na ressaca do PREC, o país debatia-se com uma intensa atividade subversiva e ameaças terroristas de extremos opostos (desde a rede bombista de extrema-direita às FP-25); a espionagem, sobretudo da URSS, estava no auge e Portugal era um teatro de operações privilegiado; acabara de se fazer a descolonização e era preciso acompanhar e perceber o que se passava nos denominados PALOP; e por aí adiante(...) Ora, face a esta diversidade de tarefas e com poucos meios (julgo que o efetivo total terá atingido mais de cem pessoas), o desempenho da DINFO, durante os seus 21 anos de existência (1976/1997), foi extremamente positivo. Como já referi noutros passos desta conversa, as missões essenciais foram cumpridas com a eficácia e discrição necessárias, foram obtidos excelentes resultados em diversas áreas e a DINFO angariou, na comunidade de informações internacional, uma credibilidade e um prestígio talvez nunca alcançados, futuramente, por nenhum dos serviços do SIRP que lhe sucederam. Na contraespionagem, por exemplo, havia técnicos reputadíssimos e o trabalho desenvolvido era excelente e reconhecido no exterior; eu lembro-me de virem aí técnicos de serviços estrangeiros falar com o nosso pessoal sobre determinados assuntos. E no que diz respeito à situação em África, a mesma coisa – nomeadamente quando se começou a desmoronar o império soviético e, nos países africanos da órbita de Moscovo, se abriu a porta a processos de paz e à realização de eleições, infelizmente nem sempre bem sucedidos" (Ent.2).*

*8.1.2. Contributos para a elaboração do decreto-lei previsto no artigo 33º da LQSIRP, relativa ao SIM (1984/5)*

O estudo sobre matéria relacionada com as IM, designadamente, quando existe necessidade de consulta documental, vê-se limitado, muitas vezes, pela existência de uma variedade de restrições ao acesso, o que conduz a que se conheça numa forma cerceada, a sua realidade, e mesmo assim, numa abordagem básica. No entanto, é possível, circunstancialmente, tornar os problemas e fazendo uso do ferramental disponível aprofundar e sustentar o respetivo trabalho. O estudo dos contributos dos militares para as alterações legislativas que ao longo do tempo as IM têm interpretado, insere-se no património das dificuldades apontadas. No entanto, a pesquisa permite que, através do cruzamento da informação de múltipla documentação, consigamos reconstruir, fielmente, na dimensão possível, o percurso da atenção, interesse e comprometimento que os militares decisores dedicaram a esta matéria. Constatamos que, de alguma forma, os responsáveis militares convivendo com realidades temporais diferenciadas, ora para a "reestruturação" do SIM, ora para o avivamento das necessidades de alteração do quadro normativo vigente, ora ainda, para dar resposta a solicitação ministerial ou contribuindo voluntariamente para a solução das necessidades internas, certamente, sentidas por quem mais de perto as identificou, não deixaram de mostrar interesse em serem parte válida na resolução das diversas situações.

Após a aprovação da Lei-Quadro do SIRP (LQSIRP), tornou-se necessário que os SIM se adequassem à nova realidade. Para tanto, na expectativa da reestruturação que seria corporizada no Decreto-Lei para o qual a referida lei remetia, os militares propuseram-se a apresentar trabalho que, potencialmente, seria plasmado no futuro Decreto.

Fundamentalmente, a proposta de reestruturação produzida em relação aos SIM visava:

- Eliminar ou atenuar insuficiências de funcionamento que, do antecedente, se verificavam;
- Reunir elementos que servissem de suporte à elaboração da proposta de Decreto-lei previsto no artigo 33º da LQSIRP, no que respeitasse ao SIM.

Nesta perspetiva, a reestruturação do SIM respeitava a organização já existente inserindo-se na organização global das FA a ser definida nos termos das Bases Gerais da Organização das FA.

A argumentação adotada sustentava-se na LQSIRP. Deste modo:

Missão do conjunto dos serviços de informações:

- Artigo 2º 2: "*Aos Serviços de Informações incumbe assegurar, no respeito da Constituição e da lei, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia da segurança interna*".



#### Missão do Serviço de Informações Militares:

- Artigo 20º 1: *"O SIM é constituído pelos departamentos incumbidos da produção de Informações militares necessárias ao cumprimento das missões das FA, incluindo a garantia da Segurança Militar"*.

#### Missões dos outros serviços:

- Artigo 19º 1: Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), *"(...)produção das informações necessárias a garantir a independência nacional e a segurança externa do Estado Português"*;
- Artigo 21º 1: Serviço de Informações de Segurança (SIS): *"(...)produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de atos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de Direito constitucionalmente estabelecido"*.

#### Condicionamentos:

- Aplicáveis a todos os Serviços de Informações:
- Limites das atividades dos Serviços de Informações:
  - Artigo 3º 1: *"Não podem ser desenvolvidas atividades de pesquisa, processamento e difusão de informações que envolvam ameaça ou ofensa aos direitos, liberdades e garantias consignadas na Constituição e na lei"*.

#### Coordenação dos Serviços de Informações e orientação do seu esforço de pesquisa:

- Artigo 18º 1: *" O Conselho Superior de Informações é o órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de informações"*;
- Artigo 18º 4: *" Compete ao Conselho Superior de Informações:*
  - a) *Aconselhar e coadjuvar o Primeiro-Ministro na coordenação dos Serviços de Informações;*
  - c) *Propor a orientação da atividade de pesquisa pelos vários Serviços de Informações"*.
- Artigo 22º 4: *" À Comissão Técnica compete:*
  - a) *Coordenar tecnicamente a atividade dos serviços, de acordo com as orientações provenientes do Conselho Superior de Informações"*.

#### Uso da Informática - Centros de Dados:

- Artigo 23º 1: *" Os Serviços de Informações poderão dispor de centros de dados, compatíveis com a natureza do serviço, aos quais competirá processar e conservar em arquivo magnético os dados e informações recolhidas no âmbito da sua atividade"*;
- Artigo 24º 1: *" Os critérios e as normas técnicas necessárias ao funcionamento dos centros de dados, bem como os regulamentos indispensáveis a garantir a segurança das*

*informações processadas são elaborados no âmbito da Comissão Técnica, mediante solicitação do Conselho Superior de Informações, e adquirem executoriedade após a aprovação pelo Conselho de Ministros’;*

- Artigo 24º 2: “Os centros de dados só podem iniciar a sua atividade depois de publicada a regulamentação a que se refere o número anterior”.

#### Controlo e Fiscalização das atividades dos Serviços de Informações:

- Artigo 7º 1: “O controlo dos Serviços de Informações será assegurado pelo Conselho de Fiscalização eleito pela Assembleia da República, sem prejuízo dos poderes de fiscalização deste órgão de soberania nos termos constitucionais”;
- Artigo 26º 1: “Sem prejuízo das competências próprias da Comissão Nacional da Proteção de Dados, a atividade dos centros de dados é fiscalizada por uma comissão constituída por três magistrados”;
- Artigo 26º 2: “A fiscalização exerce-se através de verificações periódicas dos programas, dados e informações extraídas por amostragem e fornecidas sem referência nominativa”.

#### Relatórios sobre as atividades dos Serviços de Informações:

- Artigo 8º 1: “Os Serviços de Informações submeterão, anualmente, ao Conselho de Fiscalização, relatórios das atividades”.

#### Âmbito e prazo da regulamentação dos Serviços de Informações:

- Artigo 33º: “ O Governo, no prazo de 120 dias, regulamentará por Decreto-Lei a presente lei, nomeadamente, no que toca à organização, funcionamento, quadros de pessoal e respetivos estatutos, dos organismos ... tendo em conta a sua natureza específica”.

#### Aplicáveis ao Serviço de Informações Militares e a Entidades Militares:

##### Constituição do Serviço de Informações Militares:

- Artigo 20º 1: “O Serviço de Informações Militares é constituído pelos departamentos incumbidos da produção de Informações Militares necessárias ao cumprimento das Missões das FA, incluindo a garantia da Segurança Militar”.

##### Dependência do Serviço de Informações Militares e responsabilidade da sua coordenação:

- Artigo 20º 2: “O Serviço de Informações Militares depende do Ministro da Defesa Nacional, através do Chefe do Estado-Maior General das FA, competindo a respetiva coordenação ao Conselho de Chefes do Estado-Maior”.

##### Reestruturação do Serviço de Informações Militares:

- Artigo 32º: “O Serviço ... resulta da reestruturação do atual Serviço de Informações Militares”.

Entidades militares que integram o Conselho Superior de Informações:

- Artigo 18º 2: "O Conselho Superior de Informações é presidido pelo Primeiro-Ministro e tem a seguinte composição:

*e) o Chefe do Estado-Maior General das FA;*

*g) o Chefe da Divisão de Informações do Estado-Maior General das FA".*

Entidades militares que integram a Comissão Técnica:

- Artigo 22º 3: "A Comissão Técnica é composta ... pelo Chefe da Divisão de Informações do Estado-Maior-General das FA ...".

### *8.1.3. Matriz das grandes opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (referente a 1984)*

Independentemente da posição geoestratégica de um Estado, qualquer que seja a sua situação política, económica, cultural ou militar, a sua independência é colocada em causa se não lhe assistir um fator humano de coesão intimamente distintivo e vincadamente assumido pela independência e pela vontade de defesa. Neste sentido, a Lei de Defesa Nacional e das FA (LDNFA) e o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), refletem essa vontade. Desta forma, o CEDN contempla a definição dos aspetos fundamentais da estratégia global do Estado adotada para a consecução dos objetivos da política de defesa nacional, indicando também alguns dos objetivos permanentes:

- Garantir a independência nacional;
- Assegurar a integridade do território;
- Salvar a liberdade e a segurança das populações, bem como a proteção dos seus bens e do património nacional;
- Garantir a liberdade de ação dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado;
- Contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo que possa prevenir ou reagir, pelos meios adequados, a qualquer agressão ou ameaça externa; e,
- Assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.

Resumidamente, podemos considerar que a Defesa Nacional traduz-se nos seguintes princípios:

- Unidade do Estado;
- Independência política;
- Alinhamento Ocidental;
- Eficácia.

Os princípios enunciados, estão, aliás plasmados no seguinte: “*A estratégia de Defesa Nacional deverá (...) desenvolver-se de forma integrada e articulada nos diversos aspetos que a compõem:*

- *No plano político-militar externo, procurar-se-á garantir que a participação portuguesa na NATO se processe em termos que permitam o reforço da defesa real dos interesses nacionais no quadro da Aliança, quer no âmbito da defesa coletiva, quer no campo da defesa autónoma;*
- *A política militar externa de defesa deverá sempre ter em consideração especial o carácter descontínuo do território e a importância estratégica essencial das fronteiras terrestres, aéreas e marítimas e do espaço interterritorial, quer para a defesa do Ocidente quer para a garantia da sobrevivência e a viabilidade da Nação portuguesa como Estado independente;*
- *No plano político-militar interno serão garantidas condições que permitam uma capacidade de defesa autónoma, com capacidade de sobrevivência e de dissuasão das ameaças à integridade nacional.*

*Para tanto, torna-se necessário:*

- *Assegurar uma capacidade militar própria;*
- *Organizar a indispensável capacidade dissuasora, tendo em conta a defesa conjunta das parcelas do território nacional geograficamente disperso;*
- *Estruturar o Serviço Militar Obrigatório (SMO);*
- *Organizar a resistência dos cidadãos em caso de conflito;*
- *Racionalizar uma base industrial de defesa”.<sup>63</sup>*

O antecedente subsume-se num único princípio – a garantia da soberania e da independência nacional – princípio que terá de nortear a estratégia global do Estado. A Defesa Nacional aconselha um carácter intrínseco de unidade, implicando sem exclusões, todo o território e toda a população nacional.

---

<sup>63</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº10/85: Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Publicado no D. R. Iª Série – nº42, de 20 de Fevereiro de 1985.

#### 8.1.4. *Súmula da missão das FA*

Consideramos que os objetivos de defesa são, principalmente, os objetivos nacionais e que os objetivos da Aliança de que fazemos parte, terão de ser instrumentais dos objetivos que configuram e corporizam a ideia de independência nacional. Assim, a Defesa Nacional conduz-se pelo princípio da independência política que postula a necessidade de afirmação de interesses exclusivos e a ressalva de uma capacidade de decisão autónoma no quadro atual de independência económica e militar.

Partindo desta constatação a continuada fundamentação do contributo para a reestruturação dos SIM, faz recurso a extratos da LDNFA:

- Artigo 1º: a Defesa Nacional é uma atividade do Estado e dos cidadãos que visa, *“garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas”*;
- Artigo 2º 2: ao abrigo do direito internacional de legítima defesa, *“ Portugal atua pelos meios legítimos adequados para defesa dos interesses nacionais, dentro ou fora do território, da zona económica exclusiva ou dos fundos marinhos contíguos e ainda do espaço aéreo sob responsabilidade nacional”*;
- Artigo 3º: a Defesa Nacional exerce-se, *“(...) no quadro de compromissos internacionais assumidos pelo país”*;
- Artigo 9º 4: cada português tem o dever individual, *“(...) de passagem à resistência, ativa e passiva, nas áreas ocupadas por forças estrangeiras”*;
- Artigo 9º 5: no caso de ocupação total ou parcial do território Nacional por forças estrangeiras, *“Os titulares dos órgãos de soberania que estejam impedidos de funcionar livremente têm o dever de agir no sentido de criar condições para recuperar a respetiva liberdade de ação e para orientar a resistência, em ordem ao restabelecimento da independência nacional e da soberania”*;
- Artigo 17º: as FA são responsáveis pela *“(...) execução da componente militar da Defesa Nacional”*;
- Artigo 24º 1: as FA têm como missão genérica, *“(...) assegurar a defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externas”*;
- Artigo 24º 3: poderão às FA, em condições reguladas por lei, ser atribuídas, *“(...) outras missões de interesse geral a cargo do Estado ou colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”*, sem prejuízo da respetiva missão genérica;
- Artigo 68º: as leis regulamentares dos regimes de estado de sítio e do estado de

emergência determinam, "(...) *as condições de emprego das FA quando se verificarem aquelas situações*".

#### 8.1.5. *Apontamentos para a reestruturação do Serviço de Informações Militares (SIM)*

O SIM é uma comunidade de informações que:

- Adquire, analisa e difunde dados de IM, necessários ao funcionamento do Departamento de Defesa Nacional e ao desempenho das funções e missões cometidas aos diversos escalões de comando e direção militares, e aplicáveis nos âmbitos da organização e do emprego operacional dos sistemas de forças nacionais existentes ou a criar para cumprimento das missões das FA;
- Adquire, analisa e difunde dados e desenvolve atividades necessárias à garantia da Segurança Militar.

Os dados a adquirir, analisar e difundir no contexto da informação militar são:

- De natureza estratégico-militar, tática, técnica e organizacional das FA:
  - De países situados na nossa área de interesse, com vista à avaliação permanente da ameaça de natureza militar contra Portugal, nos âmbitos da defesa autónoma e da defesa coletiva no quadro da aliança Atlântica, e,
  - De países envolvidos em conflitos, com vista ao acompanhamento da evolução recente e atual dos equipamentos e outros meios, bem como de ciência militar;
  - Relativos às áreas de operações conjugados com os cenários de maior probabilidade, de previsível emprego de forças nacionais, existentes ou a criar.
- De interesse para uma possível atuação das FA, nas condições reguladas pela lei:
  - Em regimes de estado de sítio e de estado de emergência;
  - No desempenho das missões de interesse geral a cargo do Estado ou de tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, que lhes forem atribuídas;
  - Na organização da resistência dos cidadãos em áreas ocupadas.

Os dados a adquirir, processar e difundir e as atividades a desenvolver no contexto da Segurança Militar:

- Incluem dados sobre subversão, espionagem, terrorismo e sabotagem, e ainda sobre quebras de segurança e comprometimento, relacionados com as atividades, as possibilidades, as intenções, o pessoal, o material e as instalações das FA, e o desenvolvimento das correspondentes medidas de segurança; as ações de

subversão mencionadas englobam atividades que procurem afetar ou destruir o espírito de missão, a coesão e a disciplina das FA e as que desrespeitem o dever de isenção política e de apartidarismo dos seus elementos (como artigo 31º da Lei 29/82 de 11 de Dezembro);

— Visam a avaliação permanente da ameaça no âmbito da Segurança Militar.

#### 8.1.5.1. ATIVIDADE DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES MILITARES (SIM)

A base para o funcionamento do SIM decorre das missões atribuídas às FA. A Divisão de Informações do Estado-Maior General das FA (DINFO) atua como principal órgão orientador para a coordenação de Estado-Maior das atividades de IM e de Segurança Militar, em proveito das deliberações, sobre a matéria, do Conselho de Chefes de Estado-Maior. Assim, a DINFO mantém estreita e permanente ligação com os órgãos de Informações dos Estados-Maiores dos Ramos.

A DINFO mantém, igualmente, estreita e permanente colaboração com:

- Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), para o entrosamento das informações estratégicas militares da responsabilidade do SIM e das informações estratégicas globais da responsabilidade do SIED;
- Serviço de Informações de Segurança (SIS), no âmbito das informações relativas a sabotagem, terrorismo e espionagem e atos ilegais, que possam afetar as FA ou estejam relacionadas, direta ou indiretamente, com as missões que lhe estão atribuídas.

Em complemento, a DINFO manterá ligação com as Forças de Segurança, da Polícia Judiciária e do Serviço de Estrangeiros; da mesma forma, com Serviços de Informações de países amigos ou aliados e de organizações internacionais em que Portugal esteja integrado no âmbito da defesa militar coletiva.

#### 8.1.6. *Contributo para atualização da Divisão de Informações Militares (DIMIL) (novembro 2003)*

A modificação da conjuntura internacional e a projeção internacional das FA Portuguesas, obrigaram a que as IM correspondessem a solicitações que não tinham sido aferidas aquando da criação da Divisão de Informações Militares (DIMIL), daí que os decisores militares entendessem, por bem, fazer o ponto da situação. Assim, o SIRP, cujas bases gerais estão inscritas na LQSIRP, com as alterações introduzidas por: Lei nº4/95 de 21 de Fevereiro, Lei nº15/96 de 30 de Abril e Lei nº75-A/97 de 22 de Julho, estabelece que os serviços que o compõem são o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM) e o Serviço de Informações de Segurança (SIS), e no seu artigo 6º (Exclusividade), proíbe que outros serviços prossigam objetivos e

atividades idênticos aos previstos na lei, sem prejuízo das atividades de informações de natureza específica, desenvolvidas pelas FA, no âmbito estrito das suas necessidades e à garantia da Segurança Militar.

Como Divisão de Estado-Maior do EMGFA, a DIMIL, cumpriu a sua missão com base na análise de notícias e informações oriundas de várias origens (meios próprios, adidos, BICES, serviços amigos, fontes abertas, ...), incluindo as fornecidas pelo SIEDM de acordo com as respetivas atribuições e competências e ao abrigo do dever de cooperação com o EMGFA (Dec. Lei nº254/95, de 30 de Setembro). Atendendo a que a realidade internacional era diferente da que existia aquando da criação da DIMIL e os respetivos contributos em termos militares e de IM eram, por via disso, igualmente diversos dos originais, tornava-se necessário compaginar as IM com as novas exigências. Desta forma, procedeu-se á apresentação do legalmente estabelecido para a DIMIL e, nessa sequência, foi sugerida a contemplação de um conjunto de alterações condizentes com as necessidades consideradas mais prementes.

#### 8.1.6.1. MISSÃO E ESTRUTURA DA DIVISÃO DE INFORMAÇÕES MILITARES

A missão da DIMIL do Estado-Maior General das FA (EMGFA) é prestar apoio de Estado-Maior no âmbito das IM e da Segurança Militar ao CEMGFA (Dec. Lei nº48/93 de 26 de Fevereiro). Para a concretização desta missão, compete à DIMIL a realização de diversas tarefas que sucintamente se apresentam:

- Obtenção, produção e difusão de Informações necessárias à avaliação permanente da ameaça militar, à preparação e atualização de planos gerais de defesa militar, e de planos de contingência, ao Planeamento Estratégico Militar e ao planeamento e condução de operações e exercícios quer no âmbito nacional quer no âmbito bilateral ou multinacional;
- Obtenção, produção e difusão de Informações necessárias à avaliação permanente das ameaças à Segurança Militar;
- Estudo, proposta e supervisão das medidas de segurança para garantir a Segurança Militar;
- Preparação e atualização, no seu âmbito, dos planos de defesa militar e planos de contingência.
- Preparação na respetiva área de responsabilidade, de exercícios conjuntos e combinados;
- Definição da doutrina militar conjunta, no seu âmbito;
- Orientação da instrução de Informações nas FA;



- Elaboração do relatório anual de atividades de Informações nas FA, a submeter à deliberação do Conselho de Chefes de Estado-Maior;
- Estabelecimento de um sistema de registo e relatórios, de natureza operacional, do seu âmbito;
- Estabelecimento de ligação ao SIEDM, para efeito do que está determinado no Dec. Lei nº254/95 de 30 de Setembro, bem como de ligação a outros serviços e Forças de Segurança, necessária ao desempenho cabal das suas atribuições legais;
- Participação em reuniões de Informações no âmbito da NATO e da União Europeia (EU), assim como estabelecimento e garantia de ligação, ao seu nível, a serviços, órgãos ou comandos no âmbito bilateral ou multilateral, de acordo com as necessidades, para o cumprimento das suas atribuições;
- A DIMIL tem o quadro orgânico definido por Despacho do CEMGFA.

Tendo-se como certo que quando o Decreto-Lei nº48/93 de 26 de Fevereiro foi promulgado não se vislumbrava participação tão intensa de unidades e meios das FA, em operações de paz e humanitárias, tornou-se necessário manter valências acrescidas, permitindo:

- Dar resposta, no âmbito específico da atividade operacional, aos requisitos de informações resultantes do emprego das FA em operações humanitárias e de apoio à paz, que se têm vindo a verificar nos últimos anos;
- Gerir a pesquisa de informações e garantir uma adequada exploração dos sistemas informáticos postos à disposição da DIMIL, incluindo o *Battlefield Information Collection and Exploitation System* (BICES);
- Estudar e acionar os assuntos respeitantes aos adidos e representações militares junto das missões diplomáticas estrangeiras em Portugal e portuguesas no estrangeiro;
- Assim, a constatação da organização “*de facto*” da DINFO abarcar as quatro áreas (e não apenas três), que as Informações contemplam, designadamente, Planeamento e Doutrina, Produção, Gestão/Pesquisa/Distribuição e Segurança/Contrainformação.

A estas áreas funcionais, acresce, ainda, o Gabinete de Ligação aos Adidos Militares (GLAM).

O desempenho da DIMIL, tal como relatado, foi possível graças à existência de pessoal civil remanescente da antiga Divisão de Informações (DINFO), que não foi absorvido pelo SIEDM no momento da sua ativação (embora com limitações resultantes da inadequação à função), e a pessoal militar supranumerário disponibilizado pelos Ramos.

Tornava-se, no entanto, necessário consolidar esta situação, mediante alteração a propor ao

Decreto-Lei nº48/93 de 26 de Fevereiro. Desta forma, no quadro de uma eventual reestruturação do SIRP, as necessidades permanentes das FA em matéria de Informações, que havia que acautelar, eram caracterizadas do seguinte modo:

— No âmbito das IM:

- As notícias e informações a adquirir, analisar e difundir, no contexto da informação militar, são de natureza estratégico-militar, organizacional, tática e logística, relativas a possíveis inimigos e potenciais áreas de operações e as de interesse para uma possível atuação das FA nas condições reguladas pela lei para determinadas situações especiais;

— As notícias e informações de natureza estratégico-militar, organizacional, tática e logística, mencionadas anteriormente, são relativas:

- À avaliação permanente da ameaça de natureza militar contra Portugal, no âmbito da defesa autónoma ou da defesa coletiva;
- Ao acompanhamento da evolução dos equipamentos e outros meios, bem como da ciência militar dos outros países;
- Às áreas de operações conjugadas com os cenários de maior probabilidade e de potencial ou previsível emprego de forças nacionais, existentes ou a criar.

— A Segurança Militar obriga:

- À aquisição, ao processamento e à difusão de notícias respeitantes a atividades de subversão, de espionagem, de terrorismo, de sabotagem, de quebras de segurança e comprometimento que incidam sobre as atividades, as possibilidades, as intenções, o pessoal, o material e as instalações das FA, com vista à avaliação permanente da respetiva ameaça;
- Ao desenvolvimento de atividades de contrainformação e de medidas de segurança correspondentes às atividades mencionadas anteriormente. As ações de subversão mencionadas incluem atividades que procurem afetar ou destruir a vontade, o espírito de missão, a coesão e a disciplina das FA e as que desrespeitem a lealdade, o dever de isenção política e de apartidarismo dos seus elementos.

Assim sendo, na previsão da alteração da constituição e missões do SIRP, havia que acautelar de modo conveniente a satisfação das necessidades permanentes de Informações das FA (gerais e específicas), quer atribuindo explicitamente ao novo Serviço a continuação dessa responsabilidade, quer prevendo para as FA dotação conveniente em meios humanos, materiais e financeiros e necessário enquadramento legal para que eles próprios a possam prosseguir.

### 8.1.8. *Contributo para a reorganização das Informações Militares (2006)*

#### 8.1.8.1. ENQUADRAMENTO

Na doutrina NATO, as Informações estão categorizadas em três níveis:<sup>64</sup>

- Informações estratégicas;
- Informações operacionais; e,
- Informações táticas.

A informação militar surge sempre como uma das componentes do estudo do potencial estratégico dos Estados identificados como ameaça, visando o conhecimento das suas potencialidades e vulnerabilidades.<sup>65</sup> Nestes termos, as informações estratégico-militares apontam para a obtenção de dados que permitam:

- A avaliação permanente das ameaças de natureza militar, no âmbito da defesa autónoma e/ou coletiva;
- O acompanhamento da evolução dos equipamentos e outros meios, bem como da ciência de outros países;
- As áreas de operações, conjuntamente com os cenários de maior probabilidade ou de potencial emprego das forças nacionais.

No que respeita às FA dos países referenciados como ameaça, procura-se conhecimento sobre:

- A Organização militar;
- A Ordem de batalha;
- Os efetivos, respetiva articulação e nível de preparação;
- Equipamentos disponíveis, quanto a características, quantidade, vulnerabilidades e limitações;
- A estratégia, arte operacional e tática de emprego;
- A logística.

---

<sup>64</sup> AAP – 6 (2008) NATO GLOSSARY OF TERMS AND DEFINITION: Strategic intelligence: Intelligence required for the formulation of policy, military planning and the provision of indications and warning, at the national and/or international levels; Operational intelligence: Intelligence required for the planning and conduct of campaigns at the operational level; Tactical intelligence: Intelligence required for the planning and execution of operations at the tactical level.

<sup>65</sup> Na Informação Estratégica, podem ser considerados factores como: informação biográfica, sociológica, geográfica, económica, política, de diversas outras áreas científicas, tecnológica, sobre vias de comunicação e transportes.

Com o relevante incremento das ameaças assimétricas, há ainda a considerar:

- Os líderes e/ou chefias;
- As ideologias que os motivam;
- Os objetivos que visam;
- O tipo de organização;
- A localização das bases operacionais e de apoio;
- As fontes de financiamento e os apoios internos e externos.

Por outro lado, os Adidos de defesa e militares, têm um papel importante a desempenhar, por serem observadores privilegiados.

#### 8.1.8.2. SITUAÇÃO

Por despacho do Ministro de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar (MEDNAM), decorrente da alteração da LQSIRP, foi determinado que, "*(...) em função da referida alteração, se deverá proceder a uma revisão do enquadramento das atividades de Informações levadas a cabo pelas FA*", (MEDNAM, Despacho nº26 599/2004 de 7 de Dezembro) tendo em consideração "*(...) que o interesse nacional aconselha que a transição entre o modelo até à data (da publicação da Lei Orgânica) em vigor e o novo modelo se faça de modo a não criar vazios de competências e de instrumentos que possam configurar riscos para a segurança dos cidadãos e das instituições*" (MEDNAM, Despacho nº26 599/2004 de 7 de Dezembro). Para obstar a esta situação, torna-se necessário o estudo de soluções organizativas que não impeçam as FA de cumprir as suas missões no âmbito das Informações. O Tenente-General Vizela Cardoso foi o militar nomeado para conduzir o estudo referido (Anexo 5).

As conclusões do estudo indicam a necessidade de as FA disporem, organicamente de uma estrutura responsável pelo emprego coordenado dos meios de pesquisa, análise e difusão de notícias e informações.

Entretanto, por via do Programa do XVI Governo Constitucional e da Diretiva para a reorganização da estrutura da Defesa Nacional e das FA<sup>66</sup>, as IM, serão alvo de reorganização.

No Capítulo dedicado à Defesa Nacional, o XVI Governo refere que o ambiente de grande imprevisibilidade e ameaças múltiplas em termos internacionais desenham um novo quadro estratégico. Como tal, objetivando a garantia da segurança e bem-estar dos cidadãos portugueses, aponta a necessidade de reformar a Defesa Nacional e as FA determinando que esses desideratos são alcançados por via da gestão política e técnica das questões de Defesa, numa perspetiva integrada e uma visão estratégica global. Assim, o Governo prosseguirá:

---

<sup>66</sup> De acordo com informação telefónica prestada pelo Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (16 de Novembro de 2012), o documento é de distribuição reservada.

- *"(...)a modernização das FA, dotando-as de uma acrescida capacidade operacional, capaz de fazer face aos cenários atuais e futuros para cumprimento das missões constitucionalmente consagradas".* (Programa do XVI Governo Constitucional)

Verifica-se, no entanto, que há obra por finalizar. O Governo entende, então que:

- *"Importará terminar a reformulação, bem como a devida revisão, de alguns documentos conceptuais e legais da Defesa Nacional e das FA, designadamente:*
- *Missões específicas das FA".* (Programa do XVI Governo Constitucional)

Estes cometimentos, no entanto, não estão isolados. A estrutura superior das FA, também, será modificada para depurar relacionamentos:

- *"A reformulação do atual modelo orgânico da Defesa e das FA, de forma a corrigir duplicações, omissões e conflitos de competências entre as estruturas do MDN, EMGFA e Ramos".* (Programa do XVI Governo Constitucional)

Toda a panóplia de procedimentos propostos governamentalmente hão-de conduzir as FA modernizadas a responder aos desígnios, entre outros, que politicamente lhes estão confiados:

- *"Reagir contra ameaças ou riscos que ponham em causa o interesse nacional;*
- *Participar no desenvolvimento da Política Europeia Comum de Segurança e Defesa, acompanhando com ambição projetos com a Agência Europeia de Defesa;*
- *Participar em missões de apoio à política externa, de carácter humanitário e de manutenção da Paz, quer no quadro nacional, quer no quadro das Organizações Internacionais de que somos membros – ONU, NATO; EU e OSCE'* (Programa do XVI Governo Constitucional).

#### 8.1.8.3. UMA NOVA PERSPETIVA PARA A REESTRUTURAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES MILITARES (2006)

A reestruturação das IM, que em nosso entender deve ser efetuada passo a passo, ter em consideração o contexto global do Sistema de Informações nacional e a sua interligação com as organizações aliadas, terá de ponderar igualmente a evolução do ambiente local, regional e mundial.

A Lei Orgânica nº4/2004 de 6 de Novembro, introduziu alterações significativas na estrutura do SIRP, criando um modelo de informações baseado no SIS e no SIED, mantendo o primeiro as suas atribuições no âmbito da segurança interna e o segundo as de segurança externa do Estado, alienando a produção de informações necessárias para o cumprimento das missões específicas das FA e para a garantia da Segurança Militar.

O atual ambiente estratégico releva cada vez mais a necessidade de interligação e

interdependência dos vários órgãos encarregados da produção de informações, a fim de garantirem a segurança interna e externa, perante o carácter das ameaças atuais, designadamente, as ameaças transnacionais tais como o terrorismo, o crime organizado, a sabotagem, a espionagem, a subversão.

A separação das informações estratégicas de defesa das IM é, pois, merecedora de especial atenção na definição de atribuições e competências, a fim de evitar vazios, duplicações, conflitos e assegurar a necessária complementaridade.

O disposto na atual lei orgânica do SIRP, "(...) não prejudica as atividades de informações levadas a cabo pelas FA e necessárias ao cumprimento das missões específicas e à garantia da segurança militar" (LO nº4/2004 de 6 de Novembro: artigo 34º), que constituíam atribuições do SIEDM. É, assim, necessário prevenir que a regulamentação desta nova lei assegure, em permanência, a coordenação entre todos os serviços que constituem o Sistema de Informações, desafio importante num novo quadro de segurança internacional que requer uma resposta adequada da política de Defesa Nacional, necessariamente, caminhando para uma conceção mais lata da segurança e uma conceção mais integrada da política de Defesa Nacional, cujos reflexos se fazem sentir na doutrina estratégica e operacional, na definição das estruturas de comando e controlo e nas próprias missões das FA. Nesta perspetiva, o XVII Governo Constitucional, no capítulo da Defesa Nacional, particularmente, no que respeita às missões das FA releva que, "(...) as missões das FA Portuguesas devem ser adequadas ", (Programa do XVII Governo Constitucional) às necessidades resultantes das prioridades advindas "(...) das áreas de interesse estratégico nacional e das organizações internacionais e sistemas de alianças a que Portugal pertence" (Programa do XVII Governo Constitucional).

Na imperiosa compaginação das FA com a realidade e desafios patentes, a modernização é prioritária. Ora, o XVII Governo, define como iniludíveis, entre outras, as seguintes prioridades inovadoras:

- *"Reforma dos Diplomas Legais da Defesa Nacional e das FA; e,*
- *Reforma do modelo de organização da Defesa e das FA".* (Programa do XVII Governo Constitucional)<sup>67</sup>

É entendida, também, pelo Governo, a necessidade de potenciar a partilha e uso comum de informações estratégicas e operacionais, num quadro de coordenação dos meios nacionais no âmbito da Defesa e da Segurança.

Os responsáveis militares, no cumprimento das prioridades politicamente definidas, no que

---

<sup>67</sup> No que respeita à reforma dos diplomas legais, pretende a revisão da Lei de Defesa Nacional e das FA (LDNFA); revisão da Lei de Bases da Organização das FA (LOBOFA); revisão da Lei de Programação Militar (LPM); e, aprovação de uma Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares. Quanto à reforma do modelo de organização, pretende a criação, por etapas, de um Estado-Maior da Defesa.

concerne, especificamente, às IM, designadamente, à respetiva reestruturação, no quadro da estrutura superior da Defesa Nacional e das FA constante no programa do XVII Governo Constitucional e em determinações superiores têm assim, que:

- Reconstruir as IM, dotando-as de capacidade para serem um vetor do Estado, apto a apoiar a decisão política relativa ao emprego das FA e de funcionar como um instrumento de dissuasão estratégica e de prevenção de ameaças externas que configurem agressões que afetem a independência nacional, a integridade do território, a liberdade e a segurança das populações;
- Otimizar as condições e os meios de comando e controlo operacional nas missões das FA, na perspetiva do emprego conjunto das forças;
- Garantir o controlo centralizado da estrutura das informações a implementar, evitando duplicações indesejáveis e assegurando o uso eficaz e racional dos recursos disponíveis;
- Evitar a excessiva dependência de terceiros nesta importante área de atividade das FA.

Considerando que as alterações na orgânica do SIRP, nomeadamente no que se refere às atribuições do SIED, respeitam, fundamentalmente, às informações estratégicas militares, do âmbito da estrutura superior das FA, considera-se ser necessário tratar as informações em três níveis:

- O estratégico que se destina a apoiar a decisão ao mais elevado nível da defesa e do comando das FA e alimenta o planeamento estratégico militar. Tem como órgão de transmissão principal o Centro de Situação Estratégico e está ligado horizontalmente ao SIED, SIS e sistemas de informações estratégicos militares aliados e amigos;
- O operacional destinado a apoiar o planeamento e a conduta das operações ao nível do Comando Operacional Conjunto e dos Comandantes Operacionais constituídos. Abrange, normalmente, as áreas geográficas de operações e avaliam capacidades e intenções do inimigo e identificação dos seus centros de gravidade. Está ligado com o nível estratégico e com o nível tático;
- O tático ou de combate necessário para o planeamento e condução das operações a realizar pelas forças.

Os utilizadores aos diferentes níveis determinam as necessidades de informações indispensáveis à consecução das missões, atividade e tarefas. São estas necessidades que devem nortear as tarefas a realizar por cada nível do órgão de IM do sistema de informações e que em função do seu volume acabam por determinar a organização do mesmo.

As IM compreendem, por conseguinte, as atividades de informações e de segurança, que

compreendem os três níveis da estrutura das FA, abrangendo as informações estratégicas, operacionais e táticas. Este enquadramento constitui o patamar base para a continuação do estudo de reestruturação. Parece-nos, face ao exposto, que não é despicienda a proposta para missão do organismo responsável pelas IM, a seguinte: *“Produzir informações militares necessárias aos níveis estratégico, operacional e tático para apoiar a decisão, planeamento e condução de operações militares, bem como as destinadas a assegurar a Segurança Militar”*.

Parece-nos que a ausência de legislação que definisse concretamente a missão e atribuições das IM, e especificamente da DIMIL, comprometia a produção de informações, de natureza estratégico-militar e operacional, bem como a garantia da segurança militar.

Por outro lado, eventuais estudos ocorridos no MDN, no âmbito das IM, sem a colaboração dos respetivos responsáveis militares, além de espúrios poderiam originar incompreensões por parte dos militares, afigurando-se não ser a melhor solução.

## **8.2. Governos e ziguezagues no paradigma das informações**

Na sequência do atentado de 11 de Setembro nos Estados Unidos da América, o Primeiro-Ministro, na reunião plenária da Assembleia da República de 31 de Outubro de 2001, na respetiva introdução ao debate sobre a cultura democrática de segurança como elemento de coesão nacional, afirma que defende dois princípios e avança uma proposta de reforma do Sistema de Informações da República. Primeiro princípio: *“não deve haver um único serviço de informações, fundindo o SIS e o SIEDM (atual SIED)”*; segundo princípio, *“os serviços de informações não podem passar a assumir a natureza de polícias de investigação criminal”*; caminho da reforma, *“o da unidade de comando hierárquico, facilitando uma melhor cooperação com as outras áreas relevantes para a segurança coletiva”*. Na explanação do que afirmou, o Chefe do Governo esclarece que, *“(...) a melhor arquitetura do sistema deverá passar pela dependência direta (e não delegada) do Primeiro-Ministro, com coordenação dos dois serviços por uma autoridade nacional de informações, nomeada pelo Primeiro-Ministro e dele diretamente dependente. O Conselho Superior de Informações, de natureza interministerial e composição revista, terá um papel decisivo de coordenação política. E, ao nível técnico, a autoridade nacional de informações presidiria a um órgão com os responsáveis de todos os serviços de informações, bem como das entidades dotadas de poderes de investigação criminal, consideradas relevantes para a segurança individual e coletiva dos portugueses”*. (D. R., 2001, Iª série, 2 de Novembro, nº19:5)

O panorama defendido pelo máximo responsável governamental, deixa perceber que, a fusão do SIED e do SIS, apesar de aceitável em termos de eficácia e custos parcimoniosos quanto a aspetos financeiros e de Recursos Humanos, é rejeitada por uma parte das forças políticas parlamentares, com acolhimento do argumento de que a concentração das informações não é salutar para o aprofundamento e consolidação da democracia: *“Havia pessoas muito receosas com um serviço único. Não convém. Há que repartir para governar. Mas, adianto eu: quem é que tem*



*as informações? Não é os serviços, nem o Diretor dos serviços. Os serviços produzem as informações para um cliente que é no máximo o chefe do executivo ou as pessoas em quem ele delegar. As informações são do cliente. São só dele. E um Diretor das informações que não procede assim, que usa as informações em seu proveito, imediatamente, deve ser demitido. No mínimo.*

*Portanto, isto, a propósito da opção de um serviço ou mais. Optou-se pelos três, com as fiscalizações, porque o pessoal das informações tem fama de ser mal comportado e tem que ser controlado" (Ent.4).*

Com a mudança governativa que entretanto ocorreu, surge a tese da fusão do SIS e do SIED e a manutenção das informações militares<sup>68</sup>. Face às posições defendidas pelas principais forças partidárias, facilmente se conclui que não estavam reunidas as condições para a obtenção da posição favorável do Partido Socialista (PS) e como consequência, o sistema de informações (SIRP) foi materializado posteriormente com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica nº4/2004 de 6 de Novembro. Não se verificou um preceito básico: é que um Serviço de Informações, "(...) não deverá estar sujeito às flutuações da política ou de alternância do Poder que é prática corrente em democracia. Aliás, o serviço deverá estar apto a servir qualquer Governo e qualquer política" (Cardoso, 2004:154).

Ainda que pareça estar claro e geralmente aceite que a estrutura, a organização e as instituições dos sistemas nacionais de segurança e defesa têm que modernizar-se, tal como os procedimentos de cooperação e coordenação, não está suficientemente claro a maneira de fazê-lo, desde logo, porque facilmente se constata, "(...) que a mudança não é apenas o produto de «forças históricas», mas que se deve também à interação de múltiplas estratégias postas em prática por inúmeros atores" (Valade, 1995:337). Será, porventura, uma das vertentes mais difíceis de se concretizar, porque apela a uma modificação "abrupta" no que concerne aos hábitos e modos de fazer, ou, dito de outra maneira, "Continuamos a considerar urgente o país dispor de um credível e eficaz Sistema de Informações da República adaptado às necessidades previsíveis.

*Esse sistema não deverá resultar de compromissos partidários, mas da real análise da situação nacional e internacional nesse âmbito. É um problema de Estado. O sistema deverá ter a confiança dos portugueses e das instituições para o que é necessário conferir-lhe os meios e exigir-lhe as responsabilidades" (Rodrigues, 2004).*

A nova legislação veio introduzir alterações à Lei nº30/84 de 5 de Setembro e criar um novo modelo de estrutura orgânica do SIRP, baseado em dois serviços de informações – o SIS e o SIED regressado à sua forma original – do que resultou como consequências imediatas, deixarem as IM de integrar o Sistema de Informações da República Portuguesa, ou seja, a incapacidade do SIEDM alcançar os objetivos para que foi criado levou a modificações na estrutura do SIRP e ao afastamento de militares que integravam o serviço, dado que, "Já depois da criação do serviço de

---

<sup>68</sup> Referimo-nos a um Governo do Partido Social-Democrata (PSD).

*informações externas, que abrangia teoricamente a recolha de informações também de natureza militar, verificou-se que esse Serviço não atingiu essa capacidade e, nas saídas de oficiais de informações que se sucederam, eram essencialmente ou maioritariamente os militares que eram afastados, com consequentes reorganizações internas nesse sentido'* (Prata, 2010).

O caminho das informações, no tempo da democracia portuguesa, permite uma constatação deveras perniciosa aos respetivos serviços como à própria democracia, ou seja, o edifício legislativo que suporta a atividade das informações em Portugal é penosamente, paulatinamente, atualizado ao sabor dos eventos, "*denunciando*", de alguma forma, uma reduzida reflexividade social, no sentido do constante reforço e complementaridade estabelecidos entre estrutura e ação, com vista à discussão e comprometimento democráticos apontando a uma arquitetura organizacional perene. Numa sociedade com uma "*dinâmica social*" na qual a reflexividade é baixa, "*(...)a legitimidade política continua a depender, em parte substancial, do simbolismo tradicional e de formas preexistentes de se fazer as coisas. Toda a forma de clientelismo e corrupção pode não somente sobreviver, mas dentro da liderança política, tornar-se um procedimento aceite*" (Giddens, 1994:12).

Toma-se como exemplo da deficiente reflexividade social, os poderes atribuídos, que podemos considerar limitados e desajustados, atendendo a que, "*A Lei Orgânica do SIED e do SIS estabelece que o SIED é o único organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado português, e que o SIS é o único organismo incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna.*

*Ora, esta redação demonstra, na nossa opinião, que esta conceptualização tornou o paradigma das informações desajustado da realidade, o que seria já previsível no momento dos trabalhos preparatórios à sua elaboração.*

*É irrealista pensar-se que as FA devem estar afastadas da produção dessa informação externa. Na nossa opinião, a evolução que tem seguido o paradigma das nossas informações, já no início criado com algumas deficiências, é contrária ao que a realidade exigiria'* (Prata, 2010).

### **8.3. Principais alterações da Lei-Quadro do SIRP**

A Lei Orgânica nº4/2004, de 6 de Novembro, estabeleceu um marco fundamental na história das informações nacionais ao proceder a grandes alterações em relação ao quadro vigente no SIRP, designadamente, no que se refere à respetiva liderança e coordenação. Relevamos, que esta Lei introduziu alterações significativas na estrutura do SIRP, criando um novo modelo baseado em dois serviços de informações – o SIS e o SIED, desta feita regressando à sua forma inicial – e o cargo de Secretário-Geral, responsável pela condução superior dos mesmos, por via dos respetivos Diretores, cabendo-lhe a inspeção, superintendência e coordenação dos serviços, em ordem a

assegurar a efetiva prossecução das suas finalidades institucionais. O Secretário-Geral e os serviços de informações passaram a depender diretamente do Primeiro-Ministro:

- O SIS manteve as suas atribuições como *“organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de atos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de Direito constitucionalmente estabelecido”*;
- O SIED viu estabelecida a sua missão original, alienando a produção de informações necessárias para o cumprimento das missões das FA e para a segurança militar e mantendo a responsabilidade de produzir, *“as informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português”*;
- A criação do cargo de Secretário-Geral do SIRP e a direta dependência dos serviços de informações do Primeiro-Ministro, através daquela entidade poderão ocasionar um maior afastamento entre os serviços e os departamentos do Estado que prioritariamente servem – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Defesa Nacional (MDN) e Ministério da Administração Interna (MAI), ainda que os aproximem do governante responsável pela estratégia geral;
- O afastamento entre os serviços e os departamentos/órgãos que apoiam, pode gerar riscos de eventuais atritos no fluxo de informação;
- O cargo de Secretário-Geral do SIRP poderá contribuir para melhorar a coordenação entre os serviços, e servir de *“amortecimento”* entre o decisor político e os serviços de informações, no caso de ser criada alguma situação delicada para o Governo, provocada pela atuação daqueles.

Na Lei-Orgânica do SIRP é mencionado que o disposto no texto legal, não colide com as atividades de informações levadas a cabo pelas FA e necessárias ao cumprimento das suas missões específicas e à garantia da segurança militar, que constituíam atribuições do extinto SIEDM, como referimos antes.

Em 2007, assistimos a nova alteração estrutural efetuada nos Serviços, desta feita, com o estabelecimento, no âmbito do SIRP, da orgânica e do regime jurídico aplicáveis ao seu Secretário-Geral, ao SIED e ao SIS.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> A Lei nº 9/2007, de 19 de Fevereiro, foi aprovada, tal como a Lei Orgânica nº 4/2004, de 6 de Novembro, com uma larga maioria parlamentar, e consagra o regime jurídico do Secretário-Geral do SIRP, do SIED e do SIS num único diploma, colmatando-se, deste modo o vazio de regulamentação do órgão do Secretário-Geral do SIRP e, simultaneamente, harmonizando-se os regimes do SIED e do SIS no que concerne à estrutura de comando, princípios de actuação, orgânica, quadros dirigentes e ao pessoal.

Os critérios que se admite terem estado na base da individualização dos serviços – segurança interna (SIS) e segurança externa (SIED) – são claros mas são suscetíveis de propiciar conflitos de competências. Se no passado tal separação era nítida, o atual ambiente estratégico faz com que essas áreas se interliguem cada vez mais, em especial quando se trata de fazer face a ameaças transnacionais como o terrorismo, o crime organizado, a sabotagem, a espionagem e a subversão.

A separação no tratamento das informações estratégicas de defesa e das informações estratégicas militares pode originar conflitos resultantes de competências e tarefas de cada serviço e/ou órgão encarregados de as produzir, dado o carácter abrangente e multidisciplinar da estratégia total. Aliás, este é um tema de alguma forma recorrente, já que, em 2009, o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa teve diversas reuniões de trabalho com o CEMGFA e à época a DIMIL, nas quais foi refletida a situação das IM, a questão do respetivo relacionamento com o SIED e a adequação das IM no novo quadro jurídico-legal. Saliente-se que, neste âmbito, *“O CEMGFA manifestou ao Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFSIRP), além da vontade de boa colaboração, a ideia de que a nova orgânica<sup>70</sup> se enquadra na Lei Orgânica dos Serviços de Informações. O CFSIRP considera esta, uma questão em aberto, cuja avaliação dependerá da forma como se verificar no futuro a ação do CISMIL, que o Conselho acompanhará com particular cuidado. Apesar desta referência, o CFSIRP pretende deixar claro que não vislumbra qualquer discrepância com a Lei-Quadro”*. (D. R., 2010, Iª série, 29 de Junho, nº37:31-32)

### *8.3.1. Consequências das alterações da lei-quadro do SIRP no cumprimento das missões das FA<sup>71</sup>*

As alterações da Lei-Quadro do SIRP introduzidas pela Lei-Orgânica nº4/2004 de 6 de Novembro provocaram consequências nas atividades de informações das FA, designadamente:

- Exclusão das IM do âmbito do SIRP, com o risco de poderem ser consideradas de menor importância, como referiu um responsável do CFSIRP aos deputados parlamentares sobre o organismo das IM: *“(...)é o parente pobre, tanto em meios logísticos como em termos de consideração que os serviços de informação têm em*

---

Com a publicação da Lei nº 9/2007, de 19 de Fevereiro, foram igualmente criadas, na dependência directa do Secretário-Geral, estruturas comuns aos dois serviços de informações (SIED e SIS), fazendo uso da possibilidade aberta pela Lei-Quadro do SIRP, com a redacção dada pela Lei Orgânica nº 4/2004, de 6 de Novembro.

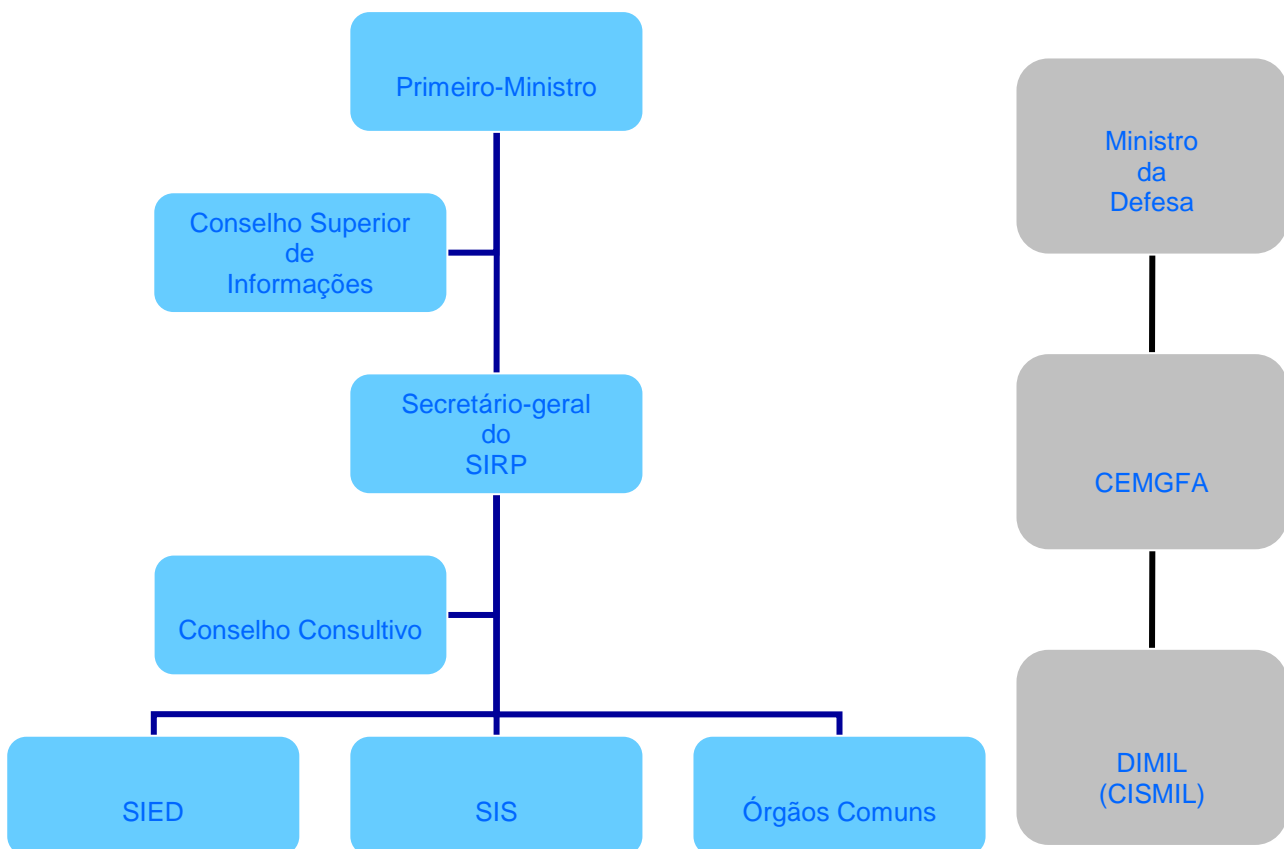
<sup>70</sup> No ano de 2009, na sequência da entrada em vigor da actual LOBOFA (Lei Orgânica de Bases da Organização das FA), a DIMIL foi substituída pelo Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL).

<sup>71</sup> Seguimos de perto a perspectiva do TGen. Vizela Cardoso.

*relação a eles'* (Júnior, 2008);

- Necessidade de as FA reassumirem a missão de adquirir, produzir e difundir notícias e informações, necessárias à Defesa Nacional, ao cumprimento das tarefas que lhes são cometidas por lei e à garantia da segurança militar;
- Reconstituir as IM, dotando-as de capacidade para serem um vetor do Estado, apto a apoiar a decisão política relativa ao emprego das FA e de funcionar como instrumento de dissuasão estratégica e de prevenção de ameaças externas que configurem agressões que afetem a independência nacional, a integridade do território, a liberdade e a segurança das populações;
- Evitar a excessiva dependência de terceiros nesta importante área de atividade das FA.
- Necessidade de recrutar, seleccionar e formar pessoal tecnicamente habilitado para o desempenho de funções, no que se refere ao tratamento das tarefas alienadas pelo SIEDM.

**Figura nº 7 - Arquitetura do SIRP e Informações Militares (Lei Orgânica nº4/2004, de 6 de Novembro)**



Fonte: SIRP, 2012 (modificado)

É de salientar que a finalidade de um sistema de informações é fornecer, em qualquer circunstância, uma avaliação adequada e oportuna da situação e produzir informações, de todos os tipos, para os decisores políticos (governos) e militares (comandos estratégicos, operacionais e táticos), habilitando-os a atingir, com êxito, os respetivos objetivos, ou seja, *“Hoje, a complexidade crescente da chamada globalização integra uma pluralidade de atores estatais e não-estatais. Só no que respeita aos Estados, as informações, concretamente as estratégicas, são um instrumento vital da tomada de decisão ao mais alto nível governamental, face ao grau e variedade tanto de ameaças como de desafios decorrentes da evolução da conjuntura internacional. O objetivo principal da intelligence<sup>72</sup> ou informações estratégicas ou, se se quiser, externas é pois a excelência do conhecimento do que está a acontecer e da correspondente capacidade prospetiva”* (Graça, 2011:22).

#### **8.4. Organização geral do EMGFA e da DINFO**

A DINFO insere-se como órgão de Estado-Maior no núcleo central do EMGFA, e como órgão de execução, na área funcional mais vasta que se designa por Serviço de Informações Militares: *“A DINFO surgiu como resposta a uma necessidade concreta. De facto, uma vez instaurado o regime democrático em 25Abr74 e extinta a PIDE/DGS, rapidamente se percebeu que o país não poderia viver sem informações. Daí a criação do SDCI (de que já falámos) e, posteriormente, da DINFO. Portanto, no tempo e nas circunstâncias em que surgiu, a DINFO tornou-se no serviço único de informações nacional, até à criação do SIRP”* (Ent.2).

Como órgão de Estado-Maior do CEMGFA, tem funções de estudo e planeamento, além de promover a orientação do esforço de pesquisa do SIM e a coordenação das atividades de informações de outros órgãos interessados.

Como órgão de execução do SIM, produz informações necessárias ao EMGFA e executa pesquisa em proveito próprio e de outros órgãos de informações, a pedido.

Em face desta dupla função, antes de se apresentar a composição e atribuições da DINFO, para a situar melhor no contexto em que se integra, torna-se conveniente começar por fazer uma referência ao EMGFA e ao SIM, se bem que de forma genérica.

---

<sup>72</sup> "(...) Intelligence, definível, enquanto processo, como a metodologia de obtenção e tratamento de informação secreta e não-secreta, para servir os Estados na formulação das suas políticas externas e no confronto com as ameaças às suas respectivas seguranças internas e externas, e também cada vez mais para servir entidades não estatais, como empresas, organizações não-governamentais ou mesmo movimentos terroristas" (Graça, 2011. 20).

#### 8.4.2. EMGFA

O Decreto-Lei nº400/74, de 29 de Agosto, que criou o EMGFA, após a extinção do anterior SGDN cujas atribuições absorveu, definia aquele como um órgão de apoio do CEMGFA e do Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM), com funções de estudo, planeamento e execução.

Elaborado numa altura de profunda mudança de estruturas, o citado Decreto-Lei como texto legal definidor do Comando e órgãos de cúpula das FA, incluindo o EMGFA, continha muitas lacunas e imprecisões, que cedo foram notadas, as quais se tornou necessário refundir a fim de facilitar o funcionamento coerente, coordenado e sem bloqueios daqueles órgãos, com os consequentes reflexos positivos no todo das FA.

A experiência colhida nos anos que se seguiram até ao início da década de 80 (século XX) demonstrou, de facto, que a cobertura legal do EMGFA, proporcionada pelo Decreto-Lei nº400/74, em termos de inserção deste na cúpula das FA, assim como a sua estrutura orgânica e funcionamento iniciais, não era de molde a cobrir as exigências de apoio à orientação e coordenação das FA, nem as de planeamento e programação a médio e longo prazo, por forma a ajustar os planos de forças às disponibilidades financeiras, mediante a gradual utilização de novas técnicas e métodos de gestão.

Foram estas as causas que conduziram à publicação do Decreto-Lei nº20/82, de 28 de Janeiro, "(...) que tem por finalidade reajustar o Decreto-Lei nº400/74, de 29 de Agosto, às atuais realidades das FA, consolidando os conceitos de comando operacional e de coordenação que são exercidos pelo Chefe do Estado-Maior-General das FA, designadamente com os objetivos de clarificar as relações orgânicas no âmbito interno das FA, de otimizar as atividades de interesse comum e de simplificar a estrutura interna do Estado-Maior-General."<sup>73</sup>

As funções e estrutura do EMGFA são reformuladas nos seguintes termos:

— "Artigo 5º,

1 - O EMGFA:

- a) Apoia o CEMGFA e desempenha funções de Estado-Maior coordenador;
- b) É dirigido pelo VCEMGFA ou, na falta ou impedimento deste, pelo adjunto do CEMGFA mais antigo, em acumulação;

---

<sup>73</sup> Este Decreto veio revogar além de parte substancial do Decreto-Lei nº400/74, de 29 de Agosto, outra legislação sobre as relações orgânicas das FA. O seu Artigo 9º, estabelece o seguinte:

"1 - São revogados o nº6 do artigo 1º e os artigos 4º e seguintes do Decreto-Lei nº400/74, de 29 de Agosto, com excepção do nº2 do artigo 7º e do artigo 17º, o artigo 2º do Decreto-Lei nº192/77, de 13 de Maio, e o Decreto-Lei nº375-A/79, de 12 de Setembro, bem como o Despacho do CEMGFA de 14 de Janeiro de 1975, publicado no Diário do Governo, 1ª série, nº37, de 13 de Fevereiro de 1975.

2 - Mantêm-se em vigor as disposições do Decreto-Lei nº85/79, de 18 de Abril, e da Portaria nº660/81, de 5 de Agosto."

*c) Compreende:*

- 1) Departamentos;*
- 2) Divisões;*
- 3) Órgãos de apoio geral.*

*2 - Os departamentos do EMGFA abrangendo áreas funcionais são dirigidos por adjuntos do CEMGFA (generais ou vice-almirantes), em regra pertencentes a Ramos diferentes, e compreendem normalmente:*

- a) Divisões, estruturadas em repartições, e estas em secções, competindo-lhes o desenvolvimento das funções de estado-maior coordenador;*
- b) Serviços e órgãos de execução.*

*3 - Os cargos de chefe de divisão, de Diretor de serviço ou de órgão equivalente, são, em regra, desempenhados por brigadeiros ou contra-almirantes.*

*4 - Sempre que as circunstâncias o aconselhem, o CEMGFA poderá designar um adjunto coordenador (general ou vice-almirante), o qual, como mais direto colaborador do VCEMGFA, terá as atribuições que especificamente lhe forem cometidas.*

*5 - Os órgãos de apoio geral são dirigidos por um brigadeiro ou contra-almirante com a designação de comandante dos órgãos de apoio geral (COAG).*

*6 - O pessoal militar para serviço no EMGFA é requisitado aos Ramos de acordo com o posto, a capacidade e a competência para as funções a desempenhar.*

— *Artigo 8º:*

*- A regulamentação da organização interna do EMGFA e a definição das atribuições dos seus diversos órgãos será feita por portaria do CEMGFA."*

Para além de algumas poucas alterações na estrutura do EMGFA o articulado do Decreto-Lei nº20/82 não veio modificar as funções gerais deste Estado-Maior, que continuam a ser as de Estado-Maior coordenador e de apoio do CEMGFA. Sendo embora idênticas às anteriores funções elas assumem nova dimensão na medida em que as responsabilidades e a competência de comando do CEMGFA foram alargadas. Este aumento de responsabilidades e competência resulta:

- Da transferência para o CEMGFA de grande parte do anterior poder decisório do CCEM cujas atribuições se limitam agora à emissão de pareceres em tudo o que não seja deliberar sobre:

- A estratégia de segurança militar;



- Os sistemas de forças necessários à satisfação da estratégia militar;
  - Os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento, de preparação e de aquisição de meios militares para as FA, incluindo incidências financeiras;
  - O planeamento do emprego operacional conjunto ou combinado dos sistemas de forças.
- Do teor do Artigo 2º do mesmo Decreto-Lei, que diz expressamente:
- O CEMGFA é o responsável pela adequação dos meios à política de Defesa nacional, estabelecendo a coordenação entre os Ramos através dos CEM respetivos;
  - Exerce o comando operacional das FA, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, através dos CEM, dos comandos-chefes e dos comandos conjuntos.

Esta última alínea reforça substancialmente a competência do CEMGFA e alarga, conseqüentemente, as funções do EMGFA, uma vez que àquele é expressamente atribuído “o comando operacional das FA”, quando anteriormente o seu comando era restringido “às forças em operações ou a estas destinadas”.

Nos termos da legislação que tem vindo a ser referida o CEMGFA dispõe:

- De um Estado-Maior pessoal, designado por Gabinete do CEMGFA, o qual secretaria, também, o Conselho de Chefes de Estado-Maior;
- De um Estado-Maior Coordenador, cujas funções são desempenhadas pelo EMGFA.

Neste contexto, atualmente (1984), o EMGFA compreende:

- O VCEMGFA;
- Quatro departamentos:
  - Departamento de Operações (DOP);
  - Departamento de Pessoal e Logística (DPL);
  - Departamento de Planeamento (DPE);
  - Departamento de Finanças (DF).
- Divisão de Informações (DINFO);
- Divisão de Relações Públicas e Assuntos Cíveis (DIRP);
- Órgãos de Apoio Geral (OAG).

As ligações hierárquicas e funcionais entre estes órgãos, assim como a inserção da DINFO no conjunto, podem ser observadas no Quadro 12, que representa a estrutura do Estado-Maior

como Estado-Maior Coordenador. De salientar que tanto a DINFO como a DIRP são divisões diretamente dependentes da chefia do EMGFA, não integradas em qualquer Departamento.

Assim, *“A legalidade da DINFO, vem do Conselho da Revolução e da Lei Orgânica do EMGFA. A pesquisa de informações era para a área da governação. Agora, tudo o que fez estava bem sustentado em coisas legais. Bem, isso não acontece com nenhum serviço de informações, porque senão não chegam ao tal conhecimento que quem o tem não o quer dar. Isto, é um negócio cigano. Naturalmente, que se fizeram algumas coisas para além do sustentável na lei”* (Ent.4).

*“Se pretende saber se havia cobertura legal para a atuação da pesquisa coberta (Rep. E) julgo que não havia. A DINFO como parte da estrutura do EMGFA deveria ter cobertura legal. No entanto, quer tivesse, quer não, sempre trabalhou sem intromissão no caminho de outros e sem cometer ilegalidades”* (Ent.3).

*“Não tenho base nem conhecimentos jurídicos para dizer se tinha ou não. O que sei é que em 1976 existia, como existe hoje, o Estado-Maior General das FA (EMGFA) e a DINFO era a Divisão de Informações desse Estado-Maior, a par de outras Divisões: Planeamento, Operações, Recursos, etc. Portanto, sob esse ponto de vista a existência da DINFO é legalíssima. O que se poderá questionar é se deverão ser os militares e, neste caso, uma simples Divisão do EMGFA a assumir as responsabilidades e a exercer as funções de serviço único de informações do país. Ora, quanto à questão de serem os militares, porque não? Na Bélgica, por exemplo, o serviço nacional de informações (o SGR – Service Général du Renseignement) é um serviço militar; e não é caso único. E quanto ao órgão, o que importa são as funções que lhe são atribuídas. Além disso, e mais uma vez, têm de ser tidos em conta o tempo e as circunstâncias, não se podendo esquecer que, em 1976, o país vivia uma situação transitória, de progressiva normalização institucional (a Constituição da República só foi aprovada em Abril desse ano), e que um serviço ou sistema de informações não se constrói em dois dias”* (Ent.2).

*“A cobertura legal da DINFO, entre a sua criação e a instituição do SIRP, era-lhe dada, portanto, pelo poder da altura (PR e Governo incluídos), que lhe atribuiu as funções e recebia/fazia uso das informações que ela produzia. De resto, com a DINFO as coisas funcionaram quase sempre bem, de forma eficaz e discreta; e os limites da legalidade só viriam a ser ultrapassados no chamado “caso GAL” – que acabaria, aliás, por servir de pretexto para acelerar a criação do SIRP”* (Ent.1).

**Quadro nº 12 – Estrutura Simplificada do Estado-Maior (coordenador)**

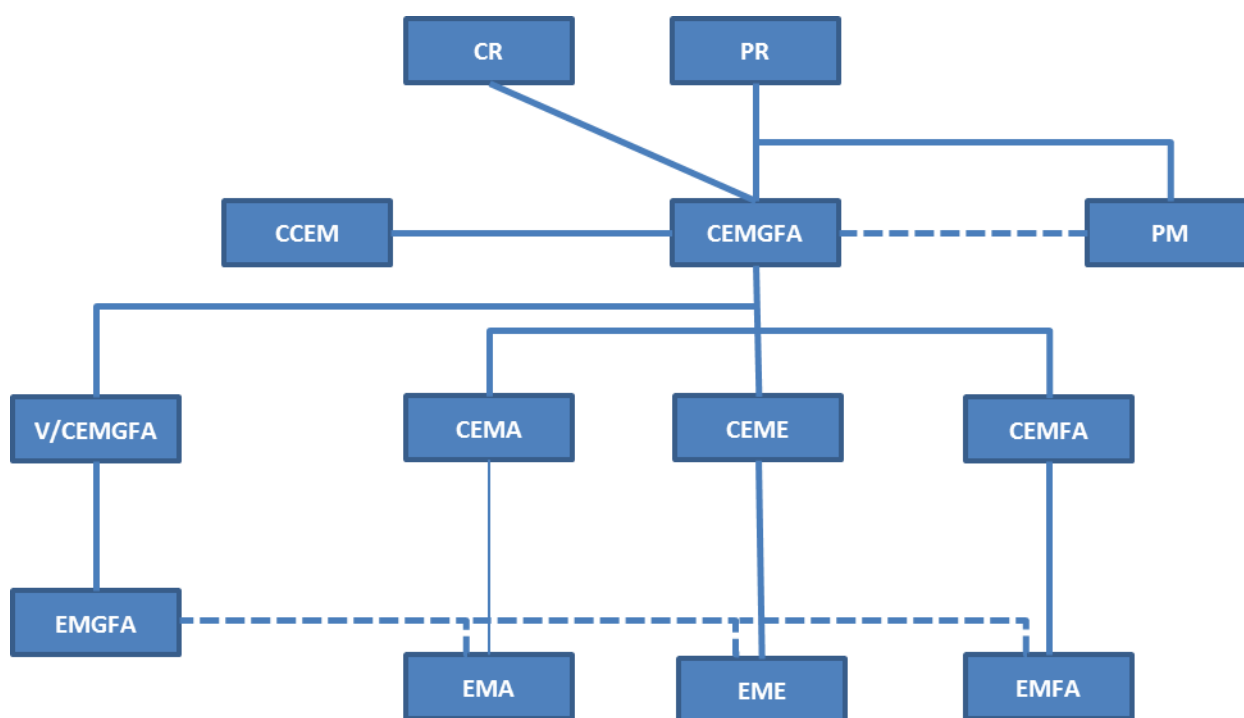
CEMGFA						
V/CEMGFA						
DINFO	DIRP	DOP	DPL	DPE	DF	OAG

Fonte: Elaboração própria

Além do respetivo Gabinete e do Estado-Maior Coordenador (EMGFA), estão na direta dependência do CEMGFA, diversos outros órgãos.

O próximo quadro apresenta, sucintamente, o EMGFA inserido na organização do conjunto das FA, assim como, o CEMGFA e as respetivas ligações políticas deste ao Governo.

**Quadro nº 13 – EMGFA: Inserção nas FFAA e ligações políticas (exemplo simplificado)<sup>74</sup>**



Fonte: Elaboração própria

### 8.4.3. SERVIÇO DE INFORMAÇÕES MILITARES

A designação orgânica de Serviço pode fazer supor que o SIM se caracteriza por uma estrutura orgânica homogénea e linear.

A simplicidade da designação não traduz, de facto, toda a complexa realidade duma estrutura "sui generis", muito diversificada, que engloba várias organizações de linha ligadas entre

<sup>74</sup> Legenda: CR: Conselho da Revolução; PR: Presidente da República; CCEM: Conselho de Chefes de Estado-Maior; CEMGFA: Chefe do Estado-Maior-General das FA; PM: Primeiro-Ministro; V/CEMGFA: Vice/ Chefe do Estado-Maior-General das FA; CEMA: Chefe do Estado-Maior da Armada; CEME: Chefe do Estado-Maior do Exército; CEMFA: Chefe do Estado-Maior da Força Aérea; EMGFA: Estado-Maior-General das FA; EMA: Estado-Maior da Armada; EME: Estado-Maior do Exército; EMFA: Estado-Maior da Força Aérea.

si por diversos graus de dependência e que abrange uma vasta área funcional onde se exercem as atribuições de comando operacional e a orientação e coordenação das atividades de informações das FA e a sua coordenação, no mesmo âmbito, com as Forças de segurança (ou outros órgãos interessados), por parte do CEMGFA.

Uma ideia concreta do que é o SIM poderá ser dada por intermédio da exposição dos princípios por que se rege e do quadro que traduzem a sua estrutura diversificada.

#### 8.4.3.1. PRINCÍPIOS DE FUNCIONAMENTO

O SIM depende diretamente do CEMGFA e rege-se pelos seguintes princípios:

- É orientado e coordenado pelo Chefe da Divisão de Informações do EMGFA na dependência direta do CEMGFA e engloba a DINFO/EMGFA, os SIM dos Ramos das FA e dos Comandos Chefes dependentes do EMGFA e os SI das Forças de Segurança que lhe sejam afetos;
- Apoia o Presidente da República e o Governo, a pedido, e deverá estar sempre em condições de assumir a direção dos serviços de informações civis que venham a ser criados, em situações de emergência.

No que toca especificamente à DINFO, os princípios que norteiam a sua atividade, além dos já referidos ao SIM, do qual faz parte, são apresentados a seguir:

- Realiza, exclusivamente, atividades de informações e não atividades policiais. Desta forma, as investigações, interrogatórios e detenções não são da sua competência. Esta situação fica ilustrada pela colaboração que a DINFO manteve com a Polícia Judiciária: *“Como com o 25 de Abril a polícia e a GNR ficaram de rastros, a Polícia Judiciária precisou muito do nosso apoio. Nessa altura (período de atividade das FP25), fizemos uma data de operações juntos e eles apreciaram muito isso. Nessa altura, apanharam umas armas e outras coisas no Porto e nós fomos lá a pedido deles”* (Ent.5).

*“Importante era a credibilização e o receio de qualquer infiltração que pudessem pôr em perigo o trabalho a desenvolver. Na altura, toda a atenção inicial, no campo da pesquisa, estava vocacionada para as atividades violentas de grupos de extrema-esquerda e de extrema-direita. Neste campo houve uma forte cooperação com a Polícia Judiciária que dispunha de um Gabinete Militar não sei se criado para o efeito e que era dirigido por um militar”* (Ent.3).

*“No que diz respeito à ligação/colaboração entre a DINFO e outras entidades, o caso do desmantelamento das FP-25 será o exemplo mais flagrante da existência dessa ligação/colaboração, no caso com a Polícia Judiciária. Já antes disso, a Repartição E da DINFO tinha ministrado formação ao pessoal da Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB), quando esta foi constituída. É certo que, no decurso da operação anti-FP-25, existiram atritos e*

*tensões entre a DINFO e a PJ – devido ao velho tique, muito português, de querer colher e exibir "os louros" do sucesso (...) – mas a situação foi ultrapassada e a colaboração prosseguiu. Com o SIS, também havia ligação, mas pareceu-me sempre – à distância, porque isso não era do meu pelouro – que o SIS denunciava alguma reserva ou receio de colaboração com os militares, assim como alguma sofreguidão em mostrar serviço; e era vulgar "tropeçar" em elementos do SIS a recolherem informação sobre assuntos que não eram, claramente, da esfera de atividade da segurança interna (como a situação em Timor-Leste e nos PALOP, por exemplo). Mas esta é uma situação que ainda hoje se verifica, mesmo tendo o SIED e o SIS uma direção comum..." (Ent.2).*

- Não propõe ou formula opções políticas por resultado dos seus relatórios: *"Nunca entrámos em terrenos políticos que poderia levar-nos a conflitos institucionais. Procurávamos a pessoa que transgredia não o partido a que pertencia. Muitas vezes era recomendado o maior cuidado quando se pressentia que o terreno era escorregadio e podia ocasionar mal entendidos.*

*Mesmo em termos militares era tido o maior cuidado. Se se dispunha de informações que apontavam um como provável transgressor a pesquisa atuava de uma maneira segura, embora à primeira vista parecesse ser fácil dado ser um elemento da grande família militar.*

*Não. Não me recordo de alguma vez ter vislumbrado que determinada atuação tivesse origem em solicitações políticas, se é isto que pretende saber. Havia um plano estratégico nacional que definia o nosso campo de atuação" (Ent.3).*

*"Em relação à atividade desenvolvida pela DINFO, como até à criação do SIS era o único serviço a trabalhar a área das Informações não havia qualquer delimitação nos sectores trabalhados, no entanto, sempre que no decorrer das investigações se deparava com algum alvo ou com matéria tipificada como crime, a informação era passada aos órgãos competentes para prosseguirem com a investigação, como tal durante os mais de 20 anos em que a Rep. E atuou nunca exerceu qualquer atividade contra elementos de partidos políticos ou efetuou quaisquer interrogatórios em matéria penal" (Ent.1).*

Colabora, no entanto, na definição da política nacional de informações.

#### 8.4.3.2. ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

O SIM, não está estruturado de modo formal, como facilmente se compreende, sendo antes caracterizado por uma organização funcional que abrange a área de atividade dos órgãos sobre os quais é exercida a ação de orientação e coordenação do CEMGFA. Esta área é relativamente vasta e possui dimensão nacional.

#### 8.4.3.3. ESTRUTURA

Para melhor compreendermos a estrutura do SIM, observamos o Quadro seguinte, onde ressaltam os graus de orientação e coordenação do CEMGFA.

**Quadro nº 14 - Estrutura do SIM**

CEMGFA	ORIENTAÇÃO	COORDENAÇÃO
CHEFE DINFO		
DINFO		
	SIM Exército	SI GNR
	SIM Marinha	SI GFiscal
	SIM Força Aérea	SI PSP
	Comandos-Chefes	SI Outros
	Adidos	

Fonte: Elaboração própria

#### 8.4.4. DIVISÃO DE INFORMAÇÕES

Anteriormente, pretendemos situar a DINFO na dupla função de Estado-Maior do CEMGFA, e de órgão de execução dos SIM. Porém, parece-nos, que uma contextualização mais ampla da DINFO, designadamente, no que respeita ao percurso das informações até à criação deste organismo, permite um refrescamento dessa realidade: *"Com o golpe do 25 de Novembro, dá-se a extinção do SDCI, que por sua vez no golpe do 11 de Março tinha extinto a 2ª Divisão do EMGFA, que funcionava na Ajuda sob as ordens do então Brigadeiro Pedro Cardoso, mais tarde General e Diretor do Conselho Superior das Informações, coube ao Coronel Marques Pinto a incumbência de implementar um serviço semelhante ao que tinha sido a 2ª Divisão. Tem que se entender que a 2ª Divisão era o serviço coordenador, centralizador das informações produzidas pelas 2ª Rep dos Estados-Maiores dos Ramos, que as recolhiam das suas Unidades. É por isso que no meio das informações, e também defendido pelo general Vizela Cardoso, todos os indivíduos que constituem as FA se incluem no ciclo da produção de informações.*

*O Coronel Marques Pinto montou um serviço à semelhança da 2ª Divisão, mas, face à situação de insegurança política vivida no país, com a existência de pequenos grupos quer da extrema direita quer da extrema esquerda, que não pretendiam a estabilização do país, não o deixando evoluir para uma verdadeira democracia, foi sentida a necessidade da DINFO criar uma repartição vocacionada para a pesquisa coberta de informações visando não só a segurança interna como a contrainformação na busca de atos de espionagem envolvendo agentes de países de leste e cidadãos nacionais. Para o cumprimento desta missão o Conselho da Revolução e o 1º Ministro atribuíram à DINFO a competência para trabalhar as informações não só militares como as de segurança interna e contrainformação" (Ent.1).*

É deste contexto que resultam as suas atribuições e composição. O relevo da DINFO, no panorama das informações, identifica-se com diversas circunstâncias:

- Formação durante o início do processo democrático;
- Constituiu-se como serviço de informações e segurança militares, informações de segurança e externas (estratégicas);
- Desenvolveu a respetiva atividade durante cerca de 20 anos;
- Desempenhou um papel único em diversas frentes (terrorismo, espionagem, descolonização);
- A extinção da DINFO é concomitante com a subalternização do papel das IM no SIRP e no panorama das Informações nacionais.

#### 8.4.4.1. MISSÃO DA DINFO

Entre outras funções, a DINFO desenvolve as seguintes:

- Planeia, orienta e coordena as atividades de informações dos órgãos do SIM, bem como, dos Adidos e Missões militares no estrangeiro;
- Estabelece ligação com os órgãos nacionais interessados com vista à coordenação das respetivas atividades de informações com as correspondentes do SIM;
- Produz informações sobre forças militares de alianças definidas como agentes potenciais de ações armadas em território nacional; e, sobre países, indivíduos ou organizações colaboradores de alianças ou países definidos como agentes potenciais de ações armadas em território nacional, ou agentes potenciais ou efetivos de atividades de subversão, espionagem, terrorismo e sabotagem, no interior do país, tendo em vista alterar o sistema político-económico-social constitucionalmente definido: *“ Todos os países de leste, e não só, faziam recolha de informações no nosso país quer de uma maneira aberta, quer utilizando as tradicionais coberturas das respetivas embaixadas. Os serviços de informações soviéticos (KGB e GRU) foram os mais ativos. E era sobre estes que a DINFO exercia um trabalho mais profundo ao ponto de contribuir para a expulsão de vários diplomatas daquele país. Dadas as limitações humanas existentes pode considerar-se que se fez um bom trabalho que se refletiu na expulsão de vários diplomatas soviéticos, oficiais do KGB e GRU e de outros países do leste europeu. No campo da contra espionagem foram detetados e anulados alguns oficiais de informações dos países de leste graças à atuação da pesquisa coberta. Cooperou-se também com SI ocidentais quando solicitaram a nossa ajuda”* (Ent.3).

*“Uma das principais áreas de trabalho da DINFO foi exatamente a contraespionagem. É preciso salientar que se estava no auge da Guerra-fria e a espionagem da União Soviética era extremamente ativa, aqui em Portugal, tanto na parte militar (através do GRU) como no domínio civil (através do KGB). Os elementos dos SI soviéticos, sob cobertura diplomática ou “disfarçados”*

*de funcionários de empresas e outros organismos (como a companhia de aviação Aeroflot, as agências noticiosas TASS e Novosti, as representações comerciais, etc.), desenvolviam uma atividade bastante intensa de recolha de informações sobre assuntos políticos, tecnológicos e militares, sobretudo os respeitantes à NATO. Chegou a haver casos concretos de recrutamento de militares portugueses, alguns dos quais foram, inclusive, levados a visitar a União Soviética, e que só mais tarde, no início da década de 90, com a revelação do arquivo Mitrokhin, viriam a ser identificados. Foi, portanto, nesse período (em finais dos anos 70 e durante a década de 80), que o trabalho de identificação e seguimento da atividade de espionagem foi mais ativo por parte da DINFO. E com alguns sucessos conhecidos, como a operação que deu origem à expulsão de diplomatas soviéticos no tempo do governo da AD' (Ent.2).*

- Produz informações sobre indivíduos ou grupos que desenvolvam outras atividades contrárias à ordem constitucional, nomeadamente, o incitamento à insurreição, à violência e à desobediência ou que visem alcançar o poder por meios não democráticos: *"Quando foi o problema das FP 25 de Abril, em que foi baleado o tipo da fábrica de loiça de Sacavém, nesse dia, o chefe da Divisão, que era na altura o Brigadeiro Serôdio, foi chamado ao Conselho de ministros. Disseram que tinha sido um ataque a uma figura importante. Foi-lhes dito que, não era uma figura importante mas sim um empresário que devia ter problemas com alguém, talvez falta de pagamento de alguma coisa e que as FP para demonstrarem que estavam ao lado do povo fizeram aquilo" (Ent.5).*

*"Qualquer SI necessita de pesquisa coberta. Só com a criação do Dtec (Departamento Técnico), mais tarde Rep E, órgão de pesquisa coberta da DINFO foi possível a esta Divisão auxiliar as forças policiais no combate à violência desencadeada pela extrema direita e extrema-esquerda" (Ent.3).*

- Executa pesquisa em proveito dos SIM (Exército, Marinha e Força Aérea);
- Produz informações sobre ações e atitudes de países e organizações internacionais com repercussão direta na vida económica e cultural do país com especial atenção para os países africanos de expressão portuguesa e para as comunidades emigradas: *"Também o trabalho desenvolvido junto de algumas forças angolanas e moçambicanas foi bastante para que os interesses portugueses nesses países não fossem muito prejudicados" (Ent.3).*

*"Os processos de paz em Angola e Moçambique, por exemplo, contaram com a contribuição da DINFO, assente num longo historial de contatos com os movimentos oposicionistas armados que combatiam os regimes em vigor nos dois países (UNITA e RENAMO). Aliás, o processo de paz em Moçambique resulta essencialmente de trabalho da DINFO, que foi quem estabeleceu todos os contatos com a RENAMO, no Malawi, no Quênia, etc.; só depois entraram em cena o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Vaticano, através da Comunidade de Santo Egídio" (Ent.2).*



*"Após o aparecimento do SIS a atividade da DINFO ficou mais limitada às informações militares, à contrainformação e trabalhar os movimentos de libertação das antigas colónias, nomeadamente a UNITA, as FLEC FAC e Renovada e a RENAMO, com as quais mantinha relações privilegiadas. Também neste campo e após o início de 1990 começou os contatos com a Resistência Timorense, utilizando o canal da Igreja Católica Timorense" (Ent.1).*

- Centraliza as ligações com serviços de informações estrangeiros e com os órgãos técnicos da NATO com vista à troca de IM de acordo com as necessidades da Defesa Nacional. A concretização desta atribuição identifica-se com a credibilização internacional da DINFO: *"Restabelecida a confiança, com o tempo, e esquecido o SDCI, passou a haver uma proveitosa colaboração, nos dois sentidos, com outros SI ocidentais; "(a DINFO) Sempre procurou responder aos grandes problemas que se lhe colocaram e soube granjear entre os seus congéneres, nacionais e internacionais o maior apreço. É disso prova as ofertas dos vários SI estrangeiros na formação e atualização de conhecimentos dos funcionários (civis e militares) da DINFO. O contributo dado à defesa dos interesses nacionais foi bastante interessante" (Ent.3).*

*"Também havia ligação, e uma boa relação, com SI estrangeiros, nomeadamente ingleses, israelitas, americanos e franceses" (Ent.2).*

*"Em termos internacionais a DINFO era muito considerada pelo seu profissionalismo, mantendo relações com os serviços congéneres da Europa, e com os EUA, tendo inclusive efetuado bastantes operações em países "Amigos" conjuntamente com os serviços locais. Havia uma constante e profícua troca de informações, sobretudo sobre a movimentação de agentes dos países de leste que circulavam pela Europa e que muitas vezes utilizavam o nosso país para efetuar os seus contatos" (Ent.1).*

- Mantém e coordena as ligações com os adidos e representações militares portuguesas no estrangeiro e com os adidos e representações estrangeiras em Portugal. Os adidos, dependem funcionalmente do órgão principal das IM, no caso em apreço, do Chefe da DINFO: *"O próprio chefe do SIM (atual CISMIL), só tem autoridade funcional, não tem competência disciplinar" (Ent.4).*

Apesar da importância de que se reveste a atividade dos adidos, ontem como hoje, parece que muito há para fazer, designadamente, no capítulo da abordagem à preparação para os cargos: *"Os adidos, são uma ferramenta fundamental. Fazem pesquisa aberta e discreta. Tem que ser bom em relações públicas. Mesmo onde existe pessoal do SIED, o adido tem que fazer pesquisa" (Ent.4).*

*"O papel dos adidos de defesa e militares está definido e regulamentado: os adidos têm um papel que é essencialmente de representação e de ligação diplomática, militar, com as autoridades dos países onde estão acreditados. Portanto, eles têm de ter algum cuidado com a forma como*

*atuam, para não criarem problemas e não colocarem em causa o princípio da confiança entre estados. No entanto, dada a posição que ocupam, e como qualquer militar, os adidos devem ser, por princípio, pesquisadores de informações, embora tenham que o fazer com determinados cuidados; porque efetivamente o seu estatuto impõe limitações e, se pisarem o risco, sujeitam-se (...) No entanto, um adido que tenha sensibilidade e alguma preparação pode criar uma rede de contatos que lhe faculte informação importante. Mas isso tem de ser feito com particular cuidado e por quem o saiba fazer – o que, infelizmente, é raro acontecer” (Ent.2).*

Nas informações, designadamente, nas IM, o desempenho do papel dos adidos será, parece, sempre uma mais valia na pesquisa de informação: *“Os adidos, além de andarem pelos coquetéis, têm de tratar de outros assuntos. Que não são assuntos que se relacionam com a ADM (Assistência na Doença aos Militares) ou coisa parecida.*

*Não havia adido militar em Bruxelas. Em Bruxelas, tínhamos não sei quantos militares. E, só se deu por isso, quando um Coronel inglês quis apresentar um assunto e mandaram-no tratar disso com o adido militar em Paris. O Coronel estava em Mons. Os adidos militares, têm que ser industriados. Não pode ser como prémio de carreira.*

*É necessário, que o adido tenha estrutura para o exercício do cargo e é necessário que tenha formação. Formação para, acima de tudo resguardar-se. Em 1977, criou-se o cargo de adjunto do adido militar em Madrid, e o militar indicado nunca conseguiu ser lá colocado” (Ent.5).*

*“Nos EUA, até as mulheres dos adidos têm preparação. E, às vezes, bem preciso é. Têm de ter comportamentos de discrição e às vezes podem ajudar a pescar alguma informação. Por outro lado, nem toda a gente tem jeito para isto. E, atualmente, não há nenhum adido americano que não pertença à DIA. São do serviço de informações. Aqui, isso não acontece.*

*Durante o tempo da DINFO, este aspeto era levado mais a sério e os adidos tinham preparação, era-lhes dada formação específica para se movimentarem no terreno, e nomeadamente nos países de maior risco, como os países africanos, cujos SI tinham sido formados pela União Soviética. Os adidos, durante o estágio de preparação para a função, tinham exercícios práticos com a Vigilância da Repartição E, inclusive treino de como andar na rua, como detetarem eventuais seguimentos, etc. Quando acabou a DINFO, ou ainda antes, a partir de determinada altura, esse cuidado foi deixado cair.*

*Tudo isto para dizer que, num passado não muito distante, o papel dos adidos na pesquisa de informações era levado mais a sério, embora os resultados práticos tenha sido sempre relativos. Primeiro, porque, na nomeação dos adidos, o CISMIL (tal como os seus antecessores DINFO e DIMIL) não é tido nem achado: os Ramos é que fazem as nomeações e sabe-se que os critérios de escolha não têm em conta a sensibilidade para a questão das informações. Em contatos oficiais com SI militares estrangeiros (Roménia, Eslovénia, etc.) lembro-me de os responsáveis desses serviços referirem, abertamente, que tinham dois tipos de adidos: para certos países, o perfil era mais ou menos indiferenciado; mas para os países considerados prioritários do ponto de vista estratégico, a escolha é criteriosa: não serve um qualquer, mas quem tenha,*

*reconhecidamente, capacidades e sensibilidade para as informações'* (Ent.4).

#### 8.4.4.2. QUADRO ORGÂNICO DA DINFO

Culminando uma série de resoluções parcelares, que vieram a ser tomadas durante um largo período em que o assunto esteve em apreciação, o Conselho de Chefes de Estado-Maior aprovou em 1977 uma organização geral do EMGFA, na qual se integrava a DINFO, e que estipulava para esta um determinado Quadro Orgânico de pessoal.

O referido Quadro Orgânico compreende pessoal militar e civil. O pessoal militar é proveniente e seria destacado pelos três Ramos das FA, na proporção dos seus efetivos, de acordo com normas (ao tempo), não oficializadas. O pessoal civil, inicialmente de diversas origens, antes da criação do Quadro de Pessoal Civil do EMGFA, seria proveniente deste, após a respetiva criação resultante da publicação da necessária Portaria<sup>75</sup>: *"Começámos a recrutar pessoas (a partir de 26 de Novembro de 75), militares, civis retornados de Angola, principalmente, que tinham prática de informações, porque trabalharam nos SIA (Serviço de Informações de Angola). Fomos repescar pessoal com experiência e fomos preenchendo o Quadro Orgânico, para fazer a DINFO e entretanto o SDCI não existia, acabou, mas o que existia, também não interessava"* (Ent.4).

*"Na altura da transição SDCI/DINFO ainda não me encontrava nesta Divisão. No entanto recordo, por conhecimento posterior, que diretamente do SDCI apenas terá transitado o Major Dias Branco, (mais tarde Chefe da DINFO), convidado pelo Coronel Marques Pinto. Da então 2ª Divisão transitaram alguns elementos também para a DINFO.*

*Após o 25 de Novembro de 1975 o Coronel Marques Pinto indigitado para assumir o leme das informações pelo General Costa Gomes, rodeou-se, como não podia deixar de ser, de indivíduos da sua confiança que foi buscar às FA e aos extintos serviços de informações de Angola, SCCIA – Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola, do qual foi Diretor em 1965/68, e aos SCCI de Moçambique (SCCIM). A urgência da situação exigia o recrutamento de indivíduos já com conhecimentos no tratamento das informações e que lhe garantisse segurança e isenção. Procurou evitar-se o recrutamento de indivíduos conotados com a esquerda, PCP; UDP, etc.,"* (Ent.3).

*"Antes de mais, devo esclarecer que não sei ao certo se o SDCI forneceu ou não pessoal, pois não assisti de perto ao nascimento da DINFO, só lá trabalhei uns bons anos mais tarde. Mas, se for verdade (e acredito que sim), isso tem alguma lógica. De facto, a seguir ao 11 de Março de 1975, com o chamado PREC, o país estava dividido entre as forças ditas revolucionárias, que pretendiam um regime coletivista do tipo "ditadura do proletariado", e as forças moderadas, defensoras de uma democracia do tipo ocidental, que viriam a sair vencedoras no 25 de Novembro e a determinar a orientação do processo político, daí para diante.*

---

<sup>75</sup> Portaria nº672-B/78, de 21 de novembro de 1978.

*Segundo julgo saber, e relativamente ao núcleo diretivo, foi escolhido pessoal militar com aptidões e experiência de trabalho em informações. Como é sabido, as informações tiveram um papel fundamental no Ultramar, durante a guerra, e havia pessoas, não só militares mas também civis, que tinham formação e experiência nesse campo.*

*Quanto ao restante pessoal, o recrutamento recorreu a diferentes origens: foi aproveitado pessoal civil já qualificado, do Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (dependente do respetivo Governo-Geral) e do organismo congénere de Moçambique; foram efetuados concursos para admissão de pessoal civil novo, aos quais concorreram quer oficiais ou sargentos milicianos que passavam à disponibilidade, quer outros jovens, recomendados por pessoas que os conheciam e abonavam da sua idoneidade; e era solicitado pessoal militar aos Ramos, quando necessário" (Ent.2).*

*"O recrutamento quer dos militares quer dos civis para prestarem serviço na DINFO era efetuado através do conhecimento pessoal, e cada um ficava como garante, fiador, dos indivíduos que indicava" (Ent.1).*

Salientamos que o Quadro Orgânico da DINFO foi inicialmente estudado para uma organização da Divisão diversa da que veio a verificar-se.

Nos anos 1979/80 a DINFO foi reorganizada, sem aumento de encargos e efetivos.

Os efetivos da DINFO, nunca atingiram a totalidade dos respetivos quadros, quer no que respeita ao pessoal civil, quer no que é inerente ao pessoal militar.

Teoricamente, o efetivo e a qualificação dos Recursos Humanos de qualquer organização é elaborado em função das atribuições que lhe são destinadas, ou seja, é adaptado à natureza e dimensão das tarefas que constituem a sua missão, assim como aos meios técnicos que lhe correspondem: *"Alguns dos militares e civis receberam formação de serviços congéneres ocidentais a quem foi pedida colaboração ou que se ofereceram para tal. Nenhum dos funcionários da Rep. E possuía qualquer identificação que o relacionasse com a atividade coberta que desempenhavam, não possuíam armamento e em caso de detenção pelas autoridades teriam de solucionar o facto da melhor maneira sem darem a conhecer a atividade que desempenhavam. Para tanto a formação e atualização de conhecimentos era imprescindível" (Ent.3).*

*"A formação era adquirida não só em Portugal, mas também, por vezes, no estrangeiro, e nomeadamente em Inglaterra. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o General Pedro Cardoso, que viria a ser o principal impulsionador da DINFO e, mais tarde, do próprio SIRP – daí que o modelo por ele seguido tenha sido sempre o modelo britânico. Mas houve também formação dada pela MOSSAD ao pessoal do departamento operacional (a Repartição E).*

*Ao pessoal sem formação prévia em informações era ministrada formação adequada, na DINFO, com meios próprios e com recurso a apoios exteriores, nacionais ou estrangeiros" (Ent.2).*

*"Em relação às valências (competências) do pessoal militar/civil que integrava a Rep. E que estava incumbida da pesquisa coberta, controlo de agentes, e contatos com os movimentos de*

*libertação das antigas províncias ultramarinas, teve a sua formação específica ministrada por serviços "amigos" destacando-se os israelitas e os britânicos, sendo a formação dada em Portugal ou no estrangeiro" (Ent.1).*

Face às responsabilidades da missão da DINFO, a compatibilização dos Recursos Humanos revela-se como uma necessidade que advém da dupla função da DINFO, como órgão de execução de informações e como órgão de Estado-Maior para a orientação e coordenação de toda a estrutura do SIM.

#### 8.4.4.3. A DINFO E A QUESTÃO DE TIMOR (ATUAÇÃO DAS IM)

*"A DINFO, após o início de 1990 começou os contatos com a Resistência Timorense, utilizando o canal da Igreja Católica Timorense" (Ent.1).*

Durante muito tempo, a questão de Timor esteve estagnada. Para se compreender porquê, valerá a pena fazer um pouco de história e sublinhar que, contrariamente ao que aconteceu nas ex-colónias africanas, em Timor não chegou a haver descolonização: *"Em 1974/75 havia lá três partidos: a FRETILIN (marxista), que exigia a independência imediata e incondicional; a UDT (conservadora), que defendia a independência, mas mantendo a ligação a Portugal; e a APODETI, que preconizava a integração na Indonésia. Em 06Ago75 estala uma guerra civil, violentíssima, entre a UDT e a FRETILIN e o Governador, Cor. Lemos Pires, retira a reduzida força militar portuguesa para a ilha de Ataúro, recebendo depois instruções para regressar a Lisboa. Ao fim de alguns meses, a FRETILIN sai vencedora e declara unilateralmente a independência.<sup>76</sup> Receando a instauração de um regime comunista na região e numa ilha cuja metade ocidental lhe pertencia, a Indonésia<sup>77</sup>, um dia depois de o Presidente norte-americano Gerald Ford ter visitado Jakarta, invade e anexa o território que considerava abandonado por Portugal" (Ent.2).*

A Indonésia fez uso, para isso, duma violência tremenda, deixando um rasto de milhares de mortos e obrigando grande parte da população a refugiar-se no mato. Dias antes da invasão, um grupo de dirigentes da FRETILIN (Abílio Araújo, Ramos-Horta, Mari Alkatiri, Rogério Lobato e outros) tinha partido para o exterior, para uma ofensiva diplomática internacional destinada a angariar apoios e a conseguir que a independência fosse reconhecida; por esse motivo, eles foram os únicos *"históricos"* da FRETILIN que viriam a sobreviver à ocupação e, já em campos políticos diversos, a assistir à *"restauração da independência"*<sup>78</sup>: *"Entretanto, nas montanhas, Nicolau Lobato organiza e lidera a resistência armada, as FALINTIL – que de início se batem heroicamente, mas vão enfrentando deserções e dificuldades crescentes com as chamadas "campanhas de cerco e aniquilamento" (uma ofensiva das FA indonésias, envolvendo meios terrestres e aéreos, que visava exterminar a guerrilha). Cá fora, sabia-se cada vez menos do que se passava em Timor. A*

---

<sup>76</sup> Em 28 de novembro de 1975.

<sup>77</sup> Em 7 de dezembro de 1975.

<sup>78</sup> Em 20 de maio de 2002.

*propaganda indonésia filtrava tudo e ia conseguindo passar a ideia de que a resistência tinha os dias contados. Com o desaparecimento de Nicolau Lobato (morto numa emboscada, em 31Dez78), a guerrilha sofre um abalo fortíssimo; e o silêncio quase total dos anos seguintes levou muita gente a acreditar que a resistência acabara mesmo. Só em 1984/85 chegariam notícias da "ressurreição" da luta armada, sob o comando de Xanana Gusmão. A verdade é que, internacionalmente, a integração de Timor na Indonésia era, até finais da década de 80, um dado praticamente adquirido e, mesmo no MNE português, a independência era vista como uma quase utopia; o objetivo passava por encontrar uma solução negociada, que permitisse aos timorenses preservar a sua identidade e a Portugal salvar a face" (Ent.2).*

A situação começaria lentamente a mudar na segunda metade dos anos 80, na sequência da reorganização da Resistência e da reorientação estratégica da luta definida por Xanana Gusmão. A reorganização assentou na criação do Conselho Nacional da Resistência Maubere (organismo representativo supremo do povo timorense, aglutinando todas as forças políticas independentistas) e na estruturação do Conselho Executivo da Luta, com três frentes (a Frente Armada e a Frente Clandestina, operando no interior de Timor, e a Frente Diplomática, no exterior); a reorientação estratégica consistiu na atribuição de primazia às atividades política e diplomática, em detrimento da luta armada. Assim, a guerrilha mantinha-se, mas assumia um papel sobretudo simbólico; e a prioridade transferiu-se para a agitação política nas cidades e vilas, com a Frente Clandestina a promover manifestações e outras iniciativas que dessem visibilidade à causa timorense e mostrassem que a resistência estava viva. Para isso seriam aproveitados todos os eventos cobertos pela imprensa internacional (como a visita do Papa, em 1989). Com o massacre de Santa Cruz<sup>79</sup>, quando o exército indonésio reprimiu a tiro uma romagem à campa de Sebastião Gomes (um estudante morto dias antes pela polícia), no Cemitério de Santa Cruz, em Díli, matando cerca de 200 jovens – a mudança que já se verificava sofreu um impulso decisivo. Antes, havia notícias de violência e repressão indiscriminada por parte dos indonésios, mas a opinião pública internacional encarava isso com algum ceticismo, como propaganda: "*Só que, em Santa Cruz, o massacre foi filmado por um jornalista freelancer inglês (Max Stahl), que conseguiu fazer passar a cassete para o exterior, e as imagens impressionaram, levando o mundo a mudar de ideias (...)* Além disso, tinha caído o muro de Berlim, vivia-se um ambiente de desanuviamento internacional, a questão dos direitos humanos merecia atenção crescente e o trabalho de lobbying desenvolvido pela Resistência em Washington começava a dar resultados: as pressões sobre Jakarta aumentaram – agravadas por problemas internos – e a realização dum referendo em Timor, anteriormente impensável, foi ganhando força, até ser aceite pelo Presidente indonésio, Yussuf Habibie, com os resultados que se conhecem. Honra seja feita aos resistentes timorenses no exterior (Ramos-Horta, Alkatiri e outros), que sempre acreditaram e, na ONU ou noutras instâncias internacionais, nunca desistiram de divulgar o que se passava no interior de Timor e de se bater

---

<sup>79</sup> Em 12 de novembro de 1991.

*pela independência. Igualmente importante, senão mesmo mais importante, foi – sobretudo no interior – o papel da Igreja Católica' (Ent.1).*

De permeio com esta sucessão de acontecimentos, o acompanhamento mais próximo e sistemático da situação em Timor por parte da DINFO começa de facto em 1994: *"No início de Janeiro de 94, o Primeiro-Ministro, Professor Cavaco Silva, dera instruções para se passar a seguir mais atentamente a situação em Timor.*

*Dias antes (em 31Dez93) tinha chegado a Lisboa um grupo de jovens timorenses que tinham procurado asilo político na embaixada da Suécia em Jakarta e que, ao fim de meses de negociações, Portugal aceitara acolher. Houve quem chegasse à fala com alguém desse grupo, depois com representantes das diversas forças e tendências políticas timorenses que residiam ou iam passando por cá; foram-se alargando os contatos e selecionando alvos, percebendo-se o quadro de situação, os interesses, as disputas e rivalidades; e, ao fim de algum tempo, tínhamos já ligações para o interior de Timor, que nos permitiam saber quase "sobre a hora" o que se ia passando por lá. Essas ligações incluíam elementos da Frente Clandestina que contactavam a guerrilha, para a qual chegámos a enviar algum apoio através de portadores (por exemplo medicamentos e um ou outro item que nos era pedido). Até meados de 1997, quando o SIEDM inicia funções e toma conta do assunto, foi desenvolvido um excelente trabalho de informação, que muito útil terá sido para os governos da época e para as decisões que tomaram. Isso foi, aliás, reconhecido em diversas ocasiões" (Ent.1).*

Podemos dizer que a Igreja Católica foi, em Timor, a verdadeira espinha dorsal da Resistência: *"Isso explicará até, em boa parte, o crescimento exponencial do catolicismo em Timor, durante os anos da ocupação indonésia (lembro que em 1975 uma parte significativa da população não era cristã, mas animista). No seu objetivo declarado de conquistar os corações e mentes timorenses, os indonésios nunca se atreveram a afrontar verdadeiramente a Igreja Católica; por isso ela pôde sempre movimentar-se com algum à-vontade, apoiando as aspirações nacionalistas da população e a resistência ao invasor – embora também houvesse, obviamente, clérigos e fiéis pró-indonésios" (Ent.2).*

A Igreja foi-se constituindo num refúgio e num amparo para a população, face à atuação das forças ocupantes, e tornou-se, progressivamente, na verdadeira retaguarda da Resistência: *"Foi D. Martinho da Costa Lopes, bispo de Díli entre 1977 e 1983, quem não deixou que a resistência se extinguisse, nos anos duros das "campanhas de cerco e aniquilamento" (por isso viria a ser afastado do cargo por pressões de Jakarta, morrendo pobre e esquecido em Portugal). Era de muitas paróquias de Timor que saía grande parte do apoio financeiro e logístico à guerrilha. Foram padres católicos que ajudaram a organizar a Resistência e que, durante anos, aconselhavam e orientavam os líderes e quadros das Frentes Armada e Clandestina (a maior parte deles sem formação académica), davam-lhes a mão na elaboração de documentos de trabalho, etc. E foi a hierarquia católica timorense a forçar a transformação do Conselho Nacional da Resistência Maubere em Conselho Nacional da Resistência Timorense (a anterior designação não reunia*

*unanimidade), bem como a promover uma convenção (realizada em 1998, em Peniche) destinada a ultrapassar os problemas existentes e a redefinir o rumo e o modo de funcionamento da organização” (Ent.2). Da mesma maneira, no plano diplomático internacional a Igreja desempenhou o seu papel, sobretudo na sequência da visita do Papa João Paulo II à Indonésia e Timor, em Outubro de 1989.*

#### 8.4.5. CENTRO DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA MILITARES (CISMIL)

A afirmação do país passa pela construção e integração de capacidades que podem dar vantagem aos interesses próprios, e aos interesses que partilhamos com outros países e povos. As FA serão sempre uma pedra de toque da segurança e defesa nacionais mas têm de ser complementadas. A segurança coletiva depende também da diplomacia que pode atuar em qualquer lugar do planeta, desde os grandes centros urbanos às zonas mais inseguras; da formação de especialistas que podem reforçar a governança e apoiar a dignidade humana; dos sistemas judiciais eficientes e eficazes; e, dos serviços de informações, designadamente as IM, que podem contribuir para as melhores decisões.

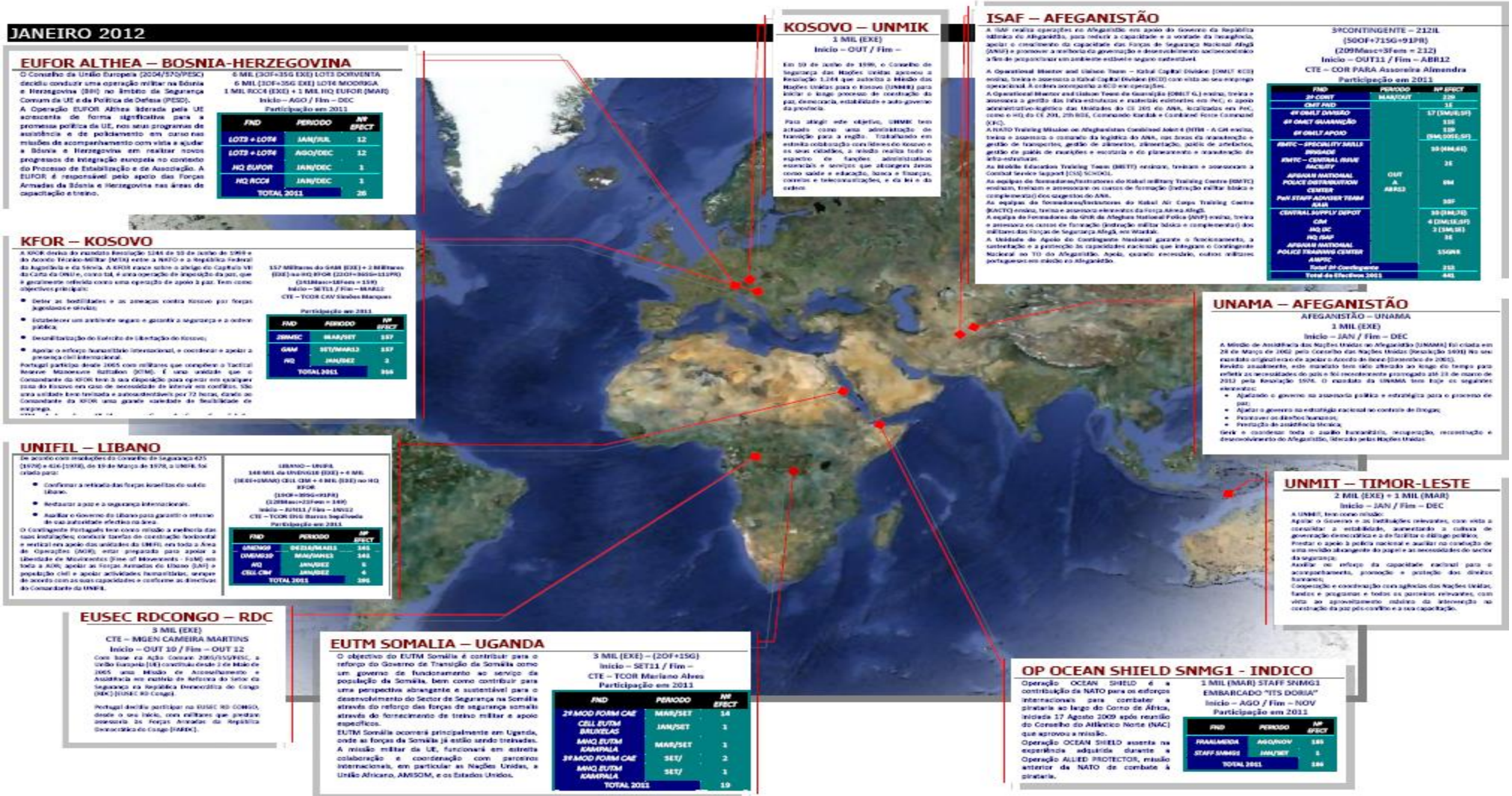
A nossa segurança coletiva advém não da capacidade para instilar medo nos outros povos, mas através da capacidade para falar sobre as suas esperanças. E, do trabalho que mais e melhor se fizer em prol da dignidade do nosso país – os militares e os diplomatas, mas também o sector privado, as organizações não governamentais e os cidadãos em geral. A segurança e a defesa do Estado são aspetos inclusivos da realidade nacional, como referimos anteriormente.

É neste contexto que surge o Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL), que substituiu a Divisão de Informações Militares (DIMIL) e tem como missão, “ *a produção de informações necessárias ao cumprimento das missões específicas das FA e à garantia da segurança militar*” (Dec. Lei nº234/2009, de 15 de Setembro), com vista a otimizar as respetivas atividades de nível operacional e estratégico-militar. Assim, o CISMIL é o órgão estratégico-militar e operacional, responsável pela produção de informações em proveito do planeamento e conduta das missões inerentes às FA e das ações necessárias à garantia da Segurança Militar.

A atividade desenvolvida pelas IM centra-se nas necessidades decorrentes do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, do Conceito Estratégico-Militar e das respetivas missões superiormente atribuídas às FA apontando aos interesses das Forças Nacionais Destacadas, ou militares nacionais, com presença em missões abrangidas pela NATO, União Europeia e ONU, na cooperação técnico-militar e na eventual necessidade de evacuação de cidadãos nacionais estabelecidos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e regiões adjacentes (ver Figura 8).



Figura nº 8 – Cenários da presença das FND



Fonte: MDN 2012

A globalização e a necessidade de conhecer – as informações militares na democracia portuguesa

Aliás, *“No caso particular dos serviços de informações das FA, e em especial, a nível Defesa Nacional ou Estado-Maior-General, pensa-se que deve haver grandes áreas de sobreposição com o serviço ao mais alto nível, para, em caso de emergência, o poderem substituir”* (Cardoso, 2004:160).

O CISMIL, tem na sua atividade normal, capacidade para a formação de Células de IM cuja finalidade é fornecer apoio às atividades relacionadas com a proteção dos militares integrados nas respetivas Forças.

A realidade do CISMIL, porém, é vivida num *“estado de exiguidade absoluta”* (CEMGFA, 2010), como referiu publicamente o CEMGFA, adiantando que a atualidade, como expusemos anteriormente, reflete as *“atribuições”* no SIRP, porque *“O SIEDM deixou de ser SIEDM e passou a ser só SIED, e, portanto, o “M” voltou para aqui, o nosso estado era de facto de grande escassez de recursos e, para responder àquilo que agora nos é pedido na lei e, de uma forma muito clara, limitada ao âmbito militar, nós precisamos de fazer evoluir muito modestamente, mas teremos certamente de fazer evoluir, o nosso efetivo nas informações militares”* (CEMGFA, 2010).

Parece que uma questão por resolver em definitivo é a relacionada com a *“convivência”* entre o CISMIL e o SIED, pela necessidade da continuada abordagem sobre o assunto nos relatórios do Conselho de Fiscalização, como se constata no Relatório publicado em 2011: *“O Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa teve reuniões de trabalho com o CEMGFA e o CISMIL, em que foi feita uma reflexão sobre as informações militares, a questão da sua relação com o SIED e a adequação das informações militares no novo quadro jurídico-legal”*. (CFSIRP, 2010)

As alterações globais em vários domínios e a influência que exercem na vida do País, têm obrigado a uma disponibilidade (leia-se, atividade e capacidade de intervenção e resposta em tempo) nacional sem paralelo na história recente. As FA chamadas a terreiro, são lançadas em missões de matriz diversa (humanitária, manutenção de paz, cooperação técnica). O cumprimento das missões acarreta um esforço financeiro contrastante com a realidade económica do País. O encolhimento da despesa com as forças no terreno pode mitigar o desempenho dos militares e reflete-se no funcionamento dos Ramos no seu conjunto.

O Poder político exige mais por (muito) menos. Os reflexos já se fazem sentir. Nomeadamente, num sector pouco abordado, porém, de importância relevante na tomada de decisões militares e políticas: as informações de segurança e militares. Neste capítulo, os tempos têm permitido visualizar um caminho que culmina na escassez de meios e exclusão nesta atividade específica.

As razões conducentes a este ponto serão múltiplas, logo, a exiguidade orçamental. No entanto, outras razões poderão ser, eventualmente referidas: corporativas, políticas, entre outras.

## 8.5. As etapas das Informações Militares

O SIM, compreendendo ou recebendo apoio de pessoal especializado de informações, vigilância de campo de batalha, aquisição de objetivos e reconhecimento, informação clandestina, contrainformação, informação das transmissões, serviço meteorológico e sistema de processamento de dados, embora orgânico das FA, só foi institucionalizado em 1984 quando a Lei 30/84 de 5 de Setembro criou os três serviços que passaram a integrar o Sistema de Informações da República – o SIED, o SIS e o SIM. É um período que podemos denominar de integração das IM no SIRP.

Conforme foi referido anteriormente, o tratamento das IM, nível estratégico, manteve-se como atribuição do SIM até ao surgimento da modalidade SIEDM (criado em 1995 pelo Decreto-Lei nº254/95 de 30 de Setembro) com as tarefas cometidas ao SIED e ao próprio SIM. Assiste-se a um tempo a que chamamos de fusão dos serviços militares no SIRP, através do SIEDM. Como fundamento desta alteração, foi invocada a vantagem que a unidade de pensamento e doutrina na produção da informação estratégica de defesa e da informação estratégica militar, que cabiam a cada um desses serviços, iria conseguir. Posteriormente, e num processo que parece ser de afastamento dos SIM em relação ao SIRP, os serviços militares sofrem a exclusão da orgânica do SIRP.

Finalmente, no culminar deste processo, sobre as FA e sobre o organismo responsável pela produção de IM impende especial dever de colaboração com os serviços de informações do SIRP, nos termos das orientações superiormente definidas pela entidade competente, obrigando-se a comunicar-lhes pontualmente as notícias e os elementos de informação de que tenham conhecimento e estejam direta ou indiretamente relacionados com as matérias que dizem respeito à salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado.

Aliás, as novas ameaças, decorrentes do atual ambiente estratégico, volátil, incerto e perigoso, dada a sua natureza multidimensional e assimétrica e o seu carácter difuso, obrigam a um grande esforço de análise prospetiva por forma a detetá-las e neutralizá-las antes da sua materialização. Nesta perspetiva, tal realidade, conduz à adoção de uma postura de segurança cooperativa, implica uma maior necessidade de um eficiente sistema de informações e obriga à atuação dos respetivos serviços em múltiplos planos. Este incremento nas atividades de informações traduz-se, porventura, na necessidade de um aumento dos Recursos Humanos, técnicos e financeiros a colocar à disposição daqueles serviços.

Torna-se claro, desta forma, que a missão das FA não pode dispensar o conhecimento oportuno e tão completo quanto possível, das atividades hostis e das ameaças, por mais inocentes e veladas que se afigurem. As ameaças constituem o núcleo à volta do qual se desenvolve toda a conceção estratégica de defesa e a consequente orientação, preparação, dispositivo e disponibilização de meios para a sua vertente militar. No entanto, esta função requer a eliminação

de “ruídos” nas relações institucionais e entre os serviços de informações, como antes referimos e que é avivada por um responsável do SIED: *“Há que apurar, com efeito, aquilo que são, em rigor, as IM e que tipo de estrutura institucional as pode desenvolver, de modo a não afetar as referidas disposições da Lei-Quadro do SIRP e a ratio legis que presidiu às alterações de 2004. Assim, qualquer projeto legislativo que implique a criação de um serviço autónomo para desenvolver a atividade de informações militares não seria compatível com a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa. De toda a República Portuguesa. A Lei-Quadro do SIRP não exige a existência de um regime especial sobre informações militares, muito menos a formalização de um Sistema de Informações Militares alternativo”, e “o SIED é o organismo (...) competente para a produção de informações em matéria de Defesa Nacional. Nestes termos, o SIED tem, também, em matéria de informações, competência concorrential com a atuação das FA...”* (Carvalho, 2009).

É neste sentido que se pode afirmar que as informações não constituem uma finalidade em si mesmas, mas sim um meio que os utilizadores empregam para tomar as suas decisões tão corretamente quanto possível. Para tal, é inalienável o entendimento partilhado e inequívoco do que o Estado necessita, no âmbito das informações, para que os seus democráticos representantes o sirvam escrupulosamente.

Temos que reafirmar, assim, que aos utilizadores (Governo, Comando das FA e Forças de Segurança) cabe determinar as necessidades de informações (o que precisam saber), para preparação das suas políticas. A partir destas necessidades terão que orientar os sistemas e/ou serviços de informações com a indicação das necessidades, prioridades que lhes atribuem e dos prazos para a sua obtenção. Tal orientação é indispensável, sem o que os sistemas ou serviços produzirão aquilo que julguem que os utilizadores necessitam. No fundo, trata-se da proteção da própria sociedade podendo afirmar-se que, *“Uma sociedade arrisca-se a ser vítima de si própria quando não consegue responder, de acordo com os seus princípios ou os seus métodos, aos desafios que os acontecimentos lhe lançam”* (Aron, 1977:22).



## 9. O CISMIL HOJE

---

### 9.1. Alteração do quadro de atuação – permanência das tarefas

Apesar da natureza da mudança na constelação de forças e de interesses que regulam a pesquisa e tratamento das informações – especialmente, sobre a expressão militar de países estrangeiros<sup>80</sup>, a tarefa essencial das IM permanece inalterada.

É tarefa essencial das IM fornecer aos responsáveis políticos e militares informações sobre a expressão militar dos países estrangeiros e garantir a segurança militar das FA, bem como, informar acerca da situação de segurança.

Nesta conformidade, o CISMIL apresenta-se em linha com os desígnios, apesar de constrangimentos vários, inerentes às exigências atuais das IM, ou seja: *“Produzimos informações, fundamentalmente, em apoio às Forças Nacionais Destacadas (FND), que são a primeira prioridade. A segunda prioridade é produzirmos informações para as alianças a que pertencemos, que é a União Europeia (UE) e a NATO. Principalmente, para a NATO, porque a União Europeia, é mais civil do que militar. Há, também, o acompanhamento das situações nos países que têm comunidades portuguesas e são problemáticos. Estas, são o grosso das coisas que temos que fazer. Outro aspeto saliente, no caso da NATO, é sermos responsáveis por elaborar o capítulo sobre o Magreb/Sahel de um dos documentos da NATO que identifica as áreas que poderão ser uma ameaça para a Aliança. Este texto será posteriormente discutido e aprovado. Quanto à Argélia é responsabilidade Nacional acompanhar a situação com a finalidade de identificar Avisos de Alerta (Indication Warning) por algumas áreas (Norte de África e o acompanhamento da situação na Argélia).*

---

<sup>80</sup> Do nosso ponto de vista, o termo expressão militar dos países estrangeiros compreende informações sobre objectivos políticos e militares, o potencial militar desses países, assim como, os interesses e intenções de governos estrangeiros. O âmbito de trabalho relativo à expressão militar dos países estrangeiros é determinado pelos seguintes factores:

- o fim virtual da confrontação Este-Oeste; mas, também,
- pela permanência da forte presença militar em territórios da antiga União Soviética e,
- da mesma maneira, os desenvolvimentos em áreas de crise; e
- as mudanças do ambiente político geral, com funções alargadas ou mesmo novas para as FA, que envolvem uma avaliação de riscos numa base global.

O que significa que, em princípio, a abordagem ao potencial militar dos países estrangeiros mudou de uma orientação rígida unidimensional Este-Oeste para uma orientação flexível e global da situação.

*Quanto às operações de evacuação de não combatentes,<sup>81</sup> uma das nossas preocupações, é que, como o plano é uma responsabilidade da embaixada poderá haver uma dificuldade acrescida caso não o conheçamos antecipadamente: corremos o risco de executar um plano das embaixadas, plano do qual, nós não temos conhecimento.*

*Este ano (2012), começou a haver um trabalho, juntamente com o COCONJ e o Ministério dos Negócios Estrangeiros em que nós fazemos o apoio às embaixadas na elaboração ou revisão do plano. Desta forma, ficamos com conhecimento do respetivo plano. Já se fez isso a uma embaixada. Este ano (Dezembro, 2012), havia de se fazer a mais duas, como estava planeado mas não há dinheiro, vamos ver se para o ano se faz alguma coisa.*

*Em termos da informação geoespacial, de acordo com o DL nº 234/2009 é responsabilidade do CISMIL "dirigir a exploração dos sistemas de informação geoespacial de natureza conjunta" e "recolher, processar e disseminar a informação geoespacial para apoio ao planeamento e conduta das operações militares". Assim, como está na Lei, é responsabilidade nossa. E, somos nós, que temos a ligação técnica com o centro de satélites da União Europeia. A ligação política é feita através do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Mas, o aspeto da ligação técnica com o centro de satélites, somos nós, envolvendo sempre o MNE. É evidente que os Ramos, nomeadamente a Marinha e o Exército, têm os aspetos hidrográficos e cartográficos. Mas são os aspetos específicos. Quando se fala em aspetos conjuntos, passa sempre pelo CISMIL" (Ent. 6).*

Neste capítulo, é particularmente sensível e em simultâneo relevante, a questão da ligação com os serviços de informações militares aliados.<sup>82</sup>

## **9.2. Ligação – interatividade do CISMIL**

A NATO, enquanto entidade central do sistema de defesa euro-americano mais vasto, engloba, lidera e serve de charneira para a troca de informações entre os aliados. Nesse sentido as Informações NATO (J2)<sup>83</sup> recebem e disseminam um vastíssimo conjunto de informação e dados com interesse comum, com vista à prevenção, combate e mitigação da ameaça que impende sobre as operações e os países que fazem parte da Aliança.

No âmbito da Contra Informação (CI), a NATO designou o *Allied Command Counter*

---

<sup>81</sup> É importante notar que as Operações de Evacuação de Não-Combatentes decorrem da iniciativa diplomática nacional, com a participação das forças da NATO no desempenho de um papel de apoio.

<sup>82</sup> A ligação (*Military Intelligence Liaison*), é uma actividade de informações desenvolvida (e necessária) por todos os serviços de Informações, particularmente entre serviços aliados e amigos.

<sup>83</sup> J2 assists in the assessment of activities and the resulting effects and advises on the capability of all-source INTEL support to Info Ops to include targeting. (NATO, 2013)



*Intelligence* (ACCI)<sup>84</sup> como a única entidade no seio da Aliança com competência para esta função, no que respeita à área geoestratégica na dependência do SACEUR.<sup>85</sup> Isso não significa que os países aliados deixam de ter essa responsabilidade. Aliás, a CI é uma responsabilidade nacional. No entanto, as unidades NATO estão sob a alçada do ACCI no que refere à CI. Além disto, no âmbito mais vasto dos interesses da NATO, esta organização lida com os aspetos da segurança, CI e contra terrorismo através do *Nato Office of Security* (NOS)<sup>86</sup>.

As IM atendem esta tarefa pela observação permanente das alterações na situação militar e respetivo relato da situação aos responsáveis políticos e militares, permitindo que decidam e atuem em tempo útil.

Onde a NATO tenha forças projetadas, é distribuída informação desses teatros. Há, no entanto, matéria que pode ser duplicada. Por exemplo, relativamente ao Afeganistão, ao Kosovo e ao Líbano (embora esta missão tenha sido no âmbito da ONU) onde as IM dispunham de pessoal.<sup>87</sup> No entanto, a redundância da informação é relativa, ou seja, a informação produzida pelos aliados e pela NATO (enquanto entidade) é difundida nos diferentes sistemas de partilha de informação disponíveis. Nos Teatros de Operações (TO) essa informação também chega. Assim, existe alguma “*redundância*”. Porém, o que sucede, é que a informação disponível é usada em função das Operações ou Planeamento operacional ou objetivos a alcançar, por cada comandante. A mesma informação tem diversos impactos em função do grau de ameaça ou da operação em curso e é usada em função desses fatores. Portanto a redundância é relativa.

No caso exemplar das Células de IM (CIM) há, também, capacidade de pesquisa de informação local. Existe sempre, localmente, equipas de HUMINT<sup>88</sup> ou de CI-HUMINT. É nesta pesquisa local que se confirma alguns aspetos da informação mais geral que chega através dos canais da NATO, no referente à ameaça que impende sobre o Contingente Nacional (CN) e que é partilhado com a *International Security Assistance Force* (ISAF)<sup>89</sup> e congéneres (porque as equipas de monitores dos países da ISAF trabalham conjuntamente). Este é, definitivamente, um dos

---

<sup>84</sup> ACCI is NATO`s only assigned organic counter intelligence unit. Their headquarters is located at SHAPE in MONS, Belgium. (NATO, 2013)

<sup>85</sup> Supreme Allied Commander Europe (SACEUR). SACEUR is dual-hatted as the commander of the US European Command, which shares many of the same geographical responsibilities. (NATO, 2013)

<sup>86</sup> NATO Office of Security (NOS): The NOS is established within the NATO International Staff. It is composed of personnel experienced in security matters in both military and civil spheres. The Office maintains close liaison with the NSA of each member nation (*em Portugal esta entidade designa-se Gabinete Nacional de Segurança – GNS*), and with NATO civil and military bodies. (NATO, 2013)

<sup>87</sup> A comunicação social, em Agosto de 2010, fez eco das declarações do Ministro da Defesa Nacional sobre o envio de células de informações militares para os teatros de conflito.

<sup>88</sup> HUMINT: recolha de *intelligence* por meio de contacto interpessoal/fontes humanas.

<sup>89</sup> In support of the Government of the Islamic Republic of Afghanistan, ISAF conducts operations in Afghanistan to reduce the capability and will of the insurgency, support the growth in capacity and capability of the Afghan National Security Forces (ANSF), and facilitate improvements in governance and socio-economic development in order to provide a secure environment for sustainable stability that is observable to the population. (ISAF-NATO, 2013)

aspectos mais relevantes da ligação militar.

A particularidade das CIM é que, como têm um objetivo muito preciso – servir e apoiar as FND – têm também alguma capacidade de pesquisa e produção de informação vocacionada para a missão e objetivos nacionais estabelecidos e, nesse sentido, produzem informação de natureza tática que traz sempre algo de específico ou adicional que a generalidade da informação produzida na NATO não tem.<sup>90</sup> Aliás, como noutras atividades das relações entre Estados, no que respeita aos serviços de informações, as colaborações decorrem do facto de existirem interesses comuns ou concorrentes. A ligação e partilha de informação são tanto mais fortes quanto os interesses são comuns.

### 9.3. Recursos, confiança

Relembramos que, quando existe uma modificação adversária de âmbito militar e quando esta alteração é crítica ou se revela como ameaça à Segurança e Defesa Nacional é também verdade para o âmbito político, social, económico e científico. O cabal cumprimento da missão das IM exige recursos de vária ordem, desde logo, Recursos Humanos, e neste capítulo, as IM talvez se apresentem algo mitigadas: *“Com os recursos que tem, não pode fazer muito mais coisas. Está a esticar demasiado a corda. Provavelmente, algumas coisas poderão não ser ou na qualidade ou na quantidade que se pretende. Não faz muito sentido ter poucos analistas. Viu-se, quando foi da Guiné. Tudo correu bem, mas foi à custa de alguns militares ficarem aqui dias seguidos”* (Ent. 6).

As IM estão integradas no processo de tomada de decisão, no que respeita ao desenvolvimento duma política militar realista e em situações relacionadas com os conceitos de organização, treino e equipamento das FA, mas também, no que respeita às decisões políticas e militares quotidianas. O apoio ao processo de tomada de decisão, não é possível, sem uma imagem precisa da situação.

Para atingir o acervo de informações necessárias, bem como o reconhecimento, o respetivo serviço tem que ser organizado de tal modo que os eventos e desenvolvimentos importantes possam ser identificados com suficiente detalhe, relatados com brevidade e em seguida analisados e avaliados corretamente. No contexto de um ambiente de mudança é particularmente importante que os responsáveis políticos e militares possam depender da confiabilidade das IM nas suas principais funções, que são:

---

<sup>90</sup> Observamos, também, o aspecto da informação aberta (OSINT). O procedimento é igual em todos os serviços de informações. Cerca de 80% da informação usada é obtida a partir de fonte aberta. Para enquadrar, para contextualizar, perceber as dinâmicas, tendências e padrões. Usa-se a intelligence para se perceber ligações e relações entre os grupos INS e a actividade no terreno. A OSINT é tudo aquilo que é público (ou reservado mas de acesso livre) que emoldura dados, factos e informação que, depois de juntos e processados permite inferir ou extrapolar hipóteses – Intelligence – que serve para os comandantes tomarem decisões quer no que se refere à defesa, segurança e protecção própria quer para o planeamento e condução de operações militares.

- A função de aviso, que exige que qualquer desvio da conduta normal por parte do potencial adversário pode ser identificado e os responsáveis políticos e militares aconselhados imediatamente, dado que poderá haver qualquer indicação de ameaça em desenvolvimento;
- A função de informar, que apoia o planeamento e tomada de decisão do responsável militar em tempo de paz, como em tempo de crise e de guerra, fornecendo informações sobre o comportamento dos países estrangeiros e da situação da segurança militar; e, finalmente,
- A função preventiva, que implica a preservação e, quando necessário, estabelece a segurança militar das Forças tomando as medidas necessárias para, assim, garantir a sua prontidão operacional.

Devido ao novo ambiente de segurança, as Informações têm uma tarefa adicional, que é a construção da confiança, a cooperação militar com os antigos adversários e, assim, contribuir para o desenvolvimento de uma estabilidade duradoura nas zonas de atuação das forças militares.

Com confiança ou sem ela, as IM não descumam a Segurança militar e, embora tenha havido mudanças no ambiente político geral nos últimos anos, o campo de trabalho da Segurança militar continua a existir, na medida da preocupação do seu conteúdo e alcance. Portanto, as IM devem ter disponíveis ou fornecer em curto prazo, informações referentes a qualquer parte do mundo, no que concerne a:

- “*inteligência*” básica;
- “*inteligência*” atual; e,
- estimativas adequadas sobre áreas de risco.

A intensidade deste trabalho é determinada pela avaliação do risco e pelo desenvolvimento real da situação.

Os novos desafios colocados às IM podem ser descritos, na nossa perspetiva, da seguinte forma:

- Mais do que antes, as IM têm que olhar além da sua esfera puramente militar. Necessariamente, convoca-se uma visão global e abrangente, que ultrapassa a visão clássica da “*situação do inimigo*” e que converge para a sustentação do processo de decisão militar e político. (Hoffman, 2011)

Embora a situação global tenha mudado, as funções essenciais das IM continuam a ser, principalmente, as mesmas, refletindo as preocupações definidas pelos responsáveis políticos e militares.

#### **9.4. Novos horizontes, novos desafios**

A mudança na situação geopolítica em torno e na Europa requer, devido ao risco potencial que prevalece nessas áreas, uma realocação dos pontos geográficos de interesse do esforço das IM, nomeadamente, para a periferia europeia, devido à instabilidade em algumas dessas zonas e à prevalência de riscos potenciais: *“Durante la última década, las cuestiones de seguridad han adquirido una creciente complejidad derivada de la naturaleza de los riesgos y amenazas a los que nos enfrentamos. Espoleados por las transformaciones globales, el crimen organizado, el terrorismo, la degradación del medio ambiente, la disputa por los recursos naturales, los flujos incontrolados de refugiados, la inmigración, la pobreza y el hambre se han convertido en las razones esenciales de inseguridad”* (Iglesias, 2012: 7).

Esta realidade, vale particularmente, para a região do extremo Sul da Europa a partir do Magrebe para a região do Golfo, mas inclui, também, o Sudeste da Europa e as áreas de crise política na ex-URSS, até às áreas além dos Urais. É aqui, que as IM devem fornecer as informações básicas e garantir que a evolução de alguma crise e as potenciais ameaças à estabilidade e à paz será reconhecida e avaliada em tempo útil.

Aliás, neste quadro, no futuro, a comunidade de informações nacional, terá inevitavelmente, de acompanhar diversas temáticas, bem como a avaliação do espectro de crise em locais suscetíveis de ocorrência de Operações de Evacuação de Não-Combatentes. O esforço comum da comunidade de informações, civis e militares, em prol da Defesa e Segurança nacionais, há-de apontar a matérias que se enquadram no âmbito da EU e da NATO, bem como da CPLP e de outras organizações de âmbito regional. Por outro lado, terá de refletir no levantamento das capacidades militares e das principais tendências neste sector, de países relevantes no contexto internacional, como sejam a China, Rússia, Irão, Venezuela, Brasil, Espanha, Reino Unido e EUA, para além do acompanhamento das dinâmicas geoestratégicas na área dos oceanos Pacífico e Índico, onde emergem a RP da China e Índia. O espaço geopolítico do atlântico Sul poderá ser observado nos campos político-diplomático, económico e securitário, com particular destaque para a problemática de oportunidades que decorrem do processo de extensão das plataformas continentais na bacia do atlântico Sul.

Pela sua relevância não se poderá descurar, também, a monitorização das tendências das indústrias e tecnologias de defesa e o seu impacto nas capacidades militares globais, particularmente, as questões da ciberguerra e das capacidades decorrentes do desenvolvimento dos sistemas de veículos aéreos não tripulados e nas ações contra engenhos explosivos improvisados tendo presente as FND.

A consideração do espectro de possíveis riscos pode ser abordado de um ponto de vista europeu, mas deve, igualmente, ser avaliado sob uma perspetiva global. A respetiva avaliação terá que destacar o aspeto global da crise e a gestão de conflitos. É, especialmente, a capacidade de reconhecer, oportunamente, e avaliar uma situação de crise que é altamente exigente para as IM.

Esta capacidade requer:

- Um sistema de “*alerta precoce*” para a recolha, processamento e avaliação das informações;
- Capacidade de reconhecimento estratégico-operacional, levando em consideração, especialmente, as áreas de maior interesse para o país;
- Melhorar padrões, estruturas e exercícios para uma oportuna tomada de decisão (numa base nacional, em aliança, e com outros sistemas de segurança coletiva).

Em termos nacionais, o CISMIL é o organismo militar responsável pelas tarefas e todos os assuntos relacionados com as informações e segurança militares.

### **9.5. Capacidade autónoma do CISMIL**

Como entidade militar responsável pelas informações e segurança militares, o CISMIL dispõe de capacidade autónoma. Referimo-nos à capacidade autónoma de pesquisa de informação. Esta pesquisa é levada a efeito em dois níveis:

- Estratégico (EMGFA), através do CISMIL;
- Operacional-tático, através dos Ramos.

As operações externas, são coordenadas pelo CEMGFA (decorre das competências próprias), e delegadas no Chefe do CISMIL, enquanto responsável por constituir, preparar, gerir e controlar as Células de IM (CIM).

A capacidade de pesquisa autónoma assenta na disponibilidade de recursos próprios para pesquisar informação. A CIM tem uma equipa de pesquisa *Field Humain Terrain* (FHT) que faz esse trabalho.

O apoio às operações correntes (planeamento); e o apoio à segurança e proteção física do Contingente Nacional (CN) destacado são os objetivos da missão atribuída às CIM que, em resultado da sua capacidade de pesquisa (na qual se inclui a capacidade para se ligar a outros serviços de informações) produz Intelligence que serve para aqueles objetivos – apoiar o planeamento e as operações das FND (CN) e para a sua segurança e proteção. E contribuem, também, com informação para o ciclo de decisão do CEMGFA. Desta forma, as IM, contribuem para o ciclo de decisão dos comandantes (CEMGFA, Comandante das FND), através da avaliação da ameaça e do risco do ponto de vista das vulnerabilidades próprias (da força, das operações, da proteção da força). Nesta sequência e dado que os militares têm, também, funções de mentoria, as IM procedem, igualmente, à avaliação de ameaças internas, no quadro das FND. Referimo-nos às ameaças internas (*Insider Threat – TESS*), nas áreas de terrorismo (ataques por elementos

infiltrados nas ANSF<sup>91</sup>, pessoal cooptado pela INS); espionagem (por empregados, pessoal com acesso a áreas/documentos sob reserva); e, sabotagem. Na área referente ao planeamento operacional, o apoio das IM, essencialmente, é para as deslocações da força e para os movimentos logísticos.<sup>92</sup>

A atividade das IM, no Afeganistão, justifica, eventualmente, o reforço dos meios existentes. A ação da CIM no cenário do Afeganistão desenrola-se em termos bilaterais ou através do Q. G. das forças:

- International Security Assistance Force (ISAF). O plano atual de operações da ISAF, "(...) *integra los distintos aspetos que la Coalición lleva a cabo en aquel país: la estrategia de desarrollo para Afeganistán, la transición de las tareas de seguridad a las autoridades afganas y el desarrollo de las fuerzas de seguridad del país*" (Iglesias, 2012: 7)

Quando nos referimos ao relacionamento bilateral, estamos a apontar ao relacionamento com os Núcleos de Informações (NIC) considerados individualmente ou a um grupo de NIC.

No âmbito da pesquisa, a atividade das IM, no exterior, move-se nos parâmetros referidos.

## 9.6. Célula de Informações Militares

Figura nº 9 – Constituição-base dum Célula de IM



Fonte: Elaboração própria

Chefia:

- Trata dos assuntos relacionados com o pessoal e a logística;
- É o nó principal da célula em termos de ligação:
  - Aos NIC;
  - Aos órgãos das Nações Unidas (ONU);
  - Ao J2 e J2x<sup>93</sup> do Quartel-General.

<sup>91</sup> Afghan National Security Forces (ANSF)

<sup>92</sup> O balanço entre o planeamento operacional e a protecção da força é diferente consoante a realidade dos respectivos teatros de actuação.

<sup>93</sup> Coordenação das Informações dos Serviços Afegãos.

A CIM divide-se, essencialmente, em dois núcleos:

- Operacional (OP), que trata:
  - Da desconflituação da pesquisa;
  - Da gestão da pesquisa.

O Núcleo OP recebe, também, relatórios de pesquisa. Este núcleo é composto por Field Humain Team (FHT)/Contrainformação (CI). Este núcleo interage permanentemente com o núcleo de Produção (PROD), o qual:

- Analisa toda a informação;
- Dissemina o produto final.

A análise é elaborada com base na informação recebida do núcleo OP e das fontes abertas (OSINT).

## **9.7. Capacidade de pesquisa**

A nível nacional, a capacidade de pesquisa do CISMIL, radica, fundamentalmente, em fontes abertas (OSINT), e fontes humanas (HUMINT).

Verifica-se, no entanto, ligação com a GNR, SIS, PJ e PJM, e com a PSP (neste caso, com expressão diminuta).<sup>94</sup>

Os contatos com a GNR e PSP são estabelecidos no âmbito da segurança, com o SIS no âmbito do Terrorismo, Espionagem, Subversão e Sabotagem (TESS) e com a PJ e PJM no âmbito do crime organizado e crime militar, respetivamente.

Quanto à pesquisa autónoma, está limitada intramuros militares, dado que, em território nacional, mesmo no âmbito da espionagem ou do terrorismo, a atividade do CISMIL releva exclusivamente no que concerne à segurança militar.

Para a capacidade de pesquisa do CISMIL contabilizamos, também, o contributo dos aliados através do ACCI<sup>95</sup> que possui um destacamento em território nacional. Este destacamento é uma mais valia na colaboração com o CISMIL, dado que, pelas capacidades próprias às quais não são estranhos os interesses dos EUA, permite a atualização das informações referentes ao norte de

---

<sup>94</sup> Em relação ao SIED, não existe uma grande troca de informação, na vertente da ordem de batalha, visto que o SIED parece não dispor de informação deste cariz.

<sup>95</sup> O papel do ACCI é de parceria e cooperação no Âmbito da CI. O ACCI tem destacamentos quase em todas as nações que dispõem de quartéis da NATO. Na última alteração foi encerrado o destacamento de Madrid e atribuído ao destacamento de Lisboa a responsabilidade pela segurança das instalações NATO em Espanha.

África, de movimentações de potenciais células terroristas nessa região e eventual deslocação para o território nacional.

A capacidade de pesquisa do CISMIL integra também, os contributos dos adidos militares estrangeiros, dos adidos portugueses e dos elementos das CTM. *“A questão dos adidos, é relevante”* (Ent.6).

Quanto à questão dos adidos, estes podem ser uma mais-valia para as IM. Embora os cargos desempenhados pelos adidos tenham um âmbito mais abrangente do que apenas as Informações, no caso de países em que a situação política não seja estável e em que este aspeto possa ter implicações negativas junto da Comunidade Portuguesa eles poderão ser a única fonte no terreno. Por outro lado, os adidos estão integrados numa comunidade local de Adidos onde a troca de informações pode ser vantajosa, mas só acontece se houver a confiança que normalmente se baseia no conhecimento, ou seja, *“Sin entrar a comentar los niveles estratégico, operacional y tático en los que se genera inteligencia, parece de perogrullo señalar que para tener buena inteligencia, es preciso tener a los agentes y analistas que sean capaces de generarla y diseminarla. Hace falta gente instruida en las diferentes disciplinas”* (Alvarez, 2012).

Ainda no que respeita aos adidos portugueses e aos membros das CTM, podemos afirmar que correspondem, na nossa perspetiva, à capacidade de pesquisa operacional, mesmo considerando as situações em que os respetivos militares não integram formalmente a estrutura do CISMIL.

Quanto às necessárias relações com os adidos militares estrangeiros acontecem, talvez, num quadro bilateral e pontual por razões de confidencialidade e oportunidade, aliás, característica de qualquer atividade relacionada com informações.

Em termos sumários, constatamos, que o CISMIL estende a sua capacidade de pesquisa própria aos órgãos civis e militares do ponto de vista da segurança militar e do ponto de vista da NATO, ao ACCI e aos adidos militares. Outro fator a ter em conta nesta capacidade do CISMIL releva a importância da identificação, principalmente, dos casos de espionagem e assédio dos serviços de informações hostis, tarefas acometidas à CI e Segurança militar.<sup>96</sup>

Verificamos, também, que as IM possuem atualmente capacidade para a pesquisa de informação estratégica, designadamente, informação estratégica militar. Neste caso, e em função da necessidade da estratégia militar do CEMGFA será, eventualmente, profícua a complementaridade na produção com o recurso a estudos/investigações académicas, que contribuam para os desígnios das mais altas instâncias militares. Por outro lado, parece-nos que a capacidade de pesquisa para satisfação das necessidades a nível operacional não está em causa.<sup>97</sup>

---

<sup>96</sup> Referimo-nos aos serviços de informações da Rússia, da China, do Irão e outros com expressão diversa. Estes serviços, parece-nos, que podem assediar e recrutar militares nacionais.

<sup>97</sup> O conflito na Guiné, que originou a operação Manatim, ilustra o papel das informações militares e a sua contribuição em prol da salvaguarda dos interesses nacionais, nomeadamente, ao contribuir para a operacionalização da eventual evacuação de cidadãos nacionais portugueses.



Aliás, o papel que as IM têm desempenhado em diversos teatros de conflito, no estrangeiro, testemunhado por diversos órgãos de comunicação social, confirma essa mesma realidade.<sup>98</sup>

## 9.8. CIM – Papaver somniferum

Para uma das zonas de interesse nacional, o CISMIL formou uma CIM, que dispõe de uma equipa CI-HUMINT (FHT), com dois objetivos definidos, embora, atualmente, devido à caracterização da ameaça mais preponderante (em especial aquela que afeta as FND) a pesquisa e Intelligence produzida esteja essencialmente focada na proteção da força. Esta situação acontece, porque nesta altura não se verifica atividade operacional de combate nem de projeção de forças nem planeamento defensivo ou ofensivo. Daí, que a maior incidência do trabalho reverta para a proteção da força, das instalações, do pessoal, dos movimentos próprios. A proteção aos mentores nacionais dedicados à instrução nas unidades afegãs, engloba-se na mesma atividade da CIM.<sup>99</sup> Isto porque a missão da FND na ISAF é, principalmente, junto do NTM-A (*NATO Training Mission – Afghanistan*), na formação do *Afghan National Army (ANA)*.

No ponto de vista operacional, as IM informam o Comandante da força sobre a ordem de batalha e ameaça, em apoio aos movimentos logísticos em função dos percursos definidos.<sup>100</sup>

O aconselhamento ao Comando constitui-se igualmente por informação detalhada em vários aspetos<sup>101</sup> no âmbito do planeamento operacional (questões do adversário, capacidade de intervenção ou de ataque), como no âmbito da autoproteção, ou seja do que é que os próprios têm que fazer (horário de execução, condições atmosféricas, estado das vias de comunicação, velocidade na deslocação, mapeamento das zonas minadas, estado de pacificação das aldeias, segurança nas pontes).

Torna-se claro, que neste processo é fundamental o desempenho da CI-HUMINT das IM. A CIM empenha a FHT em atividades e operações de CI-HUMINT para pesquisar informação que lhe proporcione um conhecimento do teatro de operações, através das fontes, do contato com agentes diversos e cidadãos nacionais afegãos, ou, noutra ponto de vista, das relações com as

---

<sup>98</sup> [www.ionline.pt/.../74901](http://www.ionline.pt/.../74901)(acedido em 23-08-2010);  
[www.tvi24.iol.pt/politica/santos...afeganistao.../1193238-4072.html](http://www.tvi24.iol.pt/politica/santos...afeganistao.../1193238-4072.html) (acedido em 21-09-2010);  
[www.rtp.pt/noticias/index.php?article=386366&tm=7...121...](http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=386366&tm=7...121...) (acedido em 25-10-2010);  
<http://sic.sapo.pt/online/video/informacao/Reportagem+SIC/2011/1/no-teatro-afegao17-01-2011-11624.htm> (acedido em 17-01-2011).

<sup>99</sup> A protecção aos mentores é feita na perspectiva da possibilidade de serem atacados por militares afegãos ou recrutas afegãos infiltrados.

<sup>100</sup> É um contributo que conjuga a movimentação logística e protecção da força: informação sobre a meteorologia, orografia, condições de tráfego, dimensão da força auto-protectora ou medidas de autoprotecção do dispositivo ...

<sup>101</sup> Informação sobre a existência de grupos insurgentes, respectiva dimensão e armamento, e em função da respectiva avaliação, o aconselhamento quanto à composição das equipas de combate, horários preferenciais.

autoridades locais ou indivíduos com conhecimentos específicos sobre determinadas realidades que contribuem, decisivamente, para a proteção dos militares e defesa das instalações.<sup>102</sup> Esta não é uma situação de somenos, visto que, *"En ambientes hostiles, los militares extranjeros deben estar dispuestos a luchar contra aquellos grupos autóctonos que se oponen al proceso deseado, lo que a su vez altera a su propia sociedad de origen contraria a que sus soldados vuelvan a casa en féretro"* (Iglesias, 2012: 8).

### 9.8.1. CIM e a colaboração no teatro de operações

Para o cabal cumprimento da missão das IM, designadamente, nos cenários de projeção das FA no exterior revela-se profícua a colaboração com diversas organizações. É neste quadro relacional que a colaboração com o SIED, pode ser entendida como potencial mais-valia na Defesa nacional. Até pelas limitações legais a que as IM estão sujeitas e que o SIED, pelas atribuições e funções concernentes, não tem, podendo contribuir com informações certamente importantes, para a ação conjunta que resulta na defesa dos interesses nacionais no capítulo da Defesa. No entanto, durante o período de elaboração do presente trabalho, parece-nos, que não existiu qualquer colaboração no terreno entre ambas as estruturas de informações.<sup>103</sup> A discussão sobre esta matéria está em aberto. No meio militar esgrime-se o argumento de que a introdução de elementos do SIED em CIM é um erro porque não se entende a necessidade de informações civis em teatro de operações. A única situação justificativa era se neste teatro estivesse um embaixador português. Como só há militares, não faz sentido a existência de serviços civis. Noutra perspetiva podem é ser adotados os conceitos de Área de Responsabilidade das Informações (ARI) e Área de Interesse das Informações (AII). Aqui, seria interessante que o SIED se preocupasse com a AII, que envolve o teatro de operações e onde não existe meios de IM. No teatro de operações, dada a exclusividade das forças militares, entendem os militares que os meios de informações devem ser unicamente castrenses.

Apesar desta situação o SIED colabora com as IM, em matéria relacionada com o Afeganistão (relatórios, documentação diversa). Porém, parece-nos que no terreno nunca esteve ninguém do SIED numa CIM, nem qualquer elemento das IM numa estação do SIED, nomeadamente no Afeganistão, ou seja, apresenta-se nula a colaboração entre o SIED e o CISMIL, *"(...) na pior tradição das rivalidades e sobreposições institucionais que o país conhece de*

---

<sup>102</sup> A informação proveniente da FHT é trabalhada com recurso à metodologia ASCOPE - (modalidade de análise que permite o planeamento de questões relacionadas com a capacidade da força, e a questões atinentes à sobrevivência dos militares).

<sup>103</sup> Os órgãos de comunicação social, apesar de relatarem o envio e presença de CIM, para diversos cenários exteriores, designadamente, para o Afeganistão, nunca mencionaram a presença do SIED. Mesmo, numa reportagem televisada, no Afeganistão, não houve qualquer referência ao SIED ou a qualquer colaboração.

*outros sectores da sociedade, gerou-se um conflito de competências entre a célula do CISMIL e os elementos do SIED destacados para o Afeganistão com o mesmo objetivo. Este foi amplamente publicitado pela tutela e profusamente discutido na comunicação social. Tratou-se apenas de mais um dos episódios que têm marcado a desarticulação entre o poder político e o trabalho das secretas na democracia'* (Diogo, 2012:54). Aliás, é pública a dificuldade relacional entre o CISMIL e o SIED (Revista Visão, 2011).

Quanto à colaboração com entidades estrangeiras, as IM, consoante as circunstâncias, desenvolvem no teatro ligações com a *United Nations Assistance Mission (UNAMA)*<sup>104</sup>. Neste capítulo, verificamos a partilha de informação atendendo à importância que resulta do facto da UNAMA possuir ligações às Organizações Não Governamentais (ONG), no terreno. Verificamos, que há vantagem mútua na colaboração existente.

Constatamos, também, a colaboração com as forças afegãs através do J2x de Cabul, da *Cabul Capital Division e do National Defense Service (NDS)*, que é o serviço único de informações afegão (congrega as informações de Segurança e Defesa).

## **9.9. CISMIL – colaboração institucional**

Em relação aos serviços nacionais, as relações são estabelecidas nos órgãos respetivos, no entanto, *"Há, aqui, na minha opinião um erro da lei que nós alertámos em tempo, mas, não foi resolvido e que é de só estarmos no Conselho Consultivo no âmbito do SIED, não temos assento no Conselho Consultivo, no âmbito do SIS"* (Ent. 6).

*"Há, também, um patamar de direção política, que é onde o General CEMGFA tem assento, que é o Conselho Superior de Informações. Portanto, em termos de estrutura, temos estas duas entidades. Ao nível operacional, temos ligação com o POC,<sup>105</sup> tanto com o SIS como com o SIED. Os militares POC fazem uma coordenação paralela, ao nível do elo mais baixo da sua área específica. Depois, a parte institucional em termos nacionais é o envio ou a resposta a RFI<sup>106</sup>"* (Ent. 6).

Por outro lado, o órgão das IM está obrigado legalmente a enviar, anualmente, um relatório para o Conselho de Fiscalização, *"(...)o que achamos importante"* (Ent. 6).

A nível bilateral, as relações são mantidas com dois países *"preferenciais"*, *"(...)por razões*

---

<sup>104</sup> A Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) foi criada em 28 de Março de 2002 pelo Conselho das Nações Unidas (Resolução 1401).

A actuação conjugada da ISAF e da UNAMA tem relevo, entre outros aspetos, também no capítulo da segurança: *"As such neither UNAMA nor ISAF are seen as traditional "peacekeeping" Missions with blue berets or helmets on the ground. Both organizations have adopted an integrated approach coordinating governance, development and security efforts in order to help the Government of Afghanistan promote peace and stability throughout the country."* (UNAMA, 2013)

<sup>105</sup> POC: Point Of Contact.

<sup>106</sup> RFI: Request For Information.

*práticas, que é os EUA e Espanha, com os quais mantemos reuniões anuais. Com os outros, são pontuais” (Ent. 6).*

Mas, o relacionamento com os serviços externos requer a disponibilidade de meios, desde logo financeiros, sob pena de o acesso e/ou a troca de informações ser depauperada. São contingências devidas a circunstâncias estranhas aos próprios serviços mas que se podem refletir no seu desempenho, porque, *“(...) quem não tem dinheiro, não tem vícios, ou seja, quem não aparece esquece e as coisas complicam-se” (Ent. 6).*

A prática da indisponibilidade a terceiros da informação trocada bilateralmente ilustra a situação referida: *“ Basta ver os documentos que recebemos em termos bilaterais, que vem sempre: “não autorizamos a disponibilização destas informações sem a nossa autorização” (Ent. 6).*

No que respeita ao relacionamento institucional inter-armas, parece-nos que os aspetos estritamente burocráticos podem obstar à urgência e confidencialidade que está na génese das informações, devendo na nossa perspetiva estar organizado numa rede sistémica. Tal como funcionam, talvez seja contraproducente. Para qualquer ação, é necessária a respetiva solicitação, via Gabinete do CEMGFA.

#### *9.9.1. CISMIL – colaboração institucional com o SIED*

Constatamos que a nível institucional, existe relacionamento entre o SIED e as FA. No entanto, este relacionamento tem como interlocutor o EMGFA e não o CISMIL. Cabe ao chefe militar *“Dirigir o Centro de Informações e Segurança Militares de natureza estratégico-militar e operacional, em proveito do planeamento e conduta das missões cometidas às FA e das ações necessárias à garantia da segurança militar (...) designadamente nos aspetos relativos à uniformização da respetiva doutrina e procedimentos e à formação de recursos humanos” (LOBOFA).* Por outro lado, o CISMIL, no âmbito das suas atribuições específicas, deve prosseguir e desenvolver *“(...) a sua atividade de acordo com orientações e diretivas emanadas do CEMGFA,...”*, como consta no Decreto-Lei nº234/2009 de 15 de Setembro.

Tal como está legalmente definido, não há colaboração direta entre o SIED e o organismo das IM. As informações produzidas pelo SIED, dirigem-se ao conhecimento do CEMGFA. O CISMIL, acede a essas informações, através do Gabinete do CEMGFA. Parece-nos que, independentemente das relações institucionais, as informações produzidas pelo SIED, com interesse para as FA, poderiam ter o CISMIL como destinatário direto. É que, certamente, atendendo ao caráter das informações, faz sentido a aplicação do princípio da necessidade de conhecer. Talvez, os elementos que primeiramente acedem às respetivas informações, não tenham essa necessidade de conhecer. A recém criação do CISMIL e a *“ir”* definição quanto ao enquadramento institucional *“definitivo”* das IM (como abordamos adiante), conduz talvez, a este procedimento dúplice no que

toca ao conteúdo e forma da “*Intelligence*” que chega ao decisor militar. Acrescentamos, igualmente, que provavelmente os elementos em questão não estarão preparados para procederem à análise daquela mesma informação.

No nosso entendimento, o CISMIL é a entidade que está acometida de tal tarefa. Assumindo este princípio a informação proveniente do SIED, terá que ser destinada ao CISMIL, para que este organismo proceda à respetiva produção.

A realidade presente, a desenvolver-se como estamos a perspetivar, orienta-se por um quadro em que o responsável máximo militar toma um primeiro conhecimento da matéria produzida pelo SIED, na forma de resumo elaborado por quem de direito no respetivo Gabinete.<sup>107</sup> O procedimento supracitado tem um impacto relevante no trabalho do CISMIL.

Não estamos a afirmar que a prática é errada. Afinal, trata-se de resumir um documento para o decisor militar. No entanto, a avaliação da informação recebida é nula, porque resulta exclusivamente da leitura e resumo do texto. Um risco associado a esta prática é a putativa repetição do assunto quando o CEMGFA, eventualmente, recorrer ao CISMIL para a abordagem do mesmo tema. No fundo, nas IM há-de proceder-se à análise da informação recebida enriquecendo-a com a avaliação relativa aos respetivos assuntos e posterior disponibilidade para o recetor final – o chefe militar. Afinal, “*Un état-major a besoin d’une information de qualité afin de conduire son action*” (CDEF, 2012: 28). Com efeito, o prisma da qualidade da informação permite discriminar a informação útil no dilúvio da informação rececionada.<sup>108</sup>

Nesta perspetiva, podemos afirmar que a informação proveniente das várias agências terá, necessariamente, como primeiro destinatário o CISMIL. Tanto mais, que é neste Centro militar que se trabalha as informações e segurança militares. A informação rececionada pelos serviços burocráticos do EMGFA tem o valor que tem: “*A ce stade, l’information n’a pas encore fait l’objet d’un examen critique approfondi*” (CDEF, 2012: 33). Porém, não é demais referirmos que o

---

<sup>107</sup> Aliás, este será, talvez, o procedimento que se repete em relação a matérias do âmbito da segurança e defesa, oriundas de outros organismos congéneres.

<sup>108</sup> A qualidade da informação pode ser apreciada através dos seguintes critérios:

- precisão: informação que reflete exatamente a situação;
- pertinência: informação que é útil à missão;
- pontualidade: informação que é disponibilizada no tempo desejado;
- empregabilidade: informação que é apresentada duma maneira facilmente acessível e compreensível ao raciocínio do decisor;
- exaustividade: toda a informação necessária;
- concisão: informação que não excede o nível de detalhe requerido;
- garantia da informação: aspeto essencial da qualidade da informação. Visa assegurar a fiabilidade, a protecção e a acessibilidade da informação.

Assenta no, entre outros, critério da confiança, ou seja, os utilizadores devem ter confiança na validade da informação. Isto significa que a informação seguiu um circuito de validação e que ela constitui uma base de trabalho fiável. (adaptação e tradução livre). Rapport d’Etude Relatif aux Principes de Gestion de L’Information Operationnelle dans les PC, (2012: 28-29), Centre de Doctrine d’Emploi des Forces (CDEF, 2012).

procedimento em curso tem impacto na capacidade de produção do organismo das informações militares. Potencialmente impacto negativo, designadamente, dada a suscetibilidade da informação ser incompleta, visto ser a visão de uma agência (SIED) sobre um assunto. O CISMIL terá, eventualmente, uma visão próxima mas diferenciada, porque a abordagem que os militares das informações levam a efeito é no ponto de vista das necessidades de informação do CEMGFA: *“L`orientation consiste, pour le chef et l`état-major, à exprimer dès besoins en information”* (CDEF, 2012: 33).

A informação veiculada na documentação do SIED, não se refere a qualquer requisito do chefe militar. Refere-se ao requisito de informações do Diretor do SIED que é o responsável que decidiu produzir aquela informação. Ela pode ser exaustiva mas com larga probabilidade de não possuir uma visão das necessidades militares do CEMGFA, ou seja, o chefe militar tem questões próprias que o Diretor do SIED não tem. As preocupações do CEMGFA, são, essencialmente, de natureza militar, da situação militar. Em contraponto, o SIED, tem as preocupações de servir o Primeiro-Ministro e aos diferentes níveis as questões que se colocam são diferentes e os objetivos a alcançar, são necessariamente, outros. O SIED produz informação no espectro, desde intelligence cultural, económica e até de âmbito militar de desenvolvimento tecnológico, político e de segurança, dirigida às necessidades de informação do Primeiro-Ministro. Seguramente, é uma informação importante para os militares, na medida em que ao utilizá-la, poderão enquadrar determinado tipo de indicadores visto que essa informação, sendo um produto final, possibilita o uso para contextualização de matérias relevantes para a Instituição militar. É uma informação que pode, em dadas circunstâncias corroborar, reforçando, alguma informação produzida pelos próprios militares. Não é OSINT mas assemelha-se bastante contribuindo fortemente, para a consolidação da qualidade da produção das IM.

### **9.10. A especificidade das Informações Militares**

A ameaça, atualmente, não se caracteriza por ser interna ou externa. A ameaça caracteriza-se pela sua transversalidade. É uma realidade transfronteiriça. Não há ameaça que tenha impacto interno que não tenha alguma ligação no exterior<sup>109</sup>. Nesta circunstância, resulta saliente para as IM que quem trabalha com informação no exterior (SIED) possa produzir e disponibilizar as

---

<sup>109</sup> O modelo organizativo do Sistema de Informações não é consistente com o facto definitivamente assumido da diluição entre ameaças externas e ameaças internas (não tanto em segurança externa e segurança interna, como por vezes se afirma). Com efeito, o terrorismo, no caso de Portugal, é uma ameaça externa à segurança interna. O mesmo se diga do crime organizado transnacional. Já a proliferação, meios NBQ e meios de disseminação deve ser vista, relativamente a acções ocorridas em território nacional, como uma ameaça interna à segurança externa. A espionagem, sendo de imediato um problema de segurança interna, constitui uma questão de segurança externa. É a esta realidade que se devem moldar as relações entre os serviços de informações, do SIRP e das FA. Parece-nos que é necessária uma visão integrada, que resulte da análise global desses fenómenos e não da mera soma de perspetivas diferentes.

adequadas informações. Da mesma forma, em relação ao SIS.

O SIS preocupa-se com as questões de segurança nacional interna e com a criminalidade, e estes assuntos possuem interesse para as IM. Desta forma, os militares têm a possibilidade de utilizar ambos os contributos, contextualizar a informação própria e usarem-na em função das suas particulares necessidades de segurança. Porém, nem o SIED, nem o SIS, trabalham para responder às necessidades do CEMGFA. Não têm que o fazer, não é sua responsabilidade, mas é importante a colaboração entre estes e o CISMIL pelas razões já acima exprimidas. Neste aspeto, o chefe militar define as suas preocupações e estabelece as necessidades e prioridades relativamente à atividade do CISMIL, designadamente no que concerne à direção das FA e projeção de forças.

Especificamente, as determinações estão estabelecidas. Para os militares o caminho fica delineado. Nenhuma outra entidade trabalha para os militares, especificamente: *“La inteligencia militar, se diferencia de la inteligencia a secas, en que se interesa fundamentalmente por las amenazas que afectan a nuestras Fuerzas Armadas en general y a las misiones de nuestros soldados en el exterior, en particular. Y en este desempeño, tan determinante para neutralizar un ataque puede resultar la materia gris de un analista en Madrid, como la potencia de fuego de una sección de patrulla en Afganistán”* (Alvarez, 2012).

As ameaças, podem não ser dirigidas a um alvo predefinido, mas têm impacto na Instituição militar. E é nesse nicho de preocupações que trabalham as IM. O SIED não está ciente, seguramente, desse nicho de preocupações. Ou se está, ainda assim, essa preocupação e responsabilidade é do CISMIL.

O CISMIL produz informações para o CEMGFA que nas situações condizentes, há-de informar o Ministro da Defesa. E, por sua vez, este há-de fazer chegar a informação a quem entender. A realidade descrita, aponta à razão da não dependência das IM em relação ao SIED. Ainda que a Lei das Informações da Republica Portuguesa (e o SIRP) estejam alinhados nessa lógica. Essa dependência surge com uma preocupação.

O recurso ao passado não muito distante ajuda-nos no esclarecimento. A DINFO operava no interior das FA e no exterior. No fundo, desempenhava o papel que nos dias que correm está atribuído, separadamente, ao SIS, ao SIED e ao CISMIL. A questão da “*ir*” dependência surgiu da necessidade de demarcar os campos entre o SIED e o CISMIL. E, duma forma clara, restringir as IM ao que é essencialmente militar. Mas, o contexto da existência da DINFO finou-se. Parece-nos, que as IM, estão numa situação confortável, em termos de desempenho e responsabilidades. Não é descabido, em nosso entender e dada a situação dos serviços de informações, o desenvolvimento de uma relação produtiva inter serviços, associada a uma maior capacidade operacional do CISMIL com vista à defesa dos interesses próprios dos militares, designadamente

no que respeita às questões de segurança das unidades militares.<sup>110</sup>

O quadro atual, limita o trabalho das informações e segurança militares à vedação, às portas de armas dos quartéis, mas as ameaças não se detêm nestes limites, nem de fora para dentro, nem inversamente.

Talvez não seja despiciendo, a atividade das informações e segurança militares estender-se duplamente. Uma forma, será agir no exterior em benefício da segurança militar, e no que respeita à espionagem, agir em colaboração com outros serviços, estreita colaboração com outros serviços, dado que, doutra forma, as IM, estão dependentes desses serviços (aliás, é a realidade atual), e como referimos, as preocupações não são coincidentes. Constatamos assim, um défice na capacidade de autoproteção dos militares. Outro caminho, será do ponto de vista externo em que os militares terão, provavelmente, capacidade autónoma para produzirem informações. Nesta situação será relevante a ligação ao SIED, numa cooperação próxima, visto que este serviço tem acesso a um âmbito mais vasto, e os militares cingem-se ao teatro de operações.

A cooperação assim gizada, será de grande utilidade para a produção de IM. Trata-se contudo de tentarmos desenhar o futuro. Atualmente, esta cooperação é escassa mas os desígnios da segurança e defesa nacionais terão de diluir os egos institucionais em favor do reforço do bem-estar coletivo, até porque, *“Si hasta ahora el empleo de la violencia legítima por parte de los Estados había requerido de la aquiescencia de la sociedad, donde los medios de comunicación desempeñan un papel fundamental, en la actualidad este condicionante ha perdido valor. El grueso de las operaciones tendrá un carácter encubierto, y será llevado a cabo por los servicios secretos...”* (Iglesias, 2012: 11).

### **9.11. Ainda agora aqui cheguei ...**

O ciclo governativo iniciado em 2005 delineou para as FA uma reorganização do modelo da sua estrutura superior, que alvitrava a garantia de um processo de decisão eficaz e uma eficiente gestão dos recursos. O CISMIL resulta desse processo reorganizativo e nasce em 2009 integrado na estrutura orgânica do EMGFA, sob a chefia do CEMGFA. O caminho da racionalização das estruturas e a redução dos custos associados no caso do CISMIL parece-nos que estava cumprido. Assim, numa matéria tão sensível como as IM, estávamos a assistir à consolidação de uma entidade que carece de estabilidade, após a incorporação das alterações a que se sujeitou.

---

<sup>110</sup> A inexistência de regulamentação do DL nº 234/2009 de 15 de Setembro, impede o estabelecimento de responsabilidades entre as FA e as Forças e Serviços de Segurança, o que é preocupante em território nacional. Chocamos com o aspecto da regulamentação, que é um aspecto legal. Em termos genéricos, quando se diz que a segurança militar é da responsabilidade do CISMIL, dá-se cobertura a isto. Importa esclarecer o que é a segurança militar. Por exemplo: se um militar estiver a utilizar indevidamente um documento classificado fora do quartel, estamos no âmbito militar ou civil? Em tempo, foi elaborada uma proposta de regulamentação do CISMIL, por quem de direito, mas por razões não descortinadas, não foi considerada para publicação.



No entanto, a recente Diretiva Para a Reorganização da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das FA de 12 de Dezembro de 2012, propõe nova alteração para o CISMIL. Pretendem agora, os responsáveis políticos, a colocação do CISMIL na dependência duma outra entidade que não o CEMGFA, mas sim, o Comando Operacional Conjunto (COCONJ), ou seja, pressupõem um abaixamento do nível hierárquico e, parece-nos, a concomitante alteração do nível estratégico militar das IM.

No âmbito dos trabalhos de reestruturação do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), levados a cabo no último decénio do século XX, foi decidido que o SIED e o SIM, criados em 1984, seriam extintos, sendo substituídos, exclusivamente, pelo novel Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM) o qual ficaria na dependência do Ministério da Defesa Nacional.

A solução assim expressa tomou corpo legal em 1995 e respeita o entendimento das FA como uma estrutura integrada no quadro democrático do Estado, bem como a compreensão dos proveitos inerentes à garantia da unidade de pensamento e doutrina na produção de informação estratégica de defesa e de informação estratégica militar. Neste enquadramento legal, o SIEDM era, *"(...) o organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais, da segurança externa do Estado Português, para o cumprimento das missões das FA e para a segurança militar"*, como está inscrito na Lei Orgânica nº4/95 de 21 de Fevereiro e ficava na dependência do Primeiro-Ministro, através do Ministro da Defesa Nacional. Observamos, desta forma, que a redução da componente das IM no EMGFA já tinha sido prevista quando da racionalização e redução das estruturas de comando das FA, assistidas pela preocupação de uma maior economia de meios, como decorre do preâmbulo do respetivo Decreto. Nesta reestruturação, a Divisão de IM via a sua missão estribada na prestação de *"(...) apoio de estado-maior no âmbito das informações e da segurança militares"*. (Dec. Lei nº48/93 de 26 de Fevereiro)

Posteriormente, a estrutura da DIMIL foi sendo alterada por razões diversas, como referimos anteriormente. Desde logo, com o acolhimento do Gabinete de Ligação aos Adidos Militares (GLAM), situação não prevista quando se verificou a reestruturação nascida da racionalidade e redução.

Uma outra alteração à estrutura inicialmente definida teve que ver com o empenhamento do país em operações exteriores, pouco tempo após a referida reestruturação, o que se refletiu na necessidade de reforço das IM com o objetivo da garantia do apoio às FND, situação também reportada antes.

A necessidade de acompanhamento da evolução doutrinária no âmbito da NATO, que se traduziu na criação de uma repartição foi outra alteração à construção inicial.

Corria o ano 2004, quando o SIRP conhece nova reestruturação. Desta feita, são dois os serviços que, exclusivamente, o completam. Falamos do SIS e do SIED. Porém, podemos ler, no texto legal que apesar das IM não integrem o SIRP, *" o disposto na presente lei não prejudica as*

*atividades de informações levadas a cabo pelas FA e necessárias ao cumprimento das suas missões específicas e à garantia da segurança militar”, (Lei Orgânica nº4/2004 de 6 de Novembro), i. e., as FA passam a ter a responsabilidade das informações no que corresponde às suas missões específicas. Em razão desta situação, nas atribuições conferidas ao SIED, já não está a incumbência da produção de informações para o cumprimento das missões das FA e para a segurança militar, como constava na legislação anterior.*

Na decorrência do exposto, atendendo ao preenchimento de uma lacuna identificada, e dando eficácia ao disposto no artigo 34º da Lei Orgânica nº4/2004, de 6 de Novembro, a reestruturação anunciada para o Estado-Maior-General, *“(...) deve acolher também as capacidades, no âmbito das informações e segurança militares, que permitam otimizar as respetivas atividades de nível operacional e estratégico-militar” (Dec. Lei nº234/2009 de 15 de Setembro).*

#### *9.11.1. A (NOVA) PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO CISMIL*

O Sistema de Informações, atualmente, é muito diferente do que existia em 2004. Relativamente às IM a alteração mais relevante trata da criação do CISMIL, que substituiu a anterior DIMIL e é responsável pela produção das informações necessárias ao cumprimento das missões das FA e à segurança militar. Esta redação foi posteriormente aprimorada pela nova Lei Orgânica do EMGFA em 2009, redação esta em perfeita consonância com o disposto na Lei-Quadro do SIRP e que promove a necessidade da produção e uso de informações estratégicas, como aliás, referimos anteriormente. Este trajeto legal dava a entender que as IM iriam iniciar uma nova caminhada em termos de consolidação e estabilidade organizacionais.

No entanto, na mais recente proposta de reestruturação da estrutura superior da defesa nacional e das FA (2012), o CISMIL criado em 2010 é apontado para a dependência do Comando Operacional Conjunto (COCONJ) com o qual não se vislumbra compatibilidade legal e funcional: *“No documento inicial, foi proposto que o CISMIL ficasse na alçada do COCONJ. Atempadamente, o CISMIL respondeu apontando as razões para que tal não acontecesse. As razões apresentadas prendem-se com o facto de as atribuições do CISMIL incluírem aspetos que estão fora das atribuições do COCONJ, por exemplo os assuntos referentes ao apoio à tomada de decisão do Gen. CEMGFA, à Segurança Militar fora de Teatros de Operações, a gestão dos Adidos de Defesa, às relações bilaterais ou à nossa participação na Comunidade de Informações das Organizações ou Alianças a que Portugal pertence” (Ent. 6).*

Abordemos então esta questão: o COCONJ tem por missão, *“(...)permitir o exercício, por parte do CEMGFA, do comando de nível operacional das forças e meios da componente operacional do sistema de forças nacional...” (Dec. Lei nº234/2009 de 15 de Setembro), com as exceções legalmente previstas. Depreendemos que o COCONJ está orientado para os teatros de Operações (TO) onde se encontram empenhadas Forças ou militares portugueses. A sua*

componente nacional prende-se com a cooperação com outros organismos do Estado relacionados com a segurança e defesa e a proteção civil.

Tendo por assente o texto anterior, a eventual colocação do CISMIL na alçada do COCONJ, poderia suscitar questões de índole diversa, nomeadamente em relação a:

- Informação estratégico-militar, dado que o CISMIL, através da recente organização do EMGFA, contribui no respetivo âmbito, para a otimização do nível operacional e estratégico-militar, o que não se coaduna com a vertente substancialmente operacional acometida ao COCONJ.
- Segurança Militar, visto que o CISMIL é a entidade responsável pela Segurança Militar nas FA, independentemente da localização das respetivas Unidades, assim como a Segurança de Unidades estrangeiras situadas em território nacional.
- Produção de Informações para o cumprimento de compromissos internacionais. Neste capítulo, embora a produção de informações destinada ao apoio de missões ou operações militares se encontre no âmbito do COCONJ, o CISMIL também produz informações noutra âmbito, designadamente, pela participação no NATO *Strategic Intelligence Estimate* (NSIE), em que o país conjuntamente com Espanha tem a responsabilidade de elaborar um capítulo (Norte de África), o que fica fora das atribuições do COCONJ.
- Doutrina e Formação. Neste particular, o enquadramento é no âmbito do Estado-Maior Conjunto.
- Informação Geoespacial. Esta área é da responsabilidade do CISMIL, através da direção dos sistemas conjuntos que existem nas FA e que se enquadram na ação do Estado-Maior Conjunto.
- Representação nacional e relações bilaterais com serviços aliados e amigos. As ações de representação englobam grupos de trabalho em áreas como Informações, Contraespionagem e Segurança até ao nível estratégico-militar. As relações bilaterais, por sua vez, facilitam a troca de informação entre serviços aliados e amigos, o que igualmente não está conforme as atribuições do COCONJ.

Um aspeto que subjaz de forma saliente a toda a atividade do CISMIL, é o apoio ao processo de decisão do máximo responsável militar. Aliás, em conformidade com a prática em vigor internacionalmente, denominadamente, nos países pertencentes à NATO.

Podemos concluir que a realidade atualmente vivida pelas IM é de expectativa quanto à indefinição relativamente ao futuro enquadramento legal e institucional, dado que, a decisão política aponta para a revisão da "re"estruturação organizacional, sem sequer a anterior "re"estruturação ou reorganização ter sido concluída: "*Atualmente continua-se sem saber quando e como será definida a nova estrutura das FA, onde se incluem as Informações*" (Ent. 6).

### 9.11.2. A (NOVA) RACIONALIDADE DAS FA E AS INFORMAÇÕES MILITARES

Apesar dos decisores políticos clamarem por uma racionalidade nova na organização das FA, há um aspeto importante que urge perceber, que é, à medida que se reduz as forças, “*deixa de haver olhos*” numa série de sítios. Portanto, se reduzem as forças, tem que se aumentar as informações. Não nos parece plausível uma redução cega válida por si mesmo: “*No processo de redução das FA alemãs (cerca de 10%), há um aumento de 40% das informações militares. Portanto, reduzem 10% as FA e as informações são aumentadas 40%*” (Ent. 6).

Se os interesses se mantêm, as informações são importantes. Há que investir nas informações: “*Porque una inteligencia militar de buena calidad, generada a tiempo, mejora la seguridad de nuestros soldados y marineros en el extranjero. Nuestras Fuerzas Armadas necesitan más y mejor inteligencia, porque así salvará más vidas*” (Alvarez, 2012).

A defesa dos interesses estratégicos mantêm-se, mas o que nos parece que está proposto em termos políticos é uma visão que pode colocar em risco a própria organização militar. Em jeito meramente ilustrativo apontamos um exemplo académico: num submarino com uma tripulação de 30 militares corta-se 10% à tripulação e fica-se com 27 militares a mais, porque uma guarnição com 27 militares não consegue operar aquele meio. Portanto, a situação é esta: o aspeto dos cortes, no caso duma capacidade que funciona com 30 militares se for diminuída em 10%, perde a capacidade. Cortar 10% é ficar com 27 militares a mais. É importante, identificar as capacidades que se pretende manter.

Portanto, a questão que tem de ser colocada, na nossa perspetiva é: qual a capacidade pretendida? Ainda assim, outro aspeto interligado com as capacidades e que sobressai como fundamental é o conhecimento. Eliminar um meio é relativamente simples. No entanto, reiniciar ou iniciar uma atividade é que é difícil, porque se perdeu o conhecimento. É importante manter o conhecimento. Recorremos a outro exemplo, estritamente ilustrativo: para adquirir um sistema de armas basta disponibilidade financeira. No entanto, a formação de elementos para o sistema de armas demora dois ou três anos. Os submarinos e os submarinistas; os aviões e os pilotos, estão nesta situação. Também, o planeamento é importante para evitar episódios da história militar recente em relação aos militares pilotos de helicópteros do Exército. Formaram-se pilotos de helicópteros que, dada a realidade atual, não serão utilizados nesta valência no respetivo Ramo. Parece-nos que falta perspetivas de futuro e que os responsáveis políticos não aplicam o princípio de que, “*Haciendo un buen uso de los medios ya disponibles, potenciar los servicios de inteligencia militar, puede resultar mucho más económico que la adquisición de algunos sistemas de armas modernos. Como en todo, siempre se pueden hacer inversiones en costosas tecnologías, pero (...) debe empezar por aprovechar bien lo que ya tiene*” (Alvarez, 2012).

### **9.13. Apresentação da estrutura de serviços de informações de defesa de estrangeiros**

A evolução dos serviços de informações em diversos países sofreu um impulso muito pelos reflexos das Guerras mundiais. Além da criação de serviços de informações militares apareceram novos campos de interesse e investigação. Esta realidade gerou diversos serviços de informações civis, o que conduziu à necessidade de estabelecer uma coordenação entre múltiplos intervenientes apontando à construção duma comunidade de informações, com a inclusão dos serviços militares, potenciando a referida Comunidade e concretizando uma verdadeira plataforma para o desenvolvimento e integração da atividade de informações de segurança e defesa. As alterações organizacionais e concomitante coordenação dos serviços de informações prende-se, substancialmente, com as alterações do panorama internacional no que concerne às relações entre os países, indefinição dos quadros de ameaças e interesses estratégicos diferenciados. No fundo, a existência e fortalecimento de uma comunidade de informações contribui para a melhoria da análise estratégica num ambiente de volatilização da realidade internacional.

Aliás, na situação concreta que toca aos serviços de informações, em nosso entender, é fundamental a criação e funcionamento recorrente de um órgão de coordenação da atividade dos diversos serviços, no âmbito do que designamos por comunidade de informações, na qual as IM têm de ocupar um lugar inter pares. Como consequência, certamente, será melhorada a eficácia das informações no seu conjunto, pelo contributo diversificado em prol dos interesses nacionais.

Os exemplos apresentados adiante, intentam demonstrar que não existe um modelo exclusivo de organização e funcionamento dos serviços de informações. Porém, tanto como confirmam as possibilidades múltiplas de organizações construídas e a funcionar diversamente embora praticando objetivamente o mesmo fim – servir os interesses de segurança e defesa dos respetivos países - são coincidentes pelo menos em dois aspetos: existência de organismos de coordenação; e, integração dos serviços de informações militares nos respetivos sistemas de informações. A coordenação e a integração dos serviços militares provoca uma necessária interação permanente que resulta salutar pela eliminação de redundâncias no ciclo de informações.

O recurso aos exemplos seguintes resulta de:

- Antiguidade e consolidação do sistema (Inglaterra);
- Reforço da atividade e representação das IM no sistema de informações (Alemanha);
- Remodelação do Sistema de Informações com novo figurino no capítulo da coordenação dos serviços e criação do Estado-Maior Conjunto das FA com responsabilidades nas IM (Brasil).

Recordamos que em Portugal as informações militares (CISMIL) estão excluídas do SIRP e o

processo de reestruturação do EMGFA aponta para a mitigação da sua importância no âmbito da estrutura militar.

### 9.13.1. INFORMAÇÕES DE DEFESA BRITÂNICAS

A articulação orgânica das informações britânicas assenta em dois pilares: os Comitês, que coordenam, supervisionam e decidem politicamente as ações a tomar no âmbito das informações e as Agências<sup>111</sup> que lhes estão subordinadas e se articulam em razão da realidade de cada situação. A estas acrescenta-se as IM e as Informações policiais.

Os serviços de Informações Militares subdividem-se em serviços de informações periféricos e serviços ou órgãos centrais. Estes organismos não são totalmente autónomos, dado que estão vinculados aos outros serviços de informações através do *Joint Intelligence Committee* (JIC), um Comité intergovernamental, "(...) *responsible for providing Ministers and senior officials with co-ordinated inter-departmental intelligence assessments on a range of issues of immediate and long-term importance to national interests, primarily in the fields of security, defence and foreign affairs*" (NAM, 2010: 23).

Existem vários serviços de informações na dependência do Ministério da Defesa. Desta forma, cada Ramo das FA conta com o seu próprio serviço: *Intelligence Corps* (IC) são as Informações do Exército de Terra; *Naval Intelligence Department* (NID), corresponde às Informações navais; e, *Special Air Service* (SAS), pertence às Informações na vertente Aérea. A estes serviços junta-se o *Defence Intelligence Analysis Staff* (DIAS), um Estado-Maior de informações de Defesa. Trata-se do organismo central que é a principal fonte de informação estratégica do Ministro da Defesa e das FA. Este órgão está subordinado ao *Chief of Defence Intelligence* (CDI), "*In addition to his role as head of DI, (...) is responsible for the overall co-ordination of intelligence activities throughout the Armed Forces and single Service Commands*". (NAM, 2010: 14)<sup>112</sup> Em simultâneo integra o JIC.

A DI produz informações provenientes de fontes abertas ou não e executa avaliações em apoio da decisão política, gestão de crises e melhoria das capacidades militares. A informação produzida é usada pelo Ministro da Defesa, comandos militares e forças destacadas, bem como por diversos departamentos governamentais e para apoio ao trabalho da JIC.

---

<sup>111</sup> Secret Intelligence Service (SIS ou MI6), Government Communications Headquarters (GCHQ), e Security Service (vulgarmente conhecido por MI5).

<sup>112</sup> Para mais detalhes, consultar [www.dis.mod.uk](http://www.dis.mod.uk)

**Figura nº 10 - Joint Intelligence Committee**



Fonte: Elaboração própria

Além das avaliações referidas anteriormente, as Informações de Defesa, pesquisam e produzem informações em apoio direto às operações militares, e igualmente, para apoio às operações do SIS (MI6), do GCHQ, e do SS (MI5). Esta informação é concordante "with the procedures laid down by the Regulation of Investigatory Powers Act 2000" (NAM, 2010: 13). Através da DI é, também, providenciada uma gama de informações geoespaciais, incluindo cartografia e uma seleção de informação relacionada com atividades de treino e segurança.

### *9.13.3. INFORMAÇÕES DE DEFESA ALEMÃS*

A organização territorial alemã, constituída em Estado Federal acrescenta à complexa e tradicional organização dos serviços de Informações um outro nível de dificuldade com os serviços que desenvolvem a respetiva atividade no âmbito dos Landers. Esta realidade confere particular importância à ação dos órgãos e normas de coordenação dos serviços de informações neste país.

O Serviço de Informações Militares (SIM), da República Federal Alemã está submetido a uma reorganização iniciada em 2012 e que se prolonga até 2017.

A razão subjacente à reorganização encontra-se na necessidade de incrementar a recolha e processamento de informações em áreas operacionais complexas e no âmbito da prevenção de crises e da segurança do Estado.

Este Serviço tem um vínculo pessoal, material e espacial com as FA e é um órgão especial de defesa da Constituição.

A direção do Serviço de Informações Militares encontra-se sedeadada no Ministério da Defesa, sob as diretivas do Chefe do Estado-Maior-General das FA, e é da responsabilidade do Chefe da Divisão de Estratégia e Operações (SE I) do Ministério da Defesa. O Chefe da Divisão SE I é o conselheiro especialista do Ministro da Defesa e do CEMGFA para os assuntos relativos ao SIM.

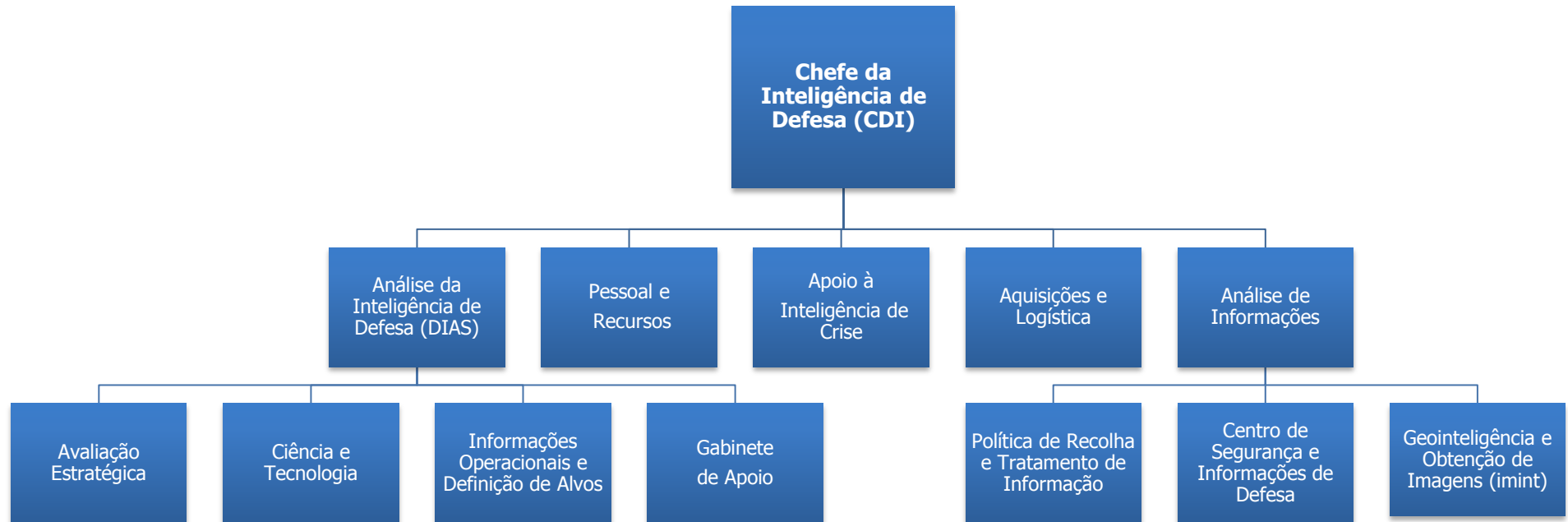
A direção e coordenação do SIM é, igualmente, uma responsabilidade do Chefe da Divisão SE I. Esta chefia alarga as suas competências, também, no que concerne à evolução e desenvolvimento do SIM, como à condução e direção profissional dos respetivos assuntos relacionados com os Adidos Militares estrangeiros acreditados na RFA e com os Adidos Militares nacionais colocados no estrangeiro. A representação do SIM, em termos internacionais é uma das suas atribuições.

O Ministro da Defesa, na sua área de competência possui o Comando de Reconhecimento Estratégico (CRE). Este Comando constitui-se como Comando Conjunto de Capacidades para o Serviço de Informações Militares, debaixo do comando administrativo do Comando Conjunto e Logístico, peça fundamental do SIM considerando a necessidade de recolher informações e a coordenação dos aspetos profissionais na área da formação e do seu desenvolvimento.

O CRE está estruturado para que possa assumir os aspetos essenciais das suas atividades no apoio efetivo aos contingentes operacionais.



**Figura nº 11 - Organigrama Simplificado da Entidade Responsável Pelas Informações de Defesa (DI) do Ministério da Defesa Britânico**



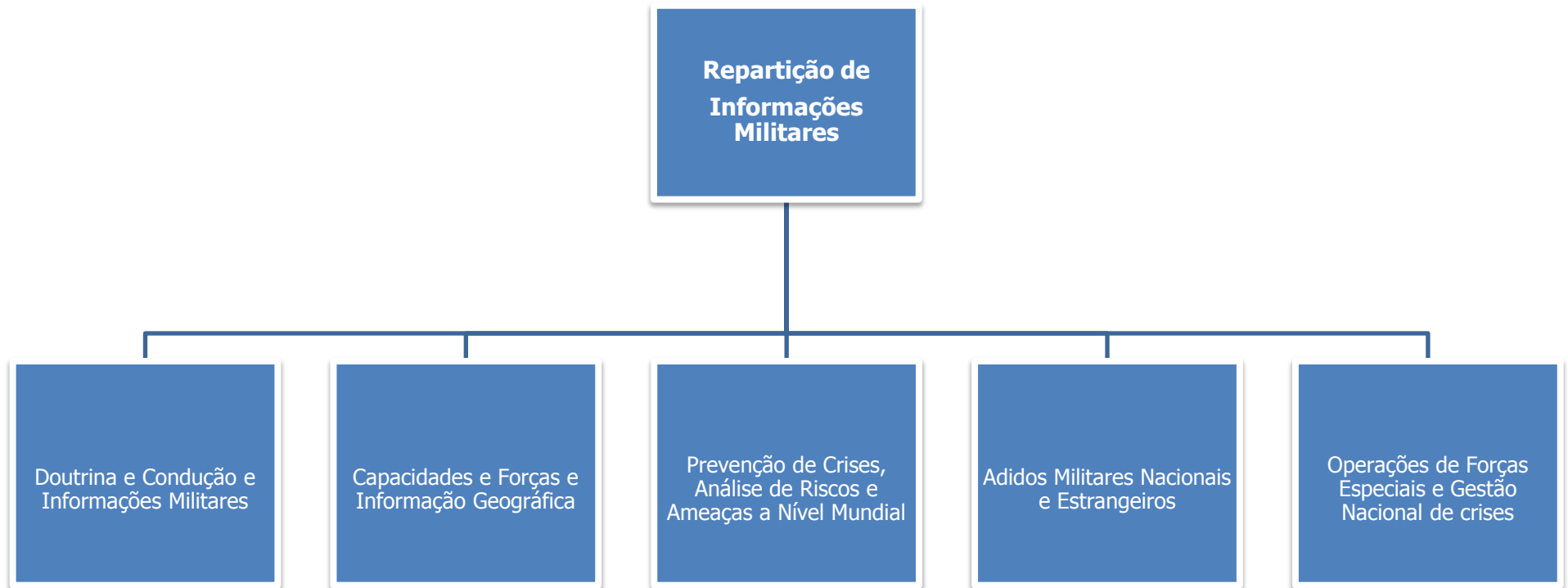
Fonte: Elaboração própria

**Figura nº 12 - Organigrama simplificado do Ministério da Defesa (Órgãos de Informações)**



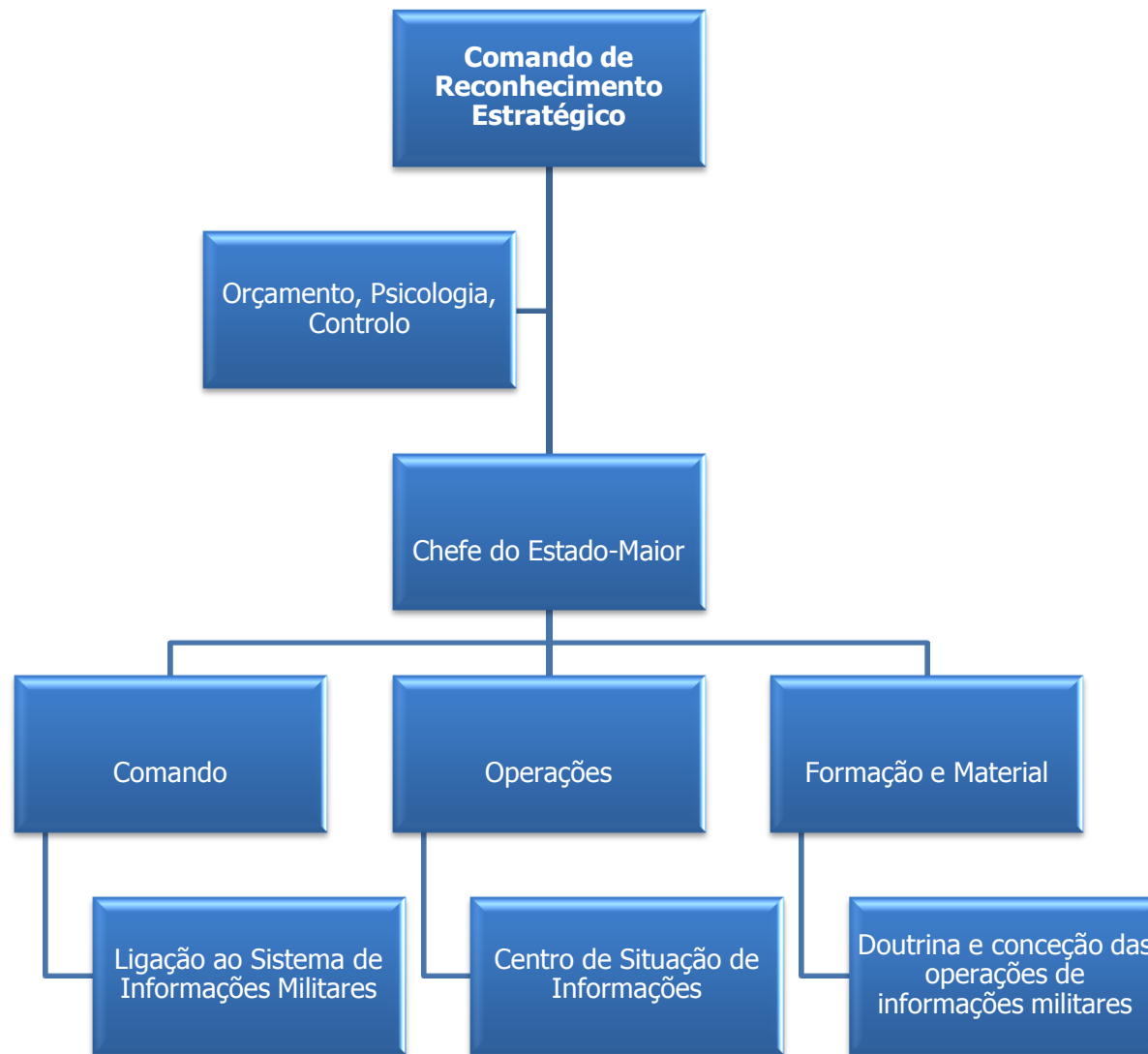
Fonte: Elaboração própria

**Figura nº 13 - Organigrama simplificado da Repartição de IM**



Fonte: Elaboração própria

**Figura nº 14 - Organigrama simplificado do Comando de Reconhecimento Estratégico**



Fonte: Elaboração própria

A principal orientação para as FA e por inclusão, para o Serviço de Informações Militares radica no princípio “*pensar a partir da operação*”. Desta forma, o Comando de Reconhecimento Estratégico toma uma relevância iniludível. O CRE leva a efeito as diretivas estratégicas do Ministério Federal da Defesa, transformando-as em tarefas a nível operacional aplicáveis a todas as forças e meios do SIM, na respetiva zona operacional, em colaboração com o Comando Operacional Conjunto das FA.

As FA caminham para ter capacidade a nível de pessoal, formação e material a fim de assumirem missões e responsabilidades específicas em termos das missões permanentes do SIM. As forças e meios do SIM, após a nova orientação, permanecem na organização militar. Adotando o conceito de operação conjunta dos Ramos no SIM estabelecido pelo CEMGFA, foi definida uma estrutura de emprego de meios orientada para as missões operacionais. Como reflexo desta orientação houve uma reorganização das unidades operacionais dos Ramos de modo a englobarem elementos de reconhecimento e recolha de informação a todos os níveis. A criação da Escola de Reconhecimento Estratégico para a formação e treino dos elementos do SIM e a constituição de *Mobile Training Team* (MTT) para ministrar formação na Alemanha ou em qualquer teatro de operações externo, refletem igualmente a nova política seguida para os SIM.

#### 9.13.4. INFORMAÇÕES DE DEFESA BRASILEIRAS

No processo de transformação e ajuste das suas instituições, em razão da necessidade do Estado adequar o seu papel no capítulo da Segurança e Defesa, anteriormente entregue aos militares e por via disso gerador de difícil entendimento pela sociedade atual, talvez baseado na aparente imunidade do país à guerra, no Brasil após a promulgação da Constituição em 1988 foi encetado o processo de criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e do Ministério da Defesa (MD) e a reestruturação das FA. Estas instituições são possuidoras de estruturas de produção de informação estratégica, interrelacionando-se através de estruturas sistémicas.

O Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE), foi criado face à necessidade de aperfeiçoamento da capacidade de Comando, Controle e Informação das entidades envolvidas na defesa Nacional, contribuindo para o processo de decisão, e potenciando a estrutura do MD no desempenho e coordenação das Informações de Defesa, facilitando a ligação ao Sistema Brasileiro de Informações.

Na estrutura do MD, o Departamento de Inteligência Estratégica (DIE) da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais é o responsável pela coordenação do SINDE e da sua representação face ao Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), cujos componentes, além do DIE são os Centros de Inteligência da Marinha (CIM), do Exército (CIE) e da Aeronáutica (CIAer), assim como o Estado-Maior Conjunto das FA, órgãos de informações de mais alto nível destas instituições.

**Figura nº 15 - Organigrama simplificado do Ministério da Defesa (Órgãos de Informações)**



Fonte: Elaboração própria

Constatamos, desta forma, a intenção de coordenar e integrar as diversas atividades de Informações de Defesa direcionadas para o contributo ao processo de decisão através de ligações sistémicas e sem vínculos de subordinação entre os respetivos elementos, tendo o DIE como órgão central do sistema, dispondo para tanto, de um Conselho Consultivo constituído por responsáveis pelos órgãos de Informações.

Em resumo, podemos afirmar que o SINDE é formado por órgãos de Informações do MD e das FA os quais possuem estruturas específicas para a produção de informações e funcionam independentemente, sob coordenação do DIE órgão central do sistema e sem a existência de qualquer hierarquia entre os vários órgãos.

**Quadro nº 15 – Instituições e respetivos órgãos de Informações**

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES</b>
<b>Ministério da Defesa</b>	Departamento de Inteligência Estratégica (DIE)
	Chefia de Assuntos Estratégicos (EMCFA) <sup>113</sup>
<b>Marinha</b>	Subchefia de estratégia do Estado-Maior da Armada
	Subchefia de Inteligência Operacional do Comando de Operações Navais
	Centro de Inteligência da Marinha
<b>Exército</b>	2ª Subchefia do Estado-Maior do Exército
	Centro de Inteligência do Exército
<b>Aeronáutica</b>	2ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica
	Centro de Inteligência da Aeronáutica

Fonte: Elaboração própria

A existência de serviços de informações de segurança e defesa e/ou militares, confirma a sua necessidade nos Estados constitucionais e demonstra a respetiva conformidade da sua atuação com os princípios democráticos. A necessidade da existência de órgãos de coordenação dos serviços é uma realidade que por diversas razões se faz sentir, seja por via da organização territorial, seja por via das matérias tratadas, decididamente em defesa dos interesses nacionais. O recurso a realidades distintas em termos de estrutura organizacional (Inglaterra, Alemanha, Brasil), confluí, no entanto, para a necessidade evidenciada de coordenação dos serviços de informações civis e militares e integração dos serviços e respetivos contributos nos processos de decisão estratégica dos principais responsáveis político-militares. A inexistência ou o funcionamento esporádico de um organismo de coordenação pode obstar, de alguma forma, à integração e relacionamento funcional entre os serviços. Por outro lado, esta situação pode concorrer para que a coordenação e continuidade das atividades relacionadas com as informações de Defesa seja sujeita à mitigação da eficiência e eficácia das organizações que têm por dever legal a produção de informações neste capítulo.

<sup>113</sup> O Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), está em reestruturação pelo que as designações dos organismos apresentados podem ter sido, entretanto, alteradas. É o caso do Estado-Maior de Defesa que foi substituído pelo Estado-Maior Conjunto das FA.

Sem verificarmos a existência de padrões unificados nas organizações de Informações relacionadas com a Defesa e as FA, parece-nos ser comum a necessidade de órgãos de coordenação dos serviços que garantam integração e continuidade das ações correspondentes e formalização de relacionamentos interorganizacionais com a definição dos respetivos níveis hierárquicos funcionais. Assim, talvez se propugne a integração da produção de informação estratégica na satisfação das necessidades da Defesa do país. Ao invés, estamos em crer que a realidade há-de obstar à permuta de conhecimentos entre os serviços, redundância no ciclo de produção e correspondente quebra de eficiência dos serviços individualmente considerados com reflexos negativos no sistema considerado na sua totalidade.

A integração do sistema de informações, talvez passe pela padronização de procedimentos com recurso a métodos que apontem à definição explícita das especificidades inerentes a cada serviço, situação esta concomitante com a eliminação de redundâncias e insuficiências potencialmente presentes nas atividades de cada serviço no quadro atual, projetando a melhoria funcional dos correspondentes serviços.



## 10. CONCLUSÃO

---

Os desafios emergentes, pela sua diversidade e imprevisibilidade, afetam indiscutivelmente as sociedades, e particularmente as democracias. As ameaças à paz mundial, por exemplo, são particularmente sentidas nas sociedades democráticas, porque a liberdade de expressão presume estabilidade política, e esta convive mal com ditaduras ou resgates autocráticos. *“Mais do que inimigos, os países enfrentam riscos e perigos, uma transformação profunda da sua própria natureza”* (Giddens, 2006:28) Estes riscos incluem incerteza e instabilidade na área Euro-Atlântica e em seu redor e a possibilidade de crises regionais na periferia da Aliança Atlântica, podendo ambas desenvolver-se rapidamente.

*“O risco refere-se a perigos calculados em função de possibilidades futuras. Só tem uso corrente numa sociedade orientada para o futuro, uma sociedade que vê o futuro precisamente como um território a ser conquistado ou colonizado”* (Giddens, 2006:33). Rivalidades religiosas, políticas e étnicas, disputas territoriais, disputas sobre recursos vitais, esforços de reforma inadequados ou falhados, o abuso de direitos humanos e a dissolução de estados levarão a instabilidade local e regional. As tensões resultantes poderão criar um largo espectro de consequências, desde a necessidade de providenciar assistência humanitária até ao conflito armado. Podem também afetar a segurança de países vizinhos, incluindo membros da NATO e afetar a segurança de outros Estados.

Torna-se imprescindível conhecer que ameaças relevantes podem afetar a nossa condição de liberdade, porque com a sua identificação potencia-se a (nossa) capacidade de enfrentamento e a mitigação dos efeitos. Isto é, a realidade contemporânea requer uma gestão preventiva e proactiva da estratégia de Defesa de cada país, estratégia que conduz à potencial eliminação do erro e dos respetivos efeitos colaterais. Com efeito, estes fenómenos de desestabilização da ordem democrática e da vida dos povos livres não podem ser compreendidos em termos da sua lógica e das suas consequências sobre o ambiente nacional, regional ou global, sem a ponderação das suas dinâmicas sociais.

Os portugueses, tendo conseguido recuperar a sua liberdade há cerca de 40 anos, percebem bem o significado e a importância de garantir, apesar das extremas dificuldades existentes, que o seu destino só por eles pode ser decidido. Portugal tem vivido ao longo das últimas quase quatro décadas etapas diversas da construção da democracia. Passámos de um cenário em que o país estava fechado ao mundo a outro cenário, atual, em que a abertura é global. Mas esta transição corresponde, sobre alguns aspetos, a um caminho de (aparentes) certezas a um quotidiano de incerteza(s). Abandonámos uma realidade dominada por fronteiras de vária índole (desde logo, geográfica), em favor da ausência de fronteiras. A permissividade e a exposição do País são

ímpares em termos históricos. A atualidade torna a soberania um ativo de elevado valor mas que exige cuidados redobrados. O quadro representado no tempo presente, permite constatar a projeção global dos interesses nacionais mas em contrapartida, deixa o país permeável a toda a gama de interesses exógenos.

As sociedades atuais conhecem (e experimentam) processos de mudança social muito intensos e de elevado efeito transformador, mesmo para as suas instituições sociais, políticas e democráticas. Talvez o fenómeno da globalização seja aquele de que todos nós nos lembramos quando pensamos nessas mudanças tão impressionantes e massivas. Nas sociedades atuais há uma forte dependência de uma contínua comunicação que permite a interação pessoal, mesmo quando em situações de separação longínqua, o que não acontecia num passado relativamente recente.

Sabemos que a expansão global das telecomunicações transformou as relações espaço-temporais. O desenvolvimento tecnológico, designadamente, no campo das tecnologias de informação e comunicação anda a par com a crescente importância da comunicação social.

A tecnologia possibilita a eliminação da distância e promove relações entre “*outros*” ausentes, dispensando a interação face-a-face. A descontextualização caracteriza, emblematicamente, a separação espaço-temporal inerente à atualidade e é outra fonte de dinamismo da modernidade. Trata-se da “*desinserção*” das relações sociais do seu contexto espaço-temporal imediato e próprio e à sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço e de tempo.

Entendemos que os meios de comunicação social têm uma relevância iniludível na vida quotidiana, dado que proporcionam serviços de informação necessários e oferecem possibilidades de melhoria de conhecimentos ou entretenimento. No entanto, os meios de comunicação tendem a refletir as concepções dos grupos dominantes na sociedade. Esta situação não ocorre por via da eventual censura política direta mas, principalmente, devido a quem possui os meios em causa e os interesses que representam. Ainda assim, as sociedades não são entidades passivas, existindo em função de automatismos. Os agentes sociais, apesar de múltiplos constrangimentos, atuam ativamente na definição da vida coletiva e individual.

Quando decidimos atribuir a esta tese o seu título - *A globalização e a necessidade de conhecer – as informações militares na democracia portuguesa* – fizemo-lo a pensar que o estudo do funcionamento de uma organização militar, matizada pelos seus princípios e valores da instituição a que pertence, não poderia ser indiferente à sua envolvente, e procurámos perceber que tipo de mudanças concomitantes poderão ter ocorrido nessa envolvente e nesta organização. A sensibilidade do tema das IM decorre precisamente da forte vinculação que assiste entre a produção destas IM e a capacidade dos seus responsáveis entenderem o significado e o alcance do que produzem. Sem essa vinculação a sensibilidade do assunto seria mínima e a sua relevância nula.

Esta preocupação analítica conduziu-nos ao estudo da Sociologia Militar, designadamente quanto aos fenómenos sociais que se relacionam com as FA, tanto intramuros, como no seu inter-

relacionamento com a sociedade. Neste sentido optámos, fundamentadamente, por enfatizar a contribuição da Sociologia Militar em temas relativos à organização militar, à profissão militar e às relações civil-militares. Ainda que relativamente recente, a Sociologia Militar apresenta já contributos significativos e válidos para um maior conhecimento da instituição militar, quer do ponto de vista organizacional, quer do ponto de vista do seu papel na preservação dos valores sociais.

O estudo das FA requer instrumentos metodológicos mistos, nomeadamente quando a investigação decorre em contextos de conflito ou, de alguma forma, lhe está associada. Verificámos que a realidade concreta do próprio terreno impõe constrangimentos de índole diversa (técnicos; modalidades de recolha de dados; acesso difícil ao terreno), que o investigador é obrigado a ter em conta, pelas contingências resultantes dessa situação e pela influência determinante que estes imponderáveis colocam ao exercício do conhecimento. Esta reciprocidade entre o terreno (restrições múltiplas, condicionamentos no contexto da investigação) e a procura científica constitui o cerne da reflexão epistemológica sobre os trabalhos produzidos no domínio da pesquisa aplicada aos militares e às FA. Por exemplo, ao longo do processo de investigação constatámos que o carácter sensível e muitas vezes confidencial de um certo número de práticas (que emanam das práticas das FA) supõe, igualmente, estratégias de compreensão inusitadas, assim como de numerosos e necessários cruzamentos e sobreposição de fontes.

A Sociologia Militar, enquanto campo de pesquisa a consolidar, poderá cativar a atenção de públicos diversificados e revelar, por sua vez, uma mais-valia que não se confina ao seu estrito campo científico. Procurámos contribuir para o desenvolvimento da Sociologia Militar num contexto de afirmação científica progressivamente interdisciplinar. Pensamos, também, que a diluição do desconhecimento entre a instituição militar e a sociedade civil contribuirá para reforçar essa mesma interdisciplinaridade.

O reconhecimento da importância da tecnologia na estrutura organizacional militar permite analisar as mudanças que se têm observado, no sentido da permeabilidade da organização militar. A combinação de traços ocupacionais e institucionais é o recurso mais efetivo para que a organização militar enfrente as mudanças tecnológicas e os desafios do mundo emergente, respeitando ao mesmo tempo os valores de uma sociedade democrática.

Independentemente da missão atribuída, a especificidade da profissão militar consubstancia uma panóplia de deveres e direitos que tomam a designação de Condição Militar. Constatamos que a natureza do serviço prestado; a sujeição à hierarquia e disciplina militares; a disponibilidade permanente para o serviço; o sacrifício do interesse pessoal e os riscos inerentes ao cumprimento da missão implicam restrição de alguns Direitos Fundamentais consignados na Constituição da República Portuguesa. Estas imposições, próprias da Condição Militar, são extensíveis à conjugalidade e aos dependentes. A atribuição da responsabilidade maior pela defesa da soberania e integridade nacionais que a sociedade confia às FA terá de se traduzir no compromisso de garantir alguma proteção a quem voluntária e conscientemente dispõe a vida na defesa coletiva.

Como reflexo da sociedade de que fazem parte, nas FA é nuclear (em termos do relacionamento civil-militar) o debate sobre o modelo mais conveniente aos interesses nacionais, num contexto de alterações de índole diversa em termos internacionais e da necessidade de consolidação da soberania no âmbito interno. Isto é, torna-se iniludível a reciprocidade na compreensão das diferenças entre os responsáveis políticos e militares enquanto representantes legítimos dos respetivos universos. As FA garantem a continuidade da uma sociedade, velando pela sua integridade física e institucional, tanto internamente como internacionalmente. Qualquer sistema de relações de índole civil-militar envolve um equilíbrio complexo entre a autoridade, influência e ideologia da parte militar, por um lado, e a autoridade, influência e ideologia do poder político, por outro lado. A relação entre a legitimidade dos dispositivos militares face à sociedade e a preservação dos interesses de segurança dessa sociedade, mais do que constituir um teorema demonstrável, constitui um dilema potencialmente irresolúvel.

Conferindo com o antecedente, entendemos que a questão da legitimidade das FA num Estado democrático está diretamente vinculada à subordinação substantiva das mesmas à autoridade civil. Desta forma, a falta de consenso na sociedade (em particular entre as forças políticas) acerca do papel das FA e da Defesa nacional assim como os equívocos a respeito dos militares e a sua lealdade ao Estado democrático produzem efeitos negativos desde o ponto de vista institucional – militar e da capacidade de defesa do País. Apesar das contingências do presente, parece que se observa hoje uma maior capacidade e institucionalização do exercício da autoridade civil nos aspetos substantivos das políticas militares, de segurança e da Defesa nacional e uma crescente capacidade de trabalho conjunto entre civis e militares.

Nos tempos atuais, as FA organizam-se de acordo com a sua missão constitucional e papel que lhe corresponde desempenhar dentro da sociedade, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra e de acordo com os fins que perseguem também executam as missões subsidiárias. Como resultado vemos hoje que a organização das FA tende a ser mais dinâmica. As FA integram os processos sociais nos Estados contemporâneos despertando por essa via a atenção da análise sociológica em relação à instituição militar, tanto com o objetivo de uma maior compreensão da sua realidade interna como com a necessidade de identificação do tipo de relações que esta estabelece com a sociedade de que faz parte. Os quadros fatuais de atuação das FA, pelas transformações sociais, políticas, económicas e militares que a globalização gera, têm sofrido alterações que obrigam a um esforço de acompanhamento com repercussões internas na organização militar.

As IM refletem essa realidade e como tal carecem de metainformação estratégica e estratégico-militar compaginável com as necessidades de antecipação para prevenção ou intervenção das FA e atualizadas para acompanhamento contínuo da atividade das forças no terreno. A inter-relação dos correspondentes serviços de informações nacionais, nomeadamente o SIED e o CISMIL, nas áreas respetivas há-de contribuir para um processo prospetivo estratégico necessariamente iniludível nas vantagens decorrentes para a atuação das FA no capítulo da Defesa

nacional.

Contemporaneamente, todas as crises ocorrem sob os holofotes dos *media*. A manutenção da compreensão e apoio da opinião pública é crucial para os governos democráticos, e isto influencia as opiniões que podem ter, incluindo a ação militar, e a apresentação destas opções a diferentes audiências. De forma a ganhar e manter o apoio público, os governos nacionais e as organizações internacionais necessitam mostrar um grau de transparência nas suas ações, e estas ações devem ser de acordo com a lei internacional. A influência dos *media* aumentou em função do acesso a meios de comunicação regionais e internacionais. Isto foi provocado por tecnologias como a difusão por satélite e a ligação global via Internet. Adicionalmente, a disponibilidade de equipamento de impressão e cópia relativamente barato levou jornais e outro material impresso a uma audiência muito mais vasta.

A consciência da informação e as percepções ganhas da análise de informação recolhida e observações pessoais são há muito parte integrante da existência humana. Aqueles com capacidade superior para recolher, compreender, controlar e utilizar informação obtiveram uma vantagem substancial. A capacidade de gerir e empregar informação sustenta atividades diplomáticas, militares, económicas, entre outras. Do nível estratégico ao tático e transversalmente às operações militares, a metainformação tem um papel vital na forma como as decisões são tomadas. Em operações militares, a capacidade de derrotar adversários, ou potenciais adversários, poderá residir na percepção de todos os atores envolvidos, particularmente a população local. Existe assim um benefício considerável a ser ganho ao afetar o fluxo de informação através de um decisor e do seu entendimento dessa informação.

Em adição ao papel da tecnologia no aumento do acesso aos *media*, existe uma dependência sempre crescente de tecnologia da informação. A sociedade está impregnada de sistemas de computadores; estes formam também o núcleo da maioria dos sistemas militares, especialmente sistemas de comunicações e *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (ISR)*. Esta confiança crescente em tecnologia computadorizada introduz novas oportunidades que podem ser exploradas e novas vulnerabilidades que devem ser abordadas. Adicionalmente, a tecnologia facultou novos meios de acesso direto a informação via Internet. Essa informação é absorvida sem que necessariamente se conheça a sua validade e origem e, em alguns casos, é-lhe atribuído um crédito considerável; isto é particularmente verdade em sociedades sem uma imprensa livre. A Internet é usada para difundir ou fazer circular informação e opiniões, incluindo rumores, a uma velocidade inconcebível há alguns anos antes. A Internet é um meio sem restrição nem regulamento, globalmente acessível, que um adversário pode explorar quer para difundir a sua mensagem, como um veículo para atingir sistemas amigos, ou como uma fonte aberta de informações.

A estratégia de Defesa nacional deve ter em consideração o contexto evolutivo no qual as FA são usadas e a metainformação estratégica tem de refletir esta situação. O ambiente estratégico tornar-se-á cada vez mais dinâmico e complexo. Existirá uma diversidade de fatores que

influenciarão diretamente ou causarão mudança, bem como padrões perceptíveis nessa mudança. Existirá também um conjunto de fatores estratégicos potenciadores de mudança: globalização da sociedade, geometria política, mudança demográfica e ambiental e o impacto da tecnologia. A implicação destes fatores estratégicos a partir de um exame das suas implicações militares, fornece algumas tendências em termos dos quadros de ação para a metanálise da produção da informação estratégica:

- Globalização. O processo de globalização continua. Este padrão de importação e exportação cultural provoca conflito em áreas do Mundo onde culturas e valores colidem. Meios noticiosos difundem permanentemente as realidades da globalização para uma audiência sempre crescente. Terroristas e extremistas tornaram-se (e continuarão a tornar-se) mais sofisticados no seu uso de *media* e redes de informação para fomentar inquietações através de campanhas de informação direcionadas.
- Geometria Política. Não obstante os efeitos da globalização, os Estados-nação continuarão a ser intervenientes geopolíticos principais e a maioria manterá FA. No entanto, mudará a forma como a soberania do Estado é exercida:
  - É provável que exista maior interdependência entre estados e uma transferência de poder dos estados para organizações transnacionais e redes ou corporações multinacionais;
  - É provável que os membros da NATO se tornem mais abertos enquanto sociedades. Tornar-se-ão gradualmente mais confiantes na estabilidade global, particularmente com parceiros comerciais chave na Europa, América do Norte e, progressivamente, na Ásia;
  - Esta maior interdependência de estados terá benefícios. Por exemplo, a maior interação aumentará o entendimento, reduzindo o potencial para conflitos intraestatais;
  - É provável que estados falhados se tornem uma ameaça mais persistente e generalizada à segurança global. Atores não estatais, por exemplo, poderão explorar o vazio causado pela sua deterioração. Um estado falhado que tem pouco significado estratégico no sentido tradicional de recursos ou localização geográfica pode assumir importância estratégica como base potencial para atores não estatais.
- Mudança Demográfica e Ambiental. As diferenças demográficas entre o mundo desenvolvido e em desenvolvimento irão aumentar. Isto levará a pressões migratórias de um para outro, aumentando as tensões étnicas e colocando pressão nos sistemas de emprego e apoio social.
- Transformação Tecnológica e Militar. A tecnologia continua a ser um fator chave de mudança que apresentará novas oportunidades e ameaças. À medida que o acesso a tecnologias atuais e emergentes se torna mais abrangente, haverá mais oportunidades para que adversários desenvolvam meios convencionais e não convencionais efetivos para ataques diretos ou indiretos a nações da NATO. A proliferação de tecnologias de informação, comunicações, biotecnologia e

nanotecnologia será liderada pela indústria e não pelos militares e, devido à globalização, estarão mais acessíveis que até então.

- A pesquisa, análise, disseminação e partilha de informações será crítica para antecipar e, possivelmente, prevenir ou conter conflitos. O papel da metainformação estratégica e militar é insubstituível. Também por esta via, as IM com as respetivas células no terreno acrescentam valor às informações produzidas. Os processos de pesquisa de informações incluem agências não tradicionais associadas a operações militares, por exemplo agências policiais e fontes não tradicionais, como o envolvimento com atores não-governamentais. Será necessário um entendimento completo do ambiente operacional e uma aproximação proactiva nas fases iniciais de uma crise emergente. Esta avaliação apoiará uma perceção situacional acrescida e facilitará a partilha de informações e a colaboração em situações de desenvolvimento rápido. Melhorias em todos os aspetos do ciclo de tomada de decisão podem ser necessárias para que o tempo entre a antecipação de um risco ou ameaça e a definição e subsequente execução de uma operação possam ser encurtados.
- Numa perspetiva nacional no âmbito das informações o nível estratégico diz respeito à aplicação da gama completa de recursos nacionais, transversalmente a todos os instrumentos de poder, para alcançar objetivos políticos. É o domínio de chefes de Governo e ministros. No entanto, as ações militares são definidas como estratégicas, operacionais ou táticas, baseadas no seu efeito pretendido ou no seu contributo para alcançar os objetivos declarados. O relacionamento entre os três níveis é ilustrado a seguir:
  - O Nível Militar Estratégico. Ao nível militar estratégico, as FA são projetadas e empregues dentro de um enquadramento político abrangente como parte de uma estratégia coletiva de forma a alcançar os objetivos estratégicos nacionais e dos aliados.
  - O Nível Operacional. O nível operacional é o nível da guerra no qual as campanhas e as grandes operações são planeadas, conduzidas e mantidas para alcançar os objetivos estratégicos, nos teatros ou áreas de operações. A arte operacional – o emprego hábil de forças militares, em conjunto com outras agências, para alcançar objetivos estratégicos através da conceção, organização, integração e condução de campanhas ou grandes operações – liga a estratégia militar às táticas.
  - Ao Nível Tático as forças são empregues para conduzir tarefas militares e ganhar objetivos militares. O cumprimento bem sucedido destes objetivos é concebido para contribuir para o sucesso ao nível operacional e estratégico.
  - Em muitas situações de crise emergente, a tarefa das Informações mais exigente e crítica será fornecer indicações e avisos estratégicos de riscos de segurança emergentes e apoiar ações diplomáticas e políticas coordenadas e operações militares para restaurar a estabilidade e estruturar soluções políticas duradouras. A pesquisa em cada quadro de ação e a metodologia utilizada são decisivos na qualidade da avaliação situacional produzida. Assim, durante a intervenção e gestão de crises, a pesquisa e produção de informações descentralizada culminará

em avaliações competentes, dinâmicas e centralizadas para garantir que as autoridades político-militares partilham uma avaliação da situação comum. Os comandantes táticos e operacionais necessitarão também de Informações e avaliação da situação comuns baseadas em informação geoespacial comum (mapas, cartas de navegação aérea, imagem, hidrografia, etc.) e informação meteorológica para planearem operações rápidas e de elevada complexidade.

- Os processos de recolha e metodologia utilizados são fatores relevantes no contributo para a metanálise da produção da informação estratégica e estratégica-militar.

A investigação das origens de um conflito e, mais importante, como pode ser abordado, deve considerar todos os componentes-chave de uma sociedade; os aspetos militares e de segurança não podem ser abordados isoladamente. Numa sociedade, os instrumentos do poder nacional são complementados por componentes internos de governação local e nacional que incluem o Estado de direito, o sistema de ensino, o sector comercial e as instituições que tratam da saúde e bem-estar da população. Estes componentes interdependentes são inseparáveis da cultura e história sobre a qual se baseiam e combinam-se para formar a sociedade. Identificar e compreender o inter-relacionamento dos fatores é fundamental para qualquer operação na área.

As crises resultam frequentemente da falha das sociedades em governar um ou mais destes fatores em benefício da população, de forma que as fontes potenciais de conflito sejam removidas ou minimizadas. Em cada fator-chave poderão existir desafios a valores culturais subjacentes ou poderão existir perceções de desigualdade sobre origens étnicas, classes, género ou religião; estas perceções podem iniciar ou alimentar conflitos. Identificar as causas do conflito auxiliará na determinação de como, dentro do contexto da cultura e história específica, é mais conveniente regenerar, reformar e sustentar os fatores que falharam. A capacidade local para lidar com a discórdia e o conflito pode ser um fator crítico. A discórdia não é má, só por si; é a capacidade de a sociedade local para a gerir e resolver pacificamente que é importante. Com o passar do tempo, as causas originais do conflito podem tornar-se obscuras ou evoluir de forma que o próprio conflito se torna num modo de vida. Nessas circunstâncias, abordar os assuntos que permitem ou encorajam o conflito continua a ser cada vez mais importante.

Relevámos o contributo das ciências sociais no estudo e compreensão pelas forças multinacionais no que respeita às formas de cooperação com as populações autóctones, e na abordagem de questões que se prendem com a influência cultural e a eficácia da missão das forças multinacionais, sendo que as lições aprendidas resultam de aspetos relacionados com a interação entre FA multinacionais e a realidade social envolvente, nomeadamente, com as organizações e com as populações em presença nos vários teatros de conflito.

A natureza expedicionária das FND coloca exigências extraordinárias sobre as IM por existir uma lacuna de informações básicas em muitas regiões remotas ou subdesenvolvidas. As IM devem focar-se não só no adversário potencial, mas também em fatores políticos, sociais, económicos, étnicos, religiosos, históricos e culturais da área de operações. A análise e apoio de IM necessitarão de apoio de retaguarda para análise enquanto se mantém descentralizada para



apoiar as necessidades de operações conduzidas por forças dispersas. A recente experiência operacional demonstrou que as forças apoiadas por uma consciência cultural melhorada através do treino podem ser uma fonte de HUMINT especialmente importante. Reciprocamente, informação e Informações podem ser obtidas de muitas fontes diferentes, incluindo pessoal e organizações locais e internacionais que poderão ter bastante experiência na área; estes devem ser identificados e deverão ser estabelecidos procedimentos para troca de informação.

A interação das FA com a envolvente civil (governamental e não-governamental) na qual operam é crucial para o sucesso das operações. No entanto é um dos desafios mais difíceis que os militares de todos os níveis enfrentam. Como tal, é essencial estabelecer uma ligação com as agências apropriadas, incluindo organizações civis, para assegurar a coordenação e promover a cooperação na área da missão tão cedo quanto possível. Os parâmetros para esta cooperação deverão, idealmente, ser estabelecidos entre os militares e estas organizações e agências através de acordos oficiais estabelecidos ao mais alto nível. Em última análise, no entanto, esta coordenação só pode ser alcançada através da ligação e consulta contínua a todos os níveis. Algumas destas organizações e agências possuem diretivas e agendas próprias permanentes que podem conflitar com ou diferir do esforço principal dos contingentes militares em presença. É importante que, onde possível, as partes civis e militares identifiquem e partilhem objetivos comuns.

Nas IM constatamos diversas alterações estruturais e funcionais desde 1974. Assim, a história das Informações portuguesas desde 1974 é caracterizada pela ambivalência sobre a sua legalidade, a sua organização, administração e responsabilização e papel político. Os problemas surgidos na comunidade de Informações portuguesa são principalmente atribuíveis à rivalidade entre civis e militares. O caminho das informações, no tempo da democracia portuguesa, permite uma constatação deveras perniciosa aos respetivos serviços como à própria democracia, ou seja, o edifício legislativo que suporta a atividade das informações em Portugal é penosamente, paulatinamente, atualizado ao sabor dos eventos, denunciando, de alguma forma, uma reduzida reflexividade social, no sentido do constante reforço e complementaridade estabelecidos entre estrutura e ação, com vista à discussão e comprometimento democráticos apontando a uma arquitetura organizacional perene.

Após o derrube da ditadura pelo Movimento das FA em 1974, os sucessivos governos adiaram por mais de 12 anos a configuração de um tipo de Sistema de Informações fora do controlo dos próprios militares. Este atraso foi, pelo menos em parte, devido a restrições políticas no período pós-ditadura, onde a ligação entre as Informações e a polícia secreta estava, na sociedade portuguesa, compreensivelmente marcada pela negativa.

O desmantelamento da estrutura da polícia política (PIDE-DGS) após a revolução significou o desaparecimento, também, das Informações do Governo – pesquisa, produção e difusão. Nos anos após a revolução era politicamente impossível para qualquer Governo criar um novo Serviço de informações. Esta situação seria tão impopular (porventura mais) como o aumento de impostos. A

razão para tal impossibilidade foi a estreita identificação na memória coletiva entre o tipo de trabalho das Informações, ainda que legítimo, e a prática repressiva da polícia política da ditadura. Neste vazio, a responsabilidade do trabalho de Informações foi delegada nos militares. A DINFO, na alçada do EMGFA, procedia ao trabalho de recolha e tratamento da informação através, entre outras opções da Secção E (ou Secção Técnica) como braço operacional. O EMGFA e a DINFO acumulavam um poder considerável e eram apenas nominalmente sujeitos ao controlo civil, já que não havia nenhum corpo político eleito face a quem houvesse subordinação destes órgãos. Ironicamente, a relutância dos políticos em criar um órgão civil para as Informações levou ao crescimento de uma estrutura militar que foi, pelo menos, tão independente como a antecessora polícia política na ditadura.

As FA controlaram independentemente as Informações por mais de uma década, com base em pessoal civil e militar, aqueles oriundos de Angola e Moçambique, e expandiu-se para a cobertura de todos os aspetos relacionados com a atividade da segurança. Em 1984 foi concebido e parcialmente instituído um sistema civil, que integrava as já existentes Informações militares e um novo ramo civil (SIS), largamente constituído por recursos humanos jovens e inexperientes. Tratava-se de um sistema complexo e pesado e incluía diversos ramos, designadamente o SIED, que não passou do papel. O sistema criado demonstrou muita vulnerabilidade e erros de análise, desinformação e conflitos internos. Da mesma forma, não estava sujeito a avaliação eficaz.

No âmbito dos trabalhos de reestruturação do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), levados a cabo no último decénio do século XX, foi decidido que o SIED e o SIM, criados em 1984, seriam extintos, sendo substituídos, exclusivamente, pelo novel Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), o qual ficaria na dependência do Ministério da Defesa Nacional. A solução assim expressa tomou corpo legal em 1995, e respeita o entendimento das FA como uma estrutura integrada no quadro orgânico do Estado democrático, bem como a compreensão dos proveitos inerentes à garantia da unidade de pensamento e doutrina na produção de informação estratégica de defesa e de informação estratégica militar. Nesta reestruturação, a Divisão de Informações Militares (DIMIL) via a sua missão limitada à prestação de apoio de Estado-Maior no âmbito das informações e da segurança militares.

Posteriormente, a estrutura da DIMIL foi sendo alterada por razões diversas. Desde logo, com o acolhimento do Gabinete de Ligação aos Adidos Militares (GLAM), situação não prevista quando se verificou a reestruturação nascida da racionalidade e redução. Uma outra alteração à estrutura inicialmente definida teve que ver com o empenhamento do País em operações exteriores, pouco tempo após a referida reestruturação, o que se refletiu na necessidade de reforço das IM com o objetivo da garantia do apoio às FND. A necessidade de acompanhamento da evolução doutrinária no âmbito da NATO, que se traduziu na criação de uma repartição, foi outra alteração à construção inicial. A realidade rapidamente demonstrou a inadequação desse modelo às necessidades efetivas do EMGFA. As lacunas da novel organização ficaram patentes quando o País projetou as primeiras FND.

A separação no tratamento das informações estratégicas de defesa e das informações estratégicas militares pode originar conflitos resultantes de competências e tarefas de cada serviço e/ou órgão encarregados de as produzir, dado o carácter abrangente e multidisciplinar da estratégia total. Aliás, este é um tema de alguma forma recorrente, já que, em 2009, o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa teve diversas reuniões de trabalho com o CEMGFA e à época a DIMIL, nas quais foi refletida a situação das IM, a questão do respetivo relacionamento com o SIED e a adequação das IM no novo quadro jurídico-legal. As alterações da Lei-Quadro do SIRP introduzidas em 2004 provocaram consequências na atividade de informações das FA, designadamente, a exclusão das IM do âmbito do SIRP e a dependência de terceiros na produção de Informações.

As FA serão sempre uma pedra de toque da segurança e defesa nacionais mas têm de ser complementadas. A segurança coletiva depende também da diplomacia que pode atuar em qualquer lugar do planeta, desde os grandes centros urbanos às zonas mais inseguras; da formação de especialistas que podem reforçar a governança e apoiar a dignidade humana; dos sistemas judiciais eficientes e eficazes; e, dos serviços de informações, designadamente as IM, que podem contribuir para as melhores decisões.

É neste contexto que surge o CISMIL, que substituiu a DIMIL. Assim, o CISMIL é o órgão estratégico-militar e operacional responsável pela produção de informações em proveito do planeamento e conduta das missões inerentes às FA e das ações necessárias à garantia da Segurança Militar. Como entidade militar responsável pelas informações e segurança militares, o CISMIL dispõe de capacidade autónoma. Referimo-nos à capacidade autónoma de pesquisa de informação. Esta pesquisa é levada a efeito em dois níveis: o Estratégico (EMGFA), através do CISMIL; e Operacional-tático, através dos Ramos.

O CISMIL tem na sua atividade normal capacidade para a formação de Células de IM, cuja finalidade é fornecer apoio às atividades relacionadas com a proteção dos militares integrados nas respetivas Forças. Parece-nos que uma questão por resolver em definitivo é a relacionada com a convivência entre o CISMIL e o SIED, pela necessidade da continuada abordagem sobre o assunto nos relatórios do Conselho de Fiscalização.

É tarefa essencial das IM fornecer aos responsáveis políticos e militares informações sobre a expressão militar dos países estrangeiros e garantir a segurança militar das FA, bem como informar acerca da situação de segurança. Neste capítulo, é particularmente sensível, e em simultâneo relevante, a questão da ligação com os serviços de informações militares aliados. Relembramos que, quando existe uma modificação adversária de âmbito militar e quando esta alteração é crítica ou se revela como ameaça à Segurança e Defesa Nacional, tal é também relevante no âmbito político, social, económico e científico. O cabal cumprimento da missão das IM exige recursos de vária ordem, desde logo, recursos humanos, e neste parâmetro funcional as IM talvez se apresentem algo mitigadas.

No contexto de um ambiente de mudança é particularmente importante que os responsáveis

políticos e militares possam depender da fiabilidade das IM, decorrente do relevo das funções do órgão militar de Informações – CISMIL. A fiabilidade está associada ao risco, sendo que a fiabilidade minimiza a situação de risco ou perigo que quaisquer atividades supõem. Acrescentamos, na mesma linha de pensamento, que a natureza das organizações modernas está largamente associada com os mecanismos de fiabilidade pericial, *“a sensação de segurança baseia-se geralmente num equilíbrio entra a confiança e o risco aceitável. Tanto no seu sentido fatural como no experiencial, a segurança pode aplicar-se a grandes agregados ou coletividades de pessoas - incluindo até a segurança global - ou a indivíduos”* (Giddens, 1992:27). A confiança é construída significando um processo mútuo de Auto desvendamento.

Verificamos, também, que as IM possuem atualmente capacidade para a pesquisa de informação estratégica, designadamente, informação estratégica militar. Neste caso, e em função da necessidade da estratégia militar do CEMGFA será, eventualmente, profícua a complementaridade na produção com o recurso a estudos académicos, que contribuam para os desígnios das mais altas instâncias militares. Por outro lado, parece-nos que a capacidade de pesquisa para satisfação das necessidades a nível operacional não está em causa. Aliás, o papel que as IM têm desempenhado em diversos teatros de conflito, no estrangeiro, testemunhado por diversos órgãos de comunicação social, confirma essa mesma realidade.

A existência de serviços de informações de segurança e defesa e/ou militares confirma a sua necessidade nos Estados democráticos e demonstra a respetiva conformidade da sua atuação com os princípios democráticos. A necessidade da existência de órgãos de coordenação dos serviços é uma realidade que por diversas razões se faz sentir, seja por via da organização territorial, seja por via das matérias tratadas, decididamente em defesa dos interesses nacionais. A inexistência ou o funcionamento esporádico de um organismo de coordenação pode obstar, de alguma forma, à integração e relacionamento funcional entre os serviços. Por outro lado, esta situação pode concorrer para que a coordenação e continuidade das atividades relacionadas com as informações de Defesa seja sujeita à mitigação da eficiência e eficácia das organizações que têm por dever legal a produção de informações neste capítulo.

Sem verificarmos a existência de padrões unificados nas organizações de Informações relacionadas com a Defesa e as FA, parece-nos ser comum a necessidade de órgãos de coordenação dos serviços que garantam integração e continuidade das ações correspondentes e formalização de relacionamentos interorganizacionais com a definição dos respetivos níveis hierárquicos funcionais. A integração do sistema de informações, talvez passe pela padronização de procedimentos com recurso a métodos que apontem à definição explícita das especificidades inerentes a cada serviço, situação esta concomitante com a eliminação de redundâncias e insuficiências potencialmente presentes nas atividades de cada serviço no quadro atual, projetando a melhoria funcional dos correspondentes serviços.

Pelo exposto, parece-nos que o relevo institucional do CISMIL, no processo de tomada de decisão militar, remete para a alteração de procedimentos entre este órgão e a respetiva tutela,

designadamente, no que respeita à comunicação exclusiva no capítulo das informações, independentemente da forma e periodicidade com que aconteça (*briefings*, palestras, documentos, etc.). Outra situação que colide com o cabal funcionamento do CISMIL e que, em nosso entender, urge resolver, é a regulamentação deste órgão de informações de segurança e estratégicas militares.

O esclarecimento quanto ao que, em definitivo, o Ministério da Defesa deseja para o enquadramento institucional das IM, pode contribuir, decisivamente para a necessária projeção das IM e o concomitante relevo institucional. A coordenação integrada dos serviços de Informações do SIRP e das IM parece-nos que pode contribuir para uma política integrada de Segurança e Defesa nacional. Também o relacionamento entre o CISMIL e o SIED carece de esclarecimento, objetivando a definição das respetivas áreas de atuação e fortalecendo o papel institucional de cada uma destas entidades. As relações bilaterais e multilaterais que o CISMIL mantém com Serviços aliados e com a NATO revela e potencia o trabalho das IM, cimentando a necessidade de consolidação do CISMIL e respetiva projeção institucional. A constituição de células de IM é uma valiosa expressão do contributo do CISMIL para o processo de decisão a vários níveis hierárquicos em todos os cenários onde se encontram militares nacionais e uma prática que urge aprofundar e multiplicar. No entanto, o reconhecimento do trabalho das IM e o papel do CISMIL dependem da alteração de práticas atuais por parte dos decisores militares e da vontade política dos decisores políticos.

Não podemos finalizar sem referirmos, uma vez mais, as dificuldades inerentes aos trabalhos no âmbito da instituição militar e que demos conta ao longo do texto. A escassez de trabalhos na área das IM é, também ela, uma limitação à investigação. Este trabalho reflete as limitações mencionadas e eventualmente outras mais. Pensamos que a originalidade desta investigação, além das lacunas que certamente evidencia, terá pelo menos o mérito de permitir a discussão sobre uma realidade até agora circunscrita a um público muito restrito. Gostaríamos que o nosso contributo fosse nesse sentido. Da mesma forma, a adoção por investigadores civis do estudo dos assuntos relacionados com as FA, apesar das dificuldades inerentes, há-de contribuir para a abertura da instituição militar à sociedade de que faz parte, legitimando aquela e proporcionando a esta mesma sociedade um conhecimento da realidade castrense que permite a construção da confiança numa instituição com um papel insubstituível nas sociedades, designadamente, nas sociedades democráticas.



## 11. POSFÁCIO

---

A aprovação recente do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) coincidiu com a finalização e revisão do nosso trabalho. No entanto, não queremos nem podemos ignorar a importância dum documento fundador e prospetivo da política de defesa nacional para a próxima década, designadamente, no que respeita às FA. Nesta matéria, apesar de algumas inovações conceituais apresentadas, o que o CEDN projeta não colide, em absoluto, com o que apresentamos e discutimos no presente trabalho. Antes sim, confirma e reforça a importância e necessidade do papel das FA e das informações estratégicas em linha com a perspectiva por nós defendida não alienando, por isso, qualquer parte do nosso trabalho, mantendo este integralmente a sua atualidade. Com efeito, a noção de Defesa não se focaliza, exclusivamente, nos aspetos militares. Contempla também a confiança no regime democrático expressada através do bem-estar social e do desenvolvimento nacional. Havendo quebra nessa confiança, comete ao Estado a obrigação de intervir no sentido do seu restabelecimento. No entanto, as ameaças reais e potenciais são mais difusas que nunca, com impacto transversal e pluridimensional nas sociedades. Face a esta perspectiva, as vulnerabilidades são indisfarçáveis. Neste contexto, os objetivos nacionais são delineados para garantir a soberania nacional e os valores consagrados constitucionalmente a par da segurança da sociedade. Pretende-se, nesta conformidade, que as FA sejam flexíveis e modernas.

Estamos, por conseguinte, a falar de uma visão de conjunto da estratégia nacional consubstanciada no recente CEDN, apresentada na abertura do debate das Grandes Opções do CEDN, na Assembleia da República: *“Um Conceito que trata de forma integrada as múltiplas dimensões da segurança e incluiu orientações e linhas de ação para todos os vetores estratégicos cruciais que concorrem para a segurança e defesa nacional (...) Mantendo a defesa dos valores constitucionais e deveres permanentes do Estado de direito democrático, não são esquecidas as respostas à nova tipologia de ameaças, designadamente a cibercriminalidade, à afirmação de Portugal como coprodutor de segurança internacional, ou à valorização das missões de interesse público”* (Ministro da Defesa Nacional, 2013).

O CEDN define os aspetos a acolher pelo Estado na consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional, conferindo um aumento da importância das missões internacionais levadas a cabo pelas FA, dado que os meios militares se constituem como uma componente fundamental da segurança do Estado e um fator de projeção do prestígio internacional de Portugal. Na prossecução dos valores e interesses nacionais destacam-se, entre outros elementos essenciais, *“A inteligência estratégica, que é determinante na efetiva realização do potencial estratégico do País. Valorizar esta dimensão significa privilegiar a qualidade das informações estratégicas, da visão prospetiva e dos processos de decisão. Neste sentido, é indispensável*

*também reforçar a capacidade de ação estratégica do Estado” (CEDN, 2013:9).*

Na ‘inteligência’ estratégica, as IM estratégicas estão certa e necessariamente englobadas, o que reforça a presença de uma perspectiva militar e política adequada às necessidades futuras das IM, através do relevo institucional do CISMIL. A realidade apontada pelo CEDN torna imprescindível reforçar a capacidade para o exercício do comando aos níveis estratégico e operacional por parte do CEMGFA, facto que torna iniludível o carácter de um outro enquadramento institucional das IM e a consequente visibilidade institucional militar e política do CISMIL potenciando o apoio à decisão com o cumprimento dum preceito básico nas IM: a Oportunidade das informações produzidas.



## 12. BIBLIOGRAFIA

---

- AAP – 6 (2008) NATO Glossary of Terms and Definitions
- AA.VV. (2011), "Os trabalhos do General – O novo CEMGFA herdou uma guerra entre secretas que vai ter de apaziguar ", Revista Visão, edição de 10 de Fevereiro de 2011
- AA.VV. (2012), Rapport d` Etude Relatif aux Principes de Gestion de L` Information Operationnelle dans les PC, (2012: 28-29), Centre de Doctrine d` Emploi dês Forces (CDEF)
- ADDLER, Alexander (2009), O Novo Relatório da CIA, Lisboa, Bizâncio
- ALTHEIDE, David L. (1996), Qualitative media analysis, SAGE Publications, Inc., California
- ALVAREZ, Carlos Gonzaléz Escalada (2012), "Las Fuerzas Armadas necesitan más e mejor inteligencia", Observatorio.CISDE.es/?p=463, recuperado em 21 de Junho de 2012
- ANGELIS, Karin de; SEGAL, David R. (2009), "Changing conception of the military as a profession", in NIELSEN, Suzanne C., e SNIDER, Don M., American civil-military relations, the Soldier and the State in a new era, Baltimore, The Johns Hopkins University Press: 194-212
- ANNAN, Kofi (1999), "Two Concepts of Sovereignty", The Economist in [www.un.org/news/ossg/sg/stories/kaecon.html](http://www.un.org/news/ossg/sg/stories/kaecon.html) (acedido em 15 de Janeiro de 2012)
- ARON, Raymond (1977), Defesa da Europa Decadente, Lisboa, Editora Ulisseia
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2006), Reunião Plenária de 9 de Junho, Diário da Assembleia da República, I Série 134:6138-6159
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS (2008), "Militares em Defesa dos Direitos", Jornal "O Sargento", (Ano X) 69:4
- BAECHLER, Jean (1995), "Grupos e Sociabilidade", in BOUDON, Raymond (org.), Tratado de Sociologia, Porto, Edições ASA: 57-95
- BAECHLER, Jean (2010), "Éléments de Sociologie de la Guerre", Res Militaris 1: 1-17
- BALTAZAR, Maria da Saudade (2000), O "Estado" das relações civil-militares em democracia (versão electrónica), Actas do IV Congresso Português de Sociologia, act029.pdf. Acedido em 17 de Setembro de 2010, em [www.aps.pt/Index.php?area=001\(...\)\\_003\(...\)](http://www.aps.pt/Index.php?area=001(...)_003(...))
- BALTAZAR, Maria da Saudade (2002), As Forças Armadas Portuguesas, Desafios Numa Sociedade Em Mudança, Évora, Universidade de Évora (Dissertação de Doutoramento, polic.)
- BALTAZAR, Maria da Saudade (2005), "A integração na recente teoria sociológica: do micro-macro e da ação-estrutura de A. Giddens" in RAMOS, Francisco e SILVA, Carlos (orgs), Sociologia em Diálogo (2), Évora, CISA-Augusto da Silva - Universidade de Évora: 7-19
- BALTAZAR, Maria da Saudade (2007), (Re)Pensar a Sociologia dos conflitos: a disputa paradigmática entre a paz negativa e/ou a paz positiva (versão electrónica), Revista Nação e Defesa, nº116, Primavera. Acedido em 17 de Setembro de 2010, em [www.idn.gov.pt/index.php?mod=1321&cod=144](http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1321&cod=144)
- BANCO MUNDIAL (2011), Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial de 2011, Conflito, Segurança e Desenvolvimento, Washington, DC, Banco Mundial/BIRD
- BÍBLIA SAGRADA (2000), Edição da Sociedade Bíblica de Portugal, Lisboa, (tradução interconfessional)
- BILHIM, João Abreu de Faria (1996), Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas, Lisboa, ISCSP/UTL
- BLAND, Douglas (1999a), "Managing the "Expert problem" in civil-military relations", Frank Cass Journal, (vol.8) 3:25-43
- BLAND, Douglas (1999b), "A Unified Theory of Civil-Military Relations", Armed Forces and Society, (vol.26) 1: 7-26
- BOENE, Bernard (1992), "Éléments de Comparaison Avec l` étranger", Défense Nationale, Fev:51-62
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari (1994), Investigação Qualitativa em Educação. Porto Editora, Porto

- BONILLA, Diego Navarro (2003), "Introducción", Cuadernos de Estrategia, 127: 7-31
- BONILLA, Diego Navarro (2005), "Introducción", Cuadernos de Estrategia, 130: 8-32
- BOOTH, Ken (1985), *Law, Force and Diplomacy at Sea*, London, George Allen and UNWIN
- BOOTH, Ken (2001), "Teorias e Práticas da Segurança no Século XX: Sequência Histórica e Mudança Radical", *Nação e Defesa*, 99: 19-50
- BOUDON, Raymond (1995), "Introdução", in BOUDON, Raymond (org.), *Tratado de Sociologia*, Porto, Edições ASA: 7-20
- BOURDIEU, Pierre (1983), *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero: pp. 89
- BOUTHOU, Gaston (1976), *Sociologia da Política*, Amadora, Livraria Bertrand
- BURAWOY, Michael (2007), "Open the social sciences: To whom and for what?", *Portuguese Journal of Social Science* 6 (3): 137-146
- CABRINHA, Carlos Fonseca (1993), "As Forças Armadas Portuguesas – caracterização geral, missões e perspectivas", *Revista Nação e Defesa*, 65: 109-122 (acesso electrónico: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1650>)
- CAFORIO, Giuseppe (2003), "Some Historical Notes" in CAFORIO, Giuseppe (ed.) *Handbook of the Sociology of the Military*, New York, Springer: 7-26
- CARDOSO, Pedro (2004), *As Informações em Portugal*, Lisboa, Gradiva/IDN
- CARREIRAS, Helena (coord.) (2009), *As Forças Armadas Portuguesas Após a Guerra Fria – Inquérito à População Portuguesa Sobre Defesa e Forças Armadas (Resultados Globais)*, Lisboa, CIES-ISCTE
- CARRILHO, Maria (1978), "Principais Tendências na Sociologia Militar – Literatura e Selecção bibliográfica", *Nação e Defesa* 7:157-169
- CARRILHO, Maria (1980), "Forças Armadas, Sociedade e Poder: a Subordinação das Forças Armadas ao Poder Político", *Nação e Defesa*, 16: 151-160
- CARVALHO, Jorge Silva (2009), *Segurança Nacional, serviços de informações e forças armadas*. Acedido em 27 de Janeiro de 2011, em [www.segurancaedefesa.pt/noticias/noticia09.php](http://www.segurancaedefesa.pt/noticias/noticia09.php)
- CARVALHO, Silva (2009), intervenção proferida em 28 de Maio de 2009, na Faculdade de Letras de Lisboa, sobre o tema "Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas"
- CASTELLS, Manuel (1997), "Fin del Estado Nación?", *El País* in [www.elpais.com](http://www.elpais.com) > Edición impresa > Opinión (acedido em 20 de Janeiro de 2012)
- CASTELLS, Manuel (2007a), *A Sociedade em Rede*, 3ªed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol.1
- CASTELLS, Manuel (2007b), *O Poder da Identidade*, 3ªed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol.2
- CASTELLS, Manuel (2007c), *O Fim do Milénio*, 3ªed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol.3
- CEMGFA, Conferência de Imprensa em 19 de Maio de 2010 (avulso)
- CHIAVENATO, Idalberto (1983), *Introdução à Teoria Geral da Administração*, São Paulo, McGraw-Hill
- CLAUSEWITZ, Carl von (1976b) [1832], *Da Guerra*, Lisboa, Editora Perspetivas e Realidades
- CLAUSEWITZ, Carl von (s/d) [1832], *Da Guerra*, Mem Martins, Publicações Europa-América
- COATES, Charles Hunter; PELLEGRIN, Roland J. (1965), *Military Sociology: a study of American military institutions and military life*, University Park, Md, Ed. Social Science Press
- COBRA, Jorge (2012), *Sociologia Militar*, Loures, Diário de Bordo
- Conselho da União Europeia, *Relatório Sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança*, Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia, 2009 (QC-78-09-568-PT-C) in [www.consilium.europa.eu/infopublic](http://www.consilium.europa.eu/infopublic) (acedido em 10 de Dezembro de 2011)
- Conselho de Fiscalização do SIRP (2011), *Parecer relativo ao ano 2010*, Diário da Assembleia da República, iiª série-E-número 20, de 17 de Junho
- COOPS, Cees M. e TRESCH, Tibor Szvircev (ed.) (2007), *Cultural Challenges in Military Operations*, Rome, NATO Defense College
- COSTA, Luiz (1989), "A Guerra Limitada Segundo o Enfoque das Superpotências a a Aplicação dos seus

- Conceitos às Nações do Terceiro Mundo”, *A Defesa Nacional*, 743: 58-67
- COVARRUBIAS; Garcia (2005), “La Profesión militar”, Centro de Estudios Hemisférico de Defensa, Universidad Nacional Defensa
- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATAMUKI, Joji (1975), *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the trilateral commission*, New York, The Trilateral Commission
- CRUZ, Manuel Braga da (1989), *Teorias Sociológicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- CUNHA, Silvério da Rocha e, (2008), *A crise mundial e/os “akráticos” que nos governam (versão electrónica)*. *Revista Autor*, Outubro de 2008. Acedido em 15 de Dezembro de 2010 em [http://www.revistaautor.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=307&Itemid=38](http://www.revistaautor.com/index.php?option=com_content&task=view&id=307&Itemid=38)
- DAHRENDORF, Ralf (1973), *Homo sociologicus*, London, Routledge and Kegan Paul
- DESCHAUX-BEAUME, Delphine, “Enquêter en milieu militaire : Stratégie qualitative et conduite d’entretiens dans le domaine de la défense”, *Res Militaris*, an on-line social science journal, vol. 1, n° 2, Winter-Spring - Hiver-Printemps 2011, recuperado em 10 de Janeiro de 2012
- DIOGO, José-Manuel (2012), “As Grandes Agências Secretas”, Lisboa, Clube do Autor
- DJEBBI, Sihem; PASTOR, Alicia Paya (2012), “Vers la structuration d`un champ de la Sociologie Militaire. Débats théoriques, méthodologiques et stratégiques”, *Lettre de l`IRSEM*, n°9
- DORONSORO, Gilles; OLSSON, Christian; POUYÉ, Raphael (2012), “Insurrections et Contre-Insurrections: Éléments D`Analyse Sociologique à Partir des Terrains Irakien et Afghan”, *Études de L`IRSEM*, n°20
- DUBAR, Claude (1991), *La socialisation, Construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Ed. Armand Colin
- DUGOGNON, Jean-Pierre (2010), “Sociologie de la Defense”, *Revue Défense Nationale*, 726:35-43
- DUMOULIN, Adri (1992), *Risques et Menaces Dans un Monde en Mutation*, Bruxelles, Institut Europeen de Recherche et D`Information Sur la Paix et la Sécurité - GRIP
- DURKHEIM, Émile (2002) [1888], “Cours de science sociale. Leçon d`ouverture”, *Revue internationale de l`enseignement*, XV: 23-48, acedido em [http://www.geocities.com/areqchicoutimi\\_valin](http://www.geocities.com/areqchicoutimi_valin), em 3 de Dezembro de 2012
- DURKHEIM, Émile (2002a) [1897], *Le Suicide. Étude Sociologique: livre premier*, acedido em [http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales/index.html](http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html), em 3 de Dezembro de 2012
- DURKHEIM, Émile (2002b) [1897], *Le Suicide. Étude Sociologique: livre deuxième*, acedido em [http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales/index.html](http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html), em 3 de Dezembro de 2012
- DURKHEIM, Émile (2002c) [1897], *Le Suicide. Étude Sociologique: livre troisième*, acedido em [http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques\\_des\\_sciences\\_sociales/index.html](http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html), em 3 de Dezembro de 2012
- ECO, Umberto (1988), *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa, Editorial Presença
- ENGELS, Friedrich (1989), “A chamada acumulação original”, in CRUZ, M. Braga da, *Teorias Sociológicas, os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (vol.I): 77-112
- ENGELS, Friedrich (1989), “A ideologia alemã”, in CRUZ, M. Braga da, *Teorias Sociológicas, os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (vol.I): 11-60
- ENGELS, Friedrich (1989), “Crítica do economicismo”, in CRUZ, M. Braga da, *Teorias Sociológicas, os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (vol.I): 131-136
- ENGELS, Friedrich (1989), “Manifesto do Partido Comunista”, in CRUZ, M. Braga da, *Teorias Sociológicas, os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (vol.I): 61-72
- ENGELS, Friedrich (1989), “O socialismo científico”, in CRUZ, M. Braga da, *Teorias Sociológicas, os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (vol.I): 113-130
- ENGELS, Friedrich (1989), “Prefácio à segunda edição alemã de “O Capital”, in CRUZ, M. Braga da, *Teorias Sociológicas, os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (vol.I): 75-76
- ENGELS, Friedrich (1989), “Prefácio ao “Para a crítica da economia política”, in CRUZ, M. Braga da, *Teorias Sociológicas, os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (vol.I): 73-74

- ENGELS, Friedrich (1989), "Teses sobre Feuerbach", in CRUZ, M. Braga da, Teorias Sociológicas, os Fundadores e os Clássicos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (vol.I): 7-10
- ESTEVES, Pedro (2004), "Estado e informações: uma perspetiva sistémica", in MOREIRA, Adriano e GARCIA, Proença (coords.), Informações e Segurança - Estudos em Homenagem do General Pedro Cardoso, Lisboa, Prefácio: 439-458
- FERNÁNDEZ, Enrique Neira (2012), "La Situación Caótica del Mundo Desarrollado" in [www.saber.ula.ve/bitstream/\(...\)/1/geopolitica.pdf](http://www.saber.ula.ve/bitstream/(...)/1/geopolitica.pdf) (acedido em 15 de Janeiro de 2012)
- FERNÁNDEZ, Félix Vacas (2003), "Coyuntura Internacional en la que Actuán los Servicios de Inteligencia", Cuadernos de Estrategia, 127: 33-62
- FERREIRA, José Medeiros (1992), O Comportamento político dos militares, Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX, Lisboa, Imprensa Universitária/editorial Estampa
- FIRLIE, Michael (2007), "Practical Experience From a Former Officer in Missions Abroad", in COOPS, Cees M. e TRESCH, Tibor Szvircsev (ed.), Cultural Challenges in Military Operations, Rome, NATO Defense College:27-35
- FRADA, Cúcio (1997), Guia Prático para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos, Lisboa, Edições Cosmos
- FREAKLEY, Benjamin (2005), "Cultural Awareness and Combat Power", Infantry, 94:1-2
- FRIEDBERG, Erhard (1995), "Organização", in BOUDON, Raymond (org.), Tratado de Sociologia, Porto, Edições ASA: 343-378
- GANSER, Daniele (2005), NATO`s Secret Armies - operation gladio and terrorism in Western Europe, New York, Frank Cass
- GARCIA, Jaime (1995), " Algunas Variables Para El Estudio De La Sociologia Militar", Revista Fuerzas Armadas y Sociedad, Año 10 (1): 18-23
- GHIGLIONE; MATALON (1992), O Inquérito - Teoria e Prática, Oeiras, Celta Editora
- GIDDENS, Anthony (1989), A Constituição da Sociedade, 1ª edição brasileira, São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora
- GIDDENS, Anthony (1992), As Consequências da Modernidade, Oeiras, Celta Editora
- GIDDENS, Anthony (1994), Admirável Mundo Novo: o novo contexto da política (versão electrónica), Cadernos CRH, nº21, jul/dez. Acedido em 17 de Fevereiro de 2010, em [www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1175](http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1175)
- GIDDENS, Anthony (1997), Sociologia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- GIDDENS, Anthony (2000), Dualidade da Estrutura, Oeiras, Celta Editora
- GIDDENS, Anthony (2000), O mundo na era da globalização, Lisboa, Editorial Presença
- GIDDENS, Anthony (2001), Transformações da intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas, Oeiras, Celta Editora
- GIDDENS, Anthony (2007), A Europa na Era Global, Lisboa, Editorial Presença
- GODOY, Arilda Schmidt (1995), "Pesquisa Qualitativa – tipos fundamentais", Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35: 20-29
- GOFFMAN, Erving (1968), Asiles, Paris, Les editions de minuit
- GOMES, José Caramelo (2010), Tratado de Lisboa, Lisboa, Universidade Lusíada
- GÓMEZ, Carlos Vallespín (2005), "Cooperación Internacional en Matéria de Inteligencia Militar", Cuadernos de Estrategia, 130: 85-113
- GONZÁLEZ-ANLEO, Juan (1999), "Perspetiva Sociológica de la Organización", Cuadernos de Estrategia, 104:31-46
- GONZÁLEZ-ANLEO, Juan (2005), "Jovenes y Valores Cívico-Políticos", Educación y Futuro, 13:59-70
- GRAÇA, Pedro Borges (2004), "Metodologia da Análise nas Informações Estratégicas", in MOREIRA, Adriano e GARCIA, Proença (coords.), Informações e Segurança - Estudos em Homenagem do General Pedro Cardoso, Lisboa, Prefácio:429-438
- GRAÇA, Pedro Borges (2007a), " O Tratamento da Informação Estratégica em Portugal: Novos Desafios na

- Era da Informação” in [sites.google.com/site/pbgraca/texto7](http://sites.google.com/site/pbgraca/texto7) (acedido em 10-11-2011)
- GRAÇA, Pedro Borges (2007b), O Papel das Informações estratégicas na Projeção Marítima de Portugal”; in Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico, Lisboa, Seminário no ISCS-UTL
- GRAÇA, Pedro Borges (2011), “Os Intelligence Studies nas Relações Internacionais” in GRAÇA, Pedro Borges (coord.), Estudos de Intelligence, Lisboa, ISCS/CAPP: 17-26
- GROSSO, Julio (1990), “Político-Military Relations”, Center For Naval Warfare Studies (Report): 5-90
- GUIMARÃES, Paulo Ricardo Bittencourt (2008), Métodos Quantitativos Estatísticos. Curitiba, IESDE Brasil S.A.
- GURR, Ted Robert (1974), Why men rebel, Princetown, Princetown University Press
- HANNERZ, Ulf (1992), “The Global Ecumene”, in [www.globalization.qwriting.org/files/\(...\)/GL-3.11.ppt](http://www.globalization.qwriting.org/files/(...)/GL-3.11.ppt) (acedido em 31OUT2012)
- HARRIES-JENKINS, Gwyn e MOSKOS Charles Jr. (1984), Las Fuerzas Armadas y la Sociedad, trad. Española, Madrid, Alianza Universidad
- HOFFMAN, Frank (2011), “Neo-Classical Counterinsurgency?”, Parameters, Winter 2011: 87-103
- HOLSTI, Kalevi Jaakko (1992). International Politics, New Jersey, Prentice-Hall International Editions
- HUNTINGTON, Samuel (1956), “Civilians Control and the Constitution”, The American Science Review, (vol. 50) 3: 676-699
- HUNTINGTON, Samuel (1972), The Soldier and the State: the theory and politics of civil-military relations, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press
- HUNTINGTON, Samuel (1979), The Soldier and the State: the theory and politics of civil-military relations. Massachusetts, Harvard University Press
- HUNTINGTON, Samuel (1999), O choque das civilizações, Lisboa, Gradiva
- IGLESIAS, Mario Laborie (2012), “Seguridad Internacional y Crisis”, Ejército de tierra español, Jul/Ago 2012-856: 6-13
- JANOWITZ, Morris (1971a), “Military Organization”, in LITTLE, Roger (ed.), Handbook of Military Institutions, Beverly Hills, Sage Publications: 28-31
- JANOWITZ, Morris (1971b), The Professional Soldier: a social and political portrait, New York, The Free Press
- JANOWITZ, Morris (1981), Civil-Military relations, regional perspectives, Beverly Hills, Sage Publications
- JANOWITZ, Morris; LITTLE, Roger W. (1974), Sociology and Military Establishment, London, Sage Publications
- JANOWITZ, Morris; SHILS, Edward (1948), “Cohesion and Disintegration in the Wehrmacht in World War II”, The Public Opinion Quarterly, (vol.12) 2:280-315
- JELUSIC, Ljubica, (2007), “Cultural Challenges For Small Countries in Missions Abroad”, in COOPS, Cees M. e TRESCH, Tibor Szvircev (ed.), Cultural Challenges in Military Operations, Rome, NATO Defense College:36-47, Jornal do Exército de Portugal (1985), nº306
- JÚNIOR, Marques (2008), [www.tvi24.iol.pt/politica/militares\(...\).dimil-sis\(...\)/1017153-4072.html](http://www.tvi24.iol.pt/politica/militares(...).dimil-sis(...)/1017153-4072.html)
- KENT, Sherman (1966), Strategic Intelligence For American World Policy, Princeton, Princeton University Press
- KILCULLEN, David (2009), The Accidental Guerrilla: Fighting Small Wars in the Midst of a Big One, Oxford, Oxford University Press
- KIPP, Jacob; GRAU, Lister; PRINSLOW, Karl; SMITH, Don (2006), “The Human Terrain System: A Civil Operations and Revolutionary Development Support (CORDS) for the 21st Century”, Military Review, September-October: 8-15
- LALANDA, Piedade (1998), Sobre a pesquisa qualitativa na pesquisa sociológica, Análise Social, vol. XXXIII: 871-883
- LANG, Kurt (1968), “Military Sociology 1963-1969”, Current Sociology, (vol.16) 3:7-18
- LANG, Kurt (1972a), Military Institutions and the Sociology of War – a review of the literature with annotated bibliography, Beverly Hills, Sage Publications

- LANG, Kurt (1972b), "Military Career Structure: Emerging Trends and Alternatives", *Administrative Science Quarterly*, Johnson Graduate School of Management, Cornell University, (vol. 17) 4:487-498
- LASSWELL, Harold, (1941), "The Garrison State", *The American Journal of Sociology*, 46: 455-468
- LEANDRO, Garcia (1995), "Estratégias de ação: a guerra clássica, a guerra limitada, a guerra subversiva", *Nação e Defesa*, 73: 25-75
- LETONTIER, Éric (2011), *Présentation*, *L`Année Sociologique*, Vol. 61:267-271
- MAFFESOLI, Michel (1979), *La violence totalitaire: essai d`anthropologie politique*, Paris, Presses Universitaires de France
- MAGALHÃES, Altino (1984), "Editorial", *Nação e Defesa*, nº29: 5-8
- MANUEL, Paulo Rebelo (2011), *Vítimas de Terrorismo em Portugal (1974-1987)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – ISCSP (policopiado)
- MARTÍN, Ballesteros (2003), "Los Servicios de Inteligencia en las Operaciones de Paz", *Revista Española de Defensa*, 190: 28-29
- MARX, Karl (1984), "A inevitável vitória do proletariado", in *Teorias da História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 163-169
- MARX, Karl (1984), "Conceção materialista da História", in *Teorias da História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 155-162
- MAY, Tim; PERRY, Beth (2011), *Social Research and Reflexivity*, London, SAGE Publications, Ltd
- MICHAEL, Kobi (2007), "Doing the Right Thing the Right Way: The Challenge of Military Mission Effectiveness in Peace Support Operations in a "War Amongst the People" Theatre", in COOPS, Cees M. e TRESCH, Tibor Szvircsev (ed.), *Cultural Challenges in Military Operations*, Rome, NATO Defense College: 254-263
- MILLS, C. Wright (2000), *The Power Elite*, New York, Oxford University Press
- Ministerio de Defensa (2003), *Revisión Estratégica de la Defensa*, Madrid, anejo D
- Ministerio de Defensa (2009), *Hacia una Estrategia de Seguridad Nacional para España*, Madrid, Centro Superior de Estudios de la Defensa
- MINTZBERG, Henry (1996), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Lisboa, Círculo de Leitores
- MONTEIRO, Ramiro Ladeiro (2011), "Breve história das informações em Portugal no pós 25 de Abril" in *GRAÇA*, Pedro Borges (coord.), *ESTUDOS DE INTELLIGENCE*, Lisboa, ISCSP/CAPP: 37-48
- MOSKOS, Charles (1986), "Institutional and Occupational: Trends in Armed Forces: An Update", *Armed Forces and Society*, vol.12: 377-382
- MOSKOS, Charles (2006), "American Military Interaction With Locals in OIF/OEF: Preliminary Draft", *ISA RC01 Newsletter*, November
- MOSKOS, Charles; WOOD, Frank (1988), *The Military, more than a Job?*, Great Britain, Pergamon-Brassey's
- National Defense University, <http://www.ndu.edu>, acedido em 10 de Janeiro de 2013
- NATIONAL INTELLIGENCE MACHINERY (2010) [https://www.gov.uk/government/uploads/\(...\)/nim-november2010.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/(...)/nim-november2010.pdf) acedido em 17 de Janeiro de 2013
- NATO (2001), Office of Information and Press, Brussels –Belgium
- NAVARRO, Miguel Esteban (2003), "Necesidad, Funcionamiento y misión de un Servicio de Inteligencia para la Seguridad y la Defensa", *Cuadernos de Estrategia*, 127: 65-91
- NETO, Paulo Alexandre; CUNHA, Silvério da Rocha e (2000), "Globalização, novos instrumentos e mecanismos de regulação, e autonomia democrática", *Economia e Sociologia*, nº69:27-42
- NEVES, João Pires das (2007), "As Forças Armadas e a Organização. A Componente Fixa e a Reestruturação das Forças Armadas", [www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=440](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=440), acedido em 27 de Novembro de 2011
- NIELSEN, Suzanne; SNIDER, Don (2009), *American civil-military relations, the Soldier and the State in a new era*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press
- NOGUEIRA, José Manuel Freire (coord.) (2005), *Pensar a Segurança e Defesa*, Lisboa, Edições Cosmos/IDN
- NORDEN, Deborah (2008), "Autoridad civil sin dominación civil?", *Nueva Sociedad*, 213: 170-187

- NUCIARI, Marina (2003), "Models and Explanations for Military Organization: An Updated Reconsideration" in CAFORIO, Giuseppe (ed.) Handbook of the Sociology of the Military, New York, Springer: 61-86
- NUGENT, David (2007), Military Intelligence and Social Science Knowledge: Global Conflict, Territorial Control and the Birth of Area Studies During WW II, New York, Emory University
- O'DONNELL, Guillermo (1977), "Apuntes para una teoría del Estado", Documento de trabajo, CEDES 9: 1-49
- OBERTO (1992), "Prendre en Compte les Spécificités", Armees D'Aujourd'Hui, 168:42-44
- PARDO, Ignacio Rosales (2005), "La Inteligencia en los Procesos de Toma de Decisiones en la Seguridad y Defensa", Cuadernos de Estrategia, 130: 33-57
- Parliamentary Oversight of Security and Intelligence Agencies in the European Union (2011), European Parliament, Direktorat for Internal Policies
- PERLMUTTER, Amos; GOOCH, John (1982), "Introduction", in PERLMUTTER, Amos, GOOCH, John (ed.), Military Deception and Strategic Surprise, London, Frank Cass and Company Limited: 1-2
- PICA, Carla Martins (2004), Breve Abordagem Estatutário-Filosófica Sobre o Vínculo do Militar ao Estado-Nação, Cadernos Navais 8
- PINTO, Renato Marques (2001), "As Informações na Idade da Informação", Revista Militar 4: 287-316
- PIOTET, Françoise ; PORTERET, Vincent ;SORIN, Katia ; FAMECHON-KOUDJIL ; Christelle (2003), Les Conditions de Vie des Militaires en Europe, Paris, Centre D'Etudes En Sciences Sociales De La Defense
- POMBO, Alberto de Blas (2010), "De la banalización de la condición militar. Somos los militares realmente distintos?", Ejército de Tierra Español, (Año LXXI) 828:16-23
- PRATA, Gil (2010), As Forças Armadas e a Segurança Interna, in <http://www.operacional.pt/as-forcas-armadas-e-a-seguranca-interna/>, acedido em 20 de Janeiro de 2011
- PRATA, Gil (2010, Março), "Informações e segurança nacional: a vertente militar", in <http://www.operacional.pt/informacoes-e-seguranca-nacional-a-vertente-militar>, acedido em 22 de Fevereiro de 2011
- PRATA, Gil (s/d), "As informações e a Segurança Militar" (texto disponibilizado pelo autor)
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1992), Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva
- RAMO, Francisco Llera (2010), "Fuerzas Armadas y Sociedad", Catedra Miguel de Cervantes (Academia General Militar), (texto policopiado): 1-7
- RAMOS, Francisco Martins; CUNHA, Silvério da Rocha e (2000), "A Crise do Espaço Público e a (Re)Invenção da Tradição", Economia e Sociologia, nº69:5-26
- REES, G Wyn (1993), Politics in Europe, London, Routledge
- RODRIGUES, Chito (1987), "A problemática da guerra limitada", Baluarte, 2: 34-45
- RODRIGUES, Chito (2009), As informações estratégicas. A União Europeia e a Segurança Nacional, in <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=415>, Acedido em 8 de Novembro de 2010
- RUIZ, José Jiménez (2005), "La Racionalización de la Inteligencia en las Fuerzas Armadas", Cuadernos de Estrategia, 130: 141-164
- SAINSAULIEU, R. (1985), Sociologie des Organisations et de la Transformation Sociale, Fondation Nationale des Sciences Politiques, (service de polycopie)
- SANTAMARÍA, Natividad Carpintero (2011), "Consideraciones que Afetan a la Seguridad Nacional", Lisboa, IDN-Cadernos, nº4: 133-158
- SANTO, Espírito (2005), "A Nação e a Instituição Militar", Revista Militar, 2445:913-914
- SANTO, Espírito (2006), "As Forças Nacionais Destacadas em apoio da Política Externa", Revista Militar in [www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=135](http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=135) (acedido em 01 de Março de 2012)
- SANTO, Espírito (2007a), "Os Ruídos de Fundo", Revista Militar, 2465/2466:673-674
- SANTO, Espírito (2007b), "Os Compromissos São Para Cumprir", Revista Militar, 12:1315-1318
- SANTO, Espírito (2009), "O Orçamento da Defesa e o Orçamento das Forças Armadas", Revista Militar, 2482:1219-1232
- SANTO, Espírito (2011), "Inovação, Forças Armadas e Instituições Militares", Revista Militar, 2503/2504:797-

800

- SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), "Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. Tempo Social", Revista Sociologia, nº5:31-52
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1998), "O todo é igual a cada uma das partes", Revista Crítica de Ciências Sociais, nº52/53:5-14
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), "Os Processos da globalização", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), Globalização: fatalidade ou utopia? . Porto, Edições Afrontamento:31-106
- SANTOS, Garcia (2011), "Estão a Tirar a Honra aos Militares", Jornal "O Diabo", 1811:7
- SANTOS, José Rodrigues (2006), Comunicação no Seminário "Arts de la guerre et interprétations de la vie civile", Paris, Université Paris I, in [www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/modpro\\_mil.pdf](http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/modpro_mil.pdf), acessado em 7 de Setembro de 2012
- SCHEUR, Michael (2005), Orgulho Imperial, Lisboa, Edições Sílabo
- SCHWEISGUTH, Etienne (1978), "L'Institution militaire et son système de valeurs", Revue Française de Sociologie, XIX: 373-380, disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc\\_0035-2969\\_1978\\_num\\_19\\_3\\_6913](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc_0035-2969_1978_num_19_3_6913), acessado em 2 de Janeiro de 2013
- SEGAL, David (2007), "Current developments and trend in social research on the military", in CAFORIO, Giuseppe (ed.), Social Sciences and the Military, an interdisciplinary Overview, New York, Routledge:46-66
- SEGAL, David (2007), "Military Sociology", in BRYANT, Clifton D. e PECK, Dennis L. (coord.), 21st Century Sociology, SAGE Publications: 353-360, disponível em [www.sagepub.com/\(...\)/study/\(...\)/Handbook%2016](http://www.sagepub.com/(...)/study/(...)/Handbook%2016)
- SETTON, Maria da Graça (2010), "Processos de Socialização, Práticas de Cultura e Legitimidade Cultural", Estudos de Sociologia - USP, vol.15:19-35
- SHACHTMAN, Noah (2008), Army Anthropologist's Controversial Culture Clash, in <http://www.wired.com/dangerroom/2008/097controversial-a/>, acessado em 29 de Maio de 2012
- SHILS, Edward (1955), "Security and Science Sacrificed to Loyalty", Bulletin of the Atomic Scientists, (vol. XI) 4:106-109 e 130
- SHULMAN, Mark (2012), Lead me, Follow me, or Get Out of My Way: Rethinking and Refining the Civil-Military Relationship, Carlisle Barracks, Army War College Press, PA
- SIEBOLD, Guy (2001), "Core Issues and Theory in Military Sociology", Journal of Political and Military Sociology, 29: 140-159
- SILVA, Santos; PINTO, Madureira, (org.) (1990), Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento
- SILVA, Santos (2010), Intervenção do Ministro da Defesa Nacional na tomada de posse do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, Lisboa, em 17 de Maio 2010
- SIMÕES, Rocha (1978), "Defesa Nacional e Segurança Nacional", Revista Nação e Defesa, 7: 13-39
- SIMON, Pierre Jean (1994), História da Sociologia, Porto, Rés Editora
- STEIN, Janice Gross (1982), "Military Deception, Strategic Surprise, and Conventional Deterrence: a political analysis of Egipt and Israel, 1971-73", in PERLMUTTER, Amos, GOOCH, John (ed.), Military Deception and Strategic Surprise, London, Frank Cass and Company Limited: 94-121
- STEPAN, Alfred (1988), Rethinking Military Politics, New Jersey, Princeton University Press
- STEPAN, Alfred (1996), Problems of Democratic Transition and Consolidation, Baltimore, The Johns Hopkins University Press
- STEPAN, Alfred; LINZ, Juan (2010), "Toward Consolidated Democracies", in DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc; and COSTOPOULOS, Philip (ed.), Debates on Democratization, Baltimore, The Johns Hopkins University Press
- TEIXEIRA, Nuno Severiano; RODRIGUES, José Cervaens; NUNES, Isabel Ferreira (org.) (2000), O Interesse Nacional e a Globalização, Lisboa, Edições Cosmos/IDN
- TELO, António José (coord.) (2009), Nunca de Antes, Lisboa, IDN



- THE FIRST GLOBAL STUDY OF NEWS CONSUMPTION ACROSS MULTIPLE SCREENS, in [www.bbc.co.uk/.../worldnews/news-consumption.ht...](http://www.bbc.co.uk/.../worldnews/news-consumption.ht...)acedido em 29 de Maio de 2013
- THOMAS, David et al (2008), "Cultural Intelligence: Domain and Assessment", *International Journal of Cross-Cultural Management*, 8:123-143
- THOUVENIN, Jacques (1992), "La Condition Militaire Aujourd`hui", *Défense Nationale*, Fev:13-28
- TRESCH, Tibor Szvircev; PICCIANO, Nicasia (2007), "Effectiveness Within NATO´s Multicultural Military Operations", in COOPS, Cees e TRESCH, Tibor Szvircev (ed.), *Cultural Challenges in Military Operations*, Rome, NATO Defense College:11-24
- TZU, Sun (s/d), *A Arte da Guerra*, Publicações LCC in <http://www.culturabrasil.org/> (acedido em 17 de Janeiro de 2012)
- VALADE, Bernard (1995), "Transformação Social", in BOUDON, Raymond (org.), *Tratado de Sociologia*, Porto, Edições ASA: 307-342
- VARAS, Augusto (1984), "Autonomización Castrense y Democracia en América Latina", *Programa FLACSO*, 66: 1-27
- VARAS, Augusto (1995), "La Sociologia de Las Instituciones Armadas en Chile", *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 10 (1): 2-17
- VARAS, Augusto (2010), "Michelle Bachelet: la derrota de un éxito", *Política Exterior*, 134: 133-144
- VAZ, Mira (1987), "Reflexões em torno da diversidade das acepções de cidadania, da natureza da função militar e da precariedade do seu inter-relacionamento", *Nação e Defesa* 44:111-130
- VAZ, Mira (1993), "Acerca do Conceito Estratégico de Defesa Nacional", *Revista Nação e Defesa*, 498: 49-70
- VAZ, Mira (2002), *Civilinização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*, Lisboa, Edições Cosmos/IDN
- VIEIRA, Belchior (2002), *Liderança Militar*, Lisboa, Academia Militar/Estado-Maior do Exército
- WEBER, Max (1989), "A ética protestante e o espírito do capitalismo", in CRUZ, M. Braga da, *Teorias Sociológicas, os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (vol.I): 663-724
- WEBER, Max (1989), "Tipos de dominação", in CRUZ, M. Braga da, *Teorias Sociológicas, os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (vol.I): 681-724
- WEBER, Max (1990), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença
- WIARDA, Howard (2011), *Military Brass vs Civilian Academics at the National War College: a Clash of Cultures*, Plymouth, UK, Lexington Books, disponível em <http://csis.org/expert/howard-j-wiarda>
- WILKINSON, Paul (1978), *O terrorismo político*, Lisboa, Estúdios Cor
- YANAKAEV, Yantsislav (2007), "Educating Adaptable Military Leaders and Training of Teams for Coalition Operations", in COOPS, Cees e TRESCH, Tibor Szvircev (ed.), *Cultural Challenges in Military Operations*, Rome, NATO Defense College:203-216



### **13. ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS CONSULTADOS**

---

[http://bnd.bund.de/cln\\_236/nn\\_1435078/EN/Struktur/Struktur\\_node.html?\\_nnn=true](http://bnd.bund.de/cln_236/nn_1435078/EN/Struktur/Struktur_node.html?_nnn=true) acedido em 3 de Maio de 2013

<http://ccm.sagepub.com/content/8/2/123>

<http://cryptome.org/eyeball/bnd-central/bnd-central.htm> acedido em 28 de Fevereiro de 2013

[http://europa.eu/index\\_pt.htm](http://europa.eu/index_pt.htm)

<http://luisalvesdefraga.blogs.sapo.pt/14079.html> (a), acedido em 3 de Janeiro de 2011

<http://luisalvesdefraga.blogs.sapo.pt/39206.html> (b), acedido em 3 de Janeiro de 2011

<http://sic.sapo.pt/online/video/informacao/Reportagem+SIC/2011/1/no-teatro-afegao17-01-2011-11624.htm> acedido em 17 de Janeiro de 2011

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:cOJ1Rlwr71EJ:sociomili.hy.> (acedido em 26OUT2012)

<http://www.defense.gouv.fr>, acedido em 10 de Janeiro de 2013

<http://www.natolibguides.info/mcs>, recuperado em 21 de Março de 2013

<http://www.aaanet.org/issues/AAA-Opposes-Human-Terrain-System-Project.cfm>

<http://www.aacdn-aacdn.simplywebsite.com.pt/1/upload/boletim> (Site da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional), acedido em 7 de Janeiro de 2013

<http://www.abin.gov.br/> acedido em 22 de Fevereiro de 2013

<http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av.../prog323.htm> acedido em 14 de Março de 2013

<http://www.accessmylibrary.com/.../unified-theory-civil-military.html>

[http://www.aco.nato.int/resources/.../chronicle\\_08.pdf](http://www.aco.nato.int/resources/.../chronicle_08.pdf), recuperado em 21 de Março de 2013

<http://www.acus.org/natosource/nato-building-connectivity-between-special-forces-and-partners>

[http://www.afceaportugal.pt/.../Microsoft\\_PowerPointVCARDOSO](http://www.afceaportugal.pt/.../Microsoft_PowerPointVCARDOSO), acedido em 9 de Fevereiro de 2012

[http://www.apracas.pt/home/menu/noticias/memo\\_peticao\\_27maio04.htm](http://www.apracas.pt/home/menu/noticias/memo_peticao_27maio04.htm)

[http://www.bnd.bund.de/cln\\_236/nn\\_1435162/EN/WirUeberUns/Leitung/Leitung\\_node.html?\\_nnn=true](http://www.bnd.bund.de/cln_236/nn_1435162/EN/WirUeberUns/Leitung/Leitung_node.html?_nnn=true) acedido em 3 de Maio de 2013

<http://www.cairn.info/revue-l-annee-sociologique-2011-2-page-267.htm> acedido em 26 de Outubro de 2012

<http://www.cia.gov>...>StudiesinIntelligence>studies>>, acedido em 10 de Janeiro de 2013

<http://www.cis.es>

<http://www.defenselink.mil> (acedido em 10 de Janeiro de 2013)

<http://www.defenselink.mil>, acedido em 10 de Janeiro de 2013

<http://www.defesa.gov.br/> acedido em 14 de Março de 2013

<http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/anexosorgint2/o-que-e-a-onu/>

<http://www.dis.mod.uk> acedido em 13 de Maio de 2013

<http://www.dji.com.br/decretos/2012-007803/2012-007803.htm> acedido em 17 de Maio de 2013

<http://www.docstoc.com/.../WMD-Proliferation-Threat>

<http://www.ehu.es/euskobarometro>

<http://www.emgfa.pt>

<http://www.emgfa.pt/documents/7vx4n6j8m2sf.ppt#550,4> (acedido em 9 de Março de 2012)

<http://www.exercito.pt/missoes/Paginas/default.aspx>

<http://www.exercito.pt/sites/FNDKosovo>  
<http://www.gchq.gov.uk> acedido em 13 de Maio de 2013  
<http://www.info.publicintelligence.net/NATO-IO.pdf> acedido em 21 de Março de 2013  
<http://www.ionline.pt/.../74901> acedido em 23 de Agosto de 2010  
<http://www.ipt-uk.com> acedido em 13 de Maio de 2013  
<http://www.isaf.nato.int/> acedido em 20 de Março de 2013  
[http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=282](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=282)  
<http://www.jstor.org/stable/2745268>  
[http://www.lusa.pt\\*\\*\\*Lisboa, 19mai \(Lusa\). Ano 2010](http://www.lusa.pt***Lisboa, 19mai (Lusa). Ano 2010)  
<http://www.mdn.gov.pt/mdn/Defesa/seg/cplp/> acedido em 11-01-2011  
<http://www.mdn.gov.pt/mdn/Defesa/seg/nato/> acedido em 11-01-2011  
<http://www.mdn.gov.pt/mdn/Defesa/seg/onu/> acedido em 11-01-2011  
<http://www.mdn.gov.pt/mdn/Defesa/seg/ue/pesd> acedido em 11-01-2011  
<http://www.mi5.gov.uk> acedido em 13 de Maio de 2013  
<http://www.nationalarchives.gov.uk/catalogue> acedido em 13 de Maio de 2013  
<http://www.nato.int/cps/en/natolive/71191.htm> acedido em 21 de Março de 2013  
<http://www.ndu.edu> acedido em 10 de Janeiro de 2013  
<http://www.official-documents.gov.uk/document/.../8403.p> acedido em 13 de Maio de 2013  
<http://www.parlamento.pt> > Página Inicial > Legislação (VII Revisão Constitucional – 2005)  
<http://www.pcp.pt/publica/militant/241/p42.html>  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9883.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9883.htm) acedido em 22 de Fevereiro de 2013  
[http://www.portugal.gov.pt/media/885890/20130308\\_MDN](http://www.portugal.gov.pt/media/885890/20130308_MDN), acedido em 12 de Junho de 2013  
<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios>  
[http://www.princeton.edu/.../joint\\_intelligence\\_committee...](http://www.princeton.edu/.../joint_intelligence_committee...) acedido em 13 de Maio de 2013  
<http://www.questia.com/library/1P3-850017491/cultural-awareness-and-combat-power> acedido em 24SET2012  
<http://www.revistamilitar.pt> acedido em 10 de Setembro de 2011  
[http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=628](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=628)  
<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=386366&tm=7...121...> acedido em 25 de Outubro de 2010  
<http://www.sied.pt/>  
<http://www.sirp.pt/cms/view/id/20>, acedido em 21 de Junho de 2012  
<http://www.sis.gov.uk> acedido em 13 de Maio de 2013  
<http://www.sis.pt/>  
<http://www.statewatch.org/.../nato-sec-classifications.pd...> recuperado em 21 de Março de 2013  
[http://www.stattrek.com/statistics/dictionary.aspx?definition=convenience\\_sample](http://www.stattrek.com/statistics/dictionary.aspx?definition=convenience_sample), recuperado em 3 de Abril de 2013  
<http://www.tvi24.iol.pt/politica/santos...afeganistao.../1193238-4072.html> acedido em 21 de Setembro de 2010  
<http://www.unama.unmissions.org/> acedido em 25 de Março de 2013  
<https://digital.library.txstate.edu/bitstream/handle/10877/.../fulltext.pd...>, acedido em 2 de Janeiro de 2013

## **14. LEGISLAÇÃO CONSULTADA**

---

- Lei Constitucional nº1/2005 de 12 de Agosto (sétima revisão constitucional) (CRP), Diário da República – I Série-A, nº155-12 de Agosto de 2005, Lisboa
- Lei 29/82 de 11 de Dezembro
- Lei nº30/84 de 5 de Setembro
- Lei nº11/89 de 1 de Junho
- Lei nº 4/95 de 21 de Fevereiro
- Lei Orgânica nº4/2004 de 6 de Novembro
- Lei nº27/2006 – Lei de Bases da Proteção Civil
- Lei nº9/2007 de 19 de Fevereiro
- Lei nº65/2007 – Enquadramento Municipal da Proteção Civil
- Lei n.º 53/2008, da Assembleia da República (Lei de Segurança Interna)
- Lei nº 31-A/2009, de 7 de Julho
- Lei Orgânica n.º1 -B/2009, de 7 de Julho
- Lei Orgânica nº1-A/2009
- Decreto-Lei nº171/74, de 25 de Abril
- Decreto-Lei nº400/74 de 29 de Agosto
- Decreto-Lei nº385/76 de 21 de Maio
- Decreto-Lei nº223/85 de 4 de Julho
- Decreto-Lei nº226/85 de 4 de Julho
- Decreto-Lei nº34-A/90 de 24 de Janeiro
- Decreto-Lei 48/93 de 26 de Fevereiro
- Decreto-Lei nº254/95 de 30 de Setembro
- Decreto-Lei nº158/98 de 24 de Junho
- Decreto-Lei nº236/99 de 25 de Junho
- Decreto-Lei nº134/2006 – Sistema Integrado de Operações, Proteção e Socorro
- Decreto Regulamentar Regional nº11/2007/A – Orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores
- Decreto-Lei nº17/2009 – Sistema de Defesa da floresta contra incêndios
- Decreto-Lei nº50/2009 de 27 de Fevereiro
- Decreto-Lei n.º 234/2009 (Orgânica do EMGFA) de 15 de Setembro, Diário da República, 1.ª série — N.º 179 — 15 de Setembro de 2009
- Decreto Legislativo Regional nº16/2009/M – Regime Jurídico do Sistema de Proteção civil da Região Autónoma da Madeira
- Resolução do Conselho de Ministros nº10/85: Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Publicado no D. R. Iª Série – nº42, de 20 de Fevereiro de 1985
- Resolução do Conselho de Ministros nº6/2003, de 20 de Janeiro de 2003 - Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de Abril - Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)
- Portaria nº50/2011 de 27 de Janeiro

Despacho MEDNAM nº26 599/2004 de 7 de Dezembro, publicado no D. R. – II série, nº299 de 23 de Dezembro de 2004

Anexo da Lei Orgânica nº4/2004, de 6 de Novembro, que altera a Lei-Quadro do SIRP

Parecer relativo ao ano de 2010, publicado no Diário da Assembleia da República, II Série-E-Número 20 de 17 de Junho de 2011

Diário da Assembleia da República, I Série – nº 27 de 12 de Dezembro de 1984

Diário da Assembleia da República, Iª Série, nº19, de 2 de Novembro de 2001

Diário da Assembleia da República, Iª Série, nº37, de 29 de Junho de 2010

Ley da Defensa Nacional - Ley Orgánica 5/2005, de 17 de Noviembre

Decreto nº 7.803, de 13 de Setembro de 2012 (altera o Decreto nº4.376, de 13 de Setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº9.883, de 7 de Dezembro de 1999) acedido em 17 de Maio de 2013

Conceito Estratégico Militar – Confirmado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional em Janeiro de 2004

## **15. OUTRA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA**

---

Programa do XIX Governo Constitucional

Programa do XVI Governo Constitucional (17 de Julho de 2004 a 12 de Março de 2005)

Programa do XVII Governo Constitucional (12 de Março de 2005 a 26 de Outubro de 2009)

Programa Eleitoral do Bloco de Esquerda 2011 – “Programa para um Governo que responda à urgência da crise social”

Programa Eleitoral do Centro Democrático e Social 2011- *“Por ti. Por todos. Portugal”*

Programa Eleitoral do Partido Comunista Português 2011

Programa Eleitoral do Partido Social Democrata 2011 - “Recuperar a Credibilidade e Desenvolver Portugal”

Programa Eleitoral do Partido Socialista 2011-2015 - “Defender Portugal, Construir o Futuro”









<b>PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS ENTREVISTADOS<sup>114</sup></b>					
	<b>2ª Divisão (até Março 1975)</b>	<b>SDCI (até Novembro 1975)</b>	<b>DINFO (até 1998)</b>	<b>DIMIL (até 2009)</b>	<b>CISMIL</b>
<b>Entrevistado 1</b>					
<b>Entrevistado 2</b>					
<b>Entrevistado 3</b>					
<b>Entrevistado 4</b>					
<b>Entrevistado 5</b>					
<b>Entrevistado 6</b> <small>115</small>					

<sup>114</sup> A mancha indica o período de permanência.

<sup>115</sup> Contributo com especial incidência no CISMIL.







INFORMAÇÕES MILITARES PÓS 25 DE ABRIL 1974			
	<b>CRIAÇÃO</b>	Consulta a legislação aplicável	ENTREVISTADO
<b>SDCI</b>	<b>FUNCIONAMENTO</b>	Antes de 1974 havia o Secretariado-Geral da Defesa Nacional, com uma Repartição de Informações. Depois, criou-se o EMGFA, com uma Divisão de Informações, mas que foi para a Ajuda. Mas, o processo ... a dinâmica da revolução, de algumas pessoas fez praticamente ... reduziu aquilo, ficou só com a ligação aos adidos militares e criou o SDCI, que foi para a Rua Castilho, no edifício Grão-Pará. Aquilo era dirigido por uma troika, recrutava por ideias políticas, com uma atividade não muito consentânea com uma prática que deve ter um serviço de informações. Ia além disso, ia além do que deve ser um serviço de informações. O serviço fazia mais do que competia ao serviço de informações. Aliás, ali foi praticamente o QG do 25 de Novembro. No dia 26 estava tudo destruído, papéis ...	ENT.4
		Ora, o SDCI foi, no auge do PREC, o serviço de informações da tal façção extremista, revolucionária.	
		O Serviço, servia a esquerda, nomeadamente o Partido Comunista, tentando inclusive controlar os partidos de direita para que não pudessem exercer o seu papel num clima de democracia.	ENT.1
	<b>EXTINÇÃO</b>	Consulta a legislação aplicável	
<b>SIEDM</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	Não vejo grandes razões para a sua criação ( <i>SIEDM</i> ). Havia um SI que funcionava perfeitamente apenas necessitando talvez de uma reestruturação e não de uma substituição completa.	ENT.3
		Quando se avançou para a criação do SIEDM, foi no último governo do Prof. Cavaco Silva, era Ministro da Defesa o Dr. Figueiredo Lopes. E, segundo julgo saber, a ideia que havia era que o SIEDM seria criado a partir da DINFO. Uma vez que existia, na DINFO, uma mais-valia de pessoal qualificado e experiente, o SIEDM seria formado a partir daí, desse núcleo de pessoal (começando pelas chefias), e proceder-se-ia depois, gradualmente, ao recrutamento e formação de novos quadros. Entretanto, após as eleições de 05Out95, ascende a Primeiro-Ministro o Eng.º António Guterres e a Ministro da Defesa o Dr. António Vitorino e há uma inflexão nas intenções anteriores. O primeiro Diretor-Geral do SIEDM, Embaixador Monteiro Portugal, começou por selecionar para a direção dos diversos departamentos do novo Serviço um grupo de militares e civis maioritariamente sem formação nem experiência em informações; poderei estar enganado, mas julgo que a única exceção era o Major Faria de Oliveira, que trabalhava com o General Pedro Cardoso na Comissão Técnica do SIRP e que foi chefiar o Departamento de África. Quanto ao pessoal da DINFO, apenas meia-dúzia de militares e grande parte dos funcionários civis transitaram para o SIEDM, todos escolhidos pessoalmente pelo Diretor-Geral: foi-lhe fornecida (ao Dr. Monteiro Portugal) uma lista de todo o pessoal da DINFO, ele recolheu as suas informações, eliminou à partida alguns nomes, entrevistou os restantes e convidou quem lhe interessava. A maior parte aceitou, mas também houve quem declinasse o convite, por diferentes razões de natureza pessoal. Em meados de 1997, ainda o SIEDM não tinha instalações próprias (funcionava provisoriamente na Presidência do Conselho de Ministros, na Rua Prof. Gomes Teixeira), já todo o pessoal da DINFO sabia quem iria transitar ou não para o novo Serviço.	ENT.2

		<b>PARTICIPAÇÃO DOS MILITARES</b>	
		ENT. 5	Um General, estava convencido que sendo um militar a fazer o SIEDM, ia para lá. O SIEDM acabou e bem.
		ENT. 4	Entretanto, começou-se a ver que três serviços era uma organização de país rico. Portanto, alguém pensou que se havia de alterar o quadro e então seria juntar a vertente militar com a estratégica e surgiu a ideia do SIEDM. A participação militar, acho que foi estudada na Divisão de Informações e a proposta acho que saiu de lá.
		ENT. 2	Quando foi criado o SIRP (com a Lei 30/84, de 05Set), o homem que liderou todo o processo foi um militar: o General Pedro Cardoso. Mas certamente que ele, o General Pedro Cardoso, não trabalhou sozinho, teve a apoiá-lo uma equipa constituída por civis e militares. Julgo, por exemplo, que o General Chito Rodrigues, Chefe da DINFO na altura, terá feito parte dessa equipa; e creio que o Dr. Ramiro Ladeiro Monteiro, que tinha chefiado o Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola e viria a ser o primeiro Diretor-Geral do SIS, terá sido outro dos colaboradores. Quando é feita a primeira revisão da Lei-Quadro do SIRP, em 1995 (com a Lei 4/95, de 21Fev), o Chefe da DINFO era o Major-General (então chamava-se ainda Brigadeiro) Sérgio Dias Branco. Recordo que a revisão fundia o SIED e o SIM – que nunca tinham passado do papel... – num único serviço denominado SIEDM. Na prática, passava tudo para esse novo serviço, ficando o órgão de informações militares, a DIMIL, reduzido a mero instrumento de apoio à condução das operações, recebendo informação do SIEDM e cingindo a sua ação ao plano tático. A prática rapidamente demonstrou a inadequação desse modelo às necessidades efetivas do EMGFA, dando inteira razão ao General Chito Rodrigues, que desde a primeira hora se assumiu como crítico frontal da subalternização das informações militares imposta pela nova lei.
		<b>EXPECTATIVA DOS MEMBROS DA DINFO</b>	
		ENT. 4	Talvez se pensasse que um SIEDM, uma organização militar e civil, fosse uma organização perfeita, com uma dimensão e um objetivo que se adequava precisamente a um General de três estrelas na reserva. Isto foi, talvez, pensado assim e os chefes das repartições, talvez pensassem que seriam os futuros Diretores-gerais. Havia, parece, a psicose de que estaria ali a base do futuro SIEDM. Por trás disto ( <i>expectativa da transferência para o SIEDM</i> ), há o problema do dinheiro. O SIS, foi criado e as pessoas que lá trabalhavam (considera-se que serviço de informações envolve alguns riscos), recebiam um subsídio por desempenho de função. De modo, que isto levantou alguma celeuma dentro da Divisão de Informações. O pessoal civil perguntava como é que era e para evitar a debandada para o SIS, o Governo aprovou o subsídio para a Divisão de Informações, mas para os civis. O pessoal militar, não foi abrangido, porque se considerou que o subsídio da condição militar bastava. Passou a haver a psicose, o nervoso do pessoal ir para o SIEDM. Perguntava-se quando é que se levantava a SIEDM. Entretanto, muda o governo. Passa ao governo Guterres. A DIMIL passava a ter vinte e tal pessoas.
		ENT.3	O processo de formação do SIEDM começou por fazer acreditar na transferência dos funcionários civis e militares para os quadros do novo serviço já que os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos na DINFO seriam com certeza úteis, pelo menos nos primeiros tempos. Aquilo que parecia ser uma certeza transformou-se numa desilusão. Salvo algumas exceções a experiência adquirida foi relegada para um plano secundário. Mas, curiosamente alguns dos não aproveitados por serem “tíjolos velhos” numa construção que se queria nova, foram chamados para ajudar a formar os novos funcionários, curiosamente recrutados do mesmo modo como foram recrutados os primeiros funcionários civis e militares da DINFO em 1976, isto é, por conhecimento direto.



		ENT.2	Portanto, e resumindo, no início esperava-se que o SIEDM contasse, no seu arranque, com o núcleo diretivo da DINFO. Isso não aconteceu – o que em meu modesto entender foi um erro, dada a situação de rutura criada e o <i>know-how</i> desperdiçado, que teria sido valiosíssimo na fase de estruturação do novo Serviço; e logo aí houve expectativas frustradas, geradoras de animosidades no relacionamento mútuo DINFO-SIEDM, que perduraram por muito tempo. Depois, e resultando em parte da opção tomada, foram cometidos outros erros que, todos juntos, fizeram com que as coisas não tivessem corrido muito bem, como depressa se viria a confirmar com o caso da “lista dos espíões” e outros que se lhe sucederam.
--	--	-------	--

<b>FUNCIONAMENTO</b>	<p>Neste momento, em Portugal, só há uma maneira de resolver isto em relação ao SIED. É fechá-lo e mudar a mentalidade. Mudar a mentalidade que foi criada desde o início. O SIS é outra coisa.</p> <p>Os serviços de informações têm que estar organizados consoante as possibilidades do país. Num país rico, os serviços têm uma sala para a lavagem de dinheiro; para os crimes disto e daquilo; para uma parte da Europa. O volume da informação e o interesse é que comandam a organização. Os serviços de informações estratégicas, é para as áreas geográficas. Os serviços de informações militares é para os assuntos militares.</p> <p>Razões para o fim do SIEDM: Fácil: questões de poder. O SIEDM começou mal. Aquele SIEDM era uma coisa absurda. Havia lá gente sem experiência nenhuma. Depois, ia para lá gente ...</p>	ENT. 5
	<p>O SIEDM passa a ter por missão coligir informações para o CEMGFA. Contrariamente àquilo que, se calhar, alguém algum dia pensou (um TGEN, na reserva), foram buscar um embaixador. O embaixador, entendeu que não era herdeiro da DINFO e quis toda a gente nova, do corpo diplomático, da universidade e tomou a liberdade de ir lá buscar (à DINFO), quem lhe apeteceu. Houve alguma gente que se ofereceu. Não houve oposição, da parte da chefia da DINFO, a quem quis sair. Todo o resto foi gente nova. Mas, queriam mais. Queriam o fundo que lá estava. Queriam parte substancial do arquivo e aí houve oposição da chefia da DINFO. Havia razões várias que assistiam esta decisão da DINFO, apoiada pelo CEMGFA Fuzeta da Ponte.</p>	ENT.4
	<p>Mais tarde, já sem pesquisa coberta interna, por ser competência do SIS e por jogos políticos e de incompetência o SIEDM parece ter entrado em descrédito a nível nacional e internacional.</p>	ENT.3
	<p>Aliás, quanto a mim, este é um dos erros que se verifica, ainda hoje: o de aquele serviço pretender cobrir o mundo todo, como se Portugal fosse uma superpotência com interesses ao nível global. Os países, e sobretudo os países pequenos como nós, têm que definir as suas prioridades de informações e centrar atenções sobre elas. Fora disso, quando precisarem de informação relativa a áreas que não acompanham de perto, recorrem aos países amigos ou aliados, utilizando como moeda de troca a mais-valia da informação que detêm sobre as áreas que dominam. Mas é óbvio que, enquanto continuar este Carnaval que se verifica atualmente com as denominadas “secretas”, a confiança não existe e ninguém nos dará nada.</p> <p>A atividade coberta era importante nas atividades de contraespionagem, de contra terrorismo e na própria proteção de segurança a operações de pesquisa do serviço... E aí fez-se um bom trabalho. Essa parte, que na DINFO era essencialmente desenvolvida pela Secção de Vigilância da Repartição E, transitou para o SIEDM (na altura era assim que se chamava) e, nos primeiros tempos, ainda foi feito algum trabalho, embora me pareça que sem grande critério e movido por uma certa ânsia de mostrar serviço... Até que surgiu aquele caso da “lista dos espíões”, no tempo do ministro Veiga Simão, que levou ao desmantelamento daquilo tudo; e hoje desconheço se o SIED tem alguma capacidade própria nesse domínio. Que eu saiba, não tem e, se tiver, julgo que será bastante limitada.</p> <p>Quando começámos a ter forças destacadas no exterior (na Bósnia, a partir de 1996, salvo erro), logo ficaram patentes as lacunas e debilidades da nova organização; e mesmo em 1998, quando eclodiu a guerra civil na Guiné-Bissau – estava o SIEDM na fase de arranque e ávido de mostrar serviço... –, a natureza, o tempo e a qualidade da resposta obtida deixaram muito a desejar; e seria a DIMIL, com o apoio precioso do Adido de Defesa e do pessoal da CTM em Bissau, a “salvar a honra do convento”. De resto, com o passar do tempo, os próprios Diretores-Gerais do SIEDM viriam a reconhecer que não estava ao alcance daquele Serviço satisfazer as necessidades específicas de informações das FA – o que levaria a nova alteração estrutural no SIRP: com a Lei Orgânica n.º 4/2004, de 06Nov, o SIEDM voltava a denominar-se SIED e a responsabilidade pelas informações militares era devolvida às FA, levando ao</p>	ENT.2

		<p>surgimento do CISMIL.</p> <p>No início de Setembro (1997), o edifício da Repartição E é entregue ao SIEDM, e aí é cometido outro erro: na pressa de começarem a mostrar serviço, e como o edifício da Rua Braamcamp estava ainda em obras, eles puseram a trabalhar, na vivenda da Gago Coutinho, o pessoal do Departamento de África juntamente com a Vigilância que transitara da DINFO, expondo assim esta valência sensível que deveria ser preservada, e dando azo a que surgissem desde logo, sobretudo <i>n'O Independente</i>, escritos sensacionalistas que afetavam a credibilidade do recém-nascido SIEDM.</p>	
	<b>EXTINÇÃO</b>	Consultar a legislação aplicável	
<b>DINFO</b>	CRIAÇÃO	<p>No 25 de Novembro, foi o Coronel Marques Pinto, para fazer a extinção do SDCI e ao mesmo tempo reativar a 2ª Divisão do Estado-Maior, que não acabou. O problema, primeiro, foi tirar a carga negativa que havia naquele edifício e arranjar pessoal para o EMGFA. Só a pesquisa coberta ficou lá.</p>	ENT.5
		<p>A partir daí, passou-se a contactar as pessoas e a opção foi regressar à Divisão de Informações Militares. O CEMGFA era o General Ramalho Eanes. Instalámo-nos lá no edifício no antigo Ministério do Ultramar.</p> <p>Os serviços militares, praticamente, não existiam. Nós começámos a ter ligação com os adidos militares. Falámos com o adido militar inglês, britânico, e dissemos que tinha que nos ajudar, porque não tínhamos nada, mas ele, não acreditou. Dizia que tínhamos que ter boas informações, porque a situação esteve a virar comunista e estes tinham sido derrotados, portanto, entendia que tínhamos boas informações.</p> <p>Posteriormente, as informações ocuparam toda a área de informações que era necessária para um país. Para além da área militar e da área de segurança. Para tornar o serviço mais funcional, mais capacitado, foi aprovada uma coisa que nunca foi posta em prática. Os chefes militares, em vez de terem a sua repartiçãozinha, contribuíam para o bolo comum. Era um serviço com um Diretor e três Diretores-adjuntos, um de cada Ramo e todos davam para este painel grande, em vez de terem a sua panelinha. Isto, foi aprovado pelo PR, pelo CEMGFA e pelos CEM, mas não vingou. Nunca se executou uma coisa que foi decidida.</p> <p>Entretanto, pensou-se que a situação existente não podia prolongar-se e estudou-se alguns serviços de outros países.</p> <p>A DINFO deve ter andado pelas cento e tal pessoas. Tinha um orçamento de cerca de 300 mil contos. O SIEDM, depois, passou logo para milhões.</p> <p>Havia pessoas muito receosas com um serviço único. Não convém. Há que repartir para governar. Mas, adianto eu: quem é que tem as informações? Não é os serviços, nem o Diretor dos serviços. Os serviços produzem as informações para um cliente que é no máximo o chefe do executivo ou as pessoas em quem ele delegar. As informações são do cliente. São só dele. E um Diretor das informações que não procede assim, que usa as informações em seu proveito, imediatamente, deve ser demitido. No mínimo.</p> <p>Portanto, isto, a propósito da opção de um serviço ou mais. Optou-se pelos três, com as fiscalizações, porque o pessoal das informações tem fama de ser mal comportado e tem que ser controlado.</p>	ENT.4
		<p>A DINFO surgiu como resposta a uma necessidade concreta. De facto, uma vez instaurado o regime democrático em 25Abr74 e extinta a PIDE/DGS, rapidamente se percebeu que o país não poderia viver sem informações. Daí a criação do SDCI (de que já falámos no início desta conversa) e, posteriormente, da DINFO. Portanto, no tempo e nas circunstâncias em que surgiu, a DINFO tornou-se no serviço único de informações nacional, até à criação do SIRP.</p>	ENT. 2

	FUNCIONAMENTO	LEGALIDADE	
		ENT. 4	<p>A legalidade da DINFO, vem do Conselho da Revolução e da Lei Orgânica do EMGFA. A pesquisa de informações era para a área da governação. Agora, tudo o que fez estava bem sustentado em coisas legais. Bem, isso não acontece com nenhum serviço de informações, porque senão não chegam ao tal conhecimento que quem o tem não o quer dar. Isto, é um negócio cigano. Naturalmente, que se fizeram algumas coisas para além do sustentável na lei.</p> <p>A Rep. E, inicialmente conhecida como destacamento técnico, tinha alguma capacidade para fazer pesquisa coberta, mas não tínhamos dinheiro. Estávamos quase a ter êxito numa operação e a viatura era reconhecida, por exemplo, as viaturas há dez anos que andavam naquilo. Um serviço destes não se compadece com isto. Tem que ser de outra maneira. Seja por aluguer de automóveis ou com motas.</p>
		ENT. 3	Se pretende saber se havia cobertura legal para a atuação da pesquisa coberta (Rep. E) julgo que não havia. A DINFO como parte da estrutura do EMGFA deveria ter cobertura legal. No entanto, quer tivesse, quer não, sempre trabalhou sem intromissão no caminho de outros e sem cometer ilegalidades.
		ENT. 2	Não tenho base nem conhecimentos jurídicos para dizer se tinha ou não. O que sei é que em 1976 existia, como existe hoje, o Estado-Maior General das FA (EMGFA) e a DINFO era a Divisão de Informações desse Estado-Maior, a par de outras Divisões: Planeamento, Operações, Recursos, etc. Portanto, sob esse ponto de vista a existência da DINFO é legalíssima. O que se poderá questionar é se deverão ser os militares e, neste caso, uma simples Divisão do EMGFA a assumir as responsabilidades e a exercer as funções de serviço único de informações do país. Ora, quanto à questão de serem os militares, porque não? Na Bélgica, por exemplo, o serviço nacional de informações (o SGR – Service Général du Renseignement) é um serviço militar; e não é caso único. E quanto ao órgão, o que importa são as funções que lhe são atribuídas. Além disso, e mais uma vez, têm de ser tidos em conta o tempo e as circunstâncias, não se podendo esquecer que, em 1976, o país vivia uma situação transitória, de progressiva normalização institucional (a Constituição da República só foi aprovada em Abril desse ano), e que um serviço ou sistema de informações não se constrói em dois dias.
		ENT.1	A cobertura legal da DINFO, entre a sua criação e a instituição do SIRP, era-lhe dada, portanto, pelo poder da altura (PR e Governo incluídos), que lhe atribuiu as funções e recebia/fazia uso das informações que ela produzia. De resto, com a DINFO as coisas funcionaram quase sempre bem, de forma eficaz e discreta; e os limites da legalidade só viriam a ser ultrapassados no chamado “caso GAL” – que acabaria, aliás, por servir de pretexto para acelerar a criação do SIRP.

		<b>RECRUTAMENTO</b>	
		ENT. 4	Começámos a recrutar pessoas ( <i>a partir de 26 de Novembro de 75</i> ), militares, civis retornados de Angola, principalmente, que tinham prática de informações, porque trabalharam nos SIA (Serviço de Informações de Angola). Fomos repescar pessoal com experiência e fomos preenchendo o Quadro Orgânico, para fazer a DINFO e entretanto o SDCI não existia, acabou, mas o que existia, também não interessava.
		ENT. 3	<p>Na altura da transição SDCI/DINFO ainda não me encontrava nesta Divisão. No entanto recordo, por conhecimento posterior, que diretamente do SDCI apenas terá transitado o Major Dias Branco, (mais tarde Chefe da DINFO), convidado pelo Coronel Marques Pinto. Da então 2ª Divisão transitaram alguns elementos também para a DINFO.</p> <p>Após o 25 de Novembro de 1975 o Coronel Marques Pinto indigitado para assumir o leme das informações pelo General Costa Gomes, rodeou-se, como não podia deixar de ser, de indivíduos da sua confiança que foi buscar às FA e aos extintos serviços de informações de Angola, SCCIA – Serviços de Centralização e Coordenação de Angola, do qual foi Diretor em 1965/68, e aos SCCI de Moçambique. A urgência da situação exigia o recrutamento de indivíduos já com conhecimentos no tratamento das informações e que lhe garantisse segurança e isenção.</p> <p>Procurou evitar-se o recrutamento de indivíduos conotados com a esquerda, PCP; UDP, etc.,</p>
		ENT. 2	<p>Antes de mais, devo esclarecer que não sei ao certo se o SDCI forneceu ou não pessoal, pois não assisti de perto ao nascimento da DINFO, só lá trabalhei uns bons anos mais tarde. Mas, se for verdade (e acredito que sim), isso tem alguma lógica. De facto, a seguir ao 11 de Março de 1975, com o chamado PREC, o país estava dividido entre as forças ditas revolucionárias, que pretendiam um regime coletivista do tipo “ditadura do proletariado”, e as forças moderadas, defensoras de uma democracia do tipo ocidental, que viriam a sair vencedoras no 25 de Novembro e a determinar a orientação do processo político, daí para diante.</p> <p>Segundo julgo saber, e relativamente ao núcleo diretivo, foi escolhido pessoal militar com aptidões e experiência de trabalho em informações. Como é sabido, as informações tiveram um papel fundamental no Ultramar, durante a guerra, e havia pessoas, não só militares mas também civis, que tinham formação e experiência nesse campo.</p> <p>Quanto ao restante pessoal, o recrutamento recorreu a diferentes origens: foi aproveitado pessoal civil já qualificado, do Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (dependente do respetivo Governo-Geral) e do organismo congénere de Moçambique; foram efetuados concursos para admissão de pessoal civil novo, aos quais concorreram quer oficiais ou sargentos milicianos que passavam à disponibilidade, quer outros jovens, recomendados por pessoas que os conheciam e abonavam da sua idoneidade; e era solicitado pessoal militar aos Ramos, quando necessário.</p>
		ENT. 1	O recrutamento quer dos militares quer dos civis para prestarem serviço na DINFO era efetuado através do conhecimento pessoal, e cada um ficava como garante, fiador, dos indivíduos que indicava.

		<b>AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS</b>	
		ENT. 3	Alguns dos militares e civis receberam formação de serviços congéneres ocidentais a quem foi pedida colaboração ou que se ofereceram para tal. Nenhum dos funcionários da Rep. E possuía qualquer identificação que o relacionasse com a atividade coberta que desempenhavam, não possuíam armamento e em caso de detenção pelas autoridades teriam de solucionar o facto da melhor maneira sem darem a conhecer a atividade que desempenhavam. Para tanto a formação e atualização de conhecimentos era imprescindível.
		ENT. 2	A formação era adquirida não só em Portugal, mas também, por vezes, no estrangeiro, e nomeadamente em Inglaterra. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o General Pedro Cardoso, que viria a ser o principal impulsionador da DINFO e, mais tarde, do próprio SIRP – daí que o modelo por ele seguido tenha sido sempre o modelo britânico. Mas houve também formação dada pela MOSSAD ao pessoal do departamento operacional (a Repartição E). Ao pessoal sem formação prévia em informações era ministrada formação adequada, na DINFO, com meios próprios e com recurso a apoios exteriores, nacionais ou estrangeiros.
		ENT. 1	Em relação às valências (competências) do pessoal militar/civil que integrava a Rep. E que estava incumbida da pesquisa coberta, controlo de agentes, e contatos com os movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas, teve a sua formação específica ministrada por serviços “amigos” destacando-se os israelitas e os britânicos, sendo a formação dada em Portugal ou no estrangeiro.
		<b>ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS/ILEGAIS</b>	
		ENT. 5	Quando foi o problema das FP 25 de Abril, em que foi baleado o tipo da fábrica de loiça de Sacavém, nesse dia, o chefe da Divisão, que era na altura o Brigadeiro Serôdio, foi chamado ao Conselho de ministros. Disseram que tinha sido um ataque a uma figura importante. Foi-lhes dito que, não era uma figura importante mas sim um empresário de devia ter problemas com alguém, talvez falta de pagamento de alguma coisa e que as FP para demonstrarem que estavam ao lado do povo fizeram aquilo.
		ENT. 3	Qualquer SI necessita de pesquisa coberta. Só com a criação do Dtec (Departamento Técnico), mais tarde Rep E, órgão de pesquisa coberta da DINFO foi possível a esta Divisão auxiliar as forças policiais no combate à violência desencadeada pela extrema direita e extrema esquerda.

		<b>COLABORAÇÃO COM A POLÍCIA JUDICIÁRIA</b>	
		ENT. 5	Como com o 25 de Abril a polícia e a GNR ficaram de rastros, a Polícia Judiciária precisou muito do nosso apoio. Nessa altura (período de atividade das FP25), fizemos uma data de operações juntos e eles apreciaram muito isso. Nessa altura, apanharam umas armas e outras coisas no Porto e nós fomos lá a pedido deles.
		ENT. 3	Importante era a credibilização e o receio de qualquer infiltração que pudessem pôr em perigo o trabalho a desenvolver. Na altura, toda a atenção inicial, no campo da pesquisa, estava vocacionada para as atividades violentas de grupos de extrema-esquerda e de extrema-direita. Neste campo houve uma forte cooperação com a Polícia Judiciária que dispunha de um Gabinete Militar não sei se criado para o efeito e que era dirigido por um militar.
		ENT. 2	<p>Quando a DINFO foi criada, em 1976, não existia mais nenhum serviço de informações. Por isso a DINFO fazia tudo: a contraespionagem, a contrassubversão, o contra terrorismo... O desmantelamento das FP-25, por exemplo, é feito pela DINFO em colaboração com a DCCB da Polícia Judiciária. Além das informações de segurança, a DINFO abarcava ainda as informações estratégicas.</p> <p>No que diz respeito à ligação/colaboração entre a DINFO e outras entidades, o caso do desmantelamento das FP-25 será o exemplo mais flagrante da existência dessa ligação/colaboração, no caso com a Polícia Judiciária. Já antes disso, a Repartição E da DINFO tinha ministrado formação ao pessoal da DCCB, quando esta foi constituída. É certo que, no decurso da operação anti-FP-25, existiram atritos e tensões entre a DINFO e a PJ – devido ao velho tique, muito português, de querer colher e exibir “os louros” do sucesso... – mas a situação foi ultrapassada e a colaboração prosseguiu. Com o SIS, também havia ligação, mas pareceu-me sempre – à distância, porque isso não era do meu pelouro – que o SIS denunciava alguma reserva ou receio de colaboração com os militares, assim como alguma sofreguidão em mostrar serviço; e era vulgar “tropeçar” em elementos do SIS a recolherem informação sobre assuntos que não eram, claramente, da esfera de atividade da segurança interna (como a situação em Timor-Leste e nos PALOP, por exemplo). Mas esta é uma situação que ainda hoje se verifica, mesmo tendo o SIED e o SIS uma direção comum...</p> <p>Em 1984 saiu a primeira Lei do SIRP e, dos três serviços previstos (o SIS, o SIED e o SIM), aquele que é criado é o SIS, que fica com a principal responsabilidade pela atividade de contraespionagem. Mas o SIS só arranca, salvo erro, em 1987, e a DINFO ainda continuou durante algum tempo a desenvolver essa atividade, ou parte dela, praticamente até à sua extinção, em 1997.</p>

		<b>CONTRA-ESPIONAGEM</b>	
		ENT. 3	<p>Todos os países de leste, e não só, faziam recolha de informações no nosso país quer de uma maneira aberta, quer utilizando as tradicionais coberturas das respetivas embaixadas. Os serviços de informações soviéticos (KGB e GRU) foram os mais ativos . E era sobre estes que a DINFO exercia um trabalho mais profundo ao ponto de contribuir para a expulsão de vários diplomatas daquele país.</p> <p>Dadas as limitações humanas existentes pode considerar-se que se fez um bom trabalho que se refletiu na expulsão de vários diplomatas soviéticos, oficiais do KGB e GRU e de outros países do leste europeu. Da parte dos funcionários a respostas às solicitações que lhes colocaram foram sempre de uma dedicação total, relegando mesmo para um plano secundário a própria família que foi bastante prejudicada.</p> <p>No campo da contra espionagem foram detetados e anulados alguns oficiais de informações dos países de leste graças à atuação da pesquisa coberta. Cooperou-se também com SI ocidentais quando solicitaram a nossa ajuda.</p>
		ENT. 2	<p>Uma das principais áreas de trabalho da DINFO foi exatamente a contraespionagem. É preciso salientar que se estava no auge da Guerra Fria e a espionagem da União Soviética era extremamente ativa, aqui em Portugal, tanto na parte militar (através do GRU) como no domínio civil (através do KGB). Os elementos dos SI soviéticos, sob cobertura diplomática ou “disfarçados” de funcionários de empresas e outros organismos (como a companhia de aviação Aeroflot, as agências noticiosas TASS e Novosti, as representações comerciais, etc.), desenvolviam uma atividade bastante intensa de recolha de informações sobre assuntos políticos, tecnológicos e militares, sobretudo os respeitantes à NATO. Chegou a haver casos concretos de recrutamento de militares portugueses, alguns dos quais foram, inclusive, levados a visitar a União Soviética, e que só mais tarde, no início da década de 90, com a revelação do arquivo Mitrokhin, viriam a ser identificados. Foi, portanto, nesse período (em finais dos anos 70 e durante a década de 80), que o trabalho de identificação e seguimento da atividade de espionagem foi mais ativo por parte da DINFO. E com alguns sucessos conhecidos, como a operação que deu origem à expulsão de diplomatas soviéticos no tempo do governo da AD.</p>
		<b>LIMITAÇÃO FUNCIONAL</b>	
		ENT. 4	<p>A DINFO possuía uma inovação, que era a leitura ótica. E, levar pastas do arquivo era destruir o que estava montado (<i>o SIEDM requereu todo o espólio da DINFO</i>). No entanto, existia disponibilidade para a colaboração, quando solicitado. Não há a certeza da situação se ter mantido posteriormente.</p> <p>O assunto, porém, num determinado período, foi abordado numa reunião com os CEM, onde se alertou para a eventual degradação do relacionamento, no sentido de o apoio das informações ao Estado-Maior passar a competir ao SIEDM e a DIMIL que dará para pouco mais que a segurança militar interna. Que os CEM não esperassem que o SIEDM fornecesse informações, porque dali não teriam nada. Nem iria responder a nada que lhes fosse pedido. A DIMILzinha, também, não terá capacidade para nada. De forma que, se quisessem ter alguma informação credível, recordem uma reunião do Conselho da Revolução em 1976 e sirvam-se todos das informações que resultem daí.</p>

		<b>CREDIBILIZAÇÃO INTERNACIONAL</b>	
	ENT. 3		Restabelecida a confiança, com o tempo, e esquecido o SDCI, passou a haver uma proveitosa colaboração, nos dois sentidos, com outros SI ocidentais.  (a <i>DINFO</i> ) Sempre procurou responder aos grandes problemas que se lhe colocaram e soube granjear entre os seus congéneres, nacionais e internacionais o maior apreço. É disso prova as ofertas dos vários SI estrangeiros na formação e atualização de conhecimentos dos funcionários (civis e militares) da <i>DINFO</i> . O contributo dado à defesa dos interesses nacionais foi bastante interessante.
	ENT. 2		Também havia ligação, e uma boa relação, com SI estrangeiros, nomeadamente ingleses, israelitas, americanos e franceses.
	ENT. 1		Em termos internacionais a <i>DINFO</i> era muito considerada pelo seu profissionalismo, mantendo relações com os serviços congéneres da Europa, e com os EUA, tendo inclusive efetuado bastantes operações em países "Amigos" conjuntamente com os serviços locais. Havia uma constante e profícua troca de informações, sobretudo sobre a movimentação de agentes dos países de leste que circulavam pela Europa e que muitas vezes utilizavam o nosso país para efetuar os seus contatos.
		<b>DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO DE ATIVIDADE</b>	
	ENT. 3		A atividade da <i>DINFO</i> no campo da pesquisa limitava-se à recolha de informações. Como não tínhamos funções policiais, algum do material recolhido considerado importante para a segurança do País, mas que fugia ao âmbito das nossas capacidades, era transmitido aos diferentes serviços policiais com quem mantínhamos uma sã convivência.
	ENT. 2		Faço um parêntesis para salientar que, no plano estratégico, a <i>DINFO</i> se ocupava apenas de algumas áreas consideradas prioritárias para Portugal, e que eram basicamente os países de expressão portuguesa. Não havia a veleidade de abarcar o mundo todo.
	ENT. 1		Com o golpe do 25 de Novembro, dá-se a extinção do SDCI, que por sua vez no golpe do 11 de Março tinha extinto a 2ª Divisão do EMGFA, que funcionava na Ajuda sob as ordens do então Brigadeiro Pedro Cardoso, mais tarde General e Diretor do Conselho Superior das Informações, coube ao Coronel Marques Pinto a incumbência de implementar um serviço semelhante ao que tinha sido a 2ª Divisão. Tem que se entender que a 2ª Divisão era o serviço coordenador, centralizador das Informações produzidas pelas 2ª Rep dos Estados-Maiores dos Ramos, que as recolhiam das suas Unidades. É por isso que no meio das informações, e também defendido pelo general Vizela Cardoso, todos os indivíduos que constituem as FA se incluem no ciclo da produção de Informações. Coronel Marques Pinto montou um serviço à semelhança da 2ª Divisão, mas, face à situação de insegurança política vivida no país, com a existência de pequenos grupos quer da extrema direita quer da extrema esquerda, que não pretendiam a estabilização do país, não o deixando evoluir para uma verdadeira democracia, foi sentida a necessidade da <i>DINFO</i> criar uma repartição vocacionada para a pesquisa coberta de Informações visando não só a segurança interna como a contrainformação na busca de atos de espionagem envolvendo agentes de países de leste e cidadãos nacionais. Para o cumprimento desta missão o Conselho da Revolução e o 1º Ministro atribuíram à <i>DINFO</i> a competência para trabalhar as Informações não só militares como as de segurança interna e contrainformação.



		<b>DISTÂNCIA EM RELAÇÃO À ATIVIDADE POLÍTICA</b>	
	ENT. 3	<p>Nunca entrámos em terrenos políticos que poderia levar-nos a conflitos institucionais. Procurávamos a pessoa que transgredia não o partido a que pertencia. Muitas vezes era recomendado o maior cuidado quando se pressentia que o terreno era escorregadio e podia ocasionar mal entendidos.</p> <p>Mesmo em termos militares era tido o maior cuidado. Se se dispunha de informações que apontavam um como provável transgressor a pesquisa atuava de uma maneira segura, embora à primeira vista parecesse ser fácil dado ser um elemento da grande família militar.</p> <p>Não. Não me recordo de alguma vez ter vislumbrado que determinada atuação tivesse origem em solicitações políticas, se é isto que pretende saber. Havia um plano estratégico nacional que definia o nosso campo de atuação.</p>	
	ENT. 2	Isso não é da minha altura, mas quando a DINFO começou a operar havia naturalmente uma subordinação ao poder, às autoridades instituídas. O Brigadeiro-Chefe da DINFO tinha de facto três “chapéus”: respondia perante o CEMGFA, que era o seu superior hierárquico; perante o Ministro da Defesa (que assegurava a ligação ao MNE); e perante o Primeiro-Ministro.	
	ENT. 1	Em relação à atividade desenvolvida pela DINFO, como até à criação do SIS era o único serviço a trabalhar a área das Informações não havia qualquer delimitação nos sectores trabalhados, no entanto, sempre que no decorrer das investigações se deparava com algum alvo ou com matéria tipificada como crime, a informação era passada aos órgãos competentes para prosseguirem com a investigação, como tal durante os mais de 20 anos em que a Rep. E atuou nunca exerceu qualquer atividade contra elementos de partidos políticos ou efetuou quaisquer interrogatórios em matéria penal.	
		<b>LIMITAÇÃO DA INTERVENÇÃO DOS MILITARES/CIVIS</b>	
	ENT. 2	Sendo a DINFO um serviço militar, os lugares de chefia eram, naturalmente, preenchidos por militares, de patentes adequadas à estrutura hierárquica definida. Quer na sede (no Restelo), quer na Repartição E (o departamento de pesquisa, instalado numa vivenda da Av. Gago Coutinho), as chefias eram de militares. Depois, as diferentes funções eram desempenhadas indistintamente por militares ou civis, contando para tanto as aptidões e qualificações que eles detinham. Havia militares e civis em funções de análise e havia, igualmente, militares e civis em funções “operacionais” (controlo de agentes e vigilância). Consoante as capacidades e a formação que possuíam, assim as pessoas eram nomeadas para desempenhar determinadas funções; e, quando necessário, havia rotações entre departamentos e mudanças de funções.	
		<b>TRABALHO EM ÁFRICA</b>	
	ENT. 4	Nós deitámos fora um instrumento importantíssimo que era o reconhecimento das comunicações, CHERET. Éramos muito bons. Tínhamos os melhores descodificadores do mundo, decifradores do mundo. Sentia-se na NATO a falha de conhecimento que eles tinham do Norte de África. E nós, tínhamos aqui todas as condições para fazer a escuta de Marrocos e Argélia. Deciframos aquilo e de darmos um grande contributo para a NATO. Isto, só para dizer que se há alguma coisa que se identifica é o militar. O militar deve ser independente.	
	ENT. 3	Também o trabalho desenvolvido junto de algumas forças angolanas e moçambicanas foi bastante para que os interesses portugueses nesses países não fossem muito prejudicados.	

		<p>ENT. 2</p>	<p>Os processos de paz em Angola e Moçambique, por exemplo, contaram com a contribuição da DINFO, assente num longo historial de contatos com os movimentos oposicionistas armados que combatiam os regimes em vigor nos dois países (UNITA e RENAMO). Aliás, o processo de paz em Moçambique resulta essencialmente de trabalho da DINFO, que foi quem estabeleceu todos os contatos com a RENAMO, no Malawi, no Quênia, etc.; só depois entraram em cena o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Vaticano, através da Comunidade de Santo Egídio.</p>
		<p>ENT. 1</p>	<p>Após o aparecimento do SIS a atividade da DINFO ficou mais limitada às informações militares, à contrainformação e trabalhar os movimentos de libertação das antigas colónias, nomeadamente a UNITA, as FLEC FAC e Renovada e a RENAMO, com as quais mantinha relações privilegiadas.</p>
		<p><b>TRABALHO DESENVOLVIDO: TIMOR</b></p>	
		<p>ENT. 2</p>	<p>Em 1974/75 havia lá três partidos: a FRETILIN (marxista), que exigia a independência imediata e incondicional; a UDT (conservadora), que defendia a independência, mas mantendo a ligação a Portugal; e a APODETI, que preconizava a integração na Indonésia. Em 06Ago75 estala uma guerra civil, violentíssima, entre a UDT e a FRETILIN e o Governador, Cor. Lemos Pires, retira a reduzida força militar portuguesa para a ilha de Ataúro, recebendo depois instruções para regressar a Lisboa. Ao fim de alguns meses, a FRETILIN sai vencedora e declara unilateralmente a independência. Receando a instauração de um regime comunista na região e numa ilha cuja metade ocidental lhe pertencia, a Indonésia, um dia depois de o Presidente norte-americano Gerald Ford ter visitado Jakarta, invade e anexa o território que considerava abandonado por Portugal.</p> <p>Entretanto, nas montanhas, Nicolau Lobato organiza e lidera a resistência armada, as FALINTIL – que de início se batem heroicamente, mas vão enfrentando deserções e dificuldades crescentes com as chamadas “campanhas de cerco e aniquilamento” (uma ofensiva das FA indonésias, envolvendo meios terrestres e aéreos, que visava exterminar a guerrilha). Cá fora, sabia-se cada vez menos do que se passava em Timor. A propaganda indonésia filtrava tudo e ia conseguindo passar a ideia de que a resistência tinha os dias contados. Com o desaparecimento de Nicolau Lobato (morto numa emboscada, em 31Dez78), a guerrilha sofre um abalo fortíssimo; e o silêncio quase total dos anos seguintes levou muita gente a acreditar que a resistência acabara mesmo. Só em 1984/85 chegariam notícias da “ressurreição” da luta armada, sob o comando de Xanana Gusmão. A verdade é que, internacionalmente, a integração de Timor na Indonésia era, até finais da década de 80, um dado praticamente adquirido e, mesmo no MNE português, a independência era vista como uma quase utopia; o objetivo passava por encontrar uma solução negociada, que permitisse aos timorenses preservar a sua identidade e a Portugal salvar a face.</p> <p>Só que, em Santa Cruz, o massacre foi filmado por um jornalista <i>freelancer</i> inglês (Max Stahl), que conseguiu fazer passar a cassete para o exterior, e as imagens impressionaram, levando o mundo a mudar de ideias... Além disso, tinha caído o muro de Berlim, vivia-se um ambiente de desanuviamento internacional, a questão dos direitos humanos merecia atenção crescente e o trabalho de <i>lobbying</i> desenvolvido pela Resistência em Washington começava a dar resultados: as pressões sobre Jakarta aumentaram – agravadas por problemas internos – e a realização dum referendo em Timor, anteriormente impensável, foi ganhando força, até ser aceite pelo Presidente indonésio, Yussuf Habibie, com os resultados que se conhecem. Honra seja feita aos resistentes timorenses no exterior (Ramos-Horta, Alkatiri e outros), que sempre acreditaram e, na ONU ou noutras instâncias internacionais, nunca desistiram de divulgar o que se passava no interior de Timor e de se bater pela independência. Igualmente importante, senão mesmo mais importante, foi – sobretudo no interior – o papel da Igreja Católica.</p> <p>No início de Janeiro de 94, o Primeiro-Ministro, Professor Cavaco Silva, dera instruções para se passar a seguir mais atentamente a situação em Timor.</p> <p>Dias antes (em 31Dez93), tinha chegado a Lisboa um grupo de jovens timorenses que tinham procurado asilo político na embaixada da Suécia em Jakarta e que, ao fim de meses de negociações, Portugal aceitara acolher. Houve quem chegasse à fala com alguém desse grupo, depois com representantes das diversas forças e tendências políticas timorenses que residiam ou iam passando por cá; foram-se alargando os contatos e selecionando alvos, percebendo-se o quadro de situação, os interesses, as disputas e rivalidades;</p>

		<p>e, ao fim de algum tempo, tínhamos já ligações para o interior de Timor, que nos permitiam saber quase “sobre a hora” o que se ia passando por lá. Essas ligações incluíam elementos da Frente Clandestina que contactavam a guerrilha, para a qual chegámos a enviar algum apoio através de portadores (por exemplo medicamentos e um ou outro item que nos era pedido). Até meados de 1997, quando o SIEDM inicia funções e toma conta do assunto, foi desenvolvido um excelente trabalho de informação, que muito útil terá sido para os governos da época e para as decisões que tomaram. Isso foi, aliás, reconhecido em diversas ocasiões.</p> <p>Isso explicará até, em boa parte, o crescimento exponencial do catolicismo em Timor, durante os anos da ocupação indonésia (lembro que em 1975 uma parte significativa da população não era cristã, mas animista). No seu objetivo declarado de “conquistar os corações e mentes” timorenses, os indonésios nunca se atreveram a afrontar verdadeiramente a Igreja Católica; por isso ela pôde sempre movimentar-se com algum à-vontade, apoiando as aspirações nacionalistas da população e a resistência ao invasor – embora também houvesse, obviamente, clérigos e fiéis pró-indonésios.</p> <p>Foi D. Martinho da Costa Lopes, bispo de Díli entre 1977 e 1983, quem não deixou que a resistência se extinguísse, nos anos duros das “campanhas de cerco e aniquilamento” (por isso viria a ser afastado do cargo por pressões de Jakarta, morrendo pobre e esquecido em Portugal). Era de muitas paróquias de Timor que saía grande parte do apoio financeiro e logístico à guerrilha. Foram padres católicos que ajudaram a organizar a Resistência e que, durante anos, aconselhavam e orientavam os líderes e quadros das Frentes Armada e Clandestina (a maior parte deles sem formação académica), davam-lhes a mão na elaboração de documentos de trabalho, etc. E foi a hierarquia católica timorense a forçar a transformação do Conselho Nacional da Resistência Maubere em Conselho Nacional da Resistência Timorense (a anterior designação não reunia unanimidade), bem como a promover uma convenção (realizada em 1998, em Peniche) destinada a ultrapassar os problemas existentes e a redefinir o rumo e o modo de funcionamento da organização.</p>
	ENT. 1	A DINFO, após o início de 1990 começou os contatos com a Resistência Timorense, utilizando o canal da Igreja Católica Timorense.
	<b>RELEVO DO RESPETIVO TRABALHO</b>	
	ENT. 5	Os serviços militares é como os cozinheiros. Fazem sempre falta. Os SIM, existem porque são especiais. Nas FA, toda a gente trabalha para as informações, faz parte da formação militar.
	ENT. 3	<p>Como já disse o trabalho desenvolvido, a nível interno, pelo Dtec (Rep E) abrangeu uma vasta área que obrigava a que alguns alvos merecedores da nossa atenção fossem muitas vezes relegados para um plano secundário. Os efetivos sempre foram insuficientes para o trabalho a desenvolver e só foi possível graças ao empenho e profissionalismo dos funcionários da DINFO. Atividades violentas dos extremistas de esquerda e direita (colocação de explosivos, assaltos a bancos, etc.), Contraespionagem, controlo da atividade de organizações do norte de África, acompanhamento de partidos que lutavam em Angola e Moçambique, tráfico de armamento, etc. etc. foram alguns dos campos em que foi dado um contributo válido e mereceu o reconhecimento superior. Todas estas áreas tiveram de ser tratadas pela pesquisa coberta.</p> <p>Considero bastante positivo todo o trabalho desenvolvido pela DINFO apoiada na pesquisa coberta. Poucos foram os choques havidos com os media e não tiveram grande amplitude como aconteceu com os novos serviços que a vieram substituir. Que me recorde foram também raras as quebras de segurança havidas no passado.</p>

		<p>ENT. 2</p>	<p>Retomando o fio à meada, eu diria até que a DINFO, na parte estratégica, desempenhou tão competidamente a sua missão que, quando foi publicada a Lei-Quadro do SIRP, em 1984, o então Primeiro-Ministro (hoje Presidente da República), Prof. Cavaco Silva, decidiu criar apenas o SIS e determinou que a parte estratégica continuaria a ser assegurada pela DINFO. Portanto, ele tinha dúvidas sobre se seriam realmente necessários três serviços e só criou o SIS, continuando a informação externa a ser assegurada pela DINFO – prova evidente de que a resposta era, no mínimo, satisfatória. Os processos de paz em Moçambique e em Angola têm lugar já nessa fase, depois de criado (no papel) o SIED, mas em que continuava a ser a DINFO a cumprir a missão do serviço de informações externas.</p> <p>E é preciso sublinhar que não lhe faltava que fazer: na ressaca do PREC, o país debatia-se com uma intensa atividade subversiva e ameaças terroristas de extremos opostos (desde a rede bombista de extrema-direita às FP-25); a espionagem, sobretudo da URSS, estava no auge e Portugal era um teatro de operações privilegiado; acabara de se fazer a descolonização e era preciso acompanhar e perceber o que se passava nos denominados PALOP; e por aí adiante... Ora, face a esta diversidade de tarefas e com poucos meios (julgo que o efetivo total terá atingido mais de cem pessoas), o desempenho da DINFO, durante os seus 21 anos de existência (1976/1997), foi extremamente positivo. Como já referi noutros passos desta conversa, as missões essenciais foram cumpridas com a eficácia e discrição necessárias, foram obtidos excelentes resultados em diversas áreas e a DINFO angariou, na comunidade de informações internacional, uma credibilidade e um prestígio talvez nunca alcançados, futuramente, por nenhum dos serviços do SIRP que lhe sucederam. Na contraespionagem, por exemplo, havia técnicos reputadíssimos e o trabalho desenvolvido era excelente e reconhecido no exterior; eu lembro-me de virem aí técnicos de serviços estrangeiros falar com o nosso pessoal sobre determinados assuntos. E no que diz respeito à situação em África, a mesma coisa – nomeadamente quando se começou a desmoronar o império soviético e, nos países africanos da órbita de Moscovo, se abriu a porta a processos de paz e à realização de eleições, infelizmente nem sempre bem sucedidos.</p>
--	--	---------------	---

	<p><b>EXTINÇÃO</b></p>	<p>Quando foi criado o SIS, foram buscar a primeira fatia à DINFO. O SIS foi levantado pelo Dr. Ladeira Monteiro, uma pessoa com experiência em Angola. Levou pouca gente lá das informações.</p> <p>As nossas informações ficaram com a parte militar e a parte estratégica. Passou a haver colaboração da nossa parte com o SIS. Sempre que aparecia informação com interesse para eles, nós enviávamos. A inversa, não sei se era assim. Nós, aqui internamente, também trabalhávamos na parte da contraespionagem militar e eles na segurança. Às vezes, havia uns desencontros mas que eram sempre resolvidos.</p> <p>Parece, que alguém militar teve um bocado de culpa nisso (<i>criação de um serviço que deixa para trás a DINFO</i>). Alguém inventou o SIEDM. Alguém, com alguma intenção, no futuro, porque a área política tinha muita apetência pelas coisas militares. A área militar não é bem quista. E então, tirar lugares a civis, na área política, isso então, nem pensar. Só falta escrever, na Constituição, que um militar não pode ser PR. Não é um cidadão como os outros. Portanto, conjugou-se aqui duas coisas. Alguém, na DINFO, pensou que podia catapultar-se. Na área política a intenção era afastar a preponderância militar nas informações. De forma, que se conjugaram estas duas situações.</p> <p><i>(Não é errado pensar-se que a génese do SIEDM acontece na própria instituição militar. E essa ideia é aproveitada pelo poder político para tirar poder e influência às FA(...))</i></p> <p>Sim, retira-se influência às FA e civiliza-se a situação.</p> <p>Em 1984 saiu a primeira Lei do SIRP e, dos três serviços previstos (o SIS, o SIED e o SIM), aquele que é criado é o SIS, que fica com a principal responsabilidade pela atividade de contraespionagem. Mas o SIS só arranca, salvo erro, em 1987, e a DINFO ainda continuou durante algum tempo a desenvolver essa atividade, ou parte dela, praticamente até à sua extinção, em 1997.</p> <p>Com a criação do SIS foram retiradas à DINFO alguns campos de atuação que em nada a diminuiu. Como SI militares a contra espionagem militar nunca deixou de estar sobre a sua alçada. Com a supressão da pesquisa coberta a DINFO parece ter vindo a transformar-se num gabinete de análise com base na imprensa diária e deixou para o SIS a possibilidade de atuarem no seu “quintal” o que dificilmente conseguirão por razões óbvias.</p>	<p>ENT. 4</p> <p>ENT. 2</p> <p>ENT. 3</p>
--	------------------------	---	---

		<b>DESEMPENHO</b>	
		ENT. 5	Os adidos, além de andarem pelos coquetéis, têm de tratar de outros assuntos. Que não são assuntos que se relacionam com a ADME ou coisa parecida. Não havia adido militar em Bruxelas. Em Bruxelas, tínhamos não sei quantos militares. E, só se deu por isso, quando um Coronel inglês quis apresentar um assunto e mandaram-no tratar disso com o adido militar em Paris. O Coronel estava em Mons. Os adidos militares, têm que ser industriados. Não pode ser como prémio de carreira. É necessário, que o adido tenha estrutura para o exercício do cargo e é necessário que tenha formação. Formação para, acima de tudo resguardar-se. Em 1977, criou-se o cargo de adjunto do adido militar em Madrid, e o militar indicado nunca conseguiu ser lá colocado.
		ENT. 4	Nos EUA, até as mulheres dos adidos têm preparação. E, às vezes, bem preciso é. Têm de ter comportamentos de discrição e às vezes podem ajudar a pescar alguma informação. Por outro lado, nem toda a gente tem jeito para isto. E, atualmente, não há nenhum adido americano que não pertença à DIA. São do serviço de informações. Aqui, isso não acontece.
	ADIDOS	ENT. 2	Durante o tempo da DINFO, este aspeto era levado mais a sério e os adidos tinham preparação, era-lhes dada formação específica para se movimentarem no terreno, e nomeadamente nos países de maior risco, como os países africanos, cujos SI tinham sido formados pela União Soviética. Os adidos, durante o estágio de preparação para a função, tinham exercícios práticos com a Vigilância da Repartição E, inclusive treino de como andar na rua, como detetarem eventuais seguimentos, etc. Quando acabou a DINFO, ou ainda antes, a partir de determinada altura, esse cuidado foi deixado cair. Tudo isto para dizer que, num passado não muito distante, o papel dos adidos na pesquisa de informações era levado mais a sério, embora os resultados práticos tenham sido sempre relativos. Primeiro, porque, na nomeação dos adidos, o CISMIL (tal como os seus antecessores DINFO e DIMIL) não é tido nem achado: os Ramos é que fazem as nomeações e sabe-se que os critérios de escolha não têm em conta a sensibilidade para a questão das informações. Em contatos oficiais com SI militares estrangeiros (Roménia, Eslovénia, etc.) lembro-me de os responsáveis desses serviços referirem, abertamente, que tinham dois tipos de adidos: para certos países, o perfil era mais ou menos indiferenciado; mas para os países considerados prioritários do ponto de vista estratégico, a escolha é criteriosa: não serve um qualquer, mas quem tenha, reconhecidamente, capacidades e sensibilidade para as informações.
		<b>DEPENDÊNCIA</b>	
		ENT. 4	O próprio chefe do SIM ( <i>CISMIL</i> ), só tem autoridade funcional, não tem competência disciplinar.
		<b>FUNÇÃO</b>	
		ENT. 4	Os adidos, são uma ferramenta fundamental. Fazem pesquisa aberta e discreta. Tem que ser bom em relações públicas. Mesmo onde existe pessoal do SIED, o adido tem que fazer pesquisa.
		ENT. 2	O papel dos adidos de defesa e militares está definido e regulamentado: os adidos têm um papel que é essencialmente de representação e de ligação diplomática, militar, com as autoridades dos países onde estão acreditados. Portanto, eles têm de ter algum cuidado com a forma como atuam, para não criarem problemas e não colocarem em causa o princípio da confiança entre estados. No entanto, dada a posição que ocupam, e como qualquer militar, os adidos devem ser, por princípio, pesquisadores de informações, embora tenham que o fazer com determinados cuidados; porque efetivamente o seu estatuto impõe limitações e, se pisarem o risco, sujeitam-se... No entanto, um adido que tenha sensibilidade e alguma preparação pode criar uma rede de contatos que lhe faculte informação importante. Mas isso tem de ser feito com particular cuidado e por quem o saiba fazer – o que, infelizmente, é raro acontecer.









<b>CISMIL</b>	LIGAÇÃO	Em relação ao que o CISMIL faz hoje, é o que está estabelecido no Decreto-Lei de 2009. Produzimos informações, fundamentalmente, em apoio às FND, que são a primeira prioridade. A segunda prioridade é produzirmos informações para as alianças a que pertencemos, que é a União Europeia (UE) e a NATO. Principalmente, para a NATO, porque a União Europeia, é mais civil do que militar. Há, também, o acompanhamento das situações nos países que têm comunidades portuguesas e são problemáticos. Estas, são o grosso das coisas que temos que fazer. Outro aspeto saliente, no caso da NATO, é sermos responsáveis por elaborar o capítulo sobre o Magreb/Sahel de um dos documentos da NATO que identifica as áreas que poderão ser uma ameaça para a Aliança, este texto será posteriormente discutido e aprovado. Quanto à Argélia é responsabilidade Nacional acompanhar a situação com a finalidade de identificar Avisos de Alerta (Indication Warning) por algumas áreas (Norte de África e o acompanhamento da situação na Argélia). Este ano (2012), começou a haver um trabalho, juntamente com o COC <sup>116</sup> e o Ministério dos Negócios Estrangeiros em que nós fazemos o apoio às embaixadas na elaboração ou revisão do plano. Desta forma, ficamos com conhecimento do respetivo plano. Já se fez isso a uma embaixada. Este ano (Dezembro, 2012), havia de se fazer a mais duas, como estava planeado mas não há dinheiro, vamos ver se para o ano se faz alguma coisa.
	GEOINTCFR3Pe	Em termos do GEOINT, (de acordo com o DL nº 234/2009 é responsabilidade do CISMIL “dirigir a exploração dos sistemas de informação geoespacial de natureza conjunta” e “recolher, processar e disseminar a informação geoespacial para apoio ao planeamento e condução das operações militares”). Assim, como está na Lei, é responsabilidade nossa. E, somos nós, que temos a ligação técnica com o centro de satélites da União Europeia. A ligação política é feita através do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Mas, o aspeto da ligação técnica com o centro de satélites, somos nós, envolvendo sempre o MNE. É evidente que os Ramos, nomeadamente a Marinha e o Exército têm os aspetos hidrográficos e cartográficos. Mas isso são os aspetos específicos. Quando se fala em aspetos conjuntos, passa sempre pelo CISMIL.
	RECURSOS	Com os recursos que tem, não pode fazer muito mais coisas. Está a esticar demasiado a corda. Provavelmente, algumas coisas poderão não ser ou na qualidade ou na quantidade que se pretende. Não faz muito sentido ter, poucos analistas. Viu-se, quando foi da Guiné. Tudo correu bem, mas foi à custa de alguns militares ficarem aqui dias seguidos
	RECURSOS HUMANOS	Depois, vamos bater, outra vez, nos quantitativos. Não é com os quantitativos que a Repartição tem, que faz qualquer coisa.
	REGULAMENTAÇÃO	Se estivesse regulamentado, há aqui uma área, que é uma área cinzenta, que é a área da segurança. A área da segurança em território nacional. Esta área, merecia algum cuidado na regulamentação, coisa que não foi feita. Chocamos com o aspeto da regulamentação, que é um aspeto legal. Em termos genéricos, quando se diz que a segurança militar é da nossa responsabilidade, dá-se cobertura a isto. Agora, temos que ver o que é a segurança militar. O prazo para o decreto regulamentar está na Lei: são 60 dias. Há aqui, um aspeto histórico, talvez a conjugação de interesses políticos não fosse favorável à regulamentação do CISMIL. E, portanto, houve, da parte das FA, algum receio. Se lermos a Lei (DL 234/2009), vem em várias alíneas a dizer que aquilo que lá está escrito tem necessidade de regulamentação.
	DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS	Depois, há ainda, um outro problema, que é o problema que está a montante disto tudo, é que nós, deveríamos ter, chamem-lhe o que quiserem, na NATO chamam-lhe intelligence requerimentos, ou seja, o Secretário-Geral define quais são os problemas da NATO em termos de informações e depois, trabalha-se em função das preocupações do chefe.

<sup>116</sup>

Comando Operacional Conjunto.

FORMAÇÃO R. H.	Outros aspetos, em que poder-se-ia fazer alguma coisa, mas a lei deixou as coisas um tanto fluidas. Por exemplo, na formação, a atribuição que nos é dada, é orientar a formação na área das informações. Não se sabe o que é que o verbo orientar quer dizer, porque, não nos dá grande margem. Orientar, é curto. Deveríamos ter capacidade para trabalhar nessa área.
ADIDOS	Não há, neste momento, a preocupação de preencher cargos com militares que sejam da área. Aspeto que, no âmbito da NATO, constitui preocupação, visto que se pretende que os cargos sejam guarnecidos com pessoal que saiba de informações. Participámos em reuniões sobre este tema. Podemos fazer o Job Description, agora no que toca ao aspeto do pessoal que vai para a NATO, nós não temos nada a ver com isso. O problema, neste capítulo, é da NATO. Se o militar não tiver o currículo necessário, poderá não ser aceite. Só há um cargo, que é um cargo do IFC, que quando foi aprovado, colocou essa premissa de o militar que vai ter o parecer vinculativo do CISMIL. Como as células de informações militares são elementos pertencentes ao QO do CISMIL, a constituição das mesmas é proposta do Chefe do CISMIL. A questão dos adidos, é relevante. Mesmo, na atual estrutura, se os adidos fossem de informações, tínhamos sempre o problema de algum dos cargos estar sozinho. Era importante, ter militares para “varrer” as informações.
RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM OUTROS SEVIÇOS	Há, aqui, na minha opinião um erro da lei que nós alertámos em tempo, mas, não foi resolvido e que é de só estarmos no Conselho Consultivo no âmbito do SIED, não temos assento no Conselho Consultivo, no âmbito do SIS. Há, também, um patamar de direção política, que é onde o General CEMGFA tem assento, que é o Conselho Superior de Informações. Portanto, em termos de estrutura, temos estas duas entidades. Ao nível operacional, temos ligação com os POC, <sup>117</sup> tanto com o SIS como com o SIED. Os militares POC fazem uma coordenação paralela, ao nível do elo mais baixo da sua área específica. Depois, a parte institucional em termos nacionais é o envio ou a resposta a RFI
RELAÇÕES BILATERAIS	A nível bilateral, temos dois países “preferenciais”, por razões práticas, que é os EUA e Espanha, com os quais mantemos reuniões anuais. Com os outros, são pontuais. Mas, quem não tem dinheiro, não tem vícios. Quem não aparece, esquece e as coisas complicam-se. Os participantes dão algumas informações, mas para dizerem que pertencem ao clube. Basta ver os documentos que recebemos em termos bilaterais, que vem sempre: “não autorizamos a disponibilização destas informações sem a nossa autorização”. Portanto, a situação, é sempre esta.
CONSTRANGIMENTOS ORGANIZACIONAIS	As relações com os Ramos deviam estar desenvolvidas numa rede sistémica. Para qualquer ação, temos que solicitar, via Gabinete do CEMGFA.
REORGANIZAÇÃO/REESTRUTURAÇÃO	No documento inicial, foi proposto que o CISMIL ficasse na alçada do COCONJ. Atempadamente, o CISMIL respondeu apontando as razões para que tal não acontecesse. As razões apresentadas prendem-se com o facto de as atribuições do CISMIL incluírem aspetos que estão fora das atribuições do COCONJ, por exemplo os assuntos referentes ao apoio à tomada de decisão do Gen. CEMGFA, à Segurança Militar fora de Teatros de Operações, a gestão dos Adidos de Defesa, às relações bilaterais ou à nossa participação na Comunidade de Informações das Organizações ou Alianças a que Portugal pertence. Atualmente continua-se sem saber quando e como será definida a nova estrutura das FA, onde se incluem as Informações
CAPACIDADES	No processo de redução das FA alemãs (cerca de 10%), há um aumento de 40% das informações militares. Portanto, reduzem 10% as FA e as informações são aumentadas 40%.

<sup>117</sup> POC: Point Of Contact





## HISTÓRICO DE DIVERSAS MISSÕES DAS FA

### Histórico das Forças Nacionais Destacadas no Teatro de Operações do Afeganistão

#### **Agosto de 2005 a Fevereiro de 2006**

1ª Companhia de Comandos / Brigada de Reação Rápida

#### **Fevereiro de 2006 a Agosto de 2006**

2ª Companhia de Comandos / Brigada de Reação Rápida

#### **Agosto de 2006 a Fevereiro de 2007**

Batalhão de Infantaria Para-quedista / Brigada de Reação Rápida

#### **Fevereiro de 2007 a Agosto de 2007**

2ª Companhia de Comandos / Brigada de Reação Rápida

#### **Agosto de 2007 a Fevereiro de 2008**

22ª Companhia de Atiradores Para-quedista / Brigada de Reação Rápida

#### **Fevereiro de 2007 a Agosto de 2008**

1ª Companhia de Comandos / Brigada de Reação Rápida

#### **Agosto de 2008**

Fim da participação do Exército Português como Força Nacional Destacada no Teatro de Operações do Afeganistão

#### **Mai de 2008**

Início da participação do Exército Português como OPERATIONAL MENTOR AND LIAISON TEAM (OMLT) no Teatro de Operações do Afeganistão

#### **Mai de 2008 a Novembro de 2008**

1ª OMLT de Guarnição/ Estado Maior General das FA

#### **Novembro de 2008 a Abril de 2009**

2ª OMLT de Guarnição/ Brigada de Intervenção

#### **Abril de 2009 a Outubro de 2009**

1ª OMLT de Capital Division/ Brigada de Reação Rápida

#### **Abril de 2009 a Outubro de 2009**

3ª OMLT de Guarnição/ Brigada de Intervenção

#### **Outubro de 2009 a Abril de 2010**

2ª OMLT de Capital Division/ Brigada de Reação Rápida

#### **Outubro de 2009 a Abril de 2010**

4ª OMLT de Guarnição/ Brigada de Intervenção

#### **Abril de 2010 a (...).**

3ª OMLT de Capital Division/ Brigada de Reação Rápida

#### **Abril de 2010 a (...).**

5ª OMLT de Guarnição/ Brigada de Intervenção

### Histórico das Forças Nacionais Destacadas no Teatro de Operações de Timor-Leste

#### **14 de Fevereiro de 2000 a 21 de Agosto de 2000**

1º Batalhão de Infantaria Páraquedista / BAI

#### **21 de Agosto de 2000 a 26 de Fevereiro de 2001**

2º Batalhão de Infantaria Páraquedista / BAI

#### **26 de Fevereiro de 2001 a 08 de Outubro de 2001**

2º Batalhão de Infantaria / BLI

#### **08 de Outubro de 2001 a 08 de Junho de 2002**

1º Batalhão de Infantaria / BLI

**08 de Junho de 2002 a 24 de Janeiro de 2003**

2º Batalhão de Infantaria Páraquedista / BAI

**24 de Janeiro de 2003 a 25 de Julho de 2003**

1º Batalhão de Infantaria Mecanizado / BMI

**25 de Julho de 2003 a 25 de Janeiro de 2004**

Agrupamento FOXTROT / BLI

**25 de Janeiro de 2004 a 11 de Junho de 2004**

Agrupamento HOTEL / BLI

**Junho de 2004**

Fim da participação do Exército Português como Força Nacional Destacada no Teatro de Operações de Timor-Leste

## **Histórico das NTM-I (NATO Training Mission - Iraq) no Teatro de Operações do Iraque**

**Fevereiro de 2005 a Setembro de 2005**

Brigada Mecanizada Independente

**Setembro de 2005 a Fevereiro de 2006**

Brigada Aerotransportada Independente

**Fevereiro de 2006 a Agosto de 2006**

Brigada Intervenção

**Agosto de 2006 a Fevereiro de 2007**

Brigada Mecanizada

**Fevereiro de 2007 a Agosto de 2007**

Brigada Reação Rápida

**Agosto de 2007 a Fevereiro de 2008**

Brigada Intervenção

**Fevereiro de 2008 a Agosto de 2008**

Brigada Mecanizada

**Agosto de 2008 a Janeiro de 2009**

Brigada Reação Rápida

Fim da participação do Exército Português

## **Histórico das Forças Nacionais Destacadas no Teatro de Operações do Kosovo**

**Agosto de 1999 a Fevereiro de 2000**

Brigada Aerotransportada Independente (AGRUPAMENTO BRAVO)

**Fevereiro de 2000 a Agosto de 2000**

Brigada Ligeira de Intervenção (AGRUPAMENTO CHARLIE)

**Agosto de 2000 a Abril de 2001**

Brigada Mecanizada Independente (AGRUPAMENTO DELTA)

**Janeiro de 2005 a Setembro de 2005**

Brigada Ligeira de Intervenção (2º Batalhão de Infantaria / BLI)

**Setembro de 2005 a Março de 2006**

Brigada de Reação Rápida (Batalhão de Infantaria Paraquedista / BAI)

**Março de 2006 a Setembro de 2006**

Brigada Mecanizada (1º Batalhão de Infantaria Mecanizado)

**Setembro de 2006 a Março de 2007**

Brigada de Reação Rápida (1º Batalhão de Infantaria paraquedista)

**Março de 2007 a Setembro de 2007**

Brigada Mecanizada (2º Batalhão de Infantaria Mecanizado)

**Setembro de 2007 a Março de 2008**

Brigada de Intervenção (2º Batalhão de Infantaria)

**Março de 2008 a Setembro de 2008**

Brigada de Reação Rápida (1º Batalhão de Infantaria paraquedista)

**Setembro de 2008 a Março de 2009**

Brigada de Intervenção (Agrupamento MIKE)

**Março de 2009 a Setembro de 2009**

Brigada de Intervenção (1º Batalhão de Infantaria)

**Setembro de 2009 a Março de 2010**

Brigada Mecanizada (Unidade Escalão Batalhão/TACRES)

**Março de 2010 a (...).**

Brigada de Reação Rápida (2º Batalhão de Infantaria paraquedista)

### **Histórico das Forças Nacionais Destacadas no Teatro de Operações do Líbano**

**Novembro de 2006 a Maio de 2007**

Brigada Mecanizada (UNENG 1)

**Maio de 2007 a Novembro de 2007**

Força de Apoio Geral Regimento Engenharia 1/Brigada Mecanizada (UNENG 2)

**Novembro de 2007 a Maio de 2008**

Força de Apoio Geral Regimento Engenharia 3/Brigada Intervenção (UNENG 3)

**Maio de 2008 a Dezembro de 2008.**

Regimento Engenharia 3/Brigada Intervenção (UNENG 4)

**Dezembro de 2008 a Junho de 2009**

Brigada Mecanizada (UNENG 5)

**Junho de 2009 a Dezembro de 2009**

2ª Companhia de Engenharia/Regimento de Engenharia 1 (UNENG 6)

**Dezembro de 2009 a Junho de 2010**

Regimento de Engenharia 3/Brigada Intervenção (UNENG 7)

**Junho de 2010 a (...).**

Brigada Mecanizada (UNENG 8)

### **Histórico das Forças Nacionais Destacadas no Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina**

**16 de Janeiro de 1996 a 12 de Agosto de 1996**

2º Batalhão de Infantaria Aerotransportada

**12 de Agosto de 1996 a 10 de Fevereiro de 1997**

3º Batalhão de Infantaria Aerotransportada

**10 de Fevereiro de 1997 a 30 de Julho de 1997**

1º Batalhão de Infantaria Mecanizado

**30 de Julho de 1997 a 14 de Janeiro de 1998**

2º Batalhão de Infantaria Mecanizado

**14 de Janeiro de 1998 a 15 de Julho de 1998**

1º Batalhão de Infantaria Aerotransportado

**15 de Julho de 1998 a 12 de Janeiro de 1999**

Agrupamento ALFA

**12 de Janeiro de 1999 a 12 de Julho de 1999**

1º Batalhão de Infantaria Mecanizado

**10 de Julho de 1999 a 31 de Janeiro de 2000**

2º Batalhão de Infantaria Aerotransportada

**31 de Janeiro de 2000 a 29 de Julho de 2000**

Agrupamento Conjunto ALFA

**29 de Julho de 2000 a 28 de Janeiro de 2001**

2º Batalhão de Infantaria Mecanizado

**28 de Janeiro de 2001 a 29 de Julho de 2001**

Agrupamento ECHO

**29 de Julho de 2001 a 29 de Janeiro de 2002**

1º Batalhão de Infantaria Páraquedista

**29 de Janeiro de 2002 a 30 de Julho de 2002**

2º Batalhão de Infantaria Mecanizado

**30 de Julho de 2002 a 30 de Janeiro de 2003**

2º Batalhão de Infantaria

**30 de Janeiro de 2003 a 30 de Julho de 2003**

1º Batalhão de Infantaria Páraquedista

**30 de Julho de 2003 a 28 de Janeiro de 2004**

Agrupamento GOLF

**30 de Janeiro de 2004 a 23 de Julho de 2004**

3º Batalhão de Infantaria Páraquedista

**23 de Julho de 2004 a 23 de Janeiro de 2005**

2º Batalhão de Infantaria Mecanizado

**Janeiro de 2005 a Julho de 2005**

Componente Portuguesa da Brigada Aerotransportada Independente

**Julho de 2005 a Janeiro de 2006**

Componente Portuguesa da Brigada de Intervenção

**Janeiro de 2006 a Julho de 2006**

Componente Portuguesa da Brigada Mecanizada

**Julho de 2006 a Março de 2007**

1º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção

**Março de 2007**

Fim da participação do Exército Português como Força Nacional Destacada no Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina

## Histórico do Exército nas Missões da ONU em Moçambique

**De 04 de Abril de 1993 a 10 de Outubro de 1994**

4 Oficiais no QG/ONUMoz (Maputo)

**De 04 de Maio de 1993 a 22 de Dezembro de 1994**

Batalhão de Transmissões 4 (BTm 4)

## Histórico do Exército nas Missões da ONU em Angola

**De 23 de Setembro de 1992 a 26 de Setembro de 1992**

4 Oficiais, Observadores Eleitorais UNAVEM II

**De 01 de Maio de 1995 a 30 de Julho de 1997**

6 Oficiais, Observadores UNAVEM III



**De 01 de Abril de 1995 a 30 de Junho de 1997**

- 16 Oficiais, 5 Sargentos no QG UNAVEM III
- 2 Oficiais, 14 Sargentos – Polícia Militar

**De 26 de Maio de 1995 a 01 de Julho de 1997**

Companhia de Transmissões 5 (CTm 5)

**De 28 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1997**

Companhia de Logística 6 (CLog 6)

**De 01 de Janeiro de 1997 a 31 de Dezembro de 1997**

1 Oficial, Assessoria INAROE

**De 01 de Julho de 1997 a 01 de Março de 1999**

5 Oficiais, Observadores

**De 01 de Julho de 1997 a 05 de Janeiro de 1999**

6 Oficiais, QG MONUA

**De 01 de Julho de 1997 a 05 de Junho de 2000**

2 Oficiais, 8 Sargentos – Polícia Militar

**De 01 de Julho de 1997 a 26 de Fevereiro de 1999**

Companhia de Transmissões 5 (CTm 5)

**De 30 de Junho de 1997 a 27 de Julho de 1998**

Companhia de Logística 6 (CTm 6)

**De 31 de Agosto de 1997 a 25 de Setembro de 1998**

Destacamento Sanitário 7 (DSan 7)

**De 25 de Novembro de 2002 a 26 de Setembro de 2004**

1 Oficial, Assessoria

Fonte: <http://www.exercito.pt/missoes/Paginas/default.aspx> (acedido em 8mar2012)









MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

GABINETE DO MINISTRO

1. Nomeio o Tenente-General Manuel Fernando Vizela, Marques Cardoso para proceder ao estudo e análise da reforma das informações militares, em estreita articulação com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.
2. O nomeado deve apresentar ao Ministro da Defesa Nacional um relatório completo do trabalho desenvolvido, no prazo de um ano calculado a partir da presente data.
3. O nomeado fica na dependência do Ministro da Defesa Nacional, podendo contar com o apoio administrativo e técnico do respectivo Gabinete e da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.
4. O nomeado pode realizar contactos directos com o Estado-Maior-General das Forças Armadas e com os três ramos das Forças Armadas, articulando-se com as respectivas chefias.
5. Este Despacho produz efeitos reportados a 15 de Outubro de 2004.

Lisboa, 7 de Dezembro de 2004

O MINISTRO DE ESTADO, DA DEFESA NACIONAL E DOS ASSUNTOS DO MAR

PAULO SACADURA CABRAL PORTAS

